

MARCOS AUGUSTO DE CASTRO PERES

**VELHICE, TRABALHO E CIDADANIA:  
as políticas da terceira idade e a resistência dos trabalhadores idosos à exclusão social**

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Educação

São Paulo – 2007

MARCOS AUGUSTO DE CASTRO PERES

**VELHICE, TRABALHO E CIDADANIA:  
as políticas da terceira idade e a resistência dos trabalhadores idosos à exclusão social**

Tese apresentada ao Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da FE-USP, sob a orientação do Prof. Dr. Evaldo Amaro Vieira, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora, em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

**BANCA:**

Prof. Dr. Evaldo Amaro Vieira (FE-USP) – Orientador

\_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

*À memória de meu avô,  
Álvaro Prata, pelo seu  
exemplo de luta pela vida.*

*À minha mãe, Shirlei,  
pelo seu amor e dedica-  
ção, e pela sua força e  
resistência frente à ex-  
ploração do trabalho de  
dona-de-casa. A importân-  
cia e o valor do seu traba-  
lho somente o Estado  
capitalista não reconhece.*

### **Agradecimentos**

Quando concluímos uma pesquisa nos damos conta de que temos de agradecer a diversas instituições e pessoas. Em primeiro lugar, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio financeiro dado pela instituição, sem o qual este trabalho certamente não poderia ter sido desenvolvido. Também à assessoria técnica da FAPESP, pelas críticas e sugestões fornecidas a partir da leitura dos relatórios parciais, as quais foram de grande valia para o aprimoramento desse trabalho. Acredito ser necessário salientar, ainda, que a FAPESP sempre se mostrou aberta às nossas solicitações de uso de verba em caráter especial, como a que possibilitou nossa viagem a Montreal, no Canadá, para desenvolvimento de estágio junto a grupo de pesquisa específico. Essa viagem foi de grande importância como experiência acadêmica e pessoal, permitindo expandir nossos horizontes de pensamento e visão de mundo.

Em segundo lugar, é difícil encontrar palavras para agradecer o meu amigo e orientador, Prof. Dr. Evaldo Amaro Vieira. Desde o início da sua orientação encontrei nele um incentivador e um crítico atento e criterioso do meu trabalho. Apesar de seus inúmeros compromissos, sempre se mostrou disposto a orientar, incentivar e apoiar, fazendo, não raro, muito mais do que sua função de orientador lhe exigiria. A sua visão ampla acerca dos fenômenos políticos e sociais contribuiu de forma decisiva para o meu crescimento intelectual, na medida em que pôde me mostrar novos caminhos de reflexão teórica, principalmente quanto a sua postura crítica frente à burocracia institucional, na mesma linha de autores como Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta.

Quando do exame de qualificação, pude contar com duas excelentes leitoras, a Profa. Dra. Lúcia Bruno e a Profa. Dra. Flávia Schilling, ambas da Faculdade de Educação da USP. Gostaria de agradecer a essas duas professoras pelo empenho e interesse demonstrados pelo meu trabalho, bem como pelas suas críticas e sugestões, que muito contribuíram para o aperfeiçoamento do mesmo. Aproveito a oportunidade para agradecer à Profa. Dra. Annette Leibing, da Universidade de Montreal, no Canadá, por ter me recebido como estagiário e por contribuir com suas sugestões teóricas para minha pesquisa.

À minha família, agradeço o apoio e a confiança depositados no meu trabalho, bem como a paciência e a compreensão que sempre tiveram. Não é nada fácil ter que se isolar em alguns momentos, para se concentrar e escrever. As vidas social e familiar são, sem dúvida alguma, muito enriquecedoras e devem ser vividas na sua plenitude. Gostaria de

salientar, em especial, o exemplo de meus queridos pais, Shirlei e Natalino, sempre perseverantes e confiantes, me dando apoio sincero nos momentos difíceis de minha vida profissional e também pessoal. Ao meu querido irmão Marcelo, gostaria de agradecer o seu exemplo de força, determinação e amizade sincera. A sua pessoa tem sido fonte de crescimento, sabedoria e compreensão, não só para mim, mas para todos da nossa família. Ao meu amado irmão Maurício, agradeço a convivência amigável e alegre, que tanto tem me fortalecido nos momentos difíceis.

Aos colegas Wilson e Abrahão, ambos professores do curso de Psicologia da UNIARARAS, agradeço as conversas informais, principalmente sobre Foucault e Guattari, que foram para mim perfeitas orientações, servindo para clarear o recorte teórico com o qual eu elaboraria minhas conclusões. Também gostaria de agradecer aos meus alunos da UNIMID – Universidade da Melhor Idade, pelas suas críticas e sugestões referentes às Universidades da Terceira Idade.

Por fim, gostaria de agradecer às instituições representativas da velhice, especificamente à Gerência de Estudos da Terceira Idade do SESC, à COBAP, à SBGG e à ANG, por terem me recebido de forma tão cordial para a realização da pesquisa de campo, bem como a todos os idosos que nos concederam as entrevistas. Sem a colaboração dessas pessoas e instituições, certamente esse trabalho não teria sido possível.

A todos, o meu MUITO OBRIGADO!

## Resumo

Este trabalho analisa o movimento social do idoso no Brasil e as recentes políticas públicas e leis dele resultantes (a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso), sob uma perspectiva crítica, considerando a ausência dos idosos nessas reivindicações e o papel das organizações representativas da velhice enquanto as principais protagonistas. Assim, essas ações podem ser compreendidas como estratégias para controlar um grupo social que cresce rapidamente por causa do envelhecimento populacional e que, por isso mesmo, passa a ser interessante do ponto de vista político-eleitoral e mercadológico. Problematiza-se então a idéia de representatividade institucional, na medida em que não são contempladas, nestas políticas e ações, demandas primordiais dos idosos, como o aumento no valor da aposentadoria, por exemplo. E isso obriga muitos aposentados a continuarem trabalhando para suprir suas necessidades, situação que compromete ainda mais sua autonomia.

- Palavras-chave: Velhice, movimentos sociais, políticas públicas, autonomia.

**Abstract**

This these analyzes the social movement of the elder in Brazil and the recent public politics and the resultant laws (the National Political of the Elder and the Statute of the Elder), under a critical perspective, considering the absence of the elders in those claims and the paper of the representative organizationals of the oldness while the main protagonists. This way, those actions can be understood like strategies for control a social group that grows quickly because of the populational ageing and by that even, it passes tot be interesting of the marketing and political-electoral viewpoint. Complicates-itself then the idea of institutional, representativity, as those are not contemplated, in these political and actions, fundamental demands of the elders, as the increase in the value of the retirement, for example. And that obliges many pensioners to keep working in order to supply their needs, situation that compromises still their autonomy.

- Keywords: Oldness, social movements, public politics, autonomy.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>p. 08</b>
<b>Objetivos e aspectos metodológicos da pesquisa.....</b>	<b>p. 27</b>
<b>Cap. 1: Velhice e capitalismo: determinantes histórico-sociais.....</b>	<b>p. 31</b>
1.1. A velhice como uma construção social.....	p. 32
1.2. Velhice, memória e tradição nas sociedades “pré-industriais” .....	p. 40
1.3. Industrialização, modernidade e ruptura na ordem pós-tradicional e suas conseqüências sobre a “funcionalidade” da velhice.....	p. 50
1.4. Velhice e cidadania: a exclusão social como elemento determinante na definição da velhice.....	p. 63
Considerações finais.....	p. 90
<b>Cap. 2: Estado, política e democracia: da aparência à essência.....</b>	<b>p. 94</b>
2.1. Por uma arqueologia do Estado: a compreensão ampla do fenômeno estatal.....	p. 95
2.2. Estado, democracia e capitalismo.....	p. 113
2.3. A democracia, as políticas sociais e o neoliberalismo.....	p. 124
Considerações finais.....	p.133
<b>Cap. 3: A velhice como questão social.....</b>	<b>p. 137</b>
3.1. O Estado e a questão da velhice: de problema social à questão social.....	p. 138
3.2. A aposentadoria, a invenção da terceira idade e a mercantilização da velhice.....	p. 149
3.3. O idoso e a política no Brasil: as políticas públicas da velhice.....	p. 168
Considerações finais.....	p. 200
<b>Cap. 4: Um movimento social do idoso?.....</b>	<b>p. 204</b>
4.1. Velhice e ação política: um novo movimento social?.....	p. 205
4.2. O SESC e a terceira idade.....	p. 223



4.3. As entidades de Gerontologia: ciência, velhice e política.....	p. 245
4.4. A COBAP e a politização da aposentadoria.....	p. 266
4.5. Um movimento social do idoso..... <i>sem</i> o idoso?.....	p. 282
Considerações finais.....	p. 286
<b>Cap. 5: Burocracia x autonomia: trabalho, resistência e subjetividade no cotidiano dos aposentados.....</b>	<b>p. 291</b>
5.1. Velhice, democracia e representação institucional: a quem se representa?.....	p. 293
5.2. “O um é o mal”: o Estado e a política na concepção dos idosos.....	p. 309
5.3. Aposentadoria, trabalho e autonomia: uma difícil relação.....	p. 323
5.4. Velhice, educação e liberdade.....	p. 336
Considerações finais.....	p. 349
<b>Conclusão geral.....</b>	<b>p. 352</b>
<b>Referências.....</b>	<b>p. 360</b>

## Introdução

### *Velhice e capitalismo*

Conforme mostra Beauvoir (1990), a sociedade capitalista sempre tratou a velhice com desprezo, desde os primórdios da industrialização. A atribuição de valor social aos indivíduos, dada de acordo com a sua capacidade produtiva, fazia dos trabalhadores idosos fisicamente debilitados figuras desinteressantes aos olhos tanto das classes empresariais quanto do Estado. Até os fins do século XIX, nenhuma lei de proteção ou política de atenção à velhice havia sido elaborada pelos Estados europeus ou americanos. A própria velhice não era identificada claramente como fase específica e diferenciada da vida humana, o que só ocorreria na modernidade com o advento da idade cronológica. Além disso, era reduzido o número de pessoas que chegavam a essa faixa etária, em virtude das altas taxas de mortalidade e da baixa expectativa de vida verificadas na época. Seria somente com o avanço da medicina e da farmacologia no final do século XIX e início do XX que foi possível se atingir taxas crescentes de envelhecimento populacional (ARIÈS, 1983).

Muitos trabalhadores idosos, excluídos do trabalho industrial, viviam uma condição de miséria e marginalidade social. Até meados do século XIX, não havia sequer um sistema de proteção social que lhes garantisse a sobrevivência na velhice. Seria somente em meio às reivindicações dos movimentos operários por melhorias das condições de vida e trabalho, que a aposentadoria surgiria em alguns países europeus, no final do século XIX e início do XX.<sup>1</sup> Os sistemas de aposentadoria podem ser considerados, assim, como a primeira política pública (ou direito) socialmente abrangente destinada à população idosa ao longo da história do capitalismo (ARIÈS, 1983).

É necessário ter claro, contudo, que o surgimento da aposentadoria teve um papel essencialmente desmobilizador, de passivização das massas. Para Ramos (2001):

Oferecendo essa modalidade de seguro [a aposentadoria], o Estado amorteceu as reivindicações dos trabalhadores, enfraquecendo, com isso, os avanços do movimento socialista, à medida que deu sinais claros de que o trabalhador não mais se encontraria desamparado nas

---

<sup>1</sup> O primeiro país a criar um sistema de aposentadoria e pensão foi a Alemanha, em 1889, seguida da Inglaterra (1908), França (1910), Itália (1919), Espanha (1919), Suécia (1932) e EUA (1935). No Brasil, seriam criadas em 1923, com a Lei Eloy Chaves, as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), por categoria profissional ou empresa. Cf. Ramos (2001).

situações delicadas de sua vida, como acidentes de trabalho e velhice (p. 160).

Apesar de o movimento operário tradicional ter praticamente desaparecido na sociedade contemporânea, é sob a óptica do surgimento da aposentadoria como estratégia de controle social que devemos compreender as recentes políticas públicas e leis de atenção à velhice, tanto no Brasil como em âmbito mundial. Para o Estado e as classes dominantes, um dos grupos sociais que mais cresce numericamente precisa a todo custo ser mantido sob controle. Assim, é necessário transformar os corpos que envelhecem em “corpos dóceis”, no sentido dado por Foucault (2000), ou seja, é preciso torná-los corpos passíveis de ser facilmente controlados.

E esse controle, hoje, não ocorre prioritariamente como meio de evitar as reivindicações de grande vulto, que ameacem o *status quo* capitalista, mesmo porque, como mostra Gohn (2001), o atual cenário político-social é de desmobilização geral e de mínima participação dos indivíduos nos movimentos reivindicatórios. Além disso, no que se refere aos idosos, não há como se esperar ações revolucionárias de um grupo que não tem poder político e não se reconhece como tal (BELO, 2002).

Dessa forma, o controle presente nas recentes políticas públicas do idoso parece se inserir principalmente na lógica de “mercantilização da velhice” inerente à idéia de “terceira idade”, por meio da qual o Estado, o mercado e diversas organizações representativas da velhice passam a rearticular formas de consumo e demandas políticas no intuito de priorizar interesses comerciais e eleitorais sob as custas do envelhecimento da população (DEBERT, 1997).

É nesta perspectiva que pretendemos compreender a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso, as mais recentes políticas públicas e leis voltadas à velhice no Brasil. Seus formuladores dizem que tais políticas são conquistas dos idosos. Melhor dizendo, de um “movimento social do idoso”. Contudo, vemos que os reais protagonistas desse “movimento” não são os idosos, mas as organizações representativas da velhice. Assim, há algo de bastante estranho nesse processo. Senão vejamos: como explicar um “movimento social do idoso” sem que o idoso dele faça parte? Ou ainda, como explicar políticas ou leis que dizem querer promover a autonomia dos idosos e que, por outro lado, praticamente

desconsideram a precariedade dos benefícios previdenciários pagos a eles, muitas vezes como única fonte de renda?

### *A velhice como questão social*

De acordo com Lénoir (1989), todo problema social é, antes de tudo, uma construção social que envolve fundamentalmente quatro dimensões: reconhecimento, legitimação, pressão e expressão. Enquanto no reconhecimento ocorre a visibilidade social de uma situação particular, na legitimação dá-se o esforço pela inserção do problema na pauta das preocupações sociais do momento. A pressão, por sua vez, envolve a existência de atores sociais que podem representar tanto grupos de interesse quanto um interesse geral, sendo porta-vozes empenhados em denunciar determinadas questões e torná-las públicas. As formas de pressão se traduzem em formas de expressão à medida que são criadas, a partir da ação desses atores, definições acerca do problema, tal como ocorre com a expressão “terceira idade”, que faz referência à velhice (DEBERT, 1998).

Contudo, quando um problema social passa a despertar a atenção do Estado, tornando-se objeto de políticas públicas, ele se transforma numa questão social. Nesse processo ocorre a politização do problema social, que além de ganhar visibilidade pública na sociedade, adquire legitimidade em termos de ação política (COHN, 2000).

Em síntese, pode-se enumerar três elementos histórico-sociais que teriam papel decisivo na transformação da velhice em questão social: 1) o envelhecimento populacional verificado nas sociedades industrializadas da atualidade, 2) a situação de exclusão e marginalidade social vivida pela maioria dos idosos e 3) o advento das caixas de aposentadoria e dos agentes e instituições especializadas na velhice e no envelhecimento (DEBERT & SIMÕES, 1998).

De fato, a questão do envelhecimento populacional tem significado um problema social de extrema importância no atual estágio das sociedades capitalistas ocidentais, a nível mundial, contribuindo para a transformação da velhice em questão social. No Brasil, tido como um “país de jovens” até a década de 1980 (NERI, 1991), observa-se também um acelerado envelhecimento populacional resultante da combinação do aumento da

expectativa de vida<sup>2</sup> com a queda da taxa de natalidade (BERQUÓ, 1999). Segundo dados do IBGE, se em 1970 a proporção de idosos<sup>3</sup> na população brasileira era de 3,1%, em 2000 ela passou a ser de 5,8%. Em 1940, a esperança de vida ao nascer era de 40,7 anos. Em 1980 ela passou a ser de 62,7 anos.<sup>4</sup> Os últimos dados do IBGE revelam que a esperança de vida do brasileiro em 2002 é de 71 anos.<sup>5</sup>

O que também se observa nesse contexto, e que está comumente associada ao envelhecimento populacional, é a falência do sistema previdenciário, não só no Brasil, mas em diversos países do mundo. De acordo com os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), nos principais países desenvolvidos da Europa e nos EUA tem ocorrido uma diminuição no número de homens de 60 a 64 anos que recebem benefícios de aposentadoria. Na França, 68% dos homens pertencentes a essa faixa etária recebiam benefícios previdenciários em 1965. Em 1990, a proporção caiu para 23,1%. Na Alemanha a queda foi de 78,1% para 31,5% nesse mesmo período. Nos EUA, de 79,2% para 53,8%. E no Japão, de 82,8% para 74,2% (USUI, 1998).

Na verdade, tanto as dificuldades de acesso aos benefícios previdenciários quanto o valor irrisório pago pelos mesmos – principalmente nos países em desenvolvimento –, somados ao prolongamento da vida, têm determinado o fenômeno do trabalho na velhice, comumente identificada como fase improdutiva no capitalismo industrial. Em diversos países do mundo e também no Brasil, diversos idosos têm que continuar trabalhando para garantir uma renda que supra as suas necessidades individuais e familiares, sendo que muitos deles continuam na condição de chefes de família (CAMARANO, 1999). Tal situação tem levado a uma nova configuração etária da força de trabalho, com um crescimento significativo no número de trabalhadores com mais de 60 anos de idade, conforme mostram Camarano (1999), que trata da realidade brasileira, e Bronte (1993), ao analisar o contexto internacional.

---

<sup>2</sup> De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), referentes ao ano de 2003, o recordista em expectativa de vida dentre os países desenvolvidos é o Japão, com 80,93 anos, seguido da Austrália (80,13), Suíça (79,99), Suécia (79,87), Canadá (79,83), Itália (79,4), França (79,28), Espanha (79,23), Inglaterra (78,16) e Estados Unidos (77,14). Cf. <<http://www.indexmundi.com>> (consultada em 13/07/2004).

<sup>3</sup> Para efeitos de definição, considerar-se-á aqui como pessoa idosa a com idade igual ou superior a 60 anos, conforme a classificação do IBGE.

<sup>4</sup> Dados da Fundação IBGE, censos demográficos de 1970 a 2000.

<sup>5</sup> Cf. *Jornal Correio Popular*, 02/12/2003, p. B7.

No Brasil, é interessante observarmos que em 1997 uma parte expressiva da População Economicamente Ativa (PEA) idosa era composta de pessoas já aposentadas, conforme mostra uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Nota-se que 54,4% da PEA masculina com 60 anos e mais era composta por aposentados que continuaram trabalhando, proporção que cresceu substancialmente com relação a 1981. Nesse ano, aproximadamente 31% da PEA idosa era formada por aposentados. No caso da PEA feminina, a proporção de aposentadas era menor do que a da PEA masculina: de 18% em 1981 para 34,7% em 1997, o que reflete também o crescente ingresso da mulher no mercado de trabalho, observado nas últimas duas décadas. A pesquisa constatou ainda que 28,8% da população total (homens e mulheres) com 60 anos e mais não eram aposentados e nem trabalhavam e 14,9% trabalhavam sem estarem aposentados (CAMARANO, 1999).

*Velhice e exclusão: a discriminação por idade na lógica excludente do capitalismo*

A nova configuração etária da força de trabalho em todo o mundo, com o crescente aumento da proporção de trabalhadores idosos, tem trazido à tona (e dado novas formas a) um problema social na realidade já antigo do capitalismo industrial: a exclusão e a discriminação dos mais velhos do mundo do trabalho (BEAUVOIR, 1990). Conforme já colocamos, a emergência da industrialização fez com que os indivíduos fossem valorizados pela sua capacidade produtiva. Como destaca Guillemard (1995), os operários idosos, por serem vistos como improdutivos em virtude da sua maior debilidade física, ocasionada em grande medida pelo desgaste sofrido no próprio processo de trabalho, eram relegados a uma condição de marginalidade social.<sup>6</sup>

No modelo taylorista/fordista de organização do trabalho surgido no início do século XX, em que os movimentos repetitivos e a intensificação da produção exigiam considerável resistência física dos trabalhadores, os mais velhos deveriam ser freqüentemente substituídos por operários mais jovens (GOUNET, 1999). Nesse processo de renovação constante da força de trabalho, desgastada pela intensidade do ritmo de

---

<sup>6</sup> O romance de Émile Zola (1962), *Germinal*, que mostra a situação de miséria e exploração vivida pelos operários franceses de uma mina de carvão no século XIX, revela também o desprezo e abandono com que os empresários e o Estado tratavam os trabalhadores idosos que não tinham mais condições de continuarem trabalhando.

produção, a ciência médica teria papel decisivo na medida em que passaria a associar a velhice à doença e às perdas biológicas decorrentes do envelhecimento (HADDAD, 1986). Ademais, cria-se uma multiplicidade de estereótipos simbolicamente associados aos trabalhadores mais velhos, classificando-os como obsoletos, com reduzida capacidade de aprendizado, resistentes às mudanças e lentos nas decisões.<sup>7</sup> Isso fora bem aceito pelas classes empresariais, que teriam como justificadas as suas estratégias de afastamento dos trabalhadores mais velhos (DEBERT & SIMÕES, 1998).

É neste contexto que surgem na Europa as primeiras caixas de aposentadoria, destinadas a suprir as necessidades básicas de sobrevivência dos trabalhadores idosos considerados inaptos ao trabalho. Apesar de estarem na pauta das reivindicações dos movimentos operários e sindicais, as políticas de aposentadoria não viriam atender somente aos interesses da classe trabalhadora. Elas também teriam papel decisivo ao atuarem como mecanismos de redução do emprego dos mais velhos na economia nacional. Conforme destacam Debert & Simões (1998): “*Após a Segunda Guerra Mundial, sindicatos, governo e empresários americanos adotaram a estratégia comum de encaminhar a força de trabalho idosa à aposentadoria, como um elemento fundamental das políticas de emprego*” (p. 32).

#### *A aposentadoria, o surgimento da terceira idade e a mercantilização da velhice*

É interessante notarmos que, com o aumento do número de aposentados decorrente do envelhecimento populacional, principalmente a partir da década de 1980, o Estado, as classes empresariais e a comunidade científica começariam a dar maior atenção à questão da velhice, a nível mundial. O Estado passa a querer se livrar do ônus referente ao crescente aumento de benefícios previdenciários a serem pagos aos trabalhadores<sup>8</sup> e, ao mesmo tempo, controlar um contingente eleitoral cada vez mais expressivo (RAMOS, 2001). Os

---

<sup>7</sup> Os estereótipos negativos associados à velhice e as práticas discriminatórias contra os trabalhadores mais velhos iriam caracterizar uma nova forma de exclusão: a discriminação por idade, comum nos países que já viveram o fenômeno do envelhecimento populacional. Em inglês esse tipo de discriminação seria conhecido como *ageism*, termo cunhado em 1969 por Robert Butler, fundador do *National Institute on Aging* (NIA). Em espanhol, a discriminação por idade é conhecida pelo termo *edadismo*. Cf. Palmore (1999) e Sagrera (1992).

<sup>8</sup> O Estado também visa se livrar dos custos relativos principalmente à saúde do idoso, que geralmente necessita de tratamentos mais caros e prolongados, dada a sua maior vulnerabilidade física. Cf. Haddad (1986).

empresários estariam atentos ao novo filão de mercado consumidor que se projetava, cujos integrantes conciliavam tempo livre e renda para o consumo (DEBERT & SIMÕES, 1998). Os especialistas em gerontologia/geriatria, por sua vez, procurariam delimitar e legitimar o seu campo de atuação na sociedade (LOPES, 2000).

Sabe-se que os direitos sociais e trabalhistas, dentre os quais a aposentadoria, foram sendo incorporados ao Estado em virtude das pressões exercidas pelos movimentos de trabalhadores. Isso fez com que o Estado aumentasse de tamanho, necessitando trazer para si funções destinadas ao bem-estar da sociedade. Com a ofensiva neoliberal verifica-se um processo de desmonte desse “Estado social”. A reestruturação produtiva, a automação, a flexibilização dos direitos trabalhistas e o desemprego estrutural serviriam para desmobilizar e enfraquecer os movimentos operário e sindical de épocas anteriores, deixando livre o caminho para o Estado se desresponsabilizar dos custos com o social. Dessa forma, os direitos sociais passam a ser privatizados. Desenvolve-se um mercado de planos privados de saúde e de previdência, assim como proliferam as escolas particulares, as empresas de turismo e lazer e a própria assistência social passa a ser privatizada, surgindo as organizações não-governamentais (ONGs) para desempenharem essa função (MONTAÑO, 2003).

Ademais, o aumento do número de idosos seria também do interesse do Estado democrático à medida que estes passam a significar uma considerável massa de eleitores. Talvez isso explique porque a Constituição de 1988 no Brasil dedicou uma atenção especial à velhice, tratando-a como direito humano fundamental e incluindo, pela primeira vez numa constituição brasileira, leis referentes à assistência social e à previdência social, além de proibir qualquer forma de discriminação baseada na idade. (RAMOS, 2001). É interessante notar, como destaca Ramos (2001), que a velhice já havia se tornado, quando da promulgação da Constituição de 1988: *“Temática a merecer ações responsáveis direcionadas a assegurar os direitos fundamentais das pessoas pertencentes a essa faixa etária”* (p. 213).

Coerente aos propósitos privatistas do Estado neoliberal, conforme mostram Debert & Simões (1998), forma-se um mercado voltado para a velhice, onde observamos o surgimento de inúmeras empresas de previdência privada (ligadas aos bancos), de saúde, reabilitação ou rejuvenescimento, de lazer/turismo e de educação (universidades da terceira



idade), todas elas especializadas em serviços destinados aos idosos aposentados, principalmente àqueles de maior poder aquisitivo, que além de disporem de maior tempo livre, tinham maior potencial de consumo que os idosos de classe baixa.<sup>9</sup> Bobbio (1997) ilustra essa situação da seguinte forma: “*Em uma sociedade de consumo onde tudo pode ser comprado e vendido, onde tudo tem um preço, também a velhice pode se transformar em uma mercadoria*” (p. 25).

É neste contexto que surgem a geriatria e a gerontologia como especialidades científicas, delimitando como objeto de estudo a velhice e o envelhecimento. De acordo com Lopes (2000): “*O ano de 1982<sup>10</sup> pode ser considerado o marco internacional da legitimação da gerontologia como campo de saber multidisciplinar autorizado a tratar das questões do envelhecimento*” (p. 39). Os especialistas em gerontologia e geriatria passariam, assim, a ser os agentes sociais encarregados do “gerenciamento da velhice”, detendo o monopólio da autoridade científica sobre as questões referentes ao processo de envelhecimento, bem como o poder social (e político) de opinar, conduzir e interferir em tais questões (LOPES, 2000).

Tanto a atenção do Estado referente ao envelhecimento da população, quanto o surgimento de um “mercado da velhice” e da geriatria/gerontologia como especialidades científicas contribuiriam ativamente para a invenção do termo conhecido como “terceira idade”. Originária na França, na década de 1970, essa expressão surge a partir da criação das Universidades da Terceira Idade (*Universités du Troisième Age*), sendo incorporada posteriormente pelo vocabulário anglo-saxão, com a criação das *Universities of the Third Age* em Cambridge, na Inglaterra, em 1981 (LASLETT, 1987). O termo universalizou-se rapidamente nos países que apresentavam um relativo envelhecimento da sua população, tendo o Serviço Social do Comércio (SESC) papel primordial na popularização da expressão “terceira idade” no Brasil, através da implantação, no início da década de 1980, das primeiras Universidades Abertas à Terceira Idade (CACHIONI, 1999).

---

<sup>9</sup> Muitos trabalhadores de classe média e média alta foram beneficiados pelas complementações previdenciárias pagas pelas empresas de grande porte, públicas e privadas. Além disso, o capital material acumulado por eles ao longo da vida (como propriedades, poupança, etc.), fazia desses aposentados consumidores em potencial de produtos e serviços. Cf. Stucchi (1994) e Debert & Simões (1998).

<sup>10</sup> A ONU recomendou que os países-membros considerassem o ano de 1982 como o “Ano Nacional do Idoso”. Cf. Lopes (2000).

Contudo, a criação das Universidades Abertas à Terceira Idade (UNATI) no Brasil carrega um grande paradoxo quando consideramos o alto índice de analfabetismo entre os idosos no país. Segundo dados do IBGE do Censo 2000, 34,6% do total dos brasileiros (homens e mulheres) com 60 anos ou mais são analfabetos. Tal fato reforça o caráter elitista das UNATI, bem como o forte ranço burguês presente na idéia de “terceira idade”. Com isso, cabe lançar a seguinte questão: qual a validade de se investir na criação de “universidades para idosos” num país que necessita urgentemente de políticas de educação fundamental para todas as faixas etárias?

Parece que a própria origem da expressão “terceira idade”, ligada à criação das UNATI, reflete o caráter paliativo inerente a determinadas políticas públicas, que ao invés de estarem direcionadas à solução efetiva dos problemas sociais, em seus aspectos mais emergenciais, restringem-se a medidas superficiais, que muitas vezes não suprem as reais necessidades dos destinatários das políticas sociais, pois estes raramente participam do processo de formulação dessas políticas. São as organizações representativas dos diversos grupos sociais, em conjunto com nossos representantes políticos dos poderes Legislativo e Executivo, nas esferas federal, estadual e municipal, que de fato elaboram as políticas sociais, muitas vezes à mercê das demandas efetivas da sociedade (VIEIRA, 1987).

Da mesma forma, observa-se que o surgimento do termo “terceira idade” não ocorreu em virtude da iniciativa dos próprios idosos de criarem para si uma denominação nova e menos pejorativa do que a de “velho”, mas envolveu uma multiplicidade de agentes cuja função específica era tratar da velhice, fazendo com que essa adquirisse uma visibilidade social cada vez maior (DEBERT, 1997). Isso nos leva a crer que o fato de a velhice estar se transformando hoje em questão social, em diversos países do mundo e no Brasil, não decorre somente do aumento do número de idosos e da condição de marginalidade ou exclusão social vivida por muitos deles, mas também e principalmente da “mercantilização da velhice” presente na idéia de “terceira idade”.

*Um “movimento social do idoso”... sem o idoso? As organizações representativas da velhice no Brasil*

Ao considerarmos os três elementos principais que levaram a velhice a ganhar visibilidade pública e a emergir enquanto uma questão social relevante na sociedade contemporânea (recordando: o envelhecimento populacional, a exclusão social vivida pelos idosos e o surgimento da aposentadoria e dos agentes e instituições especializadas na velhice) é necessário atentar para o fato de que foi principalmente a partir da ação – ou pressão, no sentido dado por Lénoir (1989) – dos atores sociais encarregados da questão da velhice que esta passa a adquirir reconhecimento (visibilidade social), legitimação (atenção da sociedade) e novas formas de expressão (“terceira idade”).

Contudo, deve-se perceber também que ao se considerar a velhice como uma questão social está-se referindo não só à importância e à visibilidade que esta adquire perante a sociedade, mas, fundamentalmente, à atenção que o Estado passa a dar a ela (COHN, 2000). Assim, o envelhecimento populacional e o aumento do número de idosos, bem como a exclusão social vivida por eles, não são os únicos fatores responsáveis pela recente atenção do Poder Público com relação às questões pertinentes à velhice, tanto no Brasil como em diversos países do mundo, tal como querem fazer crer os formuladores de políticas públicas (BARROS, 1999; MENDONÇA, 1999; PEPPE, 1999). Essa atenção depende principalmente da rearticulação de interesses e demandas político-mercado-lógicas empreendida pelas organizações representativas da velhice (DEBERT, 1997).

Ademais, conforme destaca Belo (2002), a atenção política dada à questão da velhice insere-se numa perspectiva internacional de ação, tendo a Organização das Nações Unidas (ONU) como a principal promotora, que passa a fundamentar suas ações no envelhecimento da população mundial. A “I Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento”, realizada em Viena em 1982, adota o “Plano de Ação Internacional” que se constitui na base das políticas públicas elaboradas para este grupo de população. Um conjunto de ações, portanto, seguem-se. Em 1991 a ONU aprova os princípios a favor das pessoas idosas em torno de cinco eixos: independência, participação, cuidados, auto-realização e dignidade. O ano de 1999 é nomeado pela ONU como “Ano Internacional do Idoso”, instituindo como tema: “Uma sociedade para todas as idades”, em referência à necessidade de inserção social

dos idosos. Em 2002 se realiza a “II Assembléia Internacional sobre o Envelhecimento”, que conta com a presença da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e vem reforçar o conceito de envelhecimento ativo, fundado nas idéias de produtividade e qualidade de vida<sup>11</sup> e coerente aos princípios ideológicos da “terceira idade” (BELO, 2002).

No Brasil, o “plano de ação” referente à velhice passa a ser protagonizado, conforme mostra Belo (2002), por um conjunto de organizações da sociedade civil, cujos principais representantes são: 1) o *Serviço Social do Comércio (SESC)*, especializado no atendimento ao idoso nas áreas de lazer, cultura e educação, tem uma produção bibliográfica considerável sobre a velhice e o envelhecimento e figura como o pioneiro na promoção da Universidade Aberta à Terceira Idade no Brasil (HADDAD, 1986); 2) a *Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG)*, entidade de natureza técnico-científica, composta por médicos e gerontólogos, auto-intitula-se como uma das pioneiras na “frente de defesa do idoso”, promove cursos, simpósios e congressos visando difundir os conhecimentos acerca dos processos biológicos e sociais do envelhecimento (LOPES, 2000); 3) a *Associação Nacional de Gerontologia (ANG)*, também de natureza técnico-científica, é composta por gerontólogos sociais e tem por objetivo despertar a consciência gerontológica na sociedade em prol de melhorias nas condições de vida dos idosos. A entidade conta com publicações próprias e promove o Fórum Permanente da Política Nacional do Idoso (BORGES, 2003); e 4) a *Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP)*, uma entidade organizada de aposentados, em sua maioria sindicalistas, que se auto-define como: “*uma autêntica e legítima entidade representativa desse segmento social no país*”.<sup>12</sup> Procura conscientizar os aposentados e pensionistas acerca dos problemas referentes à Previdência Social no Brasil e atua junto ao Poder Público por meio de articulações e lobbies políticos (HADDAD, 2001).

Essas organizações compõem a “linha de frente” da luta pelos direitos dos idosos e têm atuado no sentido de dar visibilidade à questão da velhice na sociedade brasileira e reivindicar, junto ao Estado, políticas públicas de atenção a esse grupo etário. Tiveram papel decisivo na elaboração e implementação da Política Nacional do Idoso (PNI),

---

<sup>11</sup> Considera-se: “O processo pelo qual se otimizam as oportunidades de bem estar físico, social e mental durante toda a vida com o objetivo de ampliar a expectativa de vida saudável, a produtividade e a qualidade de vida na velhice. Este conceito também é utilizado para referir-se à idéia de uma implicação continuada em atividades socialmente produtivas e de trabalho gratificante” (BELO, 2002: 06).

<sup>12</sup> Cf. página na internet: <<http://www.cobap.hpg.ig.com.br>> Consultada em 27/01/2004.

disposta através da Lei 8.842, de 04 de janeiro de 1994 e regulamentada em 03 de julho de 1996. Sua atuação também foi intensa na criação e aprovação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI)<sup>13</sup>, em 13 de maio de 2002, que integrava a proposta original da PNI e foi vetado pelo governo FHC em 1996, e no qual tomam acendo membros dessas entidades. A mais recente conquista viabilizada pela ação das entidades representativas da velhice foi a consolidação do Estatuto do Idoso (EI) em 2003.<sup>14</sup>

Se a PNI tem por objetivo: *“assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”*,<sup>15</sup> o CNDI, por sua vez, terá o papel de: *“supervisionar e avaliar a PNI”*,<sup>16</sup> bem como de: *“zelar pela participação de organizações representativas dos idosos na implementação de políticas, planos, programas e projetos de atendimento ao idoso”*.<sup>17</sup> Quanto ao EI: *“discorre sobre os direitos do idoso e seus fundamentos éticos e legais, bem como aborda a responsabilidade das entidades de atendimento aos idosos, transpondo para a prática os princípios expostos na PNI”*.<sup>18</sup>

Esse conjunto de legislações e políticas públicas referentes à velhice representam “planos de ação” do governo brasileiro que, seguindo uma tendência mundial, procuram estabelecer estratégias de combate à exclusão social vivida por muitos idosos, incluindo-os e integrando-os à sociedade. Essa é a idéia-chave do discurso proferido tanto pelos organismos internacionais quanto pelo Estado e pelas organizações representativas da velhice no Brasil, ao procurarem justificar as suas ações “em prol” dos idosos (SANTOS, 1998).

Contudo, um fato em particular é bastante curioso nesse processo: a ausência quase completa dos próprios idosos em meio às ações que visam promover a sua cidadania. São as organizações representativas da velhice, e não os idosos, que têm se mobilizado no sentido de solicitar ações do Estado. Ao entrevistar membros do Conselho Estadual do Idoso do Estado de São Paulo, Santos (1998) revela a não-participação dos idosos na reivindicação por políticas públicas. Um dos entrevistados afirma o seguinte:

---

<sup>13</sup> Lei 4.227/02.

<sup>14</sup> Lei 10.741/03.

<sup>15</sup> Lei 8.842/94, Art. 1º.

<sup>16</sup> Lei 4.227/02, Art. 3º, parágrafo I.

<sup>17</sup> Lei 4.227/02, Art. 3º, parágrafo VI.

<sup>18</sup> “Comentários ao Estatuto do Idoso”, *Estatuto do Idoso*, Câmara Municipal de Campinas/SP, 2004, p. 01.

Mas a grande crítica que eu faço ainda é ao nível extremamente baixo do envolvimento da população idosa com relação à PNI. (...) É um segmento que acostumou a esperar que medidas venham de ‘cima para baixo’ e que não teve a oportunidade de exercitar a capacidade de organização e reivindicação necessária (...). Eles se retiram desse cenário porque não tiveram oportunidade de ser protagonistas ao longo da história (p. 76).

Outro entrevistado também se refere à falta de participação dos idosos: “*Os idosos ainda não sabem que são parte viva da sociedade, eles mesmos se excluem*” (p. 79). Nota-se que as pressuposições dos entrevistados acerca da passividade política dos idosos, de caráter nitidamente preconceituoso, são carregadas de contradições. Ao mesmo tempo em que se afirma, por um lado, que esse grupo não teve oportunidade de exercitar a sua capacidade de organização e reivindicação política ao longo da sua história, atribui-se aos idosos, por outro lado, a “culpa” por se auto-excluírem desse processo. Ora, num país em que as camadas populares sempre foram historicamente excluídas das principais transformações políticas, até mesmo na Proclamação da República, conforme mostra José Murilo de Carvalho (1996) em *Os bestializados*, seria mais do que sensato considerar que a suposta passividade de diversas facções e grupos sociais – dentre elas a dos idosos – deve-se muito mais a uma cultura política de passivização das massas, construída e preservada pelas elites políticas e econômicas ao longo da história do país, do que uma mera característica comportamental isolada e peculiar à população idosa.

De acordo com Santos (1998), nas entrevistas sobre a PNI, “*o aspecto negativo mais presente [na fala dos membros do Conselho Estadual do Idoso do Estado de São Paulo] foi a falta de comprometimento e da participação dos idosos, apontada por todos os entrevistados*” (p. 79). Contudo, o que se observa na verdade é mais a **exclusão** do idoso das reivindicações e da formulação das políticas públicas e ele destinadas do que o “pouco envolvimento” desse grupo social no processo reivindicatório. Neri (2003) também defende essa posição, afirmando que a elaboração das atuais políticas da velhice deveu-se a:

Pessoas oriundas do SESC, da SBGG e profissionais engajados na defesa dos direitos dos idosos que, por muitos anos, fizeram lobby junto a políticos, agregaram pessoas, promoveram discussões e eventos e levantaram publicamente a questão da velhice, mostrando à sociedade que esse é um tema digno de merecer investimentos. Ninguém a citar nominalmente, mas simplesmente eu quis dizer que não houve uma

pressão organizada proveniente dos idosos. Sobre os Conselhos [de idosos], há vários tipos de inserção e várias formas de organização, mas os idosos não estão na linha de frente (informação verbal).<sup>19</sup>

Conforme já mostramos, a própria transformação da velhice em questão social, à medida que desperta a atenção do Estado, passa longe de ser consequência da ação política dos idosos, mas é resultado de um processo sócio-político que tem as organizações representativas da velhice como as principais protagonistas. No entanto, nota-se no discurso dessas organizações uma referência freqüente a um suposto “movimento social do idoso”. Observe-se, por exemplo, o “Manifesto do Fórum Permanente da PNI” do Rio de Janeiro, organizado pela ANG:

O Fórum, em sua reunião ordinária (...) deliberou por manifestar sua indignação quanto ao decreto (...) aprovado pelo Presidente da República, tendo em vista que o mesmo foi conduzido sem atender à Lei 8.842 e o desejado pelo **Movimento Social do Idoso**”. [Grifos nossos]

Também entre os membros do governo responsáveis pela gestão da PNI é possível notar uma referência quanto ao papel do idoso num suposto “movimento” reivindicatório por políticas públicas. Escrevendo sobre as políticas do Ministério da Justiça que integram a PNI,<sup>20</sup> Barros (1999) salienta que: “*os idosos também são responsáveis pelo direcionamento da ação do governo; na medida em que mais se organizarem, suas vitórias serão maiores; suas carências serão supridas e seus direitos serão respeitados*” (p. 53). [Grifos nossos]. A própria PNI se refere a um “movimento do idoso”: “*Na área de cultura, esporte e lazer [pretende-se] incentivar os **movimentos de idosos** a desenvolver atividades culturais*”. [Grifos nossos]

Se o “movimento social do idoso” aqui referido não é, na verdade, protagonizado pelos idosos, mas sim por uma rede de atores sociais envolvidos com a questão da velhice, ele se assemelha ao que Scherer-Warrer (2002) chama de “rede de movimentos sociais”. Tais “redes” representam a nova tendência observada atualmente nos movimentos sociais,<sup>21</sup>

<sup>19</sup> Texto escrito pela Profa. Dra. Anita Liberalesso Neri, Coordenadora do mestrado em Gerontologia Social da Faculdade de Educação da UNICAMP, por correio eletrônico, em 26/08/2003, respondendo a um questionamento meu acerca dos reais protagonistas das mobilizações que resultaram na PNI.

<sup>20</sup> De acordo com Santos (1998), a PNI está subdividida em seis eixos principais de atuação, cuja condução é de competência dos respectivos ministérios, a saber: I. Saúde; II. Educação; III. Trabalho e Previdência Social; IV. Habitação e Urbanismo; V. Justiça; e VI. Cultura, esporte e lazer.

<sup>21</sup> Gohn (2000) denomina essas redes como a “modernidade da participação social e política”.

que aglutinam um conjunto de atores, dentre os quais destacam-se as organizações não-governamentais (ONGs) e outras entidades da sociedade civil – como entidades científicas, clubes e associações diversas –, nacionais e internacionais, num processo de institucionalização das ações coletivas, que ocorre simultaneamente à globalização da economia e ao fenômeno de reestruturação produtiva do capital (MONTAÑO, 2003).

Se o movimento operário do início do século XX e os movimentos feminista e negro que ocorrem a partir da década de 1950 eram protagonizados efetivamente pelos trabalhadores, pelas mulheres e pelos negros, hoje são as organizações representativas desses grupos que agem por eles, numa espécie de “terceirização” da defesa da cidadania (MONTAÑO, 2003). Parece haver uma cooptação<sup>22</sup> por parte do Estado, das ONGs e das demais entidades que compõem o chamado “setor social” ou “terceiro setor”<sup>23</sup>, das ações reivindicatórias que eram praticadas anteriormente pelas camadas populares contra a exclusão. O embate capital/trabalho, dos trabalhadores contra as classes proprietárias e o Estado, passa a ser substituído pelas parcerias e acordos. Nesse contexto, os direitos trabalhistas e sociais conquistados a duras penas pela classe trabalhadora passam a ser gradativamente privatizados e flexibilizados (MONTAÑO, 2003).

Esse mecanismo de cooptação se torna claro quando observamos como a PNI incita os idosos à participação política: *“O idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através dessa política”*.<sup>24</sup> Conforme afirma Demo (1995), quando o Estado estimula a participação, isso é no mínimo suspeito, pois provavelmente está escamoteando estratégias de controle e tutela dos grupos sociais envolvidos. E é exatamente isso o que parece estar acontecendo com as recentes políticas de atenção ao idoso. Note-se, por exemplo, que dentre as diretrizes da PNI inclui-se a: *“Participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos”* [Grifos nossos]. Pode-se ver claramente como a PNI privilegia as organizações representativas da velhice, principalmente o SESC e as entidades de

---

<sup>22</sup> Bobbio (1994) define cooptação como um termo usado para: “designar o acolhimento, por parte de um grupo dirigente, de idéias, orientações e programas políticos propostos por grupos da oposição, com o fim de eliminar ou reduzir as conseqüências dos ataques vindos de fora” (p. 286).

<sup>23</sup> De acordo com Fernandes (1994): “A idéia de um ‘terceiro setor’ supõe um ‘primeiro’ e um ‘segundo’, e nesta medida faz referência ao Estado e ao mercado. A referência, no entanto, é indireta, obtida pela negação – nem governamental e nem lucrativo” (p. 126).

<sup>24</sup> Lei 8.842/94, Art. 3º, parágrafo IV.



gerontologia/geriatria, concedendo-lhes o monopólio da representação e da participação nas questões referentes ao idoso no Brasil (SANTOS, 1998).

Por outro lado, é interessante observar como a parte referente à previdência social – exatamente aquela que representa um dos principais direitos do trabalhador e na maioria das vezes a sua única fonte de renda na velhice (CAMARANO, 1999) – é demasiadamente tímida e fraca tanto na PNI quanto no Estatuto do Idoso. Por exemplo, estabelece-se como competência dos órgãos e entidades públicos, na implementação da PNI, na área de previdência social, somente os seguintes aspectos: “*priorizar o atendimento ao idoso nos benefícios previdenciários*” e: “*criar e estimular a manutenção de programas de preparação para aposentadoria*”.<sup>25</sup> Nota-se que também o Estatuto do Idoso: “*foi tímido no Capítulo VII (Previdência Social), pois não incluiu medidas salariais que viessem suavizar o dia-a-dia do aposentado idoso*”.<sup>26</sup>

Conforme mostra o *Boletim Estatístico da Previdência Social* do ano de 2003, 65% da totalidade de aposentados no Brasil recebe um salário mínimo de renda, e 12,5% recebem de um a dois salários mínimos. Considerando o baixíssimo poder de compra do salário mínimo dentro da economia brasileira,<sup>27</sup> fica clara a situação de precariedade social vivida por muitos idosos no país, a qual as recentes políticas públicas parecem não apresentar soluções eficazes na medida em que se eximem nos aspectos referentes à melhoria da renda previdenciária, tida como condição primeira para a autonomia e integração do idoso à sociedade (CAMARANO, 1999).

A ênfase em aspectos secundários e paliativos de “inclusão”, como o acesso gratuito a transportes públicos, cinemas e outras atividades culturais e de lazer, dada pela PNI e pelo Estatuto do Idoso, vem na verdade apresentar medidas paliativas para o problema da exclusão do idoso da sociedade. Fazendo isso, o Estado foge da responsabilidade e dos gastos que teria com a melhoria da renda previdenciária (HADDAD, 2001). O depoimento

---

<sup>25</sup> Lei 8.842/94, Art. 10º, parágrafo IV, itens “b” e “c”.

<sup>26</sup> “Comentários ao Estatuto do Idoso”, de autoria do advogado Luiz Faria e Souza, apud: *Estatuto do Idoso*, Câmara Municipal de Campinas, 2004, p. 08.

<sup>27</sup> Conforme mostra o *Boletim DIEESE*, Edição Especial Dia do Trabalho, de maio de 2004, o salário mínimo, em moeda atual, equivalia proporcionalmente a R\$834,97 em 1952 e a R\$1.036,10 em 1957, até valer R\$259,70 em 2003. Se em 1959 um salário mínimo comprava 85kg de carne, 192kg de feijão, 202kg de arroz e 230kg de pão, por exemplo, em 2003 passa a comprar 29kg de carne, 78kg de feijão, 134kg de arroz e 48kg de pão.

de uma idosa aposentada, de 65 anos, ilustra bem o caráter contraditório das políticas públicas da velhice:

Sou aposentada e me mantenho, exclusivamente, com a merreca que recebo do INSS. (...) Se o idoso tivesse um benefício de acordo com o valor contribuído para a sua aposentadoria, não precisaria passar pelo constrangimento de esmolar uma sessão de cinema.<sup>28</sup>

Sendo assim, o suposto “movimento social do idoso”, sem o idoso, passa a resultar na formulação de políticas públicas que não atendem às reais necessidades desse grupo social. Vieira (1987) explica esse fenômeno afirmando que:

A política social desde 1964 reduziu-se a uma série de decisões setoriais na Educação, na Saúde, na Previdência Social e na Assistência Social, servindo geralmente para desmobilizar as massas carentes da sociedade. Ela ofereceu serviços sem antes perguntar quais eram as necessidades reais. Duvida-se de que isso se chame de política social (p. 232).

As contradições inerentes às políticas públicas da velhice vêm reforçar o seu caráter de controle e tutela do grupo social dos idosos, que cresce numericamente a cada dia, vindo a representar um considerável contingente eleitoral e massa de manobra política. Além disso, o controle desse grupo também parece interessar aos propósitos das organizações representativas da velhice, que passam a legitimar e expandir o seu campo de atuação no interior da sociedade. Nessa lógica, pode-se dizer que tanto as recentes políticas públicas da velhice quanto a atuação dessas organizações inserem-se no contexto de “mercantilização” da velhice inerente à idéia de “terceira idade”, no sentido dado por Debert (1997).

### *Burocracia, autonomia e vida cotidiana*

Diante desse cenário, pode-se questionar o seguinte: como é possível ao idoso ter autonomia sendo que o próprio Estado tolhe essa autonomia restringindo a principal fonte de renda dos idosos (a aposentadoria) e atribuindo às organizações representativas da

---

<sup>28</sup> Jornal *Correio Popular*, 30/03/2004, pág. 02, Primeiro Caderno, “Correio do Leitor”. Título do artigo: “Cinema X idosos”.

velhice o papel de controlar a participação deles na vida política? Que autonomia é essa que quer garantir a PNI, sendo que não permite nem mesmo que o idoso se manifeste autonomamente sobre as suas reais necessidades?

Tal raciocínio coloca em xeque tanto a idéia do Estado como representante dos interesses da população, quanto a própria noção de representatividade, da qual se servem as organizações da velhice, na mesma lógica dos partidos políticos e sindicatos, que utilizam um discurso pseudo-revolucionário de defesa dos oprimidos.<sup>29</sup> A sociedade burocrática que emerge com o capitalismo industrial traz um contexto em que as decisões político-econômicas e empresariais passam a ser tomadas pelas cúpulas hierárquicas. O discurso da democracia representativa<sup>30</sup> – de que as bases têm poder de decisão – é utilizado pelo capitalismo burocrático como estratégia de dominação, controle e passivização das massas populares, conforme defendem Dias (1999) e Tragtenberg (1980), dentre outros (Cf. também: WOOD, 2003; e MOTTA, 1986).

Isso nos faz pensar sobre o papel da COBAP enquanto entidade ligada ao sistema sindical e que se autodefine como defensora legítima dos direitos dos aposentados. Essa organização representativa da velhice teve atuação fundamental no movimento dos aposentados das décadas de 1980/90, fazendo lobby político e organizando manifestações que ganharam grande repercussão pública na época, conforme mostram Haddad (2001) e Simões (2000). Teve um papel importante também na elaboração e aprovação do Estatuto do Idoso em 2003.<sup>31</sup> Contudo, como explicar, por exemplo, a já comentada timidez dos artigos referentes à Previdência Social nesse Estatuto? Isso lança dúvidas sobre a atuação

---

<sup>29</sup> Motta (1986) destaca que: “Não se pode afirmar que os partidos políticos de vanguarda e os sindicatos de trabalhadores tão-somente participam do modo de produção dominante. É preciso ficar claro que o seu papel é duplo e que sua total cooptação pela classe dirigente implicaria sua completa descaracterização e muito provavelmente seu desaparecimento. A classe trabalhadora, bem como outros grupos sociais oprimidos, só sustenta essas organizações à medida que elas permanecem na oposição, por frágil que seja. Acreditar, porém, que tais organizações sejam em si revolucionárias é ignorar a natureza do fenômeno burocrático” (p. 60).

<sup>30</sup> De acordo com Demo (1996) a democracia representativa é limitada por restringir os canais de participação política às eleições e ao voto/plebiscito popular, facilmente manipuláveis por meio de marketing eleitoral ou por outras estratégias de convencimento/indução das massas.

<sup>31</sup> Cf. página na internet: <<http://www.cobap.hpg.ig.com.br>> (consultada em 27/01/2004) e também os “Comentários ao Estatuto do Idoso”, *Estatuto do Idoso*, Câmara Municipal de Campinas, 2004.

“revolucionária” dessa organização especializada na questão previdenciária, que parece privilegiar interesses particulares de cunho político-eleitoral.<sup>32</sup>

Para Motta (1986), a autonomia é a única alternativa revolucionária e desenvolve-se necessariamente no âmbito da prática cotidiana dos indivíduos e dos seus discursos de contestação à ordem. O autor defende que o mais importante é: “*A autotransformação social, que se refere ao fazer social e político dos homens na sociedade e nada mais. O fazer pensante e o pensar político implicam-se numa unidade indestrutível (...). E este fazer-se é o contrário das hierarquias burocráticas*” (p. 28).

Neste sentido, sabe-se que a precariedade dos benefícios previdenciários obriga muitos aposentados a continuarem trabalhando, seja para garantir a sobrevivência própria ou da família, ou para evitar quedas violentas do padrão de vida, conforme é mostrado por Camarano (1999). E é na necessidade de continuar trabalhando após a aposentadoria que se tornam claros a sujeição e o aprisionamento dos trabalhadores por um sistema que não permite a liberdade. A reflexão, o “pensar político” e o “fazer pensante”, parafraseando Prestes Motta, são as reais práticas de autonomia. Essa liberdade de reflexão – ou seja, a prática do ócio reflexivo ou criativo – é retirada dos aposentados que necessitam trabalhar.

Portanto, é na possibilidade de debaterem as políticas públicas que lhes dizem respeito, nos fóruns de discussão ou mesmo em outros âmbitos da vida cotidiana, que se expressam práticas de resistência, subjetividade e autonomia real entre os idosos. Assim, a crítica dos idosos tanto às políticas da velhice quanto à participação restrita e limitada oferecida pelo atual modelo de democracia, bem como à exploração do trabalho que lhes cerceia a liberdade, constituem micropoderes potencialmente “revolucionários”, porque se opõem à lógica de controle burocrático inerente ao capitalismo, dentro de uma dimensão “molecular”, na concepção de Guattari (1987) ou “micropolítica”, na definição de Foucault (2000). Tais práticas de resistência, por ocorrerem no plano da subjetividade e da vida cotidiana dos indivíduos, passam despercebidas numa sociedade fundada na lógica institucional. Segundo essa lógica, tudo deve ser institucionalizado. Isso ocorre, até mesmo, com as práticas “revolucionárias” vigentes até então, protagonizadas pelos partidos de esquerda, sindicatos e demais organizações representativas de categorias ou grupos sociais.

---

<sup>32</sup> Na “Apresentação” do *Estatuto do Idoso*, da Câmara Municipal de Campinas, op. cit., o Senador Paulo Paim (PT/RS), ligado à COBAP, ressalta a importância dessas leis para a consolidação da cidadania do idoso e enfatiza o seu papel como principal articulador político na aprovação do Estatuto.

Contudo, todas essas alternativas se encontram capturadas pela lógica burocrática. Por isso é que qualquer forma de resistência que seja realmente autônoma deve ocorrer *fora* dessa lógica e, principalmente, opondo-se a ela. Conforme afirma Dallari (1984): “*A atitude de resistência é sempre possível no plano da consciência*” (p. 54). Poderíamos mesmo dizer que a que ocorre no plano da consciência é, na verdade, uma das *únicas* formas de resistência efetivamente possíveis dentro da atual ordem do capital, caracterizada pelos mecanismos de controle e vigilância institucional, que se encontram muitas vezes ocultos sob a aparência falaciosa da “boa intenção”.

### **Objetivos e aspectos metodológicos da pesquisa**

#### *Objetivos gerais e específicos*

Esse trabalho tem como objetivo geral analisar a relação entre velhice e autonomia, tendo como base o suposto movimento social do idoso protagonizado pelas organizações representativas da velhice no Brasil e as políticas públicas dele derivadas, que, por não mexerem eficazmente na questão da aposentadoria, só fazem perpetuar a alienação política e a sujeição ao trabalho das classes menos favorecidas, mantendo a divisão entre os que podem e os que não podem desfrutar de um tempo livre para a reflexão e participação política. Assim, a autonomia dos idosos, preconizada pelas políticas públicas da velhice, acaba sendo uma autonomia relativa, atrelada à condição de classe.

Portanto, de forma mais detalhada e específica, os nossos objetivos foram os seguintes: (1) analisar o suposto “movimento social do idoso”, protagonizado por algumas organizações representativas da velhice no Brasil, principalmente o SESC, a SBGG, a ANG e a COBAP, e as recentes políticas públicas e leis de atenção à velhice dele resultantes: a PNI e o Estatuto do Idoso, numa perspectiva crítica, procurando situá-los dentro do contexto de surgimento da velhice como questão social, que, sendo um fenômeno sócio-político-demográfico, se dá principalmente à mercê da ação dos próprios idosos; (2) sob a perspectiva da não-participação dos idosos desse “movimento social”, caracterizá-lo como uma “rede de movimentos sociais”, de dimensões supranacionais, no sentido dado por Scherer-Warrer (2001) e Gohn (2000), onde se tem observado um processo de

“institucionalização” e “terceirização” das ações coletivas, que é coerente à lógica neoliberal de reestruturação produtiva do capital, de globalização econômica e de privatização dos direitos sociais – conforme a interpretação de Montañó (2003) – e dentro da qual pode ser situado o fenômeno de “mercantilização da velhice” presente na idéia de “terceira idade”; (3) mostrar que a exclusão do idoso desse “movimento” reivindicatório por políticas públicas coloca em xeque a questão da representatividade institucional à medida que não são contempladas necessidades primordiais desse grupo social, como a elevação do poder de compra da aposentadoria, por exemplo, da qual se eximem tanto a PNI quanto o Estatuto do Idoso; e (4) por fim, analisar o trabalho no pós-aposentadoria como um cerceamento da autonomia dos idosos, que os impede de desfrutar do tempo livre depois de uma vida toda explorada pelo trabalho alienado. Tempo esse que poderia ser destinado à reflexão e à participação política, enfim, à efetiva prática da autonomia.

#### *Metodologia de investigação e análise dos resultados*

No desenvolvimento da pesquisa utilizamos três tipos de fontes para a obtenção de dados/informações: 1) pesquisa bibliográfica, 2) análise documental e 3) entrevistas. Tratamos do tema proposto tendo como principal ponto de partida o suposto “movimento social do idoso” no Brasil, e as políticas públicas dele resultantes: PNI e Estatuto do Idoso, procurando levar em conta a ação das organizações representativas da velhice a serem consideradas na análise: SESC, SBGG, ANG e COBAP, que figuram entre as principais protagonistas desse “movimento” no Brasil, conforme mostra Belo (2002), e que tiveram papel decisivo na transformação da velhice em questão social. A principal problemática a ser considerada foi a não-participação do idoso desse “movimento”, fato que é identificado claramente pela pesquisa de Santos (1998), e que coloca em xeque tanto a integridade da ação das organizações representativas da velhice, quanto a idéia de representatividade institucional, além de lançar dúvidas sobre a eficiência das recentes políticas públicas voltadas ao idoso, que não atendem necessidades básicas como a elevação da renda da aposentadoria, um direito social do trabalhador, causando o fenômeno do trabalho no pós-aposentadoria.

Procuramos, assim, estudar a problemática inicialmente com levantamento bibliográfico acerca de temas fundamentais, como: a construção social da velhice, velhice e capitalismo, a idéia de terceira idade, o envelhecimento populacional, os antigos e novos movimentos sociais, o debate sobre a centralidade do trabalho, o terceiro setor e a institucionalização/terceirização das ações coletivas, o neoliberalismo, a globalização, a reestruturação produtiva, a democracia representativa, as políticas sociais, a aposentadoria e o trabalho dos idosos enquanto prática de resistência e subjetividade. Buscaremos ampliar a bibliografia até aqui apresentada, procurando construir um respaldo teórico abrangente para a abordagem da problemática em questão e para a interpretação em profundidade dos dados obtidos na análise documental e nas entrevistas.

A análise documental procurou privilegiar a consulta de documentos pertinentes: 1) à ação das organizações representativas da velhice na demanda por políticas públicas; 2) à obtenção de privilégios e interesses particulares/corporativos por parte dessas organizações; 3) à exclusão dos idosos do “movimento social” que afirma lutar pela cidadania, autonomia e integração desse grupo social; 4) às estratégias de controle e tutela exercidas pelas organizações representativas da velhice frente a um dos segmentos da população que mais cresce na atualidade em virtude do envelhecimento populacional no Brasil; 5) às ações dessas organizações referentes à aposentadoria e à Previdência Social, exatamente a parte mais falha e tímida tanto na PNI quanto no Estatuto do Idoso, políticas que afirmam ter por objetivo, contraditoriamente, promover a autonomia do idoso. Analisar diversos tipos de documentos, tais como: regimento interno das organizações, seus planos de ação e programas relacionados às políticas públicas, leis e artigos componentes da PNI e do Estatuto do Idoso, ou a eles relacionados, manifestações, memorandos, circulares referentes ao *Fórum Regional da PNI* no Rio de Janeiro, organizado pela ANG. O nosso *locus* de investigação foram as próprias organizações e os eventos por elas promovidos.

Nas entrevistas, coletamos os discursos: 1) dos membros estratégicos das organizações representativas da velhice (mínimo de um por organização), referentes às ações em prol da cidadania e integração dos idosos, que constam da PNI, focando essencialmente a questão da autonomia.<sup>33</sup> Assim, ao debatermos sobre a aposentadoria,

---

<sup>33</sup> Dita o Art. 1º da Lei 8.842/94: “A PNI tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua *autonomia, integração e participação efetiva na sociedade*”. Grifos meus.

buscaremos identificar as oposições de sentido e contradições presentes nos discursos dos entrevistados, seguindo o caminho apontado por Schein (1992) relativo à análise dos pressupostos inconscientes<sup>34</sup>; 2) dos aposentados que podem participar dos fóruns de debate promovidos pelas organizações representativas da velhice; 3) dos aposentados que ainda desenvolvem trabalho remunerado, questionando-os acerca da necessidade de trabalhar após a aposentadoria. Procuramos identificar na fala desses idosos as práticas de subjetividade, resistência e autonomia real – no sentido apontado por Guattari (1987) –, ou seja, na crítica feita por eles ao Estado<sup>35</sup>, à burocracia das organizações representativas da velhice e à lógica de exclusão que permeia a sociedade capitalista, que não garante nem mesmo autonomia aos trabalhadores após a aposentaria.<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> Schein (1992) divide a cultura de uma organização em três níveis: os artefatos visíveis (facilmente observáveis porque mais aparentes), os valores compartilhados (só obtidos por meio de análise documental e da observação das políticas institucionais) e os pressupostos inconscientes (de mais difícil observação, porque mais profundos, só obtidos por meio de entrevistas com membros-chave da organização).

<sup>35</sup> É interessante notar como estão presentes no discurso de aposentados que ainda trabalham uma postura crítica frente à idéia do Estado democrático como representante dos interesses do povo, principalmente em virtude da precariedade das políticas e direitos sociais, conforme mostra a pesquisa de Witczak (2003).

<sup>36</sup> A palavra aposentadoria, tanto em inglês (*retired*) quanto em francês (*retraite*), significa retirar-se, ou seja, diz respeito ao direito do trabalhador de desfrutar do tempo livre após uma vida toda dedicada ao trabalho. Direito esse que é dever do Estado garantir. Cf. Ramos (2001).



**CAPÍTULO 1**

***VELHICE E CAPITALISMO:  
determinantes histórico-sociais***

### 1.1. A velhice como uma construção social

Todo estudo sociológico acerca da velhice deve ter como pressuposto o fato desta ser, acima de tudo, uma construção social. Isso significa que, apesar dos aspectos biológicos que envolvem o fenômeno do envelhecimento, as classificações e identificações da velhice dependem essencialmente dos contextos sociais e históricos nos quais esta mesma é vivenciada. Assim, os valores e estereótipos associados à idéia de “velho” são bastante relativos e variam conforme a sociedade e a época histórica. Ser velho na Grécia ou em Roma, na Antigüidade Clássica, não é o mesmo do que ser velho na Idade Média ou na sociedade capitalista ou, ainda, nas sociedades tribais tidas como “primitivas”. Cada uma dessas sociedades formulou classificações identitárias particulares e diferenciadas sobre a velhice. E essas concepções dependem essencialmente dos grupos sociais dominantes.

Tal constatação nos remete à análise de Berger e Luckmann (2002), pela qual a realidade é socialmente construída, num processo em que são determinantes as concepções ideológicas e culturais dos grupos de poder vigentes na sociedade, bem como dos veículos e agentes de disseminação cultural nela existentes. Neste mesmo sentido, a sociologia do conhecimento de Karl Mannheim (1986) concebe que as ideologias e formulações intelectuais de um determinado contexto histórico e social estão diretamente relacionadas com as forças sociais predominantes. Assim, as transformações sociais e políticas geralmente repercutem em mudanças ideológicas, uma vez que podem levar a alterações na estrutura de poder. A análise marxista foi pioneira na tentativa de mostrar a relação existente entre as concepções ideológicas e os grupos de poder político e econômico numa sociedade. *A Ideologia Alemã*, de Marx e Engels (1993), atesta que a ideologia dominante num contexto dado é a ideologia da classe economicamente dominante.

Pode-se entender, portanto, porque as formulações acerca da velhice nas diversas sociedades ao longo da história sempre dependeram do grau de poder e influência – ou, ainda, do valor – que os velhos possuíam na estrutura e na organização social. Se na Grécia e em Roma, na Antigüidade, o senado e os conselhos superiores eram compostos basicamente por anciãos, isso explica, em parte, a imagem relativamente positiva associada à velhice nestas sociedades. Na Grécia, o poeta Homero associa a velhice à sabedoria, a

qual é encarnada na figura de Nestor, o conselheiro supremo. Em Roma, Cícero faz em *De Senectute* uma defesa da velhice, afirmando que ela era a base de sustentação da autoridade do Senado. O oposto se observa, no entanto, na sociedade industrial do século XIX. Nela, a intensidade do processo de produção que emerge com o trabalho industrial passa a valorizar sobretudo os jovens, tidos como mais resistentes e velozes. Ao idoso eram atribuídas as idéias de improdutividade, decadência e desadaptação social (BEAUVOIR, 1990).

Na verdade, não só a velhice, mas todas as categorias de idade que hoje nos parecem claramente definidas foram construídas social e historicamente de acordo com a necessidade e os interesses dos grupos de poder. As três principais subdivisões do ciclo da vida humana: a infância, a fase adulta e a velhice – às quais se acrescentam hoje outras categorias classificatórias, como a adolescência, a meia idade e a terceira idade – foram sendo definidas e delimitadas na medida em que o advento da sociedade capitalista empreenderia um processo de racionalização da vida social, resultando no surgimento da idade cronológica como instrumento de controle preciso das etapas da vida humana, extremamente necessário numa sociedade baseada num modelo racional-legal de organização, conforme a definição de Max Weber (1991).

E é esse fenômeno de cronologização da vida que passa a delimitar as diversas fases em que a vida humana é periodizada. A infância, que, conforme mostra Ariès (1981), não existia na Idade Média como uma etapa diferenciada. A criança, nesse período, era tida como um adulto em miniatura, vivendo papéis sociais semelhantes no que se refere a trabalho e vida social. Seria só com o surgimento das escolas enquanto instâncias de formação da mão-de-obra para o capitalismo comercial e industrial, e a institucionalização da maioridade legal pelo Estado, que a infância passaria a ser tratada de maneira especial. O advento da modernidade alargaria, assim, a distância entre a infância e a fase adulta, delimitando não só a primeira como fase diferenciada e demandadora de cuidados específicos, mas também a segunda como etapa destinada a papéis produtivos e de cidadania (ELIAS, 1990).

A noção de velhice, por sua vez, sempre existiu nas várias sociedades ao longo da história. Contudo, não havia no período anterior ao advento da modernidade e, essencialmente, da idade cronológica, uma idéia clara e precisa de quando se iniciava a velhice e nem da definição de quem era velho. Mesmo porque a expectativa de vida

raramente ultrapassava os 35 anos, dada a grande mortalidade infantil e a precariedade dos serviços sanitários e de saúde. Portanto, na Antigüidade, uma pessoa de 30 ou 40 anos poderia ser considerada “velha”. O ancião de mais de 60 anos era uma raridade e é por esse motivo, dentre outros, que ele era venerado e respeitado na maioria das sociedades do passado. A figura do patriarca, comum entre os hebreus e judeus, por exemplo, da qual o personagem bíblico Abraão é o representante mais popular, retrata o respeito com que os idosos eram tratados nas sociedades tradicionais. Seria só com o surgimento das ciências médicas e farmacológicas e com a melhoria do saneamento básico, ocorridas a partir do século XIX na Europa e nos EUA, que a expectativa de vida passa a aumentar, assim como aumenta o número de pessoas que chegam à velhice.

Assim, nas sociedades industrializadas, a questão da velhice se colocava essencialmente para aqueles que não podiam assegurar financeiramente o seu futuro, ou seja, o indivíduo despossuído, o indigente. Conforme destaca Peixoto (1998), o velho era o velho operário, desgastado pela intensidade do trabalho industrial, excluído do mercado de trabalho e relegado à própria sorte por ser considerado improdutivo. Nas classes mais abastadas, entre a burguesia industrial e os demais aristocratas, a velhice não era vista como etapa negativa, mas sim como o auge do acúmulo de riquezas e de títulos sociais.<sup>37</sup> Esses não eram chamados de velhos, mas sim de idosos: *personne âgée*, em francês, e *elderly*, em inglês.<sup>38</sup>

Nota-se que a idéia de classe social, ou seja, a posição ocupada pelos indivíduos na estrutura social, tem papel determinante na vivência e identificação da velhice nas várias sociedades históricas, mas principalmente na sociedade capitalista. A espetacular concentração de riqueza nas mãos das classes proprietárias e o conseqüente aprofundamento do fosso entre ricos e pobres tornaria bastante nítida a identificação da velhice como um problema das classes operárias, associando-a diretamente às idéias de pobreza, indigência e exclusão social (MELCHERS, 1995). Na verdade, o que houve foi a associação dos estereótipos negativos da velhice (improdutividade, desadaptação, decrepitude, lentidão, incompetência social, etc.) às classes exploradas, enquanto que aos

---

<sup>37</sup> Dentre os títulos mais comuns, conferidos aos idosos da aristocracia, estão o de *Lord* e o de *Sir*, na Inglaterra. Cf. Alba (1992).

<sup>38</sup> O termo “velho”, por sua vez, é traduzido como *vieux* ou *veillard* (velhote) em francês. Em inglês, é traduzido como *old man*. Cf. Peixoto (1998).

ricos coube uma velhice carregada de imagens positivas, principalmente as referentes à sabedoria e à experiência. É por isso que as pessoas com certo patrimônio eram designadas no século XIX como “patriarcas com experiência preciosa”, conforme revela Peixoto (1998).

Erdman Palmore (1999), analisando a problemática da discriminação por idade, conhecida como *ageism* na língua inglesa, aponta a existência de um conjunto de estereótipos negativos associados à idéia da velhice – ao qual ele chamou de *ageism* negativo – que influenciam na sua exclusão social. Dentre tais estereótipos, estão principalmente o de improdutividade, de decadência e incompetência adaptativa. Por outro lado, o autor define como *ageism* positivo um outro conjunto de estereótipos, dentre os quais destacam-se a sabedoria, a experiência e a simpatia. Esse recorte da idéia de velhice, ilustrado pelas expressões *ageism* negativo e *ageism* positivo, retrata o fenômeno por meio do qual as classes mais abastadas tomaram para si, ao longo da história, as imagens positivas da velhice, enquanto relegaram à classe operária as negativas. A honra, a sabedoria e a experiência, características historicamente associadas à idéia de velhice, passaram a ser privilégio de membros componentes das classes dominantes, como grandes empresários industriais, intelectuais e políticos.

Os grupos de maior poder social, sendo os responsáveis pela produção discursiva acerca da velhice, atuam historicamente como elementos determinantes na construção social da velhice. Decerto que isso ocorreu em todas as épocas históricas da humanidade, seja em sociedades em que os anciãos tinham certo poder político, como nas antigas Grécia e Roma, seja em sociedades tribais baseadas na tradição oral, onde os velhos eram vistos como guardiões das tradições, ou, ainda, na sociedade medieval, na qual os velhos, que ainda eram raros, tinham um menor valor social em comparação aos jovens, em virtude da dureza da vida servil dos camponeses que trabalhavam nos feudos, das inúmeras guerras e das atividades comerciais emergentes, que exigiam trabalho intenso e duro, mais adequado aos jovens (BEAUVOIR, 1990).

Contudo, é essencialmente na sociedade capitalista, mais especificamente a partir do século XIX, que a velhice se tornaria progressivamente objeto privilegiado de discursos e construções identitárias (SIQUEIRA et alli, 2002). Isso se daria em decorrência do aumento da expectativa de vida possibilitada pelos avanços da medicina, e o conseqüente

crescimento da proporção de velhos nas sociedades industriais, bem como da associação da velhice com pobreza e indigência, da qual era vitimada a classe operária, e que teria papel decisivo na emergência da velhice como um problema social. No século XX, a criação das caixas de aposentadoria e pensão pelo Estado, destinadas a garantir a sobrevivência dos indivíduos sem condições de trabalhar, e o surgimento da geriatria e da gerontologia como ciências voltadas para o envelhecimento, atuaram como elementos decisivos numa nova produção discursiva sobre a velhice (DEBERT & SIMÕES, 1998).

Num panorama geral, pode-se dizer que a eclosão da moderna sociedade urbano-industrial e dos fenômenos sociais dela decorrentes – urbanização, crescimento populacional, surgimento das ciências médico-farmacológicas, aumento da expectativa de vida da população, aparecimento da classe operária, criação das leis trabalhistas e das caixas de aposentadoria e pensão, dentre outros – revolucionaria a idéia de velhice existente até então. Jamais na história da humanidade o número de pessoas idosas foi tão grande quanto no século XX. Nunca também a expectativa de vida chegou a patamares tão altos (81 anos no Japão). Pela primeira vez na história estamos vivendo a possibilidade real de o número de velhos superar o de jovens, como já está prestes a ocorrer em certos países europeus, como a Itália e a Espanha. No entanto, paradoxalmente, o crescimento do número de velhos não possibilitou a superação da exclusão social vivida por eles desde os primórdios da industrialização, em que velhice, pobreza e indigência caminhavam juntas (MELCHERS, 1995).

Essas particularidades da sociedade capitalista industrial reconstruíram a idéia de velhice, dando-lhe contornos identitários completamente diferenciados. Em nenhuma outra sociedade do passado a noção de improdutividade foi tão fortemente associada à imagem da velhice quanto na sociedade industrial, com os velhos operários sendo excluídos em decorrência de sua pouca resistência física para o trabalho repetitivo e desgastante das indústrias. Ademais, a própria dureza do trabalho industrial, muitas vezes executado em ambientes insalubres como as minas de carvão, tornava inválidos muitos trabalhadores antes mesmo de estes atingirem os 60 anos, idade considerada hoje como velhice. O romance francês *Germinal*, de Émile Zola (1962), retrata a condição de exploração vivida pelos operários das minas de carvão na França do século XIX. Por volta dos 50 anos, ou até bem antes, muitos trabalhadores já se encontravam sem condições físicas de continuarem

trabalhando, sendo acometidos por doenças pulmonares decorrentes da inalação constante da fuligem, ou por lesões musculares e tendinites, ocasionadas pelo excesso de movimentos repetitivos. A esses trabalhadores restava apenas a família como única opção de sobrevivência e forma de evitar a indigência, uma vez que as pensões por invalidez ou as aposentadorias não eram universalizadas na forma de direito, sendo considerado cada caso isoladamente.

Com o surgimento das caixas de aposentadoria no final do século XIX e início do XX, em alguns países da Europa e na América do Norte, destinadas a amparar os trabalhadores na velhice e na invalidez, a imagem do velho como improdutivo e incapaz para o trabalho seria socialmente legitimada e institucionalizada. Apesar de ser um direito social ligado ao trabalho, e ser derivada da conquista direta do movimento operário, a aposentadoria teria papel decisivo na construção social de uma velhice improdutivo e inapta ao trabalho. Essa imagem, inerente à própria lógica do trabalho industrial, exerceria influência direta na desqualificação dos trabalhadores mais velhos, um processo que perdura até os dias de hoje e que atinge não só os que já são efetivamente idosos (com 60 anos ou mais), mas também os que se encontram na faixa dos 40 ou 50 anos, e que passam a viver um fenômeno de “envelhecimento precoce” na esfera do trabalho (SIMÕES, 2003; PERES, 2002).

Como resultado da transição do taylorismo para os novos paradigmas de acumulação flexível a partir da década de 1970 nos países ocidentais, à idéia de improdutividade passa a se somar a da incapacidade adaptativa dos idosos frente às inovações tecnológicas e organizacionais (GRÜN, 1990). Os trabalhadores mais velhos, tidos como desatualizados e obsoletos, são freqüentemente substituídos por profissionais mais jovens, num processo de renovação da “mercadoria” força de trabalho, que tem como pressuposto o caráter descartável com que o ser humano é visto pelo sistema capitalista (ANTUNES, 1999). Conforme mostram Grün (1993) e Peres (2002), os conflitos geracionais que acompanham o envelhecimento profissional são decorrentes da desvalorização social dos trabalhadores mais velhos num contexto cultural fundado no novo, na inovação e na grande velocidade das mudanças, mas que despreza o passado e a experiência acumulada.

A idéia de “empregabilidade”, muito comum nos dias de hoje, por meio da qual o indivíduo é o responsável pelo seu nível de inserção no mercado de trabalho, na medida em que deve se requalificar e se atualizar – e que vem substituir a noção de trabalho como um direito social – é inerente ao fenômeno do “individualismo” verificado nas sociedades contemporâneas (PAIVA, 2001).

Não só o valor e a identidade profissional dependem da ação “empreendedora” dos próprios indivíduos, mas também as suas identidades pessoais e o seu valor social. Se até o contexto taylorista a identidade pessoal era “fixa” e determinada por vínculos institucionais específicos (empresa, escola, família, Estado-nação, etc.), após a emergência dos novos paradigmas produtivos – que alguns autores têm chamado de “pós-modernidade” – o indivíduo assume o lugar das estruturas e instituições e passa a ser o responsável pela sua própria “identidade” e situação social (BECK & BECK-GERNSHEIM, 2002).

O dinamismo e a instabilidade que caracterizam a sociedade globalizada passam a exigir uma atitude “reflexiva” por parte dos indivíduos, no sentido de se adaptarem às mudanças freqüentes (MALVEZZI, 1999). Assim, a “culpa” pelo sucesso ou fracasso recai exclusivamente sobre o indivíduo, e não mais nas instituições familiares, empresariais, escolares ou estatais, uma vez que as oportunidades e opções existem, são múltiplas e se deve saber aproveitá-las (BECK & BECK-GERNSHEIM, 2002).

Na verdade, o fenômeno conhecido como “individualismo” tem relação direta com a lógica neoliberal, pela qual o Estado se exime das suas responsabilidades perante a sociedade, remetendo aos indivíduos o dever de agirem por si próprios (MONTAÑO, 2003). Esse cenário sócio-cultural estaria afetando sobremaneira a idéia de velhice, que passa a se tornar, também, uma responsabilidade individual, num processo que Debert (1997) chamou de “reprivatização da velhice”. O surgimento da geriatria e da gerontologia como ciências da velhice assumiria um papel decisivo neste processo, na medida em que seus discursos viriam no sentido de criar e propor meios de superar ou minimizar os problemas biológicos e sociais decorrentes do envelhecimento. O papel do indivíduo no sentido de evitar e/ou solucionar os problemas da velhice passaria a ser constantemente enfatizado pelo discurso da gerontologia/geriatria. Assim, a imagem do velho dinâmico, ativo e saudável, que pratica esportes e se assemelha – ou quer se assemelhar – ao jovem em vários sentidos é resultado direto desse fenômeno de “reprivatização da velhice”, que na



verdade representa mais uma negação da idéia de velhice do que o seu remodelamento, na medida em que recria, até mesmo, um novo nome para designá-la: o de “terceira idade” (DEBERT, 1997).

Cohen (1998) mostra como o surgimento da gerontologia na Índia teria como função principal não somente estudar a velhice, mas, acima de tudo, criá-la, uma vez que na sociedade indiana a velhice não existia até então como um fenômeno social e biológico claramente definido e delimitado. Na verdade, em todas as sociedades em que se desenvolveu como ciência, a Gerontologia teria papel decisivo no fenômeno que Debert (1999) chamou de “reinvenção da velhice” na medida em que passaria a recriar características, definições e classificações acerca da velhice e do envelhecimento que, por se travestirem de um discurso pretensamente “científico”, contribuiriam fortemente para a estigmatização desta última etapa da vida, associando-a à idéia de doença, de decadência física e psíquica e de incompetência social. Esse fenômeno, ao qual Haddad (1986) denominou “ideologia da velhice”, tem por protagonistas, além da Gerontologia, também o Estado e as classes empresariais que, em conjunto, atuam no sentido de tutelar e manter sob controle um contingente populacional que cresce rapidamente em todo o mundo.

É possível notar no que foi exposto até aqui como cada contexto histórico-social constrói e reconstrói a idéia de velhice de acordo com os princípios ideológicos vigentes, estabelecidos pelas forças sociais dominantes. A construção social da velhice, sob essa perspectiva, leva em conta a multiplicidade de definições e classificações que acompanham essa última etapa da vida humana, mostrando quão relativa e abstrata é a identidade de velho. Os grupos de maior poder social formulam concepções variadas acerca da idéia de velhice de acordo com os interesses em pauta. Nas sociedades tradicionais, onde a memória e o passado eram valorizados e os velhos desfrutavam de relativa influência social e política, a imagem da velhice era associada à sabedoria. Por outro lado, nos contextos sociais onde o que predomina é o novo, a mudança e a velocidade das transformações sociais e tecnológicas, o passado e a memória perdem valor frente à perspectiva exacerbada de futuro e a ênfase na necessidade de inovação. Nesse âmbito, o velho é tido como ultrapassado, obsoleto e representante de um passado que não tem mais valor social. Esse é o caso do que se tem chamado de modernidade, em que a emergência da sociedade capitalista industrial marcaria o advento de uma nova forma de organização social,

caracterizada pela *ruptura* e não mais pela *continuidade* vigente nas sociedades tradicionais (GIDDENS, 1991).

## **1.2. Velhice, memória e tradição nas sociedades “pré-industriais”**

Denominam-se “pré-industriais” aquelas sociedades que não viveram um processo de industrialização, sejam elas sociedades do passado ou, ainda, as que se mantêm até hoje num tipo de organização social caracterizada pela agricultura de subsistência, criação de animais, artesanato, dentre outras atividades não-industriais, como é o caso de algumas sociedades indígenas da África e da América. O termo “pré-industrial” é colocado entre aspas no intuito de se evitar uma visão etnocêntrica e unilinear da história, por meio da qual a industrialização é compreendida como etapa imprescindível do desenvolvimento histórico de todas as sociedades. Assim, a industrialização por que passaram as sociedades ocidentais pode ser vista como um fenômeno social isolado, que não as torna mais evoluídas do que as sociedades não-industrializadas em termos de organização e coesão social.

Contudo, é preciso esclarecer que a Revolução Industrial ocorrida na Europa a partir do século XVIII faria emergir um novo tipo de sociedade caracterizada, essencialmente, pelo aumento espetacular da divisão do trabalho e pela maior complexidade das relações sociais. Nesse processo, ocorre a passagem de uma sociedade fundada na tradição cultural e na continuidade das relações e estruturas sociais, para outra em que a inovação e a ruptura com o passado tornam-se as formas predominantes de solidariedade social, no sentido dado por Durkheim (1993).

Assim, de uma sociedade caracterizada pela “solidariedade mecânica”, em que as tradições e as formas de organização social eram reproduzidas “mecanicamente” – ou de forma “automática” – pelas gerações subseqüentes, e em que o apego à “consciência coletiva” empreendia comportamentos similares e comuns a todos os membros da coletividade, passou-se para um tipo de sociedade fundada numa “solidariedade orgânica”, em que a divisão do trabalho e a racionalidade dela decorrente iriam estruturar um tipo de organização social caracterizada por um grau elevado de diferenciação e subjetivação das personalidades individuais, inerentes à idéia de especialização (DURKHEIM, 1993). É dessa forma que o advento do capitalismo industrial faria ruir a sociedade tradicional,

substituindo-a pela modernidade. Passa-se assim de um tipo de sociedade em que a referência principal de organização era o passado, para outra voltada quase que totalmente para o futuro (GIDDENS, 1991).

Max Weber (1991) também se refere à sociedade tradicional quando analisa as formas de dominação legítima. Nas sociedades do passado, a autoridade tradicional era aquela em que o patriarca detinha todo o poder social e possuía grande influência política. Tal autoridade era geralmente exercida pelo homem mais velho da família ou da comunidade, no papel de progenitor. Nesse tipo de sociedade, a família extensa era predominante e a figura do filho primogênito era de grande importância, uma vez que a ele caberia um dia a função de patriarca. A idéia de antiguidade estava diretamente ligada à de poder e as gerações mais novas tinham o dever de respeitar os mais velhos na medida em que a tradição assim o estabelecia. A legitimidade dessa forma de autoridade era, portanto, dada pela tradição. Ou seja, as pessoas aceitavam como legítima a autoridade do patriarca porque a tradição ditava que este deveria ser respeitado acima de qualquer coisa. Pode-se dizer, portanto, que o poder tradicional era legitimado, antes de tudo, pela tradição, diferente do que acontece com a autoridade carismática, legitimada pelo carisma pessoal, ou na burocrática, pelo caráter legal-racional do poder (WEBER, 1991).

Podem ser consideradas como exemplos de sociedades tradicionais a dos hebreus, dos judeus, dos romanos e gregos na Antigüidade, a sociedade medieval, algumas sociedades não-ocidentais definidas como “primitivas”, além das sociedades do Oriente, como a China e o Japão, em seu passado histórico que antecede a industrialização. Em todas essas sociedades, a figura do patriarca, ou do homem mais velho, era, quase sempre, digna de respeito e valor social. À imagem do velho se associava, além da autoridade tradicionalmente legitimada, também a função de guardião das tradições a serem transmitidas às gerações mais novas. Dessa forma, a sabedoria e a experiência acumulada eram os principais atributos da valorização dos idosos nessas sociedades (BEAUVOIR, 1990).

Entre os hebreus, a figura bíblica de Abraão é bastante representativa, pois retrata o respeito e a veneração que se tinha pelos patriarcas idosos. A expressão “filhos de Abraão”, usada para designar sua extensa linhagem de descendentes, ilustra o caráter fortemente

patriarcal da sociedade hebraica, e mostra como o nome do patriarca era utilizado até como referência de identidade pelas gerações subseqüentes (BEAUVOIR, 1990).

Situação semelhante pode ser encontrada entre os judeus, um povo fortemente marcado pela religiosidade. A velhice era abençoada por Deus e as leis religiosas exigiam obediência aos mais velhos. O Levítico, livro judeu do Antigo Testamento, prescreve a seguinte regra: “*Tu te levantarás diante dos cabelos brancos e honrarás a pessoa do velho*” (apud BEAUVOIR, 1990; p. 115). Assim, na sociedade judaica os anciãos possuíam um papel importante na transmissão dos valores sociais e das leis religiosas para as novas gerações, bem como na administração familiar e comunitária (BEAUVOIR, 1990).

Na Antigüidade, os gregos possuíam uma organização social onde a guerra tinha um caráter prioritário em virtude da necessidade de expansão territorial e de captura de escravos para o trabalho forçado. Neste contexto, a força física e a juventude eram bastante valorizadas. Até mesmo nas esculturas e na mitologia é possível notar como a beleza física e o vigor da juventude eram de grande relevância na sociedade grega. As atividades militares e os trabalhos que exigiam maior resistência física eram desempenhados pelos jovens (BEAUVOIR, 1990).

Apesar disso, a velhice era honrada na cultura grega e a ela estavam associados atributos nobres como a sabedoria, cabendo aos velhos geralmente o papel de conselheiros. O governo da Pólis possuía um conselho consultivo, composto somente por anciãos de grande influência política, geralmente grandes proprietários de terras. O senado, em Esparta, também se constituía unicamente de anciãos, o que, segundo Platão, justificava a prudência com que eram conduzidos a política e os progressos da democracia grega (ALBA, 1992). O poder, portanto, estava nas mãos dos mais velhos e mais ricos. Neste sentido, Platão afirma, em *A república*, que: “*Os mais idosos devem mandar, e os jovens, obedecer*” (apud BEAUVOIR, 1990; p. 135).

Nota-se também como o culto aos antepassados mortos, bastante comum na cultura grega, influenciava no respeito aos ancestrais mais idosos. Esse hábito é mostrado por Platão, em *As leis*, na seguinte frase: “*Não podemos possuir nenhum objeto de culto mais digno de respeito do que um pai ou um avô, uma mãe ou uma avó, oprimidos pela velhice*” (apud BEAUVOIR, 1990; p. 136). Contudo, os velhos, principalmente os mais pobres, também eram depreciados e ridicularizados na sociedade grega em virtude de sua

decadência física ou senilidade, seja pelo povo ou pela literatura da época (ALBA, 1992). Mas a decrepitude corporal era, em grande medida, compensada pelos ganhos em sabedoria e engrandecimento espiritual. Tal condição é retratada por Platão em *A república*, onde este afirma que: “*Quanto mais se enfraquecem os outros prazeres – os da vida corporal – tanto mais crescem, em relação às coisas do espírito, minhas necessidades e alegrias*” (apud BEAUVOIR, 1990; p. 135).

Entre os filósofos gregos, é interessante notar como as figuras do discípulo e do mestre representavam a autoridade dos mais velhos no que se refere à sabedoria e à transmissão de conhecimentos para as gerações mais novas. A relação educativa que se estabelecia entre mestre e discípulo mostra como a autoridade intelectual e a influência moral e social dos grandes filósofos gregos aumentava com o avanço da idade. Fato esse que é claramente evidenciado pelo respeito com que Aristóteles faz referência à figura de Platão e este à de Sócrates nos seus escritos filosóficos, para citar alguns dos nomes mais conhecidos. Na filosofia grega, portanto, poder-se-ia dizer que a velhice e a sabedoria eram indissociáveis (DURANT, 1996).

A condição social dos velhos na Roma Antiga não se diferenciava muito da existente na Grécia. No entanto, é preciso destacar alguns aspectos centrais dessa sociedade que teriam repercussão direta na imagem que se tinha da velhice. Em primeiro lugar, merece atenção especial a questão da propriedade e o poder político dela decorrente. Os patrícios eram grandes proprietários de terras e, em conseqüência, também eram os cidadãos mais influentes da sociedade romana. Nesta sociedade, como em quase todas as outras, havia um forte contraste entre o destino dos velhos que pertenciam à elite e os que faziam parte da massa. Os da elite, na condição de patrícios, desfrutavam de uma influência política e social bastante significativa, pois seus bens eram fonte de prestígio e poder político. A magistratura era composta somente por patrícios de idade bastante avançada, o que para a época girava em torno dos 60 anos. Também o senado romano era constituído somente por idosos que haviam sido magistrados, nomeados senadores vitalícios pela sua antiguidade e pela honra e fidelidade dos serviços prestados (ALBA, 1992).

Entre os cidadãos comuns, não pertencentes às esferas do poder estatal e nem à classe dos patrícios, podemos observar que os idosos também desfrutavam de certo privilégio, uma vez que o voto dos mais velhos tinha um peso maior do que o dos outros

cidadãos (BEAUVOIR, 1990). Conforme explica Victor Alba (1992), o poder dos velhos na sociedade romana:

Baseava-se nos valores de uma sociedade rural que praticava o culto aos antepassados e que considerava como máxima virtude a lealdade ao patriarca, aos magistrados e ao país. O *pater familis* tinha um poder quase absoluto; podia castigar, vender ou matar os componentes da sua família (p. 43-44).<sup>39</sup>

Como se vê, o poder que os idosos possuíam na Roma Antiga, principalmente os da elite, é um exemplo claro de autoridade tradicional, no sentido weberiano do termo. O poder tanto social quanto político dos patriarcas idosos era incontestável, uma vez que a tradição lhes garantia a autoridade. Decerto que o fato de pertencerem a uma elite econômica dava aos velhos patrícios um poder ainda maior, mas não se pode negar que o poder tradicional assumia uma importância decisiva na valorização da velhice dentro da sociedade romana (ALBA, 1992).

Contudo, um outro aspecto que merece destaque é que a política expansionista adotada na época do império faria decair a autoridade dos mais velhos, tanto na política quanto nas instituições familiares e na sociedade em geral. Isso porque os períodos de guerra tendem geralmente a valorizar os jovens pela sua audácia e o seu vigor físico, características extremamente necessárias para o confronto, ao passo que se desvaloriza os idosos pela sua maior vulnerabilidade física. Nesta época, os imperadores eram, em sua maioria, jovens, e o senado deixaria de ser composto somente por anciãos. O *pater familis* também perderia boa parte do seu poder absoluto e os conflitos geracionais tornar-se-iam comuns e bastante acirrados, dado o ressentimento que as gerações mais novas sempre alimentaram pelos mais velhos em virtude do seu maior poder social e político (BEAUVOIR, 1990).

Com a invasão dos bárbaros durante o reinado de Constantino, o Império Romano desmorona e tem início a era medieval. Um pouco antes da queda de Roma, a adoção do cristianismo como religião oficial do Império marcaria a ascensão da Igreja Católica Romana como principal instituição de poder na sociedade. Assim, toda organização e controle social e político passaria pela Igreja durante a Idade Média. No que se refere

---

<sup>39</sup> Texto original em espanhol; tradução nossa.

aos idosos, a Igreja foi a primeira instituição da história a destinar alguma atenção a esse grupo social, criando a partir do século IV asilos e hospitais, garantindo também, em Roma e Alexandria, o sustento dos órfãos, doentes e indigentes. Essas ações se deveram, principalmente, ao discurso da caridade proferido pela religião católica, que a considerava como um dever (BEAUVOIR, 1990).

Contudo, algumas características da sociedade medieval eram extremamente desvantajosas para os mais velhos. A instabilidade social causada pelas constantes guerras e invasões bárbaras, a dureza do trabalho servil nas glebas, onde se utilizavam técnicas mais rudimentares do que na Antiguidade, e a ignorância intelectual em que o povo era mantido – e que viria a caracterizar a Idade Média como “Idade das Trevas” –, que privilegiaria a força física em detrimento da sabedoria e do acúmulo de conhecimentos, dentre outros fatores, iriam configurar uma organização social bastante desfavorável aos idosos. Além disso, a substituição do culto aos antepassados, que predominava na Antiguidade, pelo culto aos santos cristãos teria papel determinante na desvalorização cultural da velhice e das gerações mais antigas. As ações da Igreja eram insuficientes e muitos idosos que perdiam os filhos nas guerras ou eram por eles abandonados em decorrência das condições precárias de vida, tornavam-se indigentes, uma vez que a grande maioria não agüentava o trabalho pesado nos feudos e eram expulsos pelos senhores (BEAUVOIR, 1990).

Contudo, era na reprodução das tradições que residia algum respeito pelos mais velhos. A autoridade do patriarca, apesar de menor do que na Antiguidade, ainda persistia numa sociedade essencialmente rural e tradicional. Além disso, a própria relação educativa existente entre jovens e velhos na transmissão das técnicas agrícolas, ou entre mestre-artesão e aprendiz nas oficinas medievais, garantia aos mais velhos certo respeito ou valor nas relações sociais. Isso porque, por várias gerações, as técnicas de cultivo ou produção artesanal permaneciam as mesmas e quase não sofriam inovações, dada a precariedade tecnológica que vigorava no período anterior à Revolução Industrial (ALBA, 1991).

Com a ascensão da burguesia comercial e a formação dos Estados nacionais, teve início a partir do século XV na Europa a expansão marítima e comercial, que, dentre outras conseqüências econômicas já conhecidas, levaria também a um importante resultante sócio-cultural: o contato com povos indígenas do continente americano, e também da África e do Extremo Oriente. Tal contato permitiu aos europeus conhecerem realidades culturais e

sociais totalmente diferentes, o que contribuiria – após um longo período de prevalência da visão etnocêntrica, por meio da qual tais povos foram classificados como “primitivos” e inferiores –, para a relativização dos valores e padrões culturais ocidentais, principalmente com o surgimento das pesquisas etnográficas no século XIX. Dessa forma, o conhecimento da realidade cultural dos povos não-ocidentais, principalmente no que tange à condição social dos velhos nessas sociedades, teria, no século XX, um importante papel na revisão de valores acerca da velhice, tarefa esta que caberia especialmente à Antropologia.

A situação privilegiada de alguns velhos em diversas sociedades “primitivas”, que geralmente desempenhavam papéis de chefes tribais, feiticeiros (pajés ou xamãs) ou de sábios responsáveis pela transmissão de conhecimentos às gerações mais novas, permitiu à Antropologia questionar os aspectos biológicos e sociais do envelhecimento, presentes na cultura ocidental. Por outro lado, a exclusão, o abandono e, muitas vezes, o extermínio que algumas dessas sociedades infligiam – ou ainda infligem – aos seus velhos iria desmistificar a idéia de que estes sempre foram respeitados e assumiram posição honrosa entre os povos indígenas. É preciso deixar claro, contudo, que, geralmente, despojavam-se dos velhos à medida que estes não tinham mais função alguma e representavam um empecilho em virtude de doença ou senilidade (BEAUVOIR, 1990).

Da mesma forma, o contato com as civilizações do Oriente, como a chinesa, a japonesa e a indiana, fortemente tradicionais, também contribuiria para relativizar a idéia de velhice no Ocidente, uma vez que nestas sociedades o velho era visto como um sábio ou “mestre”, guardião de tradições culturais, religiosas e filosóficas milenares. Aqui, a figura do “mestre” é bastante ilustrativa, pois revela a importante função educativa que os mais velhos possuíam nas sociedades tradicionais, conforme já comentamos anteriormente.

Na verdade, a compreensão da velhice numa perspectiva histórico-cultural abrangente, com o detalhamento das condições de vida dos idosos ao longo da história, bem como das particularidades das sociedades “primitivas”, permite-nos reconhecer os vínculos simbólicos entre velhice e tradição existentes nas sociedades “pré-industriais” ou “pré-modernas”. Nota-se que, nestas sociedades, de cunho tradicional, a valorização dos velhos está diretamente associada à memória e à transmissão dessa para as gerações mais novas. Mesmo naquelas sociedades onde os velhos não ocupam posição estratégica na organização política (como no senado romano, ou no conselho de anciãos na Grécia), observa-se que a



sua importância decorre da memória que têm do passado. A experiência acumulada pelos velhos e sua sabedoria de vida têm grande valor nas sociedades tradicionais, onde o presente é uma reprodução do passado. Conforme destaca Bobbio (1997): “*Nas sociedades tradicionais e estáticas, que evoluem lentamente, o velho reúne em si o patrimônio cultural da comunidade, destacando-se em relação a todos os outros membros do grupo*” (p. 20).

Portanto, seria coerente dizer que a memória e a tradição sempre marcaram a identidade do velho ao longo das sociedades históricas. A sua vivência do passado lhe dá a autoridade legítima para desempenhar o papel de guardião das tradições, garantindo a continuidade dessas. Portanto, pode-se afirmar que a memória, e os estereótipos a ela ligados, como sabedoria e experiência, compõem a identidade do velho. Tal fato não se restringe às sociedades tradicionais, mas tem caráter universal à medida que é inerente ao próprio gênero humano e ao processo de envelhecimento, em que a aprendizagem da vida prática e a assimilação dos padrões culturais – chamada de endoculturação – pressupõem a transmissão de conhecimentos e experiências dos mais velhos para os mais novos (BOSI, 1994)

Considerar a existência de uma identidade universal ligada à velhice não invalida, contudo, a compreensão desta enquanto uma categoria socialmente construída, com a diversidade identitária que lhe é característica. Conforme já colocamos, a velhice pode assumir diversas classificações identitárias de acordo com o contexto social e ideológico vigente. E isso depende, em grande medida, do nível de poder social e político de que dispõem os velhos nas respectivas sociedades. Contudo, não há como desconsiderar que a experiência acumulada ao longo da vida – e que compõe a memória social dos indivíduos – aparece como principal trunfo na velhice. Assim, a memória e a experiência de vida são os atributos sobre os quais os idosos procuram se apoiar e construir a sua própria identidade, mesmo que isso não seja totalmente perceptível no nível consciente, conforme mostram alguns estudos de psicologia social que tratam da relação entre identidade e memória.<sup>40</sup>

Esse vínculo entre memória e identidade na velhice também é ressaltado por Norberto Bobbio (1997) em *O tempo da memória*. Para o autor:

---

<sup>40</sup> Cf. Mauad (1997), Santos (1990) ou Bosi (1994).

O mundo dos velhos, de todos os velhos, é, de modo mais ou menos intenso, o mundo da memória. Dizemos: afinal, somos aquilo que pensamos, amamos, realizamos. E eu acrescentaria: somos aquilo que lembramos. Além dos afetos que alimentamos, a nossa riqueza são os pensamentos que pensamos, as ações que cumprimos, as lembranças que conservamos e não deixamos apagar e das quais somos o único guardião. (...) A dimensão na qual o velho vive é o passado (p. 30).

Ecléa Bosi (1994) também mostra, em *Memória e sociedade*, como o papel social do velho está diretamente associado à memória:

Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade. (...) Haveria, portanto, para o velho uma espécie singular de obrigação social, que não pesa sobre os homens de outras idades: a obrigação de lembrar, e lembrar bem. (...) Nem toda sociedade espera, ou exige, dos velhos que se desencarreguem dessa função. Em outros termos, os graus de expectativa ou de exigência não são os mesmos em toda parte. (...) Na sociedade em que vivemos, é a hipótese mais geral de que o homem ativo (independentemente de sua idade) se ocupa menos em lembrar, exerce menos freqüentemente a atividade da memória, ao passo que o homem já afastado dos afazeres mais prementes do cotidiano se dá mais habitualmente à refacção do seu passado (p. 63).

Os depoimentos dos dois autores revelam o caráter universal da memória como identidade específica da velhice. É curioso notar como a “função de lembrar” torna-se mais importante – ou quase uma obrigação social – à medida que os indivíduos se desvinculam das atividades cotidianas e/ou laborativas, em decorrência da idade avançada. Já tendo cumprido os deveres da “vida ativa”, resta-lhes agora o “dever” de relembrar o que já viveram. A vivência do passado dá aos idosos a autoridade legítima para transmitir sua memória ao grupo, estabelecendo-se, assim, uma funcionalidade social específica para a velhice, mesmo que tal processo seja em grande parte conscientemente imperceptível à sociedade (BOSI, 1994).

Tomando como exemplo o mundo do trabalho, é interessante notar como, mesmo no atual contexto da sociedade moderna, marcado pela predominância de uma cultura “pós-tradicional” (GIDDENS, 1991) – onde se observa a descontinuidade e a ruptura das tradições – trabalhadores mais velhos resgatam a “identidade da velhice” ao defenderem

como principais trunfos a própria experiência e conhecimento acumulados em sua trajetória profissional. Na verdade, fazem isso na tentativa de resistir à desvalorização que o mercado de trabalho impõe aos trabalhadores que envelhecem, conforme mostram os estudos de Peres (2002) e Neri (1996). É possível observarmos hoje a existência de associações de trabalhadores idosos – geralmente ex-executivos de empresas, ex-sindicalistas ou profissionais liberais –, nos EUA, na Europa e, mais recentemente, também no Brasil, que levantam a bandeira da experiência e do conhecimento (*know-how*) acumulado como estratégia de resistência e valorização profissional e social dos idosos, bem como de reafirmação da sua identidade.<sup>41</sup> De forma semelhante, os estudos de Witczak (2003), Garcia (1993) e Santos (1990) revelam como os aposentados geralmente recorrem à lembrança do seu passado profissional (“vida ativa”) para estruturar a sua identidade pessoal, negando, em essência, a identidade de aposentado, que está simbolicamente associada à inatividade.

Essas práticas de resistência protagonizadas pelos trabalhadores idosos têm, atualmente, uma significativa conotação simbólica à medida que se opõem à lógica da sociedade “pós-tradicional”, fundada na valorização exacerbada da inovação e no desprezo pelo passado. Conforme ressalta Drucker (1997): “*O fundamento da estratégia inovadora é a eliminação planejada e sistemática daquilo que é velho, moribundo, obsoleto*” (p. 188). Na verdade, o advento da modernidade, decorrente da globalização do capitalismo e da industrialização da produção, traria uma nova realidade social onde a tradição e o passado teriam pouca importância frente à “visão de futuro”, sobre a qual a sociedade moderna iria se fundamentar. Jamais na história da humanidade as mudanças foram tão intensas e rápidas como na era moderna. A relativa estabilidade social e a continuidade cultural, observadas nas sociedades “pré-industriais”, sofreriam uma profunda ruptura, ocasionada pelo intenso dinamismo das relações capitalistas e pelo desenvolvimento científico e tecnológico inerente à industrialização (GIDDENS, 1991). Isso iria repercutir decisivamente na condição social dos velhos e no seu valor perante uma sociedade inovadora e “sem memória”(BOSI, 1994).

---

<sup>41</sup> Entre as associações desse tipo, merecem destaque *os Gray Panthers*, nos EUA, e a *SeniorNet*, no Brasil. Sobre a organização norte-americana, cf. Palmore (1999) e sobre a brasileira, cf. Peres (2002).

### **1.3. Industrialização, modernidade e ruptura na ordem pós-tradicional e suas conseqüências sobre a “funcionalidade” da velhice**

Dois fatos históricos principais marcam o advento da modernidade: o surgimento do Estado-nação e o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Ambos os eventos se consolidariam somente com a ascensão da burguesia ao poder na segunda metade do século XVIII, por meio da Revolução Francesa. O Estado-nação é, assim, pura e simplesmente, o Estado burguês e a sua constituição decorreu da necessidade de controlar de forma racional a economia capitalista e administrar a sociedade dinâmica e conflituosa que surgia. Weber (1982) explica como a racionalidade teve um papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo e na sua consolidação enquanto sistema econômico. O Estado burocrático, enquanto forma legítima de autoridade racional-legal, organizaria sistematicamente a produção industrial visando o lucro e o crescimento econômico. Para tanto, teria como recursos imprescindíveis a ciência e a técnica. A Revolução Industrial, viabilizada pelo avanço científico e tecnológico, significaria, assim, o evento histórico de maior importância para o desenvolvimento do capitalismo, pois impulsionaria de forma espetacular o potencial de produção e levaria à expansão desse sistema, possibilitando que o mesmo viesse a atingir dimensões globais.

A globalização é, por sua vez, conseqüência direta da modernidade, pois decorre do caráter expansionista e dinâmico do capitalismo industrial. E falar de uma sociedade globalizada implica considerar um conjunto de relações econômicas, políticas, sociais e culturais que só se tornaram possíveis em virtude da inter-relação – ou interdependência – entre os diversos Estados-nação, a nível mundial. Isso quer dizer que, no contexto da globalização, conforme mostra Ianni (1997), ocorre a prevalência do global sobre o nacional, tanto no que se refere à formação de blocos econômicos entre os países – efeito mais visível desse processo – como também no caráter globalizado que a cultura nacional passou a adquirir após o advento da modernidade. Assim, a “contaminação” das culturas nacionais pelos padrões culturais “globais” difundidos pelas principais potências econômicas do capitalismo – Inglaterra e Estados Unidos –, resultaria no embotamento das

tradições locais e dos nacionalismos, criando uma cultura global homogênea, baseada na padronização de comportamentos.<sup>42</sup>

### *As discontinuidades da sociedade pós-tradicional*

Quando se diz que a sociedade moderna industrial é também uma sociedade pós-tradicional significa que a tradição não representa mais aí um elemento central, tal como ocorria em épocas anteriores, nas sociedades pré-industriais. O capitalismo, a industrialização e a globalização provocariam a emergência de uma ordem social com características jamais vistas em nenhuma outra época histórica. É por isso que a modernidade deve ser considerada como um período peculiar e diferenciado da história da humanidade, no qual as instituições, as relações, as estruturas e a própria dinâmica da sociedade moderna são assumem formas inéditas. É nesse sentido que Giddens (1991) aponta como característica principal da era moderna a idéia de descontinuidade. Para o autor: *“Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvincilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes”* (p. 14).

As transformações verificadas na modernidade foram, portanto, bem mais profundas que a maioria das mudanças ocorridas em períodos precedentes e seus resultados são tão drásticos e abrangentes que seria injusto e desproporcional compará-los com quaisquer outras “revoluções” – invasões bárbaras, conquistas territoriais, guerras, etc. – ocorridas nas sociedades históricas de caráter “tradicional”. De acordo com Giddens (1991), podemos identificar três principais descontinuidades que separam as instituições modernas das ordens sociais tradicionais. A primeira delas é o ritmo de mudança empreendido na modernidade. Decerto que algumas sociedades tradicionais eram mais dinâmicas do que outras. As sociedades grega e romana da Antiguidade, por exemplo, possuíam um grau de dinamismo social e cultural bastante intenso para a época. Contudo, a rapidez da mudança em condições de modernidade é extrema e imensamente maior do que a da sociedade mais

---

<sup>42</sup> A adoção do inglês como idioma-padrão da sociedade global, bem como a popularização da televisão ao longo do século XX, tida como o principal veículo de difusão da cultura “globalizada”, por meio da transmissão de filmes estrangeiros e propagandas de produtos – ambos produzidos quase que totalmente nos Estados Unidos –, são alguns exemplos do fenômeno da contaminação das culturas nacionais, compreendido como uma consequência da globalização cultural e econômica. Cf. Ianni (1997).

dinâmica do período pré-moderno. Tal velocidade, que se faz mais nítida na esfera da tecnologia, permeia também todas as outras esferas da sociedade.

Uma segunda descontinuidade apontada por Giddens (1991) é o chamado “escopo da mudança”, que está relacionado à interconexão mundial entre as instituições, relações e estruturas sociais possibilitada pela globalização. Dessa forma: “*Ondas de transformação social penetram através de virtualmente toda superfície da Terra*” (p. 16). Isso acarreta um fato inédito na história e completamente impossível em épocas precedentes: uma ação local específica – como uma política estatal, por exemplo – pode repercutir mundialmente, afetando diversos países do mundo. Tal fenômeno só se tornou possível em virtude das tecnologias de informação e comunicação da era moderna.

Uma terceira característica de descontinuidade diz respeito à natureza intrínseca e peculiar das instituições modernas. Algumas formas sociais vigentes na modernidade simplesmente não se encontram em períodos históricos precedentes, tais como o sistema político do Estado-nação, a dependência universal da produção de fontes de energia, ou a própria transformação em mercadoria de produtos e trabalho assalariado. Essas instituições acompanham o processo de racionalização do capitalismo, cujo maior representante é o Estado burocrático. A noção de eficiência, ligada à idéia de burocracia, permearia toda a sociedade industrializada, fundada na tecnologia de produção (Weber, 1991). A empresa capitalista passa a figurar, juntamente com o Estado-nação, como instituição-chave da modernidade (GIDDENS, 1991).

Portanto, a velocidade e a intensidade das mudanças, a conectividade possibilitada pela globalização e o surgimento das modernas instituições burocráticas representam formas de descontinuidade – ou ruptura – na medida em que marcam a emergência de uma ordem social complexa, dotada de uma espetacular divisão do trabalho – à qual a análise durkheimiana, como já vimos, denomina solidariedade orgânica –, no lugar de uma sociedade com pouca divisão do trabalho e caracterizada pela permanência e reprodução “mecânica” dos modelos tradicionais de solidariedade social (DURKHEIM, 1993).

É exatamente nessa lógica da ruptura com as tradições e com as antigas estruturas tradicionais – verificada na nova ordem pós-tradicional – que reside a noção de descontinuidade apontada por Giddens (1991).

Também Scott Lash (2002) fala de uma “não-linearidade” inerente à sociedade moderna. Para ele, a modernidade é marcada por uma ruptura ou, como queira, uma não-linearidade dos modelos e estruturas tradicionais vigentes no passado. Nesse contexto, o rompimento com o passado se dá pelo intenso enfraquecimento do poder de influência que as tradições e as estruturas tradicionais tinham sobre a personalidade e a identidade individual nas sociedades tradicionais. Com o advento da modernidade, o nível de autonomia dos indivíduos frente às tradições e estruturas – que delineiam a consciência coletiva – passa a ser bem maior do que na ordem tradicional. E, em decorrência do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e dos sistemas de informação, os indivíduos, ao invés de serem influenciados pelas tradições, passam a influenciar uns aos outros, individualmente, não só a nível local, mas também mundial. Dessa forma, os indivíduos adquirem a capacidade de influência social que antes pertencia às estruturas tradicionais (LASH, 2002).

Por exemplo, jamais Henry Ford teria influenciado tão fortemente o mundo com a produção de automóveis se estes não houvessem sido produzidos em massa – ou seja, em grande quantidade e com rapidez – e se tal descoberta não fosse divulgada internacionalmente, fatos que só se tornaram possíveis em virtude das tecnologias de produção e comunicação, respectivamente. O mesmo se pode dizer das teorias de racionalização da produção de Taylor. Nunca as técnicas tayloristas teriam sido adotadas pelas empresas industriais a nível mundial se não fossem as tecnologias de produção e comunicação. Inovações como o taylorismo/fordismo, empreendidas por indivíduos isolados, e que provocariam mudanças radicais e intensas no modo de vida das sociedades, não poderiam ter ocorrido numa sociedade tradicional, desprovida de tecnologia industrial e de comunicação e onde as estruturas tradicionais de organização social e econômica privilegiam a continuidade e a reprodução de técnicas milenares. Tal foi a dificuldade da adoção do taylorismo/fordismo pela sociedade japonesa, fortemente tradicional, e que resultou na adaptação das técnicas tayloristas às tradições nacionais, fazendo surgir uma nova técnica de produção que receberia o nome de “ohnismo” ou “toyotismo” (PERES, 2004).

*Velhice e modernidade*

Se as idéias de descontinuidade, não-linearidade e ruptura são inerentes à ordem pós-tradicional que emerge com a modernidade, não há dúvidas de que a identidade e o papel social da velhice sofreriam mudanças drásticas nesse processo de transição. Isso porque, conforme já observamos ao discutir a velhice nas sociedades tradicionais, a valorização dos velhos sempre esteve intrinsecamente ligada à tradição e à transmissão dessa. Ao velho era atribuído o papel de guardião das tradições, sendo que a memória do passado e a experiência de vida – bem como a noção de sabedoria vinculada à idade avançada – figuravam como suas principais “qualificações” dentro da sociedade tradicional. Com a ruptura dos modelos tradicionais, os velhos perderiam grande parte do seu valor social, não só porque as tradições e o passado seriam relegados a um segundo plano numa sociedade com “visão de futuro”, mas também porque a sociedade moderna passa a privilegiar habilidades próprias da juventude, como o vigor físico para o trabalho industrial e a capacidade de adaptação às inovações tecnológicas e organizacionais.

Na nova ordem fundada no capitalismo industrial, o trabalho passa a ser o principal ponto de conexão com a realidade social e com a vida pública. A identidade individual passa a ser determinada pela inserção no processo produtivo e o valor dos indivíduos estaria vinculado à posição ocupada nesse processo. A nova classe dominante – a burguesia industrial – iria difundir uma ideologia fundada essencialmente na lógica do trabalho e do consumo de bens e serviços (CRUZ, 1999).

Assim, na moderna sociedade industrial, as pessoas passam a valer pelo que produzem e pelos bens que possuem. Os velhos operários, considerados inaptos ao trabalho industrial em virtude da idade, eram excluídos e marginalizados. A eles restava a miséria, a indigência ou a caridade das classes favorecidas. Até finais do século XIX não havia nenhum sistema de aposentadoria ou pensão e a ação do Estado diante da situação dos velhos se resumia à distribuição de alimentos à população pobre em geral – e não especificamente aos velhos – e ao recolhimento daqueles que se encontravam em situação de indigência, que eram encaminhados para albergues, asilos ou hospitais (ALBA, 1992).

Os velhos pertencentes à classe dominante, geralmente proprietários de terras ou de indústrias, não sofriam os males da velhice tal como os velhos operários. Isso porque, além



das suas posses lhes garantirem um considerável status social, a velhice em si estava associada à miséria vivida pelos velhos da classe operária. Nessa época, velhice era sinônimo de pobreza. O velho era o velho pobre. Os velhos ricos não eram chamados de velhos, mas sim de idosos, conforme já destacamos anteriormente. Em inglês, o termo velho (*old man*) diverge do idoso (*elderly*), o mesmo ocorrendo em francês, onde *vieux* distingue-se de *personne âgée*. Essas diferenças ilustram bem a divisão de classes que fragmenta a velhice desde os primórdios do capitalismo industrial (ALBA, 1992).

Conforme destaca Bosi (1994): “*A noção que temos da velhice decorre mais da luta de classes que do conflito de gerações*” (p. 81). Na verdade, as mudanças decorrentes do desenvolvimento do capitalismo iriam levar a uma fragmentação clara entre a velhice dos pobres e a dos ricos, uma vez que a opulência em que viviam os velhos burgueses contrastava de forma aberrante com a dos velhos operários e camponeses, que dificilmente chegavam a uma idade avançada em virtude das precárias condições de vida. Neste sentido, Melchers (1995) afirma que:

A velhice é um fenômeno de classe e toda discussão ao seu sujeito revela o papel da estrutura das classes na experiência de vida. (...) Foram as relações de produção que determinaram a noção e a definição da velhice. A velhice dos camponeses não é em nada comparável à dos artistas, dos comerciantes ou da burguesia. Toda concepção da velhice remete a um modo de produção dado. Desta forma, a velhice operária remete às regras da civilização industrial, estruturada pela experiência operária da vida e de seu destino (p. 108).<sup>43</sup>

Assim, com o advento da modernidade no limiar da industrialização, a imagem do velho sábio e guardião das tradições, que predominava nas sociedades tradicionais, é substituída pela do velho inútil, pobre e excluído do processo produtivo. Mesmo porque a sociedade industrial, na condição de pós-tradicional, concebe como valores primordiais o novo, a mudança, a inovação e a produtividade, fundados na perspectiva de futuro. Dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo industrial vem abalar profundamente a principal função social do velho: a de transmissor da memória. É por esse e outros motivos que Bosi (1994) afirma que: “*A sociedade industrial é maléfica para a velhice*” (p. 77). A mesma autora destaca que:

---

<sup>43</sup> Texto original em francês, tradução nossa.

A função social do velho é lembrar e aconselhar, unir o começo e o fim, ligando o que foi e o porvir. Mas a sociedade capitalista impede a lembrança, usa o braço servil do velho e recusa seus conselhos. Sociedade que, diria Espinosa, ‘não merece o nome de cidade, mas o de servidão, solidão e barbárie’, a sociedade capitalista desarma o velho mobilizando mecanismos pelos quais oprime a velhice, destrói os apoios da memória e substitui a lembrança pela história oficial celebrativa (p. 18).

É interessante perceber como a autora considera a memória como sendo a “arma” do velho. A sociedade capitalista “desarma” o velho à medida que destrói a tradição e despreza o passado, lócus da memória da qual os idosos são os guardiões.<sup>44</sup> Além disso, a opressão dos velhos trabalhadores pela classe burguesa se encerra na própria lógica do sistema, pois: “*A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra. Perdendo a força de trabalho ele já não é produtor nem reproduzidor. (...) O velho não participa da produção, não faz nada: deve ser tutelado como um menor*” (Bosi, 1994, p. 77-78). Na verdade, a lógica consumista que permeia o capitalismo também contribui para desvalorizar a velhice, uma vez que, não só os objetos ou coisas, mas também os seres humanos passam a ser vistos na condição de mercadorias, tornando-se, portanto, descartáveis. Para Bosi (1994): “*Quando se vive o primado da mercadoria sobre o homem, a idade engendra desvalorização*” (p. 78).

Guillemard (1986) mostra como, no século XIX, muitos operários já eram considerados “velhos” e, portanto, inaptos ao trabalho industrial ainda na casa dos 40 anos. Peres (2002) analisa esse fenômeno nos dias atuais – que tem ocorrido não só entre operários industriais, mas também entre profissionais de nível superior (executivos) –, chamando-o de “velhice precoce” no trabalho. Se, como vimos, a velhice é construída socialmente de acordo com o contexto em que é vivenciada, pode-se dizer que a lógica de exploração e consumismo inerente ao capitalismo industrial cria a “velhice” aos 40 ou 50 anos. Em síntese, não seria exagero nenhum afirmar que o ser humano torna-se “descartável” neste processo. Na verdade, é possível fazer uma analogia entre a “velhice precoce” verificada na esfera produtiva e a compreensão da força de trabalho humana como mercadoria. Recorrendo à análise marxista, sabe-se que o rápido desenvolvimento das

---

<sup>44</sup> Por isso acreditamos que o fato de muitos trabalhadores idosos defenderem a experiência profissional acumulada como sua principal qualificação representa uma prática de resistência frente à lógica excludente da sociedade capitalista, bem como um resgate da identidade primordial da velhice: a memória. Cf. Peres (2004).

tecnologias torna o novo rapidamente obsoleto, reduzindo progressivamente a “vida útil” das mercadorias. Assim, no intuito de agilizar o seu ciclo reprodutivo, o sistema econômico capitalista sustenta a redução da “vida útil” das mercadorias (ANTUNES, 1999). Assim, é válido afirmar que a “vida útil” do trabalhador passa a ser menor, tal como a vida útil das mercadorias (PERES, 2002).

### *Velhice e “pós-modernidade” no contexto dos novos paradigmas produtivos*

Quando dizemos que a modernidade emerge juntamente com o capitalismo industrial estamos nos referindo ao fato de a era moderna ser consequência direta do processo de industrialização das sociedades, iniciado no século XVIII na Europa, com o fenômeno conhecido como Revolução Industrial. Modernidade e industrialismo são, portanto, eventos contemporâneos. Giddens (1991), discutindo acerca das dimensões institucionais da modernidade, afirma que o caráter “capitalista” e/ou “industrial” das instituições modernas tem sido compreendido de forma reducionista, uma vez que: *“Ou o industrialismo é visto como um subtipo de capitalismo ou vice-versa”* (p. 61). Contudo: *“Em contraste a tal reducionismo, devemos ver capitalismo e industrialismo como “feixes organizacionais” ou dimensões diferentes envolvidos nas instituições da modernidade”* (p. 61).

Em sentido geral, pode-se diferenciar o “capitalismo” do “industrialismo” definindo o primeiro como: *“Um sistema de produção de mercadorias, centrado sobre a relação entre propriedade privada do capital e o trabalho assalariado sem posse de propriedade, [com] esta relação formando o eixo principal de um sistema de classes”* (GIDDENS, 1991: p. 61), e o segundo como: *“O uso de fontes inanimadas de energia material na produção de bens, combinado ao papel central da maquinaria no processo de produção (...) O industrialismo pressupõe a organização social regularizada da produção no sentido de coordenar a atividade humana, as máquinas e as aplicações e produções de matéria-prima e bens”* (p. 61-62).

Portanto, a sociedade moderna é capitalista e industrial, uma vez que se apóia num sistema de produção cujo funcionamento depende totalmente da tecnologia industrial. E isso ainda vigora na atualidade, apesar das transformações tecnológicas radicais que

ocorreram nas duas últimas décadas do século XX e que dariam uma nova configuração à antiga sociedade industrial. Entre os autores que trataram dessa questão, tais mudanças receberiam diversas denominações, como: reestruturação produtiva, revolução digital, novos paradigmas produtivos, acumulação flexível, terceira onda de mudanças da história, dentre outras.<sup>45</sup> Contudo, as principais instituições da sociedade moderna: Estado, empresa, escola, sistema financeiro, etc., ainda se encontram permeadas pela lógica do capitalismo e do industrialismo. Assim, a atual sociedade ainda é “industrial” e “capitalista” em sua essência. Portanto, por consequência, também diríamos que ela é “moderna”.

No entanto, alguns autores insistem em definir o novo modelo de organização social, que surge a partir dos processos de reestruturação produtiva e de automação, como sociedade “pós-moderna”, “pós-capitalista” ou “pós-industrial”.<sup>46</sup> A propriedade privada e o trabalho assalariado não foram abolidos, assim como a divisão da sociedade em classes ainda permanece. A competitividade e o lucro ainda são a mola-mestra do sistema econômico. A indústria e a utilização de fontes energéticas – principalmente o combustível fóssil e a eletrônica – também continuam sendo os principais eixos sobre os quais se estrutura a produção de riquezas na sociedade. Onde estaria, então, a superação das ordens capitalista, industrial ou moderna?

Sabemos que o capitalismo industrial teria sua capacidade produtiva intensificada no início do século XX com o surgimento da administração científica taylorista nos Estados Unidos, centrada na organização racional do trabalho e na produção em massa (ou em série) de produtos industrializados. A indústria automobilística nascente adotaria as técnicas de produção teorizadas por Taylor, sendo que a Ford seria a primeira a investir na produção em massa de automóveis. A partir de então, o modelo norte-americano conhecido como taylorismo/fordismo seria adotado pelas indústrias em todo o mundo ocidental, mas principalmente na Europa e nos Estados Unidos. O Japão, país em que a indústria automobilística também estava em processo de gestação, receberia as influências do fordismo nos finais da década de 1930. No entanto, o sistema norte-americano de produção

---

<sup>45</sup> Diversos autores tratam dessa problemática. Adam Schaft (1990), por exemplo, fala de uma “sociedade informática” que surgiria como consequência de um conjunto de transformações chamado por ele de segunda revolução industrial. Alvin Tofler (1980), por sua vez, refere-se a uma “terceira onda” de mudanças na história, que estaria fazendo emergir uma sociedade bastante diferente da sociedade capitalista industrial.

<sup>46</sup> Sobre o conceito de sociedade “pós-moderna”, ver David Harvey (1992). Sobre o de sociedade “pós-capitalista”, ver Peter Drucker (1999). Sobre sociedade “pós-industrial”, ver Daniel Bell (1977), Alain Touraine (1969) ou Domenico de Masi (2003).

não serviria aos propósitos e especificidades da indústria japonesa. Ele precisava ser adaptado. E é dessa adaptação – realizada de forma pioneira pela Toyota – que surgiria o novo modelo de produção conhecido como “toyotismo”, “acumulação flexível” ou “sistema japonês” (GOUNET, 1999).

Esse novo modelo de produção, criado a partir da adaptação do fordismo à indústria automobilística japonesa, seria caracterizado por algumas particularidades que o distinguiam nitidamente do sistema norte-americano. Enquanto no taylorismo, por exemplo, a especialização de funções e a divisão racional do trabalho determinavam que cada operário deveria operar uma máquina específica – na lógica de um operário para uma máquina –, e que a operacionalização estaria totalmente separada do planejamento do processo produtivo, no sistema japonês teríamos a adoção da multifuncionalidade, pela qual cada operário deve ser capaz não só de operar várias máquinas, mas também e principalmente de compreender e gerir o processo de produção. Assim, de um contexto em que prevalecia a especialização e a divisão rígida de tarefas – na relação de um operário/uma máquina e na separação entre planejamento e execução, por exemplo – passou-se para um modelo caracterizado pela multifuncionalidade e pela existência de equipes de trabalho – chamadas de *team work* –, que estavam encarregadas de operacionalizar todo um sistema (GOUNET, 1999).

Além disso, a produção em série adotada pelo fordismo gerava desperdícios, pois era comum o volume produzido superar em muito a demanda pelos produtos. Fato esse que seria um dos principais elementos causadores da crise de 1929, que teve repercussões mundiais. Consciente disso, o modelo japonês adotaria técnicas de produção no sentido de garantir uma ausência total de desperdícios. É assim que surge o sistema de *kanban* ou “estoque zero”, pelo qual a produção deve ser determinada pela demanda, só sendo produzido o necessário para o consumo, evitando a todo custo o estoque de produtos. Ademais, a produção deve obedecer a uma precisão minuciosa, atendendo às demandas no tempo exato, que é calculado e estabelecido previamente, uma técnica que ficou conhecida como *just-in-time*, ou “tempo justo” (GOUNET, 1999).

Na verdade, o sistema japonês procuraria empreender mudanças estruturais no modelo norte-americano, no sentido de aumentar a eficiência da produção. Dentre essas mudanças, destaca-se o processo de “horizontalização” por meio do qual se visava reduzir

os níveis hierárquicos entre os empregados e, assim, superar os problemas oriundos da burocracia institucional, um elefante branco que impede uma maior agilidade nas decisões e nos resultados. O rompimento da separação entre planejamento e execução é um exemplo da tentativa de superação da lógica burocrática. A multifuncionalidade implica conhecer e entender o processo de produção, além de operacionalizá-lo. O operário, no sistema japonês, também deve ser capaz de planejar além de executar. Ele também é um gestor da produção e não só um operador. E por isso mesmo, deve estar atento às mudanças tecnológicas e organizacionais que integram a lógica do sistema, devendo se atualizar e reciclar seus conhecimentos constantemente, condição essa denominada *kaisen* dentro do ideário cultural do sistema japonês (GOUNET, 1999).

O discurso do modelo japonês é de que o rompimento entre planejamento e execução reduziria os níveis hierárquicos, dando mais poder de decisão aos trabalhadores de nível intermediário, os “não-gestores”. Contudo, esse processo tem representado, na verdade, uma intensificação do trabalho e a redução de tamanho do quadro funcional (*downsizing*), com a eliminação gradativa de postos e funções, que se tornam desnecessários em virtude do acúmulo de tarefas e do caráter multifuncional dos trabalhadores. Ademais, a velocidade e a precisão inerentes à cultura toyotista, bem como a necessidade de atualização constante, também representam elementos de intensificação do trabalho à medida que exige dos trabalhadores não só (ou não mais) força e resistência física – como ocorria no taylorismo, para a execução dos movimentos repetitivos – mas também qualificações e competências de cunho intelectual, que devem ser atualizados com frequência para que não se tornem obsoletos. Por sua vez, os processos de reestruturação produtiva, por meio da eliminação de postos de trabalho sob a lógica do *downsizing*, fizeram aumentar o desemprego e a precarização do trabalho (DIAS, 1999).

Na medida em que foram sendo adotadas no mundo todo como “novos paradigmas produtivos”, as técnicas do sistema japonês ou modelo de gestão flexível, incrementadas pela tecnologia da informação, iriam revolucionar a produção industrial, provocando também mudanças radicais na sociedade. Os sistemas de comunicação e informação, a automação industrial e as novas tecnologias digitais marcariam a emergência de uma nova realidade social, bem mais complexa do que a sociedade industrial de tipo taylorista. Chamada de “nova economia”, sociedade “pós-industrial”, “pós-capitalista” ou “pós-

moderna”, essa nova forma de organização social decorrente do modelo de acumulação flexível, na verdade, não representaria nenhuma novidade em termos de paradigmas culturais. A velocidade, a inovação, as transformações tecnológicas, a exploração e a precarização do trabalho, que sempre foram uma realidade na sociedade moderna e industrial, só seriam intensificados com os novos paradigmas de acumulação flexível. E essa intensificação iria afetar diretamente a imagem e a “funcionalidade da velhice”.

Observemos como Harvey (1992) define a acumulação flexível presente na sociedade pós-moderna:

[A acumulação flexível] se apóia na **flexibilidade** dos processos de trabalho, na emergência de **novos mercados de trabalho, dos produtos e padrões**. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção **inteiramente novos, novas maneiras** de fornecimento de serviços financeiros, **novos mercados** e, sobretudo, taxas **altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional**. A acumulação flexível envolve **rápidas mudanças** dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais **completamente novos** em regiões até então subdesenvolvidas (p. 140). [Grifos nossos]

É interessante notar como os conceitos de novo, de inovação, de rapidez, de mudança, de flexibilidade e de intensificação tecnológica aparecem na definição de Harvey. Na verdade, tais conceitos representam as tendências da chamada sociedade “pós-moderna” e se opõem frontalmente aos estereótipos da velhice. De acordo com Palmore (1999), à imagem do velho são associados estereótipos negativos e positivos. Dentre os negativos, encontram-se os da lentidão<sup>47</sup>, da desatualização, da improdutividade e o da rigidez. Dentre os positivos, podemos citar o estereótipo da sabedoria, que inclui a experiência e a memória, figurando como identidade primordial da velhice. Portanto, numa sociedade que esquece o passado e privilegia acima de tudo o novo, o flexível e o veloz, valorizando sobremaneira a contemporaneidade tecnológica dos jovens, os idosos, cuja “função social” depende em grande medida do passado, do antigo e da memória (BOSI, 1994), são desvalorizados. Esse processo de desvalorização social da velhice, observado com maior

<sup>47</sup> Conforme destaca Bobbio (1997): “Na minha experiência, que não tenciono generalizar, o que distingue a velhice da juventude, e também da maturidade, é a lentidão dos movimentos do corpo e da mente. A vida do velho desenvolve-se em marcha lenta” (p. 46).

intensidade na esfera do trabalho, na qual os trabalhadores são excluídos após os 40 anos de idade (PERES, 2002), permeia também toda a cultura da sociedade “pós-moderna”, contribuindo decisivamente para legitimar e perpetuar a situação de exclusão e marginalidade vivida pelos velhos. Para Norberto Bobbio (1997):

A situação [do velho] agrava-se pela rapidez das transformações devido ao progresso científico e tecnológico: o novo logo fica velho. Para nos mantermos atualizados em qualquer campo precisaríamos de uma agilidade mental superior à que possuíamos no passado e, ao contrário, a nossa está diminuindo cada vez mais. Enquanto o ritmo de vida do velho fica cada vez mais lento, o tempo que tem pela frente fica dia a dia mais curto (p. 49).

A recente atenção dada à velhice nos países ocidentais, com a elaboração de políticas públicas específicas para esse grupo social – dentre as quais destacam-se as da Comunidade Européia, com o slogan “Uma Europa para todas as idades”, implementadas ao longo da década de 1990 – não representa e nem é decorrente de uma valorização da velhice nos dias atuais. Ao contrário, a sociedade de hoje, como vimos, sustenta-se em valores totalmente opostos aos que estão associados à imagem do velho. Retomando Ecléa Bosi (1994), vale lembrar que: “*a sociedade industrial é maléfica para a velhice*” (p. 77). O que dizer, então, de uma “sociedade industrial” intensificada? É essa a realidade da sociedade de hoje, chamada de “pós-moderna”, mas que, na verdade, vive as conseqüências da modernidade (Giddens, 1991). Decerto que a desvalorização de tudo o que é velho e a sua substituição pelo novo é inerente a qualquer processo de mudança. Conforme salienta Bobbio (1997):

Na díade jovem-velho, “jovem” denota o lado positivo do inteiro, “velho” o negativo. O jovem Adão contrapõe-se ao velho homem que deverá ser regenerado. A nova ordem a ser instaurada contrapõe-se à velha ordem que deverá ser sepultada sob seus escombros. O Velho e o Novo Testamento. O “novo mundo” diante a velha Europa. A Jovem Europa dos povos contra a Velha Europa dos príncipes. A nova classe burguesa substituirá a velha classe aristocrática, assim como a nova classe do proletariado derrubará, por sua vez, a velha classe burguesa. A passagem do velho para o novo é sinal de progresso; do novo para o velho, de retrocesso (p. 46).



No entanto, vemos que a intensidade das mudanças na sociedade “pós-moderna” torna a imagem social dos velhos ainda pior. Ao analisarmos as sociedades históricas, observamos que em nenhuma delas houve tantas mudanças, e num período tão curto de tempo (pouco mais de 200 anos), quanto na modernidade. A velocidade do mundo atual contrasta fortemente com a lentidão dos velhos, assim como a mudança, a atualização e a contemporaneidade tecnológica opõem-se à valorização do passado e da memória, locus onde reside a identidade e a importância social da velhice: “*o mundo dos velhos (...) é o mundo da memória*” (BOBBIO, 1997: p. 30). Se a sociedade atual, que vive as conseqüências da modernidade, é chamada de pós-tradicional, isso se deve, exatamente, à importância atribuída às mudanças e ao futuro, e ao desprezo pelo passado e pela memória (BOSI, 1994). Como valorizar o velho numa sociedade que desvaloriza a memória e a tradição? Eis a questão. Na verdade, seu desvalor cultural reflete a sua situação de exclusão social. Exclusão essa que serviria para identificar historicamente e dar visibilidade social à própria velhice no interior da sociedade capitalista.

#### **1.4. Velhice e cidadania: a exclusão social como elemento determinante na definição da velhice**

Sabe-se que a velhice enquanto um problema social visível é fenômeno recente. Até o século XVII, ou seja, no período anterior à era moderna, era raro que uma pessoa chegasse à idade que hoje é definida como velhice (60 para o IBGE ou 65 anos para a OMS). A precariedade das condições de vida e saneamento básico, a ausência de programas de saúde pública e a falta de recursos que vigorava na pré-história da medicina e da farmacologia não permitiam uma vida muito longa. A esperança de vida, que era de 22 anos na época do Império Romano, não sofreria grandes alterações ao longo da história, uma vez que, em pleno século XVII, ainda era de 30 anos (ALBA, 1992).

Seria só com o desenvolvimento das ciências médicas a partir do Renascimento que algum avanço seria possível. Contudo, até a metade do século XX, na Europa, a esperança de vida não havia ultrapassado muito a casa dos 40 anos. Com os avanços científicos no pós-Segunda Guerra Mundial, a esperança de vida chega aos 50 anos na década de 1960,

ultrapassando os 60 anos na década de 1980 e os 80 anos no início do século XXI (GLOVER, 2001).

Contudo, não seria especificamente a partir do envelhecimento populacional que a velhice passaria a ser vista como um problema social, mas sim da situação de miséria e indigência vivida pelos velhos da classe operária no contexto do capitalismo industrial. Sabemos que a proporção de velhos na sociedade européia só se tornaria significativa nos finais do século XX. No entanto, a velhice torna-se visível enquanto problema social na última década do século XIX, quando os protestos contra o abandono e a marginalidade dos velhos operários passam a entrar na pauta do movimento operário. Excluídos do processo produtivo em virtude da idade e/ou da inaptidão ao trabalho industrial – na maioria das vezes por seqüelas decorrentes do esgotamento físico provocado pela própria intensidade do trabalho ou por acidentes de trabalho, que eram bastante comuns nos finais do século XIX –, muitos operários já se encontravam em situação de indigência por volta dos 50 anos de idade, ou até antes. Diante desse quadro, o movimento operário passaria a reivindicar pensões e aposentadorias para trabalhadores inválidos e idosos, que não tinham mais condições de continuar trabalhando (GUILLEMARD, 1986).

Na verdade, é a partir das relações de produção e, mais especificamente, da luta de classes que a velhice (do povo) passa a adquirir visibilidade na sociedade e a merecer a atenção do Estado e da classe economicamente dominante, a burguesia industrial (MELCHERS, 1995). O movimento operário seria, portanto, o veículo por meio do qual a velhice passaria a ser objeto de políticas públicas específicas (aposentadoria). Até o século XVIII a longevidade não implicava necessariamente abandono das atividades produtivas e nem afastamento das relações sociais. Quando alcançavam uma idade avançada, apesar das condições desfavoráveis, as pessoas somente se afastavam das atividades produtivas quando não tinham mais capacidade física para levá-las adiante. Não existia nenhuma forma de proteção ou aposentadoria nessa fase da vida. Assim, a velhice não era tema relevante antes do advento do capitalismo industrial (RAMOS, 2001).

Quando o processo de industrialização se consolida, nos fins do século XIX, a ciência já se encontrava num estágio bastante desenvolvido, quando comparado às épocas precedentes. Os avanços da medicina e da farmacologia, bem como a melhoria das condições sanitárias das cidades, já permitiam uma redução significativa no número de

óbitos ao nascer e, entre os adultos, das mortes por motivos de doenças infecto-contagiosas. Isso fez com que se elevasse a esperança de vida da população residente nas cidades industriais. À medida que o processo de industrialização avançava, exigia mão-de-obra cada vez mais adestrada, a qual requeria tempo para sua preparação. Era, portanto, conveniente que os trabalhadores vivessem mais para recompensar os recursos gastos com a sua capacitação. Porém, de forma contraditória, os que chegavam a uma idade avançada eram substituídos por trabalhadores mais jovens. Por outro lado, a burguesia também necessitava de uma vida mais longa, uma vez que o desenvolvimento dos negócios e o acúmulo de riquezas exigiam tempo para a sua consolidação. Além disso, a própria formação escolar era tida cada vez mais como imprescindível, pois representava garantia de status e nível cultural às novas gerações de burgueses, além de preparar os futuros administradores dos negócios (ALBA, 1992).

Assim, se a “velhice” da classe burguesa<sup>48</sup> representava o auge da prosperidade e dos títulos de nobreza – lorde, sir, etc. –, a velhice da classe operária, por outro lado, retratava a tragédia humana nua e crua, resultante da exploração capitalista. Os velhos tinham pouca ou nenhuma utilidade na produção e reprodução da riqueza. Essa ideologia impôs a esse segmento um nível de vida miserável. Conforme destaca Ramos (2001):

Apresentando-se como sinal de decadência, a velhice ficou sem valor simbólico na sociedade. Vista como etapa final, portanto incompatível com projetos de vida, com o futuro, negou-se a ela a representação da continuidade da vida, de todo o resto anteriormente vivido. Essa perspectiva negativa da velhice, presente na gênese de sua idéia mesma, teve como maior conseqüência um fato do qual os velhos ainda hoje não conseguiram superar: a sua exclusão da vida social (p. 24).

No entanto, a exclusão social dos velhos não pode ser vista isoladamente. Não é um problema só da velhice, mas essencialmente de classe social. Na verdade, sabe-se que os velhos ricos – burgueses, nobres e intelectuais – nunca foram excluídos na sociedade capitalista. Por outro lado, a pobreza das categorias exploradas – operários e camponeses – sempre foi uma realidade dentro do capitalismo. Assim, a situação de exclusão vivida pelos

---

<sup>48</sup> Conforme já colocamos, a palavra “velho” era destinada aos pobres, enquanto que os ricos eram chamados de idosos.

velhos em nada se separa da exclusão e da exploração que sempre vitimaram a classe trabalhadora desde o advento da era moderna (HADDAD, 1986).

O que ocorre na velhice é o agravamento dessa exclusão na medida em que muitos velhos não possuem recursos materiais para sobrevivência e nem condições físicas e emocionais para continuarem trabalhando. Isso sem contar o desemprego involuntário que sempre vitimou os trabalhadores mais velhos no capitalismo industrial. Esses passam a depender da caridade de comunidades religiosas, dos burgueses e, mais tarde, da aposentadoria ou pensão, concedida pelo Estado primeiramente como um favor. A identificação da velhice enquanto um problema social está, portanto, intimamente ligada à exclusão vivida pelos velhos dentro do sistema capitalista. Aqueles denominados “velhos” eram, essencialmente, velhos pobres, ex-operários vitimados pelo abandono e pela marginalidade. É assim, associada às idéias de pobreza, exclusão e dependência, que a noção de velhice começa a ganhar visibilidade na sociedade capitalista (ALBA, 1992).

#### *Os direitos sociais e a idéia de cidadania*

Não há como tratar de exclusão social sem discutir as noções de direito e cidadania. Sabe-se que a idéia de cidadania sempre esteve, ao longo da história, vinculada à posse de propriedades ou títulos de nobreza. Na Antiguidade, a participação política dos gregos e romanos era determinada, em grande medida, pelas suas propriedades. Decerto que somente os homens livres eram, no sentido estrito, “cidadãos”. Os escravos estavam excluídos desse direito. Contudo, entre os cidadãos, os mais ricos eram os que tinham mais poder de influência na vida política. Como vimos, os magistrados, senadores e conselheiros eram, sobretudo, idosos de grande poder econômico e, conseqüentemente, político. No período medieval, a vida política era comandada totalmente pela Igreja, pela nobreza e pelos proprietários de terras (senhores feudais). Os que não tinham propriedades (servos ou camponeses) não possuíam nenhum direito, nem mesmo sobre a própria vida. Aliás, a própria idéia de direito era inexistente antes da era moderna.

Na verdade, a construção do que hoje conhecemos como direitos humanos ou direitos de cidadania dependeu, essencialmente, de três acontecimentos históricos distintos: a Revolução Gloriosa (1688), a Revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa

(1789). A primeira, ocorrida na Inglaterra, pela qual teve início a era do poder parlamentar, fez com que o processo capitalista adquirisse maior significação e que a industrialização fosse impulsionada pela livre ação da burguesia. A segunda marcou a guerra de independência das treze colônias na América do Norte, sendo pioneira na formulação dos direitos humanos. Pela primeira vez na história um povo é capaz de fundamentar sua aspiração à independência nos princípios de cidadania, ou seja, coloca como finalidade primordial do Estado a preservação das liberdades dos integrantes do povo, elevados à condição de sujeitos políticos. A Revolução Francesa, por sua vez, representou a ascensão definitiva da classe burguesa ao poder político, com a derrubada da aristocracia local. Na verdade, havia duas revoluções em marcha. Uma era da burguesia, que visava o fim dos privilégios da aristocracia sobre a posse de propriedades e referentes aos direitos políticos. A outra “revolução” era protagonizada pelos trabalhadores, que, unidos à burguesia na “causa”, visavam a obtenção de direitos sociais além dos políticos e reivindicavam a extensão dos direitos humanos a proprietários e não-proprietários, o que seria negado pela burguesia que, após tomar o poder, vincula os direitos somente àqueles que têm propriedade. A Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão seria aprovada em agosto de 1789 e representaria um marco histórico na concepção dos direitos de cidadania. (SINGER, 2003).

No entanto, os direitos humanos decorrentes da Revolução Francesa eram direitos que continuavam atendendo somente aos proprietários, reproduzindo a própria simbologia presente na gênese do conceito de cidadania na Antigüidade, ou seja, o que se referia aos gregos que viviam na cidade, mas tinham propriedade e que, exatamente por isso, eram considerados cidadãos com direito de participação na *pólis* (MANZINI-COVRE, 2003). Na Revolução Francesa, os direitos dos que não tinham propriedade, dos que vendiam sua força de trabalho – a classe trabalhadora ou “povo” –, haviam sido mais uma vez violados covardemente. Ao serem traídos pela classe burguesa, então detentora do poder político, esses trabalhadores figurariam como os legítimos precursores do movimento operário e do socialismo ou comunismo do século XIX e início do XX (SINGER, 2003).

É possível observar como a própria idéia de cidadania traz, em si mesma, a noção de privilégio. À cidadania burguesa iria se opor duramente o movimento operário, inspirado nas idéias do marxismo revolucionário. Os trabalhadores passariam a reivindicar melhorias

das condições de trabalho, redução da jornada e descanso semanal remunerado, por meio dos piquetes e outras coalizões – como na quebra de máquinas no movimento ludista – e confrontos com proprietários de indústrias, com o exército e com o Estado (MANZINI-COVRE, 2003).

No entanto, enquanto a Revolução Industrial multiplicava o proletariado fabril, a proibição e repressão de qualquer organização coletiva impediam que as reivindicações operárias perdurassem por muito tempo, vindo a ocorrer na clandestinidade. Neste cenário, teve grande importância o surgimento de Robert Owen, um grande industrial inglês da época. Owen proporia em 1815 e 1819, respectivamente, a Primeira e a Segunda Lei Fabril. Com todas suas deficiências, as primeiras Leis Fabris foram os primeiros direitos sociais legalmente conquistados na era do capitalismo industrial. Delas decorrem, por exemplo, a limitação da idade para trabalho infantil e da jornada de trabalho para as crianças e adolescentes. Assim, as primeiras Leis Fabris são precedentes preciosos de toda ampla e variada legislação trabalhista que seria implementada no resto do século XIX e principalmente no século XX, em todos os países que se industrializaram (SINGER, 2003).

A Revolução de 1848, impulsionada pela crise de 1847, que ocasionou grande desemprego, teve, na França, caráter nitidamente proletário. Para a classe trabalhadora, a grande conquista dessa Revolução foi o sufrágio universal, que deveria preparar sua redenção social, com base no direito ao trabalho. Os trabalhadores ingleses e franceses conseguiriam a redução da jornada de trabalho para 12h. Além disso, os governos alemão e francês viram-se coagidos a reduzir o trabalho infantil e a assegurar aos trabalhadores alguma educação, necessária para que pudessem operar máquinas cada vez mais complexas (SINGER, 2003).

Em 1864, trabalhadores socialistas da França e da Inglaterra, inspirados nas teorias do marxismo revolucionário<sup>49</sup>, convocaram os trabalhadores de todos os países a formarem uma Associação Internacional de Trabalhadores, que ficaria conhecida como a Primeira Internacional. Esta ofereceria a primeira oportunidade ao nascente movimento operário nos países da Europa Continental de confrontar suas idéias e coordenar suas lutas. Se, por um lado, os socialistas inspirados em Karl Marx visavam a conquista gradativa de direitos

---

<sup>49</sup> Karl Marx encontrava-se, neste ano, no seu exílio em Londres. Sua importância não era, portanto, somente teórica. Ele atuava também, e principalmente, como intelectual orgânico do movimento operário, no sentido dado por Antonio Gramsci (1989).

sociais e a posterior tomada do poder político pela classe trabalhadora, por outro, os partidários de Proudhon e, mais tarde, de Bakunin – chamados de anarquistas – pretendiam a luta direta contra o Estado e a sua extinção, uma vez que era visto como um obstáculo à liberdade e igualdade entre os homens (SINGER, 2003).

De forma geral, as lutas do movimento operário por direitos sociais e políticos deram frutos e estes fortaleceram a classe trabalhadora e tornaram o Estado o responsável pelo respeito a esses direitos. Isso ocorreria gradativamente num número cada vez maior de países e, finalmente, no plano mundial, por meio das convenções da Organização Internacional do Trabalho. Contudo, é necessário destacar que o sufrágio universal – obtido por meio da Revolução de 1848 na França, protagonizada pelos trabalhadores – teve papel fundamental nas conquistas posteriores do movimento operário referentes aos direitos sociais, uma vez que forçaria o Estado a se comprometer com os interesses do povo, na condição de eleitores (SINGER, 2003).

Tendo o Estado como “aliado” – na condição de instrumento destinado a garantir direitos e minimizar diferenças – o movimento operário se fortalece e novos direitos são conquistados. O direito ao emprego ou ao trabalho teria sua origem no evento conhecido como Comuna de Paris, que ocorreu por volta de 1871. Como política geral, a resolução da Comuna estabelece que o trabalhador tem direito ao seu emprego e se a empresa pára de funcionar os trabalhadores têm o direito de, coletivamente, organizados em cooperativas, se apossar da empresa para operá-la autogestionariamente. Esse direito, resultante da Comuna, que ainda hoje está longe de ser universalmente reconhecido, coloca, acima do direito de propriedade, a necessidade do homem de morar e de trabalhar e ganhar o seu sustento pelo trabalho honesto (SINGER, 2003).

Na instituição do bem-estar como direito, a Alemanha seria palco de uma série de redes de seguro social, patrocinados e eventualmente subsidiados pelo Estado. Os sucessivos ganhos de cadeira no parlamento alemão pelos socialistas atemorizaram o chanceler Otto von Bismarck, que decidiu atender às reivindicações do movimento operário e propor, em 1878, uma série de leis de proteção aos trabalhadores contra acidentes de trabalho, enfermidades e velhice. Esta seria a primeira lei da história destinada ao amparo dos trabalhadores na velhice, sem representar, ainda, uma aposentadoria. Mais à diante, uma lei de seguro contra a velhice e invalidez, instituindo pela primeira vez um sistema

obrigatório de aposentadoria, seria aprovada por Bismarck em 1889. As contribuições às caixas de aposentadoria eram divididas por igual entre empregados e empregadores. Assim, o primeiro país a criar um sistema de aposentadoria e pensão seria a Alemanha, seguida da Inglaterra (1908), França (1910), Itália (1919), Espanha (1919), Suécia (1932) e EUA (1935). No Brasil, seriam criadas em 1923, com a Lei Eloy Chaves, as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), por categoria profissional ou empresa (RAMOS, 2001).

No entanto, pensões por velhice sem contribuição dos trabalhadores e patrões foram instituídas na Inglaterra em 1908. Embora as pensões fossem pequenas e dependessem de um “*means test*” – teste de meios significando que só velhos sem recursos fariam jus às pensões –, elas representaram um uso novo e vitalmente importante do poder tributário para a efetiva distribuição de renda. Neste sentido, a legislação britânica deu um passo em direção à seguridade social, de inspiração socialista, em comparação com a lei alemã de 1889, que dispunha que a aposentadoria seria financiada inteiramente por contribuições divididas por igual entre assalariados e patrões. Se, por um lado, a lei alemã só criava um sistema obrigatório de aposentadoria, por outro, a britânica disponibilizava receita fiscal para proteger operários incapacitados pela idade e sem meios próprios de garantir a sua subsistência (GRAEBNER, 1980).

Como resultado direto das ações do movimento operário e do fortalecimento do socialismo, surge na Inglaterra o conhecido estado de bem-estar social, um conjunto de direitos sociais de amparo a trabalhadores e suas famílias que estava tendo seus alicerces construídos em alguns países europeus, sendo a Alemanha o país pioneiro na criação das leis de seguridade, que, no entanto, se desenvolveriam mais intensamente em solo inglês. Em 1911 é criada na Inglaterra uma lei constitucional que passa a cobrir todos os riscos de invalidez, além de estruturar um sistema obrigatório de seguro contra enfermidade e desemprego. Essa lei marca o início da constituição de um *welfare state* (estado de bem-estar) na Inglaterra. A Primeira Guerra Mundial deu grande impulso à luta por direitos pelos trabalhadores, em virtude da maior necessidade assistencial típica dos períodos de guerra total, em que o Estado deve suprir as carências da população. A isso se somaria a vitória bolchevique na Revolução Russa de outubro de 1917, que marcou o surgimento de um primeiro Estado que se autodenominava socialista. O movimento operário havia atingido, assim, o auge das suas conquistas (SINGER, 2003).



Em alguns países, como repercussão direta do avanço internacional do movimento operário, a conquista de direitos foi impulsionada por revoluções ou movimentos políticos, fundados nas classes trabalhadores do campo e das cidades. Um desses eventos foi a Revolução Mexicana, que conquistaria uma jornada de oito horas de trabalho e semana de seis dias, além de salário mínimo e de diversos seguros sociais obrigatórios. Algo semelhante ocorreu no Brasil, após a vitória do movimento armado de 1930, que levaria ao reconhecimento legal dos sindicatos (apesar de colocados sob tutela e controle do Estado), instituiu seguros obrigatórios contra a velhice e a invalidez, e, a partir de 1940, salários mínimos para as diferentes regiões do país (SINGER, 2003).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi criada por disposição do Tratado de Versalhes, concluído em 1919, que restabeleceu formalmente a paz após a Primeira Guerra Mundial. A finalidade desse órgão seria generalizar direitos sociais mediante a adoção de convenções, com base em negociações entre governos, trabalhadores e empregadores dos países membros. A OIT tem mostrado empenho militante a favor dos trabalhadores, dos sindicatos e das cooperativas, inclusive mediante estudos científicos, seminários internacionais, etc., embora incorpore representantes tanto de patrões quanto de empregados. Como consequência, os trabalhadores teriam seus direitos efetivamente reconhecidos, protegidos e ampliados numa dimensão internacional. Tal fato repercutiria na conquista de serviços gratuitos de saúde. Em 1946 seria criado na Inglaterra o *National Health Service* (Serviço Nacional de Saúde), que garantia a todos, “do berço ao túmulo”, assistência médica e hospitalar integral, financiada pelo Estado (SINGER, 2003).

Certos direitos sociais também foram introduzidos por países em desenvolvimento, cuja crescente industrialização havia suscitado a formação de um proletariado numeroso e de um movimento operário que em pouco tempo levantou a bandeira dos direitos sociais. O Brasil pode ser considerado um bom exemplo. Salário mínimo, sistema de previdência social para os trabalhadores urbanos regularmente assalariados e direito de organização sindical já estavam legalmente garantidos antes de 1945, mas durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945) sua efetivação era muito restrita. Com a redemocratização, muitos direitos foram incluídos na Constituição de 1946, inclusive o direito de greve. Mas logo em seguida os sindicatos foram colocados sob intervenção federal e o Partido Comunista cairia na ilegalidade. O movimento sindical readquiriria sua autonomia a partir de 1952, com a

eleição de Getúlio Vargas à presidência, o que permitiu a expansão das lutas por direitos sociais e sua efetiva aplicação a todas as categorias de trabalhadores, inclusive do campo. Datam desta época a conquista do 13º salário, do reajustamento anual do salário mínimo e da extensão dos direitos sociais aos trabalhadores do campo. Com a instauração do regime militar (1964-1984) a luta de classes foi sufocada pela repressão. O direito de greve só seria reconquistado em 1978, retomando a luta por direitos sociais em grande escala. Muitas reivindicações feitas nessa época seriam incluídas na Constituição de 1988 (SINGER, 2003).

Pelo número de artigos e pela grande abrangência da Constituição de 1988, dir-se-ia que o Brasil é um dos mais completos estados de bem-estar do planeta. No que se refere ao idoso, ela seria a única constituição brasileira a tratar da velhice como direito humano fundamental. Tal constituição dedicou especial atenção a esse grupo etário, posto que o envelhecimento já havia se tornado, quando de sua promulgação, temática a merecer ações responsáveis direcionadas a assegurar os direitos fundamentais das pessoas pertencentes a essa faixa etária. Foi a primeira constituição brasileira a inserir no rol “Dos Princípios Fundamentais” a idade como elemento sobre o qual não repousaria qualquer tipo de discriminação, juntamente com as categorias raça, sexo, cor e nacionalidade. Além disso, os artigos referentes aos direitos sociais abrangem desde políticas de seguridade social (saúde, previdência e assistência social), como de educação e formação, de trabalho e emprego, de lazer, segurança e moradia (RAMOS, 2001).

No entanto, a Constituição de 1988 foi formulada numa época em que a contra-revolução neoliberal já estava em pleno curso na América do Norte e Europa, e penetrando na América Latina. Chegaria ao Brasil em 1990 com a eleição de Fernando Collor, eliminando as condições objetivas de implantação de um estado de bem-estar no país. Este, infelizmente, não passaria de um natimorto (SINGER, 2003).

O neoliberalismo, que surgiria no início da década de 1980 no mandato de Margaret Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, representou a ressurreição inesperada de um liberalismo que havia permanecido dormente por quase meio século, em virtude da ofensiva do movimento operário no plano internacional. A nova ortodoxia neoliberal apoiava-se no monetarismo, que, por meio de políticas econômicas sucessivas, estabelecia como objetivo único o combate à inflação. O neoliberalismo é o oposto do

estado de bem-estar, pois seus valores individualistas são incompatíveis com a própria noção de direitos sociais, ou seja, direitos que não são do homem como cidadão, mas de categorias sociais. O predomínio do neoliberalismo durante os anos 1980 e 1990 não conseguiu eliminar os direitos sociais já conquistados, mas impediu que novos fossem obtidos e, especificamente no Brasil, travancou a efetivação dos direitos garantidos pela Constituição de 1988, que permanecem, grande parte deles, apenas no papel.

Além disso, o neoliberalismo seria responsável pelo desemprego estrutural que vitima diversos países em todo o mundo, e pela privatização de empresas estatais e de direitos sociais conquistados historicamente. É o caso da proliferação de planos particulares de saúde, de previdência privada e de escolas particulares. Em muitos países europeus, a onda de desemprego tem sido enfrentada mediante a aposentadoria precoce de trabalhadores idosos, ameaçados de ficar desempregados, o que também feria aumentar os gastos previdenciários. Tal fato tem sido incentivado pelos empresários e pelo Estado, por meio de programas de preparação à aposentadoria e políticas de emprego, como forma de substituir a mão-de-obra considerada obsoleta no que se refere à formação e qualificação (DEBERT & SIMÕES, 1998).

A flexibilização de direitos trabalhistas é outra tendência que tem sido propagada pelas políticas neoliberais, no intuito de reverter as conquistas do movimento operário, agora enfraquecido. O Estado, que se viu obrigado a tomar para si o papel de “aliado” da classe trabalhadora, quando do auge da luta de classes, quer agora se livrar desse encargo e das funções (sociais) que teria incorporado para atender às demandas dos trabalhadores. Os direitos sociais representam, portanto, um “peso” indesejável para o Estado neoliberal (MONTAÑO, 2003).

Sabemos que o movimento operário significou, historicamente, o movimento social por excelência. A cidadania burguesa, oriunda da Revolução Francesa e da ideologia liberal, em nada representou uma conquista efetiva de direitos com relação aos interesses da classe trabalhadora (ao “povo” ou aos “não-proprietários”). O movimento operário, ao contrário, foi a expressão viva das classes oprimidas, na luta pelos seus direitos. Os direitos sociais são, efetivamente, os direitos conquistados pelo povo, tendo como eixo a sua condição de trabalhador. Contudo, o neoliberalismo não só tem impedido que esses direitos se tornem realidade como também tem contribuído para que o movimento operário não

ressurja, incentivando o sindicalismo pelego e a proliferação de organizações não-governamentais (ONGs) e demais entidades que passaram a compor um “terceiro setor”, funcional ao projeto neoliberal, e cujas funções incluem a “terceirização” da participação política e das práticas reivindicatórias (MONTAÑO, 2003). Na verdade, o neoliberalismo representa nada mais do que uma ofensiva do capital à sua crise estrutural decorrente da expansão do movimento operário na primeira metade do século XX (ANTUNES, 1999).

No que se refere à realidade dos direitos sociais, percebe-se no Brasil um completo distanciamento entre o discurso constitucional e a efetivação desses direitos. Altas taxas de analfabetismo, precariedade dos serviços de saúde, desemprego em massa, salário mínimo irrisório (considerado “inconstitucional”), que reflete também uma aposentadoria incapaz de garantir uma vida digna aos idosos que dependem da Previdência. Diante desse cenário, pode-se concluir que a situação das pessoas com mais de 60 anos no Brasil é bastante preocupante. Ao longo da história, a elas foram negados direitos fundamentais: à educação, ao trabalho, a uma saúde de qualidade, à assistência e, até mesmo, ao direito de viver com dignidade após uma vida toda dedicada ao trabalho.

#### *A velhice e os direitos sociais no Brasil*

Como vimos, os direitos sociais são decorrentes das reivindicações e das lutas dos trabalhadores. São, portanto, diretamente vinculados ao trabalho. O fato de serem chamados direitos de segunda geração diz respeito ao fato de terem sido conquistados – por meio da ação do movimento operário – posteriormente aos direitos humanos individuais (direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade), que são, em sua essência, produtos dos ideais da Revolução Francesa. Na verdade, os direitos sociais dependem da ação direta do Estado, pois compõem um conjunto de serviços destinados a suprir as necessidades fundamentais dos cidadãos, na condição de trabalhadores. E exatamente por dependerem dessa intervenção do poder público, são vistos como direitos de difícil implementação, por onerarem os cofres da União, estados e municípios.

Conforme destaca Ramos (2001): “*A dignidade da pessoa humana, estampada nos direitos sociais, constitui patrimônio de suprema valia e faz parte, tanto ou mais que algum outro, do acervo histórico, moral, jurídico e cultural de um povo. O Estado, enquanto seu*

*guardião, não pode amesquinhá-lo, corroê-lo, dilapidá-lo ou dissipá-lo*” (p. 149). A Constituição de 1988 enuncia, no seu art. 6º, que são direitos sociais a educação, o trabalho, a saúde, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social e a assistência aos desamparados. Esses direitos são – ou deveriam ser – extensivos a todos os cidadãos, sem distinção de raça, cor, sexo, idade, estado civil ou opção sexual. Contudo, sabemos que tal fato ainda está longe de ser uma realidade na sociedade brasileira. Quando consideramos a situação de vida dos idosos, vemos que esse grupo social é excluído dos diversos direitos sociais.

No que se refere ao direito à educação, deve-se levar em conta que, desde a emergência do capitalismo industrial no século XVIII, a educação da população passou a ser vista como elemento imprescindível para a consolidação desse modelo econômico, razão pela qual passou a ser considerada como serviço público. Era necessário formar uma mão-de-obra capacitada e adestrada para o trabalho industrial. Daí a adoção do modelo disciplinar nas escolas como meio de formar cidadãos passivos e disciplinados, conforme mostrou Motta (1986). O discurso da “educação para a cidadania”, que desde o início permeou o projeto burguês de educação, mostra como os ideais burgueses foram sendo passados para o povo, no intuito de neutralizar comportamentos rebeldes da parte deste. Nesse discurso, transmitido nas escolas, observa-se a ênfase no nacionalismo, no patriotismo, na importância do “dever cívico” para com o Estado, no respeito à propriedade privada e na valorização da obediência ao poder político juridicamente instituído. A educação como instrumento de resistência e contestação da ordem burguesa só surgiria com a expansão do movimento operário e do socialismo, que nas primeiras décadas do século XX passaria a contar com a adesão do corpo estudantil e de boa parte da intelectualidade, o que contribuiu decisivamente para que ela fosse incluída no rol de direitos sociais.

Assim, por ser, além de um direito, também um serviço público, a educação depende da ação do Estado. A Constituição de 1988 estabelece a educação como um direito de todos, inclusive dos idosos, e um dever do Estado. Dessa forma, não é pelo fato de as pessoas encontrarem-se em idade avançada que devam ser subtraídas do processo de aprendizagem, que constitui veículo primordial para a participação social e política dos indivíduos e para a sua formação profissional. O fato de os dados do Censo 2000 mostrarem que mais de 34,6% dos idosos brasileiros são analfabetos e que apenas 5,5% têm

o ensino fundamental concluído, conforme consta na Tabela 1, revela que o direito à educação não tem sido respeitado no Brasil. Também são preocupantes as taxas de analfabetismo entre os “quase idosos”, ou seja, os com idade entre 50 e 59 anos, e entre os adultos de “meia idade”, na faixa de 40 a 49 anos, que são de 20% e 11,2%, respectivamente. Além disso, observa-se que os dados do IBGE referentes ao ensino médio concluído, em relação aos idosos e “quase idosos”, indicam a situação educacional precária vivida por esses grupos de idade, quando comparada às dos demais (note-se que entre os grupos a partir de 40-49 anos, a percentagem dos que concluíram o ensino médio não chega nem a 20%). Tal cenário torna urgente o desenvolvimento de programas voltados à educação básica e, principalmente, à alfabetização de idosos e adultos mais velhos no sentido de cumprir as determinações constitucionais, as quais, de acordo com o artigo 208, estabelecem: “*O ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurado, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria*”.

**Tabela 1:**

<i>Nível educacional concluído por faixa etária – Censo 2000</i>				
Grupos de idade	Analfabeto	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior
25-29 anos	5,8%	18,2%	24,6%	5,5%
30-34 anos	7,3%	17,2%	21,5%	6,5%
35-39 anos	8,1%	15,8%	20,3%	7,6%
40-49 anos	11,2%	12,6%	16,3%	8,2%
50-59 anos	20%	8,3%	10,1%	6,8%
60 anos ou mais	34,6%	5,5%	5,7%	3,4%

\* Fonte: IBGE – Censo 2000

O direito ao trabalho, como já dissemos, deriva das reivindicações dos trabalhadores na Comuna de Paris no final do século XIX, que colocariam o direito do ser humano de trabalhar honestamente para garantir sua sobrevivência numa posição acima do direito à propriedade, de cunho essencialmente burguês e liberal. A perspectiva autogestionária inerente a essas reivindicações, pela qual seria direito dos trabalhadores se apropriarem da empresa em caso de falência desta ou abandono pelo proprietário, revela a importância atribuída ao trabalho como veículo de emancipação humana. Diferentemente da antiga Grécia, onde o trabalho inferiorizava o homem – o que justifica a existência de escravos e

mulheres para realizar os trabalhos domésticos e braçais –, a modernidade elegeu o trabalho como um valor, sendo a sociedade industrial chamada, não aleatoriamente, de sociedade do trabalho (SILVA, 1995). Ademais, a ética do protestantismo que iria impulsionar o espírito capitalista se fundamentaria essencialmente na valorização do trabalho como instrumento legítimo para a obtenção da prosperidade material e da graça espiritual (WEBER, 1996).

No entanto, a mesma sociedade industrial impôs uma situação ambígua à classe trabalhadora, pois, ao mesmo tempo em que elevou o trabalho à condição de valor, deixou de criar as condições para que todas as pessoas pudessem ser absorvidas pelo mercado. O pleno emprego não passou de uma promessa não cumprida, uma vez que se tem observado, desde a consolidação do sistema capitalista, um percentual de pessoas permanentemente desempregadas – às quais Marx chamaria de “exército industrial de reserva”<sup>50</sup> –, que têm funcionado como instrumento para achatar os salários daqueles que continuam empregados. Não fossem as inúmeras lutas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e salários como forma de assegurar-lhes dignidade, o trabalho não teria se transformado em direito humano fundamental, devidamente gravado no artigo XXIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Conforme destaca Ramos (2001):

Justamente pelo fato de o trabalho se revelar no caminho mais adequado para garantir a dignidade à pessoa humana, a Constituição de 1988 o elevou não apenas à condição de direito social, mas à condição de fundamento da própria República Federativa, no seu art. 1º, IV, [que dita o seguinte]: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal, constitui-se em estado Democrático de Direito e tem como fundamentos os valores sociais do trabalho” (p. 152).

Contudo, sabe-se que a atual política econômica adotada pelo governo não tem priorizado o desenvolvimento nacional, no sentido de minimizar as diferenças regionais e criar condições de absorção da mão-de-obra ociosa. O desemprego estrutural – um dos

---

<sup>50</sup> Karl Marx (1983) assim o afirma em *O capital*: “Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. (...) Mas quanto maior esse exército industrial de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista”.

eixos principais sobre o qual se estrutura o neoliberalismo (Montaño, 2003) – descumpre vergonhosamente a Constituição, uma vez que a situação de grande parte da população brasileira que não consegue ingressar no mercado de trabalho revela-se desesperadora, tornando-se mais crítica à medida que a pessoa envelhece e não consegue ser absorvida pelo mercado de trabalho. Como vimos, nas sociedades industrializadas e com elevado ritmo de troca, a tradição perde importância frente à flexibilidade e o progresso dos conhecimentos. Portanto, a necessidade de renovar constantemente as capacidades para realizar determinadas funções – em um sentido social e cultural mais amplo – coloca os indivíduos dentro da estrutura de valores em uma posição que decai na mesma proporção em que aumenta a idade; deste modo, o indivíduo se vai desvalorizando e perdendo a possibilidade de acesso aos postos preferenciais no mercado de trabalho e, em consequência, a todo o que se deriva desta variante independente que na sociedade marca o status e o valor social de cada indivíduo (FERICGLA, 1992).

O que se tem observado no atual estágio do capitalismo – marcado pelos paradigmas de acumulação flexível – é a chamada “pseudovelhice”, que engloba aqueles indivíduos de quarenta anos ou até menos que não encontram emprego. Tal fenômeno, estudado no Brasil por Peres (2002), Neri (1996), Grün (1993), dentre outros, encontra-se diretamente relacionado aos valores, imagens e estereótipos negativos sobre a velhice existentes na sociedade moderna, e que a associam à improdutividade, à lentidão, à falta de dinamismo, à resistência às mudanças e à desatualização de conhecimentos, conforme já comentamos neste trabalho. A “pseudovelhice” ou “velhice precoce” no trabalho representa uma das faces de um problema social que só recentemente (mais especificamente a partir da década de 1990) tem adquirido popularidade e despertado a atenção de estudiosos na sociedade brasileira: a discriminação (ou exclusão) por idade no trabalho.

Tal problema, contudo, já é definido e delimitado desde os finais da década de 1960 na Europa e nos Estados Unidos, sendo conhecido como “*ageism*” nos países de língua inglesa, “*âgéisme*” nos de língua francesa e “*edadismo*” nos de língua espanhola, conforme mostram Palmore (1999), Guillemard (1986) e Sagera (1992), respectivamente. Na verdade, esses termos de definição para a discriminação por idade – que hoje são utilizados para designar a discriminação de idosos e adultos mais velhos em todas as esferas da sociedade – surgiram a partir de sua ocorrência na esfera produtiva, sendo que derivam



dos protestos dos trabalhadores contra as práticas discriminatórias de que eram vítimas. Tais protestos resultariam na promulgação de leis específicas, como a *Age Discrimination in Employment Act* (Lei contra a discriminação por idade no emprego), implantada em 1967 nos Estados Unidos, e que estabelece como criminosa qualquer forma de discriminação a trabalhadores mais velhos ocorrida nas relações de trabalho e emprego (GLOVER, 2001).

**Tabela 2:**

<i>Situação de trabalho ou emprego por faixa etária – Censo 2000</i>			
Grupos de idade	Com carteira assinada	Sem carteira assinada	Por conta própria
25-29 anos	45%	24,3%	19,1%
30-34 anos	42%	21,2%	23,1%
35-39 anos	39,6%	19,6%	25,6%
40-44 anos	37,7%	18,3%	27,8%
45-49 anos	34,4%	17,7%	30,7%
50-54 anos	29,4%	17,7%	34,5%
55-59 anos	24,3%	17,6%	38,3%
60-69 anos	16,9%	17,6%	43%
70 anos ou mais	8,5%	15,6%	46,2%

\* Fonte: IBGE – Censo 2000

No Brasil, o Estatuto do Idoso, que entrou em vigor em 2003, estabelece, por meio do artigo 27, que: “*Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo a exigir*”. Contudo, sabemos que a Constituição de 1988 já estabelecia como criminosa a discriminação por idade no trabalho, conforme dita o artigo 7º: “*São direitos dos trabalhadores (...) a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivos de sexo, idade, cor ou estado civil*”.

No entanto, podemos ver que as determinações constitucionais mais uma vez não estão sendo cumpridas. De acordo os dados do Censo 2000, mostrados na Tabela 2, é possível observarmos que a situação dos trabalhadores vai se tornando cada vez mais precária com o avanço da idade. Nota-se, por exemplo, uma queda gradativa e constante na percentagem de trabalhadores com carteira de trabalho assinada quando passamos dos grupos de idade mais jovens para os de idade mais avançada. Isso significa que a inserção no mercado de trabalho formal torna-se cada vez mais difícil na medida em que os

trabalhadores vão envelhecendo. Além disso, o aumento da porcentagem de trabalhadores por conta própria, que também é constante e proporcional ao avanço da idade, revela a predominância dos adultos mais velhos e idosos no trabalho informal, que pode incluir desde funções como a de vendedor ambulante, biscateiro, pedreiro, artesão, marceneiro, etc., no meio urbano, até a de agricultor e criador de animais, no meio rural. Cumpre destacar que, de acordo com estudo feito por Camarano (1999), as atividades agrícolas são bastante comuns entre os idosos e podem ser incluídas entre as denominadas “por conta própria”. Por outro lado, os dados referentes à situação de emprego sem carteira assinada mostram a precarização das relações de trabalho – por meio do descumprimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) –, que atingiu índices elevados no atual contexto da sociedade brasileira. Dentre todas as faixas de idade, mas principalmente nas mais jovens, a proporção de trabalhadores (empregados) sem carteira assinada é preocupante, uma vez que parcelas consideráveis da população com mais de 25 anos de idade (que variam de 15,6% a 24,3% do total) encontram-se desprotegidas pela legislação trabalhista e não contribuem para a Previdência Social, o que poderá acarretar problemas futuros com uma velhice desamparada.

O direito à previdência social, por sua vez, é compreendido hoje como um direito social do trabalho, pois depende da contribuição feita pelos trabalhadores ao longo da vida, com o propósito de garantir sua sobrevivência na velhice ou na invalidez, por meio dos benefícios da aposentadoria. Contudo, a previdência figura enquanto uma das formas de seguridade social, juntamente com a saúde e a assistência social. Surgida como uma política emergencial de assistência aos desamparados sem condições de trabalhar – velhos e inválidos –, a aposentadoria aos poucos foi deixando de ser vista somente como prática assistencial, passando a entrar no rol de direitos sociais da classe trabalhadora. Como já dissemos, o primeiro país a criar um sistema de previdência social foi a Alemanha (1889). Oferecendo essa modalidade de seguro, o Estado amorteceu as reivindicações dos trabalhadores, enfraquecendo, assim, os avanços do movimento socialista à medida que deu sinais claros de que o trabalhador não mais se encontraria desamparado nas situações delicadas de sua vida, como acidente de trabalho e velhice (RAMOS, 2001).

Todavia, no início, o sistema previdenciário era incompleto, não cobrindo todas as situações de risco do trabalhador. Seria só por volta de 1930 que os mais importantes países

européus implementariam aquilo que veio a ser considerado os elementos centrais do sistema previdenciário: seguro contra a velhice; auxílio doença; pensão aos idosos e seguro-desemprego. Entretanto, algum tempo depois, fatos novos, como o acelerado envelhecimento populacional e o avanço tecnológico, colocariam em risco essas conquistas. O avanço tecnológico figura como um desses fatos, pois provocou a diminuição proporcional do nível de vagas no mercado formal de trabalho. O envelhecimento populacional também pode ser considerado como elemento determinante do que se chama “crise previdenciária”, pois provocou uma grande demanda por beneficiários do sistema previdenciário. Assim, diminuindo o número de contribuintes e aumentando o de dependentes, os recursos arrecadados tornaram-se insuficientes para atender a todos os beneficiários, de forma que a questão previdenciária transformou-se num delicado problema social nos países industrializados (RAMOS, 2001).

Vemos que nos principais países desenvolvidos da Europa, da Ásia e nos Estados Unidos tem ocorrido uma diminuição no número de homens de 60 a 64 anos que recebem benefícios de aposentadoria. Conforme mostra Usui (1998), na França, 68,8% dos homens pertencentes a essa faixa etária recebiam benefícios previdenciários em 1965. Em 1990, a proporção caiu para 23,1%. Na Alemanha, a queda foi de 78,1% para 31,5%. Nos Estados Unidos, de 79,2% para 53,8%. E no Japão, de 82,8% para 74,2%. Esse cenário mostra como a crise previdenciária atingiu proporções mundiais.

No Brasil, embora mais tardiamente do que nos países desenvolvidos, e mesmo não tendo construído um efetivo estado de bem-estar social, a questão previdenciária tem se apresentado também como um grave problema. De acordo com Ramos (2001), a crise previdenciária brasileira decorre, pelo menos, da redução dos postos de trabalho, do déficit público crônico, do envelhecimento populacional, do crescimento do número de benefícios e da evolução do valor real do salário mínimo entre os anos de 1995 e 1996. Nota-se, portanto, que a crise do sistema previdenciário tem dimensões conjunturais, uma vez que depende de fatores múltiplos. Contudo, não se pode afirmar que esta crise decorre da universalização da aposentadoria prevista pela Constituição de 1988. Na verdade, a crise previdenciária brasileira deriva essencialmente do déficit público crônico, provocado em grande medida pela má administração dos recursos públicos, que são destinados muitas

vezes para financiar obras faraônicas de interesse político-eleitoral, enquanto que tais verbas poderiam ser aplicadas no sentido de seguir os meandros constitucionais.

**Tabela 3:**

<i>Salário mínimo real – Médias anuais selecionadas Brasil – 1940 a 2003</i>	
Ano correspondente	Valor em R\$ equivalente a março de 2003
1940	828,02
1944	702,72
1952	834,37
1957	1.036,10
1964	781,29
1991	256,64
1994	209,41
1998	224,24
2002	255,77
2003	259,70

\* Fonte: DIEESE – Boletim Especial de Maio de 2004.

**Tabela 4:**

<i>Poder aquisitivo do Salário Mínimo em quantidades de produtos selecionados Brasil – Anos selecionados de 1959 a 2003</i>				
Produtos	1959	1986	1995	2003
Carne (Kg)	85	25	21	29
Feijão (Kg)	192	68	93	78
Arroz (Kg)	202	97	156	134
Pão (Kg)	230	109	47	48
Leite (L)	455	298	155	186

\* Fonte: DIEESE – Boletim Especial de Maio de 2004

Ademais, é importante destacar que os benefícios previdenciários são de grande importância para a maioria dos idosos brasileiros e para suas famílias. Conforme mostra Camarano (1999), cerca de 65% da renda dos indivíduos com mais de 60 anos é proveniente da aposentadoria, sendo que este índice passa a ser de 72% dentre os com idade superior a 80 anos. No entanto, a situação desses idosos é bastante precária se considerarmos que, de acordo com o Boletim Estatístico da Previdência Social do ano de 2003, 65% dos beneficiários da Previdência Social recebem um salário mínimo, 12,5% recebem de um a dois salários e 22,5% recebem mais que dois salários. Levando em conta a

evidente queda no poder de compra do salário mínimo brasileiro ao longo da história, conforme mostram as Tabelas 3 e 4, é possível se ter noção da situação vivida pela grande maioria dos idosos hoje no Brasil.

Segundo Beltrão e Oliveira (1999), no que se refere à condição do aposentado:

No Brasil temos uma situação esdrúxula. Até mesmo semanticamente existe uma diferenciação com relação a outros povos. *Retraite*, *retirement*, *retiro*, *taishoku*, como traduções de aposentadoria, indicam todas uma saída da força de trabalho. Culturalmente, o brasileiro não entende a aposentadoria como a cessação da atividade laboral. Em outros países, o recebimento do benefício é condicionado legalmente à saída efetiva do mercado de trabalho, ou o seu valor é reduzido, caso o beneficiário volte (ou continue) a trabalhar, para desestimular tal comportamento (p. 308).

Na verdade, é a necessidade de garantir a sobrevivência que justifica em grande parte a “tendência” do brasileiro de não abandonar o mercado de trabalho após se aposentar, atitude essa que é menos comum nos países desenvolvidos. Nota-se que, em 1997, 54,4% da População Economicamente Ativa (PEA) masculina com 60 anos e mais era composta por aposentados que continuaram trabalhando, proporção que cresceu substancialmente com relação a 1981. Nesse ano, aproximadamente 31% da PEA idosa era formada por aposentados. No caso da PEA feminina, a proporção de aposentadas era menor do que a da PEA masculina: de 18% em 1981 para 34,7% em 1997, o que reflete também o crescente ingresso da mulher no mercado de trabalho, observado nas últimas duas décadas. A pesquisa constatou ainda que 28,8% da população total (homens e mulheres) com 60 anos e mais não eram aposentados e nem trabalhavam e 14,9% trabalhavam sem estarem aposentados (CAMARANO, 1999).

O fato de muitos aposentados se verem obrigados a continuar trabalhando como única alternativa para garantirem a sobrevivência própria e da família fere os princípios constitucionais, os quais estabelecem como dever do Estado assegurar dignidade às pessoas na velhice e nos demais momentos delicados da vida. Portanto, o ato de trabalhar no pós-aposentadoria carrega em si um viés simbolicamente “revolucionário” na medida em que coloca a nu a incapacidade do Estado de garantir uma vida digna àqueles que trabalharam e contribuíram a vida toda para isso. Neste sentido, o Estado figura como um dos maiores descumpridores da Constituição de 1988, pagando um “salário mínimo inconstitucional”,

na concepção de Prudente (1998), e uma aposentadoria irrisória que não é capaz de garantir a saída – ou, de acordo com Dias (1999), a “libertação” – definitiva do jugo do trabalho.

Outro direito integrante do tripé que compõe a seguridade social é o que se refere à assistência social. Conforme explica Ramos (2001), a dinâmica social impulsionada pelo sistema capitalista potencializou sociedades extremamente heterogêneas, nas quais há muitos homens em situação de vulnerabilidade social, tanto mais quando se tem em consideração os riscos e necessidades que essa mesma sociedade produziu, dentre os quais o desemprego crônico. Essas circunstâncias adversas provocaram fortes reações das classes oprimidas, principalmente através das reivindicações e protestos do movimento operário, o que levou o Estado a desenvolver programas de amparos públicos. Neste contexto, a assistência social surgiu como um direito humano fundamental, revelando-se na própria garantia dos meios de existência.

Neste sentido, a fundamentação do direito à assistência social repousa no princípio ético da obrigação universal de garantia a todo ser humano de proteção contra as conseqüências danosas que derivam dos eventos da vida individual, familiar e coletiva. A defesa do direito à assistência social contribuiu para o desenvolvimento da idéia de solidariedade social, uma vez que a concepção de seguridade social deixou de estar associada unicamente à função de proteção de quem exerce alguma atividade assalariada, para adquirir um sentido mais abrangente, relacionado à solidariedade pura entre os membros de uma coletividade. Assim, tal evolução romperia com a idéia de que o direito à seguridade estaria pré-determinado pela condição de emprego. Com isso, a condição humana seria colocada em primeiro plano – ou seja, à frente da condição de trabalhador – e se tornaria o fim profundo e original da moderna política de seguridade social (RAMOS, 2001).

A assistência social, fazendo parte da política de seguridade social, voltar-se-á, de acordo com os princípios da Constituição de 1988, a prestar assistência a quem dela necessitar, independentemente de contribuição – o que a diferencia essencialmente dos benefícios previdenciários –, tendo entre seus objetivos a proteção à velhice e a garantia de um salário mínimo de benefício mensal ao idoso que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Tal garantia foi instituída pela Lei 8.742, de 07/12/1993, conhecida como Lei Orgânica de Assistência Social

(LOAS), que, apesar de suas limitações, representa importante conquista no conjunto de direitos da pessoa humana no Brasil, na medida em que figura como o único benefício totalmente desvinculado de qualquer contribuição paralela.

Na verdade, muitos são os velhos brasileiros que necessitam de assistência social, que não pode ser entendida apenas como concessão de um benefício de prestação continuada, mas como um conjunto de políticas públicas que devem ser desenvolvidas para resgatar essas pessoas da situação de indigência e pobreza em que se encontram. No entanto, a assistência social não pode ser vista como uma panacéia capaz de solucionar todos os problemas criados pelo desemprego e pelos dramas sociais derivados do caráter excludente do capitalismo. Portanto, torna-se urgente a criação de políticas públicas voltadas para uma adequada distribuição de renda, para o desenvolvimento econômico e para a geração de empregos, e que procurem promover, ainda, o acesso justo e equitativo a uma educação de qualidade, voltada a jovens, adultos e idosos (RAMOS, 2001).

O direito à saúde, por sua vez, que também integra o tripé de seguridade social, representa um direito essencial do ser humano, uma vez que a saúde é tida como um pressuposto de bem-estar individual. Desde os seus primórdios, o trabalho industrial sempre esteve vinculado a condições insalubres. Nas minas de carvão, pelo fato de aspirarem a fuligem, muitos trabalhadores apresentavam sérios problemas pulmonares, que não raro os levava a óbito. A intensidade do trabalho nas indústrias, caracterizado pela sucessão de movimentos repetitivos e pelos riscos inerentes à operacionalização das máquinas, geralmente resultava em doenças ortopédicas – conhecidas como lesões por esforços repetitivos (LER) ou como doenças ortopédicas relacionadas ao trabalho (DORT) –, e na ocorrência de acidentes de trabalho, que poderiam levar o trabalhador à invalidez ou até à morte. Essas questões referentes à saúde do trabalhador começaram a fazer parte das reivindicações do movimento operário nos finais do século XIX e início do XX. Os trabalhadores protestavam por melhores condições de trabalho nas fábricas e por assistência médica gratuita, extensiva aos familiares e dependentes. Essa pressão exercida pela classe operária frente à burguesia industrial e ao Estado teve papel fundamental na inclusão da saúde no rol dos direitos sociais (ALBA, 1992).

Na verdade, as políticas de saneamento básico e de saúde pública, bem como a universalização dos serviços públicos de saúde, foram de grande importância para o

prolongamento da vida humana, contribuindo decisivamente para o aumento da esperança de vida ao nascer. Contudo, o envelhecimento crescente da população tem representado um novo desafio para os serviços de saúde no Brasil. Conforme destaca Ramos (2001):

Além da transição demográfica, o Brasil tem experimentado uma transição epidemiológica, com alterações relevantes no quadro de morbimortalidade. As doenças infectocontagiosas que, em 1950, representavam 40% das mortes registradas no país, hoje são responsáveis por menos de 10%. O oposto ocorreu em relação às doenças cardiovasculares: em 1950, eram responsáveis por 12% das mortes e, atualmente, representam mais de 40%. Em menos de 40 anos, o Brasil passou de um perfil de morbimortalidade típico de uma população jovem, para um caracterizado por enfermidades crônicas, próprias das faixas etárias mais avançadas, com custos diretos e indiretos mais elevados. Essa mudança no perfil epidemiológico acarreta grandes despesas com tratamentos médicos e hospitalares, ao mesmo tempo em que se configura num desafio para as autoridades sanitárias, em especial no que tange à implantação de novos métodos para enfrentamento do problema. O idoso consome mais serviços de saúde, as internações hospitalares são mais frequentes e o tempo de ocupação do leito é maior do que o de outras faixas etárias. Em geral, as doenças são crônicas e múltiplas, perduram por vários anos e exigem o acompanhamento médico de equipes multidisciplinares permanentes e intervenções contínuas (p. 157).

Na verdade, os idosos são, de fato, os que mais necessitam do direito à saúde. Durante essa fase da vida as pessoas são acometidas de doenças que em fases anteriores não se manifestavam. Conforme mostra Motta (2001), os idosos são as vítimas preferenciais de doenças, em regra, incuráveis, muito embora, tratáveis, como várias espécies de câncer, doenças cardíacas, dentre outras, que exigem vultosos investimentos, uma vez que necessitam de avançadas tecnologias médicas e recursos farmacológicos. Isso se reflete no encarecimento dos serviços particulares de saúde para os idosos e adultos mais velhos<sup>51</sup> o que, em si, representa um atentado contra os princípios constitucionais de justiça distributiva e equidade. As políticas neoliberais de privatização dos direitos sociais – das quais a idéia de “saúde como mercadoria” é parte integrante – têm comprometido seriamente o acesso igualitário e justo aos serviços de saúde. E os idosos são os que mais sofrem com esse processo por serem os que mais necessitam de tais serviços.

---

<sup>51</sup> Os preços das mensalidades dos planos de saúde chegam a ser 500% mais caros para os sócios com mais de 60 anos, em comparação com os valores mais baixos da tabela, pagos pelos mais jovens. Cf. Futema (2003).



Quanto ao direito à moradia, cabe ressaltar que, tal como o direito à saúde, passaria a entrar na pauta das reivindicações trabalhistas do final do século XIX, dada as condições precárias e altamente insalubres das residências dos bairros operários, que não contavam com o mínimo de conforto ou qualidade de vida. As moradias, que eram chamadas de “cortiços”, não possuíam saneamento básico, energia elétrica e água encanada, não contando, muitas vezes, nem com divisórias entre os espaços destinados ao leito, à refeição e ao asseio pessoal, conforme é mostrado no romance *Germinal*, de Emile Zola (1962). A pobreza da classe operária – que se tornava visível, em grande medida, pela precariedade das suas residências – passaria a ser um dos eixos principais sobre o qual se fundamentaria a crítica socialista ao acúmulo de capitais e à prosperidade material da burguesia. Os cortiços das vilas operárias contrastavam vergonhosamente com os palacetes dos bairros nobres, em que viviam os proprietários das indústrias. Tal situação, refletida pelas diferenças dos meios de vida, tornava explícitas a desigualdade e a injustiça social decorrentes da exploração capitalista (ALBA, 1992).

Na verdade, muitos velhos ex-operários, abandonados pelos seus familiares, tornavam-se indigentes, passando a morar nas ruas e a viver da caridade das pessoas e das políticas assistencialistas do Estado. Geralmente eram recolhidos em albergues ou asilos. O fato de os velhos serem abandonados e muitas vezes até expulsos das suas residências pelos filhos ou netos decorre da própria condição de pobreza vivida pela classe trabalhadora. Neste sentido, os velhos representavam mais gastos e não geravam renda, devendo, portanto, ser “despejados” nos redutos de segregação social a eles destinados. Tal situação – conhecida como asilamento – só mudaria, em parte, com o surgimento das caixas de aposentadoria, por meio das quais os velhos passariam a ter uma renda fixa e vitalícia, o que lhes permitia contribuir com os custos familiares de moradia e alimentação (ALBA, 1992).

No Brasil, muito embora a Constituição de 1988 reconheça o direito à moradia como um direito fundamental de todo cidadão, o que se vê por todo país são pessoas sem lugar para morar. Conforme mostra Viana (2003), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que têm crescido e ganhado popularidade em nossa sociedade, são provas vivas de que o direito à moradia não

está sendo respeitado pelo Estado brasileiro.<sup>52</sup> No entanto, esse direito é condição essencial para a garantia de qualidade de vida às pessoas. Quando se associa moradia e qualidade de vida, não se faz referência a qualquer moradia, mas àquele tipo de moradia localizada em espaço onde Poder Público esteja presente com todos os serviços necessários ao conforto dos cidadãos, como água encanada, energia elétrica, telefonia, escolas, hospitais, saneamento básico, dentre outros. Essas condições favoráveis são imprescindíveis para que todos os cidadãos – dentre os quais os idosos – tenham uma vida civilizada (RAMOS, 2001).

O direito à segurança como direito humano fundamental garantido pela Constituição de 1988, diz respeito à segurança social, ou seja, às garantias dos serviços públicos necessários a que os cidadãos não fiquem desvalidos quando se encontrarem em situação de risco, com desemprego, doença, acidente, violência e, até mesmo, velhice. Este direito encontra-se diluído nos diversos direitos trabalhistas e sociais, como é o caso dos seguros contra acidentes de trabalho, do seguro-desemprego, da proibição de discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência ou por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil, da licença à gestante, da assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas, e dos seguros assistenciais voltados à velhice, como o garantido pela LOAS.

Finalmente, no que tange o direito ao lazer, é fundamental destacar logo de início que, numa sociedade que supervaloriza o trabalho, o lazer é compreendido como uma atitude improdutiva, certamente ligada à ociosidade, à vagabundagem, ao não-trabalho. Na verdade, esse direito é fruto da reivindicação dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho, que esteve na pauta do movimento operário desde os seus primórdios. A redução de um tempo de trabalho de 16 horas para 12 horas e, posteriormente, para 8 horas diárias representou um ganho excepcional de tempo livre para a classe trabalhadora, que seria incrementado pela conquista do descanso semanal remunerado, pelas férias e pela aposentadoria, que nada mais é do que um tempo livre remunerado. Portanto, o lazer, da

---

<sup>52</sup> De acordo com Viana (2003), existem hoje 6,5 milhões de famílias sem teto no país. Dessas, 1,2 milhão têm renda de até três salários mínimos, mal conseguindo pagar o aluguel, e 3,6 milhões moram em casas de parentes ou amigos. Além disso, existem hoje 10,2 milhões de domicílios sem infra-estrutura básica no Brasil e 1,7 milhão de habitações precárias.

forma como é compreendido hoje, só existe como contraposição ao trabalho. Mais especificamente, como um ganho do não-trabalho sobre o trabalho (ANTUNES, 1999).

Conforme mostra o estudo de Witczak (2003), muitos trabalhadores perdem o referencial de identidade ao se aposentarem, uma vez que se mostram incapazes de vivenciar de forma “produtiva” o tempo destinado ao não-trabalho. Dessa forma, recorrem à memória dos tempos de trabalho para continuarem se valorizando como indivíduos. O tempo de lazer, para eles, sempre foi visto ao longo da sua trajetória de vida como um tempo destinado ao descanso e à renovação das energias necessárias ao trabalho. Assim, o tempo livre sempre foi vivenciado se pressupondo o retorno às atividades produtivas. Esse “aprisionamento” dos trabalhadores ao mundo do trabalho, colocado a nu pela “incapacidade” dos aposentados de viverem um tempo livre independente da idéia de trabalho, é assim destacado por Witczak (2003):

Jovens e adultos já preparados, corpos e mentes modelizados à produção e ao consumo, engajamo-nos no trabalho. Trabalhamos diariamente, rotineiramente, obrigação do ‘homem trabalhador, homem de bem’. Identificados como trabalhadores, descansamos no tempo livre, para poder produzir mais e melhor. São consumidos, durante esse tempo, fora do trabalho, todos os desejos de realização que construímos semioticamente, dentro dessa cultura de massa a que nós estamos submetidos. (...) Como ocorre a saída do mundo do trabalho? Afirmo que somente com a morte é decretada essa saída. (...) Os velhos, no momento da aposentadoria formal, identificam-se como trabalhadores que foram e com todas as significações decorrentes dessa identificação, reafirmando-se nos rótulos de trabalhadores aposentados. Encontram no passado, a significação para suas vidas presentes (p. 195).

Marcellino (2000) chama de “abordagem utilitarista” do lazer a que reduz o tempo livre: “*À função de recuperação da força de trabalho, ou sua utilização como instrumento de desenvolvimento*” (p. 37). Portanto, é funcional ao sistema – ou funcionalista – a visão do lazer que busca a “paz social”, a manutenção da “ordem”, instrumentalizando o lazer como fator que ajuda a suportar a disciplina e as imposições obrigatórias da vida social, contribuindo para reduzir as transgressões da ordem social, na medida em que canaliza tensões e descargas de agressividade, funcionando como válvula de segurança da sociedade. Assim, fica claro que essa perspectiva utilitarista ou funcionalista do lazer busca preservar a manutenção do “status quo”, funcionando como “medicina social”, “válvula de

escape das angústias e fadigas do cotidiano” e como “diluidor de tensões”, mascarando, por meio de um falso humanismo, a sua verdadeira intenção que é a de figurar como instrumento de dominação e preservação da “ordem” capitalista (MARCELLINO, 2000).

Na verdade, essa visão funcionalista pode ser entendida como um “antilazer” à medida que a confrontamos com a compreensão do lazer enquanto atividade sócio-educativa, voltada para a reflexão, para o autoconhecimento e para a transformação social. De acordo com Marcellino (2000):

A admissão da importância do lazer na vida moderna significa considerá-lo como um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural. Mudanças necessárias para a implantação de uma nova ordem social. (...) Não consigo entender o lazer como simples assimilador de tensões ou alguma coisa boa que ajude a conviver com as injustiças sociais. Talvez por esse motivo a visão funcionalista do lazer o opõe ao ócio. Tira-se com isso a possibilidade de ‘parar para pensar’, que significa a oportunidade do encontro consigo próprio, com a realidade social, com o conflito (p. 40-41).

Diante disso, acreditamos que as políticas públicas de lazer devam contemplar a necessidade de reflexão diante da própria condição humana, que tem sua identidade aprisionada à idéia de trabalho produtivo. Enquanto persistirem práticas de lazer voltadas à renovação da força de trabalho exausta – portanto, do lazer como oposição ao trabalho –, não será possível ao ser humano se libertar da condição de exploração e controle a que é submetido pelo sistema capitalista. O tempo livre é, portanto, perigoso para o capital. E talvez isso explique porque o tempo destinado à aposentadoria passou a ser tão visado pela indústria do turismo, dos cosméticos, pelas casas de repouso e pelas universidades da terceira idade, que, no fundo, têm o intuito de comercializar a velhice e impedir que o tempo livre seja destinado à real emancipação do gênero humano, que se dá pela auto-reflexão e pela liberdade.

### *Considerações finais*

Neste capítulo procuramos analisar a velhice sob uma perspectiva histórica, tendo como ponto de partida a idéia da velhice como uma construção social. Nos vários contextos

históricos e sociais, observamos que a visão acerca da velhice sempre esteve relacionada à importância social atribuída aos velhos. Nas sociedades tradicionais, percebe-se que a imagem do velho como guardião das tradições, como sábio e conselheiro, contribuiu de forma decisiva para a sua valorização social. A importância atribuída ao passado fazia com que a memória se constituísse em elemento fundamental para a reprodução das formas de vida tradicionais. O velho, cuja identidade e “função social” sempre estiveram associadas à memória, desfrutava, portanto, de uma situação privilegiada nas sociedades tradicionais, o que não exclui a ocorrência do abandono, da pobreza e até da violência sofrida pelos idosos em algumas dessas sociedades.

Com o advento do capitalismo e do processo de industrialização, tem início o período conhecido como modernidade. No contexto social que se configura a partir de então, nota-se uma ruptura gradativa com as formas de vida tradicionais, determinada pelo alto grau de divisão do trabalho e pela maior complexidade que passa a permear as relações sociais. A memória do passado é substituída pela perspectiva de futuro, assim como o “velho” perde lugar para o “novo” e a continuidade perde espaço para a inovação. Frente às transformações drásticas da modernidade, a velhice passa a ser culturalmente depreciada, uma vez que a ela se associam as idéias de memória, de passado, de obsolescência. O velho, mental e fisicamente debilitado, não serve para o trabalho industrial, caracterizado pela intensidade e precisão. Além disso, o ele não é capaz de acompanhar o rápido avanço tecnológico, dada a sua lentidão característica. O lugar do velho é o passado, não o futuro; é a memória, não a inovação. O que lhe resta, portanto, é se conformar com a condição de marginalidade e exclusão que lhe impôs o sistema capitalista. É em virtude dessas concepções acerca da imagem do velho, que a sociedade moderna se constitui como extremamente maléfica à velhice.

Tal situação seria intensificada ainda mais com a emergência dos novos paradigmas produtivos, decorrentes da acumulação flexível. A velocidade, a mudança e a inovação tecnológica passam a compor o eixo sobre o qual vai se sustentar a chamada sociedade “pós-moderna”, que, na verdade, vive as conseqüências da modernidade. Neste contexto, os ritmos – da produção, das mudanças, das relações, etc. – são intensificados de uma forma nunca antes verificada na história da humanidade. Essa aceleração passa a ser vivenciada pela quase totalidade dos países do globo, pelo fato destes estarem interconectados pelo

processo conhecido como globalização. Numa “sociedade global” caracterizada pelo paradigma da velocidade das mudanças, não há muito espaço para os que vivem, parafraseando Norberto Bobbio, “num outro ritmo”, mais lento e ponderado.

É assim que a depreciação cultural da velhice é materialmente reproduzida na sua exclusão da vida social. Desde os primórdios do capitalismo industrial, nota-se que os velhos sempre foram excluídos em decorrência da sua inutilidade (ou não-funcionalidade) frente aos propósitos do sistema. Contudo, a condição dos velhos não pode ser vista de forma isolada da sua condição de classe. O velho excluído representa, antes de tudo, o trabalhador explorado e subjugado pelo capitalismo, que, insistindo em viver, chegou até a velhice. A “cidadania burguesa”, oriunda da Revolução Francesa, de nada adiantaria para solucionar o problema da exclusão social vivida pelos trabalhadores que, sem dúvida alguma, tornava-se mais intensa na velhice. Foi preciso lutar por mais de dois séculos para que se obtivesse os direitos voltados às necessidades dos trabalhadores.

Os direitos sociais representam, portanto, a conquista maior da classe trabalhadora em geral, e dos idosos em particular, dentro de um contexto social que se caracteriza pela exploração, pelo controle e pela injustiça. Contudo, esses direitos são ainda de pouca abrangência e de efetivação muito restrita. Por mexerem na questão redistributiva da riqueza – e, portanto, na propriedade privada –, são direitos contra os quais o capital tem que se prevenir. Isso explica, em grande medida, a dificuldade de efetivação e ampliação dos direitos sociais em todo o mundo. O Estado bem-estar social, surgido e desenvolvido de forma mais efetiva na Europa a partir da II Guerra Mundial, representa o nível máximo de efetivação dos direitos sociais, na forma de políticas públicas específicas.

No Brasil e nos demais países da América Latina, os direitos sociais não chegaram a ser realmente efetivados. O Estado de bem-estar social, nascente no Brasil com a Constituição de 1988, foi abortado pelo neoliberalismo, uma estratégia política do capital para superar a sua crise estrutural, crise essa ocasionada pelas conquistas dos trabalhadores em termos de direitos. A ofensiva neoliberal dos Estados capitalistas representa, portanto, o maior entrave para a efetivação e, até mesmo, a manutenção dos direitos sociais nos dias de hoje.

No entanto, para que seja possível entender, na sua essência, tanto as políticas econômicas neoliberais quanto as políticas públicas voltadas para o social – e, o que é mais

paradoxal, a possibilidade de coexistência de ambas essas políticas, substancialmente opostas e contraditórias –, é necessário que procuremos compreender o fenômeno do Estado numa perspectiva ampliada. Em outras palavras, é necessário que analisemos a política com um olhar de *estranhamento*.

**CAPÍTULO 2**

***ESTADO, POLÍTICA E DEMOCRACIA:  
da aparência à essência***



## 2.1. Por uma arqueologia do Estado: a compreensão ampla do fenômeno estatal

### *O Estado, a questão social e a política pública*

Quando falamos de “questão social” devemos, necessariamente, levar em consideração o Estado e a política como instâncias definidoras de prioridades no interior da sociedade. Em síntese, dizer que algo se tornou uma questão social significa afirmar que este algo passou a merecer a atenção do Estado a partir de um dado momento. Ou ainda, que passou a ser objeto de políticas estatais (COHN, 2000). E se os problemas sociais passaram a merecer atenção do Estado *apenas* a partir de um momento histórico determinado, seria coerente pensarmos que o próprio fenômeno do Estado como instituição não teria surgido, ao longo da história, com o fim de atender às demandas e necessidades da totalidade dos integrantes da sociedade. Assim, o Estado não poderia ser, como defende Hegel nos *Princípios da filosofia do direito*, a materialização do interesse geral da sociedade (BOTTOMORE, 1993).

Mas, por outro lado, se o Estado é produto da sociedade, conforme mostra Engels (2000), e estabeleceu-se a partir de um contrato entre os homens que a compõem – assim como queriam os contratualistas –, então tal contrato ou pacto social teria sido firmado somente por uma minoria de indivíduos, que, na melhor das hipóteses, representassem a maioria restante. E, na pior, que representassem somente a si mesmos e aos seus próprios interesses de dominação sobre a sociedade à qual pertenciam.

Sabemos que os direitos sociais são os mais recentes direitos conquistados ao longo da história, em todos os países ocidentais. Tais direitos foram efetivados bem depois dos direitos individuais e políticos, só surgindo no final do século XIX e início do XX. E se foram os direitos sociais que exigiram a formulação de políticas sociais, com o objetivo de atender às necessidades básicas do povo, torna-se evidente que o Estado sempre teve, desde o seu surgimento, outras prioridades que não as atreladas ao social. Pode-se dizer, até mesmo, que o Estado sempre tentou, a todo custo, *evitar* os gastos com o social. Tanto que somente passaria a considerar a questão social a partir das pressões exercidas pelos movimentos operários que, inspirados no marxismo revolucionário, seriam pioneiros no desvendamento e na contestação da visão alienada do Estado como instituição

representativa da sociedade, colocando em evidência o caráter opressor do poder estatal, compreendido como um instrumento a serviço das classes economicamente dominantes (GRAMSCI, 1991).

É comum nas análises sobre políticas públicas ou políticas sociais levar em consideração o contexto social específico, e as demandas sociais nele contidas, que teriam gerado a elaboração destas políticas, ou, ainda, estudar as articulações e lobbies que tiveram importância decisiva na sua formulação pelo Poder Público. Neste sentido, geralmente se critica a ineficiência do Estado e a pouca ou nenhuma efetivação das políticas propostas. Assim, no Brasil, as políticas de saúde, por exemplo, não são capazes de suprir às necessidades da população, que procura os serviços públicos e encontra hospitais superlotados, a demora na obtenção do atendimento, a qualidade precária dos equipamentos e serviços, etc. Da mesma forma, as políticas de habitação popular não resolvem o problema da falta de moradia que acomete grande parte da população. E a mesma ineficiência pode ser verificada nas outras políticas públicas voltadas ao social, como a previdenciária, a educacional, a de segurança e – o que compõe o objeto dessa pesquisa – as recentes políticas da velhice, que têm ganhado expressividade a partir da década de 1990 (SANTOS, 1998).

No entanto, dificilmente, nos estudos mais recentes sobre políticas públicas, coloca-se em xeque – ou ao menos se levanta – a questão do Estado enquanto instituição *artificial* de poder na sociedade, bem como as forças sociais que teriam levado ao seu surgimento ao longo da história. Tudo se passa como se o poder estatal fosse algo natural, inerente à natureza humana. Assim, o alto grau de alienação atingido hoje pela sociedade, no que se refere à existência do Estado, faz com que predomine em nosso imaginário cultural a idéia de que ele sempre existiu. Por outro lado, raramente se leva em conta o fato de o fenômeno político-estatal ser uma *construção histórica e social* (ENGELS, 2000). Pouco se percebe, e muito menos se discute, o conjunto de relações e contradições sociais presentes por trás da formação e da existência do Estado enquanto instituição de poder e controle na sociedade. Naturalizado pela força do hábito, o anormal se torna normal, o adverso se torna correto e o aparente oculta o essencial.

*A sociedade contra o Estado: o poder político analisado sob as perspectivas histórico-crítica, antropológica e filosófica*

O materialismo histórico estabeleceu-se como a principal metodologia analítica do marxismo. Ele é mais do que uma abordagem filosófica da realidade. É, acima de tudo, uma teoria de investigação empírica, de análise da *práxis* (BOTTOMORE, 1993). A compreensão dos fenômenos do presente a partir do resgate da sua origem histórica no passado constituía, para Marx, o único instrumento capaz de revelar a verdadeira essência do fenômeno analisado. Sob este enfoque – que também é conhecido como histórico-crítico – a própria história é construída pela sucessão de modos de produção material, sendo que a luta de classes constitui a principal força propulsora do processo histórico. A luta de classes é, portanto, o motor da história (MARX & ENGELS, 1993). É por isso que qualquer fenômeno analisado sob a ótica do materialismo histórico deve contemplar as contradições sociais e os conflitos de fundo econômico inerentes ao processo de formação deste fenômeno.

Conforme destaca Tom Bottomore (1993):

A tese nuclear do materialismo histórico é a de que as diferentes organizações socioeconômicas da produção que caracterizam a história humana surgem ou desaparecem segundo venham a favorecer ou a impedir a expansão da capacidade produtiva da sociedade. O crescimento das forças produtivas explica, assim, o curso geral da história humana. Mas as forças produtivas incluem não apenas os meios de produção (ferramentas, máquinas, fábricas, etc.) mas a força de trabalho – as habilidades, o conhecimento, a experiência e outras faculdades humanas usadas no trabalho. As forças produtivas representam as possibilidades que a sociedade tem à sua disposição para a produção material (p. 261).

Assim, analisar o Estado sob o ponto de vista do materialismo histórico implica, portanto, resgatar a sua origem histórica, o seu processo de formação. Dessa forma, ao se considerar o Estado como fenômeno histórica e socialmente construído está se debatendo a sua razão de ser na sociedade. Se ele passou a existir num momento determinado da história humana, e se permanece até os dias atuais como instituição maior de poder, é inegável o seu papel fundamental no processo de acumulação do capitalismo e no incremento da capacidade produtiva da economia. Decerto, parece incontestável – e mesmo evidente – a

sua *funcionalidade* ao projeto capitalista. Contudo, deve-se ter cuidado ao se considerar o Estado *apenas* como representante dos interesses da classe economicamente dominante na sociedade capitalista, a burguesia. Essa visão simplista do fenômeno estatal, concebida pelo marxismo vulgar, constitui um erro de análise tal como o que restringe a teoria de Marx ao economicismo, ou seja, à idéia de que tudo seria determinado economicamente. Quem defende ou faz uso desses enfoques reducionistas desconhece a complexidade inerente à teoria marxiana (ou seja, a escrita pelo próprio Marx e não a dos teóricos marxistas que escrevem sobre ela), que leva em conta aspectos ideológicos, políticos e culturais em seu método de análise, os quais estão presentes no que o marxismo gramsciano chama de *hegemonia* (GRAMSCI, 1984).

Para Antonio Gramsci (1984), Marx e Engels jamais conceberam a idéia de que o Estado seria somente um instrumento a serviço das classes dominantes. Na verdade, o que foi defendido pela teoria marxiana do Estado é a compreensão da política como uma arena de lutas e de disputa constante pelo poder, onde o objetivo principal é a conquista gradativa da hegemonia. Assim, entender o Estado como instrumento a serviço da burguesia é analisar o poder político sob um ponto de vista estanque e não dinâmico. Tal postura se encontra na contramão da abordagem dialética marxiana, que se apóia na dinâmica transformadora da práxis histórica (COUTINHO, 1996).

Se Marx e Engels entendessem o Estado somente como instrumento de poder a serviço da burguesia – ou melhor, se vinculassem a existência do Estado à existência da burguesia enquanto classe dominante – não teriam proposto a luta política do proletariado como estratégia contra-hegemônica para a tomada do poder político e/ou para a conquista progressiva de espaços (ampliação dos direitos políticos, criação dos direitos sociais e trabalhistas, por exemplo) no interior do Estado.<sup>53</sup>

A compreensão do Estado, ou seja, do político, como uma dimensão em que se vivencia a disputa pelo poder, e não como o exercício estanque deste, é destacada por Engels (2000) em sua análise “arqueológica” sobre a origem do Estado, apresentada no livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Para o autor:

---

<sup>53</sup> Conforme mostra Coutinho (1996), Gramsci chama o lócus onde se exerce, efetivamente, o poder político, bem como as demais instâncias que compõem o Estado, de “sociedade política”, a qual integra a “sociedade civil”, de dimensões mais amplas.

O moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. Entretanto, por exceção, há períodos em que as lutas de classes se equilibram de tal modo que o Poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes. Nesta situação, achava-se a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, que controlava a balança entre a nobreza e os cidadãos; de igual maneira, o bonapartismo do primeiro império francês, e principalmente do segundo, que jogava com os proletários contra a burguesia e com esta contra aqueles (p. 194).

Quando analisamos o Estado do ponto de vista histórico, observamos que ele antecede em muito à emergência do capitalismo como sistema e da burguesia enquanto classe. O Estado não nasce com o Estado burguês; é bem anterior a ele. No entanto, o seu surgimento está vinculado à disputa pelo poder dentro da sociedade, luta essa que é protagonizada pelas classes com interesses econômicos antagônicos. Conforme ressalta Engels (2000):

Para que esses antagonismos, essas classes (...) não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente acima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (p. 191).

Desta forma, na abordagem do materialismo histórico, o Estado teria surgido da necessidade de se controlar e abrandar uma espécie embrionária de luta de classes ocorrida por motivação econômica. A condição de barbárie, que para Hobbes seria a luta de todos contra todos, é vista por Engels como mais justa, ou menos opressora, do que o estágio da civilização, no qual se verifica a emergência do Estado como instituição e, portanto, tem início a fase em que se tornam legítimas a desigualdade social e a opressão sobre as classes de menor poder econômico. Nas associações gentílicas da Europa<sup>54</sup>, anteriores à civilização, o poder existente na sociedade era exercido por líderes ou chefes familiares, que geralmente possuíam vínculos de sangue com os demais a eles subordinados (ENGELS, 2000).

Max Weber (1991) chama esse tipo de sociedade de “sociedade tradicional”, onde o poder social está centrado na figura de um ou vários patriarcas, sendo que a tradição e a

---

<sup>54</sup> Engels (2000) cita como exemplo as gens germânica, celta, grega e romana.

descendência genética – por meio da consangüinidade – determinavam a transmissão e a continuidade natural deste poder. Essa sociedade diferencia-se da racional-legal, ou burocrática estatal, pelo *artificialismo* das estruturas jurídico-políticas que caracterizam esta última. Assim, na abordagem weberiana, o Estado, diferentemente das formas anteriores (e naturais) de poder existentes na sociedade, é uma estrutura construída artificialmente, com o propósito de administrar o corpo social, e garantir a ordem por meio da criação de um conjunto de leis bem definido. Por isso é que Norberto Bobbio (2004) afirma não ser possível desvincular a política do direito, uma vez que a existência de leis tem – e sempre teve – caráter fundamental na organização e na existência do Estado como instância de poder dentro da sociedade. Nada melhor do que a lei e a coerção para se preservar a dominação e a opressão que um grupo social de maior poder exerce sobre os outros. E é exatamente a partir da idéia de *coerção* que a abordagem materialista histórica vai caracterizar o Estado.

Para Engels (2000), a primeira característica do Estado é o agrupamento dos seus súditos de acordo com uma divisão territorial. A conquista e a delimitação de territórios e fronteiras pelos Estados nacionais, desde os seus primórdios, determinaria a noção de *posse*, tanto da extensão territorial ocupada quanto dos bens materiais adquiridos pelos grupos de maior poder na sociedade. Tais grupos eram, na verdade, os que realmente detinham o poder de Estado. Dessa forma, o surgimento da *propriedade privada*, bem como da família monogâmica, são contemporâneos à emergência do Estado como instituição.

Assim, a preservação da propriedade privada, tanto de espaço territorial quanto de riqueza acumulada, é vista como a principal função do Estado. Os vínculos matrimoniais nas organizações gentílicas (da fase da barbárie, ou seja, anteriores à civilização), que eram em sua maioria grupais – ou poligâmicos – não garantiam a certeza da transmissão da propriedade individual a herdeiros legítimos. Foi a necessidade dessa garantia que levaria ao surgimento da família monogâmica como instituição. O mesmo aconteceria com o aparecimento do Estado, que teria ocorrido, principalmente, pela necessidade de se proteger do ataque dos invasores a propriedade territorial (nacional e individual) e toda a riqueza material acumulada pelos indivíduos ou grupos e pelo Estado. Dessa forma, o que

anteriormente era social e coletivo, passa a ser individual e restrito após a emergência do Estado como poder coercitivo na sociedade (ENGELS, 2000).

O segundo traço característico do Estado como instituição, conforme é apontado por Engels, também tem relação direta com as noções de coerção e de propriedade privada. Diante da necessidade de se proteger a propriedade individual e as fronteiras territoriais dos Estados, criou-se uma força pública armada, ao mesmo tempo em que se procurou desarmar o povo, para que este não representasse uma ameaça maior à ordem. Essa força, representada pelo exército e pela polícia, teria como funções primordiais proteger a propriedade e controlar os conflitos entre as classes sociais. De acordo com Engels (2000):

Esta força pública existe em todo Estado; é formada não só de homens armados como, ainda, de acessórios materiais, os cárceres e as instituições coercitivas de todo gênero, desconhecidos pela sociedade da gens [predominante na fase da barbárie]. Ela pode ser pouco importante e até quase nula nas sociedades em que ainda não se desenvolveram os antagonismos de classe, ou em lugares distantes, como sucedeu em certas regiões (...). Mas se fortalece na medida em que exacerbam os antagonismos de classe dentro do Estado e na medida em que os Estados contíguos crescem e aumentam de população (p. 192/193).

Michel Foucault (1997), tratando sobre o nascimento das prisões ao longo da história, também ressalta, em *Vigiar e punir*, o papel coercitivo exercido pelas instituições prisionais, militares e policiais, que atuam – e sempre atuaram desde a sua criação – como instrumentos do Estado para garantir a manutenção da ordem, também chamada de paz social, e cuja característica principal é a ausência de conflitos. Na verdade, outros tipos de instituições, além das que compõem efetivamente o poder de polícia do Estado, podem ser considerados como instrumentos de coerção, na medida em que exercem funções de controle e disciplinamento das massas. É o caso das escolas e das empresas capitalistas.

Conforme destaca Ramos (2002), o projeto burguês de educação, que visou atender à demanda da nascente sociedade industrial por mão-de-obra qualificada, procurou centrar-se na formação técnica e disciplinar da classe trabalhadora, para que esta não viesse a representar uma ameaça à ordem capitalista de exploração do trabalho. A disciplina praticada nas escolas – principalmente as destinadas à formação profissional – possui, portanto, um viés oculto de controle das massas exploradas, que visa conter, mas

principalmente evitar, práticas rebeldes e revolucionárias, que coloquem em xeque a propriedade privada.

Nota-se que o Estado utiliza diversos mecanismos de coerção e disciplina, tanto ocultos quanto explícitos, para manter a salvo a propriedade. Isso porque são inevitáveis os conflitos entre as classes, uma vez que estas representam desigualdade econômica. É, em síntese, na noção de posse material e na proteção dessa que reside a principal justificativa para o surgimento do Estado, de acordo com o enfoque do materialismo histórico. Dessa forma, seriam os antagonismos econômicos entre as classes e a divisão entre exploradores e explorados os elementos responsáveis pela emergência de uma instituição política com finalidade coercitiva, tal como é o Estado. Aqui, a superestrutura econômica teria determinado a infraestrutura do político, ou seja, a divisão dos homens em classes teria precedido à institucionalização do poder político na sociedade, destinado a legitimar a dominação e a opressão de uma classe sobre as outras (ENGELS, 2000).

No entanto, estudos de Antropologia Política têm defendido uma posição diferente – e diria que até mesmo contrária – à do materialismo histórico acerca da origem do Estado. Pierre Clastres (1990), analisando algumas sociedades primitivas *sem* Estado, como a dos yanomami do norte do Brasil, afirma que o poder político jamais poderia ter surgido a partir das diferenças de classes e da exploração de uns sobre os outros. De acordo com o autor:

O Estado, dizem, é o instrumento que permite à classe dominante exercer sua dominação violenta sobre as classes dominadas. Seja. Para que haja o Estado é necessário, pois, que exista divisão da sociedade em classes sociais antagônicas, ligadas entre si por relação de exploração. Por conseguinte, a estrutura da sociedade – a divisão em classes – deveria preceder a emergência da máquina estatal. Observemos de passagem a fragilidade dessa concepção puramente instrumental do Estado. Se a sociedade é organizada por opressores capazes de explorar os oprimidos, é que essa capacidade de impor a alienação repousa sobre o uso de uma **força** [coercitiva], isto é, sobre o que faz da própria substância do Estado “**monopólio da violência física legítima**”. A que necessidade responderia desde então a existência de um Estado, uma vez que sua essência – a violência – é imanente à divisão da sociedade, já que é, nesse sentido, dada **antecipadamente** na opressão exercida por um grupo social sobre os outros? **Ele não seria senão o inútil órgão de uma função preenchida antes e alhures** (p. 142). [Grifos nossos]



Se a exploração de uma classe sobre as outras revela o poder que a classe exploradora possui na sociedade, por quê então se justificaria a criação, por essa classe, de uma instituição política destinada a esse mesmo propósito, ou seja, explorar e oprimir? Tal instituição seria, portanto, inútil. É esse o argumento central com o qual Clastres procura refutar a visão do materialismo histórico acerca da origem do Estado. Para ele, ocorre exatamente o processo inverso: “*A relação política de poder precede e fundamenta a relação econômica de exploração. Antes de ser econômica, a alienação é política, o poder antecede o trabalho, o econômico é uma derivação do político, a emergência do Estado determina o aparecimento das classes*” (p. 139).

As sociedades primitivas, por serem sociedades igualitárias, ou seja, isentas de exploração do trabalho (ou seja, o trabalho alienado), são, por esse motivo, sociedades sem Estado. O poder político nessas sociedades é uma aberração e sempre é suprimido em sua origem por representar a imposição da vontade individual sobre a da coletividade. Em outras palavras, esse poder é suprimido por representar a desigualdade no interior da sociedade; desigualdade essa que não é, em nenhuma hipótese, permitida. Por isso, os chefes tribais não têm força política, são meros servidores da comunidade. O poder maior reside na sociedade e qualquer tentativa de impor a vontade individual sobre a coletiva é reprimida por esse poder. A divisão do trabalho também é realizada respeitando os padrões de igualdade social, não havendo exploradores nem explorados. Tanto a produção como a apropriação do que é produzido são coletivas, comunitárias. Não havendo propriedade privada, não há desigualdade social. Não havendo desigualdade, não há espaço para o surgimento de uma instituição como o Estado, destinada a impor e perpetuar a diferença de forças na sociedade. Clastres (1990) levanta a seguinte questão: “*Por que se teria o surgimento da propriedade privada num tipo de sociedade que ignora, por recusá-la, a propriedade?*” (p. 142). E continua, afirmando que: “*As sociedades primitivas são sociedades sem Estado porque, nelas, o Estado é impossível*” (p. 143).

Nota-se que não há como desvincular a exploração do trabalho da existência do Estado e da propriedade privada. Se entre os povos primitivos o Estado é impossível porque é socialmente repudiado – uma vez que a ele está associada a idéia de desigualdade, tanto social quanto de poder –, há de se considerar que as sociedades civilizadas de hoje também foram, um dia, selvagens. O que, então, teria ocorrido para que nelas o Estado deixasse de

ser impossível? O que houve para que ele deixasse de ser negado? É o que questiona Clastres em seu estudo de Antropologia Política. Podemos refletir sobre essa questão retomando Engels. Para este autor, a passagem da barbárie para a civilização ocorre simultaneamente à emergência de três instituições, que estão diretamente inter-relacionadas: a propriedade privada, a exploração do trabalho e o Estado. Se o trabalho é explorado na forma de escravidão, servidão ou assalariamento – as três formas de “vassalagem” que acompanham a história da civilização –, isso ocorre porque aquele que explora possui a propriedade dos meios de produção. Em síntese, a exploração é possível porque aquele que explora é proprietário. Os que são explorados, ao contrário, só têm seu trabalho como meio de sobrevivência, e têm que se sujeitar a essa condição. O mesmo ocorreria com o trabalho da mulher quando do surgimento da relação monogâmica. A mulher se tornaria, a partir de então, propriedade do homem, legalizada por um contrato. Assim, não há como se separar a relação monogâmica da exploração do trabalho e da propriedade privada, uma vez que à mulher caberia desempenhar – sem remuneração – o trabalho doméstico e garantir herdeiros legítimos para o homem. O trabalho da mulher na civilização passa a ser, portanto, mais um *trabalho escravo disfarçado*, tal como é hoje o trabalho assalariado e como foi o trabalho servil na era medieval (ENGELS, 2000).

O Estado, por sua vez, seria a instituição responsável pela legitimação da desigualdade social e da exploração do trabalho. A ele caberia proteger a propriedade e os proprietários que vivem da exploração. Desta forma, se não se pode garantir ao certo se foi o poder político que precedeu à divisão da sociedade em classes, determinando, geneticamente, essa divisão (de acordo com o enfoque antropológico), ou se foi essa divisão que tornou imprescindível o surgimento de um poder coercitivo estatal, destinado a amortizar os conflitos entre as classes antagônicas (como defende o materialismo histórico), ou seja, se não podemos ter certeza sobre a *origem* do Estado, por outro lado é possível levantarmos algumas evidências sobre o seu *funcionamento*.

Sabemos que o surgimento do Estado marca a origem do que se convencionou chamar de civilização. Na verdade, a própria gênese da palavra “civilização” está diretamente relacionada à existência do Estado. Do grego, “civis” significa civil, ou seja, sociedade civil. E a sociedade civil pressupõe a presença de uma esfera política, de um Estado enquanto instituição gestora. Conforme mostra Engels (2000), ao longo da história

da civilização o Estado sempre desempenhou um papel de funcionalidade às classes de maior poder econômico:

Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado (p. 193/194).

Nota-se que essa visão negativa do Estado, na qual ele é visto como algo que representa e faz perpetuar o mal na sociedade, também pode ser verificada nas sociedades primitivas, onde o Estado está ausente. De acordo com Clastres (1990): “*A história dos povos que têm história [ou seja, civilizados] é, diz-se, a história da luta de classes. A história dos povos sem história é, dir-se-á com ao menos tanta verdade, a história da sua luta contra o Estado*” (p. 152). Uma profecia entre os tupi-guarani – sociedade indígena bastante populosa do litoral brasileiro quando da chegada dos europeus, no meio da qual se pôde verificar a germinação de uma espécie de “Estado” – associa o “Um” ao mal. O “Um” representa, nesta sociedade, a unificação política na figura de um líder. Pode-se dizer, portanto, que o “Um” é o Estado. Assim, conforme destaca Clastres: “*O profetismo tupi-guarani é a tentativa heróica de uma sociedade primitiva para abolir a infelicidade na recusa radical do Um como essência universal do Estado*” (p. 151). Tal profecia pode ser bastante significativa quando consideramos o papel estratégico desempenhado pela mitologia no funcionamento do Estado.

#### *Estado e mitologia: o mito no âmago do poder político*

Essa visão *mitológica* do Estado como encarnação do mal, como elemento negativo na sociedade, presente não só nas abordagens do materialismo histórico e da Antropologia Política, mas também entre autores clássicos da Ciência Política, como Maquiavel, Hobbes e Rousseau, pode nos dizer muito acerca do funcionamento da máquina estatal.

Sabemos que a polêmica histórica criada em torno do maquiavelismo deveu-se ao caráter pioneiro e transparente das obras de Nicolau Maquiavel que tratam da vida política, principalmente de *O príncipe*. O que fez de Maquiavel uma figura, ao mesmo tempo,

amada e odiada – em outras palavras, o que fez dele um *mito* – foi o fato de ele ter relatado de forma clara, objetiva e, principalmente, acessível à maioria da população (e não só aos políticos ou intelectuais), as artimanhas de conquista e manutenção do poder inerentes ao jogo político, que se encontravam até então escamoteadas e restritas a uma minoria de poderosos. Maquiavel somente colocou a nu a realidade, muitas vezes cruel e injusta, do poder de Estado e do cotidiano dos governantes. Por isso é chamado de maquiavélico todo aquele que faz uso de qualquer estratégia – seja ela “boa” ou “má”, “justa” ou “injusta” – para obter o que se pretende. O lado obscuro e maléfico da política fora, assim, colocado em evidência por Maquiavel. Em outras palavras, fora por ele desmistificado e, principalmente, *desmitificado* (Cassirer, 1976). Portanto, nada mais coerente do que considerar Maquiavel um conscientizador ou educador político, com um importante papel revolucionário, e não só como um mero analista da vida política. Pois seria mais lógico supor que o pensador florentino tenha escrito para aqueles que não sabem (o povo) do que para aqueles que já sabem (governantes) sobre as artimanhas da política. Dessa forma, o Maquiavel do qual se fala aqui – como conscientizador das massas, como *intelectual orgânico*, e que coloca em xeque o papel do Estado e da política na sociedade –, é o que consta em Antonio Gramsci (1991), na sua análise sobre o maquiavelismo e o Estado moderno. E é esse papel revolucionário de Maquiavel que certamente justifica a sua mitificação, ou melhor, a sua “demonização” pela sociedade burguesa ao longo dos tempos.

Tal como Maquiavel, Thomas Hobbes também é visto como um pensador polêmico na história da filosofia política. E isso se deve ao fato de que sua obra passaria a mostrar uma visão diferenciada e, acima de tudo, pessimista sobre a natureza humana e o poder de Estado. Seu enfoque é inédito porque, em primeiro lugar, discorda da bondade inata do ser humano, concebendo o homem como naturalmente mau. Com isso, desmistifica a natureza pura e pacífica do ser humano, defendida pelos pensadores gregos (principalmente Platão e Aristóteles) e medievais (Santo Agostinho e Tomás de Aquino). Para Hobbes, o estado de natureza no qual vivia o homem antes do surgimento do Estado era caracterizado pela guerra geral, de todos contra todos. A ausência de um sistema legal e de um instrumento coercitivo, que mantivesse a ordem na sociedade, fazia com que os homens se destruíssem uns aos outros, por buscarem a mesma coisa. Foi, então, necessário que se estabelecesse um contrato para a criação desse instrumento coercitivo: o Estado. Para Hobbes, o Estado tem a

função de evitar os conflitos entre os homens. Ele preserva, acima de tudo, o direito à vida. E para que seja possível manter a ordem social, o soberano deve governar pelo terror. O Estado, portanto, deve ser temido pelos súditos, nem que para isso seja preciso usar da força física. É esse o segundo aspecto polêmico da obra de Hobbes: conceber o Estado como uma entidade mitológica temida, monstruosa, mas necessária. O Estado-terror é representado, assim, por um ser mitológico: o Leviatã. Com isso, desmistifica a imagem do bom governante, difundida por Aristóteles. Mas é no que se refere às suas idéias sobre a propriedade privada que reside o seu aspecto mais polêmico. Hobbes nega o direito natural ou sagrado dos indivíduos à propriedade, afirmando que tanto as terras quanto os bens devem ser controlados pelo Estado. Essa visão hobbesiana da propriedade contrariava, portanto, as pretensões burguesas sustentadas no livre acesso à propriedade e no livre mercado (liberdade de aquisição e de negociação), que seriam a base do liberalismo econômico (RIBEIRO, 1997).

Por sua vez, Jean Jacques Rousseau, juntamente com Hobbes e Maquiavel, é considerado um dos autores mais “malditos” do pensamento político. A maldição associada aos nomes desses três pensadores decorre do caráter polêmico e inovador de suas obras, que questionaram a ordem social vigente. Se Maquiavel foi amaldiçoado ao longo da história por tornar pública a mesquinharia inerente à lógica do poder político, e se Hobbes o foi por conceber o Estado como monstruoso, o homem como belicoso e por negar o direito natural e divino à propriedade, Rousseau também o seria por levantar as questões da desigualdade e da injustiça presentes na sociedade burguesa e das quais o Estado seria mero reproduzidor. Em seu *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, Rousseau, que, como Hobbes, era contratualista, reafirma a idéia de que o Estado teria surgido de um contrato ou pacto social. No entanto, tal pacto não teria sido feito entre iguais, ou seja, entre homens com o mesmo poder, mas sim proposto por aqueles que possuíam propriedade, no intuito de legitimar e preservar a desigualdade material. É, então, o rico que apresenta a proposta do pacto. A sociedade daí nascente seria baseada na lei e na coerção, que visavam, acima de tudo, proteger a propriedade e, dessa forma, manter a desigualdade. As leis, portanto, dariam novos entraves ao fraco e novas forças ao rico. A liberdade natural, que existia no estado de natureza, seria, assim, cerceada. Para Rousseau está na sociedade do pacto – ou seja, a que cria o Estado – a origem de todo o mal. O homem nasce naturalmente

bom e é a sociedade que o corrompe. E essa corrupção do homem ocorrida no convívio social atesta a corrupção que é comum à própria sociedade. A liberdade, assim cerceada, só poderia ser resgatada *em parte* pela soberania do povo na vida política. Qualquer forma de governo que se venha a adotar terá que se submeter ao poder soberano do povo. Por isso é que Rousseau afirma que um povo só será livre quando tiver todos os cidadãos em condições de elaborar suas leis e controlar efetivamente seus representantes, porque estes tendem normalmente a privilegiar interesses pessoais ao invés dos coletivos (NASCIMENTO, 1997).

Nota-se como, entre esses três autores clássicos, mitificados e amaldiçoados ao longo da história, há a defesa de ideais perturbadores à sociedade burguesa. Se os principais autores liberais – dentre o quais podemos citar Locke, Stuart Mill e Tocqueville – defendiam a livre aquisição da propriedade privada, o livre mercado e o controle daqueles que ameaçavam essa propriedade, isso significa que o papel do Estado na sociedade burguesa sempre foi o de dar liberdade aos ricos e restrição aos pobres. Não é de se admirar, portanto, que Maquiavel, Hobbes e Rousseau, sem contar Marx e os socialistas, tenham gerado tanta polêmica e, conseqüentemente, tenham sido perseguidos pelas suas idéias. Elas representam, cada uma ao seu modo, ameaças à ordem burguesa vigente, por defenderem: a conscientização política das massas (Maquiavel), o Estado forte e controlador da propriedade (Hobbes) e a soberania popular na vida política (Rousseau). Tais idéias compõem a pedra de toque do ideário socialista sustentado no marxismo e que propõe a ruptura da lógica excludente do capitalismo burguês.

Desta forma, a mitificação dos pensadores políticos “revolucionários” pela sociedade burguesa tem relação direta com a tentativa desses mesmos de desmistificar e desmitificar o Estado, mostrando a sua essência perversa. Na verdade, não há como se desvincular o mito da política. O próprio surgimento do Estado parece estar atrelado a aspectos mitológicos, conforme procura mostrar Clastres (1990). Para o autor, é somente no plano da magia ou da mitologia que, aparentemente, o desejo individual (dos magos, profetas ou feiticeiros) é colocado acima da vontade coletiva. Nas sociedades primitivas, como a dos tupi-guarani, os feiticeiros ou profetas: “*Eram capazes de se fazer seguir por massas surpreendentes de índios fanatizados, diríamos hoje, pela palavra desses homens, a ponto de acompanhá-los até na morte*” (p. 151). O poder dos profetas de mobilizar as

massas é infinitamente maior do que o dos chefes militares. Na verdade, aos primeiros é possível mobilizá-las pela vontade individual, o que não ocorre com os últimos.

A obra de Ernest Cassirer (1976), *O mito do Estado*, é emblemática no que se refere à análise do Estado e da política a partir dos seus aspectos mitológicos. Nela, o autor analisa o poder social contido no mito e, principalmente, na mitificação dos líderes políticos. Caracterizado pelo irracionalismo e pela prevalência do emocional sobre a racional, o mito envolve aspectos da realidade que fogem ao controle do corpo social, tais como a magia, a religião, a superstição, o heroísmo e o misticismo. Nesses planos, a sociedade se julga incapaz, muitas vezes por medo ou confiança cega, de repudiar ou cercear a dominação imposta por aqueles que se dizem representantes dos elementos mitológicos: Deus, deuses, demônios, entidades, espíritos e, até mesmo, o povo.<sup>55</sup>

A mitificação (ou mistificação) presente na figura dos líderes políticos acompanha a história da humanidade desde os primórdios da civilização. Para Cassirer, de forma coerente à abordagem de Clastres, é a partir do plano mitológico ou místico que o poder político pôde ser aceito pela sociedade primitiva (ou gentílica). “*O feiticeiro, se bem escolhido, se conhecedor das invocações mágicas e se souber utilizá-las no tempo certo e na ordem certa, é o senhor de tudo. Pode evitar todos os males e derrotar todos os inimigos, porque todas as forças naturais estão ao seu dispor*” (p. 299), afirma Cassirer (1976). A história nos dá vários exemplos da associação da política com a mitologia. Os faraós do Antigo Egito eram considerados deuses vivos. Os governantes da *pólis* grega e do Império Romano eram vistos como representantes dos deuses e protegidos por eles. Os reis da Idade Média eram coroados e abençoados pela Igreja Católica. Isso sem contar os Estados teológicos do Oriente Médio, que permanecem com essa mesma configuração até os dias atuais, como é o caso do Irã.

É interessante observar como Max Weber (1991) trata, indiretamente, dos aspectos mitológicos presentes no poder político, ao analisar a dominação carismática. Essa forma de dominação, diferente da tradicional e da racional-legal-burocrática, é caracterizada pela prevalência de fatores emocionais, irracionais. O líder carismático tem seu poder legitimado pelo sentimento de temor, respeito ou simpatia que a sociedade nutre por ele. É

---

<sup>55</sup> Sobre o caráter mitológico presente na idéia de “povo”, certamente não seria sem propósito a criação de um dos lemas mais conhecidos dos regimes democráticos: “A voz do povo é a voz de Deus”.

por isso que a dominação carismática tem como núcleo central a figura pessoal do líder. Contudo, a análise weberiana mostra que, apesar do seu caráter racional e metódico, a dominação burocrática predominante na moderna sociedade capitalista carrega também elementos de irracionalidade, característicos do poder carismático. Isso se torna evidente quando Weber (1996) analisa a influência da religião protestante, com seus valores, crenças e dogmas, na constituição do capitalismo como sistema econômico. Apesar de o protestantismo ter sido caracterizado por um maior grau de racionalismo frente à religião católica, jamais se deve desconsiderar o seu caráter irracional ou emocional, típico de qualquer religião. Evidentemente, o protestantismo pode ser compreendido como um “tipo ideal” integrante da esfera místico-religiosa, assim como o capitalismo se enquadra numa categoria de aparente racionalidade (nos planos econômico e organizativo), mas dotada, ao mesmo tempo, de uma essência marcada por elementos irracionais (no plano político).

A sociedade atual, fundada no capitalismo e na rápida e extraordinária evolução tecnológica e científica, se gaba de moderna e racional. Contudo, carrega focos de irracionalidade exatamente na esfera responsável pela gestão da sociedade, ou seja, a esfera política. Os mitos políticos modernos são uma realidade. Não porque o poder político voltou a fazer uso da dimensão místico-religiosa, como nos Estados teológicos do passado, mas sim porque o mito ainda é um *elemento constitutivo* da vida política. Conforme destaca Cassirer (1976):

O político moderno teve de combinar em si duas funções diferentes e mesmo incompatíveis. Tinha de ser ao mesmo tempo ‘homo magus’ e ‘homo faber’. Ele é sacerdote de uma nova religião misteriosa e inteiramente irracional, mas para defender e propagar essa religião utiliza processos muito metódicos. Nada fica ao acaso; cada passo é bem preparado e premeditado. É essa estranha combinação [do racional com o irracional] que constitui um dos mais extraordinários aspectos dos nossos mitos políticos (p. 300).

O populismo, seja nos regimes ditatoriais ou nos democráticos, pode ser visto como um exemplo bastante claro de mito político moderno. O peronismo na Argentina, o varguismo (ou getulismo) no Brasil e a ditadura de Augusto Pinochet no Chile são tipos de populismo encontrados na América Latina do século XX. O mesmo se pode dizer do fascismo e do nazismo que predominaram na Europa durante a II Guerra Mundial. Nesses



regimes, é comum observar uma adesão fiel e apaixonada das massas populares ao líder político que representa o poder de Estado, bem como aos seus ideais e valores. Na figura desse líder se personifica a imagem mitificada de um herói ou “salvador da pátria”, na qual o povo deposita suas esperanças. É por isso que o poder de indução das massas do líder populista pode ser equiparado ao dos feiticeiros ou profetas das sociedades primitivas, da forma como é mostrada por Clastres (1990).

O povo, conforme se pode notar, é a força sobre a qual se legitima o populismo. É por isso que Bobbio (1994) define como populistas: “*As formas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo*” (p. 980). E continua, afirmando que: “*Para além de uma exata definição terminológica, o povo é tomado como mito a nível lírico e emotivo*” (p. 981) [Grifos nossos]. Ver o povo como mito significa lhe atribuir uma função específica e de extrema importância dentro da vida política. É, acima de tudo, lhe dar poder. Se, para São Tomás de Aquino, o poder político emanava de Deus, e se, no Absolutismo, o poder residia na pessoa do soberano (“o Estado sou eu”), nos regimes democráticos da atualidade se resgata a máxima grega de que “o poder emana do povo”. A democracia – compreendida efetivamente como o governo do povo – é, portanto, o fator determinante da mitificação política contida na idéia de “povo” e observada nos governos populistas. Democracia e populismo estão, assim, totalmente interligados. O populismo jamais seria possível sem a democracia. Mesmo a ditadura populista é, em essência, democrática.

O Estado ameaçador e temido pelo povo em virtude do uso da força, como se via nos regimes tirânicos e despóticos do passado – ou seja, o “Estado Leviatã” de Hobbes, que despertava o temor dos súditos e governava com base nele –, fora substituído por um tipo de Estado no qual o povo deposita suas esperanças de melhoria. A “soberania popular” defendida por Rousseau deveria, portanto, ser incorporada pelo jogo político, mesmo que de forma artificial e falaciosa, como numa artimanha maquiavélica para garantir a manutenção do poder. O sufrágio democrático, decorrente das pressões dos movimentos populares e operários, tornaria, então, necessária a elaboração de novas estratégias de indução das massas, fundadas em promessas dos governantes e legisladores, na maioria das vezes ilusórias e impossíveis de serem concretizadas. Conforme mostra Cassirer (1976):

Os nossos políticos modernos sabem muito bem que as grandes massas se movem mais facilmente pela força da imaginação do que pela força física. E fizeram amplo uso desse conhecimento. O político tornou-se numa espécie de adivinho. A profecia é um elemento essencial na nova técnica de domínio. Fazem-se as promessas mais improváveis e até as que são impossíveis; o milênio é prenunciado vezes e mais vezes (p. 307).

Afirmar que o poder emana do povo, como é característico dos regimes democráticos, não implica, contudo, dizer que o povo tem poder *efetivo* numa democracia. O populismo é um exemplo claro de como o Estado utiliza artimanhas para contornar as reivindicações dos movimentos populares. Iludir as massas tornou-se, nos regimes democráticos, a estratégia mais eficaz para conduzi-las, induzi-las e mantê-las sob controle. Os governantes populistas colocam-se como representantes diretos dos interesses do povo. Mais do que isso: procuram se afirmar perante a opinião pública como partidários das causas populares. Quando, na verdade, o que buscam é manter-se no poder de forma legítima. É o caso do trabalhismo de Getúlio Vargas, no qual se nota uma tentativa de obter a adesão do povo por meio da criação de leis trabalhistas e de políticas sociais setoriais, sem promover mudanças profundas na estrutura excludente da economia nacional, que mantém os privilégios de uma elite histórica. Essa estratégia populista rendeu a Vargas o apelido de “mãe dos ricos e pai dos pobres” (VIEIRA, 1987).

Não é difícil notar que toda democracia hoje necessita de uma certa dose de populismo. Na verdade, o populismo pode ser visto mesmo como a essência da atual democracia. Para conduzir o povo, deve-se conquistá-lo, seduzi-lo; enfim, fazê-lo acreditar que o governante, de fato, abraça as causas populares. E é isso o que normalmente faz um líder político nas modernas sociedades democráticas. Mas parece haver algo de errado nessa forma de democracia hoje vigente. Em uma democracia de fato, ou seja, coerente ao seu sentido etimológico e original, o povo é quem governa. Contudo, parece não ser isso exatamente o que acontece. Pode-se, então, questionar: seria a democracia moderna *realmente* uma democracia?

## 2.2. Estado, democracia e capitalismo

### *A dialética entre Estado e povo*

Se por democracia entende-se o governo do povo e para o povo, torna-se imprescindível, antes de qualquer coisa, definir-se o que é povo. A origem do conceito de povo está diretamente vinculada ao surgimento do Estado. Em outras palavras, o povo só existe em função da existência do Estado. Percebe-se aqui, na verdade, uma relação dialética entre povo e Estado: não há povo sem organização política assim como não há organização política sem povo, pois ambos têm a mesma origem e a concepção de um não pode prescindir da concepção do outro. Pode-se dizer, então, que o povo é a dimensão humana do Estado e a dinâmica entre povo e Estado é tão íntima que o povo não subsiste sem a organização e o poder do Estado. O povo é, em suma, a *razão de ser* do Estado. Assim, o poder político emerge do povo e precisa ser por ele legitimado, pois o poder se exerce com referência ao povo. No entanto, há um aspecto dualista nessa relação de poder. O povo é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de poder, princípio ativo e passivo na dinâmica estatal. Como sujeito ativo, o povo é definido como um conjunto de cidadãos, que exerce (ou deveria exercer) seus direitos de participação política, interferindo efetivamente na gestão do Estado. Como objeto passivo, o povo é visto como uma reunião de súditos, que deve obediência ao poder do Estado expresso na forma de leis jurídicas (ROLAND, 2004).

Nota-se que não há como dissociar Estado de povo. Eles só podem ser compreendidos dialeticamente. Se o Estado só existe em função do povo e se o povo só existe em função do Estado, pode-se dizer que todo Estado seria, na sua essência, “democrático”. Sabe-se que a idéia de democracia só surge na Grécia, bem como a sua adoção como forma de governo. Por isso, nos Estados anteriores à pólis grega, não se tinha idéia do que fosse democracia. No entanto, já se verificava, em alguns deles, a existência de uma infraestrutura pública de serviços voltada para o atendimento das necessidades do povo. No Antigo Egito, por exemplo, eram construídas obras públicas com o fim de evitar a seca ou as inundações do Nilo. Também se verificava a construção de estradas para o escoamento da produção agrícola e de residências para a população. Um fato bastante curioso é que a educação no Egito também era pública, e apesar da prioridade que tinham

os nobres e homens livres, até os escravos poderiam ter acesso aos programas educacionais. Esses “serviços públicos” já revelavam, de alguma forma, a existência de um gérmen de “participação democrática” num tipo rudimentar de “esfera pública” (GENNARI, 2003).

Assim, se todo Estado é, até certo ponto, “democrático”, isso se explica pelo fato de que o poder político não se legitima senão pelo povo. Por isso, o Estado só se justifica e se mantém pela aceitação popular do seu poder. Mesmo sendo o Estado a dominação de uma classe sobre as outras, certamente não seria possível manter esse poder só pela força, excluindo e subjugando todas as classes restantes. Ou seja, um poder central não poderia ser mantido se o povo não obtivesse alguma vantagem ou se beneficiasse de alguma forma com a existência desse poder. Seria inviável um governo só de súditos (que obedecem, ou que têm deveres) e não de cidadãos (que têm direitos de receber serviços públicos e de participar politicamente da gestão do Estado). Assim, faz parte do jogo político – ou das “artimanhas do príncipe”, como diria Maquiavel – atender, mesmo que minimamente, às necessidades do povo, para que este veja uma certa *funcionalidade* na existência do Estado e o aceite como instituição gestora da sociedade.

### *Trabalho, capitalismo e democracia*

Assim, desde sua origem, o Estado teve que conciliar a apropriação da riqueza socialmente produzida e o atendimento das necessidades do povo; a coerção para manter a propriedade e a concessão para manter a legitimidade. Os Estados grego e romano da Antiguidade se apropriavam do que era produzido pelo povo no trabalho agrícola livre e no trabalho escravo, sendo que essa apropriação era parte da cobrança de impostos. Na Antiga Atenas, ao mesmo tempo em que eram promovidos serviços públicos pelo Estado, este permitia aos cidadãos um certo grau de participação política, que era determinado pelo nível de riqueza e pela condição de trabalho dos indivíduos, ou seja, em primeiro lugar, se eram proprietários, e, em segundo, se eram escravos ou trabalhadores livres. (WOOD, 2003).

Ao contrário do que se pensa, o fato de os escravos não participarem efetivamente da vida política na Grécia não se dava exatamente por eles não terem direito a tal participação – que era pública –, mas sim por não terem *tempo livre* para participar. Os

assuntos políticos geralmente eram discutidos na *ágora*, um tipo de praça pública destinado à reflexão filosófica e ao debate de questões políticas, e nas assembleias deliberativas, que compunham o governo. A *ágora* e as assembleias eram públicas e todos podiam ter acesso a elas, desde que tivessem tempo hábil para tal. Por isso eram os trabalhadores livres e os proprietários de terras que participavam com mais frequência dos debates políticos na praça e das deliberações na assembleia. Os mais ricos tinham ainda, a seu favor, a influência pessoal sobre os membros do Estado, o que lhes garantia certos privilégios de participação política. Os trabalhadores livres, que compunham a espinha dorsal da economia ateniense, dispunham de tempo livre (ou ócio) para participarem dos debates e deliberações políticas. O trabalho livre na sociedade ateniense jamais poderia consumir o tempo destinado aos assuntos políticos, em que os cidadãos deveriam expor suas necessidades sociais e econômicas, bem como os seus descontentamentos com o sistema político vigente, propondo mudanças. Dessa forma, o ócio com finalidade política significava, para os cidadãos de Atenas, quase uma obrigação. Os escravos, por sua vez, que eram minoria na sociedade ateniense e, ao contrário do que se pensa, não possuíam importância econômica significativa como mão-de-obra destinada à produção agrícola e artesanal, dificilmente participavam dos debates políticos pelo simples fato de não serem formalmente livres e, exatamente por isso, não disporem de tempo ocioso para tal fim. Além disso, por não serem livres, os escravos não eram considerados cidadãos (WOOD, 2003).

Conforme mostra Ellen Wood (2003), o trabalho livre no mundo antigo fora totalmente eclipsado, ao longo da história, pelo trabalho escravo. E isso se daria não exatamente por erro de análise da história, mas provavelmente pela necessidade que alguns historiadores liberais encontraram de ocultar a importância do trabalho livre na sociedade ateniense, em virtude do poder *efetivo* de participação política que possuíam os trabalhadores livres nessa sociedade. Estes eram, em sua maioria, camponeses de produção independente e compunham o grupo dos “cidadãos atenienses”. A sua condição de liberdade se dava tanto no plano político/legal quanto, o que é de extrema importância, também no plano econômico. Isso porque o trabalho livre na sociedade ateniense era, de fato, livre, e não alienado. Em outras palavras, não se trabalhava para outrem, mas para si. A ausência, portanto, da alienação econômica no trabalho garantia aos cidadãos atenienses uma independência material efetiva em relação aos proprietários e governantes. Tal

independência era possível devido a uma característica central da sociedade ateniense: a não separação entre a esfera econômica e a esfera política. Em Atenas, os assuntos econômicos jamais poderiam ser tratados separadamente dos assuntos políticos, uma vez que o Estado exercia um controle total sobre a vida econômica da sociedade. Todos as questões políticas também eram econômicas assim como todas as questões econômicas também eram políticas. O Estado era, de fato, o proprietário-mor das terras e das riquezas produzidas, dividindo com uma minoria de ricos a propriedade da terra. E, conseqüentemente, quem trabalhava livremente a terra ou produzia como artesão tinha liberdade para organizar sua vida como bem entendesse, sem ter que prestar contas para um patrão explorador, porque era o Estado o maior responsável pela apropriação da riqueza socialmente produzida, e não os proprietários individuais, como é no capitalismo. Apesar de cobrar impostos, apropriando-se, dessa forma, da riqueza produzida, o Estado ateniense garantia aos cidadãos-camponeses a liberdade econômica. Tal liberdade era fundamental para que os cidadãos pudessem exercer, direta e efetivamente, a sua cidadania nos assuntos políticos, participando de forma substantiva da gestão do Estado (WOOD, 2003).

Quando se diz que a democracia em Atenas era, não só direta, mas substantiva, isso significa que a participação política pela via democrática tinha a propriedade de interferir diretamente na condição econômica dos indivíduos, diminuindo a desigualdade social. Como as esferas econômica e política se encontravam fundidas, a participação política garantida pelo direito de cidadania representava, também, uma possibilidade real de mudança na vida econômica. Por exemplo: como o trabalho não era alienado, os cidadãos podiam requerer – frente ao Estado, nas assembléias deliberativas – uma maior apropriação individual da riqueza produzida pelo trabalho livre, bem como uma maior extensão de terras para a produção. E isso era decidido pelo próprio povo, juntamente com os representantes da pólis, nas assembléias. Visto com os olhos de hoje – e quando se tem noção do caráter superficial e excludente da democracia burguesa –, é curioso o fato de que ricos e pobres compartilhassem do mesmo recinto (as assembléias) e possuíssem os mesmos direitos de opinar sobre os assuntos políticos em pauta. Platão mostra, em *Protágoras*, esse relativo igualitarismo presente na democracia ateniense:

Agora que estamos reunidos em Assembléia, se o Estado se vê diante de um projeto de construção, observo que os arquitetos são

convocados e consultados sobre a estrutura proposta, e quando se trata de uma questão relativa à construção de navios, são os projetistas de navios, e é assim com tudo que a Assembléia considere objeto de aprendizado e ensino. Se alguém oferece conselho, alguém que não seja considerado conhecedor, por mais belo ou rico ou bem-nascido ele seja, não importa: os membros o rejeitam ruidosamente e com desprezo, até que ele ou seja obrigado a se calar e desistir, ou seja expulso e retirado pela polícia por ordens do magistrado presidente. É assim que eles se comportam com relação a temas que consideram técnicos. **Mas, quando se trata de debater algo relativo ao governo do país, o homem que se levanta para dar conselhos pode ser um construtor, ou mesmo um ferreiro ou sapateiro, mercador ou armador, rico ou pobre, nascido ou não de boa família.** Ninguém o acusa, como sucede aos que mencionei a pouco, que esse homem não tem qualificações técnicas, incapaz de indicar quem o ensinou, e ainda assim tenta dar conselho. A razão deve ser que eles não consideram que este seja um assunto que possa ser ensinado (apud WOOD, 2003: p. 166). [Grifos nossos]

O caráter substantivo, direto e igualitário da democracia ateniense fez dela uma referência histórica no que se refere à participação política e ao exercício da cidadania. Decerto que não podemos desconsiderar o fato de que as mulheres e os escravos eram excluídos do direito de participação política pelo fato de não serem livres e, conseqüentemente, não serem considerados cidadãos. Além disso, temos que levar em conta também os privilégios políticos que os mais ricos possuíam, sendo que muitos vinham a ocupar cadeiras vitalícias na máquina estatal como conselheiros – é o caso, por exemplo, do Conselho de Anciãos, que tinha grande influência na polis. Contudo, essas características não diminuem a importância da democracia ateniense como modelo germinal do Estado democrático. Sabe-se que a idéia de democracia surge na Grécia. O próprio termo “democracia”, etimologicamente, tem origem grega: é a fusão de “demos”, que significa povo, e “kratia”, que é força ou poder. O “poder do povo”, portanto, não só passaria a ter nome a partir de então, como também seria teorizado e praticado efetivamente no contexto político, social e (fato importante) *econômico* da Antiga Atenas.

Quando da emergência do capitalismo, cujos embriões já se faziam sentir na sociedade feudal, a esfera econômica passa a ser gradativamente separada da esfera política. O poder “político” obtido pelos senhores feudais com o desmonte do Império Romano e o relativo enfraquecimento dos reinados do Europa geraria a ruptura da fusão entre econômico e político existente na democracia ateniense. O Estado não detinha mais o controle absoluto da propriedade da terra e da apropriação da riqueza socialmente

produzida. Tinha início, com o trabalho servil da Idade Média, a exploração do trabalho “livre”, ou “semilivre”. O trabalho do “homem livre” – e não mais do escravo – passaria a ser explorado por proprietários privados, sendo que o produto desse trabalho, diferentemente do que acontecia em Atenas, não era mais apropriado pelo Estado e nem por aqueles que produziam, mas sim por um proprietário individual. Esse fenômeno é o que Marx chamaria de *alienação* econômica, ou seja, a que ocorre a partir da exploração de uns sobre outros, mais especificamente: dos proprietários dos meios de produção sobre os trabalhadores, aos quais só resta vender a sua força-de-trabalho (WOOD, 2003).

O desenvolvimento do comércio (capitalismo mercantil) e, posteriormente, da indústria (capitalismo industrial), fariam aumentar sobremaneira a separação entre o político e o econômico. Toda uma esfera econômica cresceria de forma independente da esfera política. Tal fato seria impensável na Antiga Atenas, onde as questões econômicas eram também políticas e vice-versa. O capitalismo, ao contrário, faria não só o econômico se desenvolver a um ritmo e dimensão espetaculares, e em separado do poder público estatal, mas também determinaria a *submissão* do Estado aos ditames do mercado. O livre mercado seria a principal bandeira defendida pelo liberalismo econômico. Para os liberais, a economia no capitalismo deveria ser independente do controle do Estado, essencialmente no que tange às prioridades de produção e apropriação da riqueza socialmente produzida. O poder estatal continuaria a ter, no entanto, uma função específica: a de preservar a propriedade privada, por meio dos mecanismos de coerção e controle existentes na sociedade. Assim, o livre mercado do liberalismo econômico fundamentaria suas bases na conciliação de um Estado fraco ou “mínimo”, ausente da esfera econômica, com um Estado forte ou “máximo”, sempre presente na contenção das revoltas e conflitos populares decorrentes da perpetuação da injustiça e da desigualdade social. O Estado se torna, portanto, um “mal necessário”.

Com a separação entre o econômico e o político verificada no capitalismo, amplia-se também o distanciamento entre ricos e pobres no que se refere aos direitos políticos. Um Estado aristocrático, comandado por uma nobreza cortesã, passa a conviver lado a lado com o desenvolvimento de uma economia capitalista totalmente autônoma, gerida pela burguesia. Com as três grandes revoluções burguesas ocorridas na história (Francesa, Gloriosa e Americana), determina-se a hegemonia total do capitalismo no Ocidente,



fundado na livre-concorrência, e, simultaneamente, reinventa-se a noção de democracia, nascida na Grécia. Os ideais de liberdade e igualdade eram necessários para que a burguesia em ascensão se desvencilhasse dos grilhões da nobreza e, com isso, derrubasse todos os entraves que impediam o desenvolvimento da economia. Tais revoluções marcariam, assim, o início de mudanças profundas na estrutura do Estado. Era necessário transformar o Estado aristocrático da nobreza secular para que ele se adequasse aos propósitos do capitalismo. Nascia, com isso, o Estado burguês.

Como vimos no Capítulo 1, a burguesia se uniria ao povo para lutar contra a nobreza e seus privilégios políticos. Tais privilégios incluíam a não-participação popular (ou seja, dos “não-nobres”, dentre os quais a burguesia emergente) nas decisões da vida política. Os direitos políticos de participação eram, portanto, restritos aos membros da nobreza. Com a Revolução Francesa, a burguesia assume o poder do Estado e se vê na obrigação de estender os direitos políticos e individuais ao povo, ao mesmo tempo em que preserva e restringe o direito (natural) de propriedade. É aí que se torna imprescindível o resgate e, principalmente, a reinvenção da idéia de democracia. Os direitos políticos deveriam ser estendidos também ao povo, desde que esses direitos não ameaçassem a preservação da propriedade privada e do acúmulo da riqueza. E isso se dá graças à separação entre político e econômico ocorrida no capitalismo. O direito de voto passa a ser, então, gradativamente ampliado. Primeiro aos pequenos proprietários, depois também aos trabalhadores e, mais tarde, às mulheres e aos analfabetos. Enfim, amplia-se os direitos políticos até se atingir o sufrágio universal adulto. Isso, no entanto, acontece sem que seja alterada de forma substantiva a desigualdade social dada pelo acúmulo da riqueza (WOOD, 2003).

Tal fenômeno, de conciliar a universalização do voto com a concentração da riqueza, torna-se possível em virtude, exatamente, da reinvenção da democracia, ocorrida a partir das revoluções burguesas. A complexidade da sociedade burguesa e o rápido e espetacular crescimento populacional ocorrido nas cidades tornavam inviável a democracia direta existente na Grécia. Foram argumentos utilizados pelos burgueses para propor a *democracia representativa* como nova forma de governo. De acordo com essa idéia, nascida entre os norte-americanos, aos próprios burgueses caberia representar o povo no

Parlamento. Veja-se, por exemplo, uma citação do *Federalista*, de Alexander Hamilton, sobre a questão da representação política:

A idéia de representação real de todas as classes de pessoas por pessoas de todas as classes é absolutamente visionária. (...) Mecânicos e fabricantes, com poucas exceções, sempre se inclinaram a dar votos para os comerciantes de preferência a pessoas de sua própria profissão (...) eles sabem que, por maior que seja a confiança que tenham em seu próprio bom senso, seus interesses são mais eficientemente promovidos pelos comerciantes do que por si mesmos. Eles sabem que seus hábitos na vida não lhes oferecem esses dons adquiridos sem os quais, numa assembleia deliberativa, as maiores habilidades naturais são em geral inúteis. (...) Devemos portanto considerar os comerciantes como os representantes naturais de todas essas classes da comunidade (apud WOOD, 2003: p. 186).

A reinvenção da democracia, na forma de democracia representativa, é, assim, uma inovação norte-americana, sem precedentes na história. A democracia direta ateniense a consideraria uma aberração total. Contudo, ela se encaixa perfeitamente aos propósitos do capitalismo, bem como à nova estrutura política adotada pelo Estado burguês. Era preciso dar ao povo a possibilidade de participar politicamente, mesmo que tal participação fosse ilusória. Na verdade, seria necessário *reconstruir* o conceito de participação política, para que esta não colocasse em risco a dominação burguesa. Em hipótese alguma tal participação poderia ser direta e efetiva, como havia sido na democracia ateniense. Se durante o período em que vigorou o governo aristocrático – ou seja, da Idade Média até a Revolução Francesa – a participação era restrita aos nobres, aos membros do clero e aos grandes proprietários de terras, no Estado burguês isso tinha que ser mudado de alguma forma. A não-participação do povo teria que ser camuflada. Por isso, a democracia havia servido de bandeira para as revoluções burguesas, principalmente no que se refere aos ideais de igualdade e liberdade preconizados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão. Afinal, a burguesia havia assumido a sua identidade de “povo” para chegar ao poder, tomando para si o compromisso de ser representante desse (WOOD, 2003).

O fato de a economia capitalista ter se desenvolvido de forma independente da esfera política facilitou a configuração de um novo tipo de democracia, a burguesa, fundada na representação. Assim como o trabalho no capitalismo passa a ser alienado com a

apropriação individual da riqueza socialmente produzida, da mesma forma a participação política também se torna alienada na democracia burguesa de cunho representativo, na qual milhares ou até milhões de pessoas são representadas por um único deputado ou senador. A democracia representativa passa a marcar, portanto, a *alienação* do processo de decisão política. Na verdade, essa forma de democracia faz com que o povo abra mão do seu direito de participação política efetiva, permitindo que só alguns indivíduos decidam sobre assuntos que são do interesse da coletividade. Conforme mostra Dallari (1984), na democracia representativa, o direito de participação política: “*Não existe ou não passa de mera formalidade, pois o direito de tomar as decisões mais importantes continua reservado a um pequeno número*” (p. 32). E prossegue, afirmando que: “*Como a história tem demonstrado, sempre que só um pequeno grupo decide é inevitável que esse grupo se corrompa, perdendo de vista sua responsabilidade social*” (p. 38).

A participação política existente no atual modelo de democracia é ridiculamente limitada. Ela se restringe à escolha de representantes nas épocas de eleições. Após isso, são esses representantes que irão atuar politicamente e não o povo. Ademais, seria ingênuo acreditar que eles, de fato, representam interesses do povo, ou seja, de que deixam de privilegiar interesses particulares para defender os coletivos. Neste sentido, concordo com Dallari (1984) que: “*A realização de eleições está longe de ser uma garantia de que o povo escolhe livremente os seus representantes e governa por meio deles*” (p. 42). De acordo a lógica da representatividade democrática, não são os pobres que adentram as assembleias deliberativas e decidem por si mesmos sobre os assuntos que lhes dizem respeito – como era na democracia direta ateniense –, mas são os ricos que se autodenominam “representantes” desses pobres que irão decidir por eles. Decerto que a definição grega de democracia dada por Aristóteles não era o governo dos pobres, mas certamente era o governo de muitos, *inclusive* os pobres. Isso, definitivamente, não ocorre na democracia burguesa (WOOD, 2003).

Argumenta-se que a superpopulação, a complexidade e a grandeza das megalópoles, que caracterizam a atual sociedade, tornam inviável a democracia direta. É essa a visão compartilhada por estudiosos da democracia, como Bobbio (2000). Diz o autor:

É evidente que, se por democracia direta se entende literalmente a participação de todos os cidadãos em todas as decisões a eles pertinentes,

a proposta é insensata. Que todos decidam sobre tudo em sociedades cada vez mais complexas como são as modernas sociedades industriais é algo materialmente impossível (p. 54).

De fato, uma democracia direta seria impossível no atual contexto da sociedade capitalista. Contudo, essa impossibilidade não decorre diretamente do seu grau de desenvolvimento e complexidade, mas sim da sua estrutura social e política criada exatamente para que a participação de todos não seja possível. E isso se refere não só à participação política, mas também à participação econômica em termos de propriedade, ou seja, na divisão justa da riqueza socialmente produzida. A sociedade burocrática que emerge com o capitalismo teria como função, dentre outras, a de restringir a participação da massa popular nas estruturas de poder, tanto político quanto econômico. A rigidez hierárquica verticalizada da burocracia teria importância fundamental na centralização administrativa dos governos e das organizações da sociedade civil (empresas, escolas, sindicatos, partidos, etc.), reproduzindo – e perpetuando – a desigualdade social e as diferenças de poder. Não há como dissociar a complexidade atingida pela atual sociedade capitalista da lógica burocrática a ela inerente. A burocracia, dessa forma, pode ser vista como um instrumento imprescindível para a manutenção da propriedade e para a concentração do poder. Ela permite que poucos decidam por muitos. Utiliza-se, assim, da mesma lógica da democracia representativa. Por isso, não seria exagero considerá-las como prima-irmãs. Se compreendermos o governo democrático em sua essência – ou seja, como sendo, de fato, o poder emanado do povo – a burocracia pode ser tida como a antítese direta da democracia (MOTTA, 1981).

Bobbio (2000) destaca a dificuldade histórica de se democratizar as grandes burocracias da sociedade complexa do capitalismo: “*De qualquer modo, uma coisa é certa: os dois grandes blocos de poder decrescente e hierárquico das sociedades complexas – a grande empresa e a administração pública – não foram até agora sequer tocados pelo processo de democratização*” (p. 70). Cabe aqui a seguinte questão: como é possível haver democracia numa sociedade em que as principais instituições da política e da economia não são democráticas?

Neste sentido, pode-se compreender a democracia representativa como essencialmente antidemocrática. A idéia de que vivemos numa sociedade democrática e, ao

mesmo tempo, burocrática e capitalista, é um dos mais pífios mitos políticos criados até os dias de hoje. Não seria exagero afirmar, inclusive, que esse é um dos mitos de maior importância para a manutenção do sistema, por criar um modelo aparente e falso de participação, evitando as revoluções populares de maior vulto. Dizer que capitalismo e democracia são compatíveis é ignorar o real sentido do que é ser democrático e do que é ser capitalista (Wood, 2003). Jamais numa sociedade burocratizada como a capitalista o povo poderia ser soberano. Rousseau já havia observado isso quando afirmou que a desigualdade social seria o maior entrave à efetivação da soberania popular (Nascimento, 1997). Da mesma forma podemos entender a idéia de liberdade propagada aos quatro ventos pelos democratas. Qual liberdade é possível numa sociedade dotada de mecanismos explícitos e ocultos de controle e vigilância? É possível ser livre numa sociedade que restringe ao máximo o acesso ao poder e à riqueza socialmente produzida?

Conforme afirma Cassirer (1976):

Os modernos mitos políticos procedem de maneira radicalmente diferente [dos antigos]. Não começam por proibir ou requerer certas ações. Empreenderam mudar os homens a fim de poderem regular e controlar os seus atos. Os mitos políticos atuam como a serpente que tenta paralisar a sua vítima antes de atacá-la. Os homens caem sem qualquer resistência séria. Foram vencidos e subjugados antes de compreenderem o que lhes estava acontecendo (p. 304).

A alienação pode ser considerada uma das mais eficientes estratégias de dominação utilizadas pelo capitalismo. Alienar econômica e politicamente o ser humano tornou-se um recurso imprescindível para a manutenção do poder. O “maquiavelismo” inerente a esse processo consiste em fazer crer, por exemplo, que se vive uma democracia sem vivê-la, que se tem liberdade sem tê-la e de que se é representado sem sê-lo. A lógica burocrática e controladora inerente aos atuais sistemas político e econômico é dada como normal e necessária. Assim, o Estado, a polícia, as empresas privadas, os sindicatos, os partidos políticos e demais organizações representativas – e até mesmo a desigualdade social em si mesma<sup>56</sup> – são compreendidos como elementos imprescindíveis à vida em sociedade. Nem sequer se questiona a lógica perversa de controle que se encontra escamoteada sob a

---

<sup>56</sup> Friedrich von Hayek, um dos pais do neoliberalismo, afirma que a desigualdade social é não só necessária como economicamente produtiva. Cf. HAYEK, F. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1990.

aparência inofensiva e “útil” dessas instituições. Como diz Cassirer, a subjugação dos homens ocorre antes mesmo que se tenha noção do que de fato acontece. Portanto, no capitalismo, o povo é alienado de diversas maneiras: do fruto do seu trabalho, do exercício do poder político e da consciência da realidade de opressão e controle em que se vive. A alienação é o veneno paralisante usado para subjugar o povo, sem que este perceba. A mitificação da realidade atinge, assim, um dos seus estágios mais elevados.

### **2.3. A democracia, as políticas sociais e o neoliberalismo**

#### *O mercado político*

Como já vimos, a separação entre economia de mercado e sistema político se estabeleceu a partir da emergência do capitalismo. O liberalismo, teoria política e econômica que representaria os interesses da classe burguesa, sempre defendeu, como teoria econômica, o livre mercado, e, como teoria política, o Estado que governasse o menos possível, interferindo minimamente na economia. O capitalismo encontrou a maneira mais eficaz de desenvolver a economia de forma independente, fazendo da intervenção política nos negócios econômicos não a regra, mas a exceção. No entanto, o poder político não só iria se eximir da intervenção econômica, mas seria, sobretudo, “contaminado” pela lógica da economia de mercado. Dessa forma, o Estado liberal, por assim dizer, é aquele que não só interfere o mínimo possível no mercado, mas que também incorpora o seu “modo de ser”. Observa-se, neste processo, um fenômeno de “privatização do público” à medida que o político adquire caráter mercadológico. Tal fenômeno tem, contudo, um percurso sócio-histórico de formação que merece ser analisado.

Com a obtenção do sufrágio universal adulto, que se deu a partir das pressões dos movimentos operários no final do século XIX e início do XX, ocorre a proliferação dos sindicatos e partidos de massa, ao mesmo tempo em que vão sendo conquistados os direitos sociais e, conseqüentemente, a elaboração de políticas sociais destinadas à efetivação de tais direitos. A democracia representativa, de caráter pluralista, atinge nesse processo o seu estágio extremo de desenvolvimento. É esse fenômeno que Gramsci analisa ao tratar do conceito de sociedade civil. A proliferação dos partidos políticos de massa, dos sindicatos e

demais organizações representativas da sociedade civil corresponderia, para Gramsci, à *politização* da esfera privada da sociedade. Se o Estado é, para este autor, a sociedade política (ou seja, a esfera pública política, representada pelas agências estatais) mais a sociedade civil (de caráter “privado” ou “não propriamente político”), o processo de politização ocorrido na esfera privada, a partir do pluralismo democrático-representativo, significaria uma ampliação do próprio conceito de Estado. Desta forma, o Estado, na abordagem gramsciana, não seria mais visto como o comitê de opressão de uma classe dominante sobre as outras, mas sim como uma arena na qual ocorrem disputas constantes de poder entre as classes em conflito, que vão ganhando posições nos aparelhos de Estado. Essa conquista progressiva de posições representaria, para Gramsci, a expansão da hegemonia das classes subalternas (COUTINHO, 1996).

Não há dúvidas de que as pressões exercidas pelos partidos de massa e sindicatos de trabalhadores tenham conquistado espaços no interior do Estado. Os direitos sociais e trabalhistas são os exemplos mais claros dessa conquista. Por mexerem na questão redistributiva, ou seja, no acesso dos trabalhadores à riqueza socialmente produzida, esses direitos são “espaços” efetivos nos quais os interesses das classes menos favorecidas se encontram simbolicamente reproduzidos na forma de lei. Ademais, tais direitos representam o resultado direto das ações provenientes da sociedade civil, por meio de suas organizações representativas, cujas estratégias de resistência e mobilização sempre foram as greves, as passeadas reivindicatórias, as negociações entre empresas e sindicatos e os lobbies políticos dos partidos. Neste sentido, pode-se dizer que a ampliação dos direitos políticos decorrente do sufrágio universal exerceu efeito direto – mesmo que pequeno – sobre a esfera econômica, pendendo o equilíbrio de forças levemente para o lado dos trabalhadores. Assim, em suma, a universalização dos direitos políticos permitiu o pluralismo democrático, caracterizado pela proliferação das organizações representativas, cujas ações teriam resultado na conquista dos direitos sociais. Gramsci, atento a esse processo, afirma que a democratização radical da sociedade – incluindo aí a obtenção do direito social à propriedade – seria incompatível com o capitalismo, levando por fim à sua superação. O que Gramsci chama de “revolução passiva” – em oposição à “revolução violenta” proposta pelo marxismo-leninismo – ocorreria, fundamentalmente, pela via

democrática. Neste sentido, o autor procura destacar o caráter “processual” e “molecular” da transição revolucionária nas modernas sociedades ocidentais (COUTINHO, 1996).

Contudo, o que Gramsci já havia previsto até certo ponto, e que o preocupava, conforme mostram os seus escritos sobre americanismo e fordismo, era a *burocratização* dessas organizações representativas da sociedade civil. Para ele, havia o risco de que tais organizações passassem a agir de forma corporativista, privilegiando os interesses burocrático-institucionais ao invés dos interesses coletivos, ou seja, do povo e/ou dos grupos aos quais elas representam. Para que isso não ocorresse, seria necessário empreender a conscientização ético-política não só desses grupos ou organizações, mas da sociedade como um todo, e dessa forma transcender os interesses econômicos corporativos ou “egoísticos-passionais” inerentes ao “modo de ser” capitalista. Gramsci chamaria de “catarse” a essa transcendência, que, para ele, só seria possível por meio da educação. Segundo o autor, esse seria um dos aspectos estratégicos mais importantes da “revolução passiva”, uma vez que a conquista gradativa da hegemonia implicaria a conscientização, ou “captura de mentes”, pela causa socialista-democrática. Daí a centralidade da educação existente na teoria política gramsciana (GRAMSCI, 2001).

Mas ao mesmo tempo em que, com o sufrágio universal e o pluralismo democrático, processa-se a politização dos espaços privados da sociedade, conforme é mostrado por Gramsci, observa-se também uma privatização gradativa dos espaços públicos, da qual o fenômeno conhecido como *clientelismo* é um dos resultantes diretos. Na verdade, com a conquista dos direitos sociais e a extensão do direito de voto aos grupos anteriormente excluídos, como as mulheres e os analfabetos, a lógica do mercado passa a valer eficazmente para a esfera política, num contexto em que capitalismo e democracia representativa passam a se completar mutuamente. O clientelismo surgido com esse processo caracteriza-se pela “venda” de votos a partir de promessas de campanha, em que os candidatos a cargos eletivos oferecem, por meio do marketing político em época de eleições, melhorias no plano social, através da promoção de políticas sociais diversas. O voto, assim, transforma-se numa mercadoria, que pode ser comprada e vendida. Paul Singer (1965) escreve sobre essa situação, afirmando que, na sociedade capitalista:

Tudo o que tem equivalência econômica tende a transformar-se em mercadoria (...). Os cargos eletivos são cada vez mais suscetíveis de



proporcionar rendimento econômico. Isto faz com que, de modo crescente, o voto se torne mercadoria. O processo corruptor é uma consequência inevitável do próprio capitalismo (p. 80).

As práticas clientelistas ocorridas na esfera política, em que vemos a troca de votos dos eleitores pela perspectiva de formulação de políticas ou leis voltadas ao social, caracterizando um tipo de relação que Norberto Bobbio (2000) chama de “mercado político”, estão diretamente atreladas ao processo de democratização exacerbada pelo qual passaria a sociedade ocidental, após a consolidação do modelo burguês de democracia: a democracia representativa. Nas palavras de Bobbio: “*Agrade ou não agrade, o mercado político, no sentido preciso de relação generalizada de troca entre governantes e governados, é uma característica da [atual] democracia*” (p. 155).<sup>57</sup>

Na verdade, se o Estado de bem-estar social – também, chamado de Estado assistencial – caracterizou-se pela incorporação dos direitos sociais e pela tentativa progressiva de consolidação desses direitos por meio das políticas sociais setoriais, as propagandas do mercado político tenderiam a se pautar exatamente nesse exercício infundável de consolidação e melhoria dessas políticas e direitos. Aliás, a própria não-efetivação dos direitos sociais na prática, em virtude da formulação de políticas sociais ineficazes e/ou de caráter paliativo, torna-se fundamental dentro da lógica do mercado político. Em outras palavras, é necessário que falte algo no plano social ou econômico para que os partidos e candidatos possam justificar sua razão de ser e, dessa forma, convencer os eleitores de que, de fato, os representam. É mais importante que isso é tentar mostrar que representam o povo mais fielmente do que os partidos e candidatos que teriam integrado a gestão anterior. Muitas vezes, conforme mostra Vieira (1987), em países subdesenvolvidos como o Brasil, as políticas sociais são elaboradas sem ao menos se verificar quais são as reais necessidades dos grupos sociais destinatários dessas políticas, numa estratégia demagógica não só de marketing político, mas também de passivização social.

O que se vê nesse processo é a reprodução da miséria social, ao passo que vemos o enriquecimento do Estado – pela cobrança tributária – e de muitas das organizações representativas da sociedade civil, que se expandem e proliferam. Na medida em que os

---

<sup>57</sup> Entre colchetes, complementação minha. É necessário, a meu ver, distinguir de qual democracia se fala. Bobbio se refere, quando trata do fenômeno de mercantilização da política, especificamente da democracia representativa, criada para se encaixar precisamente aos propósitos do capitalismo. Tal fenômeno seria impensável, contudo, num tipo de democracia como a ateniense, por exemplo. Cf. Wood (2003).

direitos sociais não são efetivados na forma de políticas públicas, principalmente nos países subdesenvolvidos, como da América Latina, grande parte do povo permanece em condições de pobreza e exclusão social. É também esse povo que é formalmente “representado” pelos partidos de massa ou trabalhistas, que têm assumido progressivamente posições de poder na estrutura governamental. A pobreza também se torna, juntamente com o voto, uma mercadoria de grande valor no mercado político. É preciso que existam pobres e excluídos para que se justifique a existência das instituições sociais e políticas burocratizadas numa democracia representativa. Os partidos, os sindicatos e, até mesmo, o Estado, passam a se justificar pela causa ou questão social.

Conforme observa Motta (1986), os partidos e sindicatos precisam se manter minimamente na oposição à lógica dominante do capitalismo, pois se não fizessem isso os sindicalizados e filiados partidários não os sustentariam e nem lhes dariam crédito como instituições representativas. Tanto o seu caráter “revolucionário” quanto “representativo” têm que ser, portanto, mitificados, e, ao mesmo tempo, utilizados para ocultar a sua lógica burocrática, reprodutora da dominação e da diferença de classe. O mesmo se procede em relação ao “Estado democrático”. É preciso que o povo se sinta representado para que se justifique a cobrança de impostos e a própria existência do Estado na sociedade. Sob esta ótica, o poder político representado pela figura do Estado deveria ser visto não mais como um “mal necessário”, segundo o ideário liberal, mas como um “bem necessário”.

O mercado político e assistencial – fundado na democracia capitalista representativa e nas políticas sociais – passa a ser, cada vez mais, um grande negócio. O poder público estatal, que teria surgido como um instrumento de coerção destinado a proteger a propriedade privada do ataque dos miseráveis, veste agora a máscara demagógica do Estado assistencial ou social. A relação dialética, antitética e conflituosa entre Estado e povo é substituída, assim, pela idéia mitificada do Estado como representante do povo.

#### *As artimanhas do Leviatã: as políticas sociais e o Estado neoliberal*

Assim como o clientelismo e o mercado político representam formas de privatização do público, também o desmonte neoliberal dos direitos sociais pode ser compreendido como uma manifestação direta desse processo. Explico-me. Desde os fins do século XIX,

as pressões dos movimentos operários, a ampliação dos direitos políticos pelo sufrágio universal e a proliferação de organizações representativas da sociedade civil fariam com que o Estado capitalista assumisse para si tarefas por ele indesejadas e evitadas a todo custo ao longo da história. Tais tarefas se referem às políticas públicas voltadas para o social, também chamadas de políticas sociais. Com a conquista dos direitos sociais, a classe trabalhadora – ou, parafraseando Ricardo Antunes (1999), a “classe que vive do trabalho” – passa a ocupar juridicamente espaços concretos nos aparelhos de Estado. Como já vimos no primeiro capítulo, os direitos sociais expressam demandas universais dos trabalhadores, nas áreas de educação, saúde, trabalho, previdência, assistência, moradia, transporte, lazer e cultura. Não representam, como lembra Vieira (2004), o atendimento de todas as reivindicações trabalhistas, mas somente do que é permitido pelas classes dirigentes no momento. As políticas sociais, por sua vez, não representam a ação do Estado nessas áreas.

No entanto, é necessário se distinguir política de política social. Se a política diz respeito ao poder político e à esfera de manifestação desse poder, materializado na figura do Estado, as políticas sociais têm um caráter bastante peculiar: elas representam um conjunto de relações sociais, cujas raízes se localizam no mundo da produção (Vieira, 1992). As políticas sociais expressam a contradição entre capital e trabalho quando consideramos que os direitos sociais simbolizam o pêndulo que se deslocou levemente para o lado dos trabalhadores, no equilíbrio de forças da arena política. As políticas sociais seriam, portanto, políticas para o povo, para a classe que vive do trabalho e não para a classe dominante. A política social é, assim, a política para os pobres. Contudo, esse caráter contraditório inerente a tais políticas é ocultado nos discursos acerca da ação do Estado no plano social, que apresentam as políticas sociais como boas em si mesmas e como bons aqueles que as fazem. Dessa forma, conforme destaca Faleiros (1986):

Além de fazer o povo aceitar e, portanto, legitimar essas intervenções do Estado e de seus agentes, esses discursos fazem a população acreditar na bondade do sistema e no fracasso individual. (...) A doença, o desemprego e a fome são atribuídos a falhas individuais ou à ausência de sorte na vida, pois com as políticas sociais o sistema surge como atuante e preocupado com todos (p. 17).

A mitificação da política social como uma bondade do Poder Público, do seu compromisso fiel com o povo – e não como produto da contradição capital/trabalho – é

mais uma das estratégias do Estado capitalista para conter as lutas sociais. Atendendo aparentemente e de forma bastante limitada às demandas dos trabalhadores, as políticas sociais passam a representar, como vimos, um elemento importante na dinâmica do mercado político. Não seria exagero dizer que as políticas sociais no capitalismo servem, fundamentalmente, aos interesses das classes dominantes, apesar de serem formalmente destinadas aos pobres. A mercantilização da política processada a partir da democracia capitalista e das políticas sociais não pode ser separada da mercantilização da pobreza. É importante que haja pobres, educação e saúde pública precárias, previdência irrisória, etc., para que o mercado político possa funcionar de maneira eficiente. Em suma, o propósito da política social não é erradicar a miséria social, mas mantê-la. Daí a afirmação de alguns estudiosos das políticas sociais, de que:

Um exame fundamentado no método materialista histórico e dialético pode revelar a política social como parte da estratégia da classe dominante, mais adequadamente da burguesia. Pode dar a conhecer a política social como estratégia capaz de conservar a desigualdade social, colaborando no funcionamento do capitalismo (VIEIRA, 1992; p. 31).

Compreender a política social como estratégia nos faz lembrar de Maquiavel e também de Hobbes. Para se manter no poder, qualquer ação se torna justificável do ponto de vista político. O Estado forte e monstruoso, o Estado Leviatã de Hobbes, que deveria causar medo e governar pelo terror, é substituído pelo Estado bondoso e assistencial, o Estado de bem-estar social, preocupado com a miséria e a precariedade de serviços em que vive o povo. As artimanhas maquiavélicas do Estado para manter o poder e justificar sua existência na sociedade têm o propósito de adaptar a sua estrutura e organização ao contexto social e econômico historicamente vigente. Para tanto, ele utiliza o mito como elemento fundamental de construção de uma realidade aparente. A política social e a democracia representativa são os recursos mais eficazes de que se utiliza o Estado capitalista atualmente para ocultar sua verdadeira essência, que envolve a perpetuação da dominação e da opressão das classes subalternas. Esses recursos servem para criar o mito do Estado democrático, assistencial e necessário à sociedade.

Hoje, os instrumentos de resistência tradicionais, vinculados à democracia representativa, tais como os partidos e sindicatos, não são mais temidos pelo Estado e pelas

classes dominantes. Sua burocratização é sinal de que foram cooptados – ou capturados – pelas estruturas flexíveis de poder vigentes no capitalismo. Conforme salienta Cassirer (1976): “*Todos os partidos políticos nos afirmam serem os verdadeiros representantes e sentinelas da liberdade [política]. Mas sempre definiram o termo num sentido particular e utilizaram-no para os seus interesses privados*” (p. 305). A burocratização dos veículos de resistência à dominação capitalista anula, em si, a efetividade do seu caráter “revolucionário” diante da realidade prática. A burocracia é o tipo de organização do poder mais adequada aos propósitos do capitalismo e sem ela a mercantilização das diversas esferas da sociedade (da política, da miséria, do assistencialismo, etc.) não seria possível. A economia de mercado, que se desenvolveu separadamente da esfera política, acabou por absorvê-la. E continuará absorvendo tudo o que se impuser como entrave ao longo do seu percurso histórico de dominação (WOOD, 2003).

É nessa lógica que devemos entender o neoliberalismo. O que é o Estado neoliberal senão o Estado burguês liberal reestruturado? Da mesma forma, o que foram as revoluções tecnológicas da produção (Revolução Industrial, taylorismo/fordismo, gestão flexível ou sistema japonês) senão uma estratégia eficaz de aumentar o “trabalho morto” (cada vez mais mecanizado e/ou automatizado) e reduzir a necessidade de “trabalho vivo”, ou seja, de força-de-trabalho? Reestruturar os mecanismos por meio dos quais a riqueza é produzida e apropriada é um recurso de que sempre se utilizou o capital, no intuito de preservar sua dominação de classe. Por isso dizer que: “*A história do capitalismo é a história da reestruturação produtiva*” (DIAS, 1999; p. 83).

O Estado neoliberal é, portanto, aquele Estado que se reestruturou para neutralizar as conquistas decorrentes dos movimentos operários. Em outras palavras: para desmontar os direitos sociais. Conforme mostra Antunes (1999), o capital teve que se reestruturar e empreender mudanças radicais no seu metabolismo social para superar sua crise estrutural, ocasionada pelos custos voltados para o social. Foram os direitos e as políticas sociais que obrigaram o Estado capitalista a adotar a estratégia neoliberal, que consistiu na privatização ou mercantilização gradativa desses direitos e políticas. Na verdade, a lógica inerente ao neoliberalismo já estava implícita no próprio funcionamento da economia de mercado do sistema capitalista. Bastaria estendê-la à tentativa de politização das demandas da sociedade, representada pela conquista dos direitos sociais.

O Estado neoliberal é visto pelos analistas políticos como um retrocesso em referência ao Estado de bem-estar social. Contudo, acredito que retrocesso não seria a palavra ideal para designar a estratégia neoliberal. Talvez fosse mais adequado compreendê-la como mais uma artimanha maquiavélica do monstro Leviatã. O próprio Estado de bem-estar, conforme vimos, tem (ou, como queiram, teve) sua razão de ser vinculada aos propósitos de manutenção do poder, fundados na alienação do real, por meio da mitificação. O Estado assistencialista é (ou foi) um mito. Não há porque chorar sua morte, pois atender às necessidades do povo não é e nunca foi seu motivo real de existência na sociedade. Na verdade, é o Estado de bem-estar que, em si, pode ser tido como uma aberração. Ele é o monstro Leviatã hobbesiano fingindo-se de *gentleman*. O neoliberalismo nada mais fez do que tirar esse disfarce sem que o povo perceba. Mercantilizar os direitos e políticas sociais, por meio do incentivo ao surgimento de planos privados de saúde e previdência e de escolas e hospitais particulares, por exemplo, significa livrar o Estado capitalista de um custo que ele nunca quis ter: o custo com o social.

A ofensiva neoliberal frente às conquistas resultantes dos movimentos operários tem, enfim, o propósito de empreender um processo de completa mercantilização da sociedade e assim consolidar a hegemonia do capital como potência social. Contudo, para que seja possível manter a imagem mítica do Estado como um “bem necessário”, é imprescindível que a aparente democracia (burguesa/representativa) seja preservada. O Estado neoliberal jamais poderia tirar, no atual contexto, a sua máscara de Estado democrático. É isso que o leva, até mesmo, a incentivar a participação dos grupos sociais, por meio, é claro, das organizações burocrático-representativas da sociedade civil, já cooptadas pela lógica do sistema. Não seria nenhuma novidade dizer que a democracia sob a qual o Estado capitalista neoliberal se sustenta é um mito. Contudo, acredito ser necessário – e mesmo obrigatório – a uma pesquisa científica insistir na desmitificação dessa realidade aparente e falaciosa. Conforme esclarece Vieira (1992):

Sociedade democrática é aquela na qual ocorre real participação de todos os indivíduos nos mecanismos de controle das decisões, havendo portanto real participação deles nos rendimentos da produção. Participar dos rendimentos da produção envolve não só mecanismos de distribuição da renda, mas sobretudo níveis crescentes de coletivização das decisões principalmente nas diversas formas de produção (p. 13).

Uma real democracia envolve o vínculo entre política e economia. Em outras palavras, envolve a fusão entre os direitos políticos e os direitos sociais de acesso justo e igualitário à riqueza socialmente produzida. Por isso não há como desvincular política social de política econômica, caso se queira, de fato, dar efetividade às políticas sociais. Jamais se poderia obter justiça social sem uma política econômica eficaz voltada a uma melhor distribuição da riqueza na sociedade. Contudo, o grau de mitificação e alienação da realidade atingiu patamares tão elevados, que poucos caminhos nos restam. Como já dissemos, o Estado capitalista não teme mais as organizações representativas dos trabalhadores e/ou da sociedade civil. Elas, na verdade, exercem uma funcionalidade à manutenção da dominação de classe, dado o seu caráter burocrático e “egoístico-passional”, na linguagem gramsciana.

Mas há algo que o Estado e as classes dominantes do capitalismo ainda temem e, de alguma forma, sempre temerão: a *desmitificação*. Sabemos que o mito está no âmago do poder político e é o seu principal recurso de manutenção. Portanto, revelar a verdadeira essência do Estado (como procuraram fazer Maquiavel, Hobbes, Engels, Clastres, Cassirer, entre outros) e do sistema capitalista (como tentaram fazer Marx e os marxistas), é, enfim, desmitificar os mecanismos, estruturas e estratégias de poder por ele utilizadas. E nesse processo, que Gramsci (2001) chama de “conscientização ético-política”, a *educação* desalienante, política e histórico-crítica, tem papel fundamental como veículo revolucionário de libertação.

### ***Considerações finais***

Neste segundo capítulo procuramos analisar o fenômeno estatal de forma abrangente, levando em consideração estudos sobre a origem e o funcionamento do Estado, desenvolvidos nos campos da Antropologia Política, da Filosofia Política e da Ciência Política. Nosso intuito foi o de criar subsídios teóricos para tratar da questão das políticas públicas relacionadas à velhice também de forma ampla, sob uma perspectiva histórico-crítica, e não de maneira restrita, superficial e atemporal, como muito se vê nos estudos acerca desse tema. Ao analisar políticas públicas, a meu ver, a essência do Estado, que as formula e executa, deve ser colocada a nu, para que seja possível tratar da problemática sem

cair em conclusões ingênuas, que somente reproduzem críticas já batidas e rebatidas. É comum se afirmar nas pesquisas sobre políticas públicas acerca da necessidade de o Estado cumprir com o seu dever perante as áreas mais carentes, como educação, saúde, previdência, enfim, as que se relacionam aos direitos e políticas sociais. Também é comum se mostrar, em tais pesquisas, a ineficácia do Estado em cumprir na prática as leis que garantem tais direitos. Na verdade, cobra-se do Estado atenção e ação para áreas que ele, se pudesse, não daria a menor atenção.

Contudo, pouco ou quase nunca se fala, nos estudos sobre políticas públicas, acerca dos motivos inerentes à existência do Estado como instituição na sociedade, sobre sua função coercitiva e disciplinadora e sobre a sua funcionalidade ao sistema econômico vigente, fundado na apropriação desigual da riqueza socialmente produzida e na propriedade privada. Um outro aspecto tratado neste capítulo, e que merece atenção especial, é o que se refere à burocratização das organizações representativas da sociedade civil: partidos, sindicatos, associações e demais entidades do gênero. Pensar o Estado de forma abrangente, ou seja, pensá-lo sob a perspectiva histórico-crítica, implica levar em consideração a sua particularidade enquanto instituição burocrática. Da mesma maneira, pensar tais organizações exige analisá-las, também, como burocracias. Ora, a burocracia como forma de organização, como mostra Weber, foi criada para servir funcionalmente aos propósitos da sociedade racional-legal ou burocrática, em outras palavras: a sociedade capitalista. Portanto, há como considerá-las, de fato, como revolucionárias e/ou como representantes legítimas dos grupos sociais que dizem representar? Desta forma, cabe perguntar: é possível combater o inimigo utilizando a sua própria estratégia de manutenção do poder? Decerto, se a burocracia não reproduzisse, em si mesma, a desigualdade de classe. Os burocratas que ocupam o topo, tanto do Estado, quanto das empresas privadas e das organizações representativas da sociedade não pertencem à mesma classe da imensa maioria daqueles aos quais representam. Os burocratas pertencem à classe dominante. Seria viável a eles lutar contra os privilégios que mantêm a sua própria classe?

As reflexões presentes neste capítulo nos ajudam a repensar tais questões. Se Clastres afirma que em diversas sociedades indígenas das Américas do Norte e do Sul o Estado não existe porque sua idéia representa a dominação e a desigualdade entre os membros dessas sociedades, que não aceitam em nenhuma hipótese tais condições, acredito



não haver como ignorar esse fato, principalmente quando o comparamos com a nossa sociedade “civilizada” e estatal. Não teríamos atingido um grau tão elevado de alienação que nem sequer percebemos o que representa, de fato, o Estado enquanto instituição? Talvez nós, diferentemente dos povos “primitivos”, não sejamos mais capazes de repudiar a dominação e a desigualdade encarnadas na figura do Estado burocrático.

Como pensar a exclusão social representada pela miséria em que vive a grande maioria do povo em todo o mundo sem levar em conta a questão do Estado como instituição que visa preservar a propriedade privada, conforme é levantada por Engels? Da mesma forma, como analisar a cidadania e a participação política sem comparar nossa atual “democracia” com a democracia ateniense, que tem caráter germinal entre as sociedades democráticas? Não é difícil observar como a análise histórico-crítica permite que enxerguemos as coisas num outro patamar, bem menos alienante do que as análises que desconsideram esse ponto de vista.

É ingênuo acreditar que vivemos numa democracia, sendo ela compatível com a desigualdade e a opressão do sistema capitalista. Democracia real é aquela que empreende mudanças efetivas nas condições de classe. E a que vivemos hoje está bem longe de proporcionar isso. O que vemos, na verdade, é o inverso. O neoliberalismo veio desmontar os direitos sociais conquistados e empreender uma mercantilização total da vida em sociedade. O mercado político inerente à democracia universal e à promoção de políticas sociais é um exemplo. O voto e a pobreza do povo se tornaram mercadorias, a serem utilizadas no mercado político. Da mesma forma, a velhice também se torna mercadoria na medida em que vai se transformando em questão social e objeto de políticas públicas. Analisar a atenção do Estado assistencial à questão da velhice implica também considerar o processo pelo qual esse Estado desmonta os direitos e políticas sociais sob a roupagem do neoliberalismo.

O Estado assistencial não é mais verdadeiro, ou melhor, do que o Estado neoliberal. Ambos são faces de um mesmo monstro, o Leviatã, que faz uso de artimanhas diversas para preservar o seu poder e continuar existindo na sociedade. Portanto, é necessário e urgente desmascarar suas artimanhas. Como diria Cassirer, é necessário desmitificá-lo. E comecemos por perguntar: por quê uma política específica para a velhice se a exclusão dos velhos não é só dos velhos, mas sim de todos os que não têm acesso à riqueza socialmente

produzida? A exclusão do velho tratada isoladamente pelo Estado, na forma de políticas públicas da velhice, retrata, acima de tudo, a sua tentativa de ocultar o caráter de *classe* inerente à exclusão social. Analisemos agora mais essa artimanha do Leviatã.

**CAPÍTULO 3:**

**A VELHICE COMO QUESTÃO SOCIAL**

### 3.1. O Estado e a questão da velhice: de problema social à questão social

#### *O envelhecimento populacional e a “feminilização da velhice”*

Se, recordando Lenoir (1989), o primeiro passo para a identificação de um problema social é o seu reconhecimento ou visibilidade perante a sociedade, pode-se dizer que a velhice vai se tornando cada vez mais visível à medida que vai aumentando a proporção de idosos na sociedade, num fenômeno conhecido como envelhecimento populacional. Como já é sabido, o desenvolvimento da ciência e da medicina no século XIX, somado às melhorias nas condições de higiene e saneamento, possibilitaram um maior prolongamento da vida humana. A partir de então, a população mundial cresceria (e envelheceria) a um ritmo acelerado.

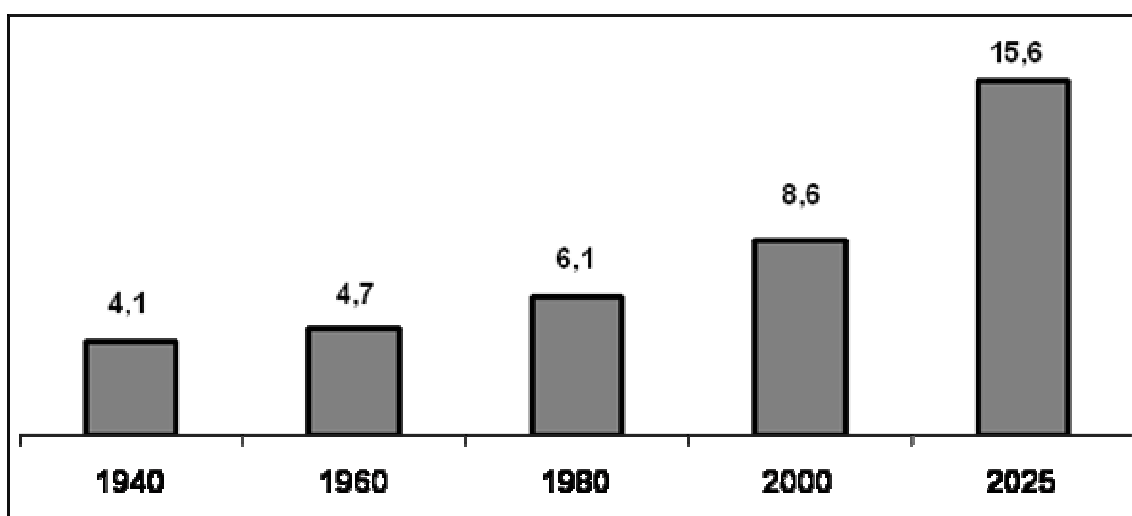
Jamais na história da humanidade houve tantas pessoas vivendo tanto. Conforme mostra Alba (1992), a esperança de vida era de 22 anos na época do Império Romano e de 30 anos no século XVII. Como vemos, a velhice antes do século XIX era, portanto, uma experiência não muito comum, dado o alto índice de mortalidade entre a população. Atualmente, atinge-se uma esperança de vida que ultrapassa os 80 anos nos países desenvolvidos. De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), referentes ao ano de 2003, o recordista em expectativa de vida dentre os países desenvolvidos é o Japão, com 80,93 anos, seguido da Austrália, com 80,13 anos.

Esse aumento espetacular da esperança de vida obtido em aproximadamente duzentos anos iria revolucionar completamente a organização das sociedades. O crescimento populacional acelerado preocuparia os governos, que se viram obrigados a adotar medidas de controle da natalidade. Tais medidas contribuiriam de forma decisiva para o envelhecimento da população, na medida em que se passaria a reduzir o número de nascimentos e de mortes. Nesse sentido, o fenômeno conhecido como *baby boom*, caracterizado pela explosão demográfica verificada no período posterior à II Guerra Mundial, daria lugar ao denominado *old boom*, do final do século XX, por meio do qual se observa um aumento espetacular do número de idosos na população mundial.

O Brasil tem seguido essa tendência. O Gráfico 1 mostra a porcentagem de idosos na população brasileira de 1940 a 2000, com projeções para 2025. É interessante perceber

como num período de 20 anos (de 1980 a 2000) a proporção de idosos aumentou 2,5 pontos percentuais, ou seja, bem mais do que nos períodos anteriores. As projeções do IBGE para 2025 apontam um aumento espetacular de 7 pontos percentuais, quando o número de idosos passará a ser de 15,6% do total da população brasileira. Quando consideramos que em 1940 havia 4,1% de idosos, é nítido que a sociedade caminha para um rápido envelhecimento.

**Gráfico 1: Porcentagem de idosos na população brasileira de 1940 a 2000 e previsão para 2025**

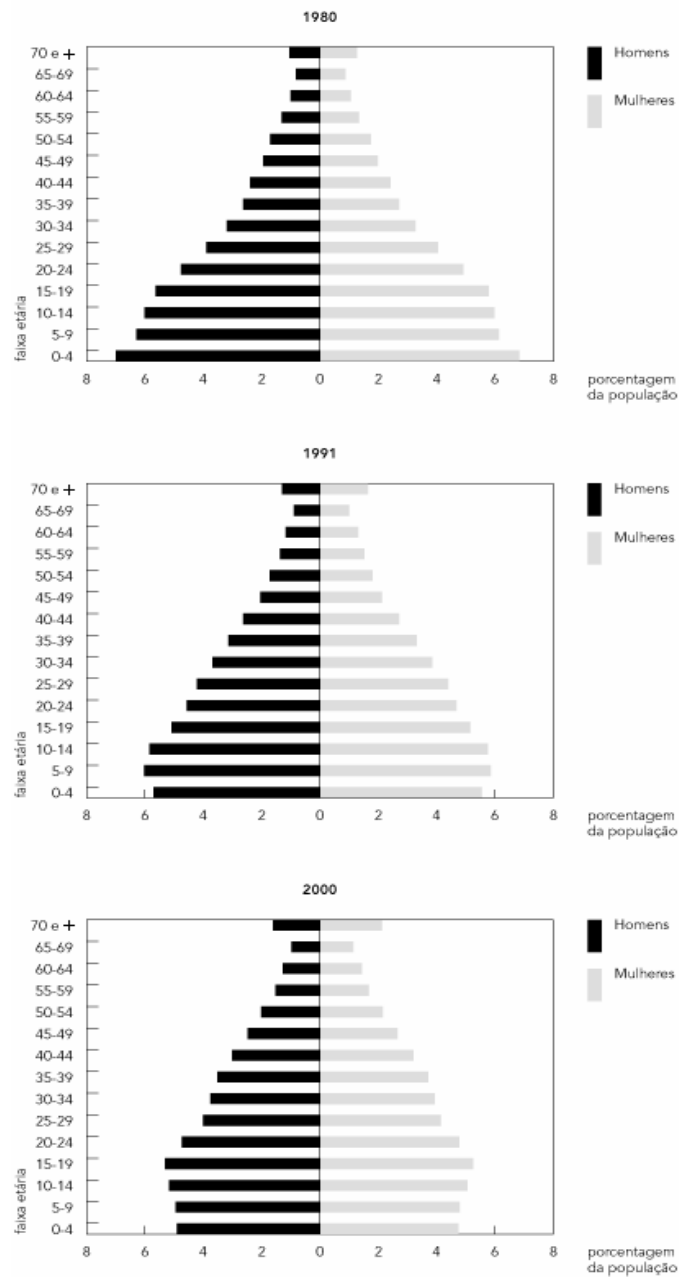


\* Fonte: IBGE, 2002.

As pirâmides etárias representadas pela Figura 1 também ilustram o fenômeno do envelhecimento populacional no Brasil. Considerando que a base da pirâmide representa a população de faixa etária mais jovem e o topo diz respeito à população de mais idade, observamos que, de 1980 a 2000, uma estrutura piramidal de base larga e topo afunilado foi sendo rapidamente substituída por outra, de base cada vez mais estreita e com topo cada vez mais largo. Essa relativa “inversão” da pirâmide etária se deve a uma diminuição da proporção de jovens e crianças, decorrente da queda da taxa de fecundidade, e um aumento gradativo do número de idosos, possibilitado pela maior expectativa de vida. Nesse sentido, as projeções mostradas pelo Gráfico 1 (até 2025) comprovam que um rápido processo de envelhecimento populacional está em curso, confirmando a tendência de termos, no futuro, uma pirâmide etária com um progressivo estreitamento da base e alargamento do topo.

### Figura 1: Pirâmides etárias

Distribuição proporcional (%) da população por sexo e idade.  
Brasil, 1980, 1991 e 2000.



Fonte: IBGE (1980, 1991, 2000).

É importante observarmos ainda, na Figura 1, a progressiva “feminilização da velhice”, ocorrida nas faixas etárias mais avançadas (de 70 anos e mais). A predominância de mulheres nesse contingente aumenta significativamente entre 1980 e 2000, mostrando que a população feminina tende a possuir uma expectativa de vida mais elevada do que a masculina. Goldani (1999), baseando-se em estimativas do IBGE, afirmou que, no ano 2000, para cada 100 mulheres brasileiras entre 60 e 64 anos haveria cerca de 88 homens, relação que se acentua com a idade, posto que aos 75-79 e 80 anos e mais, os valores seriam, respectivamente, de 72 e 60 homens para cada 100 mulheres. Mas quando se consolida um peso relativamente maior dos idosos na população total do país – 12% em 2020 –, e mais ainda, quando as mulheres representam 57% destes, é que se confirma para o Brasil o fato de que o mundo dos muito idosos é um mundo de mulheres. Nesse momento, 2/3 dos idosos de 80 anos e mais serão mulheres, e estas esperam viver mais nove anos. Isso significa que para cada 100 mulheres nestas idades haverá apenas 50 homens da mesma idade. De fato, nota-se que ao falar dos problemas dos idosos se está falando, sobretudo, dos problemas das mulheres idosas.

De forma geral, conforme destaca Goldani (1999), o fenômeno da “feminilização da velhice” se deve tanto a fatores biológicos quanto sociais:

A maior sobrevivência e longevidade femininas está comprovada para todas as sociedades modernas, desenvolvidas ou não. As hipóteses explicativas para o fato de os homens morrerem mais cedo variam desde aquelas que envolvem diferenças sociais e estilos de vida associados a fatores de risco (fumo, consumo de gorduras saturadas, comportamento e ocupações de risco, maior competição entre homens) passando por explicações biológicas que incluem os efeitos protetores dos hormônios femininos e o ciclo menstrual, as diferenças de metabolismo associadas às lipoproteínas; e até mesmo as explicações de efeitos genéticos e os processos reparadores de DNA (p. 81).

Certamente, não podemos deixar de considerar que o processo de envelhecimento da população, que se intensificou nos últimos vinte anos, coloca em evidência não só o problema dos idosos, mas também e principalmente o das mulheres idosas. É interessante perceber como o envelhecimento populacional, por ser um fenômeno essencialmente feminino, vai, gradativamente, obrigando a sociedade a repensar o papel da mulher. A pouca visibilidade dos problemas das mulheres idosas, escamoteados pela sua maior

esperança de vida, deve-se, principalmente, à continuada discriminação vivida por elas ao longo da sua trajetória de vida. É importante lembrar que as atuais coortes de mulheres idosas viveram sua juventude e fase adulta num período em que a dependência da mulher com relação ao homem (provedor da família: pai, marido, etc.) ainda era bastante forte. Conforme mostra Engels (2000), tal condição é típica de uma sociedade tradicional fundada na propriedade privada, e remete aos primórdios do capitalismo, na qual a mulher é geralmente excluída do acesso à esfera pública (como mercado de trabalho, educação, participação política, etc.), ficando restrita à esfera privada (trabalho doméstico). Essa condição desprivilegiada das mulheres que hoje vivem a velhice se justifica, em grande medida, pela lógica excludente da sociedade capitalista, que além de discriminar os grupos sociais mais frágeis (mulheres, idosos, crianças, etc.), explora o trabalho doméstico como “trabalho escravo”, que, por um lado, é fundamental para a sobrevivência da classe trabalhadora (na manutenção da “prole”), exercendo um papel importante no sistema, mas que, por outro, não é remunerado, legitimando e exacerbando a condição de exploração.

Não há dúvidas de que uma política pública direcionada à velhice deva considerar a situação desprivilegiada vivida pelas mulheres idosas ao longo da vida. Nesse sentido, a valorização do trabalho doméstico – da dona-de-casa – entra como elemento fundamental, uma vez que ele representou, e na maioria das vezes ainda representa, a identidade social de muitas dessas mulheres, mas jamais foi considerado como “trabalho produtivo” pelo sistema capitalista, não contando para fins de aposentadoria. Sabe-se que a imensa maioria das mulheres idosas de hoje pertence a uma geração na qual o trabalho doméstico era o destino certo da mulher numa sociedade tradicional. Com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, que se intensificaria, no Brasil, na segunda metade do século XX, somado à evolução do movimento feminista, o trabalho doméstico perderia ainda mais o seu valor social, sendo associado à condição de exploração e submissão vivida pela mulher. A inconseqüente “abominação” do trabalho doméstico sustentada pelo movimento feminista na sua origem só faria depreciar a imagem social da grande maioria das mulheres que hoje se encontra na velhice. Além disso, tiraria qualquer possibilidade de politização da “causa” feminista implícita na exploração do trabalho doméstico, que consistiria em defender a sua devida valorização e não a sua depreciação/extinção.



É por isso que a situação de precariedade e desvalorização social vivida pelas mulheres idosas de hoje é reflexo direto da pouca ou nenhuma importância dada até então ao trabalho doméstico na sociedade capitalista. Não só pela não-consideração dessa forma de trabalho para fins de aposentadoria – o que, sem dúvida, tornaria a situação das mulheres idosas menos dramática –, mas também e principalmente pelo viés excludente e exploratório que reside na própria *existência* dessa condição de trabalho, numa sociedade fundada no trabalho assalariado. Levantar a questão da velhice enquanto problema social implica considerar, acima de tudo, a condição de exploração vivenciada pela classe trabalhadora ao longo da vida. Da mesma forma, ao se levar em conta o fenômeno da “feminilização da velhice” no atual contexto sócio-demográfico, deve-se ter em mente que o problema da velhice evidencia as contradições e conflitos presentes na sociedade capitalista, dentre os quais a exploração/exclusão da mulher e a desvalorização do trabalho feminino. Em outras palavras, o problema da velhice não se restringe à condição precária vivida pelos idosos, mas envolve toda uma gama de relações sociais, construídas historicamente, e centradas no mundo do trabalho. Assim, a exclusão vivida na velhice é, antes de tudo, a exclusão do trabalhador, da trabalhadora, da dona-de-casa, do negro, etc., que se torna mais intensa e visível nessa fase da vida.

*A velhice como questão social: a legitimação e os grupos de pressão e de expressão*

Na verdade, tanto a exclusão social vivida pelos idosos quanto o rápido envelhecimento populacional ocorrido nas duas últimas décadas (o fenômeno *old boom*), contribuíram fortemente para que a velhice e o envelhecimento ganhassem visibilidade social e entrassem na pauta das políticas governamentais. Tal fenômeno, ocorrido inicialmente nos países da Europa Ocidental e depois vivenciado pelo resto do mundo, fez com que os governos passassem a se preocupar com as novas demandas sociais decorrentes desse processo. Baseando-se em Lenoir (1989), pode-se dizer que a visibilidade (ou reconhecimento) da velhice como problema social levaria à sua legitimação, na medida em que esta passaria a entrar na pauta das preocupações sociais (e políticas) do momento.

Contudo, o processo pelo qual a velhice é legitimada como um problema social merecedor da atenção do Estado tem no surgimento das caixas de aposentadoria o seu

principal marco. Se considerarmos que um problema social adquire o status de “questão social” na medida em que se torna objeto de políticas públicas (COHN, 2000), não nos resta dúvidas de que foi por meio das políticas de aposentadoria que a velhice se transformou em questão social. Historicamente, seria na Alemanha de Bismarck, em 1889, onde primeiro se implantaria as políticas de aposentadoria. Se, por um lado, o envelhecimento populacional como problema se faria notar bem mais tarde (a partir da segunda metade do século XX), por outro a situação de exclusão e marginalidade social vivida pelos operários idosos já se projetava como drama da classe trabalhadora desde os primórdios da industrialização. E foi por meio da ação reivindicatória dos movimentos operários que o Estado passou a dar atenção aos problemas sociais, dentre os quais o da velhice desamparada. Antes disso, os assuntos relacionados à saúde, habitação, alimentação, educação, velhice, etc., eram da competência das entidades benevolentes, principalmente as ligadas à Igreja. Em geral, as ações nesse âmbito eram quase insignificantes, confundindo-se com a caridade de fundo religioso e as esmolas dadas aos indigentes, aliás, bastante numerosos nesse período (RAMOS, 2001).

Conforme destaca Cohn (2000), no Brasil do século XIX: *“Problemas sociais eram da esfera da responsabilidade da filantropia, à época estreitamente associada à Igreja Católica. O exemplo mais clássico a respeito são as Santas Casas de Misericórdia, de longa tradição entre nós”* (p. 387). A questão social, por sua vez, também:

É tida e havida como objeto da filantropia (mais uma vez das elites que dispunham de recursos para tanto), à qual se associava prestígio social; é desvinculada do trabalho – pobre é o criminoso, o violento, o que ameaça a ordem pública e vai de encontro aos bons costumes, dada sua situação de ‘carência’ no sentido absoluto do termo: a uma situação de privação de recursos materiais associa-se a ausência de recursos intelectuais e culturais próprios que permitam ao indivíduo superar por si mesmo tal estado de privação. Àquela época, portanto, questão social era algo pertinente à esfera privada, devendo nesse âmbito ser tratada (p. 387).

Como se vê, anteriormente ao advento dos movimentos operários, a condição de pobreza e marginalidade vivida pelo povo não havia ainda atingido a esfera pública, uma vez que não era objeto da ação do Estado e ficava a cargo de entidades privadas de filantropia. Seria somente *via trabalho* que os problemas sociais vividos pelo povo

passariam a ser de responsabilidade do Poder Público. De acordo com Cohn (2000), é a partir das lutas dos operários por melhores condições de vida e trabalho:

Que se cristaliza no país a concepção de que a ‘questão social’, da ótica da responsabilidade pública por um patamar mínimo de bem-estar dos cidadãos, é algo que passa a ser estreitamente associado ao trabalho. Cidadão, portanto, distingue-se agora dos pobres: questão social dos trabalhadores, ou das classes assalariadas urbanas, passa a se constituir, a partir de 1930, como uma questão de cidadania; enquanto a questão da pobreza, dos desvalidos e miseráveis – exatamente por não estarem inseridos no mercado de trabalho – continua sendo uma questão social de responsabilidade da esfera privada, da filantropia. **É, portanto, via trabalho que determinados problemas sociais da realidade brasileira transformam-se em questão social, e como algo pertinente à esfera pública.** Vale dizer, passa ao âmbito da política, uma vez que começa sistematicamente a ser remetida para a responsabilidade do Estado (p. 388). [Grifos nossos]

Antes de qualquer coisa, é interessante percebermos a distinção clara que é feita aqui entre problemas e questões sociais:

Enquanto os primeiros dizem mais respeito a coisas e fenômenos indesejáveis, porém aceitáveis de com eles se conviver, as segundas remetem à esfera do reconhecimento de alguns dentre esses fenômenos como **legítimos**, e como tal devendo ser enfrentados pela coletividade, constituindo-se e regulando-se assim determinados padrões de solidariedade social (COHN, 2000: p. 388). [Grifos nossos]

Em síntese, o que se convencionou chamar de “questão social” é nada mais do que um conjunto de demandas levantadas pela classe trabalhadora em suas reivindicações, às quais o Estado passa a dar atenção, reconhecendo-as como legítimas. Dessa forma, ao se falar de questão social se está falando, sobretudo, de direitos e políticas sociais. É por meio da conquista de direitos que um grupo tem seus interesses representados no âmbito da esfera pública. Conforme destaca Vieira (2004):

Os direitos sociais significam antes de mais nada a consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores. Não significam a consagração de todas as reivindicações populares, e sim a consagração daquilo que é aceitável para o grupo dirigente no momento (p. 144).

Para Gramsci, a conquista gradativa de posições na arena de lutas do Estado é processo inerente à disputa pela hegemonia. Considerando que Gramsci via o Estado não

como um instrumento *estático* a serviço de uma classe dominante, mas como palco de uma constante e *dinâmica* disputa pelo poder (COUTINHO, 1996), os direitos sociais, ao representarem os interesses dos trabalhadores, podem ser compreendidos como um importante avanço no jogo de forças do capitalismo. Na verdade, o trabalho assalariado que vigoraria na sociedade urbano-industrial foi o veículo por meio do qual o povo pôde pressionar o Estado e as classes dirigentes para que a precariedade e a miséria sociais pudessem ser minimizadas. Os direitos sociais representam, portanto, a tentativa mais concreta no sentido de reduzir tal precariedade, uma vez que obrigaram o Estado a atentar para uma “questão social” que havia despertado pouco ou nenhum interesse público até então.

Se, por um lado, os direitos sociais são a “consagração jurídica das reivindicações dos trabalhadores”, as políticas sociais, por outro, representam – ou deveriam representar – a estratégia de ação do Estado no âmbito do social. Na verdade, os direitos sociais é que fundamentam e legitimam a ação do Estado na forma de política social, uma vez que é neles que reside a expressão real – e legal – das demandas sociais dos trabalhadores. Conforme destaca Vieira (2004): “*Sem justiça e sem direitos, a política social não passa de ação técnica, de medida burocrática, de mobilização controlada ou de controle da política, quando consegue traduzir-se nisto*” (p. 59). Da mesma forma, o direito sem a sua realização prática na forma de política não passa de letra morta:

Na realidade, não existe direito sem sua realização e sem suas mediações. Do contrário, os direitos e a política social continuarão presas da letra da lei irrealizada, do direito positivo, do niilismo de valores; ou então do direito natural, histórico ou não, do apriorismo dos princípios e das leis, que estão sempre onde não são esperados (VIEIRA, 2004, p. 61).

Estando um problema social legitimado como questão social pela existência de direitos a ele relacionados e pela ação do Estado no âmbito específico de tais direitos, na forma de políticas sociais, é possível delimitarmos, segundo Lenoir (1989), os grupos de pressão e de expressão envolvidos nesse processo de legitimação. Na medida em que a velhice se transforma em questão social por meio do surgimento do direito e da política de aposentadoria – processo esse ocorrido no Brasil em 1923, através da lei Eloy Chaves –, as reivindicações dos movimentos operários, que haviam contribuído decisivamente para a conquista desse direito, passariam a representar a principal força de pressão e de expressão

no sentido de levantar e tornar pública a “questão da velhice” e de dar aos velhos uma *nova identidade*: a de aposentados. A partir desse momento, a velhice passaria a ser associada diretamente à aposentadoria, legitimando-se na forma de questão social através do mundo do trabalho.

Na verdade, a identificação que se estabelece entre velhice e aposentadoria tem como sujeitos especialmente os velhos pobres da classe operária. Nesse sentido, a condição de aposentado remetia a uma situação de penúria social, uma vez que o próprio direito de aposentadoria surge, principalmente, com o fim de evitar a indigência e a miséria dos velhos operários inaptos ao trabalho. Conforme mostram Debert & Simões (1998):

Em primeiro lugar, pensar na aposentadoria era, sobretudo, identificá-la com a pobreza. As aposentadorias, no contexto europeu e norte-americano, surgiram como meios de substituir as intervenções pontuais de cunho filantrópico dirigidas às populações carentes. Configurando-se como sistema de proteção aos trabalhadores idosos, a aposentadoria deu uma identidade específica aos velhos pobres, distinguindo-os de outros setores alvos de assistência social (p 30).

As políticas de aposentadoria, que legitimaram a velhice como questão social, sempre estiveram associadas à pobreza e marginalidade vividas pela classe operária. Elas podem ser compreendidas, essencialmente, como um primeiro esboço de política social. Se, por um lado, tais políticas representaram uma conquista efetiva dos trabalhadores, por outro, tiveram o papel estratégico de diminuir a pressão dos movimentos operários, desmobilizando-os no jogo de forças da arena política, conforme destacou Ramos (2001). Além disso, a “funcionalidade” estratégica inerente às políticas de aposentadoria também esteve em servir como instrumento de renovação da força de trabalho considerada obsoleta. O aparecimento de inúmeros estereótipos negativos acerca da incapacidade dos trabalhadores idosos para o trabalho industrial fomentaria atitudes preconceituosas e discriminatórias perante esses trabalhadores, fazendo com que fossem conduzidos à aposentadoria. Conforme destacam Debert & Simões (1998), tais atitudes negativas, que seriam o gérmen de uma crescente discriminação por idade no trabalho:<sup>58</sup>

---

<sup>58</sup> Sobre discriminação por idade no trabalho, cf. Peres (2002), (2003) e (2004) ou Neri (1996).

Desempenharam papel importante no desenvolvimento posterior das políticas de aposentadoria. Essas se caracterizaram não somente como meios de prover a subsistência econômica dos trabalhadores idosos, mas também como mecanismos visando reduzir o emprego dos mais velhos na economia nacional. Após a Segunda Guerra Mundial, sindicatos, governo e empresários americanos adotaram a estratégia comum de encaminhar a força de trabalho idosa à aposentadoria como um elemento fundamental das políticas de emprego (p. 32).

Esse caráter estratégico inerente às políticas de aposentadoria – que teriam servido como recurso de desmobilização da luta operária e como instrumento de renovação da força de trabalho – lança luz sobre a real funcionalidade das políticas sociais. Se, por um lado, tais políticas representariam a ação prática no terreno dos direitos sociais, possuindo, portanto, uma importância fundamental no tratamento público/estatal da questão social, por outro, estariam contribuindo para a manutenção da desigualdade social na sociedade capitalista. Conforme destaca Vieira (2004):

Um exame fundamentado no método materialista histórico e dialético pode revelar a política social como parte da estratégia da classe dominante, mais adequadamente da burguesia. Pode mostrar que essa estratégia busca o controle do fluxo de força de trabalho no sistema de posições desiguais, existente na economia de mercado. Pode dar a conhecer a política social como estratégia capaz de conservar a desigualdade social, colaborando no funcionamento do capitalismo (p. 151).

Compreender a política social como elemento funcional ao capitalismo permite que realizemos uma análise mais crítica (ou menos ingênua) do funcionamento das políticas estatais. No capítulo 2 analisamos o fenômeno estatal em profundidade, destacando os mecanismos de controle das massas e manutenção da ordem (ou *status quo*) que são inerentes à existência do Estado na sociedade. Assim, ao entendermos as políticas sociais como estratégias, como “artimanhas do Leviatã”, é possível questionarmos o relativo otimismo que paira sobre as políticas da velhice. Antes de mais nada, é fundamental se ter em mente que as políticas sociais, segundo lembra Vieira (2004), não têm o propósito de romper com a lógica desigual do sistema capitalista:

A política social não visa a romper, não almeja isto, nem rompe o ordenamento jurídico consagrado nos poderes do Estado: o legislativo, o

executivo e o judiciário. Obediente à ordem jurídica e comumente na forma de lei, a política social irrompe quase sempre por indignação contra a desigualdade, pelas críticas acerbas a esta. A política social pode imprimir menor padrão de desigualdade. Mas na democracia liberal ela se circunscreve dentro da lei e conserva a desigualdade, ainda que sem aprovar as condições desiguais das pessoas (p. 215).

Portanto, acreditar que as políticas da velhice possam solucionar a exclusão e a marginalidade que atingem a maioria dos idosos é atribuir à política social uma função que não corresponde à sua razão de ser. Em outras palavras, é imprimir um caráter por demais otimista e até ingênuo à real funcionalidade da política social dentro do capitalismo. Isso porque a situação de precariedade social vivida pelos idosos não é um problema restrito à velhice e ao envelhecimento, mas, sob uma ótica totalizante da realidade social, tal condição pode ser compreendida como parte integrante da lógica excludente do próprio sistema, que tem na opressão e na exclusão da classe trabalhadora a sua pedra de toque.

### **3.2. A aposentadoria, a invenção da terceira idade e a mercantilização da velhice**

#### *Classe social, aposentadoria e processos de individualização*

Se, de acordo com Lenoir (1989), a ação direta dos grupos de pressão na sociedade pode legitimar um problema social, transformando-o em “questão social” do Estado, essa mesma ação, bem como o próprio processo de legitimação, provavelmente motivarão o surgimento de novas formas de expressão identitária desse problema. A partir do momento em que a aposentadoria passou a fazer parte da vida social e cultural dos indivíduos, no final do século XIX, tornou-se inevitável a sua associação com a velhice e o envelhecimento. Até então, no entanto, a identidade dos velhos era dada meramente pela idade cronológica e pela aparência e/ou comportamento do corpo envelhecido, com as conseqüentes perdas relativas à saúde física e mental, decorrentes do processo natural de envelhecimento (SANTOS, 1990).

De forma geral, a identificação da velhice com a aposentadoria caracterizou-se como um fenômeno do mundo contemporâneo, que tem o trabalho assalariado como atividade humana fundamental. Neste âmbito, a identidade pessoal é marcada fortemente pela identidade profissional e a própria “lógica ritualística da vida” do homem ocidental,

em si mesma, passa a ser pautada pela entrada, permanência ou saída do mundo do trabalho.<sup>59</sup> Assim, as várias fases em que a vida é periodizada, como infância, adolescência, fase adulta e velhice, passam por um processo de reconstrução social com o advento da sociedade industrial. A infância e a adolescência seriam vistas como fases preparatórias para a entrada no mundo do trabalho, cabendo à educação escolar o papel de empreender tal preparação. A entrada na fase adulta, por sua vez, seria caracterizada, principalmente, pelo ingresso e permanência no mercado de trabalho e pela escolha de uma profissão específica. A velhice, por fim, estaria associada diretamente à aposentadoria, compreendida como a saída (“retiro”) definitiva do mundo do trabalho, fato que é ilustrado pela sua própria designação em alguns idiomas, como o inglês (“retired”) e o francês (“retrait”).

É, portanto, a partir do surgimento da aposentadoria que a velhice seria socialmente reconstruída ou “reinventada”, utilizando a expressão de Debert (2004). Apesar da identidade do velho ser determinada, em grande medida, pela sua saída do mundo do trabalho, o processo de reconstrução social ou reinvenção pelo qual passaria a velhice na sociedade contemporânea também teve relação direta com o surgimento de instituições encarregadas da “gestão da velhice”, diretamente ligadas à aposentadoria ou ao “modo de vida” dos aposentados. Dentre essas instituições, podemos citar a geriatria e a gerontologia como especialidades técnico-científicas, as associações de aposentados e pensionistas, os grupos de previdência privada, os clubes e agências de turismo e lazer especializados em programas para idosos, etc. Tais instituições teriam um papel fundamental nas novas caracterizações e classificações da velhice e do envelhecimento, das quais a expressão “terceira idade” é originária.

De modo geral, pode-se dizer que a aposentadoria e o conjunto de instituições ligadas a ela são as principais responsáveis pela considerável expressividade (ou visibilidade) adquirida pela velhice no final do século XX e início do XXI. Na verdade, a transformação da velhice em questão social, que se dá essencialmente via trabalho – ou seja, por meio da pressão dos movimentos operários por políticas de aposentadoria –, tem na ação das instituições especializadas na velhice a continuidade e a *reafirmação* da

---

<sup>59</sup> Essa “lógica ritualística da vida” é comum a toda e qualquer organização social humana. Conforme mostram os estudos de antropologia das sociedades complexas, os rituais de passagem estão presentes nas mais diversas tribos indígenas e também nas sociedades urbano-industriais do chamado “mundo civilizado”, sendo que o processo de integração/desintegração da esfera do trabalho pode ser considerado como um dos principais rituais que caracterizam o modo de vida do homem ocidental contemporâneo. Cf. Velho (1994).



“questão social da velhice” na sociedade contemporânea. Observamos, com isso, a emergência de novos grupos de pressão, agora com uma “causa” não mais centrada no mundo do trabalho – ou na figura pública do aposentado como objeto de direitos e sujeito de ação política –, mas extensiva a todos (e todas) aqueles que vivem a condição física e social – ou seja, “privada” – da velhice. Esse “deslocamento de eixo”, observado na questão social da velhice, insere-se na perspectiva dos chamados “novos movimentos sociais”, caracterizados pela multiplicidade e diversidade de atores envolvidos na mobilização por uma “causa” quase sempre desvinculada do mundo do trabalho, como os movimentos ecológicos, antiglobalização, contra a violência urbana, contra a discriminação de gênero e raça, etc. (GOHN, 2003).

Essa aparente “perda de centralidade” do trabalho na sociedade contemporânea, que é discutida por autores como Claus Offe<sup>60</sup>, tende a se refletir, nitidamente, na mudança de eixo dos movimentos sociais. Na medida em que os movimentos operários e os sindicatos de trabalhadores vão perdendo força diante da ofensiva neoliberal – caracterizada pela reestruturação produtiva automatizada, pelo desemprego estrutural e pelo desmonte dos direitos sociais –, a própria questão social, que surge via reivindicações trabalhistas, passa a ser tratada *fora* da esfera do trabalho. Esse “novo trato” da questão social, analisado por Montaño (2003), caracterizou-se, essencialmente, pela substituição da efetiva luta de classes pela ação de organizações representativas da sociedade civil, tais como as organizações não-governamentais (ONGs), as sociedades científicas, as associações diversas, etc., que passaram a compor o chamado “terceiro setor”, localizado entre o Estado e o mercado. Conforme explica Vieira (2004):

O intitulado “terceiro setor” alimenta-se da opinião, mais ou menos notória, da necessidade de aprimorar a gestão da política social. Nele se buscam resultados, participação, eficiência, eficácia nos programas sociais, por intermédio da atuação conjunta do Estado e de ‘setores’ da sociedade. Com o ‘terceiro setor’, retomam-se as antigas práticas da filantropia e do voluntariado, agora com trajes empresariais, decretando um novo mundo, livre de antagonismos e de conflitos entre classes sociais, mesmo com a injustiça, a desigualdade e a miséria que nos olham (p. 112-113).

---

<sup>60</sup> Sobre perda da centralidade do trabalho, cf. OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

Essa nova lógica presente nas ações reivindicatórias configura uma espécie de “privatização” das políticas sociais, na medida em que estas deixam de ser responsabilidade única do Estado, para serem atribuídas à sociedade, mais especificamente às organizações da sociedade civil. Fazendo isso, o Estado neoliberal vai se livrando, aos poucos, de obrigações e gastos que ele nunca quis ter, e que só passou a ter em virtude das pressões dos movimentos trabalhistas, que o obrigaram a incorporar os direitos e políticas sociais à sua estrutura organizacional. Nesse contexto, os problemas sociais, que deveriam ser da competência do Estado (que representa a coletividade, a “esfera pública política”), transformam-se em responsabilidade individual (da “esfera privada”). Esse processo estratégico de “privatização” das políticas sociais, que reside na idéia de terceiro setor, é funcional ao capitalismo, pois, ao neutralizar os conflitos diretos da luta de classes, evita transformações estruturais de grande vulto, que poderiam vir a ameaçar a ordem desigual da sociedade capitalista (MONTAÑO, 2003).

Contudo, se a questão social da velhice passa a ser tratada (ou reafirmada) segundo essa nova lógica de reivindicação/associação, que é coerente ao modelo neoliberal, não é de se admirar que a própria velhice, em si mesma, passaria por um processo análogo de “privatização”. Tal fenômeno, chamado por Debert (2004) de “reprivatização da velhice”, deveu-se à proliferação de organizações encarregadas da “gestão da velhice”, principalmente as de geriatria e gerontologia, que passariam a produzir discursos “científicos” (ideológicos?) acerca da velhice, contribuindo decisivamente para reinventá-la. De forma geral, a “reprivatização da velhice” ocorre na medida em que o envelhecimento perde o seu viés social e passa a ser compreendido como experiência e responsabilidade individual. A produção de discursos sobre a velhice, feita pela geriatria/gerontologia, concebe um receituário por meio do qual grande parte dos problemas físicos, psicológicos e sociais decorrentes do processo de envelhecimento poderiam ser evitados e remediados com uma certa dose de esforço, dedicação e prevenção pessoal.

Daí decorre uma nova concepção de envelhecimento, por meio da qual ele deixa de ser socialmente aceito como um processo sócio-biológico natural e inevitável, para se transformar num fenômeno a ser a todo custo evitado e, principalmente, negado. Esse processo de reprivatização da velhice, que ocorre mais intensamente a partir da década de 1970 no Brasil, com o surgimento das entidades de geriatria/gerontologia e do Serviço

Social do Comércio (SESC), é responsável pela elaboração do que Haddad (1986) chamaria de “ideologia da velhice”. Para a autora, os discursos acerca da velhice produzidos pela geriatria/gerontologia, pelo SESC e pelo Estado criariam um ideário simbólico carregado de estereótipos negativos acerca do envelhecimento, associando-o à doença e à perda de capacidade física e mental. Contudo, nesses discursos, notou-se uma tentativa persistente e comum às três instituições de desvincular os “problemas da velhice” da sua *condição de classe*. Ao enfatizar, por exemplo, a importância do trabalho e da “vida ativa” na velhice, esse ideário simbólico produzido pelo discurso gerontológico não considera como a condição de exploração a que é submetida a classe trabalhadora ao longo de toda a vida pode ter contribuído na deterioração física e psicológica verificada na velhice. Da mesma forma, o discurso ideológico do Estado capitalista neoliberal – que visa se livrar a qualquer custo da responsabilidade pelo social –, ao criticar, por exemplo, o fato de que os trabalhadores querem se aposentar para se tornarem improdutivos e viverem às custas dos benefícios previdenciários, desconsidera que a própria aposentadoria é um *direito* do trabalhador e não um “benefício” concedido como favor. O SESC, por sua vez, ao defender as atividades esportivas, artísticas e culturais como fundamentais para um “envelhecimento saudável” ou “bem sucedido”, ignora o fato de que a grande maioria dos idosos que pertence à classe trabalhadora – ou, na definição de Antunes (1999), “a classe que vive do trabalho” – não possui condições financeiras, de saúde e nem tempo disponível para se dedicar a tais atividades, uma vez que muitos idosos ainda se encontram presos à necessidade de ganhar a vida trabalhando, haja vista a miséria que recebem de aposentadoria; quando recebem.

Se, portanto, é na diferença de classe social – ou seja, na desigualdade inerente ao sistema capitalista – que reside a principal contradição entre trabalho e capital, não é de se admirar que o discurso ideológico proferido por instituições funcionais ao capitalismo vise ignorar *exatamente* essa diferença. Não é possível compreender o drama vivido pelos idosos hoje sem considerar o processo histórico responsável pela gestação e manutenção da desigualdade de classes. O problema social da velhice é, antes de tudo, um problema da classe trabalhadora, que contribui ao longo de toda a vida na produção da riqueza sem, contudo, poder tomar parte dela, ou seja, sem poder se apropriar daquilo que lhe caberia por direito, caso vigorasse uma sociedade menos injusta.

A tendência de se retirar a desigualdade de classes das atuais questões sociais (ecológica, de gênero, de idade, etc.) é coerente ao ideário neoliberal, cujo objetivo principal é neutralizar a luta de classes e tudo o que é inerente a ela (direitos sociais e trabalhistas, reivindicações e mobilizações dos trabalhadores contra a lógica excludente do capital, etc.), sustentando e propagando a idéia de que o movimento socialista está morto e ultrapassado.<sup>61</sup> Conforme afirma Gohn (2003): “*O novo associativismo é mais propositivo, operativo e menos reivindicativo – produz menos mobilizações ou grandes manifestações, é mais estratégico. O conceito básico que dá fundamento às ações desse novo associativismo é o de Participação Cidadã*” (p. 18). Contudo, observamos um outro aspecto do problema a partir da visão de Montañó (2003):

Não parece correto retirar das questões ecológicas, sexistas, étnicas, territoriais e outras, o **caráter de classe** que efetivamente perpassa essas lutas. Como pensar a xenofobia do provo francês em relação aos árabes, por exemplo, sem considerar a tendência à queda salarial e ocupação de postos de trabalho por mão-de-obra mais barata que a imigração de trabalhadores de uma região menos desenvolvida cria na mais desenvolvida? Como considerar as lutas ecológicas, por preservar regiões, rios, espécies vivas em risco de extinção, sem levar em conta a lógica destrutiva que tem o capital “desenvolvido”? (p. 148). [Grifos nossos]

Tratar da questão social da velhice sem levar em conta o recorte de classe que perpassa o dilema vivido pela classe trabalhadora na sociedade capitalista é abordar a problemática do envelhecimento de forma parcial, não-totalizante. Se o discurso proferido pelas instituições que cuidam da velhice tende a homogeneizar a experiência do envelhecimento, desconsiderando as desigualdades de classe, gênero, raça, dentre outras, isso ocorre em virtude, essencialmente, da tentativa de se transformar um problema social numa responsabilidade individual. Conforme destaca Debert (2004): “*Os problemas ligados à velhice passam a ser tratados como um problema de quem não é ativo e não está envolvido em programas de rejuvenescimento e, por isso, se atinge a velhice no isolamento e na doença, é culpa exclusivamente dele*” (p. 229).

Esse fenômeno de “reprivatização da velhice”, analisado por Debert, mostra como a experiência do envelhecimento “ativo” ou “bem sucedido”, vivida pelas classes mais abastadas – que têm acesso a técnicas de rejuvenescimento, exercícios físicos, atividades

---

<sup>61</sup> Sobre o discurso ideológico do neoliberalismo, que declara a morte do movimento socialista a partir da queda do Muro de Berlin e do desmantelamento da União Soviética, cf. Montañó (2003).

culturais e educacionais (Universidades da Terceira Idade), etc. –, é estendida como um modelo universal e homogêneo de envelhecimento, a ser seguido por todos aqueles que não querem sofrer as conseqüências do avanço da idade.

Neste contexto, é possível perceber como a própria aposentadoria – que surge para evitar a miséria dos velhos operários sem condições de trabalhar – passa a ser uma experiência multifacetada (ou heterogênea) na medida em que outras categorias profissionais de maior poder aquisitivo e melhor nível cultural começam a reivindicar pra si os direitos previdenciários, ao mesmo tempo em que, em parceria com os grupos empresariais privados, sindicatos dessas categorias passam a reivindicar aposentadorias complementares e melhorias no valor dos benefícios pagos pelo governo. Tal situação é retratada por Debert & Simões (1998) da seguinte forma:

Com a ampliação do trabalho assalariado para as camadas médias, a luta pela aposentadoria se ampliou para outros setores sociais e profissionais que não estavam previstos anteriormente, posto que não se tratava mais de assegurar apenas a velhice dos pobres. Nesse período, associações e sindicatos de outros setores passaram a ter um papel ativo na luta por melhores condições de aposentadoria (p. 34).

Se, portanto, a própria aposentadoria se torna uma experiência diferenciada no que se refere à classe social, como é possível tratar o envelhecimento como uma responsabilidade individual e não social? Que “culpa” têm de envelhecer e sofrer com as mazelas físicas e sociais decorrentes do envelhecimento aqueles que vivem numa sociedade injusta, cuja lógica é a da desigualdade e da exploração dos mais fracos?

É interessante percebermos como, de forma análoga ao que ocorre com a “privatização da velhice”, a nova tendência do associativismo dos “novos movimentos sociais”, destacada por Gohn (2003), é, também, a de responsabilizar os indivíduos pela sua passividade ou “não-participação” política. Neste âmbito, a denominada “participação cidadã” se torna um *dever individual*, de cada cidadão como sujeito de direitos, ocupando o lugar das mobilizações coletivas, características dos movimentos trabalhistas.

Ao entrevistar membros do Conselho Estadual do Idoso do Estado de São Paulo, Santos (1998) mostra a crítica desses à não-participação dos idosos na reivindicação por políticas públicas. Um dos entrevistados afirma o seguinte:

Mas a grande crítica que eu faço ainda é ao nível extremamente baixo do envolvimento da população idosa com relação à Política Nacional do Idoso. (...) É um segmento que acostumou a esperar que medidas venham de ‘cima para baixo’ e que não teve a oportunidade de exercitar a capacidade de organização e reivindicação necessária (...). Eles se retiram desse cenário porque não tiveram oportunidade de ser protagonistas ao longo da história (p. 76).

Mostrei num artigo sobre educação, trabalho e velhice como a idéia de cidadania ou “participação cidadã” é bastante limitada do ponto de vista da ação política verdadeiramente revolucionária, ou seja, transformadora da práxis social (PERES, 2006). Nesse aspecto, a substituição da ação revolucionária do movimento socialista pela participação cidadã dos novos movimentos sociais representa o abrandamento da luta de classes, que ocorre em virtude da ofensiva (neoliberal) do capital frente a sua crise estrutural, ou seja, a crise provocada pelos custos que o Estado capitalista e a classe empresarial tiveram que assumir com os direitos trabalhistas e sociais resultantes da pressão do movimento operário.

Conforme se observou, as ações políticas realizadas dentro dos moldes estreitos da cidadania burguesa, por não ameaçarem a ordem estabelecida, são até incentivadas pelo Estado capitalista. Conforme lembra Demo (1995), sempre há motivos para desconfiança quando o próprio Estado incentiva a mobilização política. No contexto neoliberal em que vivemos, as transformações no metabolismo social do capital fizeram com que ele incorporasse (ou cooptasse) à sua estrutura plástica (flexível, adaptável) aquilo que o ameaçava (ou seja, a ação política revolucionária), dando a essa ameaça uma nova roupagem, menos ameaçadora e mais facilmente controlável pelos seus mecanismos institucionais de dominação (ANTUNES, 1999).

O fenômeno da “privatização da velhice” verificado na atualidade, ao considerar o envelhecimento e os problemas dele decorrentes como uma responsabilidade individual e não social, segue a mesma lógica individualizante (ou “dessocializante”) presente no neoliberalismo. Quanto menor a responsabilização do Estado neoliberal pelos problemas e questões sociais, seja da velhice, dos trabalhadores, das mulheres, dos negros, etc., menos se justificará a pressão dos grupos sociais pela ação pública neste âmbito. Dessa forma, a mobilização política pode até ser incentivada, porque o Estado quer fazer crer (ideologicamente) que ela, na verdade, não faz sentido. O que era problema social torna-se,

assim, fracasso individual. O processo de “individualização” da vida humana, verificado no contexto do neoliberalismo, vai ocupando o lugar da “socialização”, ou seja, da compreensão do homem como um “ser social”, que, dialeticamente, concebe e é concebido no jogo das relações sociais (MARX & ENGELS, 1993).

#### *A invenção da terceira idade e a mercantilização da velhice*

O processo de “privatização” (ou “reprivatização”) pelo qual passaria a velhice nas três últimas décadas foi determinante no surgimento do que se convencionou chamar de “terceira idade”. Compreendida como uma etapa localizada entre a idade adulta e a velhice, a terceira idade é, antes, a *negação* do envelhecimento do que propriamente uma fase cronológica da vida humana. Lenoir (1979), ao analisar o fenômeno da terceira idade na sociedade contemporânea, observou que, com o advento das ciências do envelhecimento (gerontologia e geriatria) e das instituições ligadas à velhice e à aposentadoria (de serviço social, lazer, esporte, turismo, estética/rejuvenescimento, previdência privada, educação, cultura, etc.), houve, principalmente entre as gerações nascidas nas décadas de 1920 e 1930, a vivência não só de uma privatização (ou individualização) da velhice, com a transformação desta numa responsabilidade individual, mas também de uma negação do processo de envelhecimento, caracterizada por atitudes de repúdio e resistência à velhice e às suas conseqüências biológicas, psíquicas e sociais. “Morreremos, mas jamais envelheceremos”, seria o lema dessa geração, que, diferentemente da atitude comum aos velhos contemporâneos de negar a morte, passaria a negar a própria velhice (DEBERT & SIMÕES, 1998).

Em geral, o surgimento das instituições ligadas à velhice influenciaria diretamente na invenção social da “terceira idade”. Na verdade, não seria muito dizer que a criação da terceira idade ocorreria paralelamente ao processo de institucionalização da velhice verificado na sociedade contemporânea, na medida em que a velhice e o envelhecimento se tornam objetos da ação de instituições especializadas. Dentre essas instituições, a da aposentadoria pode ser apontada como uma das principais, pois além de representar a primeira iniciativa de intervenção do Estado no “problema da velhice”, transformando-a,

assim, em questão social, também seria responsável pelo surgimento de um novo ator na sociedade: o aposentado.

Contudo, se inicialmente a aposentadoria estaria destinada somente à classe operária, estando diretamente associada à pobreza vivida pelos velhos, com a diversificação de funções e profissões que se atingiu no desenvolvimento do capitalismo industrial, a aposentadoria seria estendida também para as camadas médias da sociedade, compostas pelos profissionais especializados. Dessa forma, com a emergência de uma maior heterogeneidade na condição socioeconômica dos aposentados, foi possível o aparecimento de agentes sociais que, além de disporem de tempo livre, possuíam renda estável e vitalícia para o consumo. Isso iria dinamizar todo um mercado em torno do “modo de vida” dos aposentados, cujo propósito principal seria o de viver uma “velhice ativa” ou “produtiva”, negando a “condição de ociosidade” ou “inatividade” vivida pela maioria dos velhos (pobres), dessa ou de outras gerações, que – de acordo com a nova concepção de envelhecimento defendida pela ideologia da terceira idade – não sabem envelhecer.

O mercado surgido a partir da condição de vida dos aposentados exerceria papel fundamental na construção social da terceira idade. Se, para Lenoir (1989), novas formas de expressão de um problema social são criadas por meio da pressão de grupos e/ou agentes específicos, a expressão “terceira idade” – utilizada para designar o problema social da velhice, travestido com uma nova roupagem elitista – iria surgir como resultante da coexistência de inúmeros agentes (idosos aposentados, profissionais geriatras e gerontólogos, etc.) e instituições (de previdência pública e privada, de saúde, de lazer/esporte/turismo, de educação, etc.) especializados na velhice, que, em linhas gerais, iriam reinventá-la, não como uma nova fase cronológica da vida humana, mas como um *novo estilo de vida*. A aposentadoria deixa de ser vista, portanto, como um período de repouso após uma vida toda dedicada ao trabalho, passando a se projetar como uma etapa de resgate e revivência de uma juventude perdida, em que a condição de ócio (criativo, reflexivo) é renegada.

Na lógica do capital, todo o tempo de ócio ou não-trabalho deve ser preenchido de alguma forma com o fim de se evitar a auto-reflexão da classe trabalhadora sobre a sua condição, ou seja, para evitar aquilo que Georg Lukács chamaria de “consciência de



classe”.<sup>62</sup> Dessa forma o capital pode neutralizar as mobilizações de viés revolucionário, mantendo a luta de classes relativamente sob controle. O tempo de lazer ou de ócio significa, essencialmente, um ganho do trabalho sobre o capital no equilíbrio de forças do capitalismo. A obtenção dos direitos trabalhistas, tais como férias, 13º salário, folgas semanais remuneradas, aposentadoria e redução da jornada de trabalho para oito horas diárias fez com que o capital se visse obrigado a remunerar o tempo de não-trabalho (ou improdutivo), perdendo no que se refere à produção de mais-valia (MARX, 1983). Esse tempo, no entanto, poderia ser utilizado de forma “produtiva” pelo capital, dado que o seu metabolismo social (flexível e adaptável) é capaz de incorporar situações desfavoráveis e reestruturá-las ao seu favor, ou seja, no sentido da obtenção de lucro (ANTUNES, 1999).

É nesse sentido que podemos entender a “mercantilização da velhice” verificada na sociedade contemporânea, que é inerente à idéia de terceira idade. Ela integra o processo de “mercantilização da vida” empreendido pelo capital. Sabe-se que na lógica da sociedade capitalista, tudo pode ser mercantilizado, até mesmo a velhice (BOBBIO, 1997). Se o tempo livre representa uma ameaça à ordem, podendo ser utilizado para a conscientização, organização e mobilização da classe trabalhadora, além de ser “improdutivo” do ponto de vista da produção de mais-valia, cumpre “povoá-lo” ou “colonizá-lo” com estruturas e mecanismos que, além de preencher esse tempo de não-trabalho, possa também adequá-lo aos propósitos do ganho de capital.<sup>63</sup> É assim que o tempo de lazer ou não-trabalho passa a ser utilizado *funcionalmente* pelo capitalismo. Além de ser importante na recuperação e renovação da energia da força-de-trabalho, o tempo de lazer também pode ser mercantilizado e ocupado com atividades que não ameacem a hegemonia do capital (MARCELLINO, 2000).

O tempo do pós-aposentadoria, sendo um tempo de não-trabalho, pôde ser ocupado e colonizado pelas estruturas de exploração/apropriação do capital, dando origem a um novo estilo de vida na velhice, que ficaria conhecido ideologicamente como “terceira idade”. Ao conceber a vida pós-aposentadoria como um momento oportuno para o início de novos projetos de vida, para a vivência de atividades culturais, turísticas, artísticas e esportivas, e, até mesmo, para o investimento numa nova carreira profissional, a ideologia

---

<sup>62</sup> Sobre a idéia de consciência de classe no capitalismo, cf. LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*, Rio de Janeiro, Elfos, 1989.

<sup>63</sup> Sobre a “colonização do mundo da vida” verificada na sociedade capitalista, cf. Habermas (1984).

da terceira idade recria, reconstrói ou reinventa a velhice, transformando-a numa “nova juventude” (DEBERT, 2004).

Assim, a velhice deixa de ter o viés de improdutividade e inatividade, que sempre acompanhou essa fase da vida na sociedade industrial – e que, por isso mesmo, nunca havia despertado o interesse do Estado capitalista e das classes empresariais –, passando então a incorporar um modo de vida mais “produtivo” e, conseqüentemente, mais interessante aos propósitos do capital. Associar a terceira idade aos processos de mercantilização e institucionalização da velhice ocorridos na sociedade contemporânea significa compreender a forma pela qual a sociedade capitalista cria ideologias acerca da realidade prática no intuito de concebê-la (ideologicamente) de acordo com os seus interesses materiais. O viés ideológico é, dessa forma, um instrumento de fundamental importância dentre os mecanismos de dominação do capital.

A conexão entre a produção material e a produção de idéias e representações é retratada por Marx & Engels (1993) da seguinte forma:

A produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. (...) Os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos do seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (p. 37).

Portanto, não há como desvincular o conceito ideológico de “terceira idade” dos interesses materiais inerentes à mercantilização da velhice. Se, para a teoria marxista, a produção de idéias deriva da produção material, é possível dizer que a ideologia da terceira idade seria criada a partir da transformação da velhice em mercadoria, na medida em que esta passa a ser interessante do ponto de vista comercial (e institucional), o que ocorre em virtude do envelhecimento populacional (maior número de idosos na sociedade) e da universalização da aposentadoria (idosos com nível de renda estável e tempo livre para o consumo).

Por outro lado, se a produção de ideologias pressupõe a existência de interesses materiais em jogo, é evidente que a ideologia tornada dominante representa as idéias e

concepções de mundo dos grupos e classes dominantes na sociedade. Conforme mostram Marx & Engels (1993):

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. (...) As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias (p. 72).

A ideologia da velhice que é inerente à expressão “terceira idade” representa, assim, as idéias e concepções acerca da velhice produzidas pelos grupos e classes dominantes na sociedade contemporânea. E é diante dessa premissa que podemos compreender porque Eneida Haddad (1986) considerou como objetos de estudo o Estado, o empresariado comercial (SESC) e as ciências do envelhecimento (geriatria/gerontologia) em sua análise da ideologia da velhice. Como representantes das classes dominantes, esses grupos e instituições se projetam, no Brasil, como os principais responsáveis pela produção de idéias acerca da velhice, que, em conjunto, são concebidas como ideologia dominante.<sup>64</sup> Tida na época de sua publicação como uma obra polêmica, *A ideologia da velhice* se destacou pelo seu pioneirismo (no Brasil) em analisar a problemática da velhice sob a óptica do marxismo, resgatando o viés ideológico que acompanha o processo de envelhecimento e o compreendendo como um fenômeno socialmente construído.

Para Haddad, o discurso científico sobre a velhice, proferido pela geriatria e pela gerontologia, tem um papel fundamental na composição da ideologia da velhice, pois estabelece um receituário de comportamentos que é considerado como padrão para um “envelhecimento bem sucedido”. Destaca a autora que:

As três propostas: educação, trabalho e família – tripé onde se assentam as idéias, noções, valores e normas, isto é, o conjunto de representações sobre a velhice –, formuladas pela geriatria e pela gerontologia, estão articuladas contraditoriamente, porém, de tal maneira que formam um todo integrado. Configuram um ‘modelo’ a ser utilizado

---

<sup>64</sup> No chamado “marxismo ortodoxo”, o Estado é visto como “aparelho ideológico da burguesia”, da mesma forma como a ciência é compreendida pelo seu viés ideológico, ou seja, como uma produção de conhecimentos pré-determinada pelos interesses das classes economicamente dominantes. Isso explicaria, por exemplo, a prioridade de investimentos que sempre tiveram as ciências exatas e da produção (engenharias) nas sociedades industrializadas, em detrimento das ciências humanas e biológicas.

pelo homem para relacionar-se com seu corpo, com os outros homens e com a vida. A realidade reificada da cultura dominante é consubstanciada na 'ciência' produtora do saber sobre a velhice que, seduzida pelo culto ao cientificismo, produz um discurso fetichista sobre a velhice: suas representações misteriosas encobrem a origem da produção social da velhice trágica; encobrem a realidade vivida pelo homem durante toda a trajetória de sua vida. A problemática social da velhice, assim como é formulada pelos seus teóricos, de forma autônoma, independentemente da realidade concreta que a produz, é uma falsa questão: expressão da ideologia dominante (p. 53-54).

Segundo Haddad, a produção científica sobre a velhice é, na verdade, mais ideológica do que propriamente científica porque desconsidera o caráter de classe inerente à experiência do envelhecimento. A velhice e suas conseqüências sociais, biológicas e psíquicas são, assim, analisadas isoladamente pela gerontologia/geriatria, sem se levar em conta a exploração vivida pela classe trabalhadora ao longo da vida. Fazendo isso, oculta-se a dominação de classe comum à sociedade capitalista e se constrói uma pré-concepção acerca da velhice, compreendendo-a como um período de perdas que podem ser minimizadas seguindo-se o receituário gerontológico/geriátrico. É interessante notarmos o poder de criação ideológica do discurso gerontológico, que não só teve um papel fundamental na reinvenção da velhice presente na idéia de terceira idade, mas que também pôde criar (ou delimitar) a noção de velhice em contextos sócio-culturais onde ela não existia como fase diferenciada da vida humana, como foi o caso da sociedade indiana antes da década de 1970. Lawrence Cohen (1998), ao analisar essa problemática, afirma categoricamente que: *“Na verdade, a primeira tarefa da gerontologia indiana não foi estudar a velhice, mas criá-la”* (p. 66).

Como se vê, a gerontologia, no intuito de se projetar como nova especialidade científica e delimitar seu objeto de estudo e campo de atuação, teve grande influência na invenção da terceira idade. Por aí se pode compreender o interesse dessa instituição científica na questão da velhice e como ela contribuiu decisivamente para a sua mercantilização, uma vez que, pelo seu receituário, incentivou o surgimento de várias instituições e programas voltados à terceira idade, principalmente nas áreas de lazer, esporte, educação, rejuvenescimento, etc.

Contudo, segundo mostram Debert & Simões (1998): *“Não se pode reduzir a invenção da ‘terceira idade’ à manipulação perpetrada pelos novos especialistas na*

*velhice, interessados em profissionalizar seu conhecimento*” (p. 36). Na verdade, a profunda mudança na relação entre as gerações que se verificou com o advento da sociedade contemporânea – surgimento das novas tecnologias, valorização excessiva da juventude, cultura hedonista, liberação sexual, ruptura das tradições e da família tradicional, etc., sendo todos esses valores contrários aos da velhice<sup>65</sup> –, bem como a própria mercantilização/institucionalização que acompanhou a emergência do novo “modo de ser” da velhice/terceira idade e as novas relações do Estado com a questão da velhice, também tiveram um papel fundamental na invenção da terceira idade.

É interessante notar como, apesar de toda gama de relações, agentes e instituições que passaram a fazer parte da “questão da velhice” na sociedade contemporânea, a expressão ideológica da “terceira idade” iria se originar especificamente numa instituição educacional, ou seja, na chamada “universidade da terceira idade”. Conforme mostra Laslett (1987), o termo “terceira idade” surgiria a partir dos programas destinados ao público idoso nas universidades francesas da década de 1970, que ficariam conhecidos como “Universités du Troisième Age”. A lógica implícita na criação dessa expressão faz referência às outras duas esferas do sistema educacional: a educação básica, destinada à “primeira idade” (infância e adolescência), e a educação superior, que se vincula à “segunda idade” (o público adulto).

Os programas para a terceira idade surgidos nas universidades significam, portanto, a tentativa pioneira – e, na verdade, bem pouco eficiente – de estender o sistema educacional para o público idoso, que sempre foi, e ainda é, excluído dele. Tal exclusão mostra como o sistema educacional vigente na sociedade capitalista é pré-determinado pela esfera produtiva, considerando que é interessante para o capital formar uma mão-de-obra tecnicamente qualificada e disciplinada para a produção, bem como cidadãos obedientes, que exerçam a sua participação política dentro das regras impostas pelo sistema e que sejam pouco conscientes da sua condição de classe. Os velhos que, diferentemente das crianças, jovens e adultos, já estão excluídos da produção e que, portanto, não são mais interessantes do ponto de vista do capital, são também, conseqüentemente, excluídos do sistema educacional burguês (PERES, 2006).

---

<sup>65</sup> Recorde-se que a forma pela qual os valores da sociedade contemporânea afetaram a imagem e o “lugar” da velhice na estrutura social e familiar foi discutida no primeiro capítulo deste trabalho.

A criação do termo “terceira idade” a partir da esfera educacional nos remete ao debate da *escola como aparelho ideológico* do Estado capitalista. Na concepção de Antonio Gramsci (1989), o Estado não possui somente aparelhos repressivos pelo uso da violência (como a polícia e o exército), mas também aparelhos ideológicos de dominação, formados por instituições da sociedade civil, como os sindicatos, as escolas, as igrejas e as famílias. Nesses aparelhos, o Estado exerce o seu poder através da ideologia, diferente dos aparelhos repressivos, nos quais o poder é exercido por meio da força física. Assim, a dominação de classe se dá num primeiro momento no plano econômico, é a luta histórica, que se expressa na política, na luta ideológica e na hegemonia. O Estado usa os aparelhos ideológicos e reprodutores de ideologia para manter a dominação sobre a classe menos favorecida. São concepções de mundo e crenças sedimentadas historicamente, utilizadas na construção da hegemonia, ou seja, na alienação dos dominados acerca dos reais mecanismos de dominação, por meio do convencimento ideológico. A escola – ou o sistema acadêmico/educacional como um todo – tem, portanto, um papel fundamental na construção da hegemonia ideológica, pois é responsável pela formação das consciências e representa o veículo principal de reprodução e disseminação da “verdade” científica e do conhecimento formal na sociedade. Por isso não impressiona que o termo “terceira idade” tenha tido origem nesse meio.

No Brasil, esse termo começaria a se popularizar no início da década de 1980, a partir da iniciativa do SESC, que foi o pioneiro na implantação das universidades abertas para a terceira idade, inspiradas na experiência francesa. Posteriormente, esses programas educacionais voltados para o público idoso seriam incorporados por diversas instituições universitárias, tanto públicas quanto privadas. Em paralelo, o desenvolvimento da gerontologia no meio científico/universitário iria contribuir para o fortalecimento e disseminação dos programas para a terceira idade no país (CACHIONI, 1999).

Contudo, conforme mostra Haddad (1986), o trabalho do SESC com a terceira idade, que inspiraria os demais programas, carrega uma particularidade em comparação com a experiência francesa. Na verdade, o programa “Universidade Aberta à Terceira Idade” elaborado pelo SESC representa o início do interesse da classe empresarial para com a velhice, no intuito de comercializá-la: *“O imaginário da proposta SESC assenta-se numa lógica que expressa a racionalidade utilitária inerente ao padrão de acumulação*

*capitalista: a tentativa de converter a velhice em mercadoria intercambiável no mercado*” (p. 123). O fato de, no Brasil, os programas educacionais voltados à terceira idade não terem se originado no meio acadêmico/universitário, como ocorreu na França, mas sim a partir da iniciativa do empresariado comercial dedicado ao assistencialismo, retrata de maneira bastante clara o caráter mercadológico e elitista das universidades da terceira idade. O fato de, no Brasil, haverem taxas elevadas de analfabetismo entre os maiores de 60 anos (34,6% segundo o censo 2000 do IBGE), coloca em evidência o paradoxo inerente às universidades da terceira idade. Qual a importância de se ter “universidades para idosos” num país que carece de educação fundamental? Certamente, a resposta a essa questão seria que tais “universidades” não visam atender à massa, pobre e analfabeta, mas a um público privilegiado, que, pela condição financeira estável aliada ao tempo livre, pode desfrutar tranquilamente dos programas oferecidos (PERES, 2006).

Além do caráter elitista e comercial das universidades da terceira idade, há de se destacar o fato de que representam ações paliativas e pouco eficientes no que tange a emancipação social dos idosos. Conforme mostra Simões (2003), os programas destinados à terceira idade restringem-se a atividades lúdicas, com foco principalmente no lazer, sendo praticamente isentas de conscientização e ação política. Além disso, é interessante observar a predominância quase total de mulheres nesses programas, o que contrasta visivelmente com as reuniões e debates “mais politizados” das associações de aposentados, onde predomina o público masculino.<sup>66</sup> Nota-se inclusive, entre esses dois grupos, uma certa rivalidade. Se para os aposentados militantes os idosos (ou idosas) dos programas da terceira idade são “burgueses alienados”, sem comprometimento com a “causa” da aposentadoria defendida pelos ex-trabalhadores, para os grupos da terceira idade, por sua vez, os aposentados são “velhos machistas, revoltados, brutos e ignorantes” (DEBERT, 1997).

É interessante observar essa oposição entre, de um lado, uma terceira idade alienada, elitista e comercial e, de outro, velhos trabalhadores aposentados, tentando lutar pela melhoria de suas condições de vida. Simbolicamente, essa diferenciação entre duas

---

<sup>66</sup> A questão de gênero que perpassa as contradições entre terceira idade e aposentados não deve ser compreendida no sentido da depreciação de um grupo em relação ao outro. O meu aparente “tomar partido” para com os aposentados é parte da minha crítica ao elitismo da terceira idade, do ponto de vista ideológico, e não ao público predominantemente feminino que frequenta os respectivos programas.

facções de idosos representa o recorte de classes que perpassa a questão da velhice no Brasil. Aos “idosos” da elite, cabem programas educacionais, de lazer, arte, esporte, etc., muitos deles incentivados pelo Poder Público e alguns promovidos, até mesmo, pelas universidades públicas.<sup>67</sup> Aos “velhos”<sup>68</sup> da classe trabalhadora, que dependem, em grande medida, exclusivamente da renda de aposentadoria, o apoio do Estado é mínimo, haja vista as recentes políticas públicas da velhice (a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso), que têm na questão previdenciária o seu ponto mais frágil.<sup>69</sup>

Na verdade, as relações entre governo e terceira idade possuem um duplo sentido. De um lado, nota-se a tentativa do Estado de se livrar das obrigações para com a velhice, atribuindo esse dever à família e à sociedade. Tal atitude pode ser observada nas próprias políticas públicas específicas. A Política Nacional do Idoso (lei 8.842/94), por exemplo, afirma que: “*A família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida*” (art. 3º, parágrafo I). A título de observação, certamente não seria sem intenção o fato de a família e a sociedade estarem alocadas antes do Estado neste item da PNI. Estrategicamente, a lei dá a entender que a responsabilidade pelos idosos é, em primeiro lugar, da família – e não do Estado, como deveria ser. Conforme destaca Haddad (1986): “*O Estado busca mobilizar a família para que assuma o seu papel no processo de valorização dos idosos. Tendo como meta diminuir o custo social da manutenção dos idosos, estrategicamente dela se serve para que assuma os encargos que a ele caberia: transfere-lhe as obrigações*” (p. 85).

Tal estratégia mostra o desinteresse e a falta de compromisso do Estado para com a questão da velhice, quando o assunto envolve gastos com manutenção ou seguridade social (previdência, assistência e saúde). Por outro lado, ao ter consciência das vantagens políticas que poderiam resultar de uma aproximação estratégica com os idosos, o Leviatã, mais uma vez, mostra a sua face maquiavélica. Com o envelhecimento populacional e o conseqüente

---

<sup>67</sup> A Política Nacional do Idoso refere-se ao dever do Poder Público de incentivar e apoiar a implantação de universidades abertas à terceira idade. Cf. Lei 8.842/94, art. 10º, parágrafo III, item f.

<sup>68</sup> A distinção entre “idosos” e “velhos” é, como já discutimos no início desse trabalho, uma questão de classe social. Enquanto o velho é o velho pobre, que pertence à classe trabalhadora, o idoso é aquele membro das classes mais abastadas que renega a sua condição de velho, por considerá-la depreciativa. Essa atitude de negar a velhice é característica do ideário cultural da terceira idade. Sobre esse assunto, cf. Debert (2004).

<sup>69</sup> Sobre a fragilidade da questão previdenciária na Política Nacional do Idoso, cf. Santos (1998) ou Borges (2003). Sobre esse mesmo tema no Estatuto do Idoso, cf. o Estatuto do Idoso Comentado, da Câmara Municipal de Campinas, edição de 2004.



aumento do número de idosos na sociedade contemporânea, cresce, em paralelo, o interesse do Estado pela questão da velhice. Isso ocorre porque o grupo dos idosos começa a se tornar numericamente significativo e, portanto, interessante do ponto de vista político-eleitoral. De forma análoga ao processo de mercantilização da velhice que acompanhou a invenção da terceira idade, nota-se que essa mesma velhice é transformada, também, em “mercadoria política”, a ser usada segundo os interesses do Estado neoliberal.

Conforme mostra Simões (2003), a própria aposentadoria se tornaria um tema politicamente promissor em virtude do crescimento do contingente de aposentados e do surgimento de movimentos em defesa da aposentadoria e dos direitos dos idosos – como o movimento pelos 147% no governo Collor, na década de 1990 –, protagonizados pelas associações de aposentados de todo o país. Como vimos no capítulo 2, o que se chama de “mercado político” é a “venda” de propostas de políticas públicas e sociais para a população, principalmente em época de campanha eleitoral (mas não só nesta), no intuito de cooptar, com essa estratégia, o máximo de eleitores possível. Na medida em que a aposentadoria e os demais direitos ligados à velhice se tornam objetos de mobilização popular, integrando as demandas sociais de uma parcela considerável (e crescente) da população, o governo, os partidos e as demais organizações da sociedade civil passam a direcionar, cada vez mais, os seus investimentos em propaganda e planos de ação para esse segmento do mercado político.<sup>70</sup> Começa a se projetar, assim, um movimento social – ou, melhor dizendo, uma “rede de movimentos sociais”<sup>71</sup> – cuja bandeira de luta estaria centrada especificamente na questão da velhice.

---

<sup>70</sup> É bom lembrar que as promessas de investimentos em previdência e direitos dos idosos, aos quais me refiro aqui, são meramente propagandísticas, de campanha eleitoral, por parte dos governos e partidos, uma vez que, na prática, nota-se o enorme déficit financeiro dos cofres previdenciários e a fragilidade das recentes políticas públicas da velhice no que tange à aposentadoria. Cf. Ramos (2001).

<sup>71</sup> O conceito de “rede de movimentos sociais” é utilizado por autores como Scherer-Warren (2001) e Gohn (2000), constituindo uma tendência dos chamados “novos movimentos sociais”.

### 3.3. O idoso e a política no Brasil: as políticas públicas da velhice

#### *Política e “ação política”*

Na medida em que dizemos que as políticas públicas e sociais são o produto das demandas da sociedade e que se efetivam com o fim de supri-las, estamos afirmando indiretamente que o Estado, como instância representativa e administrativa da coletividade, funciona como uma arena (dinâmica) de lutas, sendo, portanto, mais do que um mero instrumento (estático) a serviço das classes dominantes.<sup>72</sup> Dessa forma, o direcionamento das políticas estatais vai depender do equilíbrio de forças verificado na disputa entre interesses divergentes de grupos e classes sociais. E, segundo essa lógica, as políticas sociais, que visam atender às necessidades da massa, representam – ou deveriam representar – o resultado da luta dos trabalhadores para fazer valer seus direitos. Na verdade, o surgimento da política social como instituição dependeu diretamente da pressão dos movimentos trabalhistas, uma vez que as ações do Estado voltadas para o social só passaram a existir via trabalho, ou seja, na medida em que o trabalho assalariado se transforma em instrumento de combate e reivindicação. Quando da minha participação como pesquisador/observador no Encontro Nacional de Idosos, promovido pelo SESC-Pompéia em São Paulo, em outubro de 2005, presenciei um episódio que me chamou a atenção e me fez refletir sobre o papel do Estado e da política. O prefeito de São Paulo na ocasião, José Serra, no discurso de abertura do Encontro, afirmou categoricamente, sem nenhum constrangimento, que: *“As autoridades políticas precisam ser pressionadas para agir, porque elas só agem sob pressão e nunca espontaneamente”*.

Isso mostra como, para o Estado, o social não é – e nunca foi – prioridade no direcionamento das políticas públicas. O dinheiro público é, geralmente, utilizado para outros fins, como, por exemplo, para contemplar interesses privados dos grupos de poder.<sup>73</sup> Conforme mostra Engels (2000), a existência do Estado como instituição é predeterminada pelo poder econômico das classes dominantes, que visam proteger (e expandir) a

---

<sup>72</sup> Acerca da idéia do Estado como uma arena de lutas, que é fundada na teoria política gramsciana, cf. o ensaio de Carlos Nelson Coutinho (1996) sobre marxismo e política.

<sup>73</sup> Dentre o que se denomina “grupos de poder”, pode-se citar os banqueiros nacionais e internacionais, os grandes empresários e mega-investidores, os latifundiários, etc.

propriedade privada, responsável pela origem e manutenção da desigualdade social no capitalismo. Dizer que o Estado só atende aos interesses da sociedade “sob pressão” implica afirmar, indiretamente, que o poder político não existe *para* o povo, mas *contra* ele. Como vimos no capítulo 2, Pierre Clastres (1990) mostra no seu ensaio intitulado *A sociedade contra o Estado* que, em certas sociedades indígenas tidas como “sem Estado”, a idéia de um poder estatal é considerada inaceitável por representar a injusta exploração de uns (poderosos) sobre os outros (desprovidos de poder). E tal condição seria inadmissível numa sociedade verdadeiramente igualitária.

É bom lembrar que, se a própria existência do Estado como instituição pressupõe, portanto, uma sociedade desigual e injusta, certamente não se poderia criar expectativas exageradas e ingênuas com relação às políticas estatais. Depositar em tais políticas (do Estado capitalista) a esperança de que resolvam as mazelas da exclusão social, que é gerada pela própria lógica do capitalismo, é isentar o atual sistema econômico da sua real responsabilidade na criação e reprodução da miséria social. Não estamos dizendo aqui que a política pública é inútil, mas somente que devemos olhar para ela de uma forma mais madura e consciente, levando em conta a verdadeira essência do Estado. Afirmar, por exemplo, que: “*O governo age de acordo com a vontade do povo*”, e que: “*Cabe ao povo e à sociedade se organizarem e mostrar ao governo o que e que áreas devem ser mais valorizadas*” (BARROS, 1999: 53), não é somente ter – e transmitir aos leitores – uma visão equivocada do fenômeno estatal, mas também atribuir ao Estado, demagogicamente, uma função que, na verdade, não lhe cabe, como seja: a de agir conforme a vontade do povo. Considerando que tal afirmação fora feita por um técnico do Ministério da Saúde – que, portanto, é um membro integrante da máquina do Estado –, não é de se estranhar que se isente o Poder Público da “culpa” pelo não-direcionamento das políticas para áreas que, visivelmente, são mais carentes de seguridade social e, portanto, da atenção estatal, como a velhice desamparada, por exemplo.

Se o Estado é uma instituição burocrático-racional – fundada, portanto, em características como capacidade de organização, gestão científica e previsibilidade de funcionamento –, conforme teoriza Max Weber (1991), por quê então seria necessário que o povo (sem organização) “mostrasse” a esse aparelho extremamente racional e organizado as áreas que mais necessitam de sua atenção? É algo no mínimo contraditório. E tal

contradição pode certamente ser explicada pela estratégia, típica do ideário neoliberal, de se individualizar (“privatizar” ou “despolitizar”) a “culpa” pelos problemas sociais. Com isso, transmite-se a idéia de que não é (mais) do Estado o dever (constitucional) de assistir os mais necessitados, mas que cabe à sociedade pressionar a máquina pública para que ela funcione. A “culpa”, portanto, passa a ser do povo que não se organiza e não se mobiliza, e não do Estado que não cumpre o seu dever determinado pela Constituição.

A adoção do modelo político neoliberal, que responsabiliza a sociedade e desresponsabiliza o Estado pelo direcionamento das políticas públicas, fez com que se proliferassem as organizações representativas da sociedade civil, cujo principal papel é o de reivindicar ações do Estado. Utilizando a concepção habermasiana, pode-se dizer que passa a ocorrer um “povoamento do mundo da vida” na medida em que se institucionalizam as práticas reivindicatórias da sociedade, dando uma nova configuração à chamada “esfera pública” (HABERMAS, 1984). Nesse sentido, é interessante perceber que a própria reivindicação ou ação política – chamada na democracia burguesa de “participação cidadã” – torna-se um “mercado” promissor para diversos tipos de organizações, caracterizadas pelo seu compromisso de “responsabilidade social” (MONTAÑO, 2003).

Sindicatos, partidos, organizações não-governamentais (ONGs), associações de diversas categorias e grupos, associações científicas, empresas privadas, enfim, uma infinidade de instituições da sociedade civil passam a se voltar para esse novo nicho de atuação, aberto pela lógica (absurda) da sociedade capitalista e sua estrutura política. Assim, a ação político-reivindicatória, que na verdade deveria ter a função de *romper* com essa lógica, passa a ser incorporada (ou “capturada”) por ela (GUATTARI, 1987).

É evidente que a “ação política” praticada pelas instituições representativas no atual contexto não ameaça mais a ordem do capital. As “armas de luta” e as estratégias de ação dessas instituições já são do conhecimento do Estado capitalista e das classes dominantes. É interessante – e diria até cômico – observar como o discurso socialista/marxista é utilizado hoje como propaganda político-eleitoral pelos chamados “partidos de esquerda” no Brasil, como o Partido dos Trabalhadores (PT) – caso mais popular e emblemático – e os demais partidos que se auto-denominam comunistas e socialistas, como o PTB, PCB, PC do B, PSOL, PSTU, etc. Tais partidos, que alegam representar a “causa operária” ou “trabalhista”, utilizam-se do ideário socialista como estratégia de marketing político, no

intuito de cooptar eleitores insatisfeitos com o sistema. Mas, na verdade, quando assumem o poder estatal – como ocorreu com o PT – reproduzem a mesma política neoliberal que vinha sendo praticada pelos partidos acusados de serem representantes da elite (de ideologia liberal e social-democrata), como o PSDB, PFL, PMDB, etc.<sup>74</sup>

Na conferência de abertura de um congresso sobre educação e marxismo, ocorrido em agosto de 2006, na UFPR em Curitiba,<sup>75</sup> o professor José Paulo Netto comentou achar engraçado e, ao mesmo tempo, preocupante o fato de livros tidos como altamente subversivos há trinta anos, como *O capital* e *O manifesto comunista*, de Karl Marx e F. Engels – obras de referência para o movimento socialista – serem vendidos hoje em shoppings e bancas de jornal. É impressionante como, no final do século XX, após a queda do Muro de Berlin e o fim da União Soviética, o socialismo e o marxismo foram rapidamente popularizados e, ao mesmo tempo, banalizados (e diria até satirizados) pela ideologia do capital e sua potente cultura de massas. Hoje, infelizmente, parece que as armas do socialismo (greves, mobilizações coletivas, passeatas, etc.), utilizadas pelos movimentos operários na conquista de direitos trabalhistas e sociais, tornaram-se fracas diante dos mecanismos de dominação do sistema capitalista (SADER, 2005).

Neste contexto, é necessário ter a clareza de que as políticas públicas que resultam da pressão da sociedade são o produto da ação de instituições burocratizadas e capturadas pelo sistema, que apesar de usarem um discurso (demagógico) de compromisso representativo ou responsabilidade social, tendem geralmente a privilegiar interesses corporativos. Conforme lembra Motta (1986), os sindicatos, partidos e demais organizações representativas de categorias e grupos sociais necessitam preservar sua imagem de comprometimento com a “causa” para que os “representados” ou filiados possam depositar nelas alguma credibilidade e mantê-las do ponto de vista financeiro (e ideológico/identitário). Esse “teatro” institucional que se observa no atual jogo político do neoliberalismo vai permear toda e qualquer “conquista” referente à obtenção de leis e políticas públicas específicas, como ocorreu na Política Nacional do Idoso e no Estatuto do Idoso.

---

<sup>74</sup> Sobre a continuidade da política neoliberal do governo FHC pelo governo do PT, cf. Sader (2003). É bom esclarecer que não se pretende fazer aqui nenhum juízo de valor acerca dos partidos citados como exemplo.

<sup>75</sup> Cf. site do evento: <http://www.educacao.ufpr.br/ebem/>. Consultado em 15/08/2006.

É a “lógica maquiavélica” do Leviatã servindo como modelo de funcionamento para as diversas instituições burocratizadas da sociedade civil (capitalista) organizada.

*Políticas da velhice ou da terceira idade?*

Dizer que as recentes políticas públicas e leis relativas à velhice são resultantes da ação de um “movimento social do idoso” implica afirmar que, diferentemente do que ocorreu com as políticas de aposentadoria – surgidas no início do século XX e derivadas das pressões dos movimentos operários –, atualmente se configuram formas de ação política que são especificamente relacionadas ao grupo social dos idosos, e não mais vinculadas à mobilização conjunta dos trabalhadores por direitos sociais e trabalhistas, *inclusive* o de aposentadoria e pensão. É interessante perceber como os “direitos da velhice” deixam de ser parte integrante dos direitos do trabalhador para se transformarem num conjunto de direitos que têm como pedra de toque a figura do idoso como cidadão e, principalmente, *consumidor* de produtos e serviços. A fragilidade dos artigos relativos à Previdência Social, tanto no Estatuto do Idoso quanto na Política Nacional do Idoso, e a ênfase dada ao acesso a serviços de transporte coletivo, cinemas, teatros e universidades abertas à terceira idade, por exemplo, revelam nitidamente a substituição do trabalhador como sujeito de direitos pelo cidadão como potencial consumidor.

Tal fato integra um fenômeno sociológico mais abrangente – característico da sociedade capitalista regida pelo neoliberalismo –, por meio do qual o consumo como ação e o consumidor como sujeito adquirem uma importância social exacerbada.

De acordo com Cocco (2001), o fenômeno da “primazia do consumo” verificado na sociedade contemporânea, denominada “pós-fordista”, é resultado das próprias transformações da antiga sociedade (fordista) centrada no trabalho assalariado. Atualmente, a nova dinâmica das relações de produção, decorrente das reestruturações produtivas, configura um modelo “menos estável” de emprego, bem como um novo tipo de trabalhador, com o trabalho material e manual sendo rapidamente substituído pelo trabalho imaterial e intelectual, em permanente transformação e atualização. Nessa nova realidade social, as identidades de produtor e de consumidor se confundem, uma vez que o trabalhador é, acima de tudo, também um consumidor. Contudo, a identidade social “mais

estável” e “segura” passa a ser a de consumidor e não mais a de trabalhador, como era no fordismo. O consumo passa a ocupar, então, o lugar do trabalho no processo de valoração e identificação social dos “indivíduos-cidadãos”. De acordo com essa lógica, tem maior importância e poder social (mas também econômico e político) aquele que consome mais.

Numa perspectiva semelhante à de Cocco, Carlos Montaña (2003) aponta as alterações no perfil do cidadão ocorridas no contexto neoliberal, em que, segundo ele, se observa uma cidadania: “*Cada vez mais ligada ao consumo no lugar do trabalho*” (p. 187). Tal processo é acompanhado de mudanças radicais na legislação trabalhista, como a “flexibilização” e a eliminação de direitos conquistados pelos trabalhadores, somadas a uma participação cada vez menor da sociedade nas decisões políticas. Isso quer dizer, acima de tudo, que o trabalho perdeu a força política que tinha no auge do movimento operário, devido à própria reestruturação do capital, pela qual se verificou o aumento do trabalho morto (automação) e, conseqüentemente, a redução da necessidade de trabalho vivo (força de trabalho humana). O desemprego estrutural resultante desse processo, somado à maior instabilidade de emprego decorrente dos novos contratos (flexíveis) de trabalho, fez com que aumentasse rapidamente o “exército industrial de reserva”, gerando uma massa crescente de mão-de-obra considerada supérflua. E é exatamente esse “exército de reserva” que, segundo o marxismo, dá forças ao capital no terreno da luta de classes, possibilitando o achatamento dos salários, fazendo aumentar a jornada de trabalho e a sua precarização, enfim, permitindo uma maior exploração dos trabalhadores e o desrespeito aos direitos conquistados (MARX, 1983).

Ao mesmo tempo em que o trabalhador se torna menos importante, por ser facilmente substituível, o poder de consumo de mercadorias e serviços passa a se projetar como o principal veículo de acesso aos bens sociais. Devido à privatização dos direitos ligados ao trabalho – processo característico do neoliberalismo, em que se verifica o desmonte do Estado de bem-estar –, só têm acesso, por exemplo, a uma saúde e educação de melhor qualidade aqueles que podem pagar por serviços particulares. O mesmo acontece com os programas artísticos e culturais, na maioria das vezes inacessíveis às classes de menor renda. Diante dessa realidade, não é difícil perceber porque se afirma hoje que a cidadania é determinada pelo consumo.

Na verdade, sabe-se que a própria idéia de cidadania sempre possuiu um caráter elitista (e de classe), uma vez que determinava – tanto na sua origem na Grécia quanto na sua “reinvenção” na França pós-Revolução Burguesa – a separação entre cidadãos e não-cidadãos. Quanto se diz que ela esteve ligada ao trabalho, isso ocorreu num determinado momento histórico, no qual se verificou a emergência dos movimentos operários e a obtenção de direitos sociais e trabalhistas (séculos XIX e XX). Portanto, nada há de muito novo nessa ligação entre cidadania e consumo, ou entre cidadania e classe social. Com o enfraquecimento do trabalho como veículo de luta e resistência política, a cidadania apenas “readquire” o seu viés excludente e classista. Se no passado somente quem tinha propriedade era considerado cidadão, hoje só é cidadão quem tem poder de consumo. Nota-se que os tempos mudaram, mas a lógica continua a mesma: as classes economicamente dominantes têm maior influência na vida política. O pobre (o aposentado, o trabalhador que recebe salário mínimo, etc.), mais uma vez, está excluído, tanto do acesso aos bens sociais quanto da participação efetiva na vida política.

Quando falo aqui de influência ou participação política, estou me referindo a uma participação real e efetiva do povo nas decisões políticas que lhe dizem respeito, e não à única (e bastante restrita) forma de participação existente na nossa sociedade “democrática”, que se resume ao direito de voto. Conforme destaca Dallari (1984), o direito de participação política existente hoje:

Não passa de mera formalidade, pois o direito de tomar as decisões mais importantes continua reservado a um pequeno número. Os sistemas eleitorais e os sistemas de governo são organizados de tal modo que só os que têm muito dinheiro ou que pertencem à cúpula de um grupo político muito poderoso é que vão para os cargos mais importantes e podem tomar decisões políticas de grandes conseqüências. Além disso, as principais decisões sempre são tomadas por pequenos grupos de pessoas, praticamente em segredo. Os banqueiros, os grandes empresários, os principais chefes militares e uns poucos dirigentes partidários conseguem influir sobre o que vai ser decidido, mas a grande maioria do povo só toma conhecimento do que já foi decidido e pesa muito pouco no processo de tomada de decisões. É preciso reconhecer que houve um considerável avanço, pois hoje são muito raras as Constituições que não afirmam a igualdade de direitos. Isso demonstra que já não existem condições para sustentar que a desigualdade é justa e que só uma elite privilegiada é que deve ter o direito de tomar as decisões de interesse da sociedade. Mas ainda está muito longe a plena igualdade de participação (p. 32).



Se o poder de influenciar nas decisões políticas depende da localização dos indivíduos na estrutura de classes sociais e se só os que pertencem à cúpula social e burocrático-organizacional têm a possibilidade de participar de tais decisões, então não restam dúvidas de que os velhos pobres – que vivem da renda de aposentadoria – foram excluídos do processo de elaboração das recentes políticas públicas e leis relacionadas à velhice no Brasil: a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso. E essa exclusão torna-se evidente quando observamos o teor elitista dos artigos de ambas as leis/políticas. O privilegiamento de aspectos relativos ao estilo de vida dos idosos pertencentes às classes mais abastadas (acesso a universidades da terceira idade, cinemas, teatros, atividades artísticas, etc.), contrasta nitidamente com o desprezo dado às questões socialmente mais urgentes (porque relacionadas a situações de miséria social), que afetam a vida dos idosos mais carentes, como o baixo poder de compra da aposentadoria e o alto índice de analfabetismo entre os maiores de sessenta anos. Ambos esses problemas não são contemplados pela Política Nacional e pelo Estatuto do Idoso.

Começemos por analisar os aspectos “elitistas” dessas leis/políticas.

O artigo 4º, parágrafo II da lei 8.842/94, Política Nacional do Idoso (PNI), diz que: *“Constituem diretrizes da PNI: a participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos”*. Aqui, é nítida a referência a uma forma de participação “capturada” pelo sistema (DELEUZE & GUATTARI, 2000), por estar sujeita à lógica institucional e burocrática de participação, ou seja: por meio das organizações representativas, não permitindo, na realidade, uma participação efetiva dos idosos como grupo social autônomo. De acordo com Motta (1986), a própria estrutura burocrática das organizações representativas anula o seu papel verdadeiramente “revolucionário” ou “democrático”, já que a burocracia em si mesma – como forma específica de gestão organizacional – reproduz a lógica desigual de poderes existente na sociedade capitalista, sendo inevitável a subordinação dos interesses coletivos (dos grupos “representados”) aos objetivos da cúpula institucional. A burocratização, na verdade, é o grande dilema da chamada representatividade institucional, sobre a qual se sustenta a nossa sociedade “democrática”. Para Bobbio (2000), enquanto as grandes burocracias das sociedades

moderna e contemporânea – o Estado, as grandes empresas, os partidos, os sindicatos, as universidades, etc. – não passarem por um processo de efetiva “democratização” (ou “desburocratização”) das suas estruturas e do seu funcionamento, a nossa democracia representativa permanecerá bastante limitada como veículo de participação política. É esse o principal entrave da democracia.<sup>76</sup>

Além da questão burocrático-institucional que é inerente à “causa do idoso” e à forma de “participação política” que lhe é característica, há também na PNI aspectos relativos ao corporativismo. No mesmo artigo 4º, parágrafo V, lê-se que constitui uma das diretrizes da PNI a: “*Capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços*”. O caráter corporativista presente na PNI é enfatizado também pelo parágrafo IX do mesmo artigo, segundo o qual o Estado deve garantir: “*Apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento*”. De acordo com Debert (2004), a geriatria e a gerontologia, como profissões e carreiras científicas ligadas à velhice, ainda necessitam se estabelecer e se afirmar na sociedade, exatamente pelo fato de serem ciências bastante novas, que surgiram “no vácuo” do envelhecimento populacional, fenômeno esse também recente e ainda pouco visível socialmente. Lopes (2000), analisando a trajetória da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), mostra que a gerontologia enfrenta uma dificuldade ainda maior para se estabelecer como carreira científica, por ser uma área multidisciplinar, que concilia ciências humanas e biológicas, diferentemente da geriatria, que é socialmente mais aceita pelo fato de ser uma especialidade médica.

Na verdade, esse caráter corporativista é inerente à lógica burocrático-institucional que acompanha o desenvolvimento das ciências e carreiras científicas desde a modernidade, momento histórico no qual a ciência cartesiana surge como instituição (DURANT, 1996). Além disso, para o marxismo, a ciência não é neutra, mas ideológica, uma vez que sua existência e desenvolvimento sempre foram predeterminados pelos interesses e visões de mundo das classes dominantes na sociedade (MARX & ENGELS, 1993).<sup>77</sup> O advento da

---

<sup>76</sup> Sobre o dilema da burocratização das instituições democrático-representativas, educacionais, científicas, etc., cf., dentre outros, Motta (1981) e Tragtenberg (1980).

<sup>77</sup> Também Habermas (1986) analisa o viés ideológico que acompanhou o desenvolvimento da ciência e da técnica na sociedade capitalista. Neste aspecto, sempre cabe a pergunta: por quê sempre se privilegiou as ciências exatas “funcionais” à economia capitalista, ou seja, as que se destinam ao aprimoramento da produção industrial?

geriatria e da gerontologia como áreas e carreiras científicas, portanto, interessa muito mais aos geriatras e gerontólogos e às suas instituições corporativistas do que propriamente aos velhos como sujeitos sócio-históricos, posto que o “problema social da velhice” (pobreza, miséria, exclusão, preconceito, abandono, etc.) não é só dos velhos como grupo social isolado, mas o resultado final da condição de exclusão vivida pelas classes exploradas por toda a vida e que apenas se exacerba na velhice (HADDAD, 1986).

#### *A questão da velhice e os conselhos de idosos*

No que se refere à organização e gestão da PNI, é de fundamental importância analisar o papel dos conselhos. O artigo 5º, por exemplo, diz que: “*Competirá ao órgão ministerial responsável pela assistência e promoção social a coordenação geral da PNI, com a participação dos conselhos nacionais, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso*”. O artigo 6º dá continuidade, afirmando que: “*Os conselhos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso serão órgãos permanentes, paritários e deliberativos, compostos por igual número de representantes dos órgãos e entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área*”. Também o artigo 7º trata dos conselhos: “*Compete aos conselhos de que trata o artigo anterior a formulação, supervisão e avaliação da PNI, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas*”.

Sabe-se que a experiência dos conselhos ao longo da história está relacionada a práticas de autogestão. Conforme destaca Maria da Glória Gohn (2003), a Comuna de Paris, os conselhos dos *soviets* russos e os conselhos de operários de Turim são exemplos de conselhos autogestionados que se popularizaram e ganharam notoriedade pelo seu pioneirismo. A Comuna de Paris, por exemplo, é considerada por muitos historiadores como sendo a primeira experiência de autogestão da história, na qual, no ano de 1871, conselhos de trabalhadores governaram a França por dois meses. Ao longo do século XX, os conselhos se popularizaram e passaram a integrar a estrutura da democracia representativa, atuando como instâncias de participação popular nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal. De acordo com Gohn (2003), os conselhos no atual

contexto são: *“Organismos de pressão da sociedade civil e atuam como lobbies de pressão, ou como estruturas auxiliares da administração pública”* (p. 70).

Os conselhos são uma inovação importante no que se refere à participação política e à gestão de políticas públicas dentro da nossa limitada democracia representativa. Ao atuarem como mediadores na relação entre Estado e sociedade, representam um canal de participação por meio do qual a população tem – ou teria, teoricamente – a oportunidade de expressar suas demandas e necessidades e de interferir no direcionamento das políticas públicas. Lembra Gohn (2003) que os conselhos: *“Estão inscritos na Constituição de 1988, e em outras leis do país, na qualidade de instrumentos de expressão, representação e participação da população”* (p. 83). Continua a autora, afirmando que: *“Os conselhos gestores são importantes porque são fruto de lutas e demandas populares e de pressões da sociedade civil pela redemocratização do país”* (p. 84). Mais adiante, contudo, a autora faz referência à ínfima (ou quase inexistente) participação da população nos conselhos, que se justificaria pela:

Falta de tradição participativa da sociedade civil em canais de gestão dos negócios públicos; a curta trajetória de vida desses conselhos e, portanto, a falta de exercício prático (ou até a sua inexistência); e ao desconhecimento, por parte da maioria da população, de suas possibilidades, deixando-se espaço livre para que eles [os conselhos] sejam ocupados e utilizados como mais um mecanismo da política das velhas elites, e não como um canal de expressão dos setores organizados da sociedade (p. 90).

Parece bastante contraditório o fato de que a própria sociedade tenha pressionado o Poder Público para que fosse aberto um canal de participação política, sendo que esta mesma sociedade não tem tradição participativa e nem faz uso desse canal que ela própria teria reivindicado, em grande parte por não conhecer nem mesmo as possibilidades de atuação inerentes ao funcionamento dos conselhos. Cabe aqui a seguinte pergunta: é possível reivindicar algo sem saber ao certo do que se trata? Parece mais coerente acreditar que os conselhos tenham sido reivindicados não pelo povo (enquanto expressão democrática da maioria), mas sim pelos integrantes da elite que fazem uso efetivo desse canal de participação, conforme a própria autora observa. Certamente, a população brasileira, mais uma vez na história, não teve (e não tem) a mínima noção dos fatos,

desconhecendo as oportunidades de participação abertas pelos conselhos e assistindo “bestializada” às “conquistas democráticas” atribuídas a ela, mas na realidade vindas “de cima”,<sup>78</sup> tal como ocorreu com a Proclamação da República, fenômeno analisado por José Murilo de Carvalho (1996) em *Os bestializados*. Nessa ocasião, conforme defende o autor, o povo do Rio de Janeiro nem sequer sabia do que se tratavam os acontecimentos referentes ao ato da Proclamação, caracterizando a transição para uma República “de fachada”, porque sem a participação popular, ou ainda, para uma “República que não foi”, utilizando a definição de José Murilo.

O mesmo simulacro se observa no atual contexto da vida política brasileira. As transformações “democráticas” são, em sua quase totalidade, decorrentes da pressão, não do povo, mas das próprias elites políticas e econômicas do país (e também do exterior), que irão se beneficiar diretamente com essas mudanças. O caso dos conselhos de idosos é emblemático. Se, por um lado, representam uma importante conquista “democrática”, permitindo o controle e a fiscalização “popular” das políticas nacionais, estaduais e municipais da velhice, por outro, no entanto, são espaços na realidade “pouco democratizados”, por serem compostos, em sua grande maioria, de técnicos e burocratas provenientes do aparelho de Estado e das organizações representativas da velhice, principalmente SESC, associações de aposentados e entidades de gerontologia/geriatria.

É curioso observar a pouca presença de idosos entre os membros dos conselhos. O Conselho Municipal do Idoso de Campinas/SP, por exemplo, teve como presidente na última gestão (2005 e 2006) uma assistente social de quarenta anos de idade – portanto bem jovem –, que ocupa um cargo na Prefeitura, mais especificamente na Secretaria de Assistência Social, Sub-Secretaria do Idoso. O novo presidente, responsável pela gestão 2006 e 2007, tem quarenta e oito anos e ocupa um cargo na Secretaria dos Transportes de Campinas. Dentre os membros do Conselho com direito a voto, estão integrantes de grupos da terceira idade, do SESC, da UNICAMP, de delegacias regionais e de associações de aposentados.

Nota-se, entretanto, que a população idosa de baixa renda – em outras palavras, o povo ou a massa não-institucionalizada, que não está ligada a nenhuma instituição

---

<sup>78</sup> Wanderley Guilherme dos Santos (1994) chama as conquistas democráticas ocorridas “de cima pra baixo” de “via prussiana”, fenômeno que revela a existência de uma “cidadania regulada”, uma forma parcial e incompleta de cidadania, que privilegia as elites em detrimento das classes subalternas.

representativa da categoria, organização privada ou burocrático-estatal – não participa das reuniões do Conselho. Em entrevista a nós concedida, a ex-presidente do Conselho Municipal do Idoso de Campinas explica que: *“Infelizmente, essa população de mais baixa renda, de menor poder aquisitivo... não tem o hábito da participação política, e são facilmente manuseadas e manobradas, eu acho isso”*. Quando questionada acerca do motivo dessa população não ter o “hábito da participação política”, ela responde o seguinte:

Por quê? Porque toda a discussão que o conselho tem feito é exatamente isso. Tanto é que toda a vida o conselho fez as conferências centralizadas, uma conferência vem 200 pessoas e tudo bem... Na minha gestão, foi a única gestão que fez conferência regionalizada, lá na ponta, com aquele idoso que nem levantava da cama, foi estimulado a participar da conferência pra pôr os anseios dele... o que é que está ruim pra ele lá na ponta, na saúde, educação... esse ano de conferência, a gente vai trabalhar conferência regionalizada, que é o perfil desse conselho, de ouvir o anseio da população.

De acordo com a presidente, o problema maior é a falta de educação política do povo brasileiro:

**Falta educação política!** Principalmente aos menos favorecidos e que estão à mercê da política popular. Eles não têm conhecimento que existe estatuto, eles não têm conhecimento que existe uma política nacional, eles não têm conhecimento que podem viajar de graça no ônibus e continuam pagando porque não tem um documento... nós trabalhamos com cidadania, nós trabalhamos com cidadania, com gente, com seres-humanos, independente do seu nível, grau, de poder aquisitivo e sócio familiar, ele tem o direito de vir aqui e expor as necessidades dele. O conselho é aberto, o edital é aberto, pode ver lá que os convidados e tal... porque em outros conselhos não pense que convidado fala como fala aqui não... não pode! Tem um conselho que eu participo que é a questão de liberação de recursos financeiro do município, que participa conselheiros e presidentes de outros conselhos nesse momento... é interessante que você veja a participação de outros presidentes. Mas não pense que tem a participação porque não tem... não fazem. Entendeu? Porque não tem essa discussão política.[Grifos nossos]

Para a entrevistada, também o passado marcado pela ditadura militar no Brasil, período no qual muitos idosos de hoje viveram a sua juventude e fase escolar, justificaria a “falta de tradição participativa” dos integrantes desse grupo social:

A política pública ela está posta e ela deveria estar acontecendo em um ritmo mais acelerado. Agora você imagina as pessoas, hoje, em 2006 que têm mais de 60 anos, qual a prática de participação desse idoso que nós temos hoje e qual vai ser a prática de participação que eu vou ter daqui a 30 anos? Quando serei uma idosa, sou uma futura idosa... se Deus quiser eu quero ser uma idosa. Então você tem que acompanhar também a leitura histórica dessa população, o ritmo histórico desses idosos... Você pegar, a época que eles viveram, a ditadura... antes da ditadura, tinha a censura política, tinha limitação na fala, prisões, você não tinha a acessibilidade de informações como você tem hoje, não tinha televisão, não tinha rádio... Você imagina hoje, com esses 110 idosos sendo que assim, a minoria, a minoria, teve a oportunidade hoje... você viu né... Desses poucos idosos que esteve aqui que teve condições... de 80 anos... vê... o processo educativo, educacional de 80 anos atrás... Quem podia fazer uma faculdade, quem podia estudar, quem ia fazer primário... Pega a política de 40 anos atrás, educacional, que as pessoas não tinham acesso à informação... As pessoas não podiam ter acesso... Pega 20 anos atrás, então você não pode fazer essa análise, sem fazer o link com o processo histórico do ser humano, da sociedade... né... Da família né... A família quem mandava em casa era o pai... Não tinha esse negocio de participação, eu vou lá e falo... Então, mesmo nas conferências você tem que instigar e nós criamos dinâmicas de grupo pro idoso poder participar... Porque senão você não tem a fala do idoso também... Mesmo você indo lá na ponta ouvir ele, você não tem a fala dele.

Segundo a ex-presidente, os idosos:

**Não foram educados politicamente, não foram educados pra falar, foram educados pra obedecer.** (...) É carência da própria educação e hoje ainda teremos cidadãos passivos, obedientes, que alguém tem que mandar fazer alguma coisa e que não sabe participar da construção coletiva né... porque, a construção coletiva tem a necessidade de todo mundo, e às vezes quando eu vejo esse tipo de ação do grupo [de membros do Conselho, que caracteriza uma ação de tipo corporativista], eu não sei se eles têm interesse de fato em ter uma sociedade idosa organizada, ou se querem manter a hegemonia do poder num pequeno grupo, mandando em todo mundo... por questões políticas, de família... tal, tal, tal... e só Deus sabe o que está por trás disso. [Grifos nossos]

Fica claro na fala da entrevistada o caráter elitista do Conselho, imprimido pelo perfil dos seus membros integrantes que, por representarem mais as instituições às quais pertencem do que propriamente os idosos como grupo social, assumem uma postura corporativista, dentro de um espaço que deveria ser utilizado para defender os interesses coletivos e não os objetivos particularistas de indivíduos e instituições. Além disso, é interessante perceber a referência feita pela ex-presidente à falta de educação política do

povo brasileiro, o que, para ela, seria determinante do baixo nível de participação dos idosos em canais como o Conselho do Idoso. A censura do período da ditadura militar teria cerceado a formação de pensamento crítico e a liberdade de ação militante da geração que hoje vive a velhice. A própria retirada do currículo escolar do Ensino Básico de disciplinas que estimulavam a conscientização humana e política, como a Sociologia e a Filosofia, contribuiu fortemente para que a geração de estudantes formados pela ditadura não assumisse uma postura militante e participativa, mas disciplinada, obediente e passiva. Os “corpos dóceis”<sup>79</sup> criados pela ditadura iriam compor uma massa de manobra política tão fácil de ser conduzida e manipulada ao bel prazer das elites que foi possível “redemocratizar” o país depois de vinte anos, sem que isso viesse a ameaçar a hegemonia das classes dominantes (DEMO, 1996).

### *Velhice, política e educação*

Nesse âmbito, merece uma maior atenção a nossa “educação despolitizada”, tida como a principal responsável pela passividade política do povo brasileiro. A ausência do que se poderia chamar de uma “educação política” de qualidade – que possa de fato dar conta de conscientizar os estudantes acerca do real funcionamento da política e, principalmente, dos mecanismos (ou artimanhas) de dominação utilizados pelo Estado e por outras instituições burocráticas da sociedade civil para preservar a hegemonia e os privilégios das classes dominantes, à custa da miséria e ignorância do povo – representa um problema a ser tratado com extrema urgência pelo nosso sistema educacional. Enquanto a farsa inerente à “política para o bem comum” não for desmascarada (ou desmitificada) e substituída por uma maior conscientização do povo acerca da perversidade do Leviatã, dificilmente será superada a “falta de tradição participativa” que está arraigada em nossa cultura política. Além disso, a exclusão dos idosos e adultos mais velhos do sistema educacional capitalista coloca em xeque a neutralidade da educação vigente, uma vez que mostra de maneira explícita a sua funcionalidade à esfera produtiva, que necessita

---

<sup>79</sup> Para uma melhor compreensão do conceito de “corpos dóceis”, cf. Foucault (1997). Segundo este autor, são “corpos dóceis” aqueles facilmente controlados e manipulados pelo sistema, por meio de suas instituições coercitivas – tal como as escolas, as prisões, as igrejas, a família e os manicômios, dentre outras –, e que se tornaram “dóceis” exatamente pela ação de (e pela submissão a) essas mesmas instituições.



constantemente de trabalhadores jovens e bem formados, mas descarta e exclui (“aposenta”) trabalhadores idosos considerados obsoletos e desnecessários para o sistema. Dessa forma, qual outro objetivo do atual sistema educacional senão o de formar mão-de-obra especializada e disciplinada para a produção de riquezas? Caso contrário, por que educar somente crianças e jovens e excluir os idosos e adultos mais velhos da agenda educacional? Eis um importante impasse a ser resolvido pela educação vigente, caso queiramos de fato evoluir na democracia e na justiça social (PERES, 2006).

É interessante notar como nos chamados “espaços de educação não-formal” (GOHN, 1999) podemos verificar – não raramente – a ocorrência de debates e discussões de um elevado teor crítico e conscientizador, envolvendo assuntos os mais diversos. Tais particularidades imprimem um caráter “educativo” a esses debates, não só pela diversidade e abrangência dos temas abordados, mas também pela *politização* inerente às discussões, características que faltam à nossa educação formal tecnicista e despolitizada.<sup>80</sup> Quando da realização da pesquisa de campo, tive a oportunidade de participar de alguns eventos promovidos por organizações representativas da velhice, cujos temas centrais envolviam questões relativas a políticas e direitos dos idosos. Dentre esses eventos, merecem destaque especialmente dois: O Encontro Nacional de Idosos, promovido pelo SESC/SP, e o Congresso Brasileiro de Aposentados, Pensionistas e Idosos, promovido pela COBAP.

O Encontro Nacional de Idosos, organizado pelo SESC, e ocorrido em outubro de 2005 em São Paulo, teve como pauta a “Avaliação e Perspectivas de Implementação do Estatuto do Idoso no Brasil”. Neste evento, que é anual, representantes de grupos de idosos de todo o Brasil apresentaram uma avaliação do impacto do Estatuto em áreas como Previdência, Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Lazer, Fiscalização das entidades de atendimento, Profissionalização e Trabalho, Crimes contra a Pessoa Idosa e Habitação. Reunindo um público composto principalmente de idosos de classe média, média alta e alta – perfil socioeconômico comum entre os integrantes dos programas para a terceira idade –, o Encontro contou com palestras sobre políticas públicas e direitos da

---

<sup>80</sup> O privilegiamento de conteúdos estanques relativos às ciências exatas funcionais à produção industrial capitalista, como Física, Química e Matemática (que são a base das engenharias), em detrimento de assuntos do domínio das ciências humanas e sociais (de cunho desalienante e conscientizador) – que geralmente são abordados por disciplinas como Sociologia, Política, Antropologia, Arte, Literatura, Psicologia, Direito e Filosofia –, torna o currículo da Educação Básica no Brasil essencialmente tecnicista e alienante, havendo nele pouco (ou nenhum) espaço para a reflexão crítica acerca da realidade social e humana, condicionada à lógica competitiva e exploratória do sistema capitalista. Cf. Aranha (1996).

velhice, realizadas por palestrantes muito bem qualificados e de formação diversa, como juízes, promotores, assistentes sociais, gerontólogos e sociólogos. De conteúdo altamente esclarecedor, os debates colocaram em xeque, dentre outras coisas, a incompetência do Estado de efetivar as políticas públicas da velhice e de cumprir as leis determinadas pelo Estatuto do Idoso, sendo que a quase totalidade dessas leis já constava da Constituição de 1988 e apenas foram reunidas na forma de um estatuto específico, tal como ocorreu com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além das palestras, o evento contou também com o depoimento dos grupos de idosos acerca das problemáticas discutidas, no intuito de enriquecer o debate e incentivar a participação do público nas discussões.

O Congresso Nacional de Aposentados, Pensionistas e Idosos, organizado pela Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (COBAP), e realizado em outubro de 2005 em Brasília-DF, teve como pauta a comemoração dos vinte anos de existência da COBAP e a eleição da nova presidência e diretoria da entidade. O evento reuniu mais de mil idosos de todo o país, filiados às associações de aposentados de diversos estados, as quais, por sua vez, foram representadas pelos seus respectivos presidentes. Contando com a presença de autoridades políticas, como ministros de Estado ou seus representantes (Previdência Social, Saúde, Trabalho, etc.), deputados e senadores e de burocratas estatais (como o Presidente do INSS), além de juízes, advogados e promotores, o Congresso pôde oferecer aos participantes a oportunidade de debater sobre temas relativos às políticas e leis da velhice, principalmente as relacionadas à aposentadoria. Merece destaque o forte teor crítico das discussões, que mesclaram palestras de autoridades e especialistas com mesas temáticas sobre políticas sociais, nas quais os grupos de aposentados se reuniam para debater entre si e apontar os principais problemas dessas políticas. Na verdade, esse caráter crítico e politizado que acompanhou os debates se justifica especialmente pela trajetória de vida do público participante, sendo que a maioria esteve envolvida com a militância sindical e partidária (de partidos trabalhistas, de “esquerda”). No entanto, é interessante – e ao mesmo tempo desalentador – perceber que essa admirável postura crítica e politizada dos aposentados militantes havia sido adquirida (ou “apreendida”) não na escola, mas na própria prática da militância, ou seja, na vida cotidiana. A escola, ao contrário, teria representado para esses idosos um período de vivência da disciplina e do controle burocrático-institucional, bem como da apreensão obrigatória de conteúdos “tecnicistas” e

“científicos”, funcionais à produção industrial capitalista e que, muitas vezes, podem ser considerados supérfluos para a vida em sociedade. Contudo, no que se refere à consciência política e à conscientização da opressão vivida sob o domínio do capital, a educação formal nada teria contribuído. Falha imperdoável a uma instituição que, pela sua essência educativa, deveria ter a função de *libertar* e não de oprimir.<sup>81</sup>

Sem dúvida, esses dois eventos aos quais me referi podem ser considerados como “espaços de educação não-formal”, na definição dada por Gohn (1999), constituindo oportunidade ímpar para a apreensão de conhecimentos essenciais acerca da vida política, das leis existentes, da opressão vivida na sociedade capitalista e da exclusão social que vitima a grande maioria do povo brasileiro, dentre os quais os idosos. É triste reconhecer, contudo, que a escola enquanto instituição não é capaz de conscientizar os estudantes sobre essas questões, formando gerações de “cidadãos” desprovidos de pensamento crítico, sem consciência dos seus direitos e politicamente alienados.<sup>82</sup> De uma forma geral, a ausência de uma educação política eficaz em nosso sistema escolar é um dos principais determinantes – senão o principal – da passividade ou “falta de tradição participativa da sociedade brasileira” apontada por Gohn (2003). Não representa nenhuma novidade dizer que essa alienação política que perpassa a educação escolar no Brasil é fruto do descaso dos nossos governantes, que nunca tiveram interesse em formar cidadãos críticos e conscientes. Pelo contrário, eles sabem que quanto maior for a ignorância do povo acerca do funcionamento (“maquiavélico”) da vida política, mais fácil será para o Leviatã manter a sua hegemonia, conduzindo suas estratégias de dominação e de opressão, fundamentadas em mitos políticos como o da atual democracia, que “vende” ao povo a idéia falaciosa e absurda de um Estado (capitalista neoliberal) que age de acordo com a vontade popular e existe em função dela.<sup>83</sup>

---

<sup>81</sup> Paulo Freire (2003) defende que uma “educação para a liberdade” só será possível quando essa mesma educação for capaz de conscientizar os estudantes sobre a condição de opressão vivida na sociedade capitalista; opressão essa que é exercida através de suas instituições coercitivas, dentre as quais a própria escola, caracterizada pelo controle disciplinar e pelo cerceamento da reflexão crítica autônoma e da ação política libertária. Em outras palavras, jamais haverá autonomia enquanto prevalecer no sistema educacional uma “pedagogia da opressão” ou “do oprimido”.

<sup>82</sup> De acordo com o Censo Educacional do MEC, realizado em 2003, mais de 90% dos estudantes que concluíram o Ensino Médio neste ano nunca tinham lido integralmente a Constituição de 1988 e mais da metade dos formandos não sabia da sua importância como Lei Maior. O mais impressionante, no entanto, é que quase 40% não sabiam nem sequer da sua existência.

<sup>83</sup> Sobre a democracia como mito político contemporâneo, cf. Cassirer (1976). Acerca da incompatibilidade essencial entre democracia e capitalismo, cf. Wood (2003).

Portanto, uma vez que, como dita o artigo 7º da Política Nacional do Idoso: “*Compete aos conselhos de que trata o artigo anterior a formulação, coordenação, supervisão e avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas*”, e considerando que tais conselhos, em virtude da “falta de tradição participativa do povo brasileiro”, são ocupados por técnicos, burocratas e idosos pertencentes às classes mais abastadas, há de se considerar que os velhos pobres, que vivem da aposentadoria do INSS (quando têm), ou necessitam continuar trabalhando para sobreviver, nem sonham com a possibilidade de existir uma política específica para a velhice, quanto mais em “formular, coordenar, supervisionar e avaliar” essa política. Isso soa como piada de mau gosto considerando a atual geração de idosos que “foi educada para obedecer e não para agir”, nas palavras da jovem assistente social, ex-presidente do Conselho Municipal do Idoso de Campinas. Além disso, cabe aqui a seguinte pergunta: quais condições intelectuais teriam para exercer a função de conselheiro – que, convenhamos, é de elevada responsabilidade técnica, envolvendo, dentre outros, conhecimentos de legislação e administração pública – os integrantes de um grupo social que tem aproximadamente 35% dos seus representantes em situação de analfabetismo?<sup>84</sup>

Diante desse quadro alarmante, é curioso notar como o analfabetismo entre os idosos é *completamente ignorado* tanto pela Política Nacional quanto pelo Estatuto do Idoso. No artigo 10º, parágrafo III da PNI, que diz respeito às ações governamentais na área de educação, observa-se que nenhuma referência é feita ao analfabetismo como um problema social grave e que necessita urgentemente de erradicação. As estratégias de ação se concentram em questões corporativistas e socialmente menos prioritárias, conforme se pode observar a seguir, na reprodução integral do artigo 10º, parágrafo III:

Na implementação da política nacional do idoso, são competências dos órgãos e entidades públicos (...) III. na área de educação: a) adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso; b) inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto; c) incluir a Gerontologia e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores; d) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento; e) desenvolver programas que

---

<sup>84</sup> O Censo 2000 do IBGE mostra que 34,6% da população brasileira maior de 60 anos são analfabetos.

adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições do idoso; f) apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber.

O Estatuto do Idoso, por sua vez, também não trata do problema do analfabetismo entre os idosos em nenhum dos itens referentes à educação, que integra o Capítulo V (artigos de 20 a 25). Vejamos o que diz, por exemplo, o artigo 20: “*O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade*”. Aqui, conforme se observa, há uma junção, que é vista também no próprio título do Capítulo V (“*Da educação, cultura, esporte e lazer*”), entre educação, lazer, cultura e esporte, com se fossem, todos, um único direito. Essa dissolução do direito à educação em meio a outros direitos parece ter a finalidade de ocultar a reduzida efetividade no que se refere às conquistas no âmbito educacional, obtidas pelo Estatuto. Longe de pretender menosprezar os outros direitos em questão (ao esporte, à cultura e ao lazer), acredito não haver discordância quanto ao caráter fundamental que reside na educação como veículo de cidadania. Sem acesso a programas de alfabetização ou educação fundamental, por exemplo, pouco se poderá usufruir a cultura, o lazer e mesmo o esporte, uma vez que a educação nesses níveis – iniciais e básicos – é indispensável para a compreensão mínima do universo cultural que nos cerca.

Também o artigo 21 é bastante ilustrativo:

O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

§ 1º – Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

§ 2º – Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais.

Nota-se que o artigo, em seu enunciado, parece, à primeira vista, ter alguma relação com o problema do analfabetismo entre os idosos, uma vez que se refere à garantia de acesso desses aos programas educacionais. No entanto, quando consideramos os parágrafos um e dois, percebemos que a intenção desse artigo passa longe da busca de soluções para esse preocupante problema social, centrado na relação (bastante problemática) entre velhice

e educação. A adaptação dos idosos ao mundo moderno e às tecnologias da informação, e o seu papel na transmissão cultural às novas gerações, têm, sem dúvida, uma importância indiscutível. No entanto, no único artigo do Estatuto que trata, efetivamente, do acesso dos idosos aos programas educacionais, dever-se-ia, ao menos, fazer menção à necessidade de erradicar o analfabetismo entre os integrantes desse grupo etário. Mesmo porque, o analfabetismo elimina qualquer possibilidade de integração a tecnologias de maior complexidade, como são as informacionais, bem como dificultaria sobremaneira a “transmissão de informações históricas às novas gerações”, uma “função” que é atribuída aos idosos pelo respectivo artigo, na tentativa aparente (e forçada) de dar-lhes uma importância social ou um “lugar” na sociedade que os exclui. Contudo, mais uma vez, não vemos também nesse artigo qualquer referência ao problema do analfabetismo.

Por outro lado, é interessante observar como, no artigo 22, coloca-se a necessidade de adequar os currículos escolares, com a inclusão de conteúdos referentes à velhice e ao envelhecimento, no intuito de reduzir o preconceito e a discriminação que acomete os idosos. Porém, não é levado em conta que a própria lógica do sistema educacional formal existente na sociedade capitalista é, por si só, excludente, uma vez que se concentra, efetivamente, na formação de crianças e jovens para o mercado de trabalho, relegando os idosos e adultos mais velhos ao esquecimento, por não interessarem mais ao processo produtivo. Basta ver como a própria carreira associada à educação formal em nossa sociedade – a Pedagogia – é denominada a partir da idéia de criança (*pédos*, em grego). Assim, voltamos a insistir na pergunta provocativa: por quê educar a criança e o jovem e não educar o idoso? (PERES, 2006).

Em outro sentido, o conhecido artigo 23 refere-se ao desconto de 50% dado aos com mais de 60 anos em eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer. Na verdade, essa medida tem caráter paliativo, uma vez que se fosse garantida uma renda justa de aposentadoria, não haveria a necessidade de “esmolas culturais”. Vejamos o depoimento de uma aposentada idosa acerca dessa questão: *“Sou aposentada e me mantenho exclusivamente com a merreca que recebo do INSS. (...) Se o idoso tivesse um benefício de acordo com o valor contribuído para a sua aposentadoria, não precisaria passar pelo constrangimento de esmolar uma sessão de cinema”*.<sup>85</sup> De fato, conforme mostra o

---

<sup>85</sup> Jornal *Correio Popular*, 30/03/2004. Correio do leitor. Primeiro caderno, pág. 2.

depoimento, soa como “esmola” os descontos em cinemas ou, ainda, a conhecida gratuidade nos transportes coletivos, pois fazendo isso o Estado foge da questão previdenciária, evitando aumentar os gastos com aposentadoria – que é um direito conquistado do trabalhador –, transferindo para a iniciativa privada (no caso, as empresas de cinemas, teatros ou transportes) a responsabilidade para com a questão da velhice.

O artigo 24, por sua vez, diz respeito aos meios de comunicação: “*Os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados aos idosos, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento*”. Sem dúvida, é necessário considerarmos o papel da mídia, principalmente da televisiva, como veículo de educação não-formal. Na verdade, não seria exagero dizer que os programas televisivos constituem hoje um dos principais – senão o principal – instrumentos educativos acessíveis à grande massa. De fato, temos que reconhecer que representa uma importante iniciativa a proposta de veicular conteúdos informativos referentes à velhice e ao envelhecimento, desde que fundados em bases científicas – principalmente gerontológicas, sociológicas e antropológicas –, no intuito de minimizar os preconceitos que afetam esse grupo social. Por outro lado, caso fossem veiculados conteúdos sem embasamento científico, que reproduzem o senso comum – o que, sem dúvida, seria bem mais fácil de ocorrer –, isso só faria aumentar o preconceito e a discriminação contra os idosos na sociedade. Além do mais, há de se perguntar como os próprios idosos teriam acesso às (e compreensão das) informações de base científica, a serem veiculadas pela imprensa televisiva e escrita (ou seja, jornais, revistas, livros, etc.), considerando que parte significativa desse grupo etário padece com o analfabetismo? É algo, no mínimo, contraditório.

Por fim, o artigo 25 merece atenção especial, por suscitar polêmica: “*O Poder Público apoiará e a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerando a natural redução da capacidade visual*”. Em sentido geral, pode-se dizer que a criação de universidades para idosos – ou seja, as chamadas universidades da terceira idade (UNATI) –, que é apontada também pela PNI<sup>86</sup>, carrega um grande paradoxo. É, sem dúvida, bastante questionável a criação de “universidades para

---

<sup>86</sup> Lei 8.842/94, art. 10º, parágrafo III, item f.

idosos” num país em que quase 35% da população com mais de 60 anos são analfabetos. A mesma crítica vale ao incentivo do Estado para a publicação de livros e periódicos apropriados para os idosos. Sobre isso, pergunta-se: qual a real importância dessas publicações para o considerável contingente de velhos que não sabem ler?

Nota-se, assim, o caráter elitista das próprias UNATI, como também o caráter paliativo das leis referentes à educação, contidas no Estatuto do Idoso e na PNI, que omitem o problema social mais grave e urgente contido na relação entre velhice e educação, qual seja: o alto índice de analfabetismo existente entre os maiores de 60 anos no Brasil.

#### *A velhice e a questão previdenciária*

Aliás, conforme constatou Vieira (1987) ao analisar as políticas sociais do Governo brasileiro desde a época de Getúlio Vargas até a de Ernesto Geisel, sempre constituiu tendência comum entre as políticas públicas o fato de serem formuladas sem que houvesse uma consulta prévia da população beneficiária dessas políticas, acerca das suas reais e mais urgentes necessidades. Percebe-se, contudo, que essa mesma tendência ainda permanece nas recentes políticas públicas e leis específicas, pelo menos no que se refere à questão da velhice. Além do fato de o problema do analfabetismo entre os idosos ser completamente ignorado pela PNI e pelo Estatuto do Idoso – o que, por si só, já mostraria a pouca efetividade dessas políticas no atendimento de carências sociais prioritárias –, também no âmbito da Previdência Social podemos observar a omissão do Governo. Ao se analisar os artigos referentes à aposentadoria, tanto na PNI quanto no Estatuto do Idoso, pode-se facilmente constatar que este é um dos itens mais frágeis de ambas as políticas/leis. E tal fragilidade se torna visível, primeiramente, pelo reduzido número de itens (apenas três) que constam do artigo 10º, parágrafo IV, da PNI, ou seja, aquele que trata da área de trabalho e previdência social. Além disso, é possível perceber que, desses três itens, apenas dois são dedicados de fato à questão previdenciária, não acrescentando, na realidade, qualquer mudança na situação financeira precária vivida pela grande maioria dos aposentados. Isso porque tais itens tratam apenas de aspectos supérfluos ou secundários, como o estímulo a programas de preparação para a aposentadoria, e muito vagos, como a priorização do



atendimento ao idoso nos benefícios previdenciários. Nem tocam, entretanto, em questões-chave, como a precariedade dos rendimentos pagos pela Previdência ou a perda progressiva do poder de compra das aposentadorias.<sup>87</sup> Vejamos o que diz o parágrafo na íntegra:

Artigo 10 – Na implementação da política nacional do idoso, são competências dos órgãos e entidades públicos: (...) parágrafo IV: da área de trabalho e previdência social: a) garantir mecanismos que impeçam a discriminação do idoso quanto a sua participação no mercado de trabalho, no setor público e privado; b) priorizar o atendimento do idoso nos benefícios previdenciários; c) criar e estimular a manutenção de programas de preparação para aposentadoria nos setores público e privado com antecedência mínima de dois anos antes do afastamento.

O item “a” do artigo 10, parágrafo IV é o único tópico da lei 8.842/94 que trata da relação entre velhice e trabalho, referindo-se especificamente à discriminação sofrida pelos idosos no mercado de trabalho. É interessante perceber como a PNI praticamente ignora a questão do trabalho na velhice, não tratando em nenhum momento acerca da necessidade que muitos aposentados têm de continuar trabalhando, em virtude da precariedade dos benefícios que recebem da Previdência, fenômeno esse cada dia mais comum em nossa sociedade (CAMARANO, 1999; PEIXOTO, 2004). Por outro lado, ao se referir à discriminação dos idosos no mercado de trabalho, a PNI afirma que é preciso criar mecanismos que impeçam essa discriminação. Contudo, não se considera o fato de que é a própria lógica excludente da sociedade capitalista, cuja essência está na esfera produtiva, a principal responsável pela exclusão ou discriminação não só dos trabalhadores idosos, mas de todos aqueles que são considerados menos importantes, desnecessários ou dispensáveis pelo capital (tais como os portadores de necessidades especiais, analfabetos, negros e afrodescendentes, indígenas, mulheres, homossexuais, jovens “sem experiência”, dentre outros). Conforme já mostramos no Capítulo 1, as transformações decorrentes da modernização (Revolução Industrial) e reestruturação (automação) dos processos produtivos geradores de riqueza contribuiriam sobremaneira para que os trabalhadores idosos – considerados improdutivos, lentos e obsoletos – tivessem cada vez menos espaço

---

<sup>87</sup> Conforme explica Ramos (2001), por não haver paridade, o reajuste dos rendimentos de aposentadoria superiores a um salário nunca acompanham o aumento real do salário mínimo, provocando a perda rápida e progressiva do poder de compra dos benefícios. Por exemplo, os aposentados que pagaram na ativa o equivalente a dez salários se aposentam com esse valor mensal, mas logo passam a ter seus rendimentos defasados, vindo a receber ao longo do tempo até menos da metade do valor para o qual contribuíram.

no mercado de trabalho. Essas transformações teriam determinado a formação de culturas organizacionais pouco favoráveis ao trabalho dos idosos, uma vez que fundadas em valores culturais e profissionais associados à juventude, como precisão, atualização, agilidade, dinamismo, etc. (cf. PERES, 2002; 2003; e 2004).

No que se refere ao item “b” do parágrafo IV, nota-se que é bastante vago e contraditório. Não se sabe ao certo o que a PNI quis dizer com “priorizar o atendimento do idoso nos benefícios previdenciários”. Isso pode sugerir, por exemplo, que o idoso de fato ainda não desfruta dessa prioridade nos benefícios que se destinam quase que exclusivamente a ele. O que, convenhamos, não seria nada incomum, dado ser freqüente o desvio de verbas da Previdência para outros fins que não o pagamento dos benefícios.<sup>88</sup> Neste sentido, é possível se colocar em xeque a suposta crise da Previdência, provocada pelo envelhecimento populacional, pela queda da taxa de fecundidade, pela elevação do salário mínimo e pela sucessão de aposentadorias precoces. A idéia de uma falência histórica do Sistema Previdenciário é propagada pelo Estado desde o início da década de 1980, numa estratégia maquiavélica que visa privilegiar interesses particulares. É o que defende Denise Gentil (2005) em sua tese de doutorado intitulada *A falsa crise do sistema de Seguridade Social no Brasil*. Segundo a pesquisadora, há uma considerável distorção entre o que é divulgado à população pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e o que realmente pode ser constatado por especialistas em relação ao financiamento previdenciário. A autora sustenta que existem fortes interesses econômicos empenhados em propagar a idéia de que há um déficit crônico na Previdência que, concretamente, não existe. O verdadeiro resultado final da Previdência Social envolve receitas que não foram consideradas, e que, se calculadas, chegam a um saldo positivo de R\$ 8,2 bilhões. Este saldo acaba sendo apropriado pela política econômica de manutenção de superávits primários, adotada pelas correntes ortodoxas de gestão que ocupam o Banco Central. Todos os grandes proprietários de títulos públicos do governo acabam sendo os beneficiários diretos desse déficit artificial, pois são favorecidos pela política de juros altos.

---

<sup>88</sup> Dentre esses fins, destaca-se principalmente o privilegiamento de grandes proprietários de títulos públicos do governo, conforme é mostrado pela pesquisa de Gentil (2005), além do financiamento de campanhas eleitorais para reeleição (freqüentemente com o uso da máquina do Estado), para a construção de obras públicas eleitoreiras e para o pagamento de dívidas do governo com o capital internacional.

Diante desses dados, acaba soando como piada a proposta da Lei 8.842/94 de priorizar o idoso nos benefícios previdenciários. A verdade é que, tratando de aspectos vagos e de difícil compreensão para a população leiga – tal como ocorre no item “b” do artigo em questão –, a política pública desenvolvida pelo Estado capitalista neoliberal procura estrategicamente escamotear e se esquivar de tudo aquilo que remete à contradição entre capital e trabalho. A questão previdenciária é um exemplo. Decorrente das lutas dos trabalhadores por direitos sociais e trabalhistas, a aposentadoria sempre foi vista com precaução e antipatia pelo Estado capitalista e pelas classes dominantes. Em termos gerais, o direito à aposentadoria pública pode ser tido como uma das vitórias do trabalho sobre o capital (juntamente com o direito a férias, 13º salário, pagamento de horas extras, etc.), por representar a remuneração vitalícia por um tempo de não-trabalho, ou “improdutivo”, sob a ótica do capital. A estratégia pela qual o Estado foge dos seus deveres constitucionais para com o social é característica da política neoliberal, cujo principal objetivo consiste em desmontar, *via mercado*, os direitos sociais que foram conquistados *via trabalho*, privatizando-os. É dessa forma que se abre espaço para o surgimento de planos privados de aposentadoria, que se sustentam na suposta falência do Sistema Previdenciário público para justificar sua necessidade, substituindo aos poucos a “questão previdenciária”, socialmente conflituosa e politicamente desgastante, por um “mercado previdenciário”, mais interessante e lucrativo do ponto de vista do capital.

Neste ínterim, conforme mostra Montaño (2003), o novo tratamento dado à questão social no contexto do neoliberalismo tem por princípios básicos a *privatização* (ou “desestatização”, por meio da transferência de responsabilidades para um “terceiro setor”, composto por organizações da sociedade civil) e a *mercantilização* (ou comercialização) de tudo o que está relacionado ao conflito entre capital e trabalho, principalmente os direitos conquistados.

Quanto ao item “c”, cumpre destacar que os programas de preparação à aposentadoria (PPAs), conforme mostra Stucchi (1994), destinam-se quase que exclusivamente a trabalhadores de empresas de grande porte, nacionais e multinacionais, ou, ainda, a funcionários públicos ou de empresas estatais. Visam, portanto, atender a um público seletivo de profissionais de classe média, que, pela lógica desses programas, necessitam de auxílio para se adaptar às mudanças trazidas pela aposentadoria,

principalmente no que se refere à passagem da “vida ativa” para a “inatividade”. Salienta Stucchi (2003) que:

Esses programas caracterizam-se por transformar o significado da velhice de algo negativo em um momento potencialmente positivo e da aposentadoria em uma decisão individual do trabalhador. (...) É objetivo expresso do PPA demonstrar a possibilidade da vivência coletiva positiva e satisfatória dessa nova fase da vida que é a aposentadoria (p. 37).

A aposentadoria é encarada dentro do imaginário dos PPAs como uma identidade negativa da velhice. Assim, a idéia de inatividade que acompanha essa fase da vida torna a experiência do envelhecimento essencialmente depreciativa numa sociedade centrada nas ideologias do trabalho e da produtividade. De acordo com Stucchi (2003):

Mais do que um direito, a aposentadoria, nas empresas que adotam os PPAs, é vista como uma **violência** contra o trabalhador de mais idade. Os programas propõem-se a preparar os trabalhadores mais velhos para uma nova etapa da vida, que deveria contemplar o planejamento do momento adequado para o abandono da vida produtiva na empresa. Esse planejamento, quando feito de maneira correta, pode transformar a violência em **prêmio**, propiciando ao aposentado uma nova experiência, um momento privilegiado para a realização e a satisfação pessoal (p. 37).  
[Grifos nossos]

É interessante observar que a autora se refere à aposentadoria, da forma como ela é compreendida pelo ideário dos PPAs, ou como uma “violência” ou como um “prêmio”, destacando que tais imagens se sobrepõem à noção de aposentadoria como um *direito conquistado*. Deste modo, os PPAs, enquanto instrumentos reprodutores da ideologia do capital, contribuem para alienar ainda mais os trabalhadores acerca da condição de exploração vivida na sociedade capitalista. Conforme é mostrado por Santos (1990), as crises de identidade e de personalidade que atingem principalmente trabalhadores de classe média (os conhecidos “profissionais especializados”) na transição para a aposentadoria resultam da enorme importância que adquiriu hoje o trabalho assalariado na formação da identidade pessoal. Neste processo, em que a identidade pessoal passa a se fundir com a profissional, ocorrem sérios conflitos no momento em que esta última se desvanece em razão da aposentadoria. Witzak (2003), analisando as múltiplas vivências do tempo livre pelos aposentados, verifica uma tendência comum, principalmente entre os homens: a

dificuldade de se desvencilhar do papel profissional assumido ao longo da vida. Por terem vivido desde a infância uma constante rotina – primeiro da escola e depois do trabalho –, os aposentados não sabem o que fazer com a suposta (ou aparente) “liberdade” trazida pela aposentadoria. Conforme observa o autor, a ausência de obrigações profissionais ou educacionais desperta nestes sujeitos sentimentos de “culpa” ou “vazio”, um “estar à toa” enquanto “todos trabalham” (ou estudam). A verdade é que não aprenderam a ser livres numa sociedade em que não há espaço para a vivência da liberdade (FREIRE, 2000).

É em virtude do condicionamento ao controle e à disciplina, fenômeno característico da sociedade capitalista,<sup>89</sup> que a aposentadoria é vista por muitos como “castigo” ou “violência”. A “morte” da identidade profissional é encarada, neste caso, como uma mutilação da personalidade individual, que se estruturou consideravelmente em função do trabalho e da profissão (SANTOS, 1990). A incapacidade dos indivíduos de perceber o próprio condicionamento – incapacidade esta gerada pela alienação ou “falta de consciência” da realidade, um dos principais instrumentos do capital para a manutenção da ordem e com o qual a nossa educação formal, tecnicista e despolitizada, contribui decisivamente – impede que estes encontrem algum sentido numa vida “sem trabalho”, ou “improdutiva”. Por outro lado, o “prêmio” que a aposentadoria pode representar está relacionado com a possibilidade de vivenciar novas experiências ou colocar em prática “projetos de vida” que ainda não puderam ser realizados em função das obrigações profissionais. Agora, com o indivíduo (aparentemente) livre, o “sonho” adiado tornar-se-ia possível. Contudo, é justamente nesta fase que o condicionamento e a alienação vivenciados ao longo da vida irão se revelar da forma mais intensa e dolorosa, ou seja: nas crises de identidade, na depressão e na incapacidade dos indivíduos de viverem a liberdade após a aposentadoria.<sup>90</sup>

Além disso, a possibilidade de desfrutar do relativo tempo livre na aposentadoria depende principalmente das condições econômicas (ou de classe social) dos que se aposentam. É por isso que grande parte dos aposentados necessita continuar trabalhando em

---

<sup>89</sup> Acerca da disciplina e do controle institucionais como recursos estratégicos da dominação capitalista, ver os trabalhos de Guattari (1987), Tragenberg (1980) ou Motta (1981).

<sup>90</sup> Sobre as crises de identidade na aposentadoria, cf. Santos (1990). Sobre a dificuldade dos aposentados de se desvincularem dos papéis profissionais assumidos ao longo da vida, cf. Witczak (2003).

virtude do valor reduzido dos benefícios previdenciários. Conforme mostra a pesquisa de Ana Amélia Camarano (1999):

Parte expressiva da PEA idosa de 1997 era composta de pessoas já aposentadas. O fato de o aposentado voltar ao mercado de trabalho é bem característico da sociedade brasileira. Em relação a outros países, essa é uma situação bastante esdrúxula, traduzida até em termos semânticos. Por exemplo, em várias línguas aposentadoria quer dizer retiro. No caso da PEA masculina, apenas 45,6% não eram aposentados; os restantes 54,4% eram constituídos por aposentados que continuaram trabalhando (p. 52).

Peixoto (2004) também analisa o fenômeno do trabalho no pós-aposentadoria, que se torna a cada dia mais comum em nossa sociedade. A maior expectativa de vida da população, aliada ao crescente empobrecimento e à perda de direitos da classe trabalhadora despontam como as principais causas desse fenômeno. Onde estaria, portanto, a liberdade para esses aposentados que trabalham? A aposentadoria nestas condições não é vista como “prêmio” e muito menos como “violência” – tal qual é disseminado entre os profissionais de classe média pelos PPAs –, mas acima de tudo como uma renda garantida por direito e destinada à sobrevivência dos idosos e de suas famílias, que não raro é insuficiente e precisa ser complementada com outras fontes.<sup>91</sup>

As duas visões acerca da aposentadoria propagadas pelo ideário dos PPAs, a negativa (que a concebe como castigo ou violência) e a positiva (que a vê como prêmio), mostram claramente como a noção de direito é distorcida e mal compreendida em nossa sociedade. O próprio nome por meio do qual os rendimentos de aposentadoria são comumente conhecidos (“benefícios”), e que raramente é contestado ou questionado, revela a grande dificuldade de se distinguir um direito conquistado de um benefício concedido como favor. Raramente se tem noção – ou consciência –, por exemplo, de que qualquer direito ligado ao trabalho representa uma redução, mesmo que ínfima, do nível de exploração imposto aos trabalhadores pelo capital. A conquista de um direito trabalhista ou social como a aposentadoria simboliza, assim, uma “oscilação do pêndulo” a favor dos

---

<sup>91</sup> Conforme mostram Camarano (1999) e Peixoto (2004), é crescente a proporção de idosos aposentados que têm assumido o papel de provedores principais de suas famílias. A pesquisa de Camarano, por exemplo, mostrou que: “A grande maioria deste segmento populacional, 63,2%, foi classificada como pessoa de referência em 1997” (p. 41).

explorados no conflito entre capital e trabalho que é característico da sociedade capitalista. É uma evolução importante enquanto a revolução total ainda não é possível.<sup>92</sup> É por isso que a “consciência de classe”, para Lukács (1989), é tida como a base fundamental de todo e qualquer processo revolucionário que vise acima de tudo libertar os indivíduos da dominação política e econômica a que estão submetidos. E essa consciência (ou conscientização) da opressão e da exploração vividas sob a ordem do capital, conforme é defendido por Paulo Freire (2000), só seria possível através de uma efetiva *educação libertadora* e verdadeiramente *conscientizadora*, da qual o nosso atual modelo educacional está a anos-luz de distância, contribuindo mais para alienar do que para conscientizar (cf. ARANHA, 1996; GENTILI & FRIGOTTO, 2001).

Dessa forma, torna-se inevitável questionar qual a validade, por exemplo, de um Estatuto do Idoso numa sociedade desprovida de mecanismos eficazes de conscientização acerca dos direitos existentes. Se nem mesmo a Constituição Federal é ensinada integralmente nas escolas, o que dizer então de estatutos específicos? Assim sendo, há necessidade de sermos realistas. Enquanto não houver a incorporação de conteúdos curriculares que dêem conta de tratar das leis e dos direitos de maneira crítica e abrangente, não será possível em nossa sociedade atingir o “respeito ao idoso como pessoa humana e sujeito de direitos”, tal como quer o Estatuto do Idoso. Além disso, há outra grande contradição: como um estatuto que pretende se projetar como veículo de emancipação para os idosos pode ter nos artigos referentes à Previdência Social o seu ponto mais fraco? Especialistas têm apontado essa falha “imperdoável” do Estatuto. Vejamos o que diz, por exemplo, acerca dessa questão, Luiz Faria e Souza (2004), advogado e professor universitário de Direito Constitucional: “[O Estatuto do Idoso] foi tímido no Capítulo VII (Previdência Social), pois não incluiu medidas salariais que viessem suavizar o dia a dia do aposentado idoso” (p. 08).

De fato, quando observamos os artigos do Estatuto (Lei 10.741/03) relacionados à aposentadoria notamos facilmente a fragilidade contida neles, bem como a contradição entre a lei na teoria e o seu cumprimento e efetivação na prática. O artigo 29, por exemplo, diz que: “Os benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral da Previdência Social

---

<sup>92</sup> Carlos Nelson Coutinho (1996) chama de “guerra de posições” a essa evolução gradual e lenta da “luta pela hegemonia”, que ocorre por meio da conquista progressiva de direitos pela classe trabalhadora.

*observarão, na sua concessão, critérios de cálculo que preservem o valor real dos salários sobre os quais incidiram contribuição, nos termos da legislação vigente”*. Sabemos que, na realidade, a preservação do valor real dos salários não ocorre na aposentadoria. Conforme mostra Gentil (2005), os aumentos dos benefícios que excedem o valor mensal de um salário mínimo nunca acompanham a mesma porcentagem de aumento do salário mínimo, sendo sempre inferior. Há, inevitavelmente, uma perda crescente e progressiva no valor desses benefícios, que tendem, com o passar dos anos, a se aproximar do piso, ou seja, de um salário mínimo. Dessa forma, o Governo figura como o principal descumpridor do Estatuto do Idoso, infligindo o artigo 29 ao não conceder a mesma porcentagem de aumento do salário mínimo aos aposentados que recebem mais de um salário.

A “Carta aberta à nação – Avaliação e perspectivas do Estatuto do Idoso”, elaborada pelo SESC/SP a partir do Encontro Nacional de Idosos de outubro de 2005, observa que:

O sistema previdenciário é um verdadeiro pesadelo para os trabalhadores, aposentados e pensionistas. Ao contrário do que a Constituição e a Lei de Benefícios dispõem, não se aplica a política de reajuste que garanta a manutenção do valor real dos salários iniciais, já defasados em relação à renda do emprego. Isto provoca o empobrecimento progressivo dos aposentados e pensionistas e, por sua vez, gera a perda da auto-estima, o desrespeito familiar e social e a diminuição da qualidade de vida (SESC/SP, 2005: p. 11).

Note-se que a política de reajuste que garante a manutenção do valor real dos salários iniciais das aposentadorias já consta da Constituição de 1988 e da Lei de Benefícios. Portanto, não é algo novo, trazido pelo Estatuto do Idoso, mas bem anterior a ele. Aliás, é importante destacar que a quase totalidade das leis que constam deste Estatuto já está presente na Constituição Federal. A única novidade, de fato, foi a iniciativa de reuni-las na forma de um estatuto específico da velhice (SESC/SP, 2005). Por isso, é bastante provável que a imagem de “lei nova” e a grande popularidade que acompanharam o Estatuto desde o seu surgimento em 2003, deveram-se, principalmente, ao próprio desconhecimento da nossa Lei Maior pela população brasileira. Este fato infelizmente mostra (ou reafirma) o despreparo do nosso povo para lidar com questões relativas à vida política, bem como a sua vulnerabilidade (ou falta de consciência crítica) diante das estratégias de marketing político e autopromoção utilizadas pelo Estado, que precisa



constantemente justificar e reafirmar perante a sociedade a sua imagem *mitológica* e *falaciosa* de instituição representativa do povo (CASSIRER, 1976).

No que se refere aos artigos 30 e 31, percebe-se que tratam de aspectos secundários ou bem menos urgentes do que a necessidade de elevação do nível de renda dos aposentados. O artigo 30, por exemplo, diz o seguinte: “*A perda da condição de segurado não será considerada para a concessão da aposentadoria por idade, desde que a pessoa conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data de requerimento do benefício*”. Quanto ao artigo 31, este afirma que:

O pagamento de parcelas relativas a benefícios, efetuado com atraso por responsabilidade da Previdência Social, será atualizado pelo mesmo índice utilizado para os reajustes dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, verificado no período compreendido entre o mês que deveria ter sido pago e o mês do efetivo pagamento.

Com essa visível fragilidade e com ênfase excessiva em aspectos secundários, somadas ao desprezo pelos problemas fundamentais e mais urgentes de uma velhice empobrecida, é necessário reconhecer que o Estatuto do Idoso não trouxe nenhuma evolução significativa referente à questão previdenciária. Apenas reuniu leis que já existiam e contribuiu para tornar pública a questão da velhice na sociedade brasileira. No entanto, colocou em evidência o oportunismo e o corporativismo político e organizacional, seja do próprio Estado, seja de partidos ou personalidades do cenário político, ou ainda de organizações representativas da velhice, que souberam usar o Estatuto do Idoso como uma oportunidade de autopromoção perante a sociedade, procurando, dessa forma, projetar-se como defensores da “causa” do idoso. O Estatuto, assim como a Política Nacional do Idoso, representam, antes de mais nada, o resultado direto das articulações de um hipotético “movimento social do idoso”, que vem sendo protagonizado desde a década de 1980 no Brasil, não pelo idoso como sujeito autônomo, mas pelas organizações representativas da velhice, por técnicos e políticos, que objetivam acima de tudo se estabelecer e se reafirmar na condição de defensores legítimos do grupo social dos idosos (NERI, 2003).

Na verdade, o uso de leis, estatutos e políticas públicas e sociais como estratégias de autopromoção do Estado, de partidos, sindicatos e organizações da sociedade civil é parte integrante do simulacro institucional que se observa na nossa “sociedade democrática”, onde as instituições que dizem defender o “bem comum” ou de grupos sociais específicos

visam, na verdade, privilegiar interesses privados e institucionais/corporativistas. O fenômeno da burocratização das instituições, principalmente das “representativas”, constitui, portanto, o principal entrave a ser superado em qualquer caminho que pretenda, verdadeiramente, levar a uma sociedade mais justa e igualitária (MOTTA, 1986). E a conscientização do povo acerca do *mito da representatividade*, sobre o qual tais instituições se assentam, e por meio do qual preservam e justificam a sua existência, consiste no primeiro, mais urgente e fundamental passo a ser dado neste caminho. Enquanto isso não ocorre, o “circo” político e organizacional continuará simulando e encenando suas “peças” no “palco” da sociedade alienada. E, não raro, recebendo os aplausos do grande público.<sup>93</sup>

### *Considerações finais*

Neste terceiro capítulo tratamos da velhice como questão social, analisando o percurso pelo qual ela vai ganhando visibilidade pública e passa a receber a atenção do Estado, na forma de políticas e leis específicas. Dentre os fatores que contribuíram para isso, destacam-se, principalmente, a exclusão e miséria social vivida pelos velhos das classes populares, o surgimento das políticas de aposentadoria e o rápido envelhecimento observado no decorrer do século XX. Ao discutirmos a relação entre o Estado e a questão da velhice, foi possível problematizar a idéia de questão social, considerando a própria ação do Estado como elemento determinante. Em termos gerais, para que um problema social venha a adquirir o status de questão social é necessário, acima de tudo, que este receba a atenção do Estado. É por isso que o surgimento de qualquer questão social traz inerente um processo de *institucionalização*, seja no âmbito do próprio Estado, como órgão executor de políticas e formulador de leis, ou na variedade de instituições representativas que irão “abraçar” a causa em questão.

Dessa forma, nota-se que a transformação da velhice em questão social traz como principal resultado a institucionalização da velhice. Nesse processo, a aposentadoria desponta como a primeira política pública especialmente voltada para a população idosa e

---

<sup>93</sup> Serafim Paz (2001) mostra em sua tese de doutorado, intitulada *Dramas, cenas e tramas: a situação de fóruns e conselhos do idoso no Rio de Janeiro*, como funciona o simulacro da defesa e da representação dos idosos pelos sujeitos e organizações engajados na “causa”. Segundo o autor, é possível observar atitudes de tutela frente ao grupo social representado, bem como de corporativismo das instituições representativas.

marca o início da ação do Estado neste âmbito. Não há dúvidas de que a condição de miséria e exclusão social vivida pelos idosos no final do século XIX e início do XX motivaria a inclusão do direito à aposentadoria na pauta das reivindicações do movimento operário, primeiro nos países da Europa e da América do Norte e depois no Brasil. Contudo, não podemos deixar de considerar o fato de que o próprio Estado faz uso de estratégias diversas para conter as forças que o ameaçam. Foi assim com a aposentadoria e outros direitos sociais e trabalhistas, em que o Poder Público cederia às pressões dos trabalhadores no intuito, principalmente, de abrandar as lutas de classes que estavam comprometendo a produção da riqueza. Além disso, criando uma pensão vitalícia aos trabalhadores idosos, estimulando-os para que saíssem (ou se retirassem)<sup>94</sup> da vida ativa, o Estado contribuiria com a renovação constante da força-de-trabalho, livrando-se de uma mão-de-obra considerada obsoleta e, ao mesmo tempo, dando espaço para os trabalhadores mais jovens, tidos como mais atualizados e adaptados ao desgastante trabalho industrial.

Por outro lado, é muito comum hoje compreender a questão social da velhice como um resultado direto e único do envelhecimento populacional. Profere-se aos quatro ventos que as recentes políticas públicas da velhice teriam o fim de preparar a atual sociedade para que esta possa acolher o crescente contingente de velhos. Decerto que o rápido envelhecimento da população, verificado na sociedade contemporânea, contribuiu para que a questão da velhice ganhasse maior visibilidade social. Contudo, jamais poderíamos considerar este como o único ou mais importante fator responsável pela transformação da velhice em questão social. Conforme pudemos observar, é a própria institucionalização de um problema social que o transforma em questão social. E foi exatamente isso o que ocorreu com a velhice. Bem mais do que um resultado direto do envelhecimento populacional, a emergência da velhice como questão social carrega um conjunto de elementos que têm por alicerce a ação do Estado e de organizações representativas. É através do “povoamento do mundo da vida”, como diria Habermas – ou seja, por meio da proliferação de instituições que passariam a habitar esse novo cenário (o “mundo da velhice”), antes inabitado pela “vida” institucional –, que a velhice torna-se não só uma questão social (recebendo a atenção do Estado), mas também passa a adquirir popularidade

---

<sup>94</sup> Conforme já destacamos, em diversos idiomas aposentadoria significa retirada, como em inglês: *retired*.

e, seguindo as tendências do capitalismo neoliberal, transforma-se em “mercadoria”, tanto comercial quanto política e institucional-corporativista.

E poderíamos dizer sem exageros que é a *velhice transformada em mercadoria* a principal motivadora da considerável popularidade adquirida hoje pelo envelhecimento e que tem estimulado as ações do Estado, na forma de políticas públicas específicas, e das organizações representativas, no intuito de se projetarem como defensoras legítimas dos idosos (como é o caso das associações de aposentados e do SESC, por exemplo) e/ou de delimitarem o seu campo de atuação (como é o caso da gerontologia/geriatria). Dessa forma, ao associarmos a mercantilização da velhice à idéia de “terceira idade” estamos afirmando que essa nova identidade da velhice – compreendida pela antropologia como a reinvenção dessa última etapa da vida humana – tem como principal peculiaridade a descoberta do envelhecimento como um novo mercado de consumo e do grupo social dos idosos como uma referência para novas demandas políticas e estratégias eleitorais e organizacionais. E é exatamente neste contexto que o aumento do número de idosos, resultante do envelhecimento populacional, passa a ser interessante do ponto de vista comercial, institucional e político-eleitoral.

Conforme foi possível observar, as recentes políticas e leis da velhice no Brasil, a Política Nacional do Idoso (PNI) e o Estatuto do Idoso, não trouxeram nenhuma evolução significativa no sentido de dar maior autonomia aos idosos, uma vez que ignoraram problemas urgentes desse grupo social – que pré-determinam a sua exclusão –, como os relativos à questão previdenciária e ao alto índice de analfabetismo entre os maiores de 60 anos. No que se refere à aposentadoria, tais políticas/leis não contribuíram para melhorar o reduzido poder de compra dos benefícios recebidos pela grande maioria dos aposentados e pensionistas. É bom lembrar que, de acordo com o Boletim Estatístico da Previdência Social do ano de 2003, 65% dos beneficiários da Previdência Social recebem um salário mínimo. Dessa forma, nota-se que a condição de vida dos aposentados depende diretamente do poder de compra do salário mínimo. Por isso não é possível se separar, por exemplo, uma política macroeconômica de desenvolvimento, que vise aumentar o valor do salário mínimo, e uma política social específica de Previdência, que é restrita ao público idoso. Assim, a principal incongruência de uma política específica (ou setorial), como são as

políticas da velhice, reside em tratar da problemática em questão de uma forma isolada e não-totalizante, ou seja, sem considerá-la como parte integrante de um sistema maior.

Enquanto o problema da exclusão dos idosos e de outros grupos sociais for compreendido isoladamente, e não na sua conexão com o todo, dificilmente teremos uma solução real e efetiva. Isso porque a exclusão desses grupos não é apenas um problema particular e restrito a cada um deles, mas algo inerente à própria lógica da sociedade capitalista, que é excludente na sua essência. Sob essa perspectiva, é necessário compreender que a exclusão dos idosos não é um problema só dos idosos, mas de toda a sociedade “excluída” do poder político e econômico. Ou seja, a exclusão social inerente à velhice é essencialmente a mesma exclusão vivida por todos aqueles que não pertencem à elite dominante, detentora dos meios de produção e/ou do poder de Estado. Dessa forma, de nada adianta, por exemplo, introduzir nos currículos escolares conteúdos que esclareçam sobre o processo de envelhecimento, com o intuito de evitar ou reduzir os preconceitos, tal como querem a PNI e o Estatuto do Idoso. De que adianta querer pôr fim aos preconceitos de fundo cultural se muitos velhos vivem uma condição subumana de miséria social?

Na verdade, a importância da educação como veículo de emancipação social deve ir muito além da educação tecnicista e despolitizada que vigora em nosso atual modelo educacional. Ela reside, essencialmente, na *conscientização* acerca da exploração econômica e da dominação política que estão presentes na sociedade capitalista, bem como na *desmistificação* da figura do Estado como instituição representativa. Aliás, é a própria idéia de representatividade institucional que precisa ser colocada em xeque por uma educação que preze verdadeiramente pela autonomia individual. E isso inclui questionar (e desmistificar), além do Estado, também as instituições representativas menores existentes na sociedade, como partidos, sindicatos, associações, etc. Como defendia Paulo Freire, é só tendo consciência da opressão que se compreenderá como necessário lutar pela liberdade. Sem a conscientização, a própria luta não se justifica. É por isso que a função primordial de uma *educação libertadora* deve ser, acima de tudo, a de conscientizar os oprimidos acerca da sua real condição. Algo que, infelizmente, está muito distante da nossa realidade atual.

**CAPÍTULO 4:**

**UM MOVIMENTO SOCIAL DO IDOSO?**

#### 4.1. Velhice e ação política: um novo movimento social?

##### *Novos movimentos sociais e ideologia*

É interessante perceber que, se a própria aposentadoria – tida como o primeiro e ainda hoje o principal direito específico da velhice – surgiu a partir das reivindicações do movimento operário, integrando as lutas por outros direitos trabalhistas, como redução da jornada, melhorias salariais, férias e 13º salário, por qual motivo haveria hoje um movimento social *apenas* dos idosos, desvinculado do mundo do trabalho? Nota-se que esse mesmo fenômeno ocorre com a luta organizada de outros grupos sociais historicamente excluídos, como mulheres, homossexuais, portadores de necessidades especiais, negros e afrodescendentes, indígenas e latinos na América do Norte, dentre outros. Isso mostra que o atual contexto é caracterizado pelo isolamento dos grupos sociais e pela fragmentação das lutas, resultantes do próprio enfraquecimento gradativo do movimento operário e pela estratégia neoliberal de empreender uma ruptura na identidade social de classe (homogênea) e substituí-la por uma identidade cultural de grupo (heterogênea). Fazendo isso, o capital procura dispersar a luta unificada da classe trabalhadora, substituindo a oposição única entre capital e trabalho por uma variedade de conflitos de base étnica, racial, etária, sexual, etc. Nesse processo, desloca-se o foco de atenção para formas menos ameaçadoras de mobilização social, quando comparadas à efetiva luta de classes (ANTUNES, 1999).

Na verdade, os direitos sociais e trabalhistas conquistados pelo “velho” movimento operário implicaram uma redução na geração de mais-valia, mecanismo principal do capital para a obtenção do lucro, e que pode ser compreendida como o ganho de capital sobre o trabalho que não é pago, ou seja, sobre o trabalho explorado. Isso é totalmente avesso à essência do sistema capitalista, que se baseia na obtenção de lucro por meio da exploração do trabalho. Dessa forma, os direitos vinculados ao movimento operário significaram perda financeira efetiva para as classes proprietárias dos meios de produção – que tiveram que pagar pelo não-trabalho dos seus empregados (férias e 13º salário) –, e para o Estado, que teve de arcar com os benefícios de seguridade social (previdência, saúde, assistência, seguro-desemprego, etc.). Assim, a luta de classes protagonizada pelos trabalhadores e as

conquistas político-jurídicas dela derivadas representaram uma emancipação real – mesmo que não total – da classe trabalhadora frente à exploração do sistema capitalista. E é exatamente por isso que o neoliberalismo atacou e continua atacando veementemente esses direitos e procura de todas as formas desmobilizar a luta de classes.

Os chamados “novos movimentos sociais” representam, em essência, a nova configuração das lutas sociais dentro do contexto neoliberal. De forma geral, pode-se dizer que os “novos” movimentos se diferenciam dos “velhos” na medida em que, para estes últimos, o mundo do trabalho era tido como cenário primordial de luta – ou seja, baseavam-se no embate entre capital e trabalho, típico do movimento operário – ao passo que os “novos” movimentos procuraram afirmar (ou reafirmar) identidades específicas (de gênero, étnicas, raciais, etárias, sexuais, etc.), ter o reconhecimento dos seus valores, obter o respeito às diferenças e conquistar direitos relativos a estas identidades (MELUCCI, 2001).

É fato curioso que, nesse novo contexto, tornou-se bastante difícil (ou quase impossível) definir quem é o adversário nos conflitos sociais, algo que era bem claro na oposição entre capital e trabalho, inerente à “antiga” luta de classes. Estudiosos dos novos movimentos sociais e do debate recente sobre as mutações das identidades, tais como Castells (1998), Melucci (2001), Dubar (2000) e Scherer-Warren (2001), apontam tal dificuldade como uma característica intrínseca dessas novas lutas. Contudo, de acordo com Melucci (2001), a presença de um elemento antagonista – ou seja, de um adversário que polarize o conflito – é algo indispensável na definição de uma ação coletiva como movimento social, porque configura uma condição necessária de conflitividade. Poderíamos dizer que essa dificuldade se deve principalmente ao fato de que o adversário real encontra-se *camuflado na forma de ideologia*. Portanto, na luta das mulheres feministas pela emancipação de gênero, não é o homem o adversário direto, mas sim o *machismo como ideologia dominante*. Do mesmo modo, na luta contra o racismo, não é o branco o adversário do negro, mas a *ideologia da superioridade racial* existente em nossa sociedade. O mesmo acontece com os homossexuais. Sabe-se que o preconceito contra a homossexualidade que predomina em nossa cultura – fundada no moralismo cristão, no patriarcalismo machista e no tradicionalismo puritano – deriva em grande parte da ignorância quanto à diversidade de manifestações da sexualidade humana. Além disso, a omissão do nosso sistema educacional em tratar desse assunto, por julgá-lo polêmico ou



pouco importante, contribui decisivamente para a perpetuação da discriminação e do preconceito contra os homossexuais. Assim, é possível notar que, tal como a das mulheres e dos negros, a luta dos homossexuais também ocorre, essencialmente, no *plano ideológico*.

Marx & Engels (1993), analisando a relação existente entre a produção material e a produção de idéias (ou ideológica), destacam que:

A produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material (p. 36). (...) Os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar (p. 37).

Portanto, sob a luz do materialismo histórico e dialético, o preconceito e a discriminação que atingem os diversos grupos sociais excluídos, ao serem compreendidos como fenômenos de cunho ideológico, expressam também uma condição material de vida. Se, por um lado, nos novos movimentos sociais o trabalho produtivo *aparentemente* perde a centralidade que possuía nos antigos movimentos operários, por outro, não há como desvincular as “causas” étnicas, sexistas, etárias, ecológicas, etc. da condição de exploração vivida pelas classes subalternas na sociedade capitalista e da lógica excludente e predatória do próprio sistema, que é fundado na competitividade exacerbada, e não na solidariedade ou no respeito às diferenças. Na verdade, percebe-se que a *aparente* ausência do chamado “elemento antagonista” nos novos movimentos sociais – conforme é destacado por Melucci (2001) – se deve, principalmente, à idéia falaciosa (e mitificada), difundida pelo ideário neoliberal, de que as “novas causas” do ativismo político da sociedade civil não têm relação direta com a esfera produtiva ou o mundo do trabalho.

Se, ainda para o marxismo, a produção material vincula-se à produção ideológica, não há como separar as ideologias específicas que predeterminam a exclusão dos diversos grupos sociais, da ideologia dominante na sociedade capitalista, que, por sua vez, é representada pela ideologia da classe dominante. Contudo, se o capitalismo é excludente e desigual em sua essência, soa como utópica qualquer forma de luta contra a exclusão social que não coloque em xeque o sistema econômico vigente e que não vise romper com a

ideologia dominante do capital. É bom deixar claro que não é nossa intenção aqui reduzir a exclusão do negro, da mulher, dos homossexuais, dos idosos e de outros grupos a uma questão de classe social, fruto meramente da exploração do sistema capitalista. Cada um desses grupos tem a sua identidade específica e é de extrema importância qualquer ação coletiva ou individual que vise a expressão, a valorização e a reafirmação dessa identidade.

No entanto, a luta dispersa e heterogênea desses grupos, ocorrida mais intensamente na esfera cultural – o que é característico da ação dos novos movimentos sociais –, não colocará fim à exclusão enquanto persistir a desigualdade social inerente ao capitalismo. Senão, vejamos: de que adianta valorizar, por exemplo, o negro, a mulher, o homossexual e o idoso no nosso imaginário cultural se esses continuarem não tendo direito a uma vida digna, com bem-estar material e acesso a serviços públicos de qualidade? A verdade é que sempre haverá exclusão social enquanto não houver uma apropriação mais justa (ou menos desigual) da riqueza socialmente produzida. E isso só ocorrerá na medida em que forem colocadas em xeque as estruturas de poder e dominação da sociedade capitalista, principalmente as instituições que contribuem para manter a desigualdade, tais como o Estado e os atuais sistemas educacional e produtivo.

Diferentemente do que ocorre com os novos movimentos sociais, a importância da luta entre capital e trabalho reside na tentativa de se obter a emancipação total do gênero humano, e não uma emancipação restrita de grupos específicos. Utilizando como exemplo o movimento feminista, Antunes (1999) destaca que: “*A emancipação específica da mulher em relação à opressão masculina é decisiva e prioritariamente uma conquista feminina para a real emancipação do gênero humano, à qual os homens livres podem e devem somar-se, mas sem papel de mando e controle*” (p. 111). E ainda, com relação aos movimentos dos homossexuais, dos negros e o ecológico, o autor afirma que: “*As ações desses movimentos ganham muito mais vitalidade e força emancipadora quando estão articuladas com a luta do trabalho contra o capital*” (p. 111).

Nota-se, portanto, que as “novas causas” que regem os novos movimentos sociais não são, na realidade, assim tão novas. Elas somente camuflam por meio de ideologias um antigo e polêmico problema: a lógica excludente do sistema capitalista.

*As redes de movimentos sociais e o terceiro setor*

O movimento sindical, que representa e é derivado da luta da classe operária contra a exploração do trabalho, pode ser considerado como uma das primeiras e principais mobilizações de massa contra a opressão imposta pelo sistema capitalista. Nesse sentido, a Comuna de Paris (1871), inspirada no marxismo revolucionário, representaria um marco pioneiro na luta de classes contra o internacionalismo da dominação burguesa. A ascensão do socialismo no leste europeu também impulsionaria e fortaleceria a ação do operariado organizado em diversas partes do mundo. A importância do movimento sindical enquanto exemplo de luta social e política decorre do fato de que contribuiu para minimizar a exploração do trabalho e a distribuição desigual de riquezas imposta pela busca desenfreada do lucro e pela concentração de renda inerentes ao sistema capitalista. Assim, o direito à greve, à contratação coletiva, o desenvolvimento da ação reivindicatória, a liberdade de associação e organização dos trabalhadores são os instrumentos mais temidos pelo capital, porque o obrigou ao longo da história a perdas, recuos e derrotas. As ações da classe operária contra as injustiças do sistema são exemplos de luta por uma cidadania emancipada, contra uma lógica injusta e opressora.

O contexto de reestruturação produtiva que marcou o pós-fordismo, com a emergência da acumulação flexível e a superação das estruturas organizacionais tayloristas, veio enfraquecer o poder de ação do movimento sindical no início da década de 1990 em todo o mundo. A automação, o aumento da precarização do trabalho, da informalidade e do desemprego em massa – em síntese, a diminuição do “trabalho vivo” e o aumento do “trabalho morto” (ANTUNES, 1999) – vieram desestruturar uma organização sindical adaptada às organizações tayloristas e apoiada na regulação legal das relações formais de trabalho. Na Inglaterra, por exemplo, conforme destaca McIlroy (1997): *“O impacto foi substancial. A taxa de sindicalização em todos os sindicatos caiu de 13,5 milhões em 1979 para 8,2 milhões em 1994”* (p.51).

Esse processo de enfraquecimento do movimento sindical frente à reestruturação produtiva ocorre em paralelo ao que Dubar (2000) chama de “crise das identidades profissionais”. Se o sindicato pode ser tido como a principal referência da luta da classe operária contra o capital, corporificando assim a identidade dessa luta, o trabalho, por sua

vez, foi utilizado como referência para a identidade individual até o período taylorista. A crise do mundo do trabalho veio, portanto, descaracterizar tais referências de identidade. A luta diária vivida pela classe trabalhadora contra a exploração do trabalho é, na atualidade, bem mais abrangente do que o universo abarcado pelo sindicalismo – do trabalho formal regulamentado pela lei. Da mesma forma, as identidades “tayloristas”, “de profissão”, “de classe”, “de empresa” são desvalorizadas, desestabilizadas, encontrando-se em crise de reconhecimento. O novo modelo de organização da produção, fundado na competência, pressupõe um indivíduo racional, capaz de administrar a sua formação e o seu tempo de trabalho. Em outras palavras, exige um indivíduo multifuncional e auto-reflexivo. Esse individualismo e incerteza, que integram os novos paradigmas produtivos, dão forma ao que se convencionou chamar de “identidade de rede”, uma construção identitária coerente à “sociedade em rede” (DUBAR, 2000).

O mesmo ocorre com relação à organização de trabalhadores e com as demais ações coletivas e movimentos sociais. Transformaram-se, a partir da década de 1990, em “redes de movimentos”. Em diversos países, a ação dos trabalhadores contra as imposições antioletivas da reestruturação produtiva tem ocorrido através de ações conjuntas de organizações sindicais, religiosas, organizações não-governamentais (ONGs) e até mesmo de entidades internacionais como a OIT. O que temos observado também é uma junção de movimentos pela emancipação de grupos excluídos – mulheres, por exemplo – com as ações do mundo do trabalho. Neste sentido, o exemplo da SEWA (*Self Employment Women's Association* – Associação de mulheres trabalhadoras autônomas) na Índia é notório. Essa entidade, conforme destaca Ramalho (1997):

Surgiu como um braço do maior e mais antigo sindicato têxtil da Índia e organiza trabalhadoras em domicílio há duas décadas. Cerca de 40% dos seus membros trabalham no setor informal (...) Após se separar do sindicato, essa organização teve que lutar para ser reconhecida e registrada como sindicato, porque suas atividades não eram baseadas em empresa ou indústria. Não se formou em oposição a um empregador ou a um setor da indústria, mas para trabalhadores que não tinham alternativa de ação coletiva (p. 106).

As chamadas “redes de movimentos sociais” – compostas por ONGs e outras instituições da sociedade civil – representam, para alguns analistas, a “modernidade da

participação social e política” (GOHN, 2000) no atual contexto marcado pela crise dos movimentos sociais tradicionais e pela proliferação de instituições do denominado “terceiro setor”. No Brasil, se a década de 1980 foi caracterizada pela intensa mobilização e participação política dos setores populares, os anos 1990 trazem uma conjuntura de crise das ações coletivas. Conforme ressalta Gohn (2001): “*A desmobilização é geral, há descrença na eficácia da organização, a participação dos indivíduos nos movimentos é mínima*” (p. 102).

Algumas lideranças ou assessorias dos movimentos populares têm atribuído a atual crise a fatores de ordem externa ao movimento, tais como a crise econômica do país, o desemprego, as políticas neoliberais, a queda do regime socialista, a crise das utopias, a descrença na política e na ação do Estado, etc. A Constituição de 1988 também teve um papel importante nesse processo, sendo que após o processo constituinte a maioria dos movimentos desmobilizou-se. Contudo, estudiosos dos movimentos sociais, como Gohn (2001) e Melucci (2001), consideram que a causa principal da “crise de mobilização” verificada atualmente na sociedade esteja no interior dos próprios movimentos, pelo fato de não terem desenvolvido projetos políticos próprios, independentes, e por terem dependido excessivamente de assessorias externas, constituídas de ONGs e demais entidades. Porém, gradativamente, as ONGs de assessoria foram tomando o lugar dos próprios movimentos, num processo de institucionalização das ações coletivas (GOHN, 2001).

Tornadas possíveis tanto pelo contexto de globalização e de internacionalização das relações sociais que caracterizam uma “sociedade em rede”, as redes de movimentos representam a nova forma assumida pelas ações coletivas. Scherer-Warren (2001) define os movimentos sociais na era da globalização como:

Redes sociais complexas que conectam, simbólica, solidarística e estrategicamente, sujeitos e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico de identificações sociais, éticas, culturais e político-ideológicas, de intercâmbios, negociações, definição de campos de conflitos e de resistência aos adversários e aos mecanismos de discriminação e exclusão sistêmica (p. 11).

Dentro dessa nova lógica de “rede” que permeia os movimentos sociais da atualidade, a participação das ONGs e demais entidades da sociedade civil é bastante significativa. Gohn (2000) aponta três campos principais de atuação para as ONGs: o

assistencialista ou filantrópico, com ações de assistência social a indivíduos e grupos marginalizados; o desenvolvimentista, que procura obter financiamento nacional e internacional para projetos que visem promover um desenvolvimento sustentável fundado na questão ecológica; e o da cidadania, composto por ONGs criadas a partir de movimentos sociais que lutam por direitos sociais. Ao contrário das duas primeiras, as componentes do terceiro grupo, também chamadas de “ONGs cidadãs”, são as únicas a evocar o mundo da política, da participação, do ativismo militante. De acordo com Gohn (2001):

À diferença dos sindicatos, das associações de moradores ou mesmo dos movimentos sociais, as ONGs não podem falar ou agir em nome de terceiros. Fazem-no somente em nome próprio. (...) Sendo particulares, as ONGs podem, em princípio, multiplicar-se indefinidamente, em função das demandas e das iniciativas (...). Em síntese, as ONGs não trabalham na linha da militância e da politização da sociedade civil, como os movimentos sociais (p. 58-59).

O que se observa com a emergência das ONGs enquanto novos agentes de atuação política e social integra o processo de institucionalização das ações coletivas que acompanha a emergência da chamada “sociedade em rede”. Se, no passado, os movimentos sociais eram protagonizados, efetivamente, pelas categorias sociais que lutavam pelos seus direitos, hoje, ao contrário, os integrantes dos grupos excluídos parecem não ser mais os sujeitos principais da ação. Mas são redes de “organizações privadas com função pública”, na concepção de Fernandes (1994), muitas vezes sem legitimidade de representação, que se projetam como os reais protagonistas das ações reivindicatórias “em prol” das categorias excluídas. Mas sob qual pretexto? Com qual intenção?

De acordo com Fernandes (1994):

A idéia de um “terceiro setor” supõe um “primeiro” e um “segundo”, e nesta medida faz referência ao Estado e ao mercado. A referência, no entanto, é indireta, obtida pela negação – “nem governamental e nem lucrativo”. Em termos explícitos e positivos, o conceito designa simplesmente um conjunto de iniciativas particulares com um sentido público (p. 126).

Vieira (2004) mostra que o surgimento do terceiro setor ocorre em paralelo ao processo de mercantilização ou privatização das políticas, direitos e serviços sociais,

verificado no Brasil durante as décadas de 1980 e 1990. Observa-se que não só os movimentos sociais é que se escasseiam nesse período, mas também os serviços públicos essenciais, como saúde, educação e previdência, que vão sendo gradativamente privatizados. Sobre as políticas sociais, é nítido o seu caráter funcional, sendo utilizadas pelo Estado burguês como parte da estratégia de desmobilização das massas, desde o governo militar de 1964 (VIEIRA, 1987).

Esse processo de “privatização do público” que caracterizou o neoliberalismo no Brasil é contemporâneo à expansão do chamado “terceiro setor”. A proliferação das ONGs passa a repercutir e influenciar o setor privado, levando à emergência das patéticas “empresas cidadãs”, que adotam a “filantropia empresarial” ou “responsabilidade social” como estratégias de “marketing social”, fazendo levantar a suspeita de que a “questão da cidadania” pode ser altamente lucrativa. Na verdade, autores de referência na área de gestão empresarial, como Peter Drucker (1997), têm destacado a importância das questões e problemas sociais como “excelentes oportunidades de negócios” para o empresariado.

Outro elemento que merece atenção é a cooperação financeira de agências internacionais na atuação das ONGs da América Latina. Essa relação de financiamento revela claramente o vínculo entre as entidades do chamado “terceiro setor” – caracterizadas como “sem fins lucrativos” – e as ações de responsabilidade social das empresas privadas. As fundações norte-americanas de caráter privado, como Ford, Rockefeller, Kellogg, MacCarthur, apoiadas numa cultura de filantropia empresarial, estão entre as mais ativas no continente sul-americano, seguidas pela Fundação Interamericana, que foge à regra como entidade vinculada ao Congresso dos Estados Unidos (FERNANDES, 1994).

Tudo isso torna questionável a atuação das ONGs como agentes promotores da cidadania e que lutam pelos direitos sociais e contra a exclusão das minorias. Na verdade, as ações dessas entidades do terceiro setor, ou “setor social”, parecem ocultar interesses de fins privados, ligados ao capital internacional. Surgidas numa fase de desmoronamento do Estado do bem-estar social (o conhecido *Welfare State*), essas organizações tentam suprir em parte as esferas de atividade que eram antes realizadas pelo Estado, tendo um papel importante no processo de redução das tarefas estatais empreendido pelo neoliberalismo. Assim sendo, atuam como funcionais ao capital (MONTAÑO, 2003).

De acordo com Demo (1995), a ideologia implícita na atuação do *Welfare State* – e, por conseguinte, das estruturas e entidades dele derivadas ou a ele associadas em alguma medida: “*Escamoteia, sob uma das ideologias mais importantes do século, a dos direitos humanos, a ideologia neoliberal, que coloca acima de tudo e de todos as relações de mercado, em cujo contexto os países ditos desenvolvidos mantêm, ferrenhamente, posição privilegiada*” (p. 28).

Acerca da funcionalidade do terceiro setor ao projeto neoliberal, pode-se dizer que as denominadas “redes de solidariedade” ou “redes de movimentos sociais”, defendidas por diversos autores como formas “novas” e “modernas” de participação política e ação social, parecem corresponder antes a uma estratégia de cooptação pelo sistema capitalista, através do seu metabolismo social, dos ideais e das políticas inerentes à “questão social” derivada da luta dos antigos movimentos operários, do que propriamente ações que visem, de fato, promover uma emancipação total do gênero humano, por meio da superação completa da lógica de desigualdade que permeia o capitalismo. Neste sentido, Antunes (1999) explica que as associações ou “empresas solidárias” do setor social:

Acabam por converter-se em uma nova forma de mistificação que pretende, na hipótese mais generosa, “substituir” as formas de transformação radical, profunda e totalizante da lógica societal por mecanismos mais palatáveis e parciais, de algum modo **assimiláveis** pelo capital. E na sua versão mais branda e adequada à Ordem pretendem em realidade **evitar** as transformações capazes de **eliminar** o capital (p. 114).  
[Grifos nossos]

Alguns autores, no entanto, têm procurado atribuir às relações associativas da chamada “economia solidária” a qualidade de “sistemas alternativos de produção”. É o caso de Quijano (2002) que, ao analisar cooperativas de produção, classifica-as como opções de sobrevivência aos desempregados, miseráveis e excluídos do sistema, que passam a se associar em relações de ajuda mútua. Para o autor, tais cooperativas podem ser vistas como práticas alternativas de resistência à lógica do sistema capitalista. Assim, a reciprocidade ou ajuda mútua presente nas cooperativas de trabalho significaria: “*Uma nova tendência da resistência dos trabalhadores e implica a entrada de um outro momento do novo período histórico das experiências e dos conflitos sociais no capitalismo*” (p. 486).



Na verdade, a alternativa representada pelas cooperativas parece ser mais um meio de sobrevivência à exclusão social do que, de fato, uma nova via de resistência ou oposição ao sistema capitalista. Concordo com Antunes (1999) quando este considera: “*Um equívoco grande concebê-la [a economia solidária] como uma real alternativa transformadora da lógica do capital e de seu mercado, como capaz de minar os mecanismos da unidade produtiva capitalista*” (113). Além disso, o capital não temeria uma via de resistência da qual ele já tem pleno controle e que, de certa forma, é funcional às suas estruturas, tal como ocorre com as instituições que compõem o terceiro setor ou a economia solidária.

O próprio movimento operário e suas instituições representativas (como os sindicatos e partidos trabalhistas ou de ideologia socialista/comunista), na condição de veículos tradicionais de resistência e reivindicação da classe operária, já perderam grande parte da força que possuíam em sua fase germinal (como na Comuna de Paris, por exemplo) e no auge da conquista dos direitos sociais e trabalhistas (no final do século XIX e início do XX). Assim, a ofensiva neoliberal do capital, caracterizada pela reestruturação produtiva, pelo desemprego estrutural em massa e pela privatização dos direitos e políticas sociais, conseguiu neutralizar significativamente as estratégias de ação da classe trabalhadora, minando o seu poder de influência e de resistência (DIAS, 1999).

Assim, torna-se urgente reconhecer que as vias tradicionais de oposição à dominação capitalista já não ameaçam mais as suas estruturas de poder. Os sindicatos e partidos trabalhistas estão enfraquecidos e, em sua maioria, cooptados pelo aparato político dominante. Prova disso é que os ideais socialistas ou comunistas perderam hoje o seu viés subversivo e passaram a ser utilizados como estratégias eficazes de marketing político-eleitoral, tanto pela “esquerda” quanto pela “direita”, que se encontram, na verdade, ideologicamente descaracterizadas (BOBBIO, 1995).

Por sua vez, as chamadas “vias alternativas”, representadas pelo terceiro setor e pela economia solidária, integram o processo de desmonte neoliberal dos direitos e políticas sociais, através do qual o assistencialismo, a filantropia e a responsabilidade social das organizações – sejam elas não-governamentais ou de capital privado –, tornar-se-iam campos promissores de investimento. E é exatamente por estarem capturadas pelo sistema

que as estratégias de ação ou mobilização política provenientes dessas vias não podem ser consideradas como novas formas de resistência ao capitalismo (MONTAÑO, 2003).

*O movimento social do idoso: percurso histórico e cenário atual*

Diante desse cenário desalentador, em que é nítido o desgaste das frentes de oposição e resistência política, como compreender um “movimento social do idoso” senão com uma dose considerável de desconfiança e de ceticismo? Em primeiro lugar, qualquer visão ingênua ou excessivamente otimista deve ser evitada. É mais do que necessário olhar criticamente para esse movimento e questionar a que ou a quem serve o conjunto de ações que o caracteriza. Além disso, há outra questão que merece ser levantada: seria mais coerente pensarmos na existência de apenas um ou de *vários* movimentos de idosos? Falar de um só movimento implica ignorar a diversidade de experiências, vivências e manifestações de uma velhice erroneamente homogeneizada pela nossa cultura. E essa diversidade ocorre, principalmente, a partir da separação entre velhice e terceira idade, ou seja, através das diferenças de classe social, que distinguem “idosos ricos” de “velhos pobres” (PEIXOTO, 2003). Em outras palavras, é possível dizer que a oposição entre velhice e terceira idade é, essencialmente, uma *oposição de classe*. É por isso que a diversidade de “velhices” que deriva do processo (heterogêneo) de envelhecimento não pode em hipótese alguma estar desvinculada da *luta de classes*.

Conforme lembra Bosi (1994), jamais na história se teve notícia da existência de um movimento reivindicatório composto somente de velhos. Mesmo porque, como já se sabe, até o início do século XX era raro chegar até a velhice. Desse modo, o número de velhos nas sociedades históricas sempre foi bastante reduzido (ALBA, 1992). Além disso, nunca houve uma “causa” específica dos velhos até a emergência da sociedade moderna industrial. Isso significa que a velhice, ou a condição de velho, nunca serviu como referência de identidade para a união, organização e mobilização política, tal como ocorreu com os operários no século XIX. Contudo, é bom lembrar que a especificidade do movimento operário se deveu principalmente ao seu *caráter de classe*. A união da classe operária foi, antes de mais nada, uma união pré-determinada pela sua *condição de classe*. O mesmo não ocorreu com os outros movimentos sociais, como o movimento negro e o das

mulheres, por exemplo. Esses movimentos foram se enfraquecendo na medida em que os integrantes que ascendiam socialmente em geral abandonavam a militância, rompendo, via mobilidade de classes, o laço identitário de raça ou de gênero que os havia originalmente levado a aderir ao movimento (MELUCCI, 2001).

Sabemos que o direito à aposentadoria, na condição de primeira conquista política específica da velhice, foi obtido não por meio da reivindicação isolada dos velhos, mas sim através da mobilização conjunta da classe operária como um todo, *inclusive* dos velhos que a compunham. Seria somente na segunda metade do século XX, portanto bem depois da legalização da aposentadoria – ocorrida em alguns países da Europa, como a Alemanha, no final do século XIX, e no Brasil, no início do século XX, mais especificamente em 1923 – que os idosos aposentados começariam a se organizar para reivindicar a melhoria dos benefícios e protestar contra as perdas gradativas no valor das aposentadorias, verificadas ao longo do tempo. Observa-se nesse período uma lenta “sindicalização” da aposentadoria, com o surgimento de associações de aposentados com características bastante semelhantes à dos sindicatos de trabalhadores da ativa. Essas associações, compostas pela “velha guarda” do sindicalismo operário, seriam, portanto, o gérmen do que hoje se conhece como “movimento de idosos” (SIMÕES, 2000).

Como se vê, o primeiro “movimento social” da história, que, de certa forma, esteve vinculado à velhice, originou-se do movimento operário e do direito à aposentadoria. Contudo, não seria o idoso o sujeito principal desse “movimento”, mas o *trabalhador* que se torna idoso, ou seja, que envelhece e necessita se aposentar. Por isso, talvez não seja de todo coerente considerar a atuação política dos aposentados como um movimento de idosos. É, antes, um movimento de trabalhadores do que, propriamente, de idosos. Contudo, o que deve ser observado é que esse tipo de movimento tem por protagonista principal a classe operária, sendo, por isso, originalmente um movimento de base. Essa particularidade o difere dos outros movimentos de idosos ligados à terceira idade, que irão representar um público de maior poder aquisitivo.

Como vimos no capítulo 4, o surgimento da terceira idade estabelece vínculo direto com o desenvolvimento da gerontologia e da geriatria como ciências da velhice e com a criação das universidades abertas à terceira idade. Essas duas instituições-chave iriam reinventar a idéia de velhice, concebendo-a como um período de recomeço, em que surgem

oportunidades distintas de se colocar em prática antigos projetos de vida e de vivenciar uma “nova juventude” (DEBERT, 2004). Seria a partir da proliferação de organizações de geriatria e gerontologia, de um lado, e de entidades voltadas a atividades educacionais, artísticas, culturais, de lazer e de esporte com o público da terceira idade, que se verifica a formação de uma segunda “linha de frente” do movimento social do idoso. A sua especificidade está em ser mais “elitizada” do que o movimento composto pelas associações de aposentados.

Observamos, em síntese, a existência de principalmente duas facções distintas dentro do atual movimento social do idoso. Uma diretamente ligada ao conflito entre capital e trabalho, por meio da defesa do direito à aposentadoria, e outra, voltada ao estudo da velhice e à sua negação (DEBERT, 2004). Contudo, não se descarta a possibilidade de existirem outras formas de ação e mobilização que podem ser enquadradas dentre os movimentos de idosos, apesar de não pertencerem formalmente a nenhuma dessas duas principais facções. Como exemplo, podemos citar as associações de executivos idosos que lutam contra a exclusão por idade (em inglês, *ageism*) no mercado de trabalho. Nessa esfera de atuação, destacam-se, nos Estados Unidos, o *The Gray Panthers* – “Os Panteras Cinzentas” – (PALMORE, 1999), e, no Brasil, a *SeniorNet* (PERES, 2002 e 2004). As ações dessas entidades podem ser consideradas como importantes práticas de resistência frente à exclusão ou discriminação sofrida pelos trabalhadores mais velhos. No entanto, são iniciativas ainda bastante tímidas e de pouca expressividade social e política. Além disso, possuem caráter restrito, com uma linha de ação centrada apenas na “causa” dos trabalhadores mais velhos, não considerando essa problemática sob uma dimensão macrossocial ou totalizante, ou seja, como uma forma de exclusão específica – dentre muitas outras – gerada pela própria lógica excludente da sociedade capitalista.

É interessante percebermos como os dois principais movimentos de idosos, o da terceira idade e o dos aposentados, representam, respectivamente, a distinção entre “novos” e “velhos” movimentos sociais. Se considerarmos que o movimento dos aposentados possui um forte viés sindical e trabalhista, poderíamos afirmar que tal movimento é remanescente do movimento operário. Por outro lado, o movimento da terceira idade pode ser compreendido como um novo movimento social por, principalmente, conceber a questão da velhice como algo separado da questão social, marcada pela luta de classes, e por ser

protagonizado por organizações da sociedade civil, como sociedades científicas, assistenciais e de serviço social.

A caracterização do atual movimento social do idoso reproduz a pouca efetividade das ações coletivas nos dias de hoje. Os sindicatos de trabalhadores, os partidos trabalhistas e as associações de aposentados, apesar de derivarem dos antigos movimentos operários, burocratizaram-se de uma tal forma que deixaram de representar àqueles que deveriam ser representados. Representam, na verdade, principalmente os interesses corporativistas da cúpula institucional. O mesmo acontece com as organizações do terceiro setor e da economia solidária que atuam politicamente. Elas agem dentro dos limites estreitos da cidadania burguesa e, por isso mesmo, estão longe de ser uma ameaça ao atual *status quo*. Ao contrário, conforme mostrou Montaño (2003), são organizações funcionais ao capitalismo e representam, antes de tudo, interesses institucionais.

O enfraquecimento e a institucionalização das ações coletivas, que são fenômenos contemporâneos a sua transformação em “produto” dentro dos mercados político e empresarial (ou seja, das empresas “com responsabilidade social”), podem ser verificados a partir da análise das duas últimas conquistas dos movimentos de idosos no Brasil: o Estatuto do Idoso e a Política Nacional do Idoso. Conforme vimos no capítulo 3, essas políticas e leis atendem mais aos interesses das organizações representativas da velhice do que as necessidades reais e mais urgentes da população com mais de 60 anos.

Senão, vejamos. Como explicar, por exemplo, o fato de as associações de aposentados, representadas em esfera nacional pela Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (COBAP), terem participado da elaboração do Estatuto do Idoso, sendo que o mesmo tem como ponto mais fraco a Previdência Social? Da mesma forma, como justificar a omissão tanto do Estatuto quanto da Política Nacional no que se refere à necessidade urgente de erradicação do analfabetismo *também* entre os maiores de 60 anos no Brasil, uma vez que tanto as entidades científicas da velhice quanto as instituições de educação e lazer para idosos (como o SESC), ativamente atuantes no movimento, deveriam prezar principalmente pela universalização do e pelo acesso ao conhecimento?

Tais contradições colocam em xeque a própria questão da representatividade institucional, pedra de toque da nossa sociedade “democrática”. Será que as instituições

representativas de fato representam? Ou seria a representatividade só mais um mito dos muitos que existem em nossa vida política? É impressionante como a análise de Cassirer (1976) sobre os mitos políticos ainda se mostra tão atual.

*O movimento social do idoso sob a mira da Etnografia: apontamentos metodológicos sobre a pesquisa empírica*

A pesquisa etnográfica surgiu com a função primordial de desvendar a essência das culturas, principalmente as não-européias, dos chamados “povos primitivos”, das Américas, da África, da Ásia e da Oceania. Tais povos eram considerados “excêntricos” e “exóticos” por terem hábitos culturais bastante distintos dos da cultura européia ou ocidental, tida como “civilizada”. Geertz (1989) apontaria em seu clássico ensaio *A interpretação das culturas* como a Etnografia contribuiu para que a Antropologia pudesse aprimorar suas técnicas metodológicas e lançar um novo olhar sobre o “diferente”, passando a relativizar as classificações evolucionistas de “selvagem” e “civilizado”, “raça inferior” e “raça superior”, “primitivo” e “evoluído”, dentre outras.

Dessa forma, pode-se dizer que a pesquisa etnográfica teve um papel fundamental na superação e na desmistificação do etnocentrismo, que atingiria principalmente os negros africanos e os povos indígenas durante a colonização do continente americano pelos europeus. Em síntese, a Etnografia pode ser considerada como uma técnica eficaz de investigação, que tem a propriedade de revelar elementos ocultos da cultura analisada, ou seja, de fazer emergir aqueles aspectos que dificilmente seriam visíveis ou perceptíveis ao observador leigo (ou não-etnógrafo).

Diante disso, para estudar o movimento social do idoso sob um ponto de vista crítico propomos utilizar a pesquisa etnográfica paralelamente ao enfoque marxista, procurando resgatar a “essência que há por detrás da aparência”. Acreditamos ser possível desenvolver através dessa técnica uma análise mais abrangente do fenômeno da representatividade burocrático-institucional, que tem caracterizado as ações coletivas dentro da sociedade “democrática” capitalista. Estão enganados aqueles que afirmam não ser possível conciliar a Etnografia com o materialismo histórico e dialético, a base

metodológica do marxismo. Na verdade, percebe-se que são técnicas não só conciliáveis como também mutuamente complementares.

Por exemplo, não seria possível a Engels (2000) desenvolver seu estudo sobre as origens do Estado, da propriedade privada e da família sem o recurso às técnicas etnográficas e arqueológicas de pesquisa. Da mesma forma, Pierre Clastres (1990) também faria uso da Etnografia para fundamentar a sua crítica ao Estado capitalista, identificando a negação social (ou coletiva) do poder político centralizado entre povos nativos das Américas. Em sentido geral, o próprio marxismo pode ser visto como uma corrente de pensamento que foi capaz de desvendar de forma inédita a essência da sociedade capitalista, empreendendo uma espécie de “levantamento etnográfico” do seu funcionamento. Com isso, colocou a nu as estratégias ocultas de dominação e de exploração inerentes ao capitalismo.

Alguns pesquisadores identificam o movimento dos aposentados como uma prática de resistência que está diretamente vinculada à luta de classes, característica que o diferencia dos outros movimentos de idosos, ideologicamente ligados ao viés elitista da terceira idade. É o caso dos trabalhos de Simões (2000) e Haddad (2001), que estudaram a mobilização dos aposentados pelos 147% de aumento, ocorrida no início da década de 1990. Contudo, é necessário atentar para o fato de que tais estudos não questionam os entraves inerentes à *burocratização das próprias instituições representativas dos trabalhadores e dos aposentados* e de como isso tem comprometido a verdadeira eficácia do movimento. Em outras palavras, tais estudos não consideram que é na *burocratização da própria luta de classes* que reside hoje a sua principal contradição.

Esse é o aspecto principal de nossa crítica às pesquisas sobre movimentos sociais e ativismo político desenvolvidas até o momento. Nelas, raramente se coloca em xeque um aspecto crucial: a questão burocrática que perpassa os sindicatos, as associações de aposentados, os partidos trabalhistas e as demais organizações representativas da sociedade civil. É fácil perceber como e em que sentido a nossa abordagem metodológica se distingue do marxismo tradicional. Não acreditamos no caráter verdadeiramente revolucionário dessas organizações que dizem representar a classe trabalhadora. Elas perdem o seu potencial revolucionário na medida em que se burocratizam. Foi o que ocorreu com o

Partido Comunista soviético, que passou a se descaracterizar como partido essencialmente revolucionário ao empreender o seu processo de burocratização (MOTTA, 1981).

Assim, acreditamos que uma Etnografia das instituições burocrático-representativas, que protagonizam o movimento social do idoso, pode contribuir, mesmo que modestamente, para desmistificar a idéia da representatividade institucional como veículo de emancipação social e humana. É fundamental destacar que o privilegiamento de interesses corporativos em detrimento dos da coletividade não é uma tendência setorial, restrita às organizações representativas da velhice, mas sim um fenômeno universal, característico do próprio modelo representativo fundado na burocracia, conforme mostram autores como Motta (1986) e Tragtenberg (1980).

Para desenvolver um estudo etnográfico das organizações que protagonizam o movimento social do idoso seguimos o caminho proposto por Edgar Schein (1992), que divide a cultura das organizações em três níveis de profundidade. Em primeiro lugar, o nível dos artefatos visíveis representa os elementos mais aparentes e fáceis de serem notados. Podem ser analisados a partir do layout das organizações e do perfil dos membros integrantes, por exemplo. Em seguida, temos o nível dos valores compartilhados, que é obtido a partir da análise da história da organização, do seu regimento interno, das publicações internas, das pesquisas acadêmicas sobre a organização, dos eventos promovidos por ela e através de entrevistas com membros integrantes ou ligados de alguma forma à organização. Por fim, o nível dos pressupostos inconscientes é considerado como o mais profundo, sendo que nele é encontrada a essência da cultura organizacional. Esse nível é obtido a partir das entrevistas com membros-chave (“burocratas”) da organização e pelas contradições de sentido observadas no seu próprio discurso, ou entre o seu discurso e o dos “não-burocratas”, ou seja, daqueles que não integram a cúpula da instituição.

Dessa forma, entrevistamos alguns burocratas do SESC, da SBGG, da ANG e da COBAP, no intuito de contrapor seus discursos com os dos idosos que se encontram na condição de “representados” por essas instituições. Para obter tais depoimentos, adotamos principalmente duas estratégias: agendamento de entrevistas e participação em eventos promovidos pelas organizações. Neste sentido, o Encontro Nacional de Idosos, promovido pelo SESC em outubro de 2005, o Simpósio de Geriatria e Gerontologia, promovido em outubro de 2005 pela SBGG em convênio com a Faculdade de Ciências Médicas da



UNICAMP e o Congresso Nacional de Aposentados, Pensionistas e Idosos, promovido pela COBAP em outubro de 2005, podem ser apontados como os principais eventos dos quais participamos, e que nos proporcionaram um maior contato com os participantes dos movimentos de idosos.

Em tais eventos, e também nas entrevistas agendadas, conseguimos ter acesso também a documentos sobre o regimento interno das organizações, bem como sobre o seu histórico de luta militante a favor dos idosos. Tais documentos, somados a trabalhos acadêmicos sobre a atuação das organizações, serviram como dados importantes para o desenvolvimento da pesquisa etnográfica. Além disso, a participação nos eventos nos permitiu realizar uma observação participante do movimento dos idosos em plena atividade, possibilitando tanto um contato inicial para análise dos artefatos visíveis, quanto um aprofundamento das investigações acerca da dinâmica interna do movimento. Dessa forma, pudemos analisar o funcionamento das organizações representativas da velhice e entrar em contato com os seus valores compartilhados.

#### **4.2. O SESC e a Terceira Idade**

##### *Os artefatos e valores: a organização e seu histórico*

Não é possível desvincularmos o SESC da idéia de terceira idade no Brasil. Conforme mostra Debert (2004), foi essa organização que trouxe da França, na década de 1970, a experiência das universidades abertas à terceira idade, contribuindo de forma decisiva para popularizar a nova expressão classificatória da velhice. Em geral, o SESC foi o pioneiro no desenvolvimento de atividades educacionais, esportivas, assistenciais e sociais com idosos no Brasil e esse seu papel inovador no campo do envelhecimento dá a ele um lugar de destaque entre as organizações representativas da velhice. É por isso que as diversas pesquisas sobre a questão social da velhice no Brasil têm considerado o SESC como objeto de estudo. Tais abordagens variam entre as de enfoque mais crítico e outras meramente descritivas. Dentre as do primeiro tipo, destaca-se o estudo de Eneida Haddad (1986), *A ideologia da velhice*, no qual a autora analisa o SESC como entidade-chave na construção de uma nova ideologia sobre o envelhecimento (a da “terceira idade”), que

passaria a conceber essa fase da vida como a oportunidade de vivenciar uma “nova juventude”, transformando a velhice (e os problemas sociais, físicos e psicológicos dela decorrentes) numa responsabilidade individual. Outros estudos, no entanto, têm ressaltado a importância do SESC como organização social pioneira no trabalho com idosos no Brasil, tal como a pesquisa de Marcelo Antonio Salgado (1982), *Velhice: uma nova questão social*. Neste estudo, o autor – que é gerontólogo social e esteve presente desde o início do trabalho com idosos no SESC – destaca a emergência da velhice como questão social, enfatizando o SESC como a primeira entidade de serviço social a atentar para tal questão na sociedade brasileira.

Assim, o histórico do SESC no campo da velhice, marcado pelo seu pioneirismo e pelo comprometimento com a “nova questão social”, faz dessa organização uma referência nacional em matéria de envelhecimento, tanto no que se refere a estudos e pesquisas, quanto na ação prática direta com o público idoso, por meio de atividades de esporte, lazer, educação e cultura, além, é claro, das ações de conscientização e de ação política “em prol” da terceira idade. Na verdade, a notoriedade e a popularidade adquiridas pelo SESC no Brasil devem-se, em grande medida, ao trabalho social com idosos, sendo esse o principal trunfo da organização, que se empenha para sustentar essa imagem. Na edição comemorativa dos 40 anos do trabalho social com idosos do SESC/SP (2003), intitulada *O século da terceira idade*, é destacado que:

O SESC São Paulo comemora 40 anos de um trabalho pioneiro no Brasil: o Trabalho Social com Idosos. Implantado em setembro de 1963, o programa foi criado ainda quando a questão da terceira idade não despertava a atenção dos organismos públicos, das instituições de bem-estar social, dos órgãos de comunicação e da sociedade em geral (p. 11).

Nota-se como o pioneirismo do SESC, o seu caráter inovador representado pela implantação do trabalho social com idosos, numa época em que a questão da terceira idade ainda era desconhecida no país, são colocados como motivo de orgulho institucional. Fazendo isso, o SESC se apóia na bandeira da terceira idade para se autopromover como organização socialmente responsável, mantida pela classe empresarial:

Como tantos outros trabalhos realizados pelo SESC, o Trabalho Social com Idosos reflete o esforço do empresariado do comércio e

serviços em prol da sociedade brasileira. Sintonizados com o princípio de responsabilidade social, esses empreendedores consideram que a função empresarial não se limita, em absoluto, à produção de bens e riquezas. Ela estende-se à promoção do bem-estar social, à preocupação com a qualidade de vida das pessoas e comunidades. Assim, os empresários têm compromisso também com o direito de todos a uma vida digna, com o direito de todos a usufruir dos bens materiais e espirituais de nossa sociedade (SESC/SP, 2003; p. 09).

Denominado Serviço Social do Comércio, o SESC representa os interesses e aspirações dos empresários do setor comercial, sustentados na ideologia da responsabilidade social. Sabe-se que, com o neoliberalismo, os serviços sociais e a filantropia tornaram-se excelentes oportunidades de investimento para a classe empresarial, haja vista o desmonte do Estado de bem-estar pela privatização dos direitos sociais. E o próprio SESC também se destacaria como um precursor dessa “nova tendência”, adotando a responsabilidade social como filosofia bem antes dela se tornar modismo. Além disso, reconhece a importância do trabalho com a terceira idade como pedra de toque dentro do ideário de responsabilidade social da empresa:

Haja vista a própria criação do SESC, há quase 60 anos, que antecipou um conceito hoje amplamente discutido em todo o mundo: o conceito de responsabilidade social das empresas. O Trabalho Social com Idosos expressa de forma exemplar o conceito exato de responsabilidade social das empresas. É, portanto, esse sentido que desponta nesta entidade em seu significado mais pleno (SESC/SP, 2003; p. 09).

Portanto, observa-se que é impossível dissociarmos o SESC da classe empresarial, principalmente no que se refere a princípios ideológicos. Neste sentido, é a ideologia da classe economicamente dominante – a classe empresarial – que vai permear as ações dessa organização. A sua roupagem de responsabilidade social oculta, na verdade, os interesses econômicos e corporativos de uma classe dominante que visa comercializar e lucrar também com as ações de serviço social (assistência social, representação política) e com os direitos sociais (educação, esporte e lazer), que deveriam ser garantidos pelo Estado, pública e gratuitamente, não só para a população idosa, mas para todos os cidadãos, indistintamente. A forma pela qual o SESC se vangloria do seu pioneirismo no trabalho social com idosos e na incorporação da responsabilidade social empresarial, e da maneira

como isso é visto positivamente pelo público, retrata a tamanha alienação política a que chegou a nossa sociedade, que parece não ter a mínima noção do que seja de fato dever do Estado e pra que, na realidade, esse Estado existe enquanto instituição.

Se a classe empresarial ou uma entidade que incorpora seus interesses (como no caso o SESC) tem que desempenhar uma função que caberia ao Estado, dever-se-ia ao menos ter a capacidade de questionar qual a real necessidade, portanto, da existência desse Estado na sociedade, já que ele não cumpre a sua função social (ou a função por meio da qual ele procura justificar, perante o povo, a sua existência).<sup>95</sup> Mas sabemos que, por detrás dessa aparente contradição, existem interesses de ambas as partes; tanto do Estado em se dispor das suas responsabilidades para com o social, transferindo-as para a classe empresarial, quanto dessa classe mesma, que aceita assumir tal responsabilidade em troca da isenção dos impostos que deveria pagar (MONTAÑO, 2003).

O povo, por sua vez, ao ser mantido na ignorância acerca das “artimanhas do Leviatã”, em parceria com as classes dominantes, é induzido a acreditar no “bom caráter” dos empresários e na importância de organizações como o SESC para a promoção do bem-estar social. Tais organizações são vistas como auxiliares do Estado, que, pelo senso comum, “não é capaz de dar conta de tudo”. Voltadas à assistência social, projetam-se perante a sociedade como “necessárias” frente a um Estado supostamente falido, de uma burocracia pública ineficiente e de uma classe política indiferente ao destino do povo.

O ideário neoliberal que perpassa a ação das organizações sociais ou assistenciais do chamado terceiro setor justifica, em grande medida, o interesse do SESC pela terceira idade, bem como a atuação política dessa organização “em defesa” dos idosos. A experiência internacional de alguns dos idealizadores desse trabalho, que trouxeram da França – país que envelheceu bem mais cedo do que o Brasil – muito do que foi implantado na área da terceira idade aqui no país, possibilitou ao SESC diagnosticar antecipadamente (na década de 1960) um nicho de mercado (ou de público) que se expandiria no futuro, como resultado direto do envelhecimento populacional. Assim, pode-se dizer que o pioneirismo do SESC no trabalho com a terceira idade se justifica, em grande medida, pela

---

<sup>95</sup> Isso mostra, paralelamente, o quanto o nosso sistema educacional é falho no que se refere à educação política do povo, sendo incapaz de conscientizá-lo e desaliená-lo verdadeiramente acerca do real funcionamento do nosso sistema político. Cf. Peres (2006).

excelente “visão de mercado” dos seus membros integrantes. E decerto não se deve estranhar essa visão numa organização assistencial que é mantida pela classe empresarial.

A transformação da velhice em mercadoria está no cerne da idéia de terceira idade, que, no Brasil, é indissociável da ação do SESC, por ser essa organização uma das principais responsáveis pela “importação” e disseminação dessa nova identidade da velhice. Para Eneita Haddad (1986):

O imaginário da proposta SESC assenta-se numa lógica que expressa a racionalidade utilitária inerente ao padrão de acumulação capitalista: a tentativa de converter a velhice em mercadoria intercambiável no mercado (p. 123.).

Ao propor um novo estilo de vida para os idosos, por meio do qual a velhice deixa de ser um período “improdutivo”, de repouso e monotonia, para se tornar um tempo em que é possível vivenciar atividades diversas, de lazer, esporte, educação e trabalho, a ideologia da terceira idade, com o SESC e a gerontologia/geriatria na linha de frente, representou uma oportunidade única de mercantilização e institucionalização de um período da vida humana que não tinha até então nenhuma utilidade para o capital, não passando de mão-de-obra obsoleta, improdutiva e que deveria ser mantida com políticas de previdência e assistência. Com isso, a exploração desse novo nicho de mercado passa a ser disputada por outras entidades, como a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e as Universidades da Terceira Idade (UNATI). Conforme destaca Debert (2004):

Duas outras organizações, além do SESC, foram pioneiras na promoção desses programas [de atendimento a idosos] no Brasil: a LBA (Legião Brasileira de Assistência) e as Universidades para a Terceira Idade, com experiências inicialmente criadas no interior das universidades, como é o caso da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puccamp), e hoje presentes em várias universidades públicas e privadas, nas diferentes regiões do país (p. 145-146).

O que Habermas (1984) chama de “povoamento do mundo da vida” pode ser exemplificado pela proliferação de instituições que passariam a “habitar” um novo nicho de atuação, representado aqui pela terceira idade. O que antes era desprezível (no caso, a velhice), passaria agora a ser interessante tanto do ponto de vista comercial, como também político e corporativo. Neste contexto, a disputa entre as organizações representativas da

velhice se verifica no sentido destas tentarem se projetar como representantes legítimas dos idosos.

Na condição de uma das mais antigas entidades representativas, o SESC procuraria sustentar e realçar seu pioneirismo no trabalho social com idosos, investindo em programas culturais, educativos, de esporte e lazer e promovendo eventos e debates para o público da terceira idade. Todo esse conjunto de ações integraria as estratégias de marketing da instituição, que soube fazer bom uso do seu trabalho com a velhice para se promover e adquirir popularidade em todo o território nacional, mas principalmente no estado de São Paulo. No final da década de 1980, o SESC já havia se tornado um dos mais conhecidos centros especializados em velhice do Brasil. A criação das Escolas Abertas da Terceira Idade em 1977 e do Centro de Estudos da Terceira Idade (CETI) em 1978, bem como o lançamento, em 1983, de uma publicação especializada em velhice – a série *Cadernos da Terceira Idade* –, contribuiriam decisivamente para que o SESC adquirisse tamanha popularidade.

Em 1998, o CETI se transformaria na Gerência de Estudos da Terceira Idade (GETI), com o fim de ampliar o número de cidades atendidas em todo o Estado de São Paulo. Das realizações decorrentes dessa transformação, mereceriam destaque principalmente duas. A primeira foi a criação da revista *A Terceira Idade* que:

Surgida em setembro de 1988 – e até hoje publicada regularmente – [esta revista foi] concebida para ser um periódico técnico capaz de servir de suporte a todos os que trabalham com pessoas idosas. Dotada de uma forma gráfica de extrema simplicidade que busca a valorização de seu conteúdo formado pela contribuição de renomados especialistas, essa publicação foi conquistando paulatinamente um público especializado em todo o Brasil e atualmente é um dos mais importantes veículos de estudos gerontológicos do país, sendo distribuída a universidades, bibliotecas, instituições socioculturais e órgãos públicos das esferas municipal, estadual e federal (SESC/SP, 2003; p. 80).

A segunda importante realização da GETI estaria diretamente ligada à atuação política do SESC, na sua condição de organização representativa da velhice:

Outro destaque da ação do SESC em relação às questões ligadas à Terceira Idade é o apoio à criação dos Conselhos Estaduais e Municipais de idosos e o posterior acompanhamento de suas atividades, assim como a

mobilização de grupos da Terceira Idade para uma ação política reivindicatória dirigida ao resgate dos direitos dos idosos e ao exercício da cidadania e a participação na implementação de Encontros Nacionais de Idosos (SESC/SP, 2003; p. 80).

Ao se projetar como uma das mais conhecidas (e antigas) organizações representativas da velhice no Brasil, o SESC teria importância fundamental na articulação do “movimento social do idoso”, especialmente em uma de suas frentes: a da terceira idade.<sup>96</sup> A promoção de eventos de conteúdo conscientizador – como os Encontros Nacionais de Idosos, nos quais geralmente são debatidos temas de grande interesse social para a população idosa, como as políticas da terceira idade e o Estatuto do Idoso –, somada à influência do SESC na consolidação dos conselhos municipais, estaduais e nacional do idoso e na própria elaboração de políticas públicas da velhice, como a Política Nacional do Idoso (lei 8.842/94), fizeram dessa organização uma das mais expressivas no exercício de representação política da população idosa.

A influência do SESC no Estatuto do Idoso é expressa pelo chamado “Manifesto de Campos do Jordão”, onde foi realizado o XII Encontro Estadual de Idosos.

O documento, preparado pelos representantes dos grupos de idosos participantes, destacava a importância do Estatuto do Idoso como instrumento capaz de promover “a autonomia, a integração e a participação dos idosos na sociedade”, mas alertava que sua aplicação dependia “do esforço concentrado dos grupos da Terceira Idade, das associações de aposentados e de todo o povo brasileiro”, para não correr o risco de permanecer “engavetado e esquecido” (SESC/SP, 2003; p. 164).

Percebe-se aqui claramente a presença marcante do SESC, não só na reivindicação do Estatuto, mas também na necessidade permanente de vigilância e pressão dos poderes públicos, para que estes não permitam a obsolescência e a pouca efetividade de mais uma lei brasileira. Diante disso, não há dúvidas de que o SESC figura, de fato, como uma das instituições mais atuantes na mobilização política da terceira idade.

---

<sup>96</sup> Não se pode esquecer que o movimento social do idoso no Brasil possui, essencialmente, três frentes de ação: a da terceira idade, liderada pelo SESC, a dos aposentados, protagonizada pelas associações de aposentados e encabeçada pela COBAP, e a da gerontologia/geriatria, cujos agentes são as entidades científicas especializadas no envelhecimento. Cf. Peres (2005).

Seja levando aos poderes públicos seus pensamentos e suas reivindicações com textos como o “Manifesto de Campos do Jordão”, seja discutindo os problemas dos idosos brasileiros em conferências, mesas-redondas e painéis de debates, os encontros estaduais e nacionais promovidos pelo SESC têm marcado periodicamente a evolução de um movimento brasileiro da Terceira Idade com força suficiente para pressionar autoridades governamentais e legisladores, órgãos públicos e empresas privadas em direção aos interesses dos idosos e de acordo com uma visão própria e original dos rumos que a sociedade deve seguir. Somando forças com outros agentes sociais brasileiros, o SESC, por meio desses eventos, vem abrindo caminho para o surgimento de um novo tipo de cidadão brasileiro – o idoso que participa socialmente, opina politicamente e faz ouvir sua voz nas grandes questões da sociedade brasileira. E que, além do mais, preza o próprio aperfeiçoamento pessoal, busca novos conhecimentos, vive o mundo globalizado, produz e consome cultura (SESC/SP, 2003; p. 164-165).

Se, por um lado, o SESC tem contribuído para politizar a terceira idade com seus programas, por outro, não podemos deixar de considerar que esse tipo de ação se insere dentro de suas estratégias de marketing institucional-corporativo. Sabe-se que a conscientização e ação política “para o exercício da cidadania” é uma das diversas frentes em que têm atuado hoje as organizações do terceiro setor (FERNANDES, 1994). Conforme mostra Debert (1997), a reinvenção da velhice retratada pelo surgimento da terceira idade carrega, em paralelo, a elaboração de novas demandas políticas, uma vez que uma velhice mais “dinâmica” e consciente dos seus direitos passa a reivindicar mais politicamente. Isso explica, em grande medida, a elaboração de políticas e leis relacionadas à velhice, que podemos ver atualmente no Brasil. Neste sentido, as novas demandas políticas da terceira idade justificam a crescente politização da velhice na sociedade brasileira, bem como o desenvolvimento, em paralelo, de uma estrutura jurídica-política-institucional ligada à questão do envelhecimento.

A relação entre o surgimento da terceira idade e a politização da velhice pode ser notada pelo caráter elitista das leis e políticas do idoso promulgadas recentemente no Brasil. Conforme vimos no Capítulo 3, tais leis e políticas privilegiam uma minoria de idosos que pode desfrutar de uma velhice reinventada pela ideologia da terceira idade, que é sem dúvida bem mais interessante do que a velhice dos pobres e trabalhadores assalariados. Isso porque tais políticas e leis centram-se em ações no lazer, na educação da terceira idade, no transporte, no turismo, no esporte, mas nada mudam a realidade



miserável da grande maioria de idosos que depende da Previdência Social para sobreviver. Essas contradições revelam o caráter falacioso e corporativista inerente às tentativas de politização da velhice empreendidas pelas suas organizações representativas.

Na verdade, o “circo político” que se observa na ação das organizações representativas da velhice carrega o mesmo discurso das organizações do terceiro setor que atuam no terreno da ação/conscientização política e da própria democracia de fachada que nós vivemos hoje no Brasil. Em geral, todas essas linhas de ação enfatizam a questão da cidadania, incentivando uma participação política sem força efetiva para mudar as estruturas de poder da sociedade capitalista, que têm a intenção de perpetuar a desigualdade e a exploração da classe trabalhadora. O discurso da cidadania é falacioso e paliativo frente às questões sociais do capitalismo, pois propõe ações dentro dos limites estreitos de atuação política da nossa democracia, não agindo e nem conscientizando no sentido da real necessidade de *ruptura* do sistema capitalista (PERES, 2006). Neste mesmo sentido, Antunes (1999) e Montaña (2003) destacam a pouca efetividade das organizações do terceiro setor no que se refere às suas ações “contra” o capitalismo, afirmando que, na verdade, não passam de organizações *funcionais* à lógica do capital e que não têm o propósito e nem força política suficiente de romper com o sistema.

Quando Haddad (1986) acusa o SESC de tutelar a velhice essa autora se refere ao fato de essa organização impor um controle sobre os idosos no sentido de condicioná-los a um estilo de vida padronizado – o da terceira idade –, e, também, de levá-los a protagonizar um tipo de ação ou participação política que pode facilmente ser controlado. As atividades de convivência desenvolvida com os idosos, que incluem principalmente lazer, esporte, arte e educação, ocultam, segundo Haddad, uma estratégia de tutela empreendida pelo SESC. Tais atividades têm, no fundo, a finalidade de abafar as contradições entre capital e trabalho que estão no cerne da questão social da velhice. Diz a autora que:

Dentre as atividades centradas no lazer, os Centros de Convivência oferecem corais, conjuntos musicais, reuniões dançantes, ginásticas, etc. Por detrás, há a ação de equipes multiprofissionais, isto é, há um racional trabalho social, expressão do desenvolvimento do aparelho de Estado que, sob a capa de assistir a velhice em perigo, quer estender seu domínio sobre os cidadãos afim de ter os idosos sob controle, abafando com panos quentes mais uma das contradições da organização social capitalista. Irremediavelmente, a velhice é dramática para o trabalhador, cuja vida é marcada pela tragédia da dominação e da

exploração. No entanto, receitando o convívio social, desconsiderando as relações de produção, o SESC, através de sua ação racional “em favor dos velhos”, propõe que eles dançam e cantem; propõe-lhes exercícios corporais; propõe-lhes o contato com os jovens, etc., como se, sabiamente, estivesse lhes indicando o caminho que os conduzirá a um final feliz (p. 113).

Portanto, a terceira idade como nova ideologia da velhice, ao propor (ou impor) um novo estilo de vida para os velhos, exerce sobre eles um poder oculto, retratando como “errada, improdutiva, ociosa, doente, medíocre e ultrapassada” a velhice pobre da classe trabalhadora. É evidente que, neste caso, não se considera as dificuldades inerentes às condições de vida dos velhos desta classe, que normalmente não têm condições financeiras e nem tempo disponível para ter acesso aos recursos e programas da terceira idade. Não se considera, também, que a própria condição de exploração imposta à classe trabalhadora, o desgastante ritmo de trabalho, o dia-a-dia estressante, o medo e a condição do desemprego, dentre outros problemas, faz com que os trabalhadores cheguem à velhice já deteriorados física e mentalmente. Assim, muitos não têm mais energia para viver o ritmo de vida da terceira idade. Acabam, portanto, sendo taxados pela própria sociedade como improdutivos, acomodados, obsoletos, vagabundos (inclusive na opinião do nosso Ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso), ultrapassados, sem motivação, dentre outros estereótipos negativos que pesam contra os idosos e que motivam a sua exclusão sociocultural e profissional, determinada por preconceitos, conforme mostraram os estudos de Palmore (1999), Neri (1996) e Peres (2002; 2003 e 2004).

#### *Os pressupostos inconscientes revelados pelo discurso dos burocratas*

Conforme mostra Schein (1992), os líderes das organizações, também chamados de burocratas, podem transmitir a essência da cultura organizacional, uma vez que eles se encontram no topo da hierarquia institucional e, por isso mesmo, ditam as regras e valores a serem assimilados e tidos como “certos” pelos demais membros da organização. Com o fim de reunir informações relevantes acerca do movimento social do idoso, entrevistamos alguns burocratas das organizações representativas da velhice. No caso do SESC, a Gerência de Estudos da Terceira Idade (GETI), localizada na unidade-cede da instituição em São Paulo (SESC Av. Paulista), tem caráter estratégico no trabalho social com idosos,

desde o seu surgimento como Centro de Estudos da Terceira Idade (CETI) no final da década de 1970. Diante disso, optamos por entrevistar dois membros-chave da GETI, no intuito de resgatar suas opiniões acerca da atuação do SESC como organização representativa da velhice e sobre a questão social da velhice na sociedade brasileira. Deve-se esclarecer que, por motivos éticos, o nome das pessoas entrevistadas foi mantido em sigilo, sendo que iremos nos referir a elas aqui apenas pelas iniciais.

Nas entrevistas, como era de se esperar, nota-se que a ação do SESC sempre é elogiada pelas entrevistadas e que o trabalho social com idosos desenvolvido de forma pioneira por essa instituição é visto como um dos seus maiores trunfos. L., uma das coordenadoras da GETI, destacou que:

Essa gerência [da terceira idade] tem o papel de coordenar o trabalho social com idosos, que é um programa que o SESC tem na regional de São Paulo há 33 anos. Foi a primeira instituição que pensou na pessoa idosa no processo de envelhecimento, quando isso não era nem moda. Não se falava em idoso, mas se falava em velho como excluído, e só! E o SESC pensa nesse programa exatamente com um dos objetivos de reinserção no mercado, na vida social, na sociedade.

É interessante observar que a entrevistada faz menção tanto ao pioneirismo do SESC quanto à importância do trabalho social com idosos para combater a exclusão sofrida por eles no mercado de trabalho e na sociedade. Contudo, parece não perceber que o próprio SESC, na condição de instituição pioneira no trabalho com idosos e de principal disseminadora da ideologia da terceira idade na sociedade brasileira, teve (e ainda tem) grande responsabilidade na popularização de estereótipos negativos sobre a velhice, que motivam atitudes preconceituosas e discriminatórias contra os idosos, principalmente os mais pobres. Por não terem condições físicas e psicológicas, tempo ou recursos financeiros suficientes, esses idosos da classe trabalhadora não podem incorporar o ritmo de vida dos idosos dos programas da terceira idade. Assim, por não serem capazes de viver essa “nova velhice”, são com frequência considerados pela sociedade como doentes, improdutivos, desmotivados, obsoletos, etc. (HADDAD, 1986).

Outro aspecto que merece atenção é o de “reinscrção na sociedade”. Quando a entrevistada cita essa como uma das funções dos programas da terceira idade do SESC, não

fica claro de imediato a que tipo de inserção ela está se referindo. No entanto, essa dúvida é esclarecida pela outra entrevistada, M., também uma das coordenadoras da GETI:

O SESC quando inicia esse trabalho era no sentido de abrir esse espaço para que as pessoas pudessem conviver, pudessem se relacionar, pudessem se socializar. Pessoas com a mesma faixa etária, com os mesmos objetivos, com os mesmos problemas. Então ele começa com esse enfoque, de criar um espaço de recreação, de festa, onde as pessoas pudessem fazer novos amigos, enfim, conviver, porque isso não existia!

Percebe-se que a idéia de uma “inserção social” que é sustentada pelas coordenadoras da GETI é, na verdade, uma experiência de contato ou integração social, por meio da recreação, do lazer ou do esporte. O propósito desses programas, conforme a fala de L., seria o de minimizar a exclusão (ou seria isolamento?) social vivida pelos idosos. Contudo, há uma confusão nítida na fala das entrevistadas sobre o que seja inserção ou exclusão social. Os programas da terceira idade do SESC não têm, portanto, o objetivo de combater a exclusão social, mas somente de criar espaços de convivência e integração social entre os idosos. Tal “solução” é meramente paliativa, pois é evidente que não resolve em nada a exclusão social vivida pelos velhos, que se deve, acima de tudo, à própria lógica excludente da sociedade capitalista, que exclui não só o velho, mas a todos aqueles que não detêm a posse dos meios de produção material e que, por isso mesmo, estão destituídos de poder econômico e de decisão política.

Outra contradição de sentido presente no discurso das entrevistadas é no que se refere à tutela supostamente exercida pelo SESC sobre os idosos. Para elas, essa tutela nunca existiu e a cidadania do idoso é estimulada pelos programas respeitando a sua autonomia como ser social de direitos. De acordo com L.:

O SESC desde o início do trabalho sempre olhou para este indivíduo como um ser capaz de escolher. Então o papel do SESC é de instrumentalizar os indivíduos para quem percorresse, quem fizesse história e pra qual caminho fosse. E até hoje é isso! Ah, a gente daqui, o SESC aqui não! O SESC não faz pelo idoso, o SESC faz para o idoso adquirir força e consistência de buscar o que ele determina em última instância como necessidade dele. Não somos nós, aí olha, é super importante discutir, claro, entra todo o nosso acompanhamento, nosso pano de fundo, mas em última instância, o protagonista é o idoso. Portanto, o papel do SESC é o de instrumentalizar o idoso como cidadão, dono das suas capacidades.

Nota-se que a entrevistada faz questão de enfatizar que o SESC não tutela os idosos. Segundo ela, essa organização não faz pelo idoso, mas atua para que ele tenha autonomia e capacidade de ser cidadão, reivindicando politicamente. Contudo, essa mesma entrevistada, L., afirma mais adiante que:

A gente não entende que o idoso precise disso [ou seja, ser tutelado]. No sentido de capacidade. Ele sabe o que ele quer, onde ele vai chegar, ele só precisa ter as estruturas prontas, como todos nós cidadãos, para que a gente possa seguir o eixo.

É curioso como a entrevistada cai em contradição ao afirmar que o idoso não precisa de tutela, mas, por outro lado, necessita ter as “estruturas prontas” para agir como cidadão, assim “como todos nós”, para que possamos “seguir o eixo”. Aqui a coordenadora do GETI parece não perceber que o fato de ter as estruturas prontas, ou seja, um modelo padronizado pelo qual se deve agir politicamente é, por si só, uma forma de condicionamento e controle. Conforme mostra Dias (1999), as estruturas (bastante limitadas) da democracia capitalista não permitem uma atuação política livre de controle disciplinar. Assim, qualquer ação política empreendida no contexto da cidadania capitalista estará sujeita aos limites estreitos da nossa democracia (PERES, 2006). Deleuze & Guattari (1996) também consideram que os modelos de ação política existentes hoje, e que são permitidos pela nossa sociedade democrática – tal como as lutas sindicais e partidárias da chamada “esquerda trabalhista”, os movimentos operário e anarquista, os protestos dos movimentos sociais e das organizações do terceiro setor, dentre outras – não ameaçam mais a estabilidade do sistema, por estarem “capturados” pelas estruturas de poder e vigilância do capitalismo, podendo então ser facilmente controladas.

Portanto, ao dizer que é necessário ter as “estruturas prontas” para que os cidadãos possam “seguir o eixo”, a técnica em velhice do SESC revela, sem perceber, o seu condicionamento ao modelo capitalista (e mitificado) de democracia, que insiste em escamotear os verdadeiros interesses (de controle e condicionamento das massas) que estão por detrás desse simulacro político. Por outro lado, toda a perversidade da estrutura “democrática” vigente na sociedade capitalista, que visa perpetuar a desigualdade, a exploração e a dominação, é mantida oculta, não só dos idosos que freqüentam os

programas do SESC, mas de todo o povo, que deveria ser conscientizado acerca dessa realidade. Na verdade (e lamentavelmente), o próprio sistema educativo esquiva-se dessa missão – a de desmistificar a falácia do modelo democrático vigente –, não tendo nenhuma intenção de romper com a lógica excludente do capitalismo. E não poderia ser diferente, já que o nosso sistema educacional existe de maneira simbiótica e funcional ao sistema produtivo capitalista (PERES, 2006).

Talvez a técnica do SESC nem imagine que o seu argumento, utilizado na tentativa de negar a todo custo a tutela do SESC aos idosos, tenha revelado ainda mais claramente a sua própria alienação e o seu condicionamento às estruturas (ocultas) de controle do sistema capitalista. Mal sabe ela que, para que possa ser construída, de fato, uma sociedade mais justa e igualitária (e verdadeiramente democrática), não só para os idosos, mas para todos os que estão excluídos do poder político e econômico, é necessário não “seguir o eixo” das estruturas políticas já existentes, mas sim *rompê-lo* e construir novas bases.

Como se vê, a mobilização política da terceira idade encerra inúmeras contradições, que, na verdade, não são somente dela, mas inerentes ao próprio modelo de movimentos sociais existente atualmente. A proposta de ruptura com o sistema, característica dos primeiros movimentos operários e anarquistas, foi substituída pela inofensiva “participação cidadã” dos novos movimentos. Além disso, podemos observar que a “terceirização” das ações políticas é uma característica marcante no novo modelo de participação ou reivindicação. Tal fenômeno revela a contradição do discurso dos burocratas das instituições representativas da velhice, que afirmam, por um lado, não tutelar o idoso, sustentando que ele é (ou deveria ser) o verdadeiro protagonista do movimento, e por outro, dizem ter sido especialmente os técnicos e políticos os principais articuladores das mais recentes “conquistas” legais e políticas no campo do envelhecimento, a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso. Neste sentido, o depoimento de L. é bastante significativo:

Sim, o Estatuto do Idoso, a própria participação de alguns técnicos que já fizeram parte do SESC, como Marcelo Antonio Salgado, que foi uma pessoa muito atuante na questão da velhice, trabalho social do idoso né? Ele participou em vários momentos e contribuiu muito pra Política Nacional do Idoso e pro próprio Estatuto do Idoso, junto com várias pessoas, como Paulo Paim [Senador pelo PT/RS], enfim, eram grupos que trabalhavam diante disso...

E tamanhos são o distanciamento e alienação dos idosos com relação a tais conquistas que eles nem mesmo sabem como se utilizarem dessas leis do Estatuto, que de novas, na verdade, não têm praticamente nada, já que estão presentes, em sua quase totalidade, na Constituição de 1988. Para M.: “O que a gente precisa hoje é pôr em prática isso né [as leis e políticas da velhice], educar o idoso como cobrar isso, como exigir e como fazer valer...”. O depoimento de L. complementa esse raciocínio:

De forma que ele não seja manipulado pela própria imprensa quando usa o idoso pra fazer um trabalho que acaba sendo publicidade. Então vai lá, pega o idoso brigando com o cobrador de ônibus, vira manchete e vai e a mídia cobra e faz esse escândalo todo, às vezes expondo o idoso até a um papel ridículo porque ele precisa estar na verdade informado, muito bem informado para saber qual é o caminho, pra não ser manipulado mais uma vez pelos órgãos de comunicação que vão usar na verdade o idoso pra dar o ibope que eles querem pro mercado no momento. Então hoje nosso papel é muito esse, quer dizer, de colocar o idoso ciente, com o Estatuto a mão, sabendo o que ele quer e por onde ele vai. Porque a grande dificuldade que a gente percebe nos grupos de idosos é, bom, e aí, pra onde eu vou, pra quem que eu reclamo, quem é que está pronto pra estar ouvindo essas denúncias? Você tem numa cidade grande conselho do idoso, SOS idoso, delegacia, etc.

Obviamente, se essas leis e políticas tivessem sido reivindicadas e conquistadas, de fato, pelo idoso como sujeito político autônomo, não haveria a necessidade de educá-lo ou conscientizá-lo sobre como usufruir desses direitos. Contudo, o que se observa na realidade é que o idoso se vê completamente perdido frente a esse novo contexto, em que caberia a ele agora fazer valer seus direitos, sendo que esses mesmos direitos não foram nem sequer requeridos por ele. Tal contradição se torna ainda mais forte na medida em que observamos, no discurso dos burocratas, a ênfase na necessidade de educar o idoso para ensiná-lo como cobrar e como exigir seus direitos. Semelhante a um teatro de marionetes, monta-se o cenário e os bonecos e procura-se controlar suas ações. Ao idoso são impostos tanto os direitos da velhice quanto a forma pela qual se deve usá-los. O controle disciplinar e coercitivo empreendido sobre os idosos, que ocorre de forma sutil, é aqui revelado claramente pela fala das técnicas do SESC, sem que elas mesmas percebam os mecanismos ocultos de poder inerentes às supostas “soluções” por elas defendidas, ou seja, ensinar o idoso como ele deve reivindicar, como cobrar, enfim, como agir politicamente. Diante desse cenário, é impossível pensar em qualquer forma de autonomia. A espontaneidade e a

subjetividade são completamente anuladas pela padronização de modos de agir e de ser que é imposta (de cima) pelos mecanismos de coerção institucional (GUATTARI, 1987).

Conforme mostra José Murilo de Carvalho (1996), o modelo de transformação política no Brasil ocorreu sempre à mercê do povo, tal como se pôde ver na Proclamação da República, em que a população do Rio de Janeiro assistiu “bestializada” ao movimento protagonizado pela elite, sem que soubesse ao certo do que se tratava. Esse modelo é sinal claro de nossa pobreza política, em que o povo sempre foi adestrado a não reivindicar, a não protestar e a se contentar com as mudanças oriundas de cima (DEMO, 1996). Dessa forma, não caberia ao SESC ou às demais organizações representativas da velhice a missão heróica (e impossível) de ensinar os idosos a terem espírito reivindicatório e inquietação política, sendo que nosso próprio sistema educacional não foi (e ainda não é) capaz de educar politicamente os cidadãos, para que estes saibam não só como devem agir enquanto cidadãos, mas o que é, de fato, *ser cidadão*, ou seja, ser obrigado a agir dentro dos limites estreitos de uma democracia falaciosa e funcional ao sistema capitalista (PERES, 2006).

Na verdade, sabe-se que a atenção maior dada ao idoso e à velhice hoje em nossa sociedade se deve não só ao processo natural de envelhecimento populacional e ao conseqüente aumento do número de idosos, mas principalmente à reinvenção do que é ser velho, com a emergência da ideologia da terceira idade. O surgimento de um novo estilo de vida na velhice, a emergência de um mercado de produtos e serviços, com a transformação dos idosos num atraente mercado consumidor, constituem os motivos principais da maior visibilidade social adquirida hoje pela velhice no Brasil. Assim, o surgimento de novas demandas políticas relacionadas à terceira idade constitui uma decorrência direta desse processo de reinvenção da velhice e de sua mercantilização (DEBERT, 1997).

Com seu discurso “em prol” dos idosos, as entrevistadas da GETI criticam esse fenômeno de transformação da velhice em mercadoria, que acompanha o aumento da sua visibilidade social. Relata L. que:

O idoso passa a ser visto com todo esse “auê” de “olha o idoso!”, quando é percebido que o idoso é um consumidor. Porque até então o idoso não era visto, o idoso só consumia remédios né? Então, não interessava muito. Então, os olhares... Isso, olha, ele consome batom, produtos de beleza, pacote de viagens nas agências. Ele consome sonhos, porque ele ainda tem tempo de vida agora, com esse aumento da longevidade onde ele pode sonhar. Então, claro que desperta um interesse



pelo idoso. Olha, não é porque a sociedade se conscientizou de que ele é sim um produtor também de culturas, também de valores. Não! Antes de mais nada, chamou a atenção [o fato] de que ele é um consumidor de potencial. Então esse é um grande golpe de poder ampliar esse caminho. As coisas não são tão lindas assim...

De fato, “as coisas não são tão lindas assim”, e isso vale para o próprio SESC. Pois quem seria um dos maiores beneficiários da emergência da terceira idade senão o SESC? Como já vimos, a popularidade adquirida pelo SESC como entidade de serviço social deve-se, em grande parte, ao seu trabalho com a terceira idade. O trabalho social com idosos é, sem dúvida, o principal trunfo do SESC. A criação do estereótipo do idoso como consumidor de um novo estilo de vida, que inclui esportes, educação, lazer, ação política, etc., deve-se, em grande parte, à introdução e disseminação da ideologia da terceira idade no Brasil, que se deve essencialmente às ações do SESC nesse âmbito. O caderno “Século da Terceira Idade” do SESC/SP (2003) ressalta com orgulho o potencial sócio-político adquirido pelos idosos como eleitores, consumidores de produtos e serviços, e “trabalhadores ativos”:

Há milhões de idosos ativos, participativos, com boa saúde que, além de eleitores, são também alvo da propaganda de empresas de turismo, produtores de bens culturais, sistemas de poupança e mais uma lista de outros bens e serviços que tendem a aumentar a cada dia que passa. Isso, no entanto, não quer dizer que tudo está bem e que podemos parar por aqui. Ao contrário, o fato de haver cada vez mais idosos vivendo em condições incomparavelmente melhores do que viviam os aposentados do começo da década de 1960, significa que o trabalho pioneiro do SESC, iniciado naquela época por Carlos Malatesta, pode estar diante de um desafio muito maior do que todos os que já enfrentou nestes últimos 40 anos (p. 197-198).

O que podemos entender dessa citação? É claramente atribuído ao “trabalho pioneiro do SESC” com os idosos a melhoria das condições de vida na velhice desde o início desse trabalho na década de 1960. Como se vê, a existência de idosos ativos, participativos, com boa saúde, que são eleitores e consumidores, é citada como uma consequência direta da ação do SESC com a terceira idade. No entanto, é no mínimo contraditório que as técnicas da GETI critiquem esse processo de mercantilização da velhice, que o próprio SESC contribuiu decisivamente para propagar. Por outro lado, não se

pode considerar como falso moralismo ou demagogia a postura crítica das entrevistadas, uma vez que a opinião delas não tem obrigação nenhuma de ser coerente com a ideologia da instituição para a qual trabalham. Contudo, ao destacarem anteriormente a importância do SESC como instituição pioneira no trabalho com a terceira idade, ressaltando os pontos positivos dessa iniciativa, as técnicas, por outro lado, omitem o papel decisivo que o SESC teve (e ainda tem) no processo de mercantilização da velhice que acompanha a invenção da terceira idade (DEBERT, 2004).

É nessa omissão que reside a contradição (e a parcialidade) de suas falas. O condicionamento das técnicas da GETI à burocracia institucional, e o dever de “vestir a camisa”, impedem que elas emitam uma opinião realmente neutra sobre questões em que o SESC possa carregar uma certa “culpa em cartório”. Poderíamos dizer que a lógica burocrática – a qual Max Weber (1991) considera como sendo o princípio organizacional fundamental da racionalidade coercitiva e controladora da sociedade capitalista – teria induzido aqui as entrevistadas a traírem seus próprios ideais, na medida em que elas desconsideram a influência óbvia do SESC no fenômeno de transformação da velhice em mercadoria? Certamente é uma hipótese a ser considerada.

De acordo com Dias (1999), nenhuma autonomia (ou liberdade) é possível dentro do contexto do capitalismo, em que as instituições burocráticas públicas e privadas, voltadas essencialmente para a maximização do lucro econômico, empreendem políticas (muitas vezes sutis) de controle e passivização das massas, que se travestem com a roupagem da democracia e cidadania burguesas. Como então esperar depoimentos imparciais de funcionários submetidos à lógica burocrática? Da mesma forma, por não possuírem autonomia em suas ações, as técnicas do SESC querem sustentar a ilusão de que os idosos dos programas da terceira idade desfrutariam de uma vida autônoma. Vejamos, por exemplo, o que diz M.:

Nosso idoso é um idoso ativo, é o idoso que tem preferencial, que pode ir e vir, ele tem principalmente, isso é uma coisa que a gente tem discutido muito, é a autonomia, isso é uma coisa bem clara, muito amplo isso...

É interessante notar como a técnica do SESC se refere ao idoso como “nosso idoso”. A idéia de posse presente nessa expressão poderia passar despercebida e não teria tanta

relevância se não estivéssemos falando sobre autonomia. Muito provavelmente a própria entrevistada não tenha percebido o simbolismo presente nessa sua expressão, que, dentro do contexto da frase, revela a ambigüidade existente na tentativa de conciliar uma condição de tutela com a possibilidade de vivência de autonomia pelo grupo tutelado. A mesma tentativa de tirar o SESC da “linha de fogo” da crítica está no fato de negar o caráter elitista dos programas da terceira idade. Neste sentido, afirma L. que:

Não dá pra dizer que o idoso do SESC é um idoso elitizado, de jeito nenhum. É um idoso diferenciado, a gente sempre teve isso muito claro, diferenciado basicamente no ponto de aspiração. É um idoso que ainda tem aspiração por alguma coisa, e consegue ir atrás da sua aspiração. Quando eu trabalhei em Campinas, eu trabalhei lá 15 anos, no SESC né, se você pegar a realidade socioeconômica dos idosos, era assim, a média, a grande maioria dois salários mínimos, aposentados da Previdência Social, enfim, era essa a realidade, de idoso com muita dificuldade financeira. Mas idosos do ponto de vista ainda estimulado a fazer coisas, vendo ainda o futuro. Tendo uma parte dessa população aposentada muito cedo, e com essa possibilidade de viver mais, uma condição física legal, com o mínimo de sobrevivência atendido. Eu acho que a diferença é essa, o mínimo, a fome resolvida, e a capacidade funcional. Então aí dá um salto né, daí pra eu te dizer, olha é uma elite econômica, política, cultural, não! Algumas unidades, algumas especialmente na capital, eu sempre, lá em Campinas sempre usei como referência o SESC Consolação, porque eu atendia professores da USP aposentados.

Observa-se que a entrevistada faz questão de mencionar que o idoso freqüentador dos programas da terceira idade do SESC nunca foi um idoso da elite, mas sim proveniente de classes sociais menos abastadas e, até mesmo, aposentados do INSS que têm de sobreviver com dois salários mínimos. Contudo, na visão da técnica do SESC, o que diferencia o idoso que freqüenta esses programas dos outros que não os freqüentam é a perspectiva de futuro, a aspiração por alguma coisa ou algum projeto de vida. Sobre o nível econômico dos freqüentadores, L. continua afirmando que:

Então, eu acho que é extremamente heterogêneo, mas se você fizer uma média geral é um idoso de médio pra baixo basicamente falando, mas com uma chama de aspiração...

### Complementa M.:

E quando a gente fala privilegiado, privilegiado é toda essa colocação que a L. pôs. Não no sentido que tenha uma posição econômica melhor, mas de estar engajado, de ter autonomia, um idoso que tem uma casa pra morar, um relacionamento familiar.

Quando as técnicas do SESC referem-se às idéias de “engajamento”, “participação”, “autonomia” ou “chama de aspiração” para qualificar os idosos freqüentadores dos programas da terceira idade, e diferenciá-los dos outros idosos, elas certamente não percebem o quão contraditório é considerar tais qualificações como um “privilégio” que não depende da classe social. Nota-se que M. se contradiz ao tentar definir o que ela entende por autonomia, afirmando que esta consiste em ter uma casa pra morar ou um relacionamento familiar. Ora, como ter tal “autonomia” senão com condições materiais de vida suficientes para tanto? Ou o fato de ter uma casa para morar não determina diferença de classe frente a quem não tem? Assim, a “autonomia” a qual se referem as entrevistadas é, obviamente, uma autonomia financeira, caracterizada pela disponibilidade de tempo e condições econômicas (e culturais) adequadas para freqüentar tais programas.

Por outro lado, a “chama de aspiração”, a vontade de estar engajado e de participar de novos projetos e atividades de lazer, cultura, esporte e reivindicação política depende mais das condições físicas, psicológicas e socioeconômicas do idoso do que de uma simples diferença pessoal, ou seja, da existência de indivíduos com personalidade engajada ou participativa e de outros que já não têm tal “perfil”. Pesquisas têm mostrado que a qualidade de vida na velhice, no que se refere à saúde física e mental e ao nível de integração social demonstrado, tem relação direta com as condições que esse idoso teve ao longo de sua trajetória de vida, ou seja, o tipo de trabalho desempenhado, o acesso à educação e à informação, o acesso à saúde, o tipo de ambiente familiar, a obtenção ou não de realização profissional e pessoal, etc. (SANTOS, 1990).

Além disso, as condições materiais de vida vão determinar uma maior ou menor “autonomia” na velhice, uma vez que salários baixos vão resultar numa aposentadoria irrisória e insuficiente para manter o idoso e sua família, obrigando-o a continuar trabalhando (PEIXOTO, 2004). Assim, ao ter que ainda lutar pela própria sobrevivência, qual engajamento, predisposição ou “chama de aspiração” tal idoso teria para participar de

programas de terceira idade – que são centrados principalmente em atividades de lazer –, em que se necessita principalmente de disponibilidade de tempo livre?

Quando questionada acerca dessa situação, de idosos aposentados que necessitam continuar trabalhando e não têm tempo para freqüentar os programas do SESC, M. respondeu o seguinte:

Eu acho o contrário, exatamente isso, a visão que nós temos, e a nossa realidade como a gente coloca, a gente recebe sim, quanto mais atuante, mais ativo esse idoso é, ele se envolve mais. Ele procura mais, isso o estimula cada vez mais.

L. complementa, afirmando que:

Quando a gente está em casa, vou dar um exemplo aqui que isso deve acontecer em outras unidades, por exemplo, na unidade onde eu trabalhei muito tempo, que é o SESC Consolação, que trata justamente desse idoso que tem um outro perfil, que é em função daquela realidade de onde a unidade está inserida, com idosos com um alto, como se diz, uma cultura elevada, mas que passam por um outro momento, que estão recebendo na sua casa filhos que estão desempregados. Agora inverte o quadro, então, o idoso ele é o provedor, então ele recebe esses filhos em casa, médicos, engenheiros, com a nora e com dois filhos. Mas esse idoso engaja em outros trabalhos, em outras situações e está indo a luta. Então a gente percebe muito isso, aquela história, quanto mais ocupado você sempre acha mais um tempinho para fazer mais alguma coisa. E isso é uma realidade que a gente percebe com os idosos.

O condicionamento das técnicas do SESC à ideologia do trabalho como princípio de produtividade as faz considerar como “regra geral” o fato de que quanto mais produtivo e ativo se é, mais se continuará sendo. Max Weber (1996) mostrou que o “ethos” do capitalismo possui a ideologia do trabalho produtivo como uma das suas principais características. Assim, o “modo de ser” capitalista sustenta-se na idéia de “vocação”, que envolve “ação” e “profissão”, abominando o desperdício de tempo com o ócio ou “não-trabalho”. Conforme a ética protestante que configura a identidade capitalista, todo tempo disponível deve ser utilizado o máximo possível para a obtenção de prosperidade material e espiritual. É por isso que a expressão “tempo é dinheiro” é tão significativa em nossa cultura. Por outro lado, com a emergência do lazer como direito social do trabalhador, o próprio tempo livre passou a ser *instrumentalizado* a favor do capital. Assim, a apropriação

(com fins lucrativos, obviamente) desse tempo de não-trabalho pelas indústrias do entretenimento, do turismo e do esporte transforma-o numa válvula de escape para o ritmo desgastante de trabalho da sociedade capitalista. Assim, o tempo de lazer é visto como a oportunidade que tem o trabalhador de renovar suas energias para que lhe seja possível trabalhar melhor e produzir mais.

De acordo com Marcellino (2000), esse tempo de lazer acaba sendo, na verdade, um “anti-lazer”, ou um lazer *funcional* ao capitalismo, na medida em que está submetido ao controle do sistema. A ordem do capital não pode correr o risco de permitir a vivência autônoma ou espontânea de um tempo livre que poderia ser utilizado para o estranhamento, a reflexão, a conscientização, ou a mobilização, pois essas possibilidades representam ameaças de subversão ao *status quo* capitalista. Contudo, para Marcellino, constituem o principal propósito do que se poderia chamar de tempo de lazer ou de “ócio”, pois se pautam na utilização do tempo livre para fins educativos e de auto-reflexão. Portanto, é necessário manter as pessoas ocupadas, em atividade, mesmo no chamado “tempo livre”, para que elas não tenham a possibilidade de refletir sobre as incongruências do capitalismo. Isso explica, de forma geral, o condicionamento à ideologia do trabalho e o valor exagerado que se atribui, em nossa cultura, à “vida ativa” ou “produtiva”. Tal condicionamento, vivido pelos trabalhadores durante toda a vida, motiva dificuldades de adaptação na aposentadoria, período este que é visto como “improdutivo” sob a ótica do capital.

Conforme mostrou a pesquisa de Witczak (2003), o lazer (funcional) e o trabalho produtivo estabelecem uma relação de continuidade no período pós-aposentadoria, pois os idosos não são capazes de se desvincular do ritmo de vida (“ativa” ou “produtiva”) e da identidade profissional aos quais sempre estiveram condicionados. Essa mesma realidade é mostrada pela pesquisa de Santos (1990), que retrata a ocorrência de crises de identidade entre trabalhadores que estão no período de transição para a aposentadoria. Essas crises são determinadas principalmente pela confusão entre as identidades pessoais e profissionais dos aposentados. Ao se darem conta de que perderam sua identidade profissional, os indivíduos passam a vivenciar um sentimento de vazio, de depressão ou de morte social. Na verdade, é como se, pela primeira vez na vida, tivessem se conscientizado de que só viveram mentiras e de que só perseguiram sombras. Começa a brotar neles uma vaga sensação de que foram enganados. É exatamente esse momento de auto-reflexão que é temido pelo capital. E é por

isso que não pode haver espaço para tal vivência, devendo esse tempo de não-trabalho ser preenchido com atividades de lazer, de esporte, de turismo, de educação e até de debate e militância política, desde que todas essas atividades permaneçam sob a vigilância e o controle das instituições funcionais ao capitalismo.

Portanto, pode-se questionar se as entrevistadas do SESC realmente têm noção do que significa tutelar. Se por um lado afirmam que o SESC não tutela os idosos, por outro, fazem questão de enfatizar o “perfil diferenciado” do idoso frequentador dos programas da terceira idade. Esse idoso, que é visto como “ativo”, “produtivo”, “autônomo”, com uma “chama de aspiração”, “dinâmico”, “com perspectiva de futuro”, etc., nada mais é do que o trabalhador que foi condicionado e disciplinado durante toda a sua vida por um ritmo de trabalho incessante e aprendeu a vangloriar o trabalho e a produtividade como valores fundamentais do ser humano. Coerente à cultura capitalista na qual sempre esteve inserido, esse trabalhador se acostumou a menosprezar a atitude auto-reflexiva e a reflexão crítica diante da vida. Ao se aposentar, resta-lhe agora, quando a ausência do trabalho o remete para o interior de si mesmo, procurar novos sentidos para o seu vazio existencial. Dentre as inúmeras opções à sua frente, uma delas é tentar preencher esse vazio com as atividades dos grupos da terceira idade. E, com isso, ele dá continuidade à sua vida de condicionamentos.

#### **4.3. As entidades de gerontologia: ciência, velhice e política**

##### *Os artefatos e valores: a organização e seu histórico*

De acordo com Debert (2004), o advento das ciências do envelhecimento, ou seja, da gerontologia e da geriatria, seria fundamental para que a velhice ganhasse novas formas na sociedade. Assim, a reinvenção dessa fase da vida humana seria determinada, em grande medida, pela autoridade do conhecimento científico, que passaria a explicar o processo de envelhecimento dos pontos de vista biológico, psicológico e sociocultural. Ao mostrarem que uma nova velhice é possível – com mais saúde, melhor qualidade de vida e manutenção da convivência social –, as ciências do envelhecimento contribuíram para desmistificar a associação de velhice com doença, declínio psicológico e cognitivo e isolamento social, que sempre permeou o senso comum, principalmente nas sociedades capitalistas ocidentais.

Os avanços da medicina e da farmacologia, bem como a disseminação do conhecimento científico acerca da personalidade humana, decorrente do advento da psicologia e da psicanálise, tiveram um papel decisivo no abrandamento dos males que acompanham o envelhecimento. Novas drogas e terapias puderam não só retardar a morte e minimizar os quadros patológicos inerentes ao avanço da idade, contribuindo decisivamente no aumento da longevidade humana, mas também permitiram que a velhice pudesse ser vivenciada como uma “nova juventude”, ou seja, não mais como um período marcado pelo fim e pelo declínio, mas principalmente pela sua redefinição como uma fase em que é possível colocar em prática antigos projetos e de recomeçar uma nova vida, bem mais rica, saudável e produtiva do que a velhice dos velhos do passado (DEBERT, 2004).

Quando se afirma que a geriatria e a gerontologia influenciaram decisivamente na reinvenção da velhice, ou seja, na redefinição do que é, de fato, ser velho, se quer dizer que a intervenção do conhecimento científico representa um fenômeno de grande expressão na atualidade e que o poder sociocultural (e ideológico) que a ciência como instituição possui na sociedade contemporânea é forte o bastante para reconstruir socialmente toda uma fase da vida humana, no caso a velhice. Se a velhice é uma construção histórica e social significa que ser velho hoje não é o mesmo do que ser velho há cem anos, ou, ainda, que ser velho nas sociedades capitalistas ocidentais também não é o mesmo do que ser velho numa sociedade tribal da África ou da América Central. Portanto, é claro que, apesar das transformações biológicas naturais e universais, a definição do que seja envelhecer é totalmente relativa, dependendo do contexto social em que o envelhecimento é vivenciado.

Portanto, o que vivemos hoje com a emergência da terceira idade é, realmente, um processo de reinvenção da velhice, como bem definiu Debert (2004). Nas sociedades capitalistas ocidentais, a velhice passa não só a ser reinventada ou redefinida pela gerontologia e geriatria, mas também a ser *negada* em seu sentido pejorativo, ou seja, o de decadência física, psicológica e social. E é por isso que outros termos são criados para designar essa fase da vida: terceira idade, melhor idade, nova juventude, etc. Assim, a ideologia da terceira idade carrega não só uma re-significação do que é ser velho, mas também a negação da velhice doente, improdutiva, isolada e decadente, que caracteriza o velho do passado, ou melhor, de um período quando ainda não se tinha acesso aos recursos possibilitados pelo advento das ciências da velhice.



Se por um lado a geriatria e a gerontologia puderam desmistificar preconceitos do senso comum acerca do processo de envelhecimento, por outro, no entanto, foram as principais responsáveis pela criação de uma ideologia da velhice carregada de novos estereótipos, que passaria a motivar novos preconceitos e a fortalecer outros mais antigos. Conforme mostra Haddad (1986), os princípios ideológicos acerca da velhice criados pelas ciências do envelhecimento, por não levarem em conta o caráter sócio-histórico da vida dos indivíduos, criariam a distinção entre velhice saudável e doentia, produtiva e improdutiva, etc. A partir de então, o preconceito e a exclusão contra os velhos passariam a ter, essencialmente, um viés de *classe social*.

Ao não considerarem as diferenças socioeconômicas entre aqueles que envelhecem, as ciências da velhice homogeneizam a experiência do envelhecimento e contribuem para excluir os velhos pobres, que dificilmente podem escapar da chamada “velhice decadente”, ao mesmo tempo em que valorizam cultural e socialmente os idosos das classes mais abastadas, que têm mais fácil acesso aos recursos da medicina e da farmacologia e que podem participar dos programas da terceira idade, que aumentam a qualidade de vida.<sup>97</sup>

Dessa forma, a distinção entre velhice e terceira idade passa a ser principalmente uma questão de classe social. Assim, a velhice dos velhos trabalhadores passa a ser bastante diferente da terceira idade dos idosos com boas condições econômicas. Se a velhice dos velhos pobres continua sendo vista como uma fase decadente, feia e repulsiva, a terceira idade dos ricos passa a ser compreendida como um período de redescoberta de potenciais latentes, de reintegração social e de recondicionamento físico e mental, podendo, até mesmo, ser definida como “melhor idade” (PEIXOTO, 1998).

É dentro desse contexto sociocultural e econômico que as entidades de gerontologia e geriatria precisam ser analisadas e compreendidas no que se refere à sua lógica de ação. Enquanto instituições científicas, elas têm o privilégio de desfrutar do status de notoriedade e confiabilidade adquirido pela ciência na sociedade contemporânea. Contudo, ao analisar essas organizações, não podemos desconsiderar o *caráter ideológico* que sempre perpassou o conhecimento científico desde o seu surgimento. A abordagem de Habermas (1986) sobre a ciência e a técnica procura mostrar a ideologia que está presente no pensamento racional técnico-científico, surgido com o cartesianismo iluminista dos séculos XVII e XVIII. É

---

<sup>97</sup> Conforme mostra Peixoto (1998), a própria distinção entre “velho” e “idoso” é de fundo socioeconômico.

impossível, para Habermas, separarmos a ciência e a tecnologia do contexto sociocultural em que emergem e se desenvolvem, ao mesmo tempo em que influem, de forma poderosa, nesse mesmo contexto. Além disso, a ciência e a tecnologia são uma questão política por excelência, envolvendo freqüentes e acirradas disputas de poder entre grupos e países.

Como vemos, a crítica habermasiana sobre a ciência e a técnica procura derrubar o mito da neutralidade científica, mostrando que o conhecimento científico é permeado por interesses específicos de grupos de poder político e econômico. Historicamente, sabe-se que a ciência cartesiana nasceu juntamente com a necessidade do capitalismo de maximizar sua produção material. A eficiência produtiva resultante do incremento da tecnologia de produção representou um ganho espetacular de lucro para o capital, permitindo a obtenção de um nível crescente de produtividade, ao mesmo tempo em que possibilitaria uma redução considerável na necessidade de mão-de-obra, o que o marxismo chamaria de “aumento de trabalho morto e diminuição de trabalho vivo” (MARX, 1983).

Outras questões também retratam o caráter ideológico que acompanha a ciência e a tecnologia. A educação tecnicista e a exorbitância de investimentos em tecnologia bélica e aeroespacial são alguns exemplos que podem ser citados. A prioridade que o sistema educacional capitalista sempre deu na sua estrutura curricular às ciências exatas, como a física, a química e a matemática, justifica-se pela importância e funcionalidade que essas ciências sempre tiveram no processo de produção industrial (PERES, 2006). Além disso, os bilhões de dólares gastos anualmente pelos países ricos com o desenvolvimento de tecnologia aeroespacial e a construção de armas atômicas de destruição em massa, quando comparados à “esmola” repassada por esses países para custear as ações humanitárias contra a fome, as doenças e a miséria no mundo (questões sociais de maior urgência), revelam claramente que a ciência e a tecnologia estão muito longe da neutralidade e objetividade das quais se gabam. Como se vê, seu desenvolvimento e seu direcionamento são pré-determinados não pelas prioridades sociais da coletividade a nível mundial – como deveria ser, caso tivéssemos uma sociedade mais justa e igualitária –, mas sim pelos interesses egoístas e particularistas dos grupos dominantes da sociedade capitalista.

É bom lembrar que a gerontologia e a geriatria, antes de se emanciparem como especialidades científicas autônomas, existiam como subáreas de ciências historicamente consolidadas, como a medicina e a psicologia. Portanto, encontram-se perpassadas pelas

ideologias dos saberes médico e psicológico, que possuem perante a sociedade atual o poder de determinar o que é “saudável” e o que é “patológico” no funcionamento do corpo, e o que é “errado” e “certo” nos comportamentos individuais e na vida em sociedade. Conforme mostra Foucault (2000), o “biopoder” inerente aos saberes médico e psicológico exerce controle sobre os indivíduos na medida em que estes introjetam e reproduzem padrões socialmente construídos de saúde e doença. Esses padrões, atuando como “micropoderes”, motivam preconceitos socioculturais contra doentes mentais, crianças, idosos, doentes de câncer, portadores de HIV, enfim, pessoas que demandam cuidados médicos e psicológicos especiais.

E é dentro dessa perspectiva de controle político-ideológico, implícito na delimitação da velhice como objeto de estudo e na sua reinvenção social, que a gerontologia e a geriatria se estabelecem como instituições científicas com autoridade para falar sobre o envelhecimento e atuar social e politicamente como “representantes legítimas” dos idosos. Não é sem motivo que Haddad (1986) considera a geriatria e a gerontologia como as principais determinantes da ideologia da velhice (ou da terceira idade) no Brasil, juntamente com o SESC e o Estado. Para a autora:

O adestramento político dos velhos gira em torno de dois pólos distintos: o primeiro tem por eixo a difusão dos preceitos médicos, ou seja, um conjunto de conhecimentos e de técnicas que deve levar os velhos a tomar consciência do que é clinicamente a velhice, procurando preservar o “corpo capitalista”; o segundo objetiva direcionar a vida dos idosos para diminuir o custo social de sua manutenção (p. 125).

Debert (2004) mostra como a reinvenção da velhice determinada pela gerontologia-geriatria traz um processo de *privatização do envelhecimento*, na medida em que passa a considerar a velhice como uma responsabilidade individual (ou seja, privada e não pública ou social). Envelhecer, portanto, passa a ser “culpa” do indivíduo, que não procura os recursos disponíveis de saúde, esporte, lazer, educação, etc. para manter-se “jovem” (ou melhor, jovial). Dessa forma, sustentando que todos envelhecem da mesma forma, sem distinção de classe social, a gerontologia-geriatria exclui o caráter sócio-histórico inerente ao processo de envelhecimento. Na verdade, desconsidera a heterogeneidade de base socioeconômica que acompanha as diferentes formas de se vivenciar a velhice.

Apesar da pesquisa de Debert (2004) ter analisado recentemente – e de forma mais completa e abrangente – esse fenômeno de privatização do envelhecimento que acompanha a emergência das ciências da velhice, cabe destacar que tal questão já havia sido identificada bem antes (na década de 1980) pelo estudo de Haddad (1986):

A gerontologia e a geriatria, colocando-se como detentoras dos segredos da velhice, buscam reorganizar o comportamento dos idosos que, transfigurados, enquanto objetos do seu saber, são reduzidos a gerontinos, perdendo as suas particularidades [e subjetividades] enquanto seres históricos (p. 125).

Na verdade, quando a gerontologia e a geriatria se institucionalizaram no Brasil, a idéia de que a velhice poderia ser evitada e, acima de tudo, ideologicamente negada, ainda não se encontrava difundida em nossa sociedade. Mesmo porque, se a fundação da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) – entidade científica pioneira no campo da velhice no Brasil – ocorre em 1961, nessa época o envelhecimento populacional ainda não havia se tornado socialmente visível, apesar de já estar em curso, conforme mostram os dados demográficos do período (BERQUÓ, 1999).

Conforme mostra Cohen (1998), na sociedade indiana a velhice não existia como fase diferenciada e demandadora de atenção especial antes do surgimento da gerontologia. A introdução da gerontologia na Índia serviria, portanto, não só para estudar a velhice, mas, principalmente, para criá-la e delimitá-la. Assim, a gerontologia teria, no contexto mundial, não só o papel de institucionalizar a pesquisa científica sobre o envelhecimento, mas, também, o de dar visibilidade pública à velhice, definindo-a como um problema social. Para Lopes (2000), na sociedade brasileira:

Além do crescimento do número de idosos em comparação com outros segmentos etários, (...) há outros elementos envolvidos no processo de constituição da velhice como um problema de visibilidade pública: as conseqüências econômicas do envelhecimento e a constituição da velhice como objeto de um discurso científico – o discurso gerontológico –, que se incumbiu da tarefa de gerenciar o envelhecimento (p. 28).

O surgimento da SBGG como entidade científica no início da década de 1960 pode ser considerado como a fase germinal do “movimento social do idoso” no Brasil, a ser protagonizado pelas organizações representativas da velhice. Juntamente com o SESC e em

parceria com o Estado, a SBGG teria importância fundamental no processo de politização da velhice e da transformação desta num problema social merecedor de atenção pública. Conforme destaca Lopes (2000):

Há duas direções principais que marcam a trajetória da SBGG: por um lado, uma preocupação com o saber – sua institucionalização, profissionalização e divulgação; por outro, uma demanda por políticas públicas voltadas ao bem-estar do idoso, envolvendo os vários órgãos do executivo e também envolvendo a classe política, como as assembleias legislativas, câmaras, constituinte, etc. (p. 39).

É importante destacar que a SBGG surge primeiramente como entidade médica especializada em velhice, ou seja, como Sociedade Brasileira de Geriatria (SBG), e somente quatro anos mais tarde (em 1965) é que ela incorporaria a gerontologia como especialidade paralela, abrindo-se para temas de conteúdo mais social e político. Essa abertura seria fundamental para a atuação política da entidade e para a sua adequação a um movimento internacional de divulgação e consolidação da gerontologia como disciplina científica (LOPES, 2000).

De acordo com Lopes (2000), a própria criação da SBGG seria fortemente influenciada pelo cenário internacional, uma vez que nos países desenvolvidos da Europa e da América do Norte, o envelhecimento populacional já era uma realidade visível na década de 1960. Isso explica o porquê da criação de entidades científicas da velhice em países com uma população predominantemente jovem (como no Brasil) e em outros nos quais a velhice nem sequer existia como fase diferenciada da vida humana (como na Índia).

Na trajetória histórica da SBGG, os conflitos internos por disputa de poder, ocorridos entre médicos e gerontólogos, iriam se mesclar com as disputas corporativistas entre as organizações especializadas em velhice. Assim, disputariam terreno, além da SBGG, a Associação Nacional de Gerontologia (ANG), o SESC, as universidades da terceira idade, os conselhos estaduais e municipais do idoso, os clubes para a terceira idade, os serviços de saúde, de previdência, dentre outras instituições. Contudo, essas entidades, apesar de viverem situações conflituosas entre si, contribuiriam conjuntamente no sentido de tornar pública a questão da velhice e articular um “movimento social do idoso” para demandar políticas públicas específicas junto ao Estado (LOPES, 2000).

Um fato importante que resultou desses conflitos foi a criação de outra entidade científica da velhice, paralela à SBGG: a Associação Nacional de Gerontologia (ANG). Criada em 1985 a partir do 1º Fórum Nacional de Gerontologia Social, ocorrido em Fortaleza/CE, essa entidade iria reunir os profissionais de gerontologia insatisfeitos com o pouco espaço destinado às questões de cunho social e político dentro da SBGG, que insistia em manter seu perfil como predominantemente médico.

Neste sentido, Lopes (2000) destaca que:

Apesar de todas essas estratégias para agregar o profissional que não era médico, um grupo de sócios *gerontólogos* ainda insatisfeito com a quantidade de poder e posição dispensada para sua presença dentro da entidade, além da abordagem ainda bastante médica dada ao envelhecimento na SBGG, criou nesse mesmo ano [1985] uma outra entidade denominada Associação Nacional de Gerontologia, a ANG. Ela acabou gerando muita polêmica e discussão na época fazendo com que uma parte dos profissionais saíssem da SBGG para integrar o corpo de associados da SBGG, e que outra parte continuasse fazendo parte das duas entidades. A ANG vigora até hoje e, inclusive, estabelece parcerias com a própria SBGG, só que possui alguns diferenciais, como o de ser voltada especificamente para iniciativas de cunho social, abrigo não apenas profissionais, mas também associações de idosos e pessoas interessadas na questão da velhice (p. 153). (Grifos do autor; complementação minha)

Conforme podemos observar, a ANG nasce com um perfil mais “social” e com a disposição de ser politicamente mais atuante do que a SBGG, além de se pretender mais receptiva à participação de grupos de idosos e pessoas leigas. Dessa forma, passa a participar efetivamente de eventos como o Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso do estado do Rio de Janeiro (FÓRUMPNEIRJ), ligado aos conselhos municipal e estadual do Idoso do Rio de Janeiro. Ao lado da SBGG, atuou na reivindicação e na elaboração da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso. Por sua atuação ser fortemente “politizada”, estabelece como uma de suas metas:

Desenvolver constantes ações técnicas, políticas, consultorias e assessorias junto a órgãos e instituições públicas, privadas e à sociedade como um todo, interpretando as reivindicações, interesses e necessidades das pessoas em processo de envelhecimento, propondo a adoção de medidas adequadas ao atendimento das mesmas.<sup>98</sup>

---

<sup>98</sup> In: <http://ang-rj.sites.uol.com.br/angrj.html> (consultado em 13/04/2007).

Além disso, procura atuar em atividades de conscientização ou educação informal sobre as questões sociais e políticas do envelhecimento, com a promoção de eventos e debates sobre o tema e com a edição de periódicos como o *Caderno Edith Motta* (semestral) e a *Revista Tempo e Vida* (anual). Finalmente, a despeito do seu papel militante “em prol” dos idosos, a ANG, como entidade científica, não deixa de atuar também de forma corporativista na medida em que pretende:

Valorizar a contribuição dos profissionais em Gerontologia, favorecendo o reconhecimento desse campo profissional; organizar e apoiar iniciativas de qualificação e aperfeiçoamento de pessoal, em todas as áreas da Gerontologia.<sup>99</sup>

Na verdade, a tentativa de politização da velhice e dos idosos desenvolvida a partir da ação das entidades de geriatria e gerontologia pode ser vista como uma estratégia de controlar um grupo social que cresce numericamente e com rapidez. As publicações da ANG orgulham-se de desenvolver um enfoque crítico frente às condições de exclusão e miserabilidade vividas por muitos idosos no Brasil. Contudo, sabemos que o que está por trás do interesse das entidades de geriatria e gerontologia pelo grupo social dos idosos é, antes de qualquer coisa, o fato desse grupo constituir o seu objeto de estudo e a oportunidade de se estabelecerem como disciplinas científicas perante a academia e a sociedade. Além disso, os idosos passaram a representar um novo e significativo mercado de consumo e uma crescente massa de manobra política, tornando-se, então, cada vez mais interessantes dos pontos de vista comercial, institucional-corporativo e político-eleitoral. Segundo explica Debert (2004):

“Dar voz aos velhos”, transformá-los em “sujeitos do seu destino” são palavras de ordem usadas pelos defensores de uma gerontologia crítica, empenhados em descrever a “indústria da velhice” – que a gerontologia hegemônica fortalece – e o caráter opressor dessa disciplina, cuja tarefa tem sido pôr em ação tecnologias de saber e poder [o que na abordagem foucaultiana é chamado de “biopoder”], a partir das quais as populações são reguladas, classificadas, divididas e dominadas (p. 229).

---

<sup>99</sup> In: <http://ang-rj.sites.uol.com.br/angrj.html> (consultado em 13/04/2007).

Semelhante às suas publicações, os eventos científicos promovidos pelas entidades de geriatria e gerontologia – tal como os fóruns, congressos, seminários, simpósios e encontros –, reproduzem a lógica de atuação que essas entidades têm seguido ao longo de sua trajetória. O Congresso Nacional de Geriatria e Gerontologia, o Congresso Brasileiro de Geriatria e Gerontologia, o Congresso Paulista de Geriatria e Gerontologia e o Fórum Nacional de Gerontologia Social são alguns exemplos de eventos organizados pela SBGG e pela ANG. Além do personalismo e do corporativismo dos membros das entidades promotoras e participantes, esses eventos visam discutir assuntos de caráter científico acerca da velhice, como os que envolvem a saúde do idoso, ou seja, a biologia e a fisiologia do envelhecimento, que pertencem ao campo da geriatria, e também os referentes à sua vida social e cultural, suas condições socioeconômicas e sua participação política, temáticas pertencentes ao campo da gerontologia (LOPES, 2000).

Ao participar do II Simpósio de Geriatria e Gerontologia promovido em outubro de 2005 pela Faculdade de Medicina da UNICAMP, em Campinas, pude observar uma realidade coerente com a verificada no “movimento social do idoso”, em seu sentido mais abrangente, ou seja: ausência quase total de idosos dentre os participantes; discurso elitista e fortemente acadêmico (portanto nada acessível ao público leigo que venha a participar); disputas corporativistas e personalistas entre os grupos e entidades participantes; predominância de assuntos da área médica em detrimento dos de cunho social; pouco espaço para debate e participação do público ouvinte; fraca “massa crítica” dos palestrantes e promotores do evento; visão distorcida, alienada e a-histórica acerca da velhice como questão social e das políticas públicas a ela relacionadas.

Portanto, essa realidade verificada nos eventos, que reproduz a atuação das entidades de geriatria e gerontologia no movimento social “em prol” dos idosos, retrata os antagonismos, conflitos e contradições observados entre as organizações representativas da velhice e entre o discurso dessas e a sua ação prática. Se por um lado defendem a autonomia dos idosos, por outro não permitem que eles participem e se expressem. Da mesma forma, gabam-se de praticar uma “gerontologia crítica”, dotada de um enfoque politizado, mas não esclarecem o público acerca da falácia de nossa democracia e nem sobre as estratégias de tutela e alienação empreendidas pelas instituições burocráticas da sociedade capitalista, dentre as quais as próprias entidades de geriatria e gerontologia se



incluem, dividindo espaço com as demais organizações representativas da velhice, o Estado capitalista, as empresas privadas, os sindicatos de trabalhadores, os partidos trabalhistas e as organizações não-governamentais, entre outras.

*Os pressupostos inconscientes revelados pelo discurso dos burocratas*

As contradições inerentes à atuação das organizações representativas da velhice podem ser facilmente observadas através da análise do discurso daqueles que administram tais organizações. Antes de mais nada, é bastante contraditório que uma organização cujo papel (aparente) seja o de defender um grupo ou categoria – em outras palavras, o bem da coletividade – priorize essencialmente, na prática, interesses particulares ou corporativos. Relembrando Cassirer (1976), é possível compreender que esse “teatro” encenado pelas instituições revela uma característica central da nossa vida política: a de *criar mitos*.

Diante disso, há de se perguntar o seguinte: será que, de fato, vivemos numa sociedade democrática e que as instituições tidas como representativas realmente nos representam? Essas são algumas questões que merecem ser discutidas e analisadas com rigor pela pesquisa acadêmica. Além disso, os resultados de tais pesquisas deveriam ser divulgados pelos instrumentos de disseminação da informação e do conhecimento e, principalmente, incorporados ao currículo da educação formal.

A ciência e a pesquisa acadêmica têm (ou deveriam ter, se realmente fossem imparciais) o dever de mostrar à totalidade da população (e não só à academia) a verdade acerca, também, da nossa realidade social e política, na qual os conhecimentos científico e técnico estão inseridos e a partir da qual eles são, de acordo com Habermas (1986), pré-determinados por fins ideológicos (políticos, corporativos, econômicos, etc.). Isso nos remete a outra questão que intriga: por quê os conhecimentos técnicos e das ciências exatas são tão facilmente disseminados na sociedade e os que derivam da pesquisa sobre a nossa realidade social e política encontram tamanha dificuldade, tanto para obterem financiamento dentro da academia, quanto para serem popularizados (ou massificados)?

Na verdade, sabemos que a desmistificação dos simulacros políticos carrega um viés fortemente “subversivo” – Maquiavel que o diga! –, por colocar em xeque a estabilidade e a ordem (injusta) da sociedade burocrático-institucional, principal estrutura

de controle e dominação do sistema capitalista, segundo Max Weber (1991). Na verdade (e infelizmente), a nossa educação formal – também burocratizada – não é capaz (e nem tem a intenção) de empreender a desmistificação da realidade mítica que caracteriza a nossa vida política. Isso seria o seu suicídio enquanto instituição, posto que o próprio sistema educacional também precisa ser desmistificado no que tange à sua condição de instrumento de controle ideológico, funcional à lógica do capital.

Contudo, uma educação centrada na formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho jamais poderia ser realmente autônoma e libertadora. E isso é revelado pelo caráter restrito, excludente e não-universal do nosso sistema educacional. Senão, vejamos: para que direcionar a escola somente para a criança e para o jovem e não para o adulto e o idoso? Obviamente, porque o adulto está em fase de substituição – processo denominado pelo marxismo como “renovação da força-de-trabalho” –, e o idoso já não interessa mais para o sistema produtivo, por estar obsoleto. Por outro lado, a criança e o jovem são “o futuro da nação”, ou seja, são os que devem ser educados e preparados para terem um bom desempenho no mercado de trabalho, para serem trabalhadores eficientes e disciplinados, e também, cidadãos participativos, porque “é dever participar politicamente” e “exercer sua cidadania” (restrita), cuja impotência não ameaça o *status quo* da sociedade capitalista. E é por isso que se educa a criança e o jovem e se exclui o adulto mais velho e o idoso do nosso sistema educacional: pois a educação está diretamente vinculada ao sistema produtivo, que necessita de uma mão-de-obra tecnicamente preparada e atualizada (PERES, 2006).

Frente a essa realidade, é interessante notarmos como certos burocratas das organizações representativas da velhice se encontram completamente alienados sobre a realidade do nosso sistema educacional. E, também, no que se refere à chamada “educação para a terceira idade”. Em nossa visita à sede da SBBG em São Paulo, entrevistamos M., que era, na ocasião, vice-presidente da regional paulista da instituição. Quando questionada acerca da importância da educação para o idoso, ela respondeu o seguinte:

Isso, talvez nas outras áreas, na educação também, ainda não se tenha parado pra pensar, o quanto é importante para o indivíduo adulto e para o indivíduo idoso o processo de educação, por ser uma coisa muito nova, né? Quando você fala em educação as pessoas mais rapidamente pensam em criança. O que te vem na cabeça quando você pensa em educação? Você pensa em criança! Mas hoje a gente tem cada vez menos crianças e as crianças estão com seus processos aí acontecendo, e nós

temos um número muito grande de pessoas idosas, que querem continuar aprendendo e podem porque têm capacidade para isso, e esse sistema de educação é um sistema social e de política. É de política também, a gente tem avanços sim educativos no nosso país, a gente precisa ter mais mecanismos de cidadania de todos nós, né, população brasileira, para exigir ser cumprido aquilo que a lei nos assegura, porque em termos de legislação o Brasil é muito avançado em relação a muitos países. Temos Política Nacional do Idoso, Política Nacional de Saúde do Idoso, temos Estatuto do Idoso. Então em termos de legislação ela está muito assegurada! Temos benefícios garantidos pela assistência social, pela lei orgânica da assistência social, benefícios de prestação continuada. Então a gente tem um mecanismo muito considerável já, ainda insuficiente talvez, você pode dizer que sim. Mas a gente já tem um avanço. Na perspectiva da educação é que eu acho que nós não avançamos tanto, é no ponto de vista do potencial que o indivíduo idoso tem, e de quanto ele precisa de um processo educativo, que atenda as necessidades desse indivíduo, que já tem toda uma história de vida que você não pode desconsiderar e fazer um processo de educação, encaixado no processo da criança, porque ele não é uma criança.

Ao se referir à conexão entre educação e criança, a entrevistada faz sua crítica à ausência de políticas e programas educacionais voltados para o idoso. A importância disso, para ela, está diretamente relacionada ao aumento do número de idosos decorrente do envelhecimento populacional, que passam a demandar programas educativos: “Temos um número muito grande de pessoas idosas, que querem continuar aprendendo e podem porque têm capacidade para isso”. Aliás, segundo ela, ainda não se parou para pensar: “O quanto é importante para o indivíduo adulto e para o indivíduo idoso o processo de educação, por ser uma coisa muito nova”.

De fato, não temos programas educacionais voltados para o idoso e para o adulto. O que temos são iniciativas tímidas e pouco significativas do ponto de vista da inserção do público mais velho nos processos educativos, como, por exemplo, ocorre com as universidades abertas à terceira idade (UNATI). Tais “universidades” são de caráter elitista e, apesar de transmitirem, na sua maioria, conteúdos medíocres e de fraco teor crítico, vêm tentar preencher uma enorme falha do nosso sistema educacional, ou seja, a de educar *não apenas* para o mercado de trabalho, mas também com o fim unicamente de educar por educar (CACHIONI, 1999).

Ao afirmar que: “*Temos que romper justamente com esse paradigma funcionalista [da educação], você não precisa formar e informar sempre só com vista ao mercado de trabalho*”, a entrevistada certamente não percebeu o quanto ela mesma está condicionada à

visão funcionalista de educação. Quando ela afirma que o idoso tem o direito de continuar estudando porque tem capacidade para isso, ela mesma cai na idéia do senso comum à qual havia acabado de criticar, ou seja, a de que ao falarmos de educação lembramos sempre de criança. Na verdade, não é o fato de haver mais idosos na sociedade e nem o de que tais idosos queiram e também tenham o direito e a capacidade de continuar estudando, que devem justificar a existência ou a criação de programas educacionais voltados para o idoso e para os adultos. Deve-se, sim, ter a consciência de que, a educação, compreendida em seu sentido amplo – ou seja, como um processo social de transmissão e apreensão da cultura –, tem que ser universal, abrangente e permanente, e não restrita a certos grupos etários e destinada a uma formação específica e funcional, com início, meio e fim (PERES, 2006).

Além disso, a entrevistada, ao afirmar que não se deve formar e informar *somente* para o mercado de trabalho, revela a sua total alienação quanto ao que seja, de fato, o fenômeno educacional. Quando Paulo Freire (2000 e 2003) defende uma “educação libertadora”, e quando acusa o atual sistema educacional de praticar uma “pedagogia opressora”, o conhecido e mundialmente respeitado filósofo da educação está se referindo à lógica burocrática, disciplinadora e tecnicista que permeia a nossa escola. Por outro lado, uma educação libertadora deve ser aquela livre do controle e da imposição de regras e métodos educativos (burocráticos) e que, em hipótese alguma, pode estar condicionada à formação de mão-de-obra qualificada para o sistema produtivo. A educação, compreendida em sentido abrangente, deve ter o conhecimento como um fim em si mesmo e não ser determinada por outros fins, exteriores ao processo educacional. Por isso, formar (ou educar) para o trabalho, para a cidadania, ou para qualquer outro objetivo pré-estabelecido, anula completamente o caráter universalista e autônomo da educação (PERES, 2006).

As leis e políticas relacionadas à velhice – a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso – também reproduzem uma ideologia educacional de caráter restrito, enfatizando a importância da criação de universidades da terceira idade e de outros programas educativos voltados ao público idoso. Contudo, não faz referência alguma quanto ao elevado índice de analfabetismo existente entre a população maior de 60 anos no Brasil e quanto ao caráter elitista nas UNATI e dos demais programas para a terceira idade (PERES, 2006).

Não é de se estranhar que essas leis tenham sido elaboradas a partir da “assessoria científica” das entidades de geriatria e gerontologia. Conforme destacou a entrevistada:

[A SBGG] teve um envolvimento muito grande, assim como tiveram envolvimento conselhos do idoso, conselhos estaduais, municipais, e a SBGG com seu corpo científico também foi convidada e também teve uma participação muito grande nessa política relacionada ao idoso e da política de saúde do idoso. Ela teve um papel extremamente atuante, dando esse suporte científico quanto ao envelhecimento. Junto com outros órgãos da sociedade civil e junto com órgãos governamentais pra que essa política fosse viabilizada.

O “suporte científico” dado pela SBGG na elaboração das leis e políticas da velhice certamente desconhece as reflexões mais profundas das ciências da educação. Os técnicos em geriatria e gerontologia deveriam se atualizar acerca do que é, de fato, educação, antes de elaborar leis e políticas para a população idosa, utilizando uma visão restrita e alienada sobre o processo educacional. Isso também se aplica às leis/políticas referentes à saúde, trabalho, lazer, previdência, etc., em que não é levado em conta o caráter histórico-crítico do que seja, na realidade, o Estado ou as políticas públicas e sociais.

O corporativismo inerente à elaboração dessas leis/políticas da velhice se assenta na sua própria fragilidade política e na sua pouca efetividade “revolucionária”, posto que tais leis não consideram a necessidade de mudança estrutural do sistema como imprescindível para a emancipação real e completa do gênero humano. Ao contrário, centram-se numa “luta” falaciosa e teatral por uma “emancipação” também falsa, porque isolada e restrita ao grupo dos idosos, como se isso fosse possível dentro da lógica excludente da sociedade capitalista. Sendo assim, as políticas e leis da velhice restringem-se a medidas setoriais, isoladas e meramente paliativas, retratando a falta de comprometimento das organizações representativas da sociedade civil na obtenção de uma autonomia real.

De acordo com M., a elaboração de políticas públicas da velhice se daria principalmente a partir das reivindicações da SBGG:

A SBGG como entidade científica é que vai apontar essas necessidades de políticas públicas. Quer dizer, vejam que a população está envelhecendo e nós temos que dar resposta sobre o que fazer com essa população. Então o Brasil sempre foi tido como o país do futuro, país de jovens, de repente e muito rapidamente tornou-se um país de cabelos brancos, como diz o Renato Veras [um dos mais conhecidos técnicos em gerontologia, que pertence ao corpo funcional da ANG].

A gerontologia, conforme mostrou Cohen (1998), teve que “criar” a velhice na sociedade indiana para poder estudá-la, pois essa não existia culturalmente como fase diferenciada da vida humana. Da mesma forma, podemos dizer que a gerontologia e a geriatria tiveram que criar a idéia de que os velhos necessitavam de políticas públicas, sem que na realidade existisse essa demanda por parte desse grupo social ou da própria sociedade. A hegemonia e o poder social obtidos pelo conhecimento científico na sociedade contemporânea dá a ele o privilégio de construir e ditar “verdades” e a arrogância de classificar o mundo, a vida e as pessoas. Dizer que a ciência é ideológica porque serve ao poder e à dominação política justifica, até certo ponto, essa arrogância inerente à ditadura científica vigente no mundo atual. O fato de se gastar bilhões de dólares com pesquisas e tecnologias bélicas e aeroespaciais – ou seja, muito mais do que com outras áreas científicas – torna incontestável a submissão da ciência ao poder e às estratégias políticas de dominação.

A medicina “criou” a idéia de doença e, com isso, submeteu a sociedade ao seu “biopoder”, monopolizando a verdade sobre o que é ou não saudável com relação ao corpo humano. Da mesma forma, a ciência moderna impôs, por exemplo, classificações biológicas universais e homogêneas aos seres vivos, desrespeitando a heterogeneidade e a identidade das culturas locais, que sempre possuíram suas próprias classificações com relação ao meio ambiente, à fauna e ao seu habitat natural, um tipo de “conhecimento popular” que vem sendo analisado e resgatado só recentemente pela pesquisa acadêmica, com o advento de subáreas como a etnobiologia e as demais etnociências.<sup>100</sup>

Essa postura ditatorial do conhecimento científico sobre as outras formas de conhecimento (senso comum, teológico e filosófico) é resultado direto da dominação política imposta pelo sistema capitalista. Sabemos que a ciência moderna é totalmente funcional ao capitalismo. As ciências exatas, como a física, a química e a matemática, tiveram e ainda têm importância fundamental na modernização dos processos produtivos do capitalismo industrial, sendo a base da engenharia de produção. Portanto, ciência, burocracia e capitalismo sempre tiveram uma relação de simbiose, que se iniciaria na sociedade moderna – com o advento da ciência cartesiana e do Estado burguês – e, em

---

<sup>100</sup> Sobre etnobiologia e etnociência, cf. a obra de Darcy Ribeiro et al: *Suma Etnológica Brasileira*, Ed. UFPA, Belém, 1997.

virtude do sucesso da “parceria”, tenderia a se perpetuar. Sabe-se que o surgimento da ciência e da técnica intensificaria consideravelmente a produção material na sociedade capitalista, gerando maior acúmulo de riquezas e, por outro lado, exacerbando a injustiça e a desigualdade social em decorrência do aumento do desemprego e da exploração dos trabalhadores industriais, uma condição que foi denunciada e explicada por Karl Marx, por F. Engels e por outros marxistas nos séculos XIX e XX. Portanto, podemos considerar a ciência como sendo, simultaneamente, causa e consequência do desenvolvimento do capitalismo, condição essa que justifica a sua forte carga ideológica (HABERMAS, 1986).

Como vemos, o conhecimento científico está muito longe de possuir a neutralidade, a objetividade e a imparcialidade como princípios epistemológicos essenciais. A autoridade que essa forma de conhecimento adquiriu na sociedade contemporânea se deve, acima de tudo, à importância fundamental que a ciência sempre teve para o desenvolvimento e perpetuação do sistema econômico vigente. Contraditoriamente, a cultura atual, a qual se gaba de ser tão racional e avançada, mantém como um dos seus maiores mitos o da neutralidade científica, que convive paralelamente com outros mitos, de igual valor alienante, como o da democracia, o da representatividade institucional e o da necessidade da existência do Estado como instituição gestora da sociedade (CASSIRER, 1976).

A gerontologia, na condição de ciência da velhice, parece desconhecer (ou prefere desconsiderar) a verdadeira causa dos problemas sociais que acometem os velhos. Sabemos que a exclusão social sofrida na velhice não é uma questão que diz respeito só aos idosos, mas à toda massa de excluídos da sociedade capitalista. A exclusão dos velhos é produto da própria lógica excludente do capitalismo, que explora o trabalhador ao longo de toda a sua vida e que depois quer fazer crer que a velhice e os seus problemas são uma responsabilidade individual (ou grupal: dos velhos) e não social ou política, ou seja, de que o sistema não tem culpa nenhuma nisso, mas, mesmo assim, faz o favor de amparar uma velhice frágil, desamparada e necessitada (HADDAD, 1986).

Observemos o que diz a burocrata da SBBG sobre as alternativas à exclusão dos idosos na atual conjuntura:

Olha, eu vejo que a população idosa ela está cada vez mais sendo valorizada, é por tudo aquilo que construiu, e até por ser hoje a população que tem a primazia ou a prioridade das políticas públicas. Não sei se você viu, ontem teve uma notícia na Record, na Rede Globo, em uma cidade no

interior de São Paulo, que teve uma aprovação de vagas de carros [em estacionamentos] especiais para idosos, locais delimitados (...) Essas iniciativas, que parecem pequenas, mostram como que eles [os idosos] estão sendo hoje cada vez mais vistos e olhados pelo poder público. Existem vagas de trabalho para idosos em supermercados e outros estabelecimentos. Em concursos públicos, agora no Estatuto diz que não pode mais discriminar pela idade e um dos critérios de desempate é a idade, idade maior, eles têm prioridade. Então, assim, são iniciativas que vão mostrando como esse segmento está sendo mais valorizado. Mas ainda temos políticas públicas insuficientes para atender todos os segmentos, principalmente os mais carentes, ainda temos uma dificuldade em relação àqueles idosos que são mais fragilizados, que têm menos capacidade de exigir seus direitos, que são os gravemente enfermos e que não têm família.

Hoje, não basta somente explorar o trabalhador ao longo da sua chamada “vida produtiva”. É necessário explorá-lo também na velhice. Muito provavelmente a entrevistada, que é assistente social e gerontóloga, nem se dê conta do seu completo condicionamento à ideologia do capital. Ao considerar que a criação de vagas de estacionamento e de subempregos para idosos é sinal de valorização desse grupo social e de maior atenção do Poder Público, a gerontóloga burocrata parece desconhecer a diferença entre valorização e emancipação social. As “esmolas” dadas pelo Poder Público e pelas empresas privadas, com a criação de vagas ou “cotas” para idosos, podem de fato representar uma maior valorização (ou atenção) pública para com a questão da velhice, mas estão muito longe de ser caminhos para a sua real emancipação e autonomia. Sabe-se bastante bem que a emancipação dos idosos, das mulheres, dos negros, dos doentes, dos trabalhadores, dos miseráveis, etc., não pode ocorrer de forma isolada, mas sim como uma consequência direta e natural da emancipação geral do gênero humano, frente à opressão vivida sob o sistema capitalista, que mantém instituições coercitivas (como o Estado, a polícia, o exército e as escolas) com o fim de dominar o povo e de perpetuar a desigualdade e a injustiça social (ANTUNES, 1999).

O condicionamento da entrevistada, bem como o caráter paliativo das novas leis da velhice, tornam-se evidentes na fala reproduzida a seguir:

Ele [o Estatuto do Idoso] vai realmente referendar aquilo que a gente já tem na Previdência Social e não tem nada de novidade em relação a isso. Agora eu não sei como é que se poderia ter um avanço aqui viu! Se você me perguntar: que avanço poderia estar proposto nesse Estatuto do



Idoso, junto à Previdência Social? É uma questão que eu não sei como é que nós poderíamos propor esse avanço com relação à Previdência Social. Por isso que tem a questão da aposentadoria, ela reflete o que foi o mundo do trabalho dos indivíduos, quer dizer, é um salário injusto. Uma grande parte da população brasileira ganhar durante a sua vida inteira um salário mínimo e, portanto, se aposentar com um salário mínimo, porque essa é uma realidade que nós temos. Uma grande parte da nossa população viveu a sua vida recebendo um salário mínimo e aí ele vai se aposentar com um salário mínimo. Então, é isso que é muito difícil. Nós não temos ainda mecanismos de melhorar as condições de trabalho das pessoas que estão no mercado, pra que elas consigam ter um salário mais digno na sua vida adulta, que possam contribuir com um valor melhor de aposentadoria, e que, portanto, depois que não estiverem mais na ativa tenham um salário digno, uma aposentadoria digna, pra manter aquilo que ainda é necessário.

Note-se como a entrevistada confessa o descaso com que os formuladores do Estatuto do Idoso trataram a questão previdenciária, principal alicerce de autonomia da grande maioria dos idosos, principalmente dos idosos pobres. Fica claro como essa questão foi completamente ignorada pelo Estatuto, que “não tem nada de novidade em relação a isso”. Contudo, de acordo com as pesquisas de Camarano (1999), a aposentadoria representa a única fonte de renda de mais da metade dos idosos com mais de 65 anos no Brasil. Muitos desses idosos ainda têm que sustentar sua família, em decorrência da situação de desemprego vivida pelos filhos. A falta de alternativas da entrevistada para o problema da Previdência mostra que o principal direito social dos idosos, uma conquista decorrente da luta dos trabalhadores, simplesmente não foi levado em consideração pelas novas leis da velhice, que teriam contado com gerontólogos e representantes do movimento dos aposentados na sua reivindicação e elaboração.

Não há dúvidas de que uma das maiores contradições dos movimentos sociais de idosos da atualidade, e das leis deles resultantes, está ligada à questão da aposentadoria. Por simbolizar o conflito entre capital e trabalho, o direito à aposentadoria sempre foi desrespeitado e atacado pelo Estado e pela classe empresarial. Tal como o 13º salário, as férias, as licenças doença, gestante, etc., o direito à aposentadoria representa o pagamento por um tempo ocioso, ou seja, pelo tempo de não-trabalho. E isso, para o capital, é algo inadmissível, pois contraria a sua lógica de exploração do trabalho, pela qual se deve sempre obter a maximização do lucro conciliada ao maior achatamento possível do salário dos trabalhadores, por uma jornada de trabalho cada vez mais elevada (MARX, 1983).

Se a questão da aposentadoria carrega dificuldades com as quais as novas leis da velhice não querem lidar, isso se deve ao fato de que está aí o ponto nevrálgico da exclusão vivida pelos velhos, que são, na verdade, os trabalhadores no final da vida. Mexer na aposentadoria significa ter que lidar com a realidade da exclusão no capitalismo: a que envolve o conflito entre capital e trabalho. Tal conflito coloca em xeque a divisão injusta da riqueza no capitalismo, a qual é socialmente produzida e individualmente apropriada. E é esse antagonismo que o teatral movimento social de idosos quer evitar, certamente por estar, ele mesmo, inserido numa lógica funcional ao capitalismo: a da transformação da velhice em mercadoria, simbolizada pela idéia de terceira idade.

Vejamos, por exemplo, como M., a gerontóloga entrevistada, entende a questão da privatização dos direitos sociais, um processo inerente ao neoliberalismo:

O mundo está envelhecendo, então eu não acho que é um retrocesso [a privatização de direitos sociais como a aposentadoria], mas eu acho que é uma nova acomodação. Essas aposentadorias privadas, elas já são uma realidade, mesmo num país como o nosso, que é um país que tem uma carência de pessoas com um poder aquisitivo, que possam pagar uma previdência privada, que é caríssima, ou a pessoa começa a pagar muito jovem, ou com uma idade mediana, ou chegando aos 50 e começar a pagar uma aposentadoria privada, você tem que ganhar muito bem, senão é impossível, quase impraticável. Então eu acho que uma nova acomodação vai acontecer, porque nós temos cada vez mais uma dificuldade do sistema público, das políticas públicas acomodarem as necessidades de uma população que está vivendo muito, com menos dinheiro arrecadado. Eu acho que a informalidade é a marca do mundo do trabalho hoje, no nosso país.

Conforme mostra Gentil (2005), a suposta crise do sistema previdenciário existente no Brasil – divulgada aos quatro ventos pelos veículos de comunicação de massa e apoiada em dados estatísticos sobre o envelhecimento populacional e o aumento do trabalho informal – é *falsa*, podendo ser compreendida como mais uma estratégia do Estado para tentar justificar as políticas neoliberais de privatização da previdência pública e a proliferação de caixas privadas de aposentadoria, bem como a miséria paga aos aposentados pelos cofres públicos. O fato é que a verba arrecadada pela Previdência Social é *desviada* principalmente para obras com fins eleitoreiros e para o financiamento de campanhas de candidatos à reeleição, com o uso indevido da máquina estatal.

Essas artimanhas do Leviatã são importantes para a proteção do sistema, pois a classe trabalhadora precisa pensar que o Estado capitalista realmente está falido em sua arrecadação e que a culpa por essa crise não está no funcionamento corrupto da máquina estatal, e nem na sonegação tributária das classes empresariais, mas na realidade social e demográfica do país, que possui o desemprego, o trabalho informal e o envelhecimento populacional como principais problemas. Assim, remetendo a causa do mal para a própria população, o Estado e as classes dominantes evitam os conflitos entre capital e trabalho, que desgastam e ameaçam a estabilidade e a ordem (injusta) da sociedade capitalista. O mito, portanto, serve aqui como um *apaziguador ideológico* da luta de classes, que tem sido usado pelo Estado e pelas elites econômicas de forma bastante eficaz. É assim que a crise do sistema previdenciário, tida como mais um mito, pode ser utilizada estrategicamente como instrumento de alienação do povo e como recurso de controle social.

Uma das maiores contradições do capitalismo está na existência de uma sociedade racional, burocrática e científica que faz uso do irracional e do mitológico para empreender a sua dominação. Conforme mostrou Max Weber (1996), a racionalidade do capitalismo teve, em sua formação histórica, uma conexão direta com a ética do protestantismo, que, apesar de ser uma doutrina essencialmente racional, possui a irracionalidade dogmática de todo credo religioso. Portanto, racional e irracional convivem lado a lado desde a origem da sociedade capitalista, numa relação de simbiose.

Não é mais novidade que a tutela existe e que as instituições representativas privilegiam interesses corporativistas. Tal fato já foi denunciado por autores de ideologia anarquista, de alta respeitabilidade acadêmica, como Fernando Prestes Motta (1981 e 1986) e Maurício Tragtenberg (1980). Contudo, o mito da representatividade ainda persiste e predomina no discurso dos burocratas:

É um grupo de profissionais preocupado, uma sociedade preocupada, que diz o que é melhor para o quesito idoso. Hoje, cada vez mais, é esse grupo de pessoas que estuda o envelhecimento, pessoas preocupadas com o envelhecimento, com as pessoas idosas, que buscam nesse consenso o que é melhor para a população idosa. Então eu já vejo nesse segmento idoso no Brasil hoje uma representação. Então, é assim, falamos por eles e falamos com eles, como, por exemplo, pelos conselhos do idoso.

Assim, talvez esse grupo que decide pelos velhos não ache importante que a aposentadoria seja melhorada para garantir boas condições de vida para “o quesito idoso”. E, de fato, talvez isso não tenha realmente importância para as pessoas (idosas ou não) que participam do “consenso” sobre “o que é melhor para a população idosa”, já que essas, ou nem são idosas, ou, quando são, pertencem geralmente às classes médias e altas. E isso ocorre também entre os integrantes dos conselhos e fóruns de idosos, onde temos bem poucos idosos e nenhum pobre, predominando técnicos, políticos e líderes comunitários interessados na questão da velhice, conforme é mostrado pela pesquisa de Paz (2001).

Vemos então que a aposentadoria, mais uma vez, é colocada de lado nas decisões institucionais e “científicas” sobre o que é melhor para os velhos e a velhice. E o Leviatã com toda certeza agradece...

#### **4.4. A COBAP e a politização da aposentadoria**

##### *Os artefatos e valores: a organização e seu histórico*

Quando Edgar Schein (1992) afirma que parte da cultura de uma organização pode ser revelada por meio dos “artefatos visíveis”, ele quer dizer que a imagem aparente é capaz de dizer muito sobre a dinâmica organizacional, apesar de não revelar a sua essência, que só é obtida por meio da análise de um nível mais profundo da cultura: os pressupostos inconscientes. Neste mesmo sentido, é interessante perceber como a dialética marxista também opõe aparência e essência, mostrando como o capitalismo sempre necessitou do aparente – ou seja, da alienação, da mentira e do mito – para se manter enquanto sistema econômico. O que Marx (1983) fez ao escrever *O capital* foi desmistificar as aparências de ordem (positivista) e de humanismo (burguês) inerentes ao capitalismo, revelando a sua verdadeira essência, ou seja, aquela que engloba a exploração, a exclusão e a injustiça.

No entanto, provavelmente Marx e os marxistas não imaginavam que a contradição entre aparência e essência fosse atingir a instituição-chave na qual haviam depositado as esperanças da revolução proletária: o partido comunista. A idéia de uma “ditadura do proletariado” na figura de um partido revolucionário, que deveria acompanhar a transição para o socialismo, parece ter sido um dos maiores erros do marxismo como teoria revolucionária. Conforme mostra Motta (1981), o regime comunista na antiga União

Soviética começaria a desmoronar na medida em que o partido comunista vai se burocratizando na condição de governo. A burocracia partidária e estatal, fundidas, fariam com que o socialismo soviético perdesse completamente a sua identidade de práxis revolucionária. Por isso é que qualquer ditadura ou burocracia, capitalista ou socialista, da burguesia ou do proletariado, de “Deus” ou do “Diabo”, reproduzirá sempre a lógica do poder hierárquico e da desigualdade entre os homens.

Herdeiros diretos da revolução socialista e do marxismo revolucionário, os movimentos operário e sindical e os partidos de esquerda sempre significaram a luta legítima dos trabalhadores por melhores salários e condições de vida. Ao longo dos séculos XIX e XX, as conquistas de direitos sociais ligados ao trabalho – dentre os quais o da aposentadoria – deveram-se à luta desses movimentos e instituições tidos como representantes diretos da classe operária. Neste contexto, ninguém ousaria questionar ou duvidar da legitimidade e da “boa fé” desses movimentos e instituições. Aliás, eles representavam (ou deveriam representar) a classe explorada da sociedade capitalista, ou seja: os trabalhadores assalariados. Além disso, no jogo de forças entre capital e trabalho, os “maus” da história sempre foram os ricos burgueses, os “exploradores capitalistas”, e os “bons” e injustiçados, os pobres operários.

Contudo, a realidade não é tão óbvia e simples assim quanto parece e não vivemos num “conto de fadas”. O próprio movimento operário e as instituições dele derivadas se burocratizaram. McIlroy (1997) mostra como o sindicalismo inglês se deteriorou e se enfraqueceu com o surgimento das políticas neoliberais e das reestruturações produtivas. A burocratização e o corporativismo dos sindicatos e partidos trabalhistas, a substituição da tradicional luta de classes pelos acordos e negociações entre sindicatos e empresas (com a exclusão dos trabalhadores), o aumento do desemprego decorrente dos processos de automação e a “morte” do socialismo no mundo com a fim da União Soviética podem ser apontados como os principais determinantes da crise sindical e do enfraquecimento e descaracterização da esquerda trabalhista no mundo (BOBBIO, 1995).

O movimento operário e o socialismo deixaram há muito de ser uma ameaça ao capitalismo. A verdade é que os marxistas e socialistas se tornaram, infelizmente, caricaturas de uma utopia romântica e – o que é mais absurdo ainda – foram incorporados pelo capital como mercadorias. Assim, o que antes era subversivo, pode agora gerar lucro.

Hoje em dia é possível comprar com facilidade livros como *O capital* ou *O manifesto comunista* em bancas de jornal ou em shoppings. Contudo, tais livros já foram considerados altamente subversivos no auge do movimento operário e muitos militantes comunistas foram presos, torturados e mortos por causa dos seus ideais nas ditaduras militares da segunda metade do século XX na América Latina. Da mesma forma, é triste saber que a imagem de Ernesto Che Guevara, importante líder guerrilheiro comunista da década de 1970, temido e perseguido pelas aristocracias burguesas, tornou-se hoje símbolo de roupas de grife, que são vendidas em lojas freqüentadas pela elite.

Como se vê, a banalização do movimento socialista e a vergonhosa mercantilização dos seus ícones demonstram a impotência dos veículos tradicionais de resistência e oposição ao capital. Na verdade, é preciso reconhecer que a alternativa revolucionária já se tornou obsoleta. Novas vias de ação precisam ser pensadas. E a revolução reinventada.

Na atualidade, os governos da esquerda trabalhista na América Latina – basicamente no Brasil, na Venezuela, no Chile e na Bolívia –, com sua passividade e demagogia frente aos interesses do Grande Capital, representado pelos EUA, geraram decepções entre os intelectuais de esquerda, os militantes socialistas, o próprio povo, enfim, entre todos os que haviam depositado a sua confiança no trabalhismo, representante ideológico da antiga luta de classes. No entanto, a “traição” desses governos de “esquerda” para com seus próprios ideais (pessoais e partidários) e para com a boa fé do povo pode ter o seu lado bom. Ela pode fazer brotar nas mentes mais lúcidas uma descrença com relação ao atual modelo político (capitalista), que mantém uma estrutura burocrática historicamente viciada no favorecimento das elites econômicas, nacionais e estrangeiras.<sup>101</sup>

O movimento dos aposentados começa a se popularizar no Brasil num contexto em que o movimento sindical já estava enfraquecido. A descrença no sindicalismo e no trabalhismo como vias revolucionárias frente à opressão capitalista se intensifica com a queda do regime soviético e do Muro de Berlin, ocorridos no final da década de 1980. Se as pesquisas acerca do movimento dos aposentados, especialmente as de Simões (2000) e Haddad (2001), apontam o início da década de 1990 como a fase áurea das mobilizações, marcada pela famosa reivindicação dos 147% de aumento no valor da aposentadoria, é

---

<sup>101</sup> Para Cocco (2001), é nessa desilusão diante do político, aliada à instabilidade econômica do desemprego e da informalidade, que pode estar o gérmen para o nascimento de novas formas de resistência e revolução.

óbvio que a “morte” do socialismo no mundo e a conseqüente degradação do movimento sindical contribuíram decisivamente para a dispersão e o rápido enfraquecimento do movimento dos aposentados.

Na verdade, pode-se dizer que a mobilização pelos 147% contribuiu para tornar pública a questão da aposentadoria e a precariedade dos benefícios pagos pela Previdência Social, bem como colocou em evidência a condição de miséria e marginalidade social vivida pelos aposentados brasileiros. Contudo, tal movimento não teve força política, pelo menos até o momento, para empreender transformações significativas nas condições de vida dos aposentados. Apesar de a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso terem resultado, em parte, das pressões e lobbies do movimento dos aposentados (em paralelo às ações de outras organizações representativas da velhice), tais políticas e leis, na verdade, podem ser vistas mais como estratégias de marketing político e institucional do que como avanços efetivos na legislação sobre velhice presente na Constituição de 1988.

Não é de se estranhar que alguns técnicos e políticos, entidades de geriatria e gerontologia, universidades da terceira idade, SESC, entidades de aposentados e demais instituições representativas demonstrem mais interesse e empolgação com relação às políticas e leis da velhice do que os próprios velhos. É porque são eles os principais beneficiados e não os idosos. Talvez isso explique porque a necessidade de aumento no valor da aposentadoria jamais é considerada nas decisões sobre o que é “melhor” para os velhos. É que não são os velhos que decidem sobre a sua própria vida, mas sim são os seus “representantes” que o fazem. A questão é que tais representantes, na verdade, estão muito longe de sentir na pele os dramas de uma velhice miserável, sendo geralmente adultos jovens ou idosos com um poder aquisitivo suficiente para terem uma vida digna. Também é estranho e contraditório que o Estatuto do Idoso e a Política Nacional do Idoso possuam como ponto mais frágil os itens relativos à Previdência Social, já que as entidades de aposentados, representadas nacionalmente pela COBAP, tiveram participação decisiva na formulação dessas leis e políticas.

Simões (2000), ao analisar a mobilização pelos 147% ocorrida no início da década de 1990, mostra a popularização conseguida pelo movimento dos aposentados a partir desse ocorrido. Apesar de sua origem ser anterior à respectiva mobilização, foi com ela que a luta dos aposentados se intensificou, tornando-se socialmente visível. O fato de “ganhar a

mídia”, tanto nacional quanto estrangeira, contribuiria decisivamente para que o movimento se fortalecesse e ganhasse aliados predispostos a abraçar a “causa” dos aposentados. Aí então se justificar o crescimento, nesta época, do número de lobbies políticos dentro do Congresso Nacional com a finalidade de defender os interesses dos idosos, um fenômeno que também é analisado pela pesquisa de Simões (2000).

Além disso, a fundação da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (COBAP) em 1985, com a missão de representar todas as associações de aposentados do país, seria elemento determinante na articulação e organização do movimento em esfera nacional. Conforme explica Haddad (2001):

O Movimento [dos aposentados] foi lentamente organizado a partir da constituição, na década de 60, da União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil e, no decorrer das décadas de 70 e 80, de associações de aposentados e pensionistas. A efetivação do Movimento ocorreu com a criação de federações que se uniram, formando, em 1985, a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP (p. 17).

Na verdade, podemos dizer que a mobilização pelos 147% só foi possível graças à centralização administrativa do movimento na figura da COBAP. Tal mobilização seria, portanto, o primeiro grande motim protagonizado por velhos aposentados no Brasil. A sua popularidade se deveu, em grande parte, às imagens de novidade e excentricidade inerentes a um movimento de idosos. Parece ser mesmo bastante incomum (e até “excêntrico”) para uma sociedade que despreza e exclui a velhice, ver idosos politicamente organizados, protestando nas ruas contra a exclusão social e lutando por uma vida digna. Conforme destaca Simões (2003):

O movimento de aposentados e pensionistas não começou com a “mobilização pelos 147%”, nem foi esta a primeira vez que os aposentados saíram em defesa de seus interesses no Brasil. Mas é novidade um movimento *unitário* de aposentados (p. 15). Grifos do autor.

Derivada diretamente do movimento sindical, a COBAP passa a fazer o papel de mediadora entre os aposentados e o governo, projetando-se como uma “representante legítima” dessa categoria no país, conforme é destacado nos *Anais do XVI Congresso Nacional de Aposentados, Pensionistas e Idosos*, ocorrido em 2004, em Brasília/DF:



[A COBAP é uma] entidade organizada de aposentados, pensionistas e idosos, empenhada em realizar os ideais dos homens e mulheres perseverantes, engajados na luta por igualdade social e justiça para todos; portanto, uma autêntica e legítima entidade representativa desse segmento social no país (COBAP, 2004; p. 03).

Esse congresso é realizado anualmente e visa promover palestras e debates sobre a conjuntura social e política do país, tendo sempre como “pano de fundo” a aposentadoria e a velhice. Promove também eleições de chapas, visando renovar a diretoria da entidade ou empreender modificações em seu regimento interno. Para tanto, conta com a participação de todas as associações de aposentados do país, sendo que todos os associados têm direito a voto nas decisões e pleitos internos. O que pude observar quando participei como observador do XVII Congresso da COBAP, ocorrido em outubro de 2005, foi que as disputas de poder entre as chapas e entre as associações superam em muito os debates sobre conjuntura política, situação previdenciária ou exclusão social dos idosos.

Como se vê, o personalismo e o corporativismo, que caracterizam a disputa pelo poder, parecem prevalecer mais uma vez sobre o “papel social” das organizações representativas. Em síntese, pode-se dizer que a luta pela legitimidade no exercício da representação dos idosos, observada entre as organizações representativas da velhice, divide espaço com as disputas internas de poder, ocorridas entre os membros integrantes dessas organizações. Assim, se, por um lado, o SESC, as entidades de geriatria e gerontologia e as associações de aposentados competem entre si para determinar quem é o representante legítimo dos idosos, por outro, técnicos, burocratas e políticos lutam com unhas e dentes pelo poder institucional, utilizando a “causa” dos velhos como justificativa.

Desta forma, a ênfase na idoneidade da organização e na importância da sua ação social pode ser vista com frequência nas publicações institucionais:

Seu trabalho social [da COBAP] envolve discussões profundas e solidárias sobre desempenhos responsáveis e ações efetivas, partindo de uma postura consciente de cidadania, na sua maior expressão. Sua finalidade precípua é promover e valorizar a pessoa humana, lutando incansável e permanentemente, em defesa da melhoria da qualidade de vida dos aposentados, pensionistas e idosos. Estimula a participação popular nas políticas públicas que expressem a vontade do povo, observadas as normas constitucionais e os princípios éticos. Trabalha com

a dissolução de práticas ideológicas que discriminem ou segreguem pessoas por razões de idade, sexo, raça, condição social, financeira ou outros pretensos motivos não condizentes com o pleno exercício da cidadania e o respeito humano (COBAP, 2004; p. 03).

É possível notar que a COBAP faz uso de um discurso claramente demagógico na tentativa de enfatizar o seu compromisso com a defesa dos excluídos, em especial os idosos. Ao declarar que luta “incansável e permanentemente” a favor dos aposentados, a COBAP apela para a sensibilização dramática, uma estratégia demagógica típica dos discursos eleitorais. O Senador Paulo Paim (PT/RS), ao participar da mesa de abertura do XVII Congresso da COBAP, fez uma declaração de semelhante caráter demagógico, afirmando que prometia defender os aposentados até sua morte e que, mesmo após a morte, continuaria a defendê-los. Tais exageros, utilizados estrategicamente como marketing político, exacerbam o caráter falacioso da representatividade institucional.

A COBAP, na verdade, sempre possuiu uma forte identidade política, tendo atuado, desde o início, em decisões e eventos políticos de grande importância, como a Assembléia Nacional Constituinte, em 1988. De acordo com Haddad (2001):

A prática política dos aposentados e pensionistas, ligada às profundas defasagens nos proventos dos beneficiários da previdência social, tomou novos rumos com a criação da COBAP em 1985. A partir dessa data, a luta se aprofundou, transcendendo o objetivo de conquista por melhores benefícios. A situação de penúria em que se encontravam os aposentados e pensionistas é o elemento explicativo do crescimento da luta, a partir de 1987. Ademais, o início dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte criou espaço pra demandas de diferentes segmentos da sociedade. Nesse contexto, o Movimento tomou a Constituinte como principal interlocutor para as conquistas previdenciárias (p. 67).

É bem claro o importante papel assumido pela COBAP no processo de politização da aposentadoria ocorrido no Brasil ao longo da década de 1990. Ao participar da Constituição de 1988 e, posteriormente, das reivindicações pelo cumprimento das leis constitucionais, essa entidade pôde contribuir decisivamente para tornar pública a questão da aposentadoria, transformando-a numa demanda política. Como consequência, a própria velhice se tornaria socialmente mais visível. Conforme destaca Debert (2004):

A visibilidade alcançada pela velhice na última década foi marcada pela constituição de associações de aposentados que, reunidas em nove federações e em uma confederação nacional [a COBAP], acabaram por se transformar em interlocutores políticos legítimos dos interesses dos aposentados (p. 136).

Vale destacar que, ao contrário das outras organizações representativas da velhice, como o SESC e as entidades de geriatria e gerontologia, a COBAP se diferencia por representar um público predominantemente masculino. A oposição entre os programas da terceira idade e as associações de aposentados está, primeiramente, no fato de que a terceira idade comporta um público majoritariamente feminino, em que a presença masculina não chega a atingir os 20%, enquanto que nas associações de aposentados predominam homens, principalmente ex-sindicalistas. Segundo Debert (2004):

É difícil obter dados sobre a participação feminina no movimento, mas sabemos que as mulheres raramente têm cargo de direção nas associações ou são chamadas pra falar em nome dos aposentados em manifestações políticas e na imprensa (p. 139).

O segundo aspecto da oposição terceira idade/aposentados é relacionado à classe social. Como já vimos, o público da terceira idade é, em sua maioria, composto por integrantes de classes sociais mais abastadas, enquanto que nas associações de aposentados podemos ver pessoas de menor poder aquisitivo, que, não raro, dependem da renda da aposentadoria para sobreviver.

No que se refere à diferença entre os gêneros nos movimentos de idosos, em que podemos ver um processo de reinvenção social da velhice, vale a interpretação de Debert (2004), segundo a qual há: “*Um público masculino na luta pelos direitos do cidadão e pela redistribuição da riqueza e um público feminino na luta por mudanças culturais amplas que caracterizam os novos movimentos sociais*” (p. 144). No entanto, pensar a oposição entre o movimento dos aposentados e o movimento da terceira idade apenas como a representação da diferença entre “velhos” e “novos” movimentos sociais, fundindo-os num mesmo processo sociocultural – a reinvenção da velhice –, significa ignorar o verdadeiro propósito dos movimentos operário e socialista, que sempre foi *romper com o sistema*.

Infelizmente, o discurso “pseudo-socialista” observado nas organizações sindicais, de aposentados e nos partidos (auto-intitulados) de esquerda adquiriu o viés de propaganda

política. Se o enfraquecimento do marxismo e do socialismo chegou ao absurdo de permitir a banalização e a comercialização dos seus símbolos, não deveríamos estranhar que hoje as instituições fazem uso dos ideais socialistas – que um dia já foram subversivos – no intuito de cooptar militantes, eleitores e filiados. O movimento dos aposentados, sob a liderança da COBAP, por ter se consolidado num período em que o movimento sindical já estava enfraquecido e descaracterizado – e o socialismo já “morto” –, pôde se utilizar livremente do discurso socialista, sem que isso significasse qualquer perigo de retaliação ou repressão por parte das classes dominantes e do Estado. Na verdade, um “movimento de velhinhos” com ideais socialistas não era nenhum pouco ameaçador, correndo o risco de servir, até mesmo, como objeto de chacota.

Simões (2003) mostra a ironia e o descaso com que o movimento dos aposentados foi tratado pela imprensa na época da mobilização pelos 147%:

A mídia dava atenção às associações de aposentados, mas tendia a tratá-las como “associações de velhinhos”. Outra matéria da *Folha de S. Paulo*, de 2 de fevereiro de 1992, é exemplar, desde o título: “A batalha dos velhinhos: aposentados ocupam vanguarda social”. Reunindo opiniões bem diversificadas de lideranças dos aposentados, de participantes antigos e recém-chegados ao movimento e de uma antropóloga especializada no assunto, o texto da matéria procurava comprovar a tese de que o movimento dos aposentados pelos 147% fora uma revolta de velhos oprimidos, empobrecidos e que, além disso – ou principalmente por isso – não tinham nada para fazer, tendo procurado as associações de aposentados para “agitar a vida” (p. 29).

O discurso que visa enfatizar a importância de valores como o de paz social, de ordem e do trabalho (alienado), depreciando, por outro lado, o conflito, a revolta contra a opressão, o protesto diante da injustiça social e o ócio como desperdício de tempo (que poderia ser dedicado ao trabalho), é bastante coerente com o *ethos* do capitalismo fundado nos ideais protestantes, conforme mostra o estudo de Max Weber (1996). De acordo com Antunes (1999), o ataque aos ideais socialistas e a tudo o que envolve a luta de classes é uma das estratégias de sobrevivência do capital, cujo metabolismo social é capaz de neutralizar eficazmente as forças que ameaçam a sua dominação (com a reestruturação produtiva e o desemprego estrutural, para enfraquecer o movimento operário, por exemplo) e, ainda, de incorporar ao seu favor o que antes lhe fazia oposição (privatizando os direitos sociais e utilizando os ideais socialistas como eficiente marketing político, por exemplo).

Montaño (2003), por sua vez, também mostra que o capital tem se empenhado para difundir a idéia de que o socialismo e a luta de classes estão mortos e ultrapassados em todo o mundo, e que, com a queda do Muro de Berlin e o fim da União Soviética, a economia capitalista pode ser vista como a grande vitoriosa. Para tanto, tem se utilizado, principalmente, da imprensa e das publicações de seus “intelectuais orgânicos”, como Peter Drucker e F. Hayek.

A impotência do movimento socialista na atualidade certamente justifica a ironia e o descaso com que o movimento dos aposentados foi recebido pelos poderes hegemônicos desde o seu surgimento. Se, por um lado, a COBAP e as associações regionais existem com o propósito de defender os direitos e os interesses dos aposentados, por outro, a sua atuação não tem levado a resultados significativos. Tanto que, até o momento, não se obteve ganhos efetivos para a categoria – tal como a melhoria dos níveis de vida dos idosos –, já que a Previdência Social pode ser vista como o ponto mais frágil do Estatuto do Idoso e das políticas da velhice. Dessa forma, a dissipação do movimento dos aposentados parece ser algo inevitável. É o que acredita Simões (2003), ao destacar que:

O movimento se arriscará a se diluir em meio a outras organizações que ou já atuam nesse campo, ou agora passaram a considerá-lo politicamente promissor. Além disso, o movimento correrá o risco de perder – para os sindicatos, por exemplo – o que já conquistou em termos de mobilização, organização e representação dos beneficiários da Previdência (p. 33).

Mais uma vez, portanto, a existência das organizações representativas parece se limitar à lógica corporativista, ou seja, a que consiste em privilegiar os próprios interesses (institucionais), em detrimento dos interesses coletivos e sociais, que representam, na verdade, a sua “razão de ser”. Portanto, é essencialmente na burocratização e na disputa corporativista que o movimento dos aposentados e o próprio movimento sindical – bem como os partidos de esquerda, como PT, PSTU e PSOL – têm emperrado e perdido grande parte da sua identidade “revolucionária”. Com isso, esses movimentos e partidos vão se tornando cada vez mais descaracterizados, fracos, patéticos e pelegos diante do poder das elites econômicas e políticas.

*Os pressupostos inconscientes revelados pelo discurso dos burocratas*

Se a esquerda está descaracterizada e o socialismo já não ameaça mais a hegemonia do capital, o que justificaria, então, a permanência de instituições representativas que ainda insistem em manter um discurso socialista? Os partidos de esquerda podem ser divididos hoje principalmente em dois tipos: “moderados” e “radicais”. No Brasil, entre os de ideologia moderada, vemos os partidos trabalhistas, como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Entre os de ideologia radical, podemos citar os que declaram abertamente sua militância socialista, tais como o Partido Socialista Libertário (PSOL) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). O que os diferencia, essencialmente, é que os trabalhistas moderados propõem reformas e negociações com o grande capital, a favor da classe trabalhadora, enquanto que os socialistas radicais defendem a ruptura com o sistema.

Contudo, sabemos que tanto as negociações quanto a ruptura já podem ser facilmente controladas pelo metabolismo social do capital. Antunes (1999) mostra como o sistema capitalista conseguiu reverter com grande eficácia a sua crise estrutural, empreendendo as políticas neoliberais. A reestruturação produtiva, o desmonte dos direitos trabalhistas e sociais e a emergência do terceiro setor são os exemplos mais populares da ofensiva do capital contra a sua crise estrutural.

Contando com um abundante exército de trabalhadores sobrantes (ou “de reserva”) em decorrência do desemprego estrutural e com um sindicalismo pelego e facilmente manipulável, o capital certamente conseguiria sem maiores dificuldades anular qualquer tentativa de revolução que partisse dos trabalhadores, como greves ou ocupação das fábricas. Além disso, o forte aparato de defesa armada do Estado capitalista – que é composto pelas forças militares e das polícias –, torna impensável qualquer luta violenta entre capital e trabalho, como parecem defender os socialistas radicais. Por fim, os instrumentos de controle ideológico, principalmente a mídia e a educação formal, são capazes de induzir e manter o povo na alienação, impedindo a conscientização das massas e a sua mobilização revolucionária contra o capital.

Podemos ver, portanto, que todas as vias de revolução já se encontram protegidas pelas forças do capital. Dessa forma, a ideologia adotada pelos partidos trabalhistas e

socialistas e pelas outras instituições representativas “da esquerda”, dentre as quais a COBAP, não passa de demagogia política e marketing institucional (ou eleitoral), cujos objetivos principais consistem em cooptar filiados e fazer prosperar a organização. Veja-se, por exemplo, o que diz o presidente da COBAP ao destacar os resultados de sua gestão:

Cumpre-me, nesta oportunidade, apresentar o balanço sintético da minha gestão frente a esta nobre instituição. De 1999 até a presente data [ou seja, o ano de 2004], observou-se acentuado crescimento do número de associados, que passou de 43.351 para os 116.380 mil atuais, representando um aumento de 168,46%. Em decorrência, a arrecadação cresceu significativamente, passando de R\$ 153.941,76, em 1999, para o valor atual de R\$ 649.775,68, apresentando, portanto, um saldo positivo da ordem de 322,09%.

É facilmente perceptível a postura corporativista do burocrata entrevistado. Ao fazer questão de ressaltar o significativo aumento da arrecadação financeira e do número de filiados durante a sua gestão, o presidente da COBAP se coloca como um administrador competente, que é capaz de administrar visando resultados. Isso não geraria estranhamento, não fosse a entidade a principal organizadora de um movimento de caráter trabalhista e sindical, cuja função primordial, destacada em seus anais do XVI Congresso Nacional de Aposentados, Pensionistas e Idosos, é (ou deveria ser) a de: *“Lutar, obstinada e incansavelmente, para que os objetivos do movimento de aposentados, pensionistas e idosos sejam alcançados integralmente”* (COBAP, 2004; p. 03).

É preciso lembrar que o principal objetivo do movimento dos aposentados, e que teria motivado o seu surgimento, sempre foi o de recuperar as perdas no valor das aposentadorias e garantir benefícios justos aos aposentados. Tal objetivo, no entanto, ainda não foi atingido, nos 22 anos de existência da Confederação, conforme mostrou a pesquisa de Haddad (2001). Apesar disso, o burocrata entrevistado destaca que: *“A COBAP mantém a sua própria proposta inicial de reverter os recursos oriundos das mensalidades sempre em benefício dos aposentados e pensionistas associados”*. Tais benefícios, traduzidos na forma de parcerias com os Ministérios da Saúde, da Assistência e da Previdência Social, não representam, na verdade, ganhos diretos. São, tal como acontece com as novas leis da velhice, apenas paliativos utilizados para ocultar o *fracasso* da organização no que se refere à sua missão original: melhorar a renda da aposentadoria.

Certamente o burocrata nem tenha se dado conta da sua postura corporativista ao ocultar em seu depoimento esse fracasso evidente e comprometedor da organização ao longo da sua história de vida. Além disso, ele fez questão de lembrar que a “missão” da organização não foi esquecida, mesmo com a expansão da COBAP:

Crescemos e estamos nos consolidando e legitimando cada vez mais a COBAP como a representante nacional desse segmento. E tão importante quanto isso é constatar que crescemos sem jamais perder de vista nossa missão, cujo legado é, sem dúvida, qualidade de vida para nossos aposentados, pensionistas e idosos.

A expressão vaga “qualidade de vida”, utilizada pelo entrevistado, parece ter função estratégica, na medida em que pretende substituir, com rodeios, a idéia (clara e direta) inerente à missão original da organização, que, de acordo com Haddad (2001), é (ou era?) a de lutar pela obtenção de proventos justos de aposentadoria. Assim, ao citar “qualidade de vida” para os idosos como o legado da COBAP, o burocrata evita se comprometer com a delicada questão previdenciária, que envolve o conflito capital/trabalho e, principalmente, pode colocar a nu o insucesso da organização, que ele quer esconder. A contradição presente em seu discurso se torna ainda mais óbvia na seguinte citação:

Em particular, o ano de 2003 foi um marco importante para a Política Nacional do Idoso, solidificada e ampliada com a aprovação do Estatuto do Idoso, cuja primeira versão, em 50 artigos, teve origem nesta Confederação Brasileira de Aposentados e pensionistas, fruto de muitos anos de trabalho de grupos de terceira idade e entidades de aposentados.

Novamente a dúvida que não cala: como pode um Estatuto do Idoso, que teve origem numa confederação de aposentados, possuir como ponto mais frágil os artigos referentes à Previdência Social?<sup>102</sup> Evidentemente, uma contradição como essa jamais seria comentada por um burocrata organizacional, mesmo que essa organização tenha (aparentemente) funções sociais. Lembra Montaño (2003) que as organizações do terceiro setor têm, acima de tudo, o papel de evitar o confronto entre capital e trabalho. Sendo funcionais à lógica do capital, tais organizações procuram substituir a luta de classes por

---

<sup>102</sup> Acerca da fragilidade do Estatuto quanto à Previdência Social, cf. Estatuto do Idoso (2004), subitem: “Comentários ao Estatuto do Idoso”, escrito por um especialista em Direito.



acordos e negociações, que concedem ao povo ou ao grupo representado garantias mínimas (e paliativas), capazes de abrandar, por certo tempo, suas reivindicações. Além disso, visam convencer o público de que as concessões feitas são as únicas possíveis no momento, mas que, mesmo assim, representam um avanço na conquista dos direitos de cidadania. Dessa forma, evitam o risco de conflitos maiores, capazes de romper com a lógica de desigualdade do sistema capitalista.

O corporativismo das organizações representativas mescla-se com os seus interesses de vinculação e projeção política. Vejamos, neste sentido, o depoimento do presidente da COBAP:

Integrados ao processo [de aprovação do Estatuto do Idoso], entidades representativas da sociedade, parlamentares, em especial o Deputado à época e atualmente Senador da República, Paulo Paim, enfim, a sociedade como um todo, conscientes de que a conquista da cidadania plena do idoso não poderia ficar apenas no papel, empreenderam anos e anos de luta.

É nítida a relação entre a COBAP e o Senador Paulo Paim (PT/RS). Este senador está presente nos principais eventos promovidos pela entidade e, como já vimos, demonstra uma postura demagógica com seus discursos apelativos e suas promessas exageradas (como, por exemplo, a que ele promete defender os aposentados mesmo “após a morte”). Contudo, a pesquisa de Simões (2003) revela que a participação de políticos no movimento não é muito bem vista pelos aposentados militantes:

São feitas críticas abertas ao Estado, aos governos e aos políticos em geral, por “nada fazerem” pelo aposentado. O Estado e os governos são responsabilizados pela redução do valor dos benefícios previdenciários, pela malversação de fundos, por desvio de verbas, corrupção e má administração. Os políticos são acusados de só procurarem os aposentados na época das eleições e depois lhes voltarem as costas (p. 21).

Temos observado que o corporativismo institucional e o clientelismo político são características que corroem a identidade, a integridade e a confiabilidade das organizações representativas. Na verdade, tais características colocam em xeque a própria legitimidade dessas organizações enquanto representantes de grupos específicos. Para Prestes Motta

(1986), é do processo de burocratização institucional que o corporativismo e o clientelismo surgem e se perpetuam como tendências organizacionais. E isso ocorre tanto nas empresas privadas como também nas instituições públicas ou representativas. Assim, pode-se dizer que a descaracterização das organizações sindicais, partidárias e sociais (ou assistenciais), no que diz respeito à sua função representativa, advém, principalmente, da sua burocratização.

Sobre os efeitos que o poder burocrático geralmente causa nos líderes das instituições representativas, o depoimento do presidente da Associação dos Aposentados de Sergipe (AAS) é bastante ilustrativo:

O poder tem uma força de transformar as pessoas, entendeu? Eu tenho observado que o poder tem transformado as pessoas sempre para o mau, não para o bem entendeu? E isso não é bom para os olhos da humanidade, não é bom pra nós, pessoa da minha idade, que sou uma pessoa idosa, e a gente queria que fosse diferente. E hoje, aqui no Brasil, tem termos políticos, a sociedade em geral está decepcionada, decepcionada com o que a gente vê com os órgãos políticos, você elege uma pessoa e quando chega no poder ele se transforma, muda de partido constantemente sem o consentimento daqueles eleitores que o colocaram lá. Então isso não é bom. Eu acho que o poder entendeu, tem uma força, que é visível, você não tem como definir entendeu? Mas que dá uma transformação terrível pras pessoas. Eu não sei o que ocorre quando essas pessoas chegam a determinados poderes, não conhecem os amigos, arrumam novas amizades, entendeu? E por aí afora, é um negócio que a sociedade tem que procurar decifrar melhor, o que é que tem por trás desses movimentos, que sistema tem montado de quando a pessoa chega no poder se transforma totalmente.

Nota-se que o burocrata entrevistado é totalmente consciente das mudanças (sempre para pior) sofridas pelas pessoas ao assumirem cargos de poder. De acordo com ele, o poder burocrático: “dá uma transformação terrível pras pessoas”. E, ainda, que: “a sociedade tem que procurar decifrar melhor, o que é que tem por trás desses movimentos”. De fato, há carência de pesquisas nos campos da psicologia e das ciências sociais que visem analisar o que de fato ocorre com a personalidade humana ao vivenciar o poder burocrático. Foucault (2000), por exemplo, como um dos poucos a tratar dessa problemática, mostra que o poder – seja ele burocrático, político, sexual, de agressividade e força física, ou de superioridade intelectual – serve como muleta para o ego “manco” e frágil, que vê nele uma

oportunidade de compensar sua fragilidade e, principalmente, de camuflá-la, impondo sua dominação sobre os outros.

Conforme explica Gramsci (1991), o Estado moderno (capitalista) possui uma estrutura burocrática já viciada no privilegiamento das elites política e econômica e não restam muitas alternativas aos ocupantes dos principais cargos de poder senão se adaptarem a tal estrutura. Maquiavel já teria mostrado que a lógica inerente ao poder político é perversa e desumana, sendo pautada por interesses egoístas e fazendo uso frequente da mentira e da sedução (carismática) como estratégias que visam dominar mais eficazmente os súditos. Portanto, não seria de estranhar a “transformação terrível” pela qual passam as pessoas ao assumirem cargos de poder. O modelo burocrático – ou, nas palavras do entrevistado: “o sistema que tem montado” – pode ser compreendido como um tipo de estrutura que reproduz a lógica hierárquica e desigual da nossa sociedade capitalista.

Vejamos como o presidente da AAS tenta explicar o que ele sente no exercício do cargo:

Eu, por exemplo, estou como presidente, eu acho que também eu estou sofrendo dessa influência, de alguma coisa, entendeu? Eu devo estar sofrendo de alguma transformação que eu não esteja presenciando, mas aquelas pessoas que estão comigo devem estar pensando que eu estou no poder e que estou sendo diferente com meus amigos. Por isso que eu digo, eu acho que estou sendo influenciado por alguma coisa, são coisas que a gente não sabe o que é bem e nos cercam dessa maneira pra tomar decisões diferentes daquelas do seu dia-a-dia.

As pesquisas mais conhecidas sobre o movimento dos aposentados, principalmente as de Simões (2000) e Haddad (2001), retratam a luta dos militantes, por meio de suas associações e também da COBAP, no sentido de reivindicarem seus direitos. Além disso, procuram mostrar também os limites do movimento, suas dificuldades e problemas. Contudo, não analisam como a burocratização das próprias instituições representativas contribui para atravancar o movimento e descaracterizar a legitimidade das ações “em prol” dos aposentados. E é exatamente a intenção de colocar em xeque o caráter burocrático inerente ao processo de representatividade que diferencia a nossa pesquisa das anteriores.

Deste modo, a *questão burocrática* parece ser o elemento-chave, por meio do qual a representatividade institucional perde o seu sentido e a sua “razão de ser”. A lógica

hierárquica e excludente da burocracia tende a privilegiar interesses corporativistas e particularistas, ao invés do bem da coletividade e dos grupos representados. Por isso, a burocratização das organizações representativas põe a nu a falácia da nossa democracia, vista como mais um mito político a favor do capital.

#### **4.5. Um movimento social do idoso..... *sem o idoso?***

##### *Terceira idade contra aposentados: duas faces de um mesmo impasse*

Se a burocratização das organizações representativas da velhice compromete a legitimidade das suas ações, isso acontece principalmente porque a hierarquia burocrática reproduz a desigualdade típica da sociedade capitalista, cuja lógica de funcionamento tende sempre a privilegiar quem está no topo da pirâmide social e institucional. Na verdade, os níveis mais altos da hierarquia institucional são ocupados por burocratas que, normalmente, pertencem às classes mais abastadas. Sem dúvida, o nível de qualificação profissional e a rede social de contatos e influências são decisivos para a ascensão aos altos cargos burocráticos, seja nas empresas privadas, na administração pública ou, ainda, nas organizações sindicais, partidárias, sociais ou assistenciais.

A verdade é que nenhum líder burocrático, de qualquer tipo de organização, teria a capacidade de empreender ações que fossem contra os interesses da sua própria classe social. Portanto, se ele pertence às classes mais altas, jamais prejudicaria a elite em benefício dos mais pobres. A contradição entre capital e trabalho, que caracteriza a luta de classes entre burguesia e proletariado, carrega o que talvez possa ser considerada como a maior de suas contradições: as organizações representativas da classe operária – os sindicatos e partidos trabalhistas – possuem líderes que pertencem, na verdade, à burguesia. Esse impasse compromete fortemente a legitimidade dos sindicatos e partidos como instituições de defesa dos trabalhadores.

Motta (1986) mostra que os sindicatos precisam fazer com que os trabalhadores acreditem que eles realmente são representados, pois, caso contrário, a classe trabalhadora não sustentaria essas organizações por meio das contribuições sindicais. Da mesma forma, os partidos da massa também têm que justificar a sua existência, simulando uma representação que na verdade visa cooptar militantes e filiados. Como podemos ver, a

lógica administrativa burocrática que permeia essas organizações é praticamente igual à das empresas privadas. Ambas têm como objetivo fazer com que a organização prospere e se expanda em seu ramo de atividade, seja ele mercadológico, social, político ou assistencial.

Como pudemos ver, o “teatro” protagonizado pelas organizações representativas da velhice, no sentido de defenderem a “causa” dos idosos, reproduz a lógica burocrática da representação institucional. Os burocratas entrevistados revelaram, sem perceber, qual o real propósito dessas organizações, ou seja: priorizar interesses corporativistas e clientelistas. Isso não quer dizer que todos os envolvidos nas ações “em prol” dos idosos estejam mal intencionados. E nem que os únicos interesses das organizações sejam esses. Mostra apenas que o corporativismo e o clientelismo são características inerentes ao funcionamento das organizações burocrático-representativas, de tal modo que a sua prática, de tão comum e fortemente arraigada, nem mesmo é ocultada pelos seus líderes nos seus depoimentos.

E nesse cenário, em que se fala de um movimento social do idoso, os idosos servem, na verdade, como peças de um jogo de xadrez, controladas pelas organizações representativas da velhice. Se, de um lado, vemos ações que visam beneficiar um público economicamente privilegiado – o da terceira idade –, de outro, podemos observar idosos de menor poder aquisitivo, que têm de sobreviver com a renda da aposentadoria. Como a diferença principal que separa esses dois tipos de público é a de classe social, os conflitos entre ambos também são permeados por elementos que acompanham essa desigualdade. Conforme mostra Simões (2003):

Para os aposentados militantes, esses grupos [da terceira idade] desenvolvem principalmente atividades de lazer que são um “descanso”, um “refrigério”, uma “diversão”. Mas a atividade mais importante, que é a “luta”, a “ação dentro de sua entidade de classe”, essa somente o movimento e suas associações proporcionam (...). O movimento dos aposentados acredita possuir uma perspectiva mais ampla de luta pelos direitos dos aposentados e dos idosos, perspectiva que estaria ausente nos grupos de terceira idade e que passaria por uma aliança com os demais setores oprimidos da sociedade, a partir da “conscientização” da inserção do aposentado e do idoso na sociedade (p. 24).

Essa luta a favor dos pobres e oprimidos, que tem como foco a luta sindical e trabalhista, serve como bandeira às organizações de aposentados, cujos militantes acreditam

defender uma “causa” mais importante do que a dos grupos da terceira idade, centrados no lazer, no esporte e nas atividades culturais. No entanto, percebe-se que ambos os grupos vivem graus diferenciados de uma mesma alienação: a da sociedade do trabalho. Se os aposentados acreditam que o trabalho e a luta pelos direitos trabalhistas são questões mais importantes do que o lazer, a cultura e o esporte, é porque sempre viveram condicionados a uma sociedade que tem o trabalho alienado (a favor do capital) como o seu principal valor. Da mesma forma, os grupos da terceira idade praticam um lazer que é, na verdade, um “anti-lazer”, no sentido dado por Marcellino (2000), pois representa uma oposição ao trabalho alienado, servindo como válvula de escape numa sociedade centrada na obrigação do trabalho e da produtividade, e que não dá espaço para a reflexão e para a contemplação.

Mas não é só nesse aspecto que o movimento da terceira idade e o dos aposentados convergem num mesmo impasse. As visões alienadas sobre trabalho e lazer são apenas uma das muitas distorções criadas pela nossa sociedade capitalista, que, no caso, servem para diferenciar e, ao mesmo tempo, assemelhar tais grupos. Também a burocratização das organizações representativas mostra que é apenas aparente a oposição entre terceira idade e aposentados. A burocracia, como já dissemos, reproduz a lógica de desigualdade social inerente ao capitalismo. Portanto, a diferença de classes observada entre os integrantes dos dois grupos torna-se irrelevante na medida em que os burocratas das organizações representativas da velhice pertencem, todos eles, às classes mais abastadas.

Assim, instituições financeiramente prósperas, com administradores, técnicos e políticos bem sucedidos, podem contar com personagens de quaisquer tipos, sejam eles idosos ricos da terceira idade ou, ainda, velhos pobres que dependem da aposentadoria para sobreviver. Afinal, um movimento social do idoso precisa, ao menos, parecer que conta com a presença de idosos entre os seus protagonistas e não só de organizações representativas, de técnicos e de políticos preocupados com a questão da velhice e que, por algum motivo, se identificam com a “causa” dos velhos. Na verdade, as decisões e negociações que teriam resultado nas novas políticas e leis do idoso, contaram apenas com a participação da cúpula das organizações representativas da velhice. E como sempre ocorre nos processos decisórios da vida política no Brasil, a base da pirâmide burocrática, na qual se localiza a massa – no caso, os idosos militantes –, seria, mais uma vez, excluída.

Talvez isso explique porque tanto o Estatuto do Idoso quanto a Política Nacional do Idoso possuem um perfil bem mais próximo das demandas dos grupos da terceira idade do que dos aposentados: é só a elite que participa das negociações políticas. E isso também vale para as organizações de aposentados, em que somente os altos burocratas têm assento nas reuniões estratégicas do Estado. E esses burocratas não pertencem, obviamente, à mesma classe da grande maioria dos aposentados, que têm de sobreviver com os benefícios pagos pela Previdência. E, provavelmente, o presidente da COBAP não deve se manter somente com a renda da aposentadoria. Não é por acaso, portanto, que os itens referentes à Previdência Social são tidos como os mais fracos em ambas as leis/políticas.<sup>103</sup>

O simulacro observado nessa lógica da representação institucional revela que o movimento social do idoso do qual se fala atualmente não é, na verdade, protagonizado pelo idoso como sujeito social autônomo, mas sim pelas organizações representativas da velhice, que tutelam e utilizam os idosos – seja os mais ricos, dos programas da terceira idade, ou os mais pobres, que vivem da aposentadoria – para legitimar sua atuação em benefício da “causa” dos velhos e justificar sua existência enquanto instituições especializadas nas questões do envelhecimento. O próprio modelo burocrático que permeia o Estado e as demais instituições da sociedade capitalista não permite que o povo participe dos processos políticos decisórios. Uma democracia em que só se participa através do voto nos períodos eleitorais não pode ser uma democracia de verdade. Ela se assemelha mais a um teatro de marionetes. Não é por acaso que, no Brasil, o voto é obrigatório: ele serve como um instrumento de participação popular tutelada no processo político (DEMO, 1996).

Conforme já dissemos, o estudo de José Murilo de Carvalho (1996) sobre a Proclamação da República no Rio de Janeiro, intitulado *Os bestializados*, retrata muito bem o que ocorre em nosso sistema político “democrático”. As negociações políticas decisivas, que interessam sobremaneira à população, são feitas à mercê desta. O povo é sempre excluído dos processos decisórios. E é exatamente essa cultura política que norteia o movimento social do idoso no Brasil, o qual ocorre *sem* a participação dos idosos. Com isso, só está se seguindo uma tendência histórica que caracteriza a nossa vida política.

---

<sup>103</sup> Sobre a PNI, cf. Santos (1998) e sobre o Estatuto do Idoso, cf. o Estatuto do Idoso (2004), edição da Câmara Municipal de Campinas.

Como diz José Murilo: “*Nossa República* [proclamada em 1889], *passado o momento inicial de esperança de expansão democrática, consolidou-se sobre um mínimo de participação eleitoral, sobre a exclusão do envolvimento popular no governo*” (p. 161). E, infelizmente, somos obrigados a reconhecer que na atualidade pouca coisa mudou, uma vez que: “*A atitude popular perante o poder ainda oscila entre a indiferença, o pragmatismo fisiológico e a reação violenta*” (p. 164). Como podemos ver, estamos longe de ter uma sociedade politicamente madura. E isso não é nenhuma novidade, já que ao longo de toda a nossa história vivemos sob o julgo de instituições burocráticas a serviço das elites políticas e econômicas, estas mesmas que sempre se empenharam (e ainda se empenham) na formação de um povo “bestializado”, ou seja, adestrado, disciplinado, passivo, inculto, acrítico e alienado dos processos decisórios.

### **Considerações finais**

Neste capítulo tratamos do movimento social do idoso como uma forma de ação política inserida no âmbito dos chamados “novos movimentos sociais”. Esses movimentos diferem dos “antigos” movimentos operários, principalmente, pelo fato de não se centrarem mais na luta de classes como eixo essencial de ação e reivindicação e por serem protagonizados por instituições representativas, que atuam “em rede” por uma causa específica, como a dos grupos sociais excluídos, ou, ainda, a de questões sociais mais abrangentes, como, por exemplo, a questão ecológica. Os novos movimentos sociais são coerentes ao contexto neoliberal, atendendo aos interesses do grande capital. O desmonte do Estado de bem-estar social, o desemprego estrutural em massa e a reestruturação produtiva são princípios determinantes do novo modelo de ação política.

A emergência do chamado “terceiro setor”, com as suas organizações não-governamentais, suas entidades assistenciais, suas fundações e cooperativas, ocorre com o propósito de substituir os direitos e políticas sociais do Estado de bem-estar e de evitar os confrontos entre capital e trabalho. O desemprego estrutural, por sua vez, fez com que o trabalho supostamente perdesse, no novo contexto, a centralidade que possuía na época dos movimentos operários. Assim, procura-se justificar, em termos ideológicos, a substituição da luta de classes pelos movimentos com teor mais sociocultural do que economicista. O



eixo dos novos movimentos sociais irá perpassar questões de etnia, gênero, orientação sexual, ecologia, etc., ao invés de se centrar na luta entre capital e trabalho. Por fim, a reestruturação produtiva estabelece conexão direta com as últimas duas, na medida em que torna o “trabalho vivo” cada vez mais desnecessário em virtude da automação dos processos de produção, levando, conseqüentemente, ao desemprego em massa e ao enfraquecimento político dos trabalhadores e de suas instituições representativas nas ações de resistência contra a exploração capitalista. Daí até a privatização dos direitos e políticas sociais ligados ao trabalho seria só um passo. E esse processo ocorreria por meio do surgimento do terceiro setor e dos planos privados de saúde, previdência, etc.

Portanto, é fácil perceber que as redes de movimentos sociais, que caracterizam as novas formas de ação e mobilização, são mesmo redes na medida em que conectam, principalmente, instituições, estratégias e ideologias no sentido de contemplar os objetivos do grande capital. Na verdade, nenhuma outra teoria é capaz de explicar melhor a nova realidade das ações políticas do que o materialismo histórico e dialético. A funcionalidade que as atuais organizações representativas desempenham diante dos objetivos do capital, trocando os confrontos capital/trabalho de grande vulto – que poderiam levar à ruptura do sistema –, por negociações, acordos e mobilizações de caráter brando e, acima de tudo, falacioso (ou “teatral”), torna indiscutível a compatibilidade entre os novos movimentos sociais e a estratégia neoliberal do capital para superar a sua crise estrutural. Podemos dizer que a principal “vitória” dessa “rede sócio-institucional” foi enfraquecer o movimento operário e o socialismo, que se tornaram impotentes diante das novas formas de exploração capitalista, em que o trabalho deixou de ser utilizado como veículo de resistência.

Contudo, vimos que o próprio capital passa a se apropriar do discurso socialista, utilizando-o a seu favor como propaganda política dos partidos “de esquerda” e de organizações representativas de base sindical ou trabalhista, como as entidades de aposentados. Essa banalização do socialismo e da luta de classes no atual contexto é sinal de que esses não representam mais nenhuma ameaça à hegemonia do capital. Infelizmente, é essa triste realidade que podemos observar nas novas formas de ação política, da qual o movimento social do idoso é parte integrante. A análise das principais organizações que protagonizam tal movimento pôde trazer à tona aspectos de grande valia para o processo de desvendamento (ou desmistificação) o qual nos propomos desde o início. Neste sentido, a

proposta metodológica de Edgar Schein (1992), que subdivide a cultura organizacional em três níveis de análise, mostrou-se bastante eficaz para a obtenção dos resultados esperados. De fato, o nível dos pressupostos inconscientes pôde revelar com clareza os valores ocultos da organização, através das contradições de sentido observadas nos discursos dos líderes organizacionais. E isso permitiu que identificássemos com facilidade tendências corporativistas e de clientelismo no “modo de ser” das organizações representativas.

O SESC, como entidade pioneira no trabalho social com idosos no Brasil, representa o carro-chefe do processo de mercantilização da velhice, conhecido como terceira idade. Ao trazer para o país a experiência das universidades abertas à terceira idade (UNATI), que incluiriam atividades de lazer, educação, esporte e cultura para o público idoso, o SESC contribuiria decisivamente para a reinvenção da velhice. Dessa forma, a lógica de atuação dessa entidade “em prol” dos idosos não poderia se desvincular dessa sua trajetória de vida. O caráter pioneiro da entidade, a sua grande popularidade e a respeitabilidade adquirida na sociedade brasileira dariam ao SESC a legitimidade necessária para representar politicamente os idosos, defendendo seus interesses e reivindicando seus direitos.

Contudo, ao lidar com um público de idosos pertencente às classes mais abastadas, essa organização contribuiria decisivamente para moldar o perfil elitista das novas políticas e leis da velhice: o Estatuto do Idoso e a Política Nacional do Idoso, uma vez que atuaria efetivamente na reivindicação e na elaboração dessas mesmas. Em sentido geral, podemos dizer que o SESC teve grande importância para que a velhice se tornasse socialmente visível no Brasil. Mas o seu corporativismo é inegável, podendo ser observado na medida em que a entidade utiliza extensivamente do seu trabalho com idosos para se projetar em seu ramo de atuação: a assistência social com fins privados, ou seja, vinculada à idéia de responsabilidade social empresarial. Nada mais coerente, já vez que a organização conta com o financiamento dos empresários do comércio. Vê-se que a assistência social, dentro da lógica do neoliberalismo, passa a ser comercialmente interessante; tal como a velhice.

As entidades de gerontologia e geriatria, por sua vez, representam a autoridade científica acerca do envelhecimento. O próprio status adquirido pela ciência em nossa sociedade atual dá a essas organizações uma legitimidade indiscutível no exercício da representação política dos idosos. As idéias de objetividade e neutralidade científica, bem

como o monopólio da verdade que hoje é privilégio da ciência, proporcionam ao discurso científico um poder social – e, conseqüentemente, também político – que lhe permite ditar padrões de saúde e normalidade no que se refere ao comportamento humano e ao funcionamento do corpo, como ocorre com as ciências médicas e a psicologia. Fenômeno esse que Michel Foucault (2000) chamaria de “biopoder”. Além disso, o caráter ideológico presente na ciência e na técnica, que pode ser identificado através de uma abordagem historicista, derruba a idéia de neutralidade científica, mostrando como a ciência reproduz os interesses dos vários grupos de poder. A geriatria e a gerontologia, enquanto instituições científicas, não fogem à regra, não estando isentas do caráter ideológico que perpassa o conhecimento técnico-científico.

A SBBG e a ANG, que são tidas como entidades científicas da velhice no Brasil, desempenham a função de organizações representativas do grupo social dos idosos. Contudo, o que podemos observar na análise dessas organizações é que elas agem mais por fins corporativistas do que propriamente por compromisso social com o grupo representado. Na tentativa de se projetarem como novas áreas e carreiras científicas, a gerontologia/geriatria faz uso dos idosos para esse fim, pré-determinando com a tradicional arrogância científica o que seria melhor para os velhos. Fazendo isso, passa por cima da heterogeneidade que permeia a experiência do envelhecimento, ditando regras do que é, de fato, envelhecer de forma “saudável”, do ponto de vista biológico e também social.

Por fim, as entidades de aposentados atuam dentro da lógica sindical e trabalhista de atuação, reivindicando os direitos referentes à Previdência Social. A legitimidade dessas entidades, e principalmente da COBAP como confederação nacional, é dada pela sua própria natureza sindical, de representantes dos trabalhadores e, no caso, dos trabalhadores aposentados. Vista, portanto, como herdeira direta dos movimentos sindical e trabalhista, a COBAP, juntamente com as associações regionais de aposentados, empreendeu mobilizações de grande repercussão nacional e até internacional, como a ação pelos 147%, ocorrida no início da década de 1990, e que reuniu milhares de aposentados em todo o país. Essa identidade vinculada à luta de classes e aos ideais socialistas da “esquerda” política levou determinados pesquisadores a considerar a COBAP e o movimento dos aposentados como os verdadeiros representantes dos idosos pobres e marginalizados, que têm de sobreviver somente com a sua aposentadoria, após uma vida toda de trabalho sob a

exploração do sistema capitalista. É o caso, principalmente, das pesquisas de Julio Assis Simões (2000) e Eneida Haddad (2001), que se projetaram como as mais conhecidas.

Contudo, não se discutiu nessas pesquisas o processo de burocratização vivido nas próprias instituições representativas dos trabalhadores e, conseqüentemente, dos aposentados. A burocratização dos sindicatos e partidos trabalhistas, bem como a impotência que acomete o movimento socialista em todo o mundo, inserem o movimento dos aposentados na mesma lógica “teatral” de ação das outras entidades representativas da velhice. Tal processo foi muito bem identificado por Debert (2004), ao considerar tanto os grupos da terceira idade, predominantemente feminino, e considerados como “de lazer e diversão”, quanto dos aposentados militantes, masculinos e “de ação e luta política”, como duas faces de um mesmo fenômeno: a reinvenção da velhice, presente na idéia de terceira idade. Se, por um lado, tal fenômeno pode ser tido como uma descaracterização da ideologia de luta de classes presente no movimento, por outro, retrata bem o que ocorre com a própria luta de classes, ou seja, o seu processo de burocratização, que estimularia o corporativismo e o clientelismo de suas instituições representativas, dentre as quais a COBAP. Dessa forma, o movimento dos aposentados acaba sendo apenas mais uma peça da “rede” de movimentos sociais do idoso, reproduzindo a lógica corporativista presente nas organizações representativas da velhice.

A burocratização é o elemento comum entre as organizações estudadas. É ela que anula a própria autonomia dos idosos no seu processo de ação política, impondo uma forma “correta” de agir e de se comportar no exercício da cidadania. Tal postura é totalmente coerente com a nossa cultura política, onde os direitos de participação política são convertidos em deveres, numa democracia em que somos obrigados a votar. Não há liberdade possível numa sociedade em que até mesmo a ação política do povo é controlada e imposta de cima, pelas instituições burocráticas. No horizonte do movimento social do idoso, podemos ver a reprodução da lógica disciplinar da sociedade capitalista, que trata o povo como bestas que devem ser adestradas e conduzidas conforme os interesses do poder.

**CAPÍTULO 5:**

**BUROCRACIA X AUTONOMIA:  
trabalho, resistência e subjetividade no cotidiano dos aposentados**

Boa-Morte lá estava, sozinho, com os olhos arregalados e fixos, pregado numa cadeira, diante do fogão apagado. Em torno dele a sala parecia maior sem o cuco, sem os móveis de pinho envernizado que noutros tempos a alegrava; só restavam, no verde cru das paredes, os retratos do imperador e da imperatriz, cujos lábios róseos sorriam com benevolência oficial. O velho não se mexia, não piscava os olhos com a luz que entrava pela porta, idiotizado, como se não estivesse vendo todas aquelas pessoas. Aos pés tinha o prato cheio de cinza, como os gatos têm os seus, para fazerem suas necessidades.

– Não reparem se ele não faz as honras da casa – disse a mulher de Levaque, cheia de dedos. – Parece que está com um parafuso frouxo. Faz quinze dias que não fala.

Mas um arranco sacudiu Boa-Morte, um ronco profundo que parecia subir das entranhas; e cuspiu no prato um espesso escarro negro. A cinza estava empapada de cuspo, era um lodo de carvão, todo o carvão da mina que ele arrancava da garganta. Em seguida voltou à sua imobilidade. Só se mexia para escarrar.

Chocados, nauseados, os Grégoire tentavam, contudo, pronunciar algumas palavras amigas e animadoras.

– Então, bom homem – disse o pai –, está constipado?

O velho, com os olhos na parede, nem virou a cabeça. E voltou a reinar um silêncio pesado.

– Por que não lhe fazem uma tisana? – acrescentou a mãe.

O velho continuou mudo e rígido.

– Papai – murmurou Cécile –, já haviam nos dito que ele estava doente, mas tínhamos esquecido...

Interrompeu-se muito embaraçada. Após ter colocado em cima da mesa um pouco de carne cozida e duas garrafas de vinho, desfazia o segundo embrulho, tirando um par de sapatos enormes; era o presente destinado ao avô. E ficou com um sapato em cada mão, sem saber o que fazer, contemplando os pés inchados do desgraçado, que nunca mais caminhariam.

– Hem? Chegam um pouco tarde, não é, bom homem? – disse o Sr. Grégoire, para desanuviar o ambiente. – Mas não tem importância, sempre servem.

Boa-Morte não ouviu, não respondeu, sempre com a mesma cara assustadora, de uma frieza e de uma dureza de pedra.

Então Cécile, furtivamente, colocou o calçado contra a parede. Mas, apesar de ter tomado todas as precauções, os pregos fizeram barulho; e aqueles sapatos enormes pareciam atravancar a peça.

– Ele nem sequer agradece! Exclamou a mulher de Levaque, lançando para os sapatos um olhar de profunda cobiça. – É o mesmo que jogar pérolas aos porcos, com o perdão da palavra.

Continuou tentando arrastar os Grégoire para a sua casa na esperança de apiedá-los. Afinal inventou um pretexto, começou a elogiar Henri e Lénore, que eram umas graças, muito queridinhos e tão inteligentes, respondendo como dois anjos a todas as perguntas! Esses, sim, dariam tudo o que os senhores desejavam saber.

– Vens também, filhinha? – perguntou o pai, contente com a oportunidade que se lhe apresentava de sair.

– Sim, já vou – respondeu ela.

Cécile ficou só com Boa-Morte. O que a retina trêmula e fascinada era a sensação de já conhecer aquele velho: onde tinha visto aquela cara quadrada, lívida, manchada de carvão? De repente lembrou-se, enxergou a multidão ululante que a cercava, sentiu as mãos frias apertando seu pescoço. Era ele, era aquele homem. Não podia tirar os olhos daquelas mãos descansando nos joelhos, mãos de operário derreado, cuja força está nos pulsos ainda sólidos, apesar da idade. Pouco a pouco Boa-Morte parecera despertar e fitava-a, examinava-a também, com seu ar imbecilizado. Um rubor começou a subir-lhe às faces, um cacoete nervoso repuxava-lhe a boca de onde escorria um fio de saliva negra. Hipnotizados, os dois ficaram um defronte do outro, ela florescente, rechonchuda e rósea, graças aos longos ócios e ao bem-estar refarto da sua raça, ele inchado de água, de uma fealdade atroz de animal estafado, degenerado de pai para filho por cem anos de trabalho e de fome.

Ao fim de dez minutos, quando os Grégoire, surpresos de não verem Cécile, voltaram à casa dos Maheu, soltaram um grito terrível. Sua filha jazia no chão, roxa e estrangulada. No pescoço os dedos tinham deixado as digitais vermelhas de um punho de gigante. Boa-Morte, oscilante sobre suas pernas trôpegas, tinha caído junto dela, sem poder levantar-se. Tinha as mãos ainda crispadas, olhava para as pessoas com o seu ar de idiota, de olhos arregalados. Na queda quebrara o prato, a cinza tinha-se espalhado, o lodo dos escarros pretos tinha enlameado toda a peça, mas o enorme par de sapatos estava são e salvo contra a parede.

Nunca foi possível restabelecer exatamente os fatos. Por que Cécile se teria aproximado? Como Boa-Morte, preso à sua cadeira, pudera agarrar-se à garganta da moça? Evidentemente, ao conseguir segurá-la, deve ter-se encarniçado, apertando sempre, abafando seus gritos, mantendo-se por cima dela até o último suspiro. Nenhum ruído, nenhum lamento atravessara a fina parede da casa vizinha. Teve-se de acreditar num acesso repentino de demência, numa compulsão inexplicável de assassinio, diante daquele pescoço branco de donzela. Causou assombro tal selvageria num velho enfermo, que sempre vivera honradamente, como uma besta de carga, contrário às idéias novas [do socialismo]. Que rancor ignorado dele mesmo o envenenara, subindo-lhe das entranhas à cabeça? O horror fez concluir pela inconsciência, era o crime de um mentecapto. (ZOLA, 2006, p. 208-210).

### **5.1. Velhice, democracia e representação institucional: a quem se representa?**

#### *Assistencialismo, representação e subjetividade*

A citação que abre esse último capítulo, retirada do romance *Germinal* de Émile Zola, descreve o assassinato de uma jovem rica de família burguesa por um velho operário, doente e miserável. O crime, contudo, ao contrário do que se supõe no final, não foi apenas um ato inconseqüente e impulsivo de um velho mentecapto. Se interpretada sob a luz do

pensamento crítico, a cena descrita por Zola pode adquirir, simbolicamente, um significado revolucionário. O velho, física e mentalmente debilitado em decorrência do trabalho incessante nas minas de carvão, ao receber a “caridade” dos capitalistas, sente-se humilhado no âmago do seu ser e não consegue controlar sua fúria, rebelando-se, à sua maneira, contra a opressão.

Sua ação “revolucionária” não está inserida dentro dos padrões da sociedade democrática e nem segue os princípios do movimento socialista nascente, pois o velho era “contrário às idéias novas”. Ela não se encaixa em nenhuma das formas de resistência “capturadas” pelo sistema, ou seja, não é uma ação socialista, nem anarquista, nem democrática, nem partidária, nem sindical, nem coletiva, enfim, não tem as características de um tipo de ação política já conhecida. E, também, não pode ser vista como um mero ato de terrorismo, barbárie ou violência irracional. Por ter uma conotação essencialmente política, ela é, antes de tudo, uma *prática revolucionária que ocorre no plano da subjetividade*, à qual Michel Foucault (2000) chamaria de “micropoderes” e Felix Guattari (1987) consideraria como um exemplo de “revolução molecular”.

Resolvermos citar essa passagem de *Germinal* logo no começo desse capítulo porque ela demonstra, de forma clara e simbólica, o caminho a ser seguido em nossa abordagem acerca do movimento social do idoso, de acordo com a visão dos próprios idosos. As críticas desses personagens às práticas corporativistas e clientelistas das organizações representativas da velhice e às contradições do Estado democrático podem ser consideradas como práticas revolucionárias de “subjetivação”. A subjetivação é tida como uma “subjetividade verdadeira”, ou seja, isenta de condicionamentos institucionais e enquadramentos ideológicos (democrático, socialista, etc.).

Se o assistencialismo caritativo praticado pela elite é compreendido por quem o recebe como humilhante e deplorável e se, apesar de não compactuar com os ideais socialistas, o velho Boa-Morte é, mesmo assim, capaz de praticar um ato “revolucionário” contra a opressão do capitalismo, isso acontece porque os modelos político-ideológicos vigentes de emancipação social humana não são, necessariamente, os únicos possíveis. É necessário ter consciência de que existem outras práticas de ação e resistência política que, por serem subjetivas, ainda não foram capturadas pela lógica institucional ou pelas ideologias. Mas não é por isso que deixam de ser válidas como formas de ação.



A revolta frente à caridade e ao assistencialismo, como a protagonizada pelo velho Boa-Morte, encontra explicação na filosofia de Friedrich Nietzsche. Sabe-se que esse filósofo foi o primeiro a elaborar uma espécie de “filosofia do instinto” ou do “irracional”, identificando tendências humanas instintivas que são ocultadas (ou reprimidas) pelo condicionamento à razão e às regras morais, familiares, religiosas e políticas da nossa sociedade. Conforme mostra Durant (1996), para Nietzsche:

O último estágio dessa decadência [moral] é a exaltação da piedade e do auto-sacrifício, do conforto sentimental dos criminosos, da incapacidade de uma sociedade evacuar. A compaixão é legítima se for ativa; mas a piedade é um luxo mental paralisante, um desperdício de sentimento pelos irremediavelmente estragados, pelos incompetentes, pelos defeituosos, pelos perversos, pelos culposamente doentes e pelos irrevogavelmente criminosos. Existe uma certa indelicadeza e intromissão na piedade; visitar os doentes é um orgasmo de superioridade na contemplação do desamparo de nosso próximo. Por trás de toda essa “moralidade” está uma vontade secreta de poder (p. 388).

Decerto, se considerarmos a caridade e o assistencialismo sob a perspectiva nietzscheana – ou seja, como “uma vontade secreta de poder” sobre aqueles que necessitam de ajuda ou de “piedade” – a reação do velho Boa-Morte diante da caridade burguesa adquire um significado ainda mais forte como prática de resistência política. Na verdade, não é difícil perceber que o ato de ajudar o outro implica, simultaneamente, numa dominação sobre ele. Identificando essas tendências instintivas de poder, que são aparentemente inofensivas porque travestidas de “boa ação”, Nietzsche desmascara a prática da assistência (também chamada de benemerência), que integra o princípio da fraternidade, um dos três pilares ideológicos da burguesia, juntamente com a igualdade (de direitos) e a liberdade (de posse ou de propriedade).

É bom lembrar que foi a partir da filosofia de Nietzsche que a abordagem da subjetividade passaria a integrar correntes específicas de pensamento político, localizadas no entremeio da filosofia com a psicologia, e dentre as quais destacam-se a de Michel Foucault e a de Felix Guattari e Gilles Deleuze. Ambas as correntes utilizariam em sua estrutura epistemológica o modelo nietzscheano de pensamento político, que aborda o desejo inconsciente pelo poder e o controle institucional dos instintos como tendências inerentes a todo e qualquer ser humano (ANSELL-PEARSON, 1997).

Analisando as dimensões “microscópicas” do poder político, Foucault (2000 e 1997) desenvolve uma teoria centrada na identificação de formas ocultas de poder e dominação, que estariam presentes principalmente na moralidade cultural da nossa sociedade. Esses “micropoderes” seriam disseminados por ideologias que pregam a ordem social e política e empreendem o controle disciplinar através das instituições políticas, científicas (principalmente a medicina, com o “biopoder”), educacionais, religiosas, hospitalares, prisionais, pela família, dentre outras, e que são introjetadas pelos indivíduos como valores e comportamentos, tanto conscientes quanto inconscientes. Assim, por meio da disciplina, somos controlados por “micropoderes” presentes em nosso inconsciente, que ditam regras sobre o que é ser “doente” ou “saudável”, “louco” ou “normal”, “certo” ou “errado”, etc.

Já a abordagem de Guattari (1987) e Deleuze (1996) trata das chamadas “pulsões políticas do desejo”, que representam o impulso inconsciente pelo poder presente nos instintos humanos. Para esses autores, a vontade humana de criar alternativas de resistência (também chamadas de “linhas de fuga”), seja frente a maneiras de ser, de sentir e de agir padronizados pela cultura capitalista ou, ainda, no que se refere a modelos “capturados” de resistência e mobilização política existentes em nossa sociedade. Dessa forma, as atitudes de resistência que não se enquadram em nenhuma forma já existente, ou que se mostrem diferentes ou contrárias ao modelo político ou econômico vigente, podem ser chamadas de “revolucionárias” em sentido “molecular”, ou seja, como formas subjetivas de resistência à dominação capitalista, tida, por sua vez, como “molar” (ou de dimensões macro-estruturais). Assim sendo, a atitude de resistência e revolta demonstrada pelo velho Boa-Morte poderia ser considerada, dentro da abordagem de Guattari e Deleuze, como um exemplo de “revolução molecular”.

Ademais, é interessante observar como Zola ironiza a situação de condicionamento vivenciada por Boa-Morte ao longo de toda a sua vida: “Causou assombro tal selvageria num velho enfermo, que sempre vivera honradamente, como uma besta de carga, contrário às idéias novas”. Viver honradamente como uma besta de carga? Que honra pode existir numa besta de carga senão a de obedecer cegamente aos comandos daquele que a conduz e cumprir sua função sem demonstrar qualquer resistência? A “animalização” que o condicionamento ao trabalho causa nos seres humanos justificaria aqui a reação instintiva e

violenta – mas, sobretudo, revolucionária – demonstrada pelo velho. É, sem dúvidas, um “prato cheio” para a interpretação nietzscheana, fundada na filosofia do instinto. Uma vida de condicionamentos e de controle institucional, que não permite a autonomia e a liberdade, só pode resultar em agressividade contra o opressor. Até mesmo a besta-fera tem seus limites; ela também se enfurece e reage. Qualquer animal, mesmo adestrado, quando se sente acuado e ameaçado, ataca.

Para Foucault (1997), “corpos dóceis” são aqueles facilmente conduzidos e manipulados, ao bel-prazer de quem os domina. São os corpos que, por serem adestrados, dificilmente demonstram resistência. Dessa forma, a lógica institucional de controle que caracteriza a nossa sociedade capitalista cria “corpos dóceis”, condicionados a trabalhar numa condição de exploração, a reivindicar e a protestar dentro dos limites estreitos da nossa democracia burguesa e a ter seus interesses e direitos representados por instituições representativas que impõe burocraticamente aquilo que acreditam ser melhor para o grupo ao qual representam. Ao trazer os presentes para a família dos Maheu e um sapato “enorme e pesado” para o velho, não perguntando nem mesmo se era disso que ele necessitava e, ainda por cima, reclamando que ele “nem sequer agradece” a boa ação, os burgueses caridosos reproduzem simbolicamente o contexto observado em nossas atuais políticas e leis da velhice, bem como na lógica de atuação das instituições representativas da velhice, que protagonizam o movimento social do idoso.

O velho Boa-Morte, ao demonstrar subjetivamente a sua revolta contra a opressão capitalista, fazendo o que lhe era possível no momento, transformou o seu “dócil corpo velho” num potente instrumento de resistência política. Repentinamente, o que parecia ser dócil e inofensivo, digno de piedade, torna-se agressivo e ameaçador aos olhos dos opressores. A “pulsção política do desejo”, da qual falam Deleuze e Guattari, e “a vontade instintiva de poder”, de que trata Nietzsche, se manifestam aqui pela forma mais “cruel”, “bárbara” ou “selvagem”, no ponto de vista da nossa cultura ocidental “civilizada”, baseada na ordem (injusta) e na paz social (passivizadora). Ou seja, elas se manifestam por um ato violento que resultaria num assassinato. Questiona Zola: “Que rancor ignorado dele mesmo o envenenara, subindo-lhe das entranhas à cabeça?”. Nietzsche responde:

São esses desejos subterrâneos, essas pulsações da vontade de poder, que determinam os nossos pensamentos. A maior parte de nossa

atividade intelectual acontece inconscientemente, sem ser percebida por nós; (...) o pensamento consciente (...) é o mais fraco. Por ser o funcionamento direto da vontade de poder, sem ser perturbado pela consciência, o instinto é o mais inteligente de todos os tipos de inteligência já descobertos (apud DURANT, 1996; p. 388).

Para Nietzsche, a moralidade ocidental difundida, principalmente, pelas instituições religiosas (principalmente o cristianismo), pela razão científica (que ele chamada, depreciativamente, de “socrática”, em oposição ao prazer “dionisíaco”) e pela democracia política (pregadora de uma igualdade falsa e impossível entre seres humanos essencialmente diferentes) geraria uma inversão total de valores, quando comparada à moralidade do paganismo, que predominou na cultura greco-romana e na dos chamados “povos bárbaros” (celtas, germanos, bascos, bretões, etc). Diz Nietzsche:

Aos fortes já não é permitido exercitar sua força; devem-se tornar, tanto quanto possível, iguais aos fracos; bondade é não fazer coisa alguma para a qual não sejamos suficientemente fortes. (...) Em consequência, os instintos dos fortes – caçar, lutar, conquistar e governar – são introvertidos, transformando-se em autolaceração por falta de escape; geram o ascetismo e a “má consciência”; todos os instintos que não encontram um escape voltam-se para dentro – é o que entendo pela crescente internalização do homem (apud DURANT, 1996; p. 389).

Qualquer manifestação instintiva, mas principalmente a ira, tem que ser controlada pela razão. Caso contrário, as demonstrações irracionais de raiva e ódio serão associadas à loucura e ao desequilíbrio. É outra “contribuição” da ciência médica psiquiátrica que, através do seu “biopoder”, dita padrões gerais de normalidade. Dessa forma, é “equilibrado” ou “normal”, nos padrões da sociedade ocidental – a qual se gaba de sua racionalidade científica – só aquele que é (ou pelo menos aparenta ser) racional, polido e educado, enfim, quem sabe controlar racionalmente os seus instintos. Para Nietzsche, Sócrates é a antítese de Dioniso e da “tragédia grega”, pois é o exemplo mais perfeito de seriedade, de racionalidade e de controle dos instintos. Na sociedade ocidental fundada na razão socrática, não há espaço para o trágico e nem para o dionisíaco, que são banalizados pelo sexo promíscuo, pela violência injustificada e pelo amor puritano (DURANT, 1996).

Uma cultura que abafa seus instintos, vivendo uma aparência de equilíbrio, de normalidade, de ordem e de paz, não pode ser verdadeira e nem “saudável”. Como disse

Nietzsche, a vontade de poder provém do instinto. E, tal como o instinto sexual, ela não pode ser totalmente sublimada, pois sempre acabará saindo, e com ainda mais força, de forma intensa e descontrolada. As manifestações de fúria irracional, a violência urbana, o abuso da droga, do álcool e do sexo, são válvulas de escape para energias instintivas reprimidas, que acabam se manifestando de maneira distorcida e nociva. Cumpre saber: até quando a sociedade institucional viverá da mentira? Até quando ela conseguirá reprimir os instintos, a vontade de poder, existente na natureza humana?

Jamais em toda a vida humana na Terra houve uma destruição tão intensa do meio ambiente natural quanto na nossa sociedade capitalista industrial. Esse desrespeito irresponsável à natureza que acompanha o desenvolvimento do capitalismo predatório – e que traz como fenômenos paralelos o rápido e intenso processo de urbanização e o advento da ciência e da técnica como auxiliares da indústria – só começaria a ser contido com o surgimento da consciência ecológica. E isso aconteceria através da noção de que a vida na Terra corre um sério risco, em virtude da degradação ambiental que vem sofrendo. Os cataclismos e o aquecimento global vivenciados atualmente são sinais evidentes do desequilíbrio ecológico atingido.

Uma analogia pode ser feita entre a questão ecológica e o desrespeito à natureza humana instintiva, empreendido por essa mesma sociedade capitalista, institucional, repressora, racional, científica e emocionalmente doente. A psicanálise freudiana, ela mesma uma instituição científica repleta de regras rígidas, ainda não foi capaz de libertar o homem das neuroses individuais e coletivas que, de acordo com Deleuze e Guattari (1996), derivam principalmente do condicionamento a uma lógica sóciopolítica fundada na mentira, na aparência, no controle disciplinar, no desrespeito à subjetividade humana e na imposição de valores e padrões de comportamento. Evidentemente, uma sociedade que depende da dominação dos outros para se manter não pode, de maneira alguma, ser saudável. É, acima de tudo, uma sociedade fraca, que vive da mentira e teme a verdade (ou a desmistificação). Para Nietzsche, o controle é um recurso de dominação utilizado, não pelos fortes, mas pelos fracos:

Uma forte vontade de poder não precisa dominar os outros. Ao contrário, em geral são os fracos que têm necessidade de controlar os outros e empregam poder e violência contra estes. Só desse modo podem

adquirir auto-estima e confiança (uma impressão de poder). Uma forte ou nobre vontade de poder, como Nietzsche a encara, tem relação com os outros sob o aspecto de derramar abundante energia criativa, inspirando-os e transformando-os (ANSELL-PEARSON, 1997; p. 62).

Uma democracia (de fachada) que só permite o voto (obrigatório) como única forma de intervenção política do povo; uma representação institucional (burocrática) que impõe, de cima, sem consultar os representados, quais são as “reais” necessidades desses; um Estado capitalista que controla e reprime e que, por outro lado, finge incentivar a autonomia (conforme consta na Política Nacional do Idoso), são alguns exemplos de patologias sociais de fundo político. Tais contradições somam-se à violência urbana, à pobreza, à concentração da riqueza, ao tráfico de drogas, à exploração do trabalho, ao desemprego em massa, ao terrorismo por motivações religiosas e econômicas, e a inúmeros outros distúrbios de ordem socioeconômica e política, que servem para caracterizar uma sociedade doente, mas que, fechando os olhos à dura realidade, orgulha-se da sua racionalidade científica, da sua evolução tecnológica, da sua “ordem e progresso” e da sua (aparente e falsa) normalidade.

Como acreditar na representatividade institucional como alternativa emancipadora tendo noção da lógica perversa e falaciosa que rege a nossa vida política? Como fechar os olhos a todas essas contradições da sociedade capitalista e depositar expectativas em instituições representativas burocráticas, cujos objetivos principais envolvem práticas corporativistas e clientelistas? Além disso, como acreditar na legitimidade de representação e no “espírito solidário” dos burocratas das instituições representativas, sabendo que o assistencialismo é, na verdade, a expressão da vontade de poder daquele que assiste sobre quem é assistido? Esses questionamentos mostram que, em essência, a representatividade institucional resume-se ao exercício da dominação e do controle dos grupos aos quais se representa. Como diz Nietzsche, os fracos precisam controlar os outros para exercer sua dominação sobre eles, pois seus motivos não são legítimos e verdadeiros.

Tal como Boa-Morte, os idosos observam, estáticos e em silêncio, as ações de seus “representantes”. Alguns deles, sem rumo, tentam seguir o rumo apontado pelas instituições. Transformados em “massa de manobra” com fins corporativistas, comerciais e políticos, os idosos, que foram “bestas de carga” ao longo de toda a sua vida de trabalho, assistem agora, “bestializados”, ao teatro de representação política protagonizado pelas

organizações representativas da velhice. Mas é bom lembrar que, como já dissemos, até mesmo as bestas têm seus limites...

### *Capitalismo, burocracia e subjetividade revolucionária*

Não é nenhuma novidade que uma das principais características do capitalismo é a homogeneização cultural. A chamada globalização nada mais é do que um processo de disseminação do “modo de ser” norte-americano (e, portanto, capitalista) sobre as outras nações. É bastante evidente a imposição de modismos e estilos de vida, de ideologias e valores, de formas de consumo e padrões de comportamento. Contudo, vemos que nesse processo as identidades culturais locais, regionais e nacionais, que são heterogêneas, vão sendo substituídas, gradativamente, por uma “identidade global”, homogênea. Um sinal evidente desse fenômeno é que as tradições folclóricas regionais perdem cada vez mais importância frente a festividades “importadas”, como o *Halloween*, por exemplo. O mesmo acontecendo em relação ao uso de calças jeans, que se tornaria uma moda em praticamente todo o mundo, sobrepondo-se às roupas tradicionais. Esse processo de “aculturação”, em que vemos a substituição das culturas locais por uma cultura global homogênea, representa a essência do processo de globalização.

Analogia pode ser feita entre essa “homogeneização capitalística” – na definição de Félix Guattari (1987) – e a homogeneidade inerente à lógica burocrática. A burocracia é extremamente homogeneizadora, ditando regras gerais e padrões a serem seguidos pelos membros integrantes. Na maior parte dos casos, a burocracia pode ser equiparada à ditadura ou mesmo à tirania, já que dificilmente se permite nela a expressão autônoma das vontades individuais (ou subjetivas). Conforme observa Bobbio (2000), as principais instituições da sociedade capitalista – ou seja, o Estado e as empresas privadas – ainda não foram atingidas pela democratização, sendo marcadas por uma forte verticalidade burocrática. De acordo com Motta (1986), esse mesmo fenômeno se verifica nos partidos políticos e nos sindicatos de trabalhadores – os principais protagonistas da nossa democracia representativa –, bem como nas organizações não-governamentais ou assistenciais, que, mesmo existindo em razão da democracia e da defesa dos direitos de cidadania, reproduzem a lógica burocrática das demais instituições da sociedade capitalista.

O caso em que a Senadora Heloisa Helena e dois outros colegas de partido foram expulsos do PT por se recusarem a votar em conformidade com as determinações da cúpula partidária, revela de forma emblemática que a burocracia é, de fato, avessa à heterogeneidade, mesmo nas instituições que se dizem representantes legítimas da democracia. Isso explica porque burocratização e subjetividade são essencialmente incompatíveis. Não há espaço para a expressão subjetiva e autônoma dentro do contexto da burocracia. Se, conforme defende Dias (1999), qualquer forma verdadeira de liberdade torna-se impossível dentro da ordem do capital, podemos acrescentar que, na lógica burocrática da sociedade capitalista, a subjetividade e a autonomia se fazem quase que impraticáveis, haja vista a complexidade estrutural de controle ideológico existente, fenômeno que Foucault (2000) chama de “aparelhos de saber-poder”.

Se a análise marxista da questão do poder centra-se nas macroestruturas, como o Estado, a classe burguesa, o proletariado, os partidos e demais instituições burocráticas, a abordagem foucaultiana já segue um outro caminho: ela dá uma atenção maior aos chamados “micro-poderes”, ou seja, aquelas formas de poder existentes nas microestruturas da sociedade, ou seja, nas células da vida cotidiana, enquanto “poderes ocultos”. Como destaca Foucault (2000): *“É preciso estudar o poder colocando-se fora do modelo do Leviatã, fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição estatal. É preciso estudá-lo a partir das técnicas e táticas de dominação”* (p. 186).

A revolução socialista, que, para o marxismo, deveria ocorrer a partir do embate direto entre burguesia e proletariado, na chamada luta de classes, constitui um exemplo de transformação macro-estrutural, das grandes estruturas da sociedade, principalmente o Estado, que deveria ser ocupado por uma “ditadura do proletariado”. Para Foucault (2000), contudo, somente uma transformação macro não resolveria, pois hoje o poder está dissipado na totalidade do corpo social, na forma de micro-poderes disciplinares (tais como a medicalização da vida, as ideologias do trabalho e do consumismo, o controle da sexualidade, a ideologia da terceira idade, etc.). O poder disciplinar presente nas microestruturas de vigilância e controle torna, portanto, obsoleta a revolução que visa tomar o poder de Estado. Os micro-poderes disciplinares são invisíveis, têm vida própria e são independentes da soberania estatal. Conforme destaca Foucault (2000):



Este novo tipo de poder, que não pode ser transcrito nos termos da soberania, é uma das grandes invenções da sociedade burguesa. Ele foi um instrumento fundamental para a constituição do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correspondente; este poder não soberano, alheio à forma de soberania, é o poder disciplinar (p. 188).

Se a burocracia anula as diversas subjetividades presentes na multiplicidade de indivíduos que a compõem, isso significa que o poder burocrático, ao se reproduzir no comportamento de sujeição desses indivíduos, torna-se também um poder disciplinar. Em outras palavras, ao se sujeitarem à imposição do controle disciplinar, os indivíduos contribuem para reproduzir, em esfera micro, uma dominação que provém de uma macroestrutura burocrático-institucional. Dessa forma, para a abordagem foucaultiana, o poder não é personificado na figura do soberano, mas se dissipa entre os “súditos”:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (...) Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um dos seus primeiros efeitos (FOUCAULT, 2000; p. 183).

Percebe-se, portanto, como as submissões individuais ao poder burocrático são fundamentais para a manutenção desse poder na forma de controle disciplinar. Ao se sujeitarem, os indivíduos passam a ser células “microscópicas”, por meio das quais o poder macro é exercido. Em síntese, o indivíduo não sofre o poder, ele *é parte integrante do poder*, na medida em que se submete disciplinarmente a ele e o reproduz. É por isso que, para Guattari (1987), qualquer resistência individual no sentido de não se submeter aos controles disciplinares existentes na sociedade – seja na moda, nas tendências político-ideológicas, nos dogmas religiosos, no comportamento sexual, etc. –, pode ser tida como uma “revolução molecular”. Ao não se submeter à disciplina imposta, o indivíduo “escapa” por uma “linha de fuga” subjetiva, não permitindo que o poder macro seja reproduzido por meio dele. Assim, sua atitude de resistência, por ser um exercício legítimo de subjetividade

individual, é “revolucionária” dentro de uma dimensão “micropolítica”, impondo uma “micro-oposição” aos “micro-poderes” disciplinares presentes no corpo social.

Assim, de acordo com Guattari:

As rádios livres, a contestação do sistema de representação política, o questionamento da vida cotidiana, as reações de recusa ao trabalho em sua forma atual são vírus contaminando o corpo social em sua relação com o consumo, com a produção, com o lazer, com os meios de comunicação, com a cultura, e por aí afora. São revoluções moleculares criando mutações na subjetividade consciente e inconsciente dos indivíduos e dos grupos sociais (apud GUATTARI & ROLNIK, 1999; p. 46).

As revoluções moleculares, ocorridas em esfera micro, têm hoje uma importância equivalente à luta de classes ocorrida no auge do movimento operário. Porém, sua importância maior não reside tanto na perspectiva de transformação macro-estrutural do sistema capitalista, ou da destruição do seu aparato burocrático-institucional. O seu valor como alternativa revolucionária está no fato de os chamados “processos de singularização” ou “subjetivação” – segundo a definição de Guattari – constituírem formas de resistência não capturadas pela lógica burocrática, uma vez que não são práticas institucionalizadas.

Diz Guattari que:

A problemática do questionamento do sistema capitalístico não é mais do domínio exclusivo das lutas políticas e sociais em grande escala, ou da afirmação da classe operária. Ela diz respeito também àquilo que tentei agrupar sob o nome de “revolução molecular”, cujos inimigos ou antagonistas não podem ser classificados em rubricas claramente delimitadas (apud GUATTARI & ROLNIK, 1999; p. 48).

Assim, qualquer crítica ou resistência ao poder burocrático, ou de desobediência ao controle disciplinar vigente, representa uma amostra de revolução molecular, com relação à instituição ou ideologia que é o objeto da oposição. É por isso que as críticas aos partidos de esquerda, desenvolvidas pelos membros do próprio partido – por meio de antagonismos internos –, têm um peso “revolucionário” bem maior do que o mero exercício da militância, que reproduz sem conflitos a ideologia dominante da burocracia partidária. Neste caso, sua importância está especialmente no fato de que a crítica tem um “poder criativo” altamente transformador, conforme é retratado pela filosofia de Nietzsche.

Ao exercer sua subjetividade, opondo-se à ordem das coisas, o indivíduo passa a influenciar outros com a sua postura crítica. É assim que uma energia criativa, individual e subjetiva, pode tornar-se uma força de transformação “micropolítica”. Já se falou muito acerca do poder transformador da crítica nos diversos campos do conhecimento humano. As críticas acadêmico-científica, literária, artística, esportiva, dentre outras, sempre contribuíram para o aprimoramento do *status quo*. Contudo, pouco se tinha noção sobre a importância da crítica ou resistência individual como “diferenciação criadora” no campo da política. Aqui, portanto, a “inovação” presente na abordagem micropolítica da revolução, que tem Nietzsche, Foucault e Guattari como os seus principais idealizadores.

Assim, o que Guattari (1987) chama de “processos de singularização” nada mais é do que uma diferenciação criadora ocorrida no plano individual ou subjetivo, com viés potencialmente revolucionário, na medida em que passa a criar alternativas de fuga frente ao poder disciplinar. Singularizar é, portanto, revolucionar. E dentro da ordem do sistema capitalista – em que pesquisadores como Dias (1999) consideram a liberdade e a autonomia praticamente impossíveis –, talvez a arte de singularizar, por meio do exercício da subjetividade crítica, possa ser uma das únicas vias de resistência que nos restam hoje, já que as demais se encontram todas capturadas pela burocratização institucional.

Mas se, por um lado, têm sido comuns análises que depositam nas macroestruturas a esperança para transformações revolucionárias, por outro, pouco ou quase nada se tem estudado acerca do potencial revolucionário das subjetividades ou singularidades presentes no interior das instituições partidárias, sindicais ou representativas em geral. Por exemplo, as pesquisas mais recentes que tratam do movimento dos aposentados, principalmente as de Haddad (2001) e Simões (2000), consideram a luta dos militantes a partir de suas associações regionais e da confederação nacional, a COBAP. No entanto, tais abordagens não mostram os dilemas e conflitos ocorridos entre os próprios militantes e entre estes e a burocracia institucional. E, como vimos, é essencialmente na burocratização das instituições representativas que o próprio movimento se descaracteriza em seu propósito, bem como na sua identidade e legitimidade.

Ao participarmos do Congresso da COBAP, ocorrido no ano de 2005, entrevistamos alguns participantes, que eram filiados à entidade e também se declaravam como militantes do movimento dos aposentados. Um deles, o Sr. Ênio (69 anos, aposentado), quando

questionado acerca das suas opiniões e expectativas para com o congresso e a atuação da COBAP na defesa dos direitos dos aposentados, faz questão de criticar exatamente a burocracia presente na instituição:

Quando chega no ápice da burocracia, vou dizer... a burocracia estaciona tudo, estagna tudo, e o aposentado fica morrendo em filas de banco, de INSS... Demais! Aliás, a burocracia prejudica tudo, né? Todo setor, não só o nosso, mas todos os setores...

É nítido como o entrevistado refere-se negativamente à burocracia institucional. Para ele, “a burocracia prejudica tudo”. E o mais interessante é observar que essa crítica, dotada de uma importante e significativa postura anti-sistema, partiu de uma pessoa do povo, não contaminada pela ideologia cientificista disciplinadora. Tal situação nos remete à análise de Maurício Tragtenberg, ele mesmo um dos principais críticos da burocratização institucional e do elitismo científico da academia. Para ele: “*Autonomia opõe-se à heterogestão, que é característica das sociedades hierarquizadas, burocráticas, regidas pelas relações de dominação e desigualdade*” (apud SILVA, 2001; p. 78).

De fato, autonomia e burocracia não são compatíveis. As regras rígidas e a distribuição hierárquica do poder existem para neutralizar qualquer expressão autônoma de subjetividade. E não é difícil perceber que o entrevistado, apesar de ser militante do movimento e de participar do congresso da COBAP, sente-se frustrado no que se refere à atuação da entidade. Pois, para ele:

Ela [a COBAP] não tem ido atrás dos interesses nossos. Ela que em Brasília tem todos os veículos de comunicação, veículos de informática, de tudo e não sai do papel. Não procura os nossos direitos. A luta aqui, da chapa 2, é pra estruturar tudo isso aí. Mostrar aos deputados, senadores, aos ministros, os direitos dos aposentados, a luta dos aposentados.

Na opinião do Sr. Ênio, a entidade não representa os interesses dos aposentados. Tudo o que ela diz conquistar, na verdade, “não sai do papel”. Neste sentido, a crítica feita pelo entrevistado vai de encontro à própria imagem da organização, que se autodenomina representante legítima dos aposentados e idosos. Neste sentido, verifica-se aqui o que podemos chamar de “processo de singularização”. Tanto com relação à burocracia “em geral” quanto à burocratização da COBAP, o entrevistado demonstra seu descontentamento

e discordância. A sua postura é, portanto, “revolucionária”, na medida em que se opõe de maneira subjetiva à ordem vigente.

Contudo, verifica-se que sua crítica não se resume só à burocratização institucional, mas também se opõe, clara e diretamente, à lógica de representatividade adotada pela organização. Quando questionado se a COBAP realmente representa os aposentados, ele responde o seguinte:

Não, infelizmente não! É por isso que nós queremos reestruturar. É mais uma entidade que absorve o nosso dinheiro sem ter o retorno. Não financeiro, mas uma coisa de útil para nós.

A “força criativa” de sua crítica reside na predisposição demonstrada pelo entrevistado no sentido de reestruturar a entidade. Além disso, a sua ênfase de que a COBAP “é mais uma entidade” que se diz representativa e que, na verdade, não representa, demonstra a sua capacidade de percepção do fenômeno representativo numa perspectiva ampla, ou seja, fora do reducionismo que caracteriza a crítica de fins individualistas, pela disputa do poder, que é realizada somente à organização da qual se faz parte.

Outro aspecto interessante de sua “singularização revolucionária” é a crítica ao clientelismo político empreendido pela COBAP:

Eu acho que a COBAP ela tem um vínculo com algum partido político. Então, baseado nesses aspectos aqui, que chega lá e é barrado. São coisas partidárias. São coisas que tem determinada pessoa, determinado senador, determinado deputado influenciável na COBAP que serve de sede eleitoral e conseqüentemente a gente fica à mercê deles.

As relações clientelistas entre organizações representativas de grupos sociais e partidos políticos são, como vimos, derivadas do processo de burocratização. Neste trâmite, a burocracia partidária e a da organização estabelecem os vínculos necessários com o fim de garantir a obtenção dos seus interesses. Neste sentido, a crítica de Maurício Tragtenberg à burocracia partidária é emblemática:

Os partidos são dirigidos por castas, intelectuais e políticos profissionais. Não são democráticos, porque neles domina uma minoria dirigente com interesses específicos. Numa democracia política, o programa de cada partido somente é conhecido por uma minoria; a

grande maioria só conhece slogans, palavras de ordem e promessas ambíguas. Numa democracia parlamentar, a decisão é tomada por uma minoria, que, assim sendo, se corrompe e decide em seu próprio benefício (apud FERREIRA, 2001; p. 205-206).

Para outro entrevistado, Sr. Farias (64 anos, aposentado): “*O problema é que o presidente da COBAP está preocupado mais com o PT do que com a própria COBAP*”. Essa fala constitui evidentemente uma crítica ao clientelismo político praticado pela COBAP. É interessante perceber como o vínculo entre burocratização e clientelismo é completamente claro para o Sr. Farias. Para ele, é o presidente da entidade, ou seja, a cúpula – ou “minoria dirigente”, na definição de Tragtenberb –, a responsável por trocar seu dever (ou identidade) de representante dos aposentados pela busca de privilégios político-partidários. O burocrata, portanto, na visão do Sr. Farias, corrompeu-se.

Ainda no que concerne à burocratização das organizações representativas, merece ser reproduzido o depoimento de outro entrevistado, Sr. Ariovaldo (67 anos, aposentado):

Eu gosto muito desse momento e gostaria que o congresso começasse assim, com debate. Não adianta eleger Lula, Zé Maria, Heloisa Helena, qualquer um que cair lá o poder econômico vai pisar. A gente sabe que os políticos não estão lá pra defender os nossos interesses, mas sim dos ACM da vida. O melhor que tem em qualquer congresso, principalmente os das classes menos favorecidas, são as comissões temáticas, porque é aí que a COBAP fica conhecendo os problemas da base. Mas é sacanagem estabelecer só duas horas para tantos aposentados falarem de seus problemas.

Sem dúvida alguma, temos aqui uma fala de grande expressividade crítica. E o que mais impressiona é que ela provém de uma pessoa cuja principal via de acesso ao conhecimento é a vida cotidiana (ou experiência prática). Ao declarar que prefere os momentos de debate porque é somente neles que o público participante do congresso pode se expressar, o Sr. Ariovaldo estabelece, por meio da sua subjetividade, uma crítica demolidora à imagem de entidade democrática assumida pela COBAP. É, de fato, inadmissível a uma organização que se auto-declara a representante legítima dos aposentados, não ouvir o que a base de filiados tem a dizer. Dessa forma, o depoimento do Sr. Ariovaldo pode ser considerado como potencialmente revolucionário, na medida em que coloca em xeque a própria legitimidade da COBAP como entidade representativa.

Tendo como base essa lógica excludente reproduzida pela burocratização das organizações representativas da velhice, podemos certamente lançar a seguinte questão: no exercício da representação institucional, a quem realmente se representa? Na verdade, talvez não haja ninguém melhor do que o velho Boa-Morte para responder a tal pergunta. Será que algum burocrata dessas organizações se atreveria a lhe perguntar isso cara a cara?

## 5.2. “O um é o mal”: o Estado e a política na concepção dos idosos

“Ah, essa política! Se eu pudesse, eu destruiria tudo!”

(Álvaro Prata, meu avô)

### *Poder político e senso comum*

A antropologia pode ser considerada como a ciência social que mais se aproxima do senso comum e da vida cotidiana. O resgate da cultura popular, das tradições, dos mitos e lendas, das crenças e das práticas rituais existentes nas diversas sociedades é parte integrante da abordagem antropológica. Essa particularidade dá à antropologia o privilégio de ser a única ciência realmente capaz de mostrar a sabedoria presente no conhecimento do povo. E tal condição é de extrema importância como elemento compensatório, haja vista o preconceito e a arrogância com que a ciência cartesiana, desde a sua origem iluminista, vem tratando o senso comum, impondo sua dominação e suas “verdades” sobre ele.

Contudo, é necessário lembrar que o conhecimento popular é muito anterior ao científico. Se este último só se desenvolve epistemologicamente na sociedade moderna, concomitante ao capitalismo industrial – e totalmente funcional aos propósitos de expansão econômica e dominação política da sociedade capitalista –, o senso comum, como compreensão popular da realidade, já está presente desde os primórdios da história humana, através dos mitos e lendas, que na verdade nada mais são do que a tentativa do homem comum de explicar espontaneamente os fenômenos da vida e da morte. Neste sentido, Maurício Tragtenberg: “*Procurava reafirmar constantemente que os saberes não se restringiam à ciência, que esta não ocupava uma posição superior ante os demais saberes e que tampouco teria condições de disciplinar a todos*” (PASSETTI, 2001; p. 106).

Assim, o Estado em determinadas culturas, compreendido sob a perspectiva do senso comum, representa um aparelho estratégico de dominação e coerção dentro da sociedade. Conforme já vimos, a antropologia política de Pierre Clastres (1990) mostra que algumas sociedades tribais se opõem fortemente à idéia de Estado, na medida em que consideram como inaceitável o fato de um único indivíduo ou grupo se sobrepor aos demais. Para tais sociedades, como os ianomâmis no Brasil, o poder político deve estar essencialmente na coletividade. Por isso, para eles, a compreensão mitológica de que “o um é o mal” tem conexão direta com a vida política. Nessa lógica, jamais o individual ou unitário pode prevalecer sobre o social ou coletivo. Essa é a regra que explica a *recusa* – e não a incapacidade, conforme pensavam os evolucionistas – dessas sociedades de terem um aparelho de Estado. Diante disso, Fernando Prestes Motta (1981) explica que:

Qualquer sociedade, qualquer que seja a sua organização, mostra que a vida social não precede do político, mas sim, pelo contrário, o político precede do social. Todavia, se a força da coletividade é imanente à sociedade, isto é, se a força da coletividade emana da atividade social, ela pode ser apropriada, alienada, extorquida. O político é, em relação ao social, o que o capital é em relação ao trabalho, ou seja, uma alienação da força coletiva (p. 100).

É interessante observar como a atitude de recusa ou oposição ao Estado – que representa, em essência, o poder político como uma alienação do poder social da coletividade – também está presente em discursos do senso comum, no contexto da nossa sociedade ocidental contemporânea. Ao entrevistarmos alguns idosos, verificamos como a crítica desenvolvida por eles ao Estado e às demais instituições políticas pode ser compreendida como uma negação da ordem vigente. E isso significa, conforme já sabemos, que tal crítica é potencialmente “micro-revolucionária” (GUATTARI, 1987).

No que se refere ao nosso regime democrático, é emblemática a crítica feita pelo Sr. Ênio (69 anos, aposentado):

Democracia pra mim, os homens falam lá. Democracia pra você, ditadura pra mim. Então eu acho que a democracia está penando no Brasil. Eu acho, minha opinião. Não é uma democracia plena, com direitos plenos. Existe um milhão de leis, mas não se aplica. A democracia tem que ser aplicada, as leis têm que ser aplicadas dentro da democracia, das normas democráticas, direitos democráticos.



Nota-se que, ao criticar a democracia política e ao concluir que a nossa democracia “não é uma democracia plena” e que há “um milhão de leis, mas não se aplica”, o entrevistado empreende uma espécie de desmistificação do nosso sistema político, mostrando ter plena consciência de que vivemos numa democracia falaciosa, que não passa de um “mito político”, utilizando a definição de Cassirer (1976). De fato, a idéia de um governo democrático é totalmente falsa e mitológica, utilizada com fins de perpetuar a condição de dominação e de alienação do poder da coletividade. Motta (1981), analisando a proposta anarquista de Proudhon, destaca que:

O pessoal do poder, do qual se espera a direção da nação e dos seus destinos, recebe o nome de governo, mas esta expressão é falsa e ambiciosa. Em princípio, a sociedade é ingovernável. Os ditos governantes liberais ou absolutos, com seus arsenais de leis, decretos, estatutos e plebiscitos, nunca governaram ninguém. Qualquer que seja o poder do ser coletivo, ele não constitui, por essa razão, aos olhos do cidadão, um soberano (p. 98).

Ainda com relação à crítica ao sistema democrático de governo, agora fazendo referência ao PT e ao Lula, vale citar o depoimento do Sr. Joselino (71 anos, aposentado): “*O Lula ganhou a eleição com o nosso voto e nos traiu. O nosso movimento tem que sair debaixo do chinelo e chegar até aqueles ladrões lá do Congresso*”. O Sr. Sérgio (68 anos, aposentado), complementa: “*O Lula era contra tudo o que o FHC fazia e hoje ele faz pior do que ele*”. Com relação aos parlamentares, o Sr. José Roberto (63 anos, aposentado) faz questão de enfatizar: “*Eles [os deputados e senadores] acham que estão nos enganando. Nós estamos ficando velho mas não estamos ficando besta*”. Para o Sr. Mauro (65 anos, aposentado): “*O aposentado acredita muito na lei. Agora, Lula, Bush e companhia passam por cima da constituição e pisam nela*”.

A prioridade de um governo “democrático e popular”, como se autodenomina o governo do PT, deveria ser a de investir em política social. Contudo, na opinião do Sr. Severino (70 anos, aposentado), parece não ser bem isso o que acontece: “*O Lula não está fazendo o que ele prometeu. Ele pagou milhões para o FMI que daria para pagar bem-estar social*”. A crítica do Sr. Toninho (61 anos, aposentado) vai nesse mesmo sentido:

Temos que mudar o sistema econômico do país, que os recursos arrecadados com os impostos não sejam destinados só para pagar banqueiros e juros da dívida, mas sim para garantir direitos. É preciso que o governo brasileiro use mais recursos para política social e menos recursos para pagar juros da dívida.

O Sr. Ênio (69 anos, aposentado), por sua vez, demonstra considerar o governo do PT como uma traição à confiança do povo. Para ele: *“Judas não chega a amarrar o sapato dessa gente de tanta traição! O problema, independente do partido, é da política em geral. Têm poucos que aderem à filosofia de ajudar, de colaborar, de fazer alguma coisa, bem poucos”*. O sistema pluripartidário que caracteriza a nossa democracia, de acordo com o Sr. Cabral (60 anos, aposentado), não levará a nenhuma emancipação social:

O que o companheiro falou, que não é esse ou aquele partido que vai mudar isso, eu concordo. Tudo o que nós discutimos é política, não é política partidária, mas política para os aposentados. É preferível morrer lutando do que viver sem lutar! Não é possível ficar sem fazer nada, deixar velho morrer na fila do INSS!

É, sem dúvida alguma, surpreendentemente esclarecedora e lúcida a fala do Sr. Cabral. Em seu depoimento, a sabedoria do senso comum, do homem do povo, que compreende e interpreta a realidade – cuja essência, contudo, é ignorada e ironizada pela ciência cartesiana –, pôde ser mostrada de forma transparente. Ao declarar que “tudo o que nós discutimos é política”, o aposentado desenvolve uma análise abrangente sobre o fenômeno da política, criticando, ao mesmo tempo, a visão restrita e alienada do que o político se limite ao jogo das instituições burocráticas que caracterizam a nossa democracia partidária. Assim, ele tem toda razão ao defender que uma política em sentido abrangente “não é política partidária, mas política para os aposentados”, e, logicamente, para (e através de) todos os que compõem a coletividade.

Isso nos remete a uma interessante analogia. Sabe-se que, desde o seu surgimento, a filosofia de Nietzsche sempre foi considerada erroneamente como uma reflexão existencial que contempla o homem solitário e isolado, ou seja, o humano em seu sentido individual, “demasiado humano”, como uma condição peculiar de vida. Contudo, essa visão acerca da filosofia de Nietzsche é limitada, pois desconsidera a noção de política em seu sentido amplo, ou seja, como parte inseparável do jogo das relações sociais do cotidiano. Se

considerarmos que, para Nietzsche, o objetivo primordial (e instintivo) do homem é a vontade de poder, e que toda a sua filosofia centra-se essencialmente nesse aspecto, então, podemos dizer que a filosofia nietzscheana é, acima de tudo, uma filosofia política.

Conforme explica Ansell-Pearson (1997):

Nietzsche é um pensador preocupado com o destino da política no mundo moderno [e em outros contextos históricos]. Basta passar os olhos em suas abrangentes preocupações – desde as primeiras reflexões sobre o *agon* grego até a tentativa de escrever uma genealogia da moral e o diagnóstico do niilismo para caracterizar o mal-estar e a doença morais dos seres humanos modernos – para se compreender que Nietzsche é primeira e primordialmente um pensador “político” (p. 18).

Assim, ao elaborar uma “filosofia do instinto”, baseada na vontade de poder, Nietzsche nos dá subsídios para uma interpretação da política como uma prática essencialmente instintiva. Se compreendermos a vontade de poder como o instinto de dominar e se sobrepor aos outros no jogo da coletividade, a própria institucionalização da vida política, na forma de poder de Estado e de democracia partidária, pode ser considerada como uma condição resultante do instinto de sobrevivência do homem.

Portanto, todo esse aparato político-institucional que caracteriza a macroestrutura de poder criada pelo homem – e que é conhecida como Estado político – não é, na verdade, nada mais do que um recurso destinado a exercer e perpetuar a dominação de uns poucos privilegiados sobre a grande maioria. Ao alienar o trabalho, o homem explorou outros homens para obter e acumular riqueza e propriedade. Da mesma forma, ao alienar o poder social da coletividade através do empreendimento da dominação política, o homem pôde assegurar sua propriedade e manter a desigualdade social sem que ela fosse considerada injusta pela sociedade. Assim, com o surgimento do Estado, a desigualdade (tanto de riqueza quanto de poder) passa não só a ser tida como “justa”, mas também como “legítima”, na medida em que a propriedade passa a ser protegida por leis estatais.

Isso de certa forma explica porque a sede dos governos federais em geral localiza-se estrategicamente longe da grande massa. No Brasil, especula-se que a construção de Brasília como capital federal foi essencialmente estratégica, na medida em que o grosso da luta de classes se localizava na região sudeste do país (São Paulo e Rio de Janeiro, a antiga capital), que já era, simultaneamente, a mais industrializada e também a com maior

densidade populacional. Portanto, era necessário e urgente retirar a capital federal do meio da efervescência social.

Por outro lado, é interessante perceber como essa estratégia (instintiva?) de proteção adotada pelo aparato político-institucional ainda se faz presente. O congresso da COBAP do qual participei como pesquisador-observador em 2005 foi realizado na cidade de Luziânia/GO, ao mesmo tempo próxima e distante de Brasília. Próxima com o uso de veículos de transporte e distante para a realização de marchas de mobilização até o Congresso Nacional, com o fim de exercer pressão. Tal condição de isolamento vivida pelos aposentados militantes impediu que o congresso – que contou com a participação de mais de mil aposentados! – conseguisse visibilidade social e, muito menos, repercussão política, uma vez que nem a imprensa esteve presente no evento. Vejamos a crítica feita pelo Sr. João (72 anos, aposentado) em relação a essa questão:

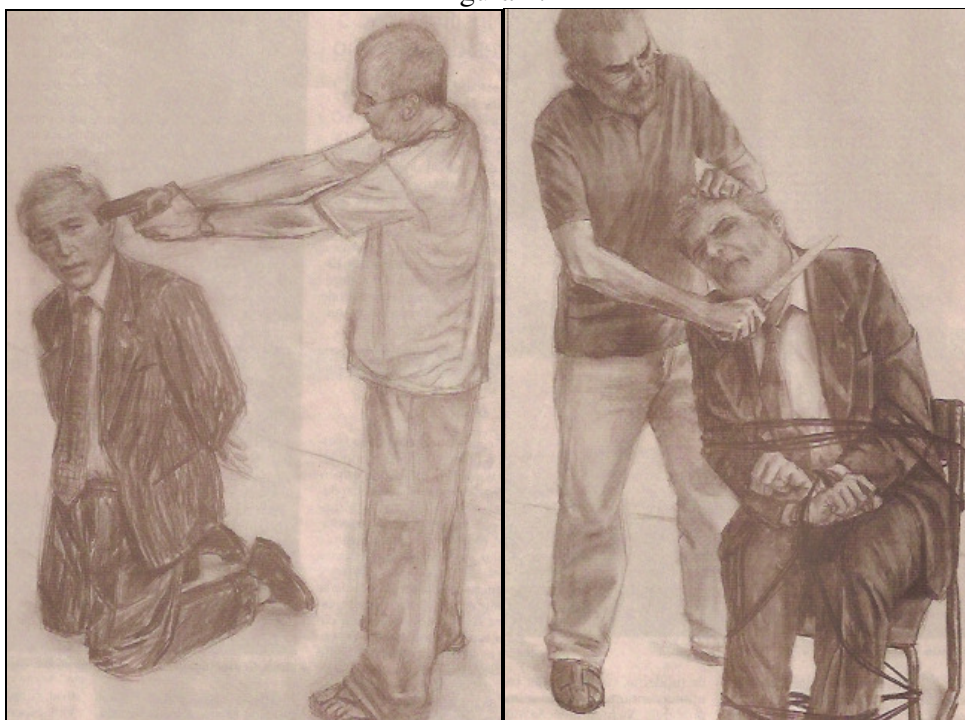
Nós estamos confinados aqui, fora da imprensa, você não vê a imprensa sendo avisada, pra mostrar para o Brasil que realmente nós estamos realizando um congresso aqui para defender nossa categoria. (...) Não é bom o congresso estar aqui, ficar confinado fora do mundo político e os congressistas, aqui do Parlamento do nosso Congresso Nacional, deveriam estar aqui. Nós recebemos aqui a visita de um senador, Paulo Paim, mas cadê os outros deputados, os outros senadores que não estão aqui presentes pra presenciar esse movimento político que você está presenciando aqui?

Contudo, observa-se que tal confinamento espacial tem, de fato, uma razão de ser. A ameaça de protestos organizados por parte dos aposentados militantes é uma realidade evidente. Conforme se pode ver, há uma grande predisposição dos aposentados para a mobilização política e para a realização de marchas reivindicatórias até a sede do governo federal. A “mobilização pelos 147%”, ocorrida no início da década de 1990, e a existência de um movimento nacional protagonizado pelas associações de aposentados, fazem com que o governo se previna frente à perspectiva de eventuais ataques.

Os depoimentos dos participantes do congresso da COBAP mostram essa realidade. O Sr. Fernando (65 anos, aposentado), declara: “*A minha proposta também é a mobilização. Temos que mobilizar, fazer uma marcha até Brasília a favor dos aposentados (...) Vamos fazer a marcha, que morra gente, pelo menos resolvemos o problema dos aposentados*”. O Sr. Francisco (62 anos, aposentado) também defende que: “*Os*

*aposentados têm que se organizar e ir para as ruas. Nós não agredimos, nós somos agredidos pelos políticos do governo, que mantêm a pobreza. O presidente Lula que é companheiro como nós, mas também não fez nada”. O mesmo espírito de luta está presente na fala do Sr. Ariovaldo (67 anos, aposentado): “Juntos, nós vamos combinar a mobilização nacional dos aposentados. Vamos organizar e partir pro pau!”.*

Figura 2:



É interessante notar como a “vontade de poder” (no sentido nietzscheano do termo) está presente no discurso dos aposentados, ao mostrarem sua predisposição à mobilização e ao confronto direto com o governo federal e a classe política. Aqui, o homem comum – ou seja, o homem do povo, integrante da massa – sente-se dotado de potência suficiente para reivindicar seus direitos e para desafiar àqueles que detêm o poder burocrático do aparelho de Estado. A Figura 2 ilustra duas situações que também retratam essa vontade de poder. Numa delas, um homem de meia-idade está prestes a executar com um tiro na cabeça o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, que se encontra imobilizado e de joelhos. Na outra, o mesmo personagem ameaça degolar o presidente Lula, que é mantido amarrado a uma cadeira. Ambas as telas são da autoria do artista plástico pernambucano Gil Vicente,

que desenha a si próprio como o algoz de ambas as autoridades políticas. As obras pertencem à série *Inimigos*, exposta em diversas galerias de arte em todo o Brasil, ao longo do ano de 2005.<sup>104</sup>

É importante destacar que essas telas, longe de serem uma apologia à violência e ao terrorismo, demonstram, acima de tudo, a indignação e o descontentamento do artista em relação à política, tanto no contexto nacional quanto internacional. Segundo ele, sua obra procura retratar “uma atitude realista” no que se refere à nossa vida política, criticando as limitações da nossa democracia. Assim, para Gil Vicente: “*Daqui a 30 anos estará pior. Quando dizem que o Brasil é o país do futuro é porque o futuro é terrível. Meu pai tem 80 anos, viu de tudo e também perdeu as esperanças. Chega de discurso, chega de votar, chega de fazer papel de idiota*”.<sup>105</sup>

Na verdade, já é bem conhecido o viés crítico e criativo da arte popular. Artistas anônimos, pessoas do povo, sempre encontraram na arte a oportunidade de expressar, de forma subjetiva, seus desejos, suas decepções, suas revoltas e visões de mundo. A pintura, a dança, os rituais, as lendas e os mitos representaram na história humana vias de manifestação da sabedoria popular, proveniente do senso comum. Nietzsche, ao analisar a tragédia grega, vê a arte como um canal fundamental de emancipação humana. Conforme destaca Ansell-Pearson (2001): “*O argumento fundamental de Nietzsche é que a experiência de emancipar-se da opressão (da natureza e dos outros seres humanos) só é possível por intermédio da arte*” (p. 78). Contudo, para ele: “*Não é tarefa da arte incitar-nos à revolução*” (p. 78). Mesmo porque a arte já é, por si mesma, “revolucionária”, constituindo expressão espontânea da subjetividade criativa e transformadora.

Por ser expressão da subjetividade criativa, a literatura também representa um importante elemento de “singularização revolucionária”, no sentido dado por Guattari. Veja-se, por exemplo, os fragmentos de uma crônica de Célia Farjallat, jornalista de 88 anos que, por meio da ironia, procura mostrar o descaso dos governantes para com os aposentados:

---

<sup>104</sup> Cf. *Jornal Correio Popular* (Campinas/SP), de 02/10/2005, p. C3. Título da reportagem: “O desabafo de um artista indignado”.

<sup>105</sup> *Correio Popular*, 02/10/2005, p. C3.

Esses aposentados trabalharam, criaram família, pagaram impostos, foram ferroviários, professores, bancários. A lei os aposentou, embora muitos deles preferissem a servidão do trabalho. É verdade que muitos deles estão reumáticos, hipertensos, cardíacos, quase cegos, mais ou menos surdos. Vestem-se mal. E ainda querem receber mais dinheiro ou o proporcional ao que pagaram ao INSS, como desconto obrigatório de seus serviços!

É o cúmulo! Para quê tanto dinheiro se não sabem nem aproveitar as boas coisas da vida? Nem sabem guiar um carro (que, aliás, nunca tiveram), nem sabem praticar os esportes da moda, nem se vestir com elegância, nem apreciar iguarias finas... Acho insuportável essa classe de aposentados! Merece castigo. Creio que é por isso que tantos deles morrem nas filas, em dia de pagamento, ou quando vão comprar um simples feixe de lenha... Bem feito!<sup>106</sup>

Note-se que a radicalização é utilizada na crítica artística para causar no público o impacto esperado pelo artista ou crítico. O “apelo à violência” e o “exagero irônico das situações”, que podem ser observados, respectivamente, na Figura 1 e na crônica, são exemplos claros da tentativa de chocar ou impactar. Tal atitude reflete o aspecto “emocional” presente na produção artística ou literária. Conforme mostra a abordagem psicologista da aprendizagem, o conhecimento que é apreendido com uma certa dosagem de carga emocional – em outras palavras, que é “emocionalizado” – tem um efeito direto sobre o inconsciente, possuindo, por isso, um considerável potencial transformador sobre as pessoas. Essa “revolução molecular” causada pela crítica artística ou literária é, também para a filosofia nietzscheana, a verdadeira expressão de “uma forte ou nobre vontade de poder”, pois: *“Tem relação com os outros sob o aspecto de derramar abundante energia criativa, inspirando-os e transformando-os”* (ANSELL-PEARSON, 2001; p. 62).

Assim, pela crítica pessoal e espontânea dos aposentados militantes, por meio do apelo artístico de um homem do povo e pela ironia literária de uma cronista idosa, observamos o exercício da subjetividade criadora, que Guattari considera como “revolucionária”. Na verdade, o que há de mais importante nessa forma de resistência é o fato de ela não ser capturada pela lógica burocrático-institucional dos partidos políticos e das demais organizações representativas. Para Guattari: *“Jamais encontraremos sistemas de centralização, instituições que controlem totalmente os processos criativos”* (apud GUATTARI & ROLNIK, 1999; p. 36). Assim, as “linhas de fuga” do processo “micro-

---

<sup>106</sup> Jornal *Correio Popular* (Campinas/SP), 04/09/2006; p. A10. Título da crônica: “Aposentados”.

revolucionário” encontram no trabalho de criação uma importante via de expressividade. Decerto, o controle é avesso à criatividade e à autonomia. Ele é contrário à arte da vida.

### *Qual democracia?*

Já vimos que o regime democrático foi objeto de diversas críticas por parte dos idosos entrevistados. No entanto, acredito ser necessário retomar brevemente algumas questões referentes à democracia e aos regimes políticos “alternativos”, como o socialismo e o anarquismo, considerados, para a filosofia nietzscheana, como ramificações do sistema democrático. As contradições da representatividade institucional que caracterizam a nossa democracia também comprometem a perspectiva de um regime socialista ou anarquista. O próprio socialismo como “alternativa revolucionária” e as instituições representativas de ideal socialista ou comunista, como os partidos e sindicatos, estão descaracterizadas pela burocratização e pelo corporativismo/clientelismo. No que se refere ao anarquismo, a filosofia foucaultiana mostra que a destruição do Estado, por si só, não resolveria o problema do controle disciplinar existente na sociedade capitalista, uma vez que o poder político não está localizado somente das macroestruturas institucionais, mas também e fundamentalmente nos micropoderes da vida cotidiana (FOUCAULT, 2000).

Para Nietzsche:

Democracia significa deriva; significa permissão para que cada parte de um organismo faça exatamente aquilo que lhe aprouver; significa o lapso da coerência e da interdependência, a entronização da liberdade e do caos. Significa a veneração da mediocridade e o ódio à excelência. Significa a impossibilidade de grandes homens – como poderiam grandes homens submeter-se às indignidades e indecências de uma eleição? (...) Uma sociedade dessas perde o caráter; a imitação é horizontal, em vez de vertical – não o homem superior, mas o homem da maioria é quem se torna o ideal e o modelo; todo mundo passa a se parecer com todo mundo; até os sexos se aproximam – os homens se tornam mulheres e as mulheres se tornam homens. O feminismo, então, é um corolário natural da democracia (apud DURANT, 1996; p. 397).

Na verdade, quando Nietzsche se refere negativamente à democracia, ele está criticando a nossa democracia representativa, a chamada “democracia partidária”, vigente na sociedade capitalista. Assim, a crítica de Nietzsche à democracia é, principalmente, uma



tentativa de mostrar as incongruências de um regime político falacioso, que se insere num sistema econômico de exploração, extremamente desigual, e que, por isso mesmo, “vende” a idéia ilusória de que somos (ou deveríamos ser) iguais. Diz ele, referindo-se ao trabalho dentro do capitalismo: “A exploração do trabalhador, percebeu-se agora, foi uma estupidez” (apud ANSELL-PEARSON, 2001; p. 105). Contudo, Nietzsche também é totalmente contra os ideais socialistas, que prezam, tal como a democracia, pela igualdade. Para ele: “Com o feminismo vieram o socialismo e o anarquismo; todos eles são produtos de resíduos da democracia; se a igualdade política é justa, por que não a igualdade econômica?” (apud DURANT, 1996; p. 398).

Dessa forma, vemos que Nietzsche percebe facilmente as contradições da democracia representativa do capitalismo. Se há igualdade política, por que então não pode haver igualdade econômica? De fato, já é evidente que a nossa democracia está bem longe de ser uma democracia verdadeira – ou seja, aquela em que o povo governa –, uma vez que ela não é capaz de vincular a conquista de direitos políticos a uma distribuição mais justa (e igualitária) da riqueza. No entanto, para ele, é preciso ter consciência de que:

A natureza abomina a igualdade, adora a diferenciação de indivíduos, classes e espécies. O socialismo é antibiológico: o processo de evolução envolve a utilização da espécie, raça, classe ou indivíduo inferior pelo superior; toda vida é exploração, e subsiste, em última análise, à custa de outra vida. (...) Socialismo é inveja: “eles querem algo que nós temos”. (...) Seja como for, o escravo é mais nobre do que seus senhores modernos – a burguesia. É um sinal de inferioridade da cultura do século XIX o fato de o homem de dinheiro ser objeto de tanta adoração e inveja. Mas esses homens de negócio também são escravos, fantoches da rotina, vítimas de uma atividade alucinada; não têm tempo para novas idéias; pensar é tabu para eles, e os prazeres do intelecto estão fora de seu alcance. Daí sua incansável e eterna procura da “felicidade”, suas grandes casas que não são lares nunca, seu luxo vulgar sem gosto, suas pinacotecas de “originais”, com o preço incluído, suas sensuais diversões que mais embotam a mente do que a refrescam ou estimulam (apud DURANT, 1996; 398-399).

Vemos que a filosofia nietzscheana pode confundir as mentes mais adestradas e habituadas a enquadrar e definir tendências de pensamento ou de comportamento político. Dessa forma, se Nietzsche é contra o capitalismo, não significa que ele seja a favor do socialismo e nem do anarquismo. Na verdade, podemos dizer que a crítica de Nietzsche se

direciona principalmente ao caráter reducionista inerente aos “ismos” ideológicos, tais como capitalismo, socialismo, comunismo, anarquismo, democratismo, cristianismo, cientificismo, etc. Tal crítica também irá fundamentar as análises de Foucault e de Guattari e Deleuze no que se refere aos mesmos “ismos”, com a inclusão do homossexualismo e do psicologismo dentre as definições reducionistas.

Para Nietzsche, se, por um lado, a exploração do mais fraco pelo mais forte é uma lei natural e biológica, por outro, o explorado é considerado mais nobre que o explorador, uma vez que, na sociedade capitalista, a burguesia é escrava da rotina, das próprias obrigações e das convenções sociais carregadas de futilidades. Acontece que, de acordo com a filosofia nietzscheana, o burocrata, o homem de capital, o político profissional, o estadista, enfim, o explorador são, todos eles, exemplos de fraqueza e não de força verdadeira. A “vontade de poder” que precisa agredir e explorar não é expressão de uma verdadeira e nobre vontade de poder. O homem realmente forte não precisa agredir e nem explorar os outros: ao possuir uma criatividade abundante – essa sim, resultante de uma vontade de poder original –, ele os *transforma*. Portanto, é necessário esclarecer que Nietzsche considera a utilização de estruturas de poder, tal como a burocracia,<sup>107</sup> a agressividade moral ou física e a imposição da vontade por meio da coerção e do controle disciplinar, como sinais de *fraqueza* e não de força. Assim, só o fraco precisa dominar e coagir. O forte é capaz de criar e transformar.

Outro julgamento preconceituoso e falso com relação à filosofia de Nietzsche é de que esse pensador era antidemocrático. As obras dos principais sucessores de Nietzsche, especialmente Michel Foucault e Félix Guattari, mostram que ele jamais foi contra a democracia. Por meio de uma interpretação “micropolítica” do poder, esses autores explicam exemplarmente qual a intenção de Nietzsche com relação à democracia. Numa sociedade em que vigora o controle disciplinar como “poder invisível”, de fato seria impossível a existência de uma democracia real que fosse capaz de contemplar a autonomia e a liberdade verdadeiras do ser humano. De acordo com Ansell-Pearson (2001):

---

<sup>107</sup> É interessante observar que, de acordo com a interpretação weberiana, o poder burocrático está no cargo e não na pessoa. A dominação burocrática utiliza, portanto, o poder das estruturas, e não do carisma pessoal (como a dominação carismática) ou da tradição (como a dominação tradicional). Cf. WEBER (1991).

Nietzsche argumenta a favor de uma **democracia futura que superará polaridades de riqueza e poder** e que, espera, tornará obsoleto o que considera as duas mais perigosas ideologias do período moderno, o nacionalismo e o socialismo. A democracia, opina, visa “criar e garantir **tanta independência quanto possível**: independência de opinião, de modo de vida, de emprego”. Para alcançar isso, contudo, **tem de destruir os três principais inimigos da independência** que propicia: os partidos políticos, os não-possuidores pobres e a classe proprietária rica. Ele afirma que está “falando de democracia como algo ainda vindouro” (p. 105). [Grifos nossos]

Como podemos ver, para a filosofia nietzscheana, uma democracia real não pode conviver com diferenças de riqueza e de poder e com a existência de instituições coercitivas, dentre as quais se incluem as próprias instituições representativas, como os partidos políticos. Essas diferenças de poder e riqueza, somadas ao controle disciplinar institucional, não permitem a autonomia e a independência real dos indivíduos. Isso explica as contradições de uma democracia que afirma zelar pela igualdade e justiça social, mas que, simultaneamente, permite situações humilhantes à população. Uma dessas situações é denunciada pelo depoimento do Sr. Natalino (64 anos, aposentado):

É muito humilhante, falta de ética moral, humana e social o que o nosso presidente fez com os aposentados, não concedendo os 16,6% para os que ganham acima de um salário mínimo, dizendo que foi uso politiquero essa esmola que o governo daria. Nós, aposentados que contribuimos mais de 30 anos com este quase falido INSS, como sobreviveremos com essa “merreca” que o governo nos paga? Fiquei muito intrigado com o que aconteceu no dia do comício do presidente aqui em Campinas. Foi pego um senhor aposentado com mais de 70 anos, portando uma arma na bolsa. Será que ele gostaria de dar fim ao enganador do povo, com as promessas feitas e que não foram cumpridas?<sup>108</sup>

Observe-se como o aposentado faz questão de enfatizar a humilhação de ter contribuído por mais de 30 anos com a Previdência Social e, mesmo assim, não receber uma renda justa. Contudo, o mais interessante nesse depoimento é que ele integra o “correio do leitor” de um jornal de circulação regional. Portanto, o uso da imprensa como via alternativa de participação política representa, na verdade, a incapacidade de nossas

---

<sup>108</sup> Jornal *Correio Popular* (Campinas/SP), 05/09/2006, p. A2. Sessão “Correio do leitor”.

instituições democráticas de criarem espaços adequados para a manifestação espontânea e autônoma dos cidadãos.

Assim, para o Sr. Natalino, o governo, ao invés de contribuir com a preservação da ética, da moral humanas e da justiça social, faz exatamente o contrário, não cumprindo, nem mesmo, as promessas feitas durante a campanha eleitoral e enganando o povo. Dessa forma, projeta sua revolta e indignação na figura de outro aposentado, que, segundo ele, poderia estar predisposto a atirar no presidente Lula durante um comício. Também bastante significativo é o depoimento do Sr. Jonas (68 anos, aposentado):

Todo mundo junto pessoal! Não temos chapa 1 ou chapa 2. Nós temos que nos unir. Os políticos têm que ser submissos a nós! E por que nós temos que abaixar a cabeça a eles? Nós temos que ir às ruas, essa é a minha proposta!

Esses dois casos mostram que nossas instituições representativas são, na verdade, “antidemocráticas”, na medida em que só dificultam o acesso do povo à justiça social e à liberdade de expressão e ação política. Além disso, mostram como o sistema democrático está, na verdade, literalmente invertido, pois, como bem observa o Sr. Jonas, são os políticos que devem ser submissos ao povo e não o povo a eles, como ocorre.

Essa é a realidade contraditória da nossa democracia, mostrada pela sabedoria popular. Nem a ciência cartesiana funcional ao capitalismo, nem as instituições religiosas alienantes, nem a racionalidade filosófica ideológica e dogmática. Aqui, é a subjetividade do senso comum e da vida cotidiana a principal fonte da crítica lúcida e autônoma desenvolvida pelos idosos contra a dominação política da sociedade capitalista.

Da mesma forma, para a filosofia nietzscheana do instinto, uma democracia verdadeira é só aquela em que a vivência prática do poder é igualmente experimentada por todos – e não só por alguns –, com independência, liberdade e autonomia. Por isso é que a nossa democracia pode ser tudo, menos democracia. Como dizia meu avô Álvaro: “*Essa política... se eu pudesse, eu destruiria tudo!*”. Certamente, a vontade dele não era injustificada. E nem seria ele o único a alimentar tal desejo.

### 5.3. Aposentadoria, trabalho e autonomia: uma difícil relação

A alma cria a beleza para parar de sofrer. Pessoas felizes não precisam criar. Elas podem simplesmente se entregar ao gozo da sua felicidade. Mas a dor faz nascer o impulso criativo. Ostra que não sofre morre ostra. Ostra que sofre vira artista. Do seu sofrimento, nasce a pérola (Rubem Alves).<sup>109</sup>

#### *Normalidade e condicionamento*

Se a desmistificação das estruturas de dominação política é tarefa difícil, isso se deve principalmente ao fato de que o próprio *status quo* da sociedade capitalista é mantido por uma rotina de funcionamento que reproduz cotidianamente comportamentos, hábitos e pensamentos, numa lógica cultural conhecida como “normalidade”. Nessa ordem do capital, a rotina do trabalho assalariado é a que vai caracterizar o ganho material dos indivíduos, seja para a sobrevivência (pelos trabalhadores), ou para o acúmulo de riquezas (pelos capitalistas). Assim, as obrigações do trabalho alienado, que consomem um tempo considerável do nosso dia-a-dia, são consideradas “normais” dentro da ordem social estabelecida. Por outro lado, práticas como o ócio reflexivo, o descanso despreocupado, a criação subjetiva espontânea, a arte e a literatura, o debate construtivo de idéias, dentre outras, são consideradas como “anormais”, pois representam “perda de tempo”.

Portanto, não é difícil compreender porque a nossa sociedade necessita, por exemplo, de “programas de preparação à aposentadoria”: vivemos um condicionamento à disciplina do trabalho alienado, que se inicia logo na primeira infância, com a escola, e nos acompanha ao longo de toda a chamada “vida produtiva”. Se muitos idosos não conseguem se adaptar ao tempo livre da aposentadoria – vivendo crises de identidade, como mostra a pesquisa de Santos (1990), ou revivendo seus papéis profissionais, no constante resgate da memória, e até mesmo voltando efetivamente ao trabalho, conforme constata Witczak (2003) –, isso se deve ao fato de que, na sociedade capitalista, não aprendemos a viver a liberdade e a autonomia. Tal como os animais adestrados, nos acostumamos ao controle.

---

<sup>109</sup> In: *Jornal Correio Popular* (Campinas/SP), 13/05/2007, p. C2. Título da crônica: “E a sua pérola, como vai?”.

A rotina e o condicionamento impedem a emergência do impulso criativo. A criação só pode ocorrer em meio à liberdade, pois criar é um ato espontâneo. É por isso que a cultura disciplinar existente no ambiente escolar e de trabalho, nas igrejas e nas famílias de moral tradicionalista é totalmente inadequada ao exercício da criação, pois a disciplina é avessa à autonomia. Assim, a nossa sociedade capitalista, ao condicionar o homem ao trabalho alienado, tirou dele o seu bem mais precioso: a liberdade. Não por acaso, consideramos “normal” trabalhar em média 8h por dia num trabalho que mais nos “emburrece” do que nos faz crescer intelectual e emocionalmente. Da mesma forma, estamos tão habituados à obediência e ao controle que nem percebemos as formas ocultas de poder que nos condicionam em nosso dia-a-dia a adotar comportamentos de passividade e de repetição mecânica.

Contudo, para o marxismo, a exploração do trabalho assalariado só é mantida pela miséria da classe trabalhadora e pela sua necessidade biológica de sobrevivência. O capital aproveita dessa condição para explorar ao máximo a força-de-trabalho e, com isso, produzir, acumular e concentrar riqueza. É essa mesma lógica que cria novas necessidades e faz com que o consumo seja estimulado e incrementado. Essa renovação constante das necessidades de consumo é também coercitiva, exercendo sobre nós um controle disciplinar que nos obriga a seguir padrões de vida material e de comportamento impostos pela sociedade. As próprias instituições burocráticas alimentam-se dessa condição, fazendo-se necessárias dentro da ordem construída pelo capital, que tem como características principais a injustiça social, a exploração do trabalho, a desigualdade econômica, o consumo irracional e desnecessário, a disciplina e o controle institucionais, o condicionamento a padrões socioculturais impostos, dentre outras. Assim, tudo o que reproduz essa ordem é visto como “normal”, e tudo o que a subverte e se opõe a ela, como “anormal”. É, em essência, a isso que se chama de “normalidade”.

Neste contexto, contudo, os exploradores têm que se proteger dos explorados, para que a ordem injusta possa ser mantida com segurança. E, para tanto, criam leis de defesa da propriedade privada, que visem garantir e perpetuar seus privilégios. Além disso, os exploradores, por temerem a “fúria irracional” da massa de explorados, precisam criar instrumentos de defesa e de ataque, tais como as polícias e o exército, que visem preservar a segurança das elites políticas e econômicas. Conforme se observa, o “instinto de

sobrevivência” pode explicar as motivações que teriam levado à construção e à preservação da ordem injusta do capitalismo. Mas se, por um lado, a “vontade de poder”, de acordo com a filosofia nietzscheana, provém do instinto, por outro, contudo, a dominação é uma *distorção* dessa mesma vontade, na medida em que necessita da coerção e do controle disciplinar para se manter e se legitimar perante a sociedade (ANSELL-PEARSON, 2001).

Assim, por se sustentar sobre a mentira, a ordem do capital precisa fazer uso da repressão e da violência. Conforme mostra Cassirer (1976), o mito teve, desde as primeiras civilizações, uma função importante no controle social, sendo utilizado pelas diversas formas de poder para empreender a sua dominação sobre a coletividade. Clastres (1990), por sua vez, também demonstra que a origem mais provável do poder político de Estado estaria na magia e no misticismo, ou seja, no “poder espiritual” dos pajés e dos xamãs das sociedades tribais. Tais líderes são os únicos a conseguir impor sua vontade individual sobre a vontade coletiva, um privilégio que nem mesmo os caciques e chefes militares podem desfrutar. Além disso, o dogmatismo da Igreja Católica e as proibições da crítica e da contestação – que sempre foram utilizadas por ela, principalmente durante o período medieval – retratam de forma clara como a dominação precisa preservar a mentira ideológica e a alienação dos dominados. Não podemos esquecer que, para Santo Agostinho, a dúvida afasta o homem da verdade. A verdade, contudo, é que a dúvida coloca em risco a dominação.

Por isso, a contestação da ordem, a conscientização dos dominados sobre os mecanismos de dominação e a desmistificação dos padrões culturais vigentes, que servem para preservar o *status quo*, constituem formas potentes de resistência e de transformação. Na verdade, o controle disciplinar existente na sociedade capitalista atingiu uma dimensão tal que se torna extremamente difícil qualquer forma de resistência, mesmo no plano da subjetividade e da consciência. Os “micropoderes invisíveis”, dos quais fala Foucault (2000), existem exatamente com o propósito de controlar a consciência e o comportamento dos dominados. Por isso, qualquer atitude individual de contestação à ordem é “revolucionária”, numa dimensão “molecular” ou “micropolítica” (GUATTARI, 1987).

Neste processo, o trabalho alienado, na condição de elemento fundamental da dominação capitalista, deve ser colocado em xeque no plano da consciência. E isso tende a ocorrer principalmente nos momentos em que a rotina do trabalho é quebrada e o indivíduo

pode se voltar, então, para dentro de si. Esse processo de “interiorização” costuma levar, não-raro, à auto-reflexão e ao questionamento da realidade. Na chamada “sociedade do trabalho” essa interiorização reflexiva se torna possível, principalmente, em situações nas quais se verifica a *ausência* do trabalho formal, ou seja, na aposentadoria e no desemprego (ou subemprego). É por isso que autores como Giuseppe Cocco (2001) têm defendido que a instabilidade das condições de trabalho característica do pós-fordismo pode levar a novas formas de resistência à dominação do capital e a novos tipos de lutas de classe.

Se, por um lado, o fim da “centralidade do trabalho” fora declarada como certa por correntes ideológicas neoliberais – dentre as quais, a de Claus Offe e André Gorz –, por outro, diversos autores marxistas vêm reafirmando que o trabalho em seu sentido original, ou seja, “não-alienado pelo capital”, continua central dentro da sociedade. Assim, a criação artística, o interesse pela literatura e pela arte, o exercício reflexivo e de autoconhecimento, o debate e a militância política, a crítica construtiva, dentre outros, representam exemplos de trabalho “não-alienado” ou “dotado de sentido”, que ganham espaço nas lacunas de tempo abertas pela redução da jornada de trabalho, pelo crescimento do número de aposentados, pelo aumento de trabalhadores em tempo parcial e em situação de desemprego. Essa possibilidade de redefinição da idéia de trabalho é, por si só, um exercício reflexivo que pode levar à contestação da ordem do capital (ANTUNES, 1999).

Isso explica o porquê de alguns militantes do congresso da COBAP identificarem o exercício da militância e o debate como um “trabalho”. É o caso do Sr. José Leal (68 anos, aposentado). Segundo ele: *“Temos que preservar o valor real das aposentadorias”*. Como o público presente no debate continuou conversando após ele ter iniciado a sua fala, o aposentado retirou-se do recinto em protesto, dizendo: *“Eu não vim aqui pra brincar, mas pra trabalhar. Aqui só tem criança!”*. O Sr. Ênio (69 anos, aposentado) também faz questão de enfatizar a importância da sua “luta”:

Você pensa que isso aqui é brincadeira? Não é brincadeira! Isso aqui é uma luta de viajar 14, 15 horas de estrada à noite...e voltar, largar família lá...eles estão preocupados com a gente. A gente não tem mais idade pra fazer esse tipo de coisa, a gente vem pelo ideal. É deixar pra amanhã uma raizinha plantada, pra amanhã, futuramente, nossos filhos poderem ter tudo. Não é verdade? Essa é a luta nossa!



No mesmo sentido vai o depoimento do Sr. Trajano (62 anos, aposentado): “*Essa luta não é do FHC, do Lula, da COBAP, da CUT, de ninguém, é dos aposentados! Temos que ir ao Congresso e ficar lá, nem que morra vinte!*”. É interessante perceber como os aposentados militantes referem-se à sua “luta” como um trabalho dotado de sentido real. Por outro lado, o trabalho alienado que desempenharam ao longo de toda a vida nem sequer é lembrado. O que restou foi só a indignação, a revolta e o desespero diante da submissão de uma vida inteira a uma atividade sem nenhum sentido. Trabalharam para enriquecer as elites econômicas e políticas, que, além de tudo, ainda roubam seus direitos. Nessas condições, só mesmo o exercício da contestação e da militância seria capaz de lhes dar um sentido para viver.

#### *Aposentadoria, trabalho e sujeição*

Na verdade, não representa nenhuma novidade o fato de que o valor pago pela Previdência Social como benefício não é suficiente para garantir um padrão de vida digno aos aposentados. A condição de precariedade social, aliada, principalmente, a maiores gastos com saúde – planos privados e aquisição de medicamentos, para o próprio aposentado e/ou para o seu cônjuge –, têm obrigado muitos aposentados a voltarem ao mercado de trabalho. De acordo com as estatísticas do IBGE (Censo 2000), mais de um terço da população com mais de 60 anos no Brasil ainda trabalha. Os indicadores sociais de 1999, também do IBGE, mostram que 47,1% das pessoas com idade entre 60 e 64 anos ainda desenvolvem atividade remunerada, sendo de 25,5% a taxa dos com mais de 65 anos que também se encontra nesta situação. Isso significa que, no Brasil, grande parte da população idosa em idade de aposentadoria ainda precisa trabalhar (PEIXOTO, 2004).

Os dados mostram que, diferentemente do que ocorre nos países desenvolvidos, no Brasil a aposentadoria não significa a saída definitiva do mercado de trabalho, mas apenas uma fase de transição vivenciada pelos trabalhadores, que passam a se tornar, não só trabalhadores aposentados, mas também aposentados que trabalham. Assim, esses trabalhadores continuarão disputando com os mais jovens as vagas existentes, contribuindo para aumentar as taxas de desemprego. Sem dúvidas, é a condição de miserabilidade vivida por grande parte da população brasileira a principal causa do fenômeno do trabalho após a

aposentadoria. A miséria vivida pelos aposentados que ainda precisam trabalhar é, na verdade, reprodução da situação de precariedade vivida pelos trabalhadores ao longo de toda a vida, com a diferença de que ela se exacerba ainda mais na velhice.

De acordo com Peixoto (2004):

A degradação das suas condições de vida os obriga, então, a retornar ao trabalho: esta é a realidade cotidiana de mais de um terço das pessoas aposentadas. Isso explica por que, para um bom número de brasileiros, a aposentadoria não significa o fim de uma atividade profissional e o início do uso do tempo livre. Ao contrário, ela é uma forma de reconversão, pois, no Brasil, a aposentadoria não representa uma ruptura definitiva com a vida ativa, uma vez que o benefício recebido não é suficiente para sobreviver (p. 60).

O Estatuto do Idoso, por sua vez, garante, no art. 28, profissionalização especializada para os idosos, preparação dos trabalhadores para a aposentadoria e estímulo às empresas privadas para a admissão de idosos ao trabalho. Contudo, é no mínimo contraditório um estatuto que foi criado para defender os direitos dos idosos apontar medidas para a reintegração desses ao mercado de trabalho. Após uma vida toda de exploração, o Estado ainda quer que os trabalhadores continuem trabalhando, mesmo depois de velhos. O direito a uma velhice digna, livre da submissão ao trabalho alienado, é, dessa forma, tolhido em sua essência. A aposentadoria, como um direito social ligado ao trabalho, é substituída pelo trabalho do idoso. Não é à toa que tem se falado na necessidade de ampliar o tempo de trabalho e de adiar o tempo da aposentadoria (BRONTE, 1993).

Sabe-se que o neoliberalismo quer, a todo custo, destruir os direitos sociais. A “questão do idoso” passa a ser, portanto, uma oportunidade ímpar para que o Estado neoliberal se livre dos custos para com a previdência. A solução adotada pelo capital é, mais uma vez, a “mão invisível” do mercado. Agora, não mais o mercado da velhice (a terceira idade), nem o mercado político-institucional das organizações representativas (corporativista e clientelista), mas o antigo e tradicional mercado de trabalho. É esse o destino dos idosos das classes populares, que não podem dar lucro ao capital, por não serem consumidores dos produtos e serviços de uma terceira idade elitista. Muitos desses idosos nem sequer têm tempo para frequentar os programas, congressos e debates promovidos pelas organizações representativas da velhice, não lhes restando nem sequer o “consolo” de

poderem atuar como aposentados militantes. Infelizmente, o seu destino é mais cruel: têm de continuar se sujeitando à exploração do trabalho alienado.

Vejam o depoimento do Sr. Prato (58 anos, aposentado, e que continua trabalhando na mesma empresa e exercendo a mesma função):

Então, você ainda acredita que exista algum trabalhador que pode se aposentar e ficar sem trabalhar? Nenhum. A gente recebe um salário de miséria durante toda a vida, um salário com o qual não se pode adquirir coisas ao longo da vida. Depois, a gente se aposenta e passa a ganhar menos ainda, justamente no momento da vida em que a gente mais precisa. Eu tenho que pagar um plano de saúde, senão estou arriscado a ficar na fila do hospital público sem ser socorrido. Então, como posso comprar os remédios? Eu só posso parar de trabalhar se ganhar na loteria (apud PEIXOTO, 2004; p. 64).

De fato, é inaceitável que no momento da vida em que mais se precisa, a opressão do capitalismo se mostre ainda mais dura. Não é possível à grande maioria da população brasileira escapar da exploração do trabalho na velhice. E a precariedade dos serviços públicos de saúde faz com que os idosos se vejam obrigados a pagar planos privados. E, além disso, a inexistência no Brasil de uma política de saúde que contemple a necessidade de distribuição gratuita de medicamentos aos grupos que mais necessitam (idosos, doentes crônicos, etc.) – tal como fazem alguns países desenvolvidos, dentre os quais o Canadá<sup>110</sup>, a França e a Alemanha – piora ainda mais a situação desses idosos.

No Brasil também tem sido freqüente, como um resultado direto do Estatuto do Idoso, a contratação de idosos e aposentados por empresas, com a justificativa (falsa) de que estão criando “cotas” para idosos e valorizando sua experiência. Tais empresas, na verdade, aproveitam-se das vantagens garantidas pela legislação, evitando ter que pagar encargos trabalhistas – já que para os aposentados elas não precisam mais pagar INSS e nem FGTS – além de aproveitarem da gratuidade de transporte e a da preferência nas filas de bancos de que desfrutam os idosos, contratando-os como *office-old*. Conforme destaca Peixoto (2004):

---

<sup>110</sup> O Canadá possui políticas públicas de medicamentos, que integram suas políticas de saúde. Há, na Universidade de Montreal, um grupo de estudos denominado MEOS (O medicamento enquanto objeto social), que desenvolve pesquisas acerca da eficiência dessas políticas na contemplação equitativa dos diversos grupos sociais necessitados. Cf. [www.udm.ca/meos](http://www.udm.ca/meos).

Vários supermercados brasileiros empregam aposentados como caixas ou empacotadores e algumas empresas os contratam como office-old. É bem verdade que essas atividades são designadas pelas empresas como “ações sociais” para a reintegração dos aposentados à sociedade. Além disso, assistimos a um aumento considerável de velhos que trabalham como camelôs ou que recolhem jornais, latas e todos os objetos que podem ser reciclados, para revender (p. 68).

De fato, a mendicância e a informalidade têm sido opções de “trabalho” para muitos idosos. Uma reportagem no jornal *Correio Popular*, da região de Campinas/SP, publicada em 11/12/2005, mostra o crescente número de idosos e aposentados que precisam pedir esmolas ou trabalhar como vendedores em semáforos para sobreviver. Catadores de latas e de papel, vendedores de doces e de frutas, ou simplesmente pedintes, esses idosos denunciam pela sua própria condição o ponto em que chegou o desprezo pelos direitos, não só do idoso, mas da pessoa humana.

A matéria mostra, dentre outros, o caso da Sra. Maravilha Gimenez, de 80 anos, que é pensionista e vende balas e doces num semáforo do centro da cidade. Diz ela: “*Eu já estou velha. Não tenho que trabalhar assim. Nunca pensei que chegaria a esse ponto de vender coisas no semáforo*”. Quando questionada sobre seus sonhos, ela responde: “*Eu acho que um dia vou sair desse trabalho. Sei que não vou viver na vida boa, como sonhava, mas acho que um trabalhinho mais tranqüilo ao menos eu vou ter um dia*”.<sup>111</sup>

A Sra. Maravilha está certa: ela não teria mesmo que trabalhar assim. Contudo, o sistema capitalista impõe condições desumanas de vida, porque concentra a riqueza nas mãos de poucos, enquanto muitos não têm nem mesmo o seu direito à velhice respeitado. Isso ocorre porque a aposentadoria que é paga pelo governo brasileiro não é capaz de garantir as mínimas condições para uma vida digna, em que não seja necessário se humilhar para sobreviver. E, o que gera mais indignação, é saber que o problema principal não é a falta de verba, mas o mau uso do dinheiro público. Conforme mostra a pesquisa de Gentil (2005), o discurso de que a Previdência Social está em crise é falso e serve para ocultar a utilização das verbas previdenciárias para fins corporativistas e particulares, tais como financiamentos de campanhas políticas e de obras eleitoreiras.

---

<sup>111</sup> Ambas as citações foram tiradas do jornal *Correio Popular* (Campinas/SP), 11/12/2005, p. A7. Título da reportagem: “Idosos buscam esmolas no trânsito”.

O depoimento do Sr. Benedito (70 anos, aposentado) protesta contra a situação do sistema previdenciário: *“Temos que parar de eleger esses políticos corruptos. Até quando vamos agüentar esses políticos enriquecendo com nosso dinheiro e nós ganhando essa miséria?”*. Realmente, uma miséria que obriga muitos aposentados a continuarem vendendo a sua força-de-trabalho, competindo páreo-a-páreo com jovens sem experiência, que procuram o primeiro emprego. Qual seria, portanto, a solução para esse problema? O Sr. Trajano (62 anos, aposentado) para já ter uma opinião formada sobre isso: *“Existem seis milhões de aposentados trabalhando e seis milhões de jovens desempregados. Minha proposta é que o governo pague uma renda justa aos aposentados para eles irem pescar e não trabalhar”*. (obs.: os números citados pelo entrevistado não são corretos).

Na verdade, a conscientização acerca do problema não necessariamente deverá levar ao empate direto entre capital e trabalho, ou seja, no caso, entre aposentados e o Estado. A luta de classes, como vimos, perdeu grande parte da sua força com a reestruturação produtiva neoliberal. A classe trabalhadora não dispõe mais do mesmo poder de barganha que a teria levado à conquista de direitos sociais e trabalhistas. Além disso, a situação dos aposentados é ainda mais delicada, pois não podem contar com as mesmas estratégias de negociação dos trabalhadores da ativa, como as greves, por exemplo. As mobilizações de rua são, portanto, uma das formas de reivindicação mais utilizadas por esse grupo social.

É num contexto como esse que o enfoque de Guattari ganha espaço. As próprias mobilizações, neste caso, já teriam um potencial transformador, por levantar publicamente a questão. Além disso, os debates nos quais é colocado em xeque a ordem injusta do sistema capitalista também têm, para Guattari, uma importância “revolucionária”. Diz ele:

O questionamento do sistema capitalístico não é mais apenas do domínio das lutas políticas e sociais em grande escala, mas também de tudo aquilo que agrupei sob o nome de “revolução molecular”. É evidente que a revolução molecular não se restringe às minorias, mas a todos os movimentos de indivíduos, grupos, etc. que questionam o sistema em sua dimensão da produção de subjetividade (apud GUATTARI & ROLNIK, 1999; p. 139).

Assim, ao declararem que “eu já estou velha, não tenho que trabalhar assim”, que “eu só posso parar de trabalhar se ganhar na loteria”, que “até quando iremos agüentar esses políticos enriquecendo com o nosso dinheiro e nós ganhando essa miséria?”, ou, ainda, que

“minha proposta é que o governo pague uma renda justa aos aposentados para eles irem pescar e não trabalhar”, os idosos estão questionando as incongruências do sistema capitalista, no que se refere à má distribuição de renda e ao mau uso dos recursos públicos, que, no caso, afeta diretamente o nível da aposentadoria. É interessante observar como, numa dimensão micro, a contestação da ordem do capital se torna original, porque é legitimada pela espontaneidade subjetiva do senso comum. Tal como o velho Boa-Morte do romance de Zola, os aposentados aqui não estão presos a normas objetivas e institucionais que ditam como eles devem agir politicamente. Eles simplesmente agem.

Por isso, não podemos enquadrar essas críticas em nenhuma ideologia. Ela não é socialismo, anarquismo, comunismo ou qualquer outro tipo de “ismo”. E, também, não está “capturada” por nenhuma burocracia partidária, sindical ou institucional. Isso a liberta de aprisionamentos restritivos, que visam, no fundo, controlar as formas subjetivas de ação e manifestação. O próprio condicionamento à lógica institucional do Estado capitalista, que ocorre desde a infância, faz com que os indivíduos se tornem “prisioneiros” de modelos estruturais padronizados e socialmente construídos. O hábito do enquadramento ideológico e institucional dos comportamentos individuais – pelo qual a sociedade procura definir e classificar toda e qualquer manifestação que provenha da coletividade – é característico de uma cultura disciplinadora, que visa manter o corpo social sob controle (ou seja, manter a “ordem”), através de políticas de saber-poder. Nesta lógica, é necessário conhecer (saber) para que se possa estabelecer e perpetuar a dominação (poder), protegendo-a de todas as ameaças desconhecidas que porventura venham a surgir (FOUCAULT, 2000).

Conforme mostra a pesquisa de Witczak (2003), os aposentados raramente conseguem se desvincular de sua identidade profissional, recorrendo frequentemente ao antigo papel para se reafirmarem no novo estilo de vida da aposentadoria, caracterizado pelo tempo livre. Os aposentados entrevistados pelo pesquisador encontravam grandes dificuldades para assumir outra identidade, diferente da que possuíam na vida ativa. Mesmo ao se referirem a si próprios, utilizavam sempre o nome da profissão, seguida da palavra “aposentado”. Assim, definiam-se como: “bancário aposentado”, “metalúrgico aposentado”, “torneiro-mecânico aposentado”, “professor aposentado”, etc. Além disso, não sabiam vivenciar os momentos de lazer, e nem identificar-se com o papel temporário assumido neste momento, sem que resgatassem a sua identidade profissional.

É bastante provável que esse comportamento dos aposentados, analisado pela pesquisa de Witczak, possa explicar por que alguns indivíduos optam por continuar trabalhando após a aposentadoria, não propriamente por necessidade financeira, mas por “opção própria”. Conforme mostra Peixoto (2004):

Numerosos são os aposentados que não querem parar de trabalhar, ainda que não necessitam aumentar a renda familiar. (...) Assim, em certos casos, o retorno ou a permanência no trabalho após 60/65 anos, para os dois sexos, não está somente focalizado na manutenção do mesmo nível de vida que detinham antes da aposentadoria mas, também, no desejo de continuarem ativos por mais longo tempo possível. (...) Há também aqueles que procuram preencher o tempo livre da aposentadoria devido à dificuldade em suportar as longas jornadas e a ausência de um ritmo regulado pela rotina do trabalho. (...) Mas há também aqueles para os quais o trabalho tem a função importante de “ocupar a cabeça” (p. 72-73).

Como podemos ver, o condicionamento ao ritmo do trabalho alienado determina o aprisionamento dos indivíduos à sua identidade profissional. A disciplina imposta por uma ordem social centrada na rotina cotidiana, que é conhecida como “normalidade” – e da qual o trabalho alienado é a reprodução direta –, acaba gerando essa dependência psicossocial com relação ao trabalho. Ao se sujeitar a uma vida cotidiana regrada e controlada, primeiro pelas obrigações escolares e depois pelos deveres profissionais e “de cidadão” (pagamento de impostos, voto obrigatório, etc.), o indivíduo se transforma num “animal adestrado”, e tal qual esse, não é capaz de viver a liberdade e a autonomia de forma espontânea, natural e saudável. Em síntese, ele simplesmente não aprendeu a ser livre.

A sujeição ao trabalho é, contudo, derivada do controle disciplinar do poder de Estado. Por isso, a idéia de que o trabalho constitui a base da essência humana é falsa e resulta do condicionamento do homem à ordem do capital. A “normalidade” social torna, assim, o trabalho inseparável do aparato político. Conforme explica Foucault (1995):

O trabalho não é absolutamente a essência concreta do homem, ou a existência do homem em sua forma concreta. Para que os homens sejam ligados ao trabalho, é preciso uma operação, ou uma série de operações complexas, pelas quais os homens se encontram efetivamente, não de maneira analítica, mas sintética, ligados ao aparelho de produção para o qual trabalham. É preciso a operação ou síntese operada por um poder político para que a essência do homem possa aparecer como sendo a do trabalho (p. 269).

A visão foucaultiana do trabalho nos permite compreender o fenômeno do trabalho após a aposentadoria sob uma perspectiva ampla. Em ambos os casos – como necessidade financeira ou como necessidade psíquica – o trabalho alienado ao qual se sujeitam os aposentados pode ser visto como a reprodução mais facilmente visível do controle disciplinar existente em nossa sociedade. A culpa que os indivíduos sentem ao vivenciar o ócio, a incapacidade de viverem de forma livre e autônoma, sem regras rígidas e sem rotina, e a impossibilidade de muitos idosos de sobreviverem somente com a aposentadoria mostram como a sociedade capitalista, por meio do aparato político do Estado, empreende sobre os indivíduos micropoderes capazes de aprisioná-los numa “normalidade” ilusória.

Se tivéssemos plena consciência de que os deveres profissionais, legais e políticos que cumprimos com tanta seriedade e preocupação são, na verdade, para preservar e reproduzir uma ordem social que só existe para manter a desigualdade e proteger os privilégios das elites políticas e econômicas, talvez não levássemos tais deveres tão a sério quanto hoje levamos. E, quem sabe, pudéssemos subverter tal ordem de “normalidade” com o ócio despreocupado, o livre pensar, a auto-reflexão existencial, o debate crítico e a subjetividade criadora? Isso sim, seria “revolucionário”.

“Os aposentados não querem trabalhar, eles querem pescar”, disse o Sr. Trajano. E ele está certo. A liberdade é – ou melhor, deveria ser – um direito de todos. Contudo, até o fato de participar como militante do “movimento social do idoso”, como ele pôde fazer, acaba sendo um privilégio de poucos. Para a Sra. Ana Maria (63 anos, aposentada), que estava participando do Encontro Nacional de Idosos do SESC, ocorrido em outubro de 2005:

Todos deveriam participar [desses debates]. A maioria não vem porque não pode, por motivos financeiros ou falta de saúde. O aposentado que trabalha continua escravo do mesmo jeito, ele não tem tempo de participar e eventos, atividades esportivas, etc. Mas eu também continuo escrava do trabalho do mesmo jeito, presa ao trabalho de dona-de-casa.



O Sr. Ênio (69 anos, aposentado) também destaca a dificuldade dos aposentados que trabalham de participarem dos debates e mobilizações sobre a questão da aposentadoria:

Tem aposentados que têm ainda filhos menores em escola, têm ganho insuficiente pra ele sobreviver, quanto mais a família toda. Você pensa que trabalhador aposentado que trabalha vai de gosto? É contra a vontade, mas ele tem a responsabilidade familiar. É por isso que ele se sujeita, se humilha e com menos salário do que antes. Você pode duvidar que tira o trabalho de outros, mas obviamente que tira. Mas ele vai morrer de fome? Ele está indo não pra se enriquecer, mas pra manter seu padrão de vida. E ele não tem tempo de saber do trabalho do aposentado, e nós não temos imprensa aqui [na COBAP], não temos meio de comunicação, então ele fica à mercê de Deus, esperando ao Deus dará! Se o governo dá um dinheiro pra ele tudo bem, se não dá, tudo bem também. Por isso, ele depende muito do nosso trabalho, da nossa ação política.

Essa é a triste realidade dos idosos que, por estarem ainda presos ao trabalho alienado – inclusive o trabalho doméstico que explora a mulher –, não têm condições de participar dos eventos que integram o movimento social do idoso, protagonizado pelas organizações representativas da velhice. Por isso, a sua “ação política” não pode ocorrer nos moldes que são exigidos por essas organizações. Mas não é isso que os torna despolitizados, desmobilizados ou acomodados, estereótipos com os quais são frequentemente pré-julgados pelos próprios integrantes das organizações representativas e pelos elaboradores das políticas públicas da velhice, conforme mostra a pesquisa de Santos (1998). Porém, na perspectiva da micropolítica, fundada em Nietzsche, Foucault e Guattari, a própria crítica individual ao sistema capitalista – ao seu modelo político, à desigualdade social ou à exploração do trabalho –, representa uma “revolução molecular”, na medida em que tais contestações, enquanto “linhas de fuga”, são capazes de emitir “energia transformadora”, na medida em que criam e estimulam atitudes de reflexão.

Assim, é pelo sofrimento diante das injustiças do capitalismo, que nasce o impulso para a reflexão crítica e para a criação de vias alternativas de contestação à ordem. Como observa o filósofo Rubem Alves, o surgimento da pérola depende do sofrimento da ostra. A ostra só cria a pérola quando sofre. Aposentados militantes como os que aqui citamos, aposentados que trabalham, o velho Boa-Morte do romance de Zola, meu avô Álvaro, que mesmo depois de aposentado teve que continuar trabalhando até às vésperas de sua morte. São, todos eles, ostras que criaram pérolas.

#### 5.4. Velhice, educação e liberdade<sup>112</sup>

É glória bastante fria a daquele que estudou; formou-se em filosofia e nunca filosofou... (Patativa do Assaré)

##### *O capitalismo industrial e a funcionalidade da educação*

Falar de escola e de educação implica tratar fundamentalmente do conceito de formação. Em termos gerais, é a escola que “forma” os indivíduos para que estes venham a ocupar um determinado papel na sociedade. De uma forma geral, nas sociedades capitalistas da atualidade, cada uma das diversas “fases” ou períodos da trajetória escolar está associada a uma fase específica da vida humana. Desconsiderando casos excepcionais, pode-se dizer que a pré-escola marca a primeira infância, o ensino fundamental marca a segunda infância (da primeira à quarta série) e a pré-adolescência (da quinta à oitava série), enquanto que o ensino médio (antigo segundo grau) está associado à adolescência e o ingresso na universidade representa o início da vida adulta.

Observa-se, portanto, que as diversas fases em que a vida humana é periodizada têm como referência, ou como uma espécie de rito de passagem, os períodos escolares da formação educacional. Passar da infância para a pré-adolescência, da pré-adolescência para a adolescência e da adolescência para a vida adulta implica concluir os diversos ciclos escolares, da pré-escola ao ensino superior. Em outras palavras, implica em “se formar”, uma vez que a formatura representa o “ritual” que marca a conclusão de determinado período da trajetória educacional (ARIÈS, 1981).

Conforme mostra Phillipe Ariès (1981), a infância como fase separada da vida adulta não existia na Idade Média, passando a ser social e historicamente construída com o advento da modernidade e com a Revolução Industrial. Da mesma forma, a escola como a conhecemos hoje surgiria praticamente no mesmo contexto histórico em que se deu a delimitação da infância como fase particular da vida humana. Era comum o trabalho infantil nas primeiras fases da Revolução Industrial. Com a Revolução Francesa, a

---

<sup>112</sup> Texto de referência para a elaboração desse item: Peres (2006): *A andragogia no limiar da relação entre velhice, trabalho e educação*.

declaração dos direitos do homem, e, posteriormente, com a emergência do movimento socialista, o trabalho da criança passou a ser gradualmente combatido e proibido, tornando-se ilegal. Contudo, a sua proibição se daria simultaneamente ao surgimento da escola como um *locus* apropriado para a permanência da criança e para a sua socialização. Como se pode notar, a idéia de escola passa a estar diretamente associada à de infância. O próprio termo “pedagogia”, que significa a teoria ou a ciência da educação e do ensino, tem sua origem voltada para a educação de crianças. Na etimologia da palavra, que tem origem grega, “paidós” quer dizer criança.

Mas se por um lado a noção de escola está simbolicamente associada à de infância e de adolescência, ou melhor, diz respeito àquele ou àquela que ainda não se iniciou na vida adulta, a noção de trabalho, por outro, tem relação direta com a maturidade. Na trajetória escolar, a conclusão do ensino médio marca o início da fase adulta, seja pelo ingresso na universidade ou diretamente no mercado de trabalho.

Vemos aí um dos mais evidentes antagonismos presentes na interface entre trabalho e educação, criado pela moderna sociedade capitalista: é o adulto que trabalha e a criança que estuda. Contudo, é no conceito de “formação” que podemos estabelecer um elo entre esses dois termos. A formação escolar, considerando toda a sua trajetória, visa formar o indivíduo para que este assuma um papel social. Dito de outra forma, para que ele adquira uma identidade social. E, na atual sociedade capitalista, tal identidade é construída fundamentalmente por meio do trabalho e da identidade profissional (DUBAR, 1995).

Na verdade, a própria trajetória educacional dada pelas fases escolares, que tem como “final da cadeia” o ingresso no ensino superior – onde o indivíduo faz, enfim, a opção por uma carreira profissional –, evidencia uma relação clara entre trabalho e educação, dada pela lógica da formação educacional/profissional. Seja no nível técnico do ensino médio, ou no ensino superior, a trajetória educacional dos indivíduos se encerra com a escolha de uma determinada profissão. Ao “completar” os estudos de nível superior ou técnico, o ex-aluno estará “apto ao trabalho”.

Assim, nas sociedades capitalistas, coloca-se o trabalho, ou seja, a vida profissional, como a referência-chave da vida social. Em síntese, estuda-se, “forma-se”, para trabalhar, para ter uma profissão, e, com isso, assumir um papel social específico. Daí a conhecida teoria do capital humano, surgida na década de 1960 nos EUA. Através dessa teoria, a

educação e – principalmente – a formação profissional passam a ser vistas como produtoras de capacidade de trabalho, potencializadoras do fator trabalho (MORAES, 1999).

Essa visão economicista e funcionalista da educação como formadora de recursos humanos para o trabalho produtivo torna evidente o porquê de o sistema educacional ter sido estruturado tendo como “final da cadeia” a formação para o trabalho. A escola, na sociedade capitalista, de acordo com a chamada teoria da reprodução, passa a ser vista, portanto, como um aparelho ideológico a serviço do Estado burguês, reproduzindo a sua lógica instrumental que visa atender aos interesses da classe economicamente dominante. Assim, foi a necessidade de mão-de-obra qualificada inerente ao espetacular desenvolvimento da sociedade capitalista industrial que determinaria a estrutura organizacional do atual sistema educacional. Nesse âmbito, coloca-se a formação para o trabalho como objetivo central, ao mesmo tempo em que se desenha uma “produção em série” de mão-de-obra intelectualmente melhor preparada do que nos primórdios da industrialização. E isso seria obtido por meio do desenvolvimento de uma escola capitalista estruturada pela lógica disciplinar e fundada em currículos e conteúdos estanques e rígidos, que pouco privilegiam a criatividade dos alunos (FRIGOTTO, 1984).

#### *A velhice e os sistemas produtivo e educativo na sociedade capitalista*

Mas se a idéia de educação (pedagógica) está associada à figura da criança e a de trabalho ou formação profissional (técnica e/ou universitária) vincula-se à imagem do adulto ou do jovem com certo grau de maturidade, onde entram, portanto, os idosos nesse processo? Qual o lugar da velhice na relação entre educação, trabalho e formação profissional?

Na verdade, soa até estranho pensar nessa relação. Isso porque a sociedade capitalista estruturou um sistema educacional e produtivo coerente aos seus interesses e relegou os idosos ao esquecimento. A criança deve ser educada para que, quando adulto, venha a ser um trabalhador adequado às necessidades do capital. O jovem e o adulto devem ser formados e profissionalizados para assumir uma função específica dentro da esfera produtiva e garantir assim a eficiência do sistema econômico em constante desenvolvimento e mudança. E o velho? Onde entra? A verdade é dura e cruel: não há lugar

para o velho na sociedade capitalista, conforme lembram Simone de Beauvoir (1990) e Ecléa Bosi (1994).

Na perspectiva do capital, o velho representa o trabalhador que já se tornou improdutivo e obsoleto, e que deve dar lugar às novas gerações de trabalhadores, dotadas de conhecimentos atualizados e de uma maior disposição para o trabalho. Como já dizia Karl Marx (1983), o capital não se preocupa com o tempo de duração da força de trabalho, uma vez que seu exército industrial de reserva é e sempre será numericamente abundante. Assim, o velho deve ser expulso, *retirado* do mercado de trabalho. A aposentadoria, de certa forma, assume o significado de retirada ou saída. Isso se torna claro pelas suas designações em outros idiomas, como o inglês (*retired*) e o francês (*retrait*).

A velhice, então, é claramente excluída do projeto burguês de educação, uma vez que a burguesia industrial nunca possuiu um projeto para os trabalhadores que envelheciam, a não ser criar estratégias para os excluir da esfera produtiva – tal como a garantia do direito de aposentadoria –, para que se viabilizasse a constante renovação da força de trabalho, com a contratação de trabalhadores recentemente “educados” ou “formados”.

Quando nos questionamos o porquê da educação formal se restringir apenas às fases iniciais da vida humana, não há como negar o seu caráter funcional frente ao sistema produtivo. Apesar da resistência dos pedagogos em aceitar essa realidade, é inegável que o sistema educativo é não só pré-determinado como também subjugado pelo sistema produtivo na sociedade capitalista. Na verdade, a exclusão da velhice da esfera produtiva justifica a sua exclusão, também, do sistema educativo, centrado nas práticas pedagógicas de educação infantil e juvenil. E isso é prova concreta da funcionalidade da educação formal vigente. Senão, vejamos. Por quê educar só a criança e o jovem? Por quê formar/profissionalizar somente o jovem e/ou o adulto?

É comum entre os pedagogos defender que a educação tem o propósito de preparar para o exercício da cidadania, de formar cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. Contudo, sabe-se que a moderna sociedade industrial passou a demandar uma mão-de-obra altamente qualificada e, ao mesmo tempo, disciplinada para o processo de trabalho. Era necessário formar não só profissionais capacitados a desempenhar funções de elevada complexidade, mas também trabalhadores e cidadãos disciplinados, que respeitassem a

ordem estabelecida e cumprissem seus papéis na sociedade. Ora, todos que conhecem a crítica marxista (principalmente as de Lênin e Trotsky) sabem qual a sua visão acerca da idéia de cidadania. Esta é vista, acima de tudo, como uma estratégia da burguesia para permitir uma participação ou ação política dentro dos limites estreitos determinados pelo sistema capitalista e que, principalmente, não venha a comprometer o seu caráter estrutural de dominação. O Estado capitalista permite e até incentiva a prática da cidadania porque ela não representa uma ameaça às suas estruturas de poder, uma vez que sua esfera de ação está *dentro* do sistema e, portanto, sob o controle deste (DIAS, 1999).

Assim, o discurso de “educação para a cidadania” proferido – com orgulho – pelos pedagogos também é coerente à lógica funcionalista da educação formal, subjugada à esfera produtiva. Na verdade, educar para a cidadania é disciplinar. Assim como se disciplina o trabalhador para bem desempenhar sua função, também se disciplina o cidadão para que este não represente uma ameaça concreta à ordem capitalista. Em síntese, tanto a “educação para a cidadania” quanto a “educação para o trabalho” representam instrumentos do Estado capitalista para a formação de “corpos dóceis” ao sistema, no sentido dado por Michel Foucault (1997), ou seja, formar seres humanos disciplinados e facilmente controláveis, simples de conduzir pelos mecanismos de poder.

Dessa forma, a ausência de um projeto educativo para a velhice na sociedade capitalista fundamenta-se tanto na ausência de interesse do sistema produtivo para com os trabalhadores que envelhecem, quanto na pressuposição de que tais trabalhadores já foram devidamente disciplinados ao longo da sua vida produtiva e que, por isso, não representam mais uma ameaça à ordem vigente. São tidos, na realidade, como um peso morto dentro do sistema, e que deve ser mantido em sobrevida por uma renda miserável de aposentadoria, a qual se torna cada vez mais comprimida em todo o mundo em virtude do chamado déficit previdenciário.

E se essa exclusão sofrida pelos idosos ocorre desde os primórdios da industrialização, uma vez que muitos se tornavam fisicamente incapacitados para o trabalho industrial, tal realidade se tornou ainda mais cruel no contexto recente da reestruturação produtiva, que acompanha a emergência das novas tecnologias de automação industrial. É aí que a obsolescência de conhecimentos que acomete os trabalhadores idosos – dada

principalmente pelo seu distanciamento temporal do sistema educativo – passa a ser determinante no aumento da sua desvalorização profissional e, conseqüentemente, social.

### *Trabalho, andragogia e educação popular*

Quando falamos de requalificação, reciclagem profissional ou atualização de conhecimentos como práticas destinadas a aumentar o nível de empregabilidade dos trabalhadores, estamos tratando do que se chama educação andragógica, compreendida, entretanto, sob um viés funcionalista, tal qual ocorre com a tradicional educação formal pedagógica. Observa-se como o discurso da empregabilidade atribui ao próprio trabalhador a “culpa” ou responsabilidade pelo seu desemprego, pela sua exclusão do mercado de trabalho. Nessa lógica, o trabalhador mais velho é excluído por não se atualizar, por não se fazer “empregável” para o sistema produtivo. Tudo se passa como se o sistema capitalista não pré-determinasse a condição de exclusão de algumas categorias de trabalhadores como necessária, com o fim de engrossar o exército de reserva de mão-de-obra, um instrumento fundamental para o achatamento dos salários e retirada ou redução dos direitos trabalhistas.

Na verdade, a educação andragógica utilizada nos centros de capacitação profissional, nas empresas ou em qualquer âmbito em que se pratique a formação para o trabalho não se diferencia em nada da educação pedagógica, de viés funcionalista, quanto aos propósitos de adestramento e adequação da mão-de-obra ao processo produtivo capitalista. Por significar um tipo de educação voltada para os adultos e pessoas mais velhas – uma vez que “andros” em grego é homem adulto –, a andragogia diferencia-se da pedagogia por possuir uma metodologia específica e direcionada às faixas etárias mais elevadas. Dentre outras, a diferença essencial entre a educação pedagógica e a andragógica é que essa última leva em conta o conhecimento tácito e a experiência acumulada pelos adultos mais velhos e idosos ao longo da vida. Por estar tradicionalmente vinculada à qualificação para o trabalho, a andragogia tem considerado a experiência (ou prática) profissional como elemento fundamental dos seus métodos educativos/formativos (ARROYO, 1996).

No início do ano de 2007 estive em Montreal, no Canadá, para desenvolver um estágio junto ao grupo de pesquisa MEOS (Medicamento enquanto objeto social), ligado à Pós-graduação em Ciências Sociais e Saúde da Universidade de Montreal. Nesta visita

pude constatar a existência de políticas de educação para a saúde (andragógica e não-formal), destinadas aos idosos e à população em geral, e promovidas pelas secretarias de saúde das províncias canadenses. Tais políticas têm a função de conscientizar a população acerca da prevenção e tratamento de doenças, efeitos do envelhecimento, uso e aquisição (gratuita) de medicamentos, etc. Além disso, achei interessante também o fato de a Faculdade de Educação da Universidade de Montreal contar com um “Departamento de Andragogia”. Isso mostra como, em certos países desenvolvidos, a questão da educação já é analisada sob uma perspectiva ampla, não se restringindo à educação pedagógica, que visa essencialmente formar mão-de-obra para o sistema capitalista. Por isso, considero inaceitável o fato de centros de excelência em pesquisa educacional no Brasil, como a Faculdade de Educação da USP, em São Paulo, não contarem ainda com grupos de pesquisa sobre andragogia e educação na velhice, a chamada “educação gerontológica”.

É fundamental, contudo, ter consciência que será necessário *rompermos* com a lógica funcionalista inerente à educação pedagógica para o trabalho se quisermos que a prática educativa seja compreendida como um veículo de resistência frente à dominação capitalista. E isso se aplica à educação destinada a qualquer faixa de idade – tanto “pedagógica” quanto “andragógica”. Nota-se que essa realidade é possível, atualmente, nos âmbitos da chamada educação não-formal ou popular. Conforme destaca Gohn (2001), é possível construir uma nova cultura política (contra-hegemônica no sentido gramsciano do termo) em espaços de educação não-formal, tais como movimentos sociais, sindicatos, associações, partidos políticos, etc. Movimentos de grande popularidade no Brasil, como o MST, sindicatos e alguns partidos de extrema-esquerda, como o PSTU e o PSOL, têm praticado um tipo de educação anti-sistema, que discute a necessidade de ruptura do atual *status quo* capitalista.

Na verdade, não é somente nessa dimensão macro (partidária, associativa, etc.) que temos observado manifestações de resistência à ordem capitalista. Também entre os idosos que freqüentam fóruns de discussão sobre as políticas e leis da velhice, por exemplo, promovidos pelo SESC, pelas entidades de gerontologia/geriatria e pelas associações de aposentados, podemos observar um tipo de educação andragógica com um grau bastante significativo de resistência e contestação (SANTOS, 1998).



E isso ocorre não somente em virtude das temáticas propostas pelos organizadores – que são, geralmente, de forte conotação política –, mas também, e sobretudo, nas críticas feitas pelos idosos à ordem vigente e às leis e políticas elaboradas pelo Estado capitalista, bem como a sua discordância para com os organizadores ou representantes das instituições, que pôde ser verificada nas entrevistas que realizamos. É por isso que essas contestações podem ser consideradas, em sua essência, como manifestações de resistência em nível micropolítico, no sentido dado por Foucault (2000), porque representam “linhas de fuga” às alternativas oferecidas pela ordem capitalista, ou seja, que não se enquadram em nenhum modelo “capturado” pela lógica do sistema (DELEUZE & GUATTARI, 1996).

Aqui é que podemos notar a ocorrência de um tipo de educação andragógica e popular, em seu sentido emancipador e não-funcionalista, ou seja, como uma prática educativa caracterizada pela troca dialética de conhecimentos entre “educadores” e “educandos” e pelo debate construtivo e crítico acerca da organização social e política vigente no capitalismo, compreendido como um sistema que tende a preservar a desigualdade. E, além disso, uma prática educativa que se encontra, essencialmente, *fora* dos mecanismos de controle disciplinar utilizados pelo Estado capitalista para consolidar e preservar sua dominação (DELEUZE & GUATTARI, 1996).

#### *O Estatuto do Idoso, a educação e o analfabetismo entre os idosos*

Reza a Constituição de 1988 que todos os cidadãos têm direito à educação pública e gratuita, independente de idade, sexo, cor, nacionalidade ou qualquer outra diferença. Contudo, sabemos que a realidade é bem diferente. No que se refere aos idosos, o Censo de 2000 do IBGE mostra que 34,6% dos quem têm mais de 60 anos são analfabetos. A precariedade do sistema educacional público, que era maior na época em que esses idosos estavam em “idade escolar”, sem dúvida dificultou o seu acesso à educação. O analfabetismo é um problema social bastante grave, que impede qualquer acesso à vida cultural e a um conjunto de informações necessárias ao exercício da cidadania.

O Estatuto do Idoso, de forma surpreendente, não trata do problema do analfabetismo em nenhum dos itens referentes à educação, que integra o Capítulo V (artigos de 20 a 25). Ao contrário, ignora-o totalmente. Vejamos o que diz, por exemplo, o

Art. 20: “*O idoso tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade*”.

Aqui, conforme se observa, há uma junção, que é vista também no próprio título do Capítulo V, entre educação, lazer, cultura e esporte, com se fossem, todos, um único direito. Essa dissolução do direito à educação em meio a outros direitos parece ter a finalidade de ocultar a reduzida efetividade no que se refere às conquistas no âmbito educacional, obtidas pelo Estatuto. Longe de pretender menosprezar os outros direitos em questão (ao esporte, à cultura e ao lazer), acredito não haver discordância quanto ao caráter fundamental que reside na educação como veículo de cidadania. Sem acesso a programas de alfabetização ou educação fundamental, por exemplo, pouco se poderá usufruir a cultura, o lazer e mesmo o esporte, uma vez que a educação nesses níveis – iniciais e básicos – é indispensável para a compreensão mínima o universo cultural que nos cerca.

Na verdade, tanto o esporte, quanto o lazer são partes integrantes do que se pode definir como cultura. A educação, compreendida em sentido amplo, nada mais é do que a internalização dessa cultura, processo esse chamado de endoculturação. Saber fazer uso do instrumento fundamental de comunicação: a linguagem falada e escrita, por meio do qual a cultura é transmitida, é fundamental para que se efetive satisfatoriamente essa internalização. Há, portanto, uma visão distorcida do que seja educação, da forma com é passada no Estatuto do Idoso.

Também o Art. 21 é bastante ilustrativo:

O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

§ 1º – Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

§ 2º – Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais.

Nota-se que o artigo, em seu enunciado, parece, à primeira vista, ter alguma relação com o problema do analfabetismo entre os idosos, uma vez que se refere à garantia de acesso desses aos programas educacionais. No entanto, quando consideramos os parágrafos um e dois, percebemos que a intenção desse artigo passa longe da busca de soluções para o

problema social mais urgente, no que se refere à relação entre velhice e educação, que é o do analfabetismo.

A adaptação dos idosos ao mundo moderno, às tecnologias da informação e o seu papel na transmissão cultural às novas gerações, têm, sem dúvida, importância. No entanto, no único artigo do Estatuto que trata, efetivamente, do acesso dos idosos aos programas educacionais, dever-se-ia, ao menos, fazer menção à necessidade de erradicar o analfabetismo entre os integrantes desse grupo etário. Mesmo porque, o analfabetismo elimina qualquer possibilidade de integração a tecnologias de maior complexidade, como são as informacionais, bem como dificulta a transmissão de informações históricas às novas gerações, como quer o artigo.

No Art. 22, por sua vez, coloca-se a necessidade de adequar os currículos escolares, com a inclusão de conteúdos referentes à velhice e ao envelhecimento, no intuito de reduzir o preconceito e a discriminação que acomete os idosos. Contudo, não é levado em conta que a própria lógica do sistema educacional formal existente na sociedade capitalista é, por si só, excludente, uma vez que se concentra, efetivamente, na formação de crianças e jovens para o mercado de trabalho, relegando os idosos e adultos mais velhos ao esquecimento, por não serem, na maioria das vezes, mais interessantes ao processo produtivo. Daí vem a pergunta que não cala: por quê educar a criança e o jovem e não educar o idoso?

Quanto ao Art. 23, refere-se ao desconto de 50% dado aos com mais de 60 anos em eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer. Na verdade, essa medida tem caráter paliativo, uma vez que se fosse garantida uma renda justa de aposentadoria, não haveria a necessidade de “esmolas culturais”. Vejamos o depoimento de uma aposentada idosa acerca dessa questão:

Sou aposentada e me mantenho exclusivamente com a merreca que recebo do INSS. (...) Se o idoso tivesse um benefício de acordo com o valor contribuído para a sua aposentadoria, não precisaria passar pelo constrangimento de esmolar uma sessão de cinema.<sup>113</sup>

O Art. 24, por sua vez, diz respeito aos meios de comunicação: “*Os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados aos idosos, com finalidade*

---

<sup>113</sup> Jornal *Correio Popular*, 30/03/2004. Correio do leitor. Primeiro caderno, p. A2.

*informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento”.*

É necessário considerarmos o papel da mídia, principalmente da televisiva, como veículo de educação não-formal. Na verdade, não seria exagero dizer que os programas televisivos constituem hoje o principal instrumento educativo da grande massa. De fato, representa uma importante iniciativa veicular conteúdos informativos referentes à velhice e ao envelhecimento, desde que fundados em bases científicas, principalmente sociológicas e antropológicas, no intuito de minimizar os preconceitos que afetam esse grupo social. Por outro lado, se forem veiculados conteúdos inadequados, isso só fará aumentar o preconceito e a discriminação contra o idoso.

Além disso, e aí entramos na nossa principal crítica, como os próprios idosos teriam acesso a essas informações, de extrema importância para eles, principalmente às da imprensa escrita – jornais, revistas, etc. –, considerando que parte significativa desse grupo etário padece com o analfabetismo?

Por fim, o Art. 25 merece atenção especial, por suscitar polêmica:

O Poder Público apoiará e a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerando a natural redução da capacidade visual.

A criação de universidades para idosos, as chamadas universidades da terceira idade (UNATI) é bastante contraditória, haja vista a alta taxa de analfabetismo existente entre os maiores de 60 anos no Brasil (de quase 35%). Daí se pode concluir que as UNATI são, portanto, uma proposta elitista, e que as leis referentes à educação contidas no Estatuto do Idoso têm caráter paliativo. A mesma crítica se aplica ao incentivo do Estado à publicação de livros e periódicos sobre o tema da velhice. Qual seria a validade dessas publicações para quem nem, ao menos, consegue ler?

Notamos, assim, que as leis referentes à educação contidas no Estatuto do Idoso representam, essencialmente, medidas paliativas, uma vez que não tratam, em nenhum momento, do problema mais urgente que envolve a educação na velhice: o analfabetismo de grande parte dos idosos. As leis apresentadas no Estatuto possuem caráter superficial, não significando nenhuma conquista efetiva para a grande maioria da população. As

conquistas, se é que podem ser consideradas, restringem-se a uma minoria de privilegiados, que podem desfrutar de programas e atividades culturais, e ter acesso a cursos de informática e a universidades da terceira idade. Enquanto isso, inúmeros idosos têm que continuar trabalhando para suprir as necessidades básicas, uma vez que a aposentadoria que recebem não lhes garante uma vida digna. Esses, não têm tempo disponível para desfrutar das “conquistas” promovidas pelo Estatuto do Idoso na esfera da educação.

Conforme se pôde observar, ainda há muito para se lutar. O Estado capitalista sempre fará o possível para ocultar a sua lógica de exclusão e de opressão das classes e categorias sociais de menor poder econômico. Até mesmo, criar um Estatuto do Idoso e “vendê-lo” como uma (aparente) conquista efetiva da sociedade, de extrema importância para a “inclusão” dos idosos nesse sistema econômico perverso e para a garantia da sua autonomia, como se isso fosse possível dentro da lógica excludente do capital. No entanto, a realidade em sua essência é bem diferente e, parafraseando Marx, faz o que é sólido desmanchar no ar.

#### *A velhice na escola: as universidades da terceira idade*

As UNATI, trazidas da França ao Brasil pelo SESC na década de 1970, representam uma proposta de educação na velhice, de caráter andragógico, que tem se multiplicado rapidamente. Atualmente, diversas instituições de ensino superior brasileiras – faculdades, universidades e centros universitários – já possuem cursos voltados ao público idoso, que contam com disciplinas variadas, abrangendo as três áreas do conhecimento: exatas, humanas e biológicas.

Inspiradas na experiência francesa, as UNATI misturam educação formal e não-formal, e são direcionadas principalmente a aposentados das classes média e alta, em sua maioria mulheres. Não têm como objetivo formar para o mercado de trabalho, o que as diferencia da educação formal tradicional e profissionalizante, mas, por outro lado, estão carregadas – e são, em grande medida, as disseminadoras – dos valores relativos à idéia de terceira idade: envelhecimento ativo, negação da velhice, busca do rejuvenescimento, etc. (CACHIONI, 1999). Dessa forma, pode-se dizer que as UNATI são coerentes à lógica de mercantilização da velhice inerente ao termo “terceira idade” (DEBERT, 1997).

Na verdade, como já vimos, a criação das UNATI no Brasil carrega um grande paradoxo quando consideramos o alto índice de analfabetismo entre os idosos no país. Tal fato reforça o caráter elitista das UNATI, bem como o sentido mercadológico presente na idéia de “terceira idade”. Com isso, cabe a seguinte pergunta: qual a validade de se investir na criação de “universidades para idosos” num país que necessita urgentemente de políticas de educação fundamental para todas as faixas etárias?

Assim, se é importante o pensamento crítico e a conscientização, é imprescindível ter as condições mínimas necessárias de acesso à cultura. Jamais o ensino fundamental em geral e a alfabetização em particular – como integrantes da educação formal e, portanto, direito social e dever do Estado –, podem ser deixados em segundo plano, em prol de projetos elitistas e funcionalistas de educação, como as UNATI, o ensino profissionalizante e o ensino superior.

Tais paradoxos lançam dúvidas sobre o verdadeiro sentido da educação. O que é e a quem interessa a educação? Quais os objetivos inerentes à prática educativa e pedagógica? Por quê a educação formal está concentrada somente nas fases iniciais da vida humana? A ausência de um projeto de educação permanente e universal, que abranja todas as faixas etárias e não se encerre com a obtenção de um diploma, de uma profissão e com a entrada no mercado de trabalho, mostra a funcionalidade da educação que temos atualmente, a qual, na definição de Ramos (2002), é resultado de um projeto burguês de educação. Assim, ao se incluir os idosos e adultos mais velhos na agenda educacional, coloca-se em xeque, acima de tudo, o caráter restrito e funcional da educação pedagógica.

A visão economicista e funcionalista da educação, compreendida como um instrumento para a formação de capital humano (ou de fator trabalho), corresponde aos interesses do sistema capitalista de produção. Na verdade, a educação enquanto instituição, em seus formatos atuais, surge no século XVIII, simultaneamente ao Estado burguês e como uma das herdeiras do movimento positivista. Não deve surpreender, portanto, a sua funcionalidade com relação ao sistema.

A não-contemplação da velhice pelo projeto burguês de educação é decorrente do desinteresse que o próprio sistema capitalista sempre demonstrou pelos trabalhadores idosos desde os primórdios da industrialização. É por isso que a educação formal concentra-se nas fases iniciais da vida e se encerra com a profissionalização e a entrada no

mercado de trabalho. Assim, incluir a velhice na agenda educacional implica questionar para que e a quem serve o atual modelo educativo.

Nesse sentido, deve-se considerar a educação não-formal como um espaço de construção de uma nova cultura política e de um novo modelo educacional, mais abrangente e universal. Ocorrida em certos movimentos sociais, em partidos de esquerda, em associações e fóruns de debate relacionados à velhice e aos seus aspectos sociais e políticos, a educação não-formal tem representado um veículo de conscientização e resistência para muitos idosos e adultos mais velhos. São exemplos, portanto, de uma educação andragógica, de fundo dialético, em que educadores e educandos debatem em pé de igualdade. Por outro lado, as universidades abertas à terceira idade, surgidas enquanto propostas de educação na velhice, carregam um viés elitista e mercadológico, sendo, portanto, coerentes com a lógica capitalista neoliberal, de privatização dos direitos sociais.

Assim, para que seja possível superar o caráter funcionalista da educação, tornando-a menos restrita e mais universal, faz-se necessário a promoção de uma educação que vise, acima de tudo, a conscientização política e a resistência à dominação empreendida pelo sistema capitalista, propondo a sua superação. É esse modelo educacional que sempre defendeu Paulo Freire (2000 e 2003), para quem a educação deve *libertar* os indivíduos e *não oprimi-los*. Vale lembrar aqui uma frase do poeta popular cearense Patativa do Assaré: “É glória bastante fria a daquele que estudou; formou-se em filosofia e nunca filosofou”. De fato, a educação que temos não nos ensina a pensar e a viver com liberdade.

### **Considerações finais**

Neste quinto e último capítulo procuramos analisar a questão da autonomia num contexto em que a burocratização das instituições e o controle disciplinar coercitivo imperam. A sociedade capitalista, sustentada na lógica burocrática, foi capaz de conciliar formas de poder macroestrutural (Estado e demais instituições coercitivas), com “micropoderes invisíveis”, que atuam nos diversos comportamentos individuais, de modo consciente ou inconsciente, num processo que Félix Guattari chama de “produção de subjetividade” a nível mundial. Em outras palavras, a subjetividade produzida pelo capitalismo é o que se conhece como “modo de ser capitalístico”. Assim, na dimensão

micropolítica (ou molecular), a resistência ao sistema capitalista e ao seu complexo aparato de controle social pode se dar no plano da subjetividade individual ou grupal, na medida em que haja nesse plano a contestação da ordem. E isso chamado de “revolução molecular”.

Foi nessa perspectiva que procuramos trabalhar as críticas feitas pelos idosos e aposentados à burocracia das organizações representativas da velhice, ao seu corporativismo e clientelismo, ao Estado e ao regime político “democrático”, ao condicionamento inerente à “sociedade do trabalho” e, por fim, tratar da lógica restritiva da educação pedagógica capitalista. Para tanto, utilizamos como referenciais teóricos os pensamentos de Nietzsche, Foucault e Guattari/Deleuze, que interpretam o fenômeno da política a partir da “subjetividade crítica” e do “instinto político”, analisados numa dimensão micro, ou seja, individual e dos grupos. Esses autores defendem a existência, nos indivíduos, de uma “pulsção política instintiva”, ligada ao desejo (Guattari/Deleuze) e de uma “vontade instintiva de poder” (Nietzsche). Assim, os indivíduos sofreriam na sua vida em sociedade um permanente controle disciplinar, na forma de micropoderes coercitivos (Foucault), que visam reprimir sua vontade de poder e moldar sua subjetividade.

Com relação às organizações representativas, verificou-se que a crítica dos idosos se dirigiu, principalmente, à burocratização das decisões, ao corporativismo e ao clientelismo praticados pelas mesmas. O fato de não haver maior tempo para debates, em que os militantes pudessem se manifestar livremente, também foi objeto de crítica. Por fim, no que se refere à representatividade institucional, ficou claro que muitos idosos não se sentem representados, uma vez que as organizações defendem mais seus próprios interesses do que os da coletividade, ou seja, do grupo representado. E isso coloca em xeque a própria idéia de representatividade. Se os idosos não se sentem representados, a quem, então, essas organizações de fato representam?

E isso nos remete à questão do Estado democrático. Em geral, a visão dos idosos acerca da política e da democracia mostra uma evidente insatisfação. Aqui o clientelismo praticado pelas organizações representativas da velhice e pelos partidos e sindicatos, bem como a demagogia dos políticos que “só querem votos”, retratam o caráter falacioso da nossa democracia representativa. Por meio da crítica direta e subjetiva ao Poder Político, da militância perseverante, dos debates que incitam à reflexão e da criação artística e literária,



os idosos manifestam sua oposição ao sistema político vigente. Fazendo isso, exercem sua “subjetividade criadora” e protagonizam, mesmo sem o saber, uma “revolução molecular”.

Em seguida, tratamos da questão do trabalho na aposentadoria. Ao não possuírem uma renda satisfatória que lhes garanta um padrão de vida digno, muitos aposentados se vêem obrigados a continuar trabalhando para sobreviver. Contudo, esse condicionamento ao trabalho não ocorre só no aspecto financeiro. Há os que trabalham por não conseguirem se manter “inativos” no tempo livre decorrente da aposentadoria. Em ambos os casos, tanto por necessidade financeira quanto por necessidade psicológica, o trabalho na aposentadoria pode ser considerado como um tipo *sine qua non* de controle disciplinar. A sociedade capitalista, através de suas instituições, criou um padrão de “normalidade” que é fundado principalmente na rotina de funcionamento dessas instituições, tendo no trabalho alienado a sua forma mais autêntica e direta de reprodução. Assim, ao criticarem essa ordem de “normalidade” e, principalmente, o aprisionamento à obrigatoriedade do trabalho alienado, mesmo após a aposentadoria, os aposentados protagonizam uma “revolução molecular”. E o “cenário” para tal “revolução” é, mais uma vez, o plano micropolítico da subjetividade.

Por fim, analisamos o caráter funcionalista do atual modelo educacional, considerando a sua importância na formação de mão-de-obra qualificada e disciplinada para o sistema capitalista e a exclusão dos idosos e adultos mais velhos do projeto burguês de educação. Para tanto, considera-se a andragogia e a educação popular ou não-formal voltadas à velhice como formas alternativas de educação, mais abrangentes e universais, podendo ser compreendidas enquanto espaços de resistência à lógica do capitalismo.

Assim, incluir os idosos e adultos mais velhos na agenda educacional coloca em xeque o sistema educativo capitalista fundado na educação pedagógica de caráter restrito, algo que o Estatuto do Idoso não foi capaz de fazer, restringindo-se a medidas paliativas. Da mesma forma, o viés elitista das Universidades da Terceira Idade contrasta com as altas taxas de analfabetismo observadas entre os maiores de 60 anos. Portanto, uma educação que transcenda a lógica funcionalista inerente ao capitalismo deve se centrar, acima de tudo, na universalização dos destinatários e na conscientização política. Só assim teremos indivíduos aptos a pensar com autonomia e a viver com liberdade, exercendo sua subjetividade criadora frente ao controle disciplinar imposto pela ordem do capital.

### **Conclusão geral**

Ao tratarmos do movimento social do idoso no Brasil e das políticas públicas e leis dele resultantes, utilizamos, essencialmente, dois referenciais teóricos de base crítica: o materialismo histórico e dialético, fundado no marxismo, e a análise micropolítica do poder, baseada nas abordagens de Nietzsche, Foucault e Guattari/Deleuze acerca do controle disciplinar existente na sociedade e da vontade instintiva de poder inerente à subjetividade individual. Em síntese, a análise dos diversos temas abordados ao longo dos cinco capítulos pautou-se nesses dois principais enfoques. Como, no entanto, identificar e diferenciar essas duas abordagens?

De forma geral, podemos dizer que as análises que procuram tratar das questões sob uma perspectiva sócio-histórica, pretendendo resgatar suas origens e seu processo de formação, caracterizam a abordagem materialista histórica. Além disso, ao trabalharmos com a dimensão da luta de classes, utilizando-a como lente para a compreensão da lógica de funcionamento da vida social e política, também estamos recorrendo ao materialismo histórico. Essa é, portanto, uma abordagem totalizante e macroestrutural. Por outro lado, quando nos referimos ao controle disciplinar ocorrido na forma de micropoderes coercitivos, e de como o exercício da subjetividade crítica atua como forma de resistência frente à lógica de controle, estamos fazendo uso da análise micropolítica do poder. Como é bastante evidente, esse enfoque é centrado na abordagem de dimensões microestruturais da vida política, dentre as quais o próprio indivíduo como um ser dotado de vontade de poder.

Assim, compreender a velhice como uma construção histórica e social dentro da sociedade capitalista, conforme fizemos no primeiro capítulo, resgata fundamentalmente a interpretação materialista histórica do envelhecimento. Tendo como foco principal o processo de industrialização que marcaria a Era Moderna, procuramos mostrar como a velhice foi sendo social e historicamente construída (e reconstruída). Se nas sociedades pré-industriais e tribais os velhos desfrutavam de um status social mais elevado, isso ocorre em virtude da valorização das tradições e na função que os mais velhos tinham de transmitir-las às gerações seguintes.

Com a emergência do capitalismo industrial verificamos, no entanto, uma alteração bastante significativa desse status. O velho passa então a perder valor numa sociedade

caracterizada pela inovação tecnológica e pelo ritmo cada vez mais rápido da produção e das mudanças culturais e sociais. Essa desvalorização dos velhos não ocorre, contudo, só no plano sociocultural. Ela também se reflete na esfera econômica, na medida em que os trabalhadores mais velhos vão sendo frequentemente excluídos do trabalho nas indústrias, que rapidamente deteriorava a saúde física e mental da classe operária. E é dessa exclusão social e miséria vivida pelos velhos operários – que por não terem mais condições de trabalhar se tornam indigentes – que a velhice começa a se transformar numa questão social, merecedora da atenção do Estado. Surgem as leis e políticas de aposentadoria.

Com isso, passamos ao segundo capítulo, no qual tratamos das questões do Estado e da política numa perspectiva sócio-histórica, na medida em que procuramos resgatar a sua origem “arqueológica”. Utilizando como base estudos de filosofia e antropologia política, tentamos mostrar como a origem do Estado e do poder político está diretamente conectada à idéia de dominação. Assim, a preservação da propriedade privada e sua proteção dos ataques da massa de miseráveis constituem as principais motivações para o surgimento do Estado. Era, portanto, necessário construir um aparato estrutural de controle e proteção, que desse conta de empreender uma gestão social e econômica que funcionasse de acordo com os interesses das classes dominantes.

Além disso, era fundamental também que essa dominação política não transparecesse a lógica perversa de controle social e manutenção da desigualdade econômica, inerente à sua existência. Foi a partir disso que se criou o mito político da democracia, fundado na idéia de que o poder emana do povo e de que vivemos numa sociedade que contempla a igualdade de direitos dos cidadãos. Esse resgate histórico justifica o caráter paliativo e falacioso das políticas sociais do Estado democrático capitalista, dentre as quais as políticas da velhice. Se, por um lado, capitalismo e democracia são essencialmente incompatíveis, por outro, o mito da democracia capitalista pôde conciliar a desigualdade econômica com a igualdade política, permitindo, até mesmo, a privatização dos direitos e políticas sociais provenientes das reivindicações do movimento operário, num processo conhecido como neoliberalismo.

A partir dessa reflexão crítica, que interpreta o fenômeno estatal sob uma ótica totalizante, podemos melhor compreender as políticas públicas do Estado capitalista, sem cairmos nas armadilhas das análises ingênuas e limitadas. Se as políticas da velhice se

originaram da miséria e exclusão vividas pela classe operária – que se exacerbam na medida em que os trabalhadores vão envelhecendo –, é evidente que a atenção que o Estado passaria a dar aos velhos, por meio do surgimento das caixas de aposentadoria, decorre essencialmente de uma pressão proveniente dos movimentos operários. O Estado capitalista nunca quis ter gastos com o social, mas se viu obrigado a isso diante das reivindicações da classe operária. Portanto, a atenção política dada à velhice nada mais foi do que uma consequência direta dessas reivindicações.

Assim, a própria institucionalização da questão social da velhice, na forma de políticas previdenciárias, inicia o processo histórico que culminaria no fenômeno de reinvenção da velhice, conhecido como terceira idade. A proliferação de instituições cuja função principal seria “cuidar” dos velhos acompanha o desenvolvimento das políticas de aposentadoria. Essas instituições iriam rapidamente atentar para o fato de que surgia uma nova velhice, cujos protagonistas dispunham de tempo livre remunerado. O preenchimento desse novo “locus temporal”, com atividades de lazer, esporte, educação, etc., iria dividir terreno com o aparecimento das ciências da velhice, como a geriatria e a gerontologia, encarregadas de analisar a velhice numa perspectiva científico-racional.

Além disso, e como herdeiras diretas dos movimentos operários e sindicais, as associações de aposentados também iriam “povoar” o espaço da nova velhice-terceira idade. Cada uma dessas instituições, em sua própria linha de atuação, iria dar à velhice um novo recorte, transformando-a numa fase de revivência de antigos projetos pessoais e profissionais. Assim, de uma velhice miserável, excluída e “improdutiva”, passa-se a ter uma terceira idade dinâmica, disposta e interessada em manter uma juventude eterna, ou seja, em *negar* a velhice. E é essa negação da velhice que caracteriza fundamentalmente a idéia de terceira idade, justificando o surgimento de um novo mercado centrado na velhice, uma fase da vida que, com o envelhecimento populacional, passa a ser cada vez mais interessante dos pontos de vista comercial e político-eleitoral.

É nesse contexto que surgem as novas políticas públicas e leis da velhice, elaboradas pelo Estado neoliberal, e que no Brasil ficariam conhecidas como Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso. Sabe-se, contudo, que seria em meio à lógica de mercantilização da velhice inerente à idéia de terceira idade que se daria a elaboração dessas políticas e leis. Não é de surpreender, portanto, que elas contemplem mais os

interesses de uma elite de idosos (a terceira idade) e das próprias instituições representativas da velhice, do que as necessidades mais urgentes do grupo social dos idosos em sua totalidade, tais como a melhoria dos precários benefícios de aposentadoria e a redução das altas taxas de analfabetismo entre os maiores de 60 anos. Isso faz com que essas políticas e leis sejam caracterizadas como ações meramente paliativas e nos permite compreendê-las enquanto estratégias de marketing político e corporativo. Contudo, é necessário reconhecer que elas contribuiriam significativamente para dar uma maior visibilidade social à questão da velhice.

Ter consciência desse cenário seria fundamental para que pudéssemos melhor analisar o nosso objeto principal: o movimento social do idoso. Dessa forma, no quarto capítulo, tanto a condução da pesquisa empírica quanto o recorte teórico que pôde ser dado a partir das informações coletadas teriam como referência norteadora o caráter de mercantilização inerente às recentes políticas públicas da velhice, que, inclusive, poderiam ser melhor denominadas como “políticas da terceira idade”. Em sentido concreto, a articulação de organizações representativas, políticas públicas e diversas outras formas de ação que caracterizam o movimento social do idoso classificam tal movimento como num “novo” movimento social, ou seja, como um tipo de ação política que ocorre “em rede”, abrangendo um conjunto de ações, agentes e relações centrados numa mesma temática, no caso a da velhice. Tais “redes de movimentos” se inserem, contudo, na lógica de privatização dos direitos e políticas sociais e de “terceirização” das ações coletivas, que caracterizam as políticas neoliberais e a sua conexão com o chamado “terceiro setor” (ou setor assistencial), cuja existência é funcional ao capital.

Foi nessa perspectiva que procuramos desenvolver o estudo das organizações representativas da velhice. Coerentes à transformação da velhice em mercadoria, essas organizações são as principais protagonistas do movimento social do idoso, utilizando a “bandeira” da velhice para se projetarem publicamente em sua área específica de atuação: educação, lazer e cultura (SESC), ciências do envelhecimento (SBGG e ANG) e defesa da aposentadoria (COBAP). Os próprios idosos, no entanto, são utilizados e controlados como marionetes por essas organizações e pelo Estado capitalista, assistindo “bestializados” a “conquistas” políticas atribuídas a eles, mas que, na verdade, são resultantes de demandas que não partiram deles. É assim que a “terceirização das ações coletivas” ocorre, ou seja,

por meio de um movimento social do idoso do qual o próprio idoso não participa como protagonista principal. Ao invés disso, os idosos têm “seus interesses” representados por organizações burocráticas, cujo papel é (ou deveria ser) o de defendê-los e representá-los.

O SESC insere-se nesse contexto como entidade pioneira no trabalho social com idosos no Brasil, sendo a principal responsável pela “importação” das universidades abertas à terceira idade. Essas características dão a legitimidade necessária para que essa entidade possa atuar como representante dos idosos. Contudo, ao analisarmos os discursos dos burocratas do SESC, ficou clara a postura corporativista dessa organização, que, além de possuir uma visão elitista acerca da velhice – que desconsidera a perspectiva de luta de classes inerente aos problemas sociais do envelhecimento, tendo como referência a realidade vividas pelos idosos da terceira idade –, tende a privilegiar interesses corporativos em suas ações, no intuito de se reafirmar no cenário nacional enquanto uma das principais representantes da velhice. Além disso, pudemos verificar que o SESC foi bastante atuante nas articulações que resultariam na promulgação da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso, elaboradas de acordo com as demandas da terceira idade.

No que se refere às entidades de geriatria e gerontologia – SBGG e ANG –, nós constatamos que a sua importância e legitimidade na representação da velhice estaria principalmente no status adquirido pela ciência na sociedade contemporânea. A verdade científica, que se coloca como metodologicamente superior às outras “verdades”, impõe-se de forma arrogante na sociedade. Contudo, é necessário ter claro que sua origem como instituição remete a uma evidente funcionalidade à lógica do capital, na medida em que teve papel fundamental nas inovações tecnológicas destinadas a expandir de forma impressionante a produção industrial. A ciência, portanto, serve aos propósitos ideológicos do sistema capitalista e está muito longe de ser totalmente neutra e objetiva. Essa carga ideológica presente no conhecimento científico justifica a sua contribuição para com a construção de uma ideologia da velhice (a da terceira idade) que, fundada nos avanços da medicina e da psicologia, passa a “reprivatizar” o envelhecimento, na medida em que o transforma numa responsabilidade individual (e não social, ou seja, do Estado e da sociedade). Nesta perspectiva, envelhecer (ou permitir-se envelhecer) é “culpa” do indivíduo, que, se quisesse, poderia utilizar-se dos recursos disponíveis (medicina, esporte, cosmética rejuvenescedora, etc.) para evitar o envelhecimento.

A SBGG e a ANG, como entidades científicas que atuam como representantes legítimas da velhice no Brasil, teriam um histórico coerente com a ciência ideológica do capital. Ao construírem a idéia de um “envelhecimento ideal”, a gerontologia e a geriatria teriam papel fundamental na reinvenção da velhice na sociedade contemporânea. Com isso, seus discursos “científicos” atuariam como “biopoderes” coercitivos – no sentido dado por Michel Foucault –, contribuindo para exacerbar o preconceito sociocultural diante da velhice “feia, miserável e doente” da classe trabalhadora. Observa-se uma evidente lógica elitista, somada a um corporativismo e a um clientelismo bastante fortes, que estão presentes tanto no histórico de atuação dessas organizações, quanto no discurso dos seus burocratas.

Por fim, a COBAP carrega a identidade de organização representativa dos aposentados e pensionistas. Derivada direta do movimento sindical e trabalhista, essa entidade constrói sua legitimidade de representante a partir do seu compromisso com a “causa” dos trabalhadores. Contudo, a burocratização dessas instituições representativas do movimento operário descaracteriza sua atuação, na medida em que gera uma verticalização das decisões, excluindo a base onde estão localizados os próprios trabalhadores. “Que Deus salve a classe operária desses seus representantes”, já dizia Maurício Tragtenberg. E, de fato, ele estava certo. O corporativismo e o clientelismo observados na COBAP colocam em xeque sua própria legitimidade como organização representativa dos aposentados. Os discursos dos burocratas e políticos ligados à entidade e comprometidos com a “causa” mostram um evidente teor demagógico e deixam facilmente transparecer o privilegiamento de interesses corporativos ao invés dos coletivos. Senão, vejamos: como pode uma entidade que representa aposentados declarar que foi uma das elaboradoras do Estatuto do Idoso, sendo que os artigos referentes à Previdência são considerados os mais fracos desse Estatuto? Contradições como essas revelam o caráter falacioso – e, como diria Cassirer: “mitológico” – inerente à idéia de representatividade institucional. Assim, cabe a nós questionarmos: dentro da lógica representativa, a quem, de fato, se representa?

É com essas contradições em mente que partimos para o quinto e último capítulo. Se as instituições representativas defendem mais seus interesses do que os dos representados, sua validade como via tradicional de resistência é no mínimo contestável. Portanto, onde estaria a resistência real dos oprimidos frente à opressão do sistema capitalista? Se a

abordagem materialista histórica das macroestruturas (Estado, partidos, sindicatos, movimentos reivindicatórios de grande vulto, etc.) não é mais capaz de dar respostas convincentes, decidimos por recorrer à perspectiva micropolítica defendida por Nietzsche, Foucault e Guattari/Deleuze. Dessa forma, a subjetividade pode ser considerada aqui como uma forma “microscópica” de resistência, não capturada pela lógica institucional da sociedade burocrático-capitalista.

As críticas feitas pelos aposentados à burocracia das organizações representativas, nos eventos e debates dos quais participaram, bem como as manifestações de descontentamento e revolta impulsiva contra a injustiça social e a dominação política, constituem “revoluções moleculares”, na medida em que se opõem ao controle disciplinar coercitivo inerente à sociedade capitalista. Além disso, a crítica dos aposentados que trabalham no que se refere à impossibilidade de vivenciarem sua autonomia, mesmo depois de se aposentarem, denota uma atitude “revolucionária” diante da exploração e do controle que o capitalismo submete a classe trabalhadora.

Assim, o trabalho alienado, tido como o principal reprodutor da “normalidade” (falsa, mitológica) sustentada pela ordem do capital, passa a ser o veículo por excelência de sujeição dos indivíduos ao controle disciplinar exercido na forma de micropoderes invisíveis e coercitivos. Tornando-se prisioneiros do trabalho, tanto por necessidade financeira quanto por dependência psicológica, os aposentados (mas não só eles) mostram que não aprenderam a viver com liberdade, numa sociedade em que, simplesmente, não há espaço para ela, a não ser no plano microscópico da subjetividade crítica e criadora. Contudo, como aprender a ser livre numa sociedade que nos disciplina desde a infância, através da educação escolar? Assim, não deveríamos nos surpreender com o fato de os idosos não saberem (e não poderem) viver uma vida livre e autônoma.

Nosso sistema educacional, por sua vez, está bem longe de contribuir com qualquer forma de emancipação social humana. Com um tipo de educação caracterizado por estruturas curriculares rígidas e técnicas disciplinadoras, e com uma pedagogia restrita à formação de mão-de-obra qualificada (e adestrada) para o mercado de trabalho, torna-se realmente impossível educar para a liberdade. Contudo, o que a nossa educação pedagógica faz com maestria é educar com a finalidade de oprimir, pois a opressão é coerente com o sistema capitalista. Paulo Freire sabia muito bem disso. Para ele, somente uma educação



que fosse capaz de *romper* com a sua funcionalidade em relação ao capitalismo poderia contribuir para a formação de indivíduos verdadeiramente livres e autônomos. Infelizmente, a nossa educação escolar só tem servido até hoje para *dificultar* a emancipação humana, adestrando e disciplinando os cidadãos.

A educação pedagógica tem nos ensinado a respeitar a ordem (injusta) da sociedade capitalista, a cumprir corretamente nossos deveres políticos e profissionais (para a manutenção da “normalidade” da vida cotidiana marcada pelo trabalho alienado) e a pensar de forma racional e tecnicista. Não podemos esquecer que a ciência iluminista (cartesiana e *ideológica*) teve um papel fundamental na inovação tecnológica e na reestruturação produtiva do capital, processos que possibilitaram a rápida expansão da produção industrial. Assim, qualquer ação que vise levar à emancipação real dos indivíduos deve necessariamente passar pelo sistema educacional, transformando-o.

A educação, como a principal criadora de subjetividade individual, precisa formar indivíduos autônomos, que saibam criticar, criar e transformar com liberdade. Dessa forma, não pode, em hipótese alguma, se restringir à infância e à juventude, excluindo outras fases da vida, como a fase adulta e a velhice, realidade essa que se observa na atual educação pedagógica. Por isso, uma educação realmente emancipadora deve ser *abrangente* (e não restrita e excludente) e *andragógica* (e não pedagógica), incluindo os idosos e adultos mais velhos na agenda educacional. Só assim teríamos condições de expandir as revoluções moleculares que ocorrem nas micro-esferas da subjetividade.

### Referências:

- ALBA, Victor. *Historia social de la vejez*. Barcelona: Laertes, 1992.
- ANSELL-PEARSON, Keith. *Nietzsche como pensador político: uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARANHA, Maria. *Filosofia da educação*. São Paulo: Moderna, 1996.
- ARIÈS, Philippe. “Une histoire de la vieillesse?” *Communications*, n. 7. Paris: Seuil, 1983.
- \_\_\_\_\_. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- ARROYO, Miguel. Educação básica, profissional e sindical – um direito do trabalhador, um desafio para os sindicatos. In: *Educação de jovens e adultos: relatos de uma nova prática*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Educação, 1996.
- BARROS, Herbert. Políticas do Ministério da Justiça. *Terceira Idade SESC*. n. 17, ago./1999.
- BARROS, Myriam (org.). *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- BEAUVOIR, Simone. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BECK, Ulrich & BECK-GERNSHEIN, Ellen. *Individualizaton*. Londres: Sage, 2002.
- BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BELO, Isolda. *Vejez y acción política: surge un nuevo movimiento social?* Tese de doutorado em Ciências Sociais e Saúde. Universidade de Barcelona, 2002.
- BELTRÃO, Kaizô & OLIVEIRA, Francisco. O idoso e a previdência social. In: CAMARANO, Ana (org.). (1999). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro, IPEA, 1999.
- BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- BERQUÓ, Elza. Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil. In: DEBERT, Guíta & NERI, Anita (orgs.): *Velhice e Sociedade*. São Paulo: Papius, 1999.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília/DF: UnB, 1994.

\_\_\_\_\_. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995.

\_\_\_\_\_. *O tempo da memória: de senectude e outros escritos autobiográficos*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

\_\_\_\_\_. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

\_\_\_\_\_. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BORGES, Maria. *Gestão participativa em organizações de idosos*. Dissertação de mestrado em Educação. FE-UNICAMP, 2003.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

BRONTE, Lydia; *The longevity factor: the new reality of long careers and how it can lead to richer lives*. New York: HarperCollins Publisher, 1993.

CACHIONI, Meire; *Universidades da terceira idade: das origens à experiência brasileira*. In: DEBERT, Guita & NERI, Anita (orgs.): *Velhice e sociedade*. São Paulo: Papirus, 1999.

CALDAS, Miguel. *Demissão: causas, efeitos e alternativas pra empresa e indivíduo*. São Paulo: Atlas, 2000.

CAMARANO, Ana (org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CARVALHO, José. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CASSIRER, Ernst. *O mito do Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CASTELLS, Manuel. *La era de la información: el poder de la identidad*. Vol. 2. Madrid: Alianza Editorial, 1998, Cap. I, p. 27-34.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de Antropologia Política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

COBAP. *Anais do XVI Congresso Nacional de Aposentados, Pensionistas e Idosos*. Brasília/DF, 2004.

COCCO, Giuseppe. *Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 2001.

COHEN, Lawrence. Não há velhice na Índia: os usos da gerontologia. In: DEBERT, Guita (org.), *Antropologia e velhice*, Textos Didáticos IFCH, UNICAMP, 1998.

COHN, Amélia. A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania. In: MOTA, Carlos (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: SENAC, 2000.

COUTINHO, Carlos N. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1996.

CRUZ, Roberto. Formação profissional e formação humana: os (des)caminhos da relação homem-trabalho na modernidade. In: AUED, Bernardete (org.). *Educação para o (des)emprego*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 175-190.

DALLARI, Dalmo. *O que é participação política*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DEBERT, Guita. A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, n. 34, jun./1997, p. 39-56.

\_\_\_\_\_. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2004.

\_\_\_\_\_. & SIMÕES, Júlio. A aposentadoria e a invenção da terceira idade. In: DEBERT, Guita (org.). *Antropologia e velhice*. Textos Didáticos IFCH-UNICAMP, n. 13, jan./1998, p. 29-44.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DE MASI, Domenico (org.). *A sociedade pós-industrial*. São Paulo: SENAC, 2003.

DEMO, Pedro. *Pobreza política*. Campinas/SP: Autores Associados, 1996.

\_\_\_\_\_. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. São Paulo: Autores Associados, 1995.

DIAS, Edmundo. *A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização*. Textos Didáticos IFCH-UNICAMP, n. 29, 1999.

DRUCKER, Peter. *Fator humano e desempenho*. São Paulo: Pioneira, 1997.

\_\_\_\_\_. *A sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1999.

- DUBAR, Claude. *La crise des identités*. Paris: PUF, 2000, Capítulo III, p. 95-128.
- DURANT, Will. *A história da filosofia*. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1996.
- DURKHEIM, Émile. Divisão do trabalho e suicídio. In: ORTIZ, Renato (org.). *Os grandes cientistas sociais – Durkheim*. São Paulo: Ática, 1993, p. 73-143.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- ESTATUTO DO IDOSO, Edição especial da Câmara Municipal de Campinas/SP, 2004.
- FERICGLA, Josep. *Envejecer: uma antropologia de la ancianidad*. Barcelona: Anthropos, 1992.
- FERNANDES, Rubem. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Civicus, 1994.
- FERREIRA, Paulo. Anotações para um socialismo libertário (II). In: SILVA, Doris & MARRACH, Sonia (org.). *Maurício Tragtenberg: uma vida para as ciências humanas*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 1984.
- FUTEMA, Fabiana. Novas regras excluem idosos mais cedo dos planos de saúde, diz Procon. *Folha Online*, 23/12/2003.  
Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u78522.shtml>>
- GARCIA, Maria. *Auto-imagem na aposentadoria: mito e realidade*. Dissertação de mestrado em Comunicação. Escola de Comunicação e Artes (ECA), USP, 1993.
- GENTIL, Denise. *A falsa crise do sistema de Seguridade Social no Brasil*. Tese de doutorado em Economia, Instituto de Economia, UFRJ, 2005.

GENTILI, Pablo. & FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GLOVER, Ian. *Ageism in work and employment*. Burlington: Ashgate Publishing Company, 2001.

GOHN, Maria da G. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. *Os Sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2000.

GOLDANI, Ana. Mulheres e envelhecimento: desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero. In: CAMARANO, Ana (org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro, IPEA, 1999.

GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAEBNER, Willian. *A history of retirement*. New Haven: Yale University Press, 1980.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

\_\_\_\_\_. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Vol. 4: Americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRÜN, Roberto. Sobre o envelhecimento gerencial. *Revista de Administração de Empresas*, n. 33 (2), São Paulo: FGV, mar./abr., 1993, p.44-63.

\_\_\_\_\_. *A revolução dos gerentes brasileiros*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. IFCH/Unicamp, 1990.

GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_ & ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

GUILLEMARD, Anne-Marie. *Entre travail, retraite et vieillesse: le grand écart*. Paris: L'Harmattan, 1995.

\_\_\_\_\_. *Le déclin du social: formation et crises des politiques de la vieillesse*. Paris: PUF, 1986.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1986.

HADDAD, Eneida. *O direito à velhice: os aposentados e a previdência social*. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. *A ideologia da velhice*. São Paulo: Cortez, 1986.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LASH, Scott. *Critique of information*. Londres: Sage, 2002.

LASLETT, Peter. The emergence of the Third Age. *Ageing and society*, 7:133-160, 1987.

LÉNOIR, Remi. Objet sociologique et problème social. In: CHAMPAGNE, P. et alli (org.). *Initiation a la pratique sociologique*. Paris: Dunod, 1989.

\_\_\_\_\_. L' invention du "troisième âge": constitution du champ des agents de gestion de la vieillesse". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 26:83-107, 1979.

LOPES, Andrea. *Os desafios da Gerontologia no Brasil*. Campinas/SP: Alínea, 2000.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.

MALVEZZI, Sigmar. El agente económico reflexivo. In: *Desarrollo y capacitación*, 49, 16/19. Buenos Aires: ADCA, 1999.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MANZINI-COVRE, Maria. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MARCELLINO, Nelson. *Lazer e educação*. Campinas/SP: Papyrus, 2000.

MARX, Karl. *O capital*. Vol 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_ & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MAUAD, Leonor. *Sabedoria e revisão de vida: o desempenho de um grupo de mulheres em diferentes idades*. Tese de doutorado, Faculdade de Educação, UNICAMP, 1997.

McILROY, John. O inverno do sindicalismo. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 1997.

MELCHERS, Ronald. Début de l'ère industrielle et rapports intergénérationnels dans le milieu de travail. In: GUILLEMARD, Anne M. (org), 1995, p.105-120.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2001.

MENDONÇA, Jurilza. Políticas do Ministério da Previdência e Assistência Social. *A Terceira Idade SESC*, n. 17, 1999.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAES, Carmen. *Diagnóstico da formação profissional: ramo metalúrgico*. São Paulo: Artchip, 1999, p. 15-27.

MOTTA, Fernando. *Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. *Organização e poder: empresa, Estado e escola*. São Paulo: Atlas, 1986.

MOTTA, Luciana B. Levantamento do perfil de idosos internados em um hospital geral: análise do processo de internação frente às demandas da população geriátrica. In: *Textos sobre envelhecimento*, v. 3, n. 6, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

NASCIMENTO, Milton. Rousseau: da servidão à liberdade. In: WEFFORT, F. (org.). *Os clássicos da política*. V. 1. São Paulo: Ática, 1997.

NERI, Anita. *Movimento social do idoso*. Mensagem enviada por correio eletrônico, <anitalbn@lexxa.com.br>, em 26/08/2003.



NERI, Aguinaldo. *Os profissionais de recursos humanos, a empresa e o trabalhador que envelhece*. Dissertação de mestrado em Administração de Empresas. Instituto Metodista de Ensino Superior de São Bernardo do Campo, São Paulo, 1996.

PAIVA, Vanilda. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. In: GENTILI & FRIGOTTO (org.), 2001, p. 49-64.

PALMORE, Erdman. *Ageism: negative and positive*. New York: Springer Publishing Company, 1999.

PASSETTI, Edson. Maurício Tragtenberg, um socialista heterodoxo. In: SILVA, Doris & MARRACH, Sonia (org.). *Maurício Tragtenberg: uma vida para as ciências humanas*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2001.

PAZ, Serafim. *Dramas, cenas e tramas: a situação de fóruns e conselhos do idoso no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado em Educação, FE-UNICAMP, 2001.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: BARROS (org.). *Velhice ou terceira idade?*, Rio de Janeiro: FGV, 1998.

\_\_\_\_\_. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: PEIXOTO, Clarice (org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 57-84.

PEPPE, Atílio. Políticas do Ministério do Trabalho e Emprego. *A Terceira Idade SESC*, n. 17, agosto de 1999.

PERES, Marcos. *Trabalho, idade e exclusão: a cultura organizacional e as imagens sobre o envelhecimento*. Dissertação de mestrado em Sociologia. IFCH-UNICAMP, 2002.

\_\_\_\_\_. As estratégias empresariais e a exclusão por idade. In: *Revista Gerenciais* – Centro Universitário UNINOVE, São Paulo, vol. 2, set. 2003, p. 15-21.

\_\_\_\_\_. Empregabilidade versus envelhecimento: qualificação, competência e discriminação por idade no trabalho. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, EDUFMT, jul./dez. 2004, p. 94-110.

\_\_\_\_\_. Um movimento social do idoso? *Revista Alpha* – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas, Patos de Minas/MG, ano 6, n. 6, nov. 2005.

\_\_\_\_\_. A andragogia no limiar da relação entre velhice, trabalho e educação. *Contrapontos* – Revista de Educação da Universidade do Vale do Itajaí, vol. 6, n. 1, jan./abr. 2006, p. 65-77.

PRUDENTE, Antônio. Salário mínimo inconstitucional. *Jus Navigandi*, Teresina, a. 2, n. 25, jun. 1998. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=1156>>. Acesso em: 21 jan. 2005.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RAMALHO, José. Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 1997.

RAMOS, Marise. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2002.

RAMOS, Paulo. *O direito à velhice*. Tese de doutorado em Direito Constitucional. PUC-SP, 2001.

RIBEIRO, Renato. Hobbes: o medo e a esperança. In: WEFFORT, F. (org.) *Os clássicos da política*. Vol. 1. São Paulo: Ática, 1997.

SADER, Emir. *A vingança da história*. São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_ (org.). *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

SAGRERA, Martin. *El edadismo contra “jóvenes” y “viejos”: la discriminación universal*. Madri: Fundamentos, 1992.

SALGADO, Marcelo. *Velhice: uma nova questão social*. São Paulo: SESC, 1982.

SANTOS, Laura. *As políticas públicas de atenção à velhice*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. PUC/SP, 1998.

SANTOS, Maria. *Identidade e aposentadoria*. São Paulo: Pedagógica e Universitária Ltda., 1990.

SANTOS, Wanderley G. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SCHAFT, Adam. *A sociedade informática: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial*. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1990.

SCHEIN, Edgar. *Organizational culture and leadership*. San Francisco: Jossey Bass, 1992.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes e sociedade civil global*. Paper apresentado no Seminário de Estudos sobre organizações não-governamentais na América Latina, Cadernos ABONG, 2001.

SESC/SP. *Carta aberta à nação: avaliação e perspectivas do Estatuto do Idoso*. Encontro Nacional de Idosos, São Paulo, 2005.

SESC/SP. *O século da terceira idade*. SESC: São Paulo, 2003.

SILVA, Doris. Temas e variações em Maurício Tragtenberg. In: SILVA, Doris & MARRACH, Sonia (org.). *Maurício Tragtenberg: uma vida para as ciências humanas*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2001.

SILVA, Josué. A crise da sociedade do trabalho em debate. *Lua Nova*, Cedec, n. 35, 1995.

SIMÕES, Julio. *Entre o lobby e as ruas: o movimento de aposentados e a politização da aposentadoria*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. IFCH-UNICAMP, 2000.

\_\_\_\_\_. A maior categoria do país: o aposentado como ator político. In: BARROS, Myriam. *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SINGER, Paul. Cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime (org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. A política das classes dominantes. In: IANNI, O. (org.). *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, Luiz. Comentários ao Estatuto do Idoso. In: *Estatuto do Idoso*, Edição Especial da Câmara Municipal de Campinas/SP, 2004.

SIQUEIRA, Renata (et alli). A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 7 (4), 2002, p. 899-906.

STUCCHI, Deborah. *Os programas de preparação à aposentadoria e o remapeamento do curso da vida do trabalhador*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. IFCH – UNICAMP, 1994.

\_\_\_\_\_. O curso da vida no contexto da lógica empresarial: juventude, maturidade e produtividade na definição da pré-aposentadoria. In: BARROS, Myriam (org.). *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro: FGV, 2003.

TOFLER, Alvin. *A terceira onda*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

TOURAINÉ, Alain. *La société post-industrielle*. Paris: Denoel, 1969.

TRAGTENBERG, Mauricio. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática, 1980.

USUI, C.; “Gradual retirement: Japanese strategies for older workers”. In: K. Warner Schaie & C. Schooler, *Impact of work on older adults*. New York: Springer, 1998.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VIANA, Natalia. Quem são os sem-teto?. *Revista Caros Amigos*, Ed. 70, jan./2003. Disponível em: <[http://carosamigos.terra.com.br/da\\_revista/edicoes/ed70/natalia\\_viana.asp](http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed70/natalia_viana.asp)>

VIEIRA, Evaldo. *Os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. Estado e política social no Brasil na década de 90. In: VIEIRA, E. (org.). *Estado e políticas sociais no Brasil*. Cascavel/PR: Edunioeste, 2001.

\_\_\_\_\_. *Democracia e política social*. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. *Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel*. São Paulo: Cortez, 1987.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: CHOHN, Gabriel (org.) *Os grandes cientistas sociais – Weber*, São Paulo: Ática, 1991, p. 129-141.

\_\_\_\_\_. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1996.

WITCZAK, Marcus. Lazer e trabalho: relação de continuidade na aposentadoria? In: MÜLLER, Ademir & DACOSTA, Lamartine (orgs.). *Lazer e trabalho: um único ou múltiplos olhares?* Santa Cruz do Sul/SC: EDUNISC, 2003.

WOOD, Ellen M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ZOLA, Émile. *Germinal*. Paris: Fasquelle, 1962.

\_\_\_\_\_. *Germinal*. São Paulo: Martin Claret, 2006.